DINÂMICAS DO DESENVOLVIMENTO EM ÁFRICA

CADEIAS DE VALOR REGIONAIS PARA UMA RECUPERAÇÃO SUSTENTÁVEL



African Union

OECD DEVELOPMENT CENTRE

2022

Dinâmicas do desenvolvimento em África 2022

CADEIAS DE VALOR REGIONAIS PARA UMA RECUPERAÇÃO SUSTENTÁVEL

O presente trabalho é publicado sob a responsabilidade do Secretário-Geral da OCDE e do Presidente da CUA. As opiniões expressas e os argumentos utilizados nesta publicação não refletem necessariamente as opiniões oficiais dos países membros da OCDE ou do seu Centro de Desenvolvimento, ou tampouco dos países membros da Comissão da União Africana.

Este documento e qualquer mapa aqui incluído foi elaborado sem prejuízo do status ou soberania de qualquer território, da delimitação de limites e fronteiras internacionais e do nome do território, cidade ou área.

Os nomes de países e territórios referidos nesta publicação seguem a prática da União Africana.

Notificações territoriais específicas aplicáveis à OCDE :

Nota de rodapé da Turquia
As informações deste documento que mencionam “Chipre” referem-se à parte sul da ilha. Não existe uma única autoridade que represente ao mesmo tempo as populações cipriotas turcas e gregas na ilha. A Turquia reconhece a República Turca de Chipre do Norte (RT CN). Enquanto não houver uma solução duradoura e justa no âmbito das Nações Unidas, a Turquia manterá sua posição no que diz respeito à “questão de Chipre”.

Nota dos Estados membros da União Europeia os quais são membros da OCDE e da União Europeia
A República de Chipre é reconhecida por todos os membros das Nações Unidas com exceção da Turquia. As informações constantes deste documento referem-se à área sob controle efetivo do Governo da República de Chipre.

Por favor, cite esta publicação como:
AUC/OECD (2022), *Dinâmicas do desenvolvimento em África 2022: Cadeias de valor regionais para uma recuperação sustentável* , AUC, Addis Ababa/OECD Publishing, Paris, https://doi.org/10.1787/e43b7c06-pt.

ISBN 978-92-64-93414-6 (impresso)
ISBN 978-92-64-77707-1 (pdf)

Dinâmicas do desenvolvimento em África
ISSN 2790-2803 (impresso)
ISSN 2790-2811 (online)

African Union Commission
ISBN 978-92-95119-75-8 (impresso)
ISBN 978-92-95119-76-5 (pdf)

Publicado originalmente pela OCDE sob o título: AUC/OECD (2022), *Africa's Development Dynamics 2022: Regional Value Chains for a Sustainable Recovery*, AUC, Addis Ababa/OECD Publishing, Paris, https://doi.org/10.1787/2e3b97fd-en.
A qualidade da tradução e a sua coerência com o texto no idioma original são da exclusiva responsabilidade do autor da tradução. Em caso de discrepância entre a obra original e a tradução, deve ser considerado válido o texto da obra original.

Fotografias: © Design da capa por Aida Buendia (Centro de Desenvolvimento da OCDE) com base em imagens de Smilewithme, Taparong Siri, Sidhe, Tomiganka/Shutterstock.com.

As erratas das publicações da OCDE podem ser acessadas online em: www.oecd.org/about/publishing/corrigenda.htm.

© AUC/OECD 2022

O uso do conteúdo do presente trabalho, tanto em formato digital quanto impresso, é regido pelos termos e condições seguintes: https://www.oecd.org/termsandconditions.

Prefácio

O relatório anual *Dinâmicas do desenvolvimento em África* apresenta as mais recentes informações sobre as políticas económicas no continente africano e nas suas cinco regiões. Apresenta um relato novo que avalia o desempenho económico, social e institucional de África, à luz dos objetivos estabelecidos pela Agenda 2063 da União Africana. Esta edição de 2022 explora como a operacionalização da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA) pode aprofundar as cadeias de valor regionais e pode ajudar os países africanos a acelerar a transformação produtiva e a recuperar de forma sustentável da pandemia de COVID-19.

As *Dinâmicas do desenvolvimento em África* constituem o produto de uma abordagem colaborativa. Resultam de uma parceria sólida entre o Departamento de Assuntos Económicos da Comissão da União Africana e o Centro de Desenvolvimento da OCDE, reunindo uma equipa de investigadores, economistas, estatísticos e de outros peritos em África e de várias outras regiões do mundo.

Os dois primeiros capítulos exploram o desenvolvimento de cadeias de valor regionais em África e recomendam ações prioritárias, oferecendo lições para a aprendizagem mútua em todo o continente e para além dele. Os cinco capítulos seguintes centram-se, respetivamente, nas cinco regiões de África conforme definidas pelo Tratado de Abuja: África Austral, África Central, África Oriental, Norte de África e África Ocidental. Estes capítulos adaptam as recomendações políticas a uma cadeia de valor específica em cada região.

As projeções baseiam-se em informações recolhidas até 5 de Fevereiro de 2022, data da 35ª Cimeira da União Africana.

Está disponível um anexo estatístico *online*, que permite aceder a dados atualizados ao longo do ano, contendo os mais recentes indicadores económicos, sociais e institucionais de cada um dos países africanos para os quais os dados são comparáveis. A lista dos indicadores encontra-se nas últimas páginas do relatório. Os dados são apresentados por país, região, comunidade económica regional e outros grupos de países africanos relevantes para a análise. A situação do continente africano é comparada com outras regiões do mundo e grupos de países. Esta compilação de dados visa informar decisores políticos, consultores, analistas de negócios, intervenientes do setor privado, jornalistas, organizações não-governamentais e cidadãos de todo o mundo interessados nas trajetórias de desenvolvimento dos países africanos.

O relatório é publicado na íntegra em inglês, francês e português. Está também disponível uma versão digital *online*, em conjunto com as respetivas figuras e tabelas. Estas, juntamente com o anexo estatístico, estão disponíveis nos sítios web da Comissão da União Africana (www.au.int/en/afdd2022) e do Centro de Desenvolvimento da OCDE (https://oe.cd/AFDD-2022).

Agradecimentos

O relatório económico *Dinâmicas do desenvolvimento em África 2022: Cadeias de valor regionais para uma recuperação sustentável* foi preparado conjuntamente pela Comissão da União Africana (CUA) e pelo Centro de Desenvolvimento da OCDE. É publicado sob a égide de S. Ex.ª Moussa Faki Mahamat, Presidente da CUA, e S. Ex.ª Mathias Cormann, Secretário-Geral da OCDE. A sua redação foi orientada por S. Ex.ª Albert M. Muchanga, Comissário para o Desenvolvimento Económico, Comércio, Indústria e Mineração da União Africana, e por Ragnheiður Elín Árnadóttir, Diretora do Centro de Desenvolvimento da OCDE. Agradecimentos especiais a S. Ex.ª Victor Harison, antigo Comissário para os Assuntos Económicos da União Africana, e Mario Pezzini, antigo Diretor do Centro de Desenvolvimento da OCDE, por terem impulsionado esta edição. A elaboração do relatório foi supervisionada por Dossina Yeo, Diretor em exercício da Direção de Desenvolvimento Económico, Integração e Comércio, Departamento de Desenvolvimento Económico, Comércio, Indústria e Mineração da CUA, e por Patrick Ndzana Olomo, economista, Departamento de Desenvolvimento Económico, Comércio, Indústria e Mineração da CUA, juntamente com Federico Bonaglia, Diretor-Adjunto do Centro de Desenvolvimento da OCDE, e Arthur Minsat, Chefe da Unidade África do Centro de Desenvolvimento da OCDE e economista principal.

A **equipa de redação** da CUA foi chefiada por Dossina Yeo, Diretor em exercício da Direção de Desenvolvimento Económico, Integração e Comércio (Departamento de Desenvolvimento Económico, Comércio, Indústria e Mineração), com Patrick Ndzana Olomo, economista, e Ndinaye Sekwi Charumbira, responsável pela missão. Os membros da equipa incluíram Désiré Avom (Universidade de Yaoundé II-Soa), Chrysost Bangaké (Universidade de Artois), Aram Belhadj (Universidade de Cartago), Anthony Black (Universidade da Cidade do Cabo), Arnold Blondel Njike (Universidade de Paris-Dauphine), Jude Eggoh (Universidade de Abomey-Calavi), Kouadio Clément Kouakou (Université Félix Houphouët-Boigny), Vincent Leyaro (Universidade de Dar es Salaam), Yselle F. Malah Kuete (Universidade de Yaounde II), Eyerusalem Siba (Consultor Internacional) e John Stuart (Trade Law Center). A equipa do Centro de Desenvolvimento da OCDE, liderada por Arthur Minsat, Chefe da Unidade África, com Thắng Nguyễn-Quốc e Bakary Traoré, economistas, incluiu Keiko Alvarez, Diana Ayoub, Adrien Corneille, Katharina Gugerell, Samantha Kunz, Mariana Lopes, Sébastien Markley, Francesco Napolitano, Clémence Pougue Biyong, Pierre-Léo Rouat, Elisa Saint-Martin e Samory-Robby Touré. Os capítulos 1 e 2 beneficiaram de contributos de Ji-Yeun Rim (Centro de Desenvolvimento da OCDE), Joseph Stead (Centro de Política e Administração Fiscais da OCDE), Rafal Méndez (Consultor), Rana Roy (Consultor) e José Pineda Salazar (Universidade de British Columbia).

O relatório foi elaborado a partir das seguintes **reuniões da CUA e do Centro de Desenvolvimento da OCDE** realizadas em linha ao longo de 2021: reunião de lançamento (março), duas reuniões de avaliação pelos pares sobre as versões preliminares dos diferentes capítulos (maio e junho) e reunião do Comité Científico da CUA e do Centro de Desenvolvimento da OCDE (junho). O relatório beneficiou de consultas durante o Comité Técnico Especializado da UA sobre Finanças, Assuntos Monetários, Planeamento Económico e Integração subordinado ao tema «Desenvolver Cadeias de Valor Integradas e Complementares para Recuperação Sustentável e Reforço da Operacionalização da ZCLCA» (maio), e de consultas durante o Comité Técnico Especializado da UA sobre Comércio, Indústria e Minerais subordinado ao tema «Industrializar África através do Desenvolvimento Sustentável de Cadeias de Valor Regionais na ZCLCA» (setembro). As conclusões preliminares do relatório foram também discutidas no âmbito da OCDE e com Kako Nubupko, Comissário responsável pela Agricultura, Ambiente e Recursos Hídricos da União Económica e Monetária da África Ocidental (setembro).

Os capítulos beneficiaram dos **comentários** formulados pelos seguintes peritos: Grace Khoza e Themba Khumalo (Secretariado da ZCLCA); Barassou Diawara (African Capacity Building Foundation [ACBF]); Rob Floyd (African Center for Economic Transformation [ACET]); Martin Bwalya, Pamla Gopaul, Simon Kisira e Lukovi Seke (Agência de Desenvolvimento da União Africana [AUDA-NEPAD]); Jeanne Lätt e Casjen Ohnesorge (Bundesministerium für wirtschaftliche Zusammenarbeit und Entwicklung [BMZ]); Jocelina Graça e Filipa Sousa (Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, IP); Guillaume Lescuyer (CIFOR); San Bilal e Bruce Byiers (ECDPM); Koffi Simeon (CEDEAO); Gaëlle Doléans, Sonia Lopez-Villar, Michela Tomasella, Ilektra Tsakalidou, Paula Vazquez Horyaans e Paz Velasco-Velazquez (Comissão Europeia); Patrick Plane (FERDI); Anzetse Were (FSD Quénia); Jean-Baptiste Damestoy, Niklas Malchow, Arumugam Pillay, Lisa Roob, Karin Wedig e Nanny Wiechert (Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit [GIZ]); Nadim Abillama e Ali Al-Saffar (AIE); Jakkie Cilliers (ISS); Tim Heinemann (KfW); Gonçalo Marques (Delegação Permanente de Portugal junto da OCDE); Larabi Jaïdi (Policy Center for the New South); Golvine De Rochambeau (Sciences Po); Zoubir Benhamouche e Andrew Mold (UNECA); Michele Clara (UNIDO); Sami Bensassi (Universidade de Birmingham); David Kaplan (Universidade da Cidade do Cabo); Leila Baghdadi (Universidade de Tunis); Simon Kennedy e James MacGregor (Universidade de Surrey); Laurent Bossard e Sarah Lawan (CSAO/OCDE); Mariya Aleksynska, Celia Becherel, Antoine Bonnet, Olivier Cattaneo, Claire Charbit, Pierre De Boisséson, Majda Eddaifi, Paul Horrocks, Benjamin Katz, Iza Lajarraga, Estelle Loiseau, Vasiliki Mavroeidi, Sébastien Miroudot, Luis Padilla, Lorenzo Pavone, Jan Rielaender, Rolf Schwarz, Henri-Bernard Solignac-Lecomte, Colin Webb e Gabrielle Woleske (OCDE). Todos os capítulos beneficiaram de uma revisão adicional efetuada por José Pineda Salazar (Universidade de British Columbia). Julia Peppino (OCDE) e Yamrot Kifle (CUA) prestaram um excelente apoio em termos de investigação, produção, logística e trabalho administrativo.

O relatório beneficiou das **consultas externas** realizadas em 2021 no evento do Instituto de Assuntos Internacionais da África do Sul (SAIIA) sobre o impacto macroeconómico da Covid-19 em África (fevereiro); na Conferência FPConnect sobre cadeias de valor alimentares e farmacêuticas (março); na reunião técnica da OCDE sobre o financiamento e a ampliação das linhas de projetos de infraestruturas de qualidade em África suscetíveis de recorrer a instituições bancárias, antes da Cimeira sobre o Financiamento das Economias Africanas (abril); no evento do Institute for Security Studies (ISS) sobre a utilização de previsões de cenários a longo prazo para navegar no futuro pós-crise em África (maio); na Reunião Anual de Investimento organizada pelo Ministério da Economia dos Emirados Árabes Unidos (junho); na 61.ª Reunião Anual das Organizações Europeias de Promoção do Comércio, organizada pela Enterprise Greece (outubro); no Networking Event 2021 da GIZ sobre iniciativa especial sobre formação e criação de emprego; na Reunião do Grupo de Peritos da ECA sobre o Potencial das Cadeias de Valor Regionais no Norte de África e na sessão da Pitch World Fast sobre o desenvolvimento de cadeias de valor regionais para a recuperação de África (novembro); na 8.ª cimeira da ACBF subordinada ao tema Transformação digital na África pós-COVID-19: Oportunidades, desafios e opções para reconstruir melhor; na sessão EMnet da OCDE sobre o futuro das cadeias de valor regionais em África; e na reunião do Grupo de Peritos da UNECA sobre o Potencial das Cadeias de Valor Regionais no Norte de África (dezembro).

O envolvimento da equipa de edição, tradução e revisão foi crucial para a produção do relatório em tempo útil. Foi editado por Sabine Cessou (capítulos redigidos em francês) e Jill Gaston (capítulos redigidos em inglês), com contributos de Elizabeth Holbourne, e traduzido por Catherine Nallet-Lugaz, Marika Boiron e pelos Serviços de Tradução da OCDE. Delphine Grandrieux, Elizabeth Nash e Anne Thomas supervisionaram a produção,

e JOUVE foi responsável pela paginação. Aida Buendía criou o *design* gráfico e a capa, e Irit Perry desenvolveu as infografias.

A União Africana e o Centro de Desenvolvimento da OCDE estão gratos à ACBF, à AUDA-NEPAD e ao Secretariado da ZCLCA pela sua participação neste relatório. O Centro de Desenvolvimento da OCDE está grato à Comissão Europeia (DG INTPA), à Alemanha (BMZ/GIZ), à Itália (Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional) e a Portugal (Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, IP e Ministério dos Negócios Estrangeiros) pelo seu apoio adicional e pelos valiosos comentários sobre esta quarta edição anual do relatório *Dinâmicas do desenvolvimento em África*.

Editorial

Incorporar a ideia de «*Cadeias de valor regionais para uma recuperação sustentável*» nas economias africanas significa desenvolver relações de produção entre os países e regiões de forma a promover um crescimento verde mais forte, mais inclusivo e sustentável. A integração de cadeias de valor irá acelerar a transformação produtiva e criar mais empregos de qualidade. Uma abordagem que promove cadeias de valor africanas para a transformação produtiva permite às empresas crescerem através de redes de produção regionais.

Para assegurar uma recuperação sustentável, o continente africano necessita de um crescimento dinâmico e robusto. Prevê-se que o crescimento económico africano venha a atingir os 3.9% em 2022. Esta percentagem superior à da América Latina e das Caraíbas, sinaliza a continuação da recuperação das economias africanas após os baixos níveis mundiais de 2020.

Os decisores políticos da União Africana têm mais ambição. No quadro da Agenda 2063, os governos africanos estabeleceram como meta um crescimento de pelo menos 7% ao ano para assim alcançarem os níveis do resto do mundo, criarem empregos e reduzirem as desigualdades. A edição *Dinâmicas do Desenvolvimento em África* evidencia a importância da transformação produtiva na realização das visões e aspirações de um continente integrado, pacífico e próspero, que desempenha um papel de relevo no cenário global. Como tal, as iniciativas emblemáticas da União Africana representam soluções estratégicas a uma recuperação sustentável.

Com o início das trocas comerciais no quadro da Zona de Comércio Livre Continental Africana (AfCFTA), em 2021, os governos africanos criaram uma oportunidade sem precedentes para desenvolver cadeias de valor regionais. Esta zona de comércio livre continental, potencialmente a maior do mundo, permitirá estabelecer posições comuns sobre múltiplos aspetos da integração regional, tais como o comércio, o investimento ou a regulação dos mercados públicos, a fim de impulsionar a produção regional. O comércio de produtos transformados já representa 79% das exportações intra-africanas. Produzir mais bens a nível regional irá assim melhorar a resiliência das economias africanas.

Pela primeira vez, esta quarta edição do relatório *Dinâmicas do Desenvolvimento em África* analisa estudos de caso, apresentado políticas específicas para cada região do continente. O relatório estabelece um roteiro que inclui o setor privado, o papel dos recursos domésticos, e o do reforço das ligações económicas. Os países africanos devem incrementar os seus recursos domésticos com vista ao investimento estratégico.

Para implementar este roteiro, o relatório identifica duas áreas prioritárias de ação:

1. Apoiar a digitalização da produção e do comércio intra-africano;
2. Adaptar as estratégias nacionais de industrialização ao novo quadro estabelecido pela AfCFTA.

O apoio da comunidade internacional ao desenvolvimento das cadeias de valor regionais africanas deve fazer parte dos esforços globais para assegurar uma recuperação sustentável e um crescimento partilhado. Trabalhar em conjunto significa renovar o compromisso de tomar medidas concretas para cumprir as promessas de desenvolvimento feitas a África.

A comunidade internacional pode e deve fazer melhor para apoiar os esforços africanos para saírem da pandemia. Apesar dos esforços dos Estados membros da União Africana e do apoio internacional, apenas 14% da população africana estava totalmente vacinada em fevereiro de 2022. O acesso desigual às vacinas revela desigualdades económicas

profundamente enraizadas. Atualmente, uma em cada seis pessoas no mundo é africana. No entanto, os africanos possuem menos de um vigésimo da riqueza do mundo. A crise da COVID-19 amplia estas desigualdades.

O trabalho de pesquisa empreendido em torno do relatório *Dinâmicas do Desenvolvimento em África 2022* permite informar a Comissão Técnica Especializada da União Africana sobre Finanças, Assuntos Monetários, Planeamento Económico e Integração; os decisores políticos dos Estados membros da UA; bem como o sector privado e os parceiros de desenvolvimento, como parte da sua adesão ao Centro de Desenvolvimento da OCDE. O relatório destaca ações estratégicas para desencadear o desenvolvimento de África através de investimentos em redes de produção regionais - como fonte de crescimento, diversificação económica, de valor acrescentado e empregos de qualidade - para uma recuperação sustentável e equitativa.



Moussa Faki Mahamat

Presidente
Comissão da União Africana



Mathias Cormann

Secretário Geral
Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

Índice

Prefácio ... 3

Agradecimentos ... 5

Editorial ... 9

Siglas e Acrónimos ... 19

Sumário Executivo ... 21

Perspetiva continental ... 25

O desenvolvimento de cadeias de valor regionais irá apoiar uma recuperação sustentável da COVID-19 ... 25
As políticas regionais são fundamentais para expandir as redes de produção regionais ... 29
Os decisores políticos devem trabalhar com o setor privado para desenvolver redes de produção regionais ... 32
Nota ... 35
Bibliografia ... 35

Capítulo 1. **Porque são as cadeias de valor regionais importantes para a recuperação económica em África** ... 39
Em síntese ... 40
Perfil continental africano ... 42
África corre o risco de ficar para trás na economia mundial ... 43
Os decisores políticos podem tirar partido da Zona de Comércio Livre Continental Africana para desenvolver e beneficiar de cadeias de valor regionais ... 51
Políticas para cadeias de valor regionais podem aproveitar as tendências aceleradas pela COVID-19 ... 59
Anexo 1.A1. Descrição técnica da modelização global por vetores autorregressivos ... 70
Notas ... 71
Bibliografia ... 71

Capítulo 2. **Como reforçar as cadeias de valor regionais na Zona de Comércio Livre Continental Africana** ... 77
Em síntese ... 78
As políticas para desenvolver cadeias de valor regionais devem concentrar-se no setor privado e mobilizar recursos internos ... 80
Os decisores políticos e o setor privado devem trabalhar em conjunto para reduzir os custos da produção e do comércio transfronteiriços ... 85
Políticas proativas podem reforçar as ligações industriais nas redes de produção regionais ... 90
Anexo 2.A1. Exemplos de cadeias de valor continentais e regionais promissoras em África ... 102
Anexo 2.A2. Exemplos de iniciativas emblemáticas para mobilizar investimentos em África ... 107
Nota ... 108
Bibliografia ... 108

Capítulo 3. **Integração das cadeias de valor na África Austral e a indústria automóvel** ... 115
Em síntese ... 116
Perfil regional da África Austral ... 118
O aumento da participação da África Austral nas cadeias de valor globais depende da melhoria do comércio, do contexto económico e dos fluxos financeiros ... 119

A cadeia de valor automóvel pode contribuir para a recuperação económica na África Austral... 127
As políticas públicas podem fortalecer a cadeia de valor automóvel na África Austral ... 137
Notas ... 143
Bibliografia ... 144

Capítulo 4. **Integração das cadeias de valor na África Central e a indústria da madeira** ... 149
Em síntese ... 150
Perfil regional da África Central ... 152
A África Central continua mal integrada nas CVG ... 153
Estudo de caso: é necessário promover a VCR no setor da madeira ... 157
Existem várias opções de política económica a explorar ... 168
Anexo 4.A1. Tabelas complementares ... 172
Notas ... 173
Bibliografia ... 173

Capítulo 5. **Integração das cadeias de valor na África Oriental e a indústria agroalimentar** ... 179
Em síntese ... 180
Perfil regional da África Oriental ... 182
A África Oriental precisa de aumentar a sua participação nas cadeias de valor globais ... 183
As cadeias de valor agroalimentares regionais oferecem um grande potencial para a industrialização e a criação de emprego, mas exigem políticas de apoio ... 191
A coordenação regional é fundamental para reforçar as cadeias de valor agroalimentares da África Oriental ... 197
Anexo 5.A1. Cadeias de valor globais do têxtil e do vestuário na África Oriental ... 203
Notas ... 204
Bibliografia ... 205

Capítulo 6. **Integração das cadeias de valor no Norte de África e o setor da energia** ... 209
Em síntese ... 210
Perfil regional do Norte de África ... 212
O contexto macroeconómico dificulta a progressão dos países do Norte de África nas cadeias de valor ... 213
A energia continua a dominar o posicionamento do Norte de África nas CVG ... 218
Subsistem limitações no desenvolvimento da CVE no Norte de África ... 222
No entanto, existem oportunidades para a integração do Norte de África nas cadeias de valor da energia ... 224
São necessárias políticas públicas adequadas para dinamizar as CVR com base na energia e a integração nas CVG ... 227
Anexo 6.A1. O comércio de bens intermédios para o Norte de África ... 235
Bibliografia ... 235

Capítulo 7. **Integração das cadeias de valor na África Ocidental e a indústria agroalimentar** ... 239
Em síntese ... 240
Perfil regional da África Ocidental ... 242
A África Ocidental enfrenta problemas estruturais, agravados pela pandemia de COVID-19 243
O forte potencial agrícola da África Ocidental pode contribuir para promover uma recuperação económica sustentável e inclusiva ... 250
Políticas públicas para reforçar a cadeia de valor alimentar na África Ocidental ... 257
Bibliografia ... 266

Anexo estatístico ... 271

Figuras

1. Produção africana em percentagem do produto interno bruto mundial (em paridade de poder de compra), 2000-26 25
2. Crescimento das exportações africanas *versus* crescimento da procura mundial, 2019-20 26
3. Modelo *hub-and-spoke* para o desenvolvimento de um pacto automóvel na África Subsariana 27
4. A participação em cadeias de valor regionais como percentagem da participação em cadeias de valor globais, por regiões mundiais e africanas, 2019 28
5. Evolução dos custos comerciais intra-africanos e de África com o resto do mundo, 2005-19 29
6. Internet de banda larga intrarregional, por continente 33
7. Despesas com contratos públicos em percentagem do PIB, média 2015-19 34

1.1. Perfis económicos e comerciais de África, expressos em % do total 42
1.2. Principais parceiros comerciais de África, por volume de comércio de bens intermédios, de bens de consumo e de equipamentos 42
1.3. Produção africana em percentagem do produto interno bruto mundial, 2000-26 43
1.4. Crescimento do PIB real em dez países africanos, 2015-22 44
1.5. Impacto da pandemia de COVID-19 no défice de crescimento em dez países africanos, por fatores internos e externos, segundo trimestre (T2) de 2020 45
1.6. Crescimento das exportações *versus* crescimento da procura mundial, África, 2019-20 45
1.7. Evolução da parte das importações da União Europeia e dos Estados Unidos provenientes de África e da ALC, 2020 vs 2019 46
1.8. Participação a montante e a jusante do continente africano nas cadeias de valor globais, 2019 47
1.9. Participação a montante e a jusante do continente africano nas cadeias de valor globais, 2000-19 48
1.10. Comércio de bens intermédios por parceiro de África em 2019 (mil milhões USD) 49
1.11. Principais fases de negociação para a implementação da Zona de Comércio Livre Continental Africana 52
1.12. Evolução dos custos comerciais intra-africanos e de África com o resto do mundo, 2005-19 54
1.13. Variação da percentagem de mortes prematuras devido à poluição ambiental causada por partículas em África, China, Índia e no mundo, 2010-19 59
1.14. Investimento direto estrangeiro *greenfield* em África, Ásia-Pacífico, e América Latina e Caraíbas em percentagem das despesas de capital mundiais, 2003-21 61
1.15. Projetos de investimento direto estrangeiro *greenfield* para África por atividade empresarial, 2015-21 62
1.16. Análise de rede da internet de banda larga intra-africana, 2017-20 66

2.1. Internet de banda larga intrarregional, por continente 88
2.2. Prioridades das políticas em matéria de competências para desenvolver cadeias de valor 91
2.3. Despesas com contratos públicos em percentagem do PIB, média 2015-19 94
2.4. Evolução da intensidade da luminosidade noturna registada em polos industriais selecionados em África, 2019-20 99
2.5. Taxa de crescimento da luminosidade noturna e das intervenções governamentais nos polos, 2019 T4-2020 T4 100

3.1. Perfis económicos e comerciais da África Austral, expressos em % do total 118

3.2. Principais parceiros comerciais da África Austral, por comércio de bens intermédios, de bens de consumo e de equipamentos ... 118
3.3. Participação total a montante e a jusante na cadeia de valor global (CVG) em África e na África Austral, em comparação com outras regiões do mundo, 2019 (em percentagem do produto interno bruto) ... 120
3.4. Comércio total da África Austral por região do mundo, 2000-19 ... 123
3.5. Comércio intracontinental de bens intermédios em percentagem do comércio total de bens intermédios na África Austral e noutras regiões africanas, 2000-19 ... 123
3.6. Os seis mais importantes grupos de produtos de dois dígitos comercializados internamente na SADC, 2013-19 (em milhões de USD) ... 124
3.7. Total de exportações dos países da SADC para categorias de exportação selecionadas, 2018-20 (em mil milhões de USD) ... 125
3.8. Entradas líquidas reais de investimento direto estrangeiro por país da África Austral, 2000-19 (em mil milhões de USD) ... 127
3.9. Modelo *hub-and-spoke* para o desenvolvimento de um pacto automóvel na África Subsariana ... 136
3.10. Potencial modelo *hub-and-spoke* para o desenvolvimento de um pacto automóvel na África Austral ... 140
4.1. Perfis económicos e comerciais da África Central, expressos em % do total ... 152
4.2. Principais parceiros comerciais da África Central, por comércio de bens intermédios, de bens de consumo e de equipamentos ... 152
4.3. Participação total das sub-regiões de África nas cadeias de valor globais a montante e a jusante em 2019 (em percentagem do PIB) ... 153
4.4. Valor total da participação a montante e a jusante nas CVG entre as exportações da África Central, em milhões de USD, 2015 ... 154
4.5. Emprego setorial na África Central em 2019 (percentagem do emprego total) ... 155
4.6. Principais destinos de exportação e importação da África Central, produtos primários e manufaturados, 2020 (em mil milhões de USD) ... 156
4.7. Perda de coberto da floresta primária (em ha) na RD Congo e nos Camarões, 2001-20 ... 161
4.8. Ponto de situação das infraestruturas de comunicação nas sub-regiões de África e no resto do mundo ... 167
5.1. Perfis económicos e comerciais da África Oriental, expressos em % do total ... 182
5.2. Principais parceiros comerciais da África Oriental, por comércio de bens intermédios, de bens de consumo e de equipamentos ... 182
5.3. Participação da África Oriental nas cadeias de valor globais, 2000-19 ... 183
5.4. Participação a montante e a jusante nas cadeias de valor globais em países selecionados da África Oriental, 2019 ... 184
5.5. Crescimento real do PIB nos países da África Oriental, 2020-22 ... 186
5.6. Crescimento das exportações *versus* crescimento da procura mundial, África Oriental, 2019-20 ... 187
5.7. Investimento direto estrangeiro *greenfield* na África Oriental, por setor, março de 2020 - setembro de 2021 ... 188
5.8. Comércio intracontinental de bens intermédios, média 2000-19 ... 189
5.9. Integração comercial e de infraestruturas: Pontuações de desempenho intrarregional ... 190
5.10. Aumento modelizado das exportações da África Oriental para África devido à ZCLCA, por setor ... 191
5.11. Participação da África Oriental nas cadeias de valor globais, por setor, 2015 ... 192
5.12. Cadeia de valor regional e global dos produtos lácteos ... 194

5.13. Diferenças de preços do milho na África Oriental ... 195
6.1. Perfis económicos e comerciais do Norte de África, expressos em % do total ... 212
6.2. Principais parceiros comerciais do Norte de África, por comércio de bens intermédios, de bens de consumo e de equipamentos ... 212
6.3. Distribuição setorial do emprego no Norte de África, 2000-20 ... 213
6.4. Entrada de fluxos financeiros no Norte de África em percentagem do PIB, 2000-19 ... 214
6.5. Participação do Norte de África nas cadeias de valor globais ... 215
6.6. Total das exportações por intensidade produtiva dos produtos ... 217
6.7. Participação setorial a montante e a jusante nas CVG do Norte de África, 2015 ... 218
6.8. A evolução do custo médio global ponderado (LCOE) e dos preços de leilão/compra de eletricidade para a solar fotovoltaica, eólica *onshore* e *offshore* e CSP, 2010-23 ... 219
6.9. Emprego direto ao longo da cadeia de valor da energia solar fotovoltaica ... 222
6.A1.1. Comércio intracontinental de bens intermédios em percentagem do comércio total de bens intermédios para o Norte de África, 2000-19 ... 235
7.1. Perfis económicos e comerciais da África Ocidental, expressos em % do total ... 242
7.2. Principais parceiros comerciais da África Ocidental, por comércio de bens intermédios, de bens de consumo e de equipamentos ... 242
7.3. País em destaque: evolução dos fluxos de bens e serviços no período 2019-20 ... 243
7.4. Projeção dos níveis de PIB per capita nos 15 países da África Ocidental, 2019-24 (base 100 = ano 2019) ... 244
7.5. Exportações acumuladas por categoria de produto, África Ocidental, 2015-19 (em milhões de USD) ... 245
7.6. Visão geral da integração da África Ocidental nas cadeias de valor globais (CVG), 1990-2019 ... 246
7.7. Valor total da participação a montante e a jusante nas CVG por setor na África Ocidental, em milhões de USD, 2015 ... 247
7.8. Novos projetos de investimento por setor de atividade na África Ocidental: parte intra-africana no cumulativo 2016-20, em % ... 248
7.9. Proporção das exportações intrarregionais reexportadas para países terceiros, 2015 ... 248
7.10. Destino das exportações dos países da África Ocidental, 2019 ... 249
7.11. Contributo para o emprego total na economia alimentar da África Ocidental, 2018 ... 251
7.12. Repartição dos produtos alimentares importados pelos países da CEDEAO por nível de transformação, total acumulado no período de 2016-20, em mil milhões de USD ... 252
7.13. Utilização agrícola de nutrientes azotados por área de cultivo (t/ha), 2018 ... 263

Tabelas

1. Principais recomendações políticas para desenvolver cadeias de valor selecionadas em regiões africanas ... 30
2. Tendências globais: Oportunidades e desafios das cadeias de valor regionais ... 32
1.1. Iniciativas digitais em resposta à COVID-19 em países africanos selecionados ... 64
1.2. Recuperação verde em resposta à COVID-19 em países africanos selecionados ... 69
1.A1.1. Variáveis (todas inseridas) ... 70
2.1. Iniciativas africanas para promover cadeias de valores globais e regionais, 1980-presente ... 80
2.2. Mecanismos regulamentares que afetam os fluxos de dados transfronteiriços ... 89

2.3. Desempenho e presença geográfica de determinadas empresas multinacionais africanas, 2019 96
2.4. Indicadores selecionados para acompanhar os progressos do Quadro de Política de Investimento da SADC 97
2.A1.1. Visão geral das cadeias de valor continentais e regionais promissoras em África 102
2.A2.1. Iniciativas emblemáticas selecionadas para mobilizar os investimentos estrangeiros em África 107
3.1. Participação na cadeia de valor global (CVG) do setor dos equipamentos de transporte na África Austral, 2000-15 121
3.2. Comparações entre o comércio associado à cadeia de valor global (CVG) e exportações brutas e a indústria transformadora na África Austral (excluindo o Zimbabwe), 2015 121
3.3. Indicadores da participação na cadeia de valor global (CVG) no setor dos equipamentos de transporte nos países da África Austral (excluindo o Zimbabwe), 2015 122
3.4. Variação homóloga do total das exportações mundiais, de África e da região da SADC 125
3.5. Vendas de veículos automóveis, 2007-19 (unidades) 129
3.6. Produção de veículos pelos grandes fabricantes africanos, 2016-20 (unidades) 129
3.7. Exportações da África do Sul no setor automóvel para o mundo e para África, 2010-20 (em milhões de USD) 130
3.8. Exportações e importações do setor automóvel da África do Sul em África, 2020 (em milhões de USD) 131
4.1. Análise de algumas CV estratégicas na África Central 157
4.2. Taxa de perda anual de coberto florestal na África Central 158
4.3. Contribuição do setor florestal para o PIB e para o emprego direto e indireto na África Central 159
4.4. Exportações de produtos primários de madeira e de produtos secundários de madeira transformada (mobiliário de madeira) da África Central, 2018-20 (em milhares de USD) 160
4.5. Algumas medidas políticas adotadas para contrariar o impacto da pandemia no setor florestal na África Central 162
4.6. Análise das forças, oportunidades, fraquezas e ameaças para o setor da madeira na África Central 163
4.7. Exportações mundiais de toros e de produtos transformados de madeira tropical em 2020 (em milhares de m^3) 164
4.8. Os diferentes sistemas de certificação existentes na África Central 165
4.A1.1. Comércio por intensidade de produção na África Central em 2018 (em milhões de USD) 172
4.A1.2. Produção mundial de toros e produtos transformados de madeiras tropicais em 2020 (em milhares de m^3) 172
4.A1.3. Superfície de floresta, de terra e densidade populacional na África Central 172
5.1. Instrumentos de política de polos de competitividade para manter o IDE e promover as exportações em resposta à COVID-19 na África Oriental 200
5.A1.1. Desempenho do setor têxtil e do vestuário na África Oriental, 2016 203
6.1. Quotas de exportação por setor no Norte de África (2018, em percentagem) 216
6.2. Capacidade de energias renováveis em 2019 e metas até 2030 nos países do Norte de África 220
6.3. Número de postos de trabalho existentes e potenciais no setor das ER 221

7.1. Exemplos de produtos agrícolas com potencial elevado na África Ocidental 253
7.2. Posição dos produtos agroalimentares entre os 20 principais produtos de exportação por país na África Ocidental (2016-19) 253
7.3. Obstáculos ao desenvolvimento das cadeias de valor agroalimentares na África Ocidental 255
7.4. Algumas componentes tecnológicas da competitividade económica na África Ocidental, 2019 257
7.5. Competências humanas, sistema financeiro e capacidade tecnológica na África Ocidental 260

Caixas

1.1. O realinhamento global do comércio internacional à teoria gravitacional 53
1.2. Implementar estratégias continentais e regionais para desenvolver cadeias de valor farmacêuticas e médicas em África 55
1.3. A ZCLCA e o comércio informal 57
1.4. Aplicação do Protocolo de Investimento da ZCLCA 60
1.5. Receitas públicas: as implicações do imposto mínimo global sobre as sociedades 63
1.6. Cadeias de valor agrícolas nos países africanos de língua portuguesa e a sua digitalização 66
2.1. Melhorar a avaliação dos projetos transfronteiriços em África 84
2.2. Escalonamento de sistemas de pagamentos regionais integrados 87
2.3. As aspirações dos jovens e a realidade dos empregos em África 93
2.4. Harmonização e reforço dos sistemas de normas de qualidade em África 95
2.5. Polos industriais em África durante a pandemia de COVID-19 99
2.6. A perceção dos funcionários tributários africanos sobre a conformidade fiscal das empresas multinacionais 101
3.1. Participação na cadeia de valor global 119
3.2. Política relativa ao setor automóvel e desenvolvimento do setor na África do Sul 132
3.3. O comércio regional e as políticas industriais devem ter em conta as questões específicas do setor automóvel 139
4.1. Oportunidades para a transformação de minérios na África Central 156
4.2. Análise de algumas cadeias de valor estratégicas na África Central 157
4.3. Impacto da COVID-19 na perda de coberto florestal na RD Congo e nos Camarões 161
4.4. Um movimento pela certificação 164
4.5. O exemplo da zona económica especial (ZEE) de Nkok, no Gabão 167
5.1. Cadeias de valor dos produtos lácteos da África Oriental 193
5.2. Desenvolver competências para a era digital na África Oriental 202
6.1. Potencial de criação de emprego da CVER no Norte de África 221
6.2. Plano de Recuperação para a Europa e CVE para o Norte de África 225
6.3. A experiência dos “corredores” de transporte na Ásia Central 232
7.1. A mandioca, uma cadeia de valor com grande potencial 254
7.2. Ananás, um produto em forte crescimento mas sujeito a restrições 256
7.3. Está em curso a digitalização do último elo da cadeia de valor agroalimentar 258
7.4. *Agropoles* integrados e explorações agrícolas comunitárias (*Domaines agricoles communautaires* - DAC) no Senegal 261
7.5. O setor do cacau face ao desafio da adaptação climática 263

Siglas e Acrónimos

ACBF	African Capacity Building Foundation (Fundação para o Desenvolvimento de Capacidades em África)
AIE	Agência Internacional de Energia
ALC	América Latina e Caraíbas
APMP	Ambient Particulate Matter Pollution (Poluição ambiental causada por partículas)
ASEAN	Association of Southeast Asian Nations (Associação das Nações do Sudeste Asiático)
AUDA-NEPAD	Agência de Desenvolvimento da União Africana - Nova Parceria para o Desenvolvimento de África
B2C	*Business to Consumer*
BAfD	Banco Africano de Desenvolvimento
BMZ	Bundesministerium für wirtschaftliche Zusammenarbeit und Entwicklung (Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento)
CAO	Comunidade da África Oriental
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CEEAC	Comunidade Económica dos Estados da África Central
CEMAC	Comunidade Económica e Monetária da África Central
CEN-SAD	Comunidade dos Estados do Sahel e do Saara
CER	Comunidade Económica Regional
CNUCED	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
COMESA	Common Market for Eastern and Southern Africa (Mercado Comum da África Oriental e Austral)
CSAO	Clube do Sahel e da África Ocidental
CTEM	Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática
CUA	Comissão da União Africana
CVA	Cadeia de Valor Agroalimentar
CVE	Cadeia de Valor da Energia
CVER	Cadeia de Valor das Energias Renováveis
CVF	Cadeia de Valor Florestal
CVG	Cadeia de Valor Global
CVR	Cadeia de Valor Regional
EFTP	Educação e Formação Técnica e Profissional
ESG	Environmental, Social and corporate Governance (Governação Ambiental, Social e Corporativa)
FEM	Fórum Económico Mundial
FMI	Fundo Monetário Internacional
GIZ	Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (Agência Alemã para a Cooperação Internacional)
IDE	Investimento Direto Estrangeiro
IFC	Corporação Financeira Internacional
I&D	Investigação e Desenvolvimento
ISO	International Standards Organization (Organização Internacional de Normalização)
ITC	International Trade Center (Centro Internacional de Comércio)

MNE	Empresa Multinacional
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMC	Organização Mundial do Comércio
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico
ONU	Organização das Nações Unidas
PAIC	Pan-African Investment Code (Código de Investimento Pan-Africano)
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pequenas e Médias Empresas
PPP	Parcerias Público-Privadas
PIDA	Programa de Desenvolvimento das Infraestruturas em África
SACU	União Aduaneira da África Austral
SADC	Southern African Development Community (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral)
TEC	Tarifa Externa Comum
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
UA	União Africana
UE	União Europeia
UEMOA	União Económica e Monetária da África Ocidental
UMA	União do Magrebe Árabe
UNECA	Comissão Económica das Nações Unidas para África
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNIDO	Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
VCR	Vantagem Comparativa Revelada
ZCLCA	Zona de Comércio Livre Continental Africana
ZEE	Zona Económica Especial

Sumário Executivo

A pandemia de COVID-19 está a atrasar a convergência das economias africanas com o resto do mundo. Em 2022, projeta-se que o crescimento económico africano seja um ponto percentual abaixo da taxa mundial de 4.9 %. Segundo as projeções atuais, os países africanos demorarão mais de cinco anos a recuperar a sua quota-parte pré-COVID (cerca de 5 %) do produto interno bruto (PIB) mundial. A procura mundial mais fraca de mercadorias, as perturbações da cadeia de abastecimento e as medidas sanitárias necessárias têm restringido a capacidade de produção de África. A nossa análise de 127 polos industriais africanos, baseada na intensidade da luz noturna, sugere que as suas atividades diminuíram até 7.2 % entre março e agosto de 2020. O ritmo lento da vacinação contra a COVID-19 retém a recuperação. Em dezembro de 2021, apenas 7.7 % da população africana tinha recebido uma vacina, contra 69.5 % nos países de rendimento elevado.

Acelerar a transformação produtiva de África é uma prioridade política para a recuperação económica. A crise económica está a dificultar o desenvolvimento do continente, empurrando mais de 29 milhões de pessoas para a pobreza extrema. A criação de emprego produtivo pode ajudar a diminuir os níveis de pobreza, uma vez que a margem orçamental limitada e a economia informal predominante diminuem o âmbito e a eficiência dos sistemas de proteção social. A nossa previsão para dez países africanos com dados de alta frequência indica que uma forte recuperação mundial poderia aumentar o seu crescimento do PIB para quase quatro pontos percentuais acima do nível atingido no segundo trimestre de 2020. No entanto, esta previsão depende da capacidade local para retomar a produção. Dados bilaterais mensais sobre o comércio sugerem que as exportações africanas se situam atrás de outras regiões do mundo. A participação do continente nas importações totais dos mercados da União Europeia e dos Estados Unidos diminuiu de 2.4 % em 2019 para 2.0 % em 2020, enquanto a participação da América Latina e Caraíbas (ALC) aumentou ligeiramente.

A entrada em vigor da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA), em janeiro de 2021, cria novas oportunidades para acelerar a transformação produtiva através do desenvolvimento de redes de produção regionais. A produção regional de produtos transformados ou semitransformados tem um elevado potencial de crescimento, uma vez que representa apenas 2.7 % da participação de África nas cadeias de valor globais. O fomento da produção regional pode ajudar os países africanos a diversificarem a sua base económica e a melhorarem a produção. Em 2019, os bens transformados e semitransformados representaram 79 % das exportações intra-africanas, contra 41 % das exportações africanas para outros destinos. O aumento da produção regional pode também criar mais empregos de qualidade. Nas cadeias de valor agroalimentar, os postos de trabalho em segmentos a montante, como a transformação alimentar, a comercialização, os transportes e o comércio a retalho, geram até oito vezes mais produção por trabalhador do que os postos de trabalho na agricultura. Para indústrias de grande escala, como a indústria automóvel, a ZCLCA pode facilitar um modelo *hub-and-spoke* (distribuição radial) de vários centros de montagem regionais e fornecedores de componentes.

A cooperação regional é fundamental para superar os desafios e riscos na construção de redes de produção regionais na ZCLCA. Desde 2012, os custos do comércio intra-africano aumentaram para os níveis de 2007 devido a fatores como barreiras não pautais, infraestruturas de transporte insuficientes e fracos serviços relacionados com o comércio. Atrair empresas líderes e ajudá-las a operar além-fronteiras exige o reforço das instituições formais e informais. Muitas empresas africanas enfrentam desafios para a internacionalização e formação de laços com empresas líderes. A cooperação regional pode ajudar a enfrentar simultaneamente múltiplos riscos através da produção

transfronteiriça. O aumento dos riscos ambientais também precisa de ser abordado. Este relatório mostra que, apesar de um desenvolvimento industrial limitado, o número de mortes causadas pela poluição atmosférica exterior em África ultrapassou em 30 % o valor mundial e em 50 % o valor da China no período 2010-19. Adotar o modelo de desenvolvimento "industrializar primeiro e limpar mais tarde" de outras regiões do mundo teria custos económicos sem precedentes para África.

Novas políticas de apoio às redes de produção regionais podem beneficiar de muitas lições retiradas de políticas passadas e de novas tendências emergentes. Os choques da COVID-19 tiveram consequências significativas e diversas no comércio e na produção a nível mundial. Por exemplo, o investimento direto estrangeiro *greenfield* em África diminuiu em 2020-21 em todos os setores, exceto nas tecnologias da informação e comunicação e nas indústrias da Internet, onde mais do que duplicou entre 2015 e 2021. Em retrospetiva, importantes lacunas na implementação de políticas e a falta de mobilização de recursos prejudicaram as políticas passadas. Neste contexto, emergem duas áreas políticas fundamentais:

- **A digitalização do comércio e da produção intra-africanos exige uma colaboração mais estreita entre os setores público e privado.** Várias inovações digitais melhoram a eficiência da logística, das alfândegas e das finanças. Oferecem novas oportunidades aos produtores mais pequenos e informais. Os decisores políticos podem ajudar a aumentar a escala das soluções impulsionadas pelo setor privado. Podem facilitar a coordenação entre as partes interessadas, harmonizar a regulamentação e as normas entre setores e países e modernizar as administrações aduaneiras. As alianças público-privadas são fundamentais para o desenvolvimento de infraestruturas regionais de Internet e para a criação de regulamentos acomodatícios para os fluxos transfronteiriços de dados. Em 2020, a largura de banda intrarregional como parte da largura de banda total da Internet atingiu 16 % em África, em comparação com 20 % na América Latina e Caraíbas, 56 % na Ásia e 75 % na Europa. Apesar dos progressos realizados, é necessário mais investimento para alcançar os países de rendimento elevado.
- **Os governos africanos devem adaptar as suas estratégias nacionais de industrialização ao novo ambiente proporcionado pela ZCLCA.** Em primeiro lugar, o apoio à mobilidade intrarregional de competências e o desenvolvimento de centros de formação regionais podem atenuar a escassez de competências. Em segundo lugar, os governos podem combinar esforços para melhorar as infraestruturas e promover o investimento nos corredores de desenvolvimento, nomeadamente através da implantação de projetos de infraestruturas multimodais no âmbito do Plano de Ação Prioritário 2021-2030 do Programa de Desenvolvimento de Infraestruturas em África (PIDA PAP 2). Em terceiro lugar, uma forte estrutura de acompanhamento pode ajudar a implementar o Quadro Pan-Africano de Investimento nos países membros. Em quarto lugar, os contratos públicos podem alargar os critérios de elegibilidade para o tratamento preferencial aos produtores da ZCLCA. Esta abordagem pode criar procura para a produção regional de bens e melhorar a qualidade dos contratos públicos, que se situam em 8.7 % do PIB em África, em comparação com 8 % na Ásia em desenvolvimento e 6 % na América Latina e Caraíbas.

Principais recomendações políticas para desenvolver cadeias de valor selecionadas em regiões africanas

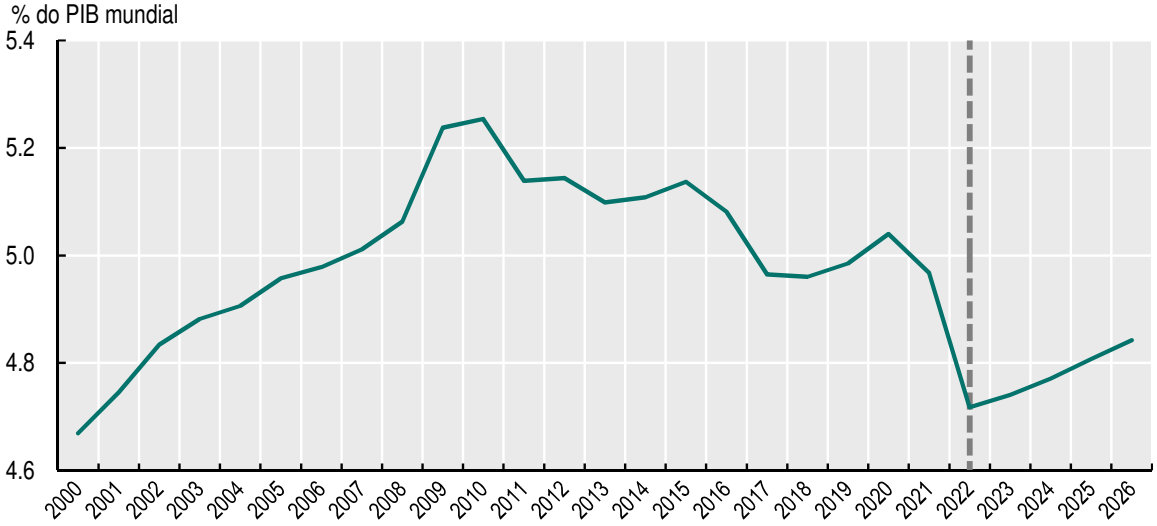
Região	Cadeia de valor	Recomendações políticas
África Austral	Automóvel	• Melhorar o ambiente empresarial e incentivar o investimento das empresas líderes mundiais • Apoiar de forma proativa as empresas para manter a produção e a liquidez financeira durante a pandemia • Adotar políticas comerciais acomodatícias, eliminando os direitos aduaneiros e outras barreiras ao comércio
África Central	Madeira	• Melhorar o ambiente empresarial através da estabilização macroeconómica, da harmonização das legislações comerciais e da liberalização dos mercados de importação • Investir em infraestruturas de transporte e logística • Trabalhar com as comunidades locais e o setor privado para desenvolver a capacidade de transformação
África Oriental	Produtos agroalimentares	• Revisão da Pauta Externa Comum da Comunidade da África Oriental e redução das barreiras não pautais • Coordenar as estratégias industriais nacionais e promover as interações entre os polos industriais nos vários países da região • Expandir a iniciativa de *roaming* da *One Network Area* para outros países para além da Comunidade da África Oriental (CAO)
Norte de África	Energia	• Melhorar o ambiente empresarial e identificar polos industriais para atrair empresas líderes globais • Criar centros de formação e de investigação para desenvolver as competências pertinentes na mão de obra • Facilitar o comércio intrarregional de matérias-primas e bens intermédios para o setor • Investir nas ligações de transportes e desenvolver planos para as conexões intrarregionais de energia
África Ocidental	Produtos agroalimentares	• Melhorar o acesso ao financiamento e prestar assistência técnica e financeira às cooperativas • Facilitar a adoção digital e práticas inteligentes em matéria de clima entre pequenos agricultores e produtores informais • Reforçar a aplicação dos acordos da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental em matéria de facilitação do comércio e de normas de qualidade • Identificar zonas económicas especiais transfronteiriças para atrair investimento e aumentar a competitividade

O desenvolvimento de cadeias de valor regionais irá apoiar uma recuperação sustentável da COVID-19

O reforço dos sistemas produtivos dos países africanos é vital para a sua recuperação económica

A pandemia de COVID-19 está a atrasar a convergência económica de África com a economia mundial. O crescimento económico africano atingirá 3.9 % em 2022, um ponto percentual abaixo da taxa de crescimento para o resto do mundo, que se situa em 4.9 %. Em 2022, espera-se que o produto interno bruto (PIB) de África, em percentagem do PIB mundial, caia para 4.7 %, o nível mais baixo desde 2002. Isto inverte o processo de convergência que estava em curso: entre 2000 e 2010, o peso económico global de África aumentou de forma constante, passando de 4.7 % para 5.3 % da produção mundial (Figura 1). África não recuperará a sua quota-parte do PIB mundial pré-COVID num futuro previsível. A COVID-19 também inverteu o progresso na redução da pobreza em África, empurrando pelo menos mais 29 milhões de pessoas para a pobreza extrema (Mahler et al., 2021).

Figura 1. **Produção africana em percentagem do produto interno bruto mundial (em paridade de poder de compra), 2000-26**



Fonte: Cálculos dos autores com base em dados do FMI (2021a), *World Economic Outlook Database*, projeções de outubro de 2021, https://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2021/October.

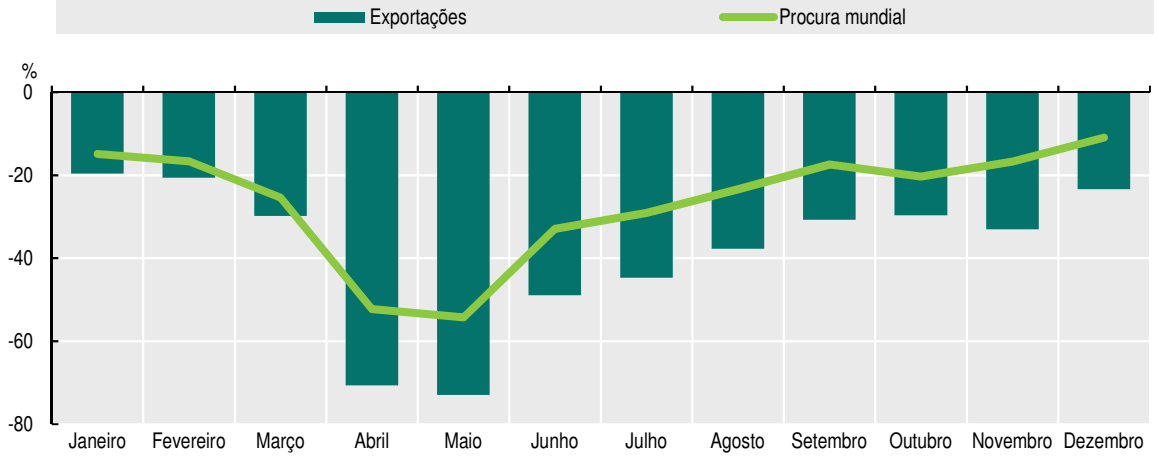
StatLink *https://doi.org/10.1787/888934297750*

As crises sanitárias e económicas reforçam-se mutuamente. Os programas de vacinação têm de acelerar: em 11 de janeiro de 2022, apenas 9.5 % da população africana tinha sido completamente vacinada, contra 70.7 % nos países de rendimento elevado. A Organização Mundial da Saúde prevê que o continente poderá não atingir 70 % de cobertura de vacinas até agosto de 2024 (OMS, 2021). Além disso, a procura mundial mais fraca, as perturbações da oferta e as medidas sanitárias necessárias restringiram as atividades económicas. A nossa análise de 127 polos industriais africanos sugere uma diminuição da intensidade da luminosidade noturna nesses polos, um indicador da atividade económica, de até 7.2 % entre março e agosto de 2020.

A margem orçamental limitada de que dispõem os governos africanos dificulta a possibilidade de um forte estímulo fiscal. Os nossos cálculos sugerem que a despesa pública total em África atingiu 25.2 % do PIB em 2020-21. Para comparação, a despesa pública atingiu 26.9 % do PIB em 2009-10, quando muitos governos africanos investiram fortemente em infraestruturas públicas para combater a crise financeira global. O nível mais baixo de despesa reflete os recursos limitados disponíveis para os governos africanos durante a pandemia. Os dados mais recentes mostram que o rácio médio impostos/PIB em África aumentou 1.8 pontos percentuais entre 2010 e 2019. No entanto, o aumento dos custos do serviço das dívidas absorveu dois terços deste aumento das receitas (OCDE/CUA/ATAF, 2021).

As restrições à produção limitam a capacidade dos produtores africanos de beneficiarem da recuperação da procura mundial. O forte crescimento mundial em 2022 irá provavelmente impulsionar o PIB em mais 3.9 pontos percentuais, em média, em dez países africanos, de acordo com os dados disponíveis, em comparação com o mínimo registado no segundo trimestre de 2020.[1] No entanto, isso depende da capacidade dos produtores africanos para retomar a produção e restaurar a sua competitividade. Os dados comerciais bilaterais mensais mostram que as exportações de produtos africanos ficaram aquém da recuperação das importações globais para esses produtos entre 2019 e 2020, sugerindo importantes restrições do lado da oferta (Figura 2). A participação do continente nas importações para os mercados da União Europeia e dos Estados Unidos diminuiu de 2.4 % em 2019 para 2.0 % em 2020, enquanto a participação da América Latina e Caraíbas aumentou ligeiramente.

Figura 2. **Crescimento das exportações africanas *versus* crescimento da procura mundial, 2019-20**



Nota: Os dados sobre as exportações de África incluem todas as mercadorias exportadas por países africanos para a Europa e os Estados Unidos, onde existem dados mensais fiáveis disponíveis. A procura mundial de produtos africanos é aproximada pelas importações totais da Europa e dos Estados Unidos por bens que também importam de África. A figura mostra uma comparação das exportações de cada mês em 2020 com as exportações do mesmo mês em 2019.

Fonte: Cálculos dos autores com base em dados mensais do comércio da ONU (2021), *UN COMTRADE* (base de dados), https://comtrade.un.org/.

StatLink https://doi.org/10.1787/888934297674

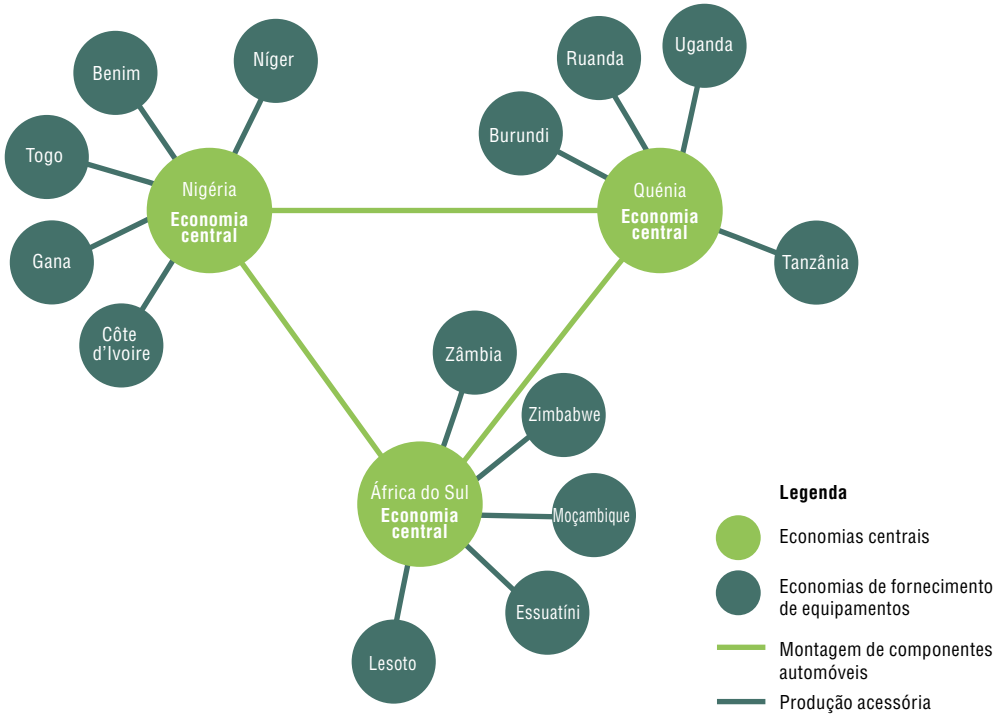
Acelerar a transformação produtiva é fundamental para criar empregos de qualidade que reduzam a pobreza e para fortalecer a resiliência económica de África (CUA/OCDE, 2019). Em primeiro lugar, a criação de emprego produtivo pode ajudar a diminuir os níveis de pobreza, uma vez que a margem orçamental limitada e a economia informal predominante diminuem o âmbito e a eficiência dos sistemas de proteção social. Em segundo lugar,

o reforço da capacidade de produção local nos setores farmacêutico e alimentar pode ajudar os países africanos a reduzir a sua vulnerabilidade a futuras crises. Os países africanos importam 90 % dos seus produtos farmacêuticos, o que os torna vulneráveis a perturbações nas cadeias de abastecimento internacionais. Em 2020, quase dois terços dos países africanos eram importadores líquidos de alimentos básicos, enquanto o número de pessoas com fome aumentou para 250.3 milhões, cerca de um quinto da população em África (FAO/CEA/CUA, 2021).

A implantação da Zona de Comércio Livre Continental Africana pode desenvolver cadeias de valor regionais e acelerar a transformação produtiva

A Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA) oferece novas oportunidades para a integração de cadeias de valor regionais. A ZCLCA é o mais abrangente acordo continental em África até à data. Aborda questões importantes como normas sanitárias e fitossanitárias, barreiras técnicas ao comércio, direitos de propriedade intelectual e investimento (Banco Mundial, 2020a). Pretende aumentar o comércio intra-africano, num continente com uma população de 1.2 mil milhões de habitantes e um PIB combinado superior a 3 000 mil milhões USD. Os mercados internos em crescimento, impulsionados pelo crescimento demográfico, pela urbanização e por uma nova classe de trabalhadores e consumidores, oferecem novas oportunidades em muitos setores, incluindo nos setores da alimentação, da indústria farmacêutica e da economia digital. Para indústrias de grande escala, como a indústria automóvel, o mercado continental pode facilitar um modelo *hub and spoke* (distribuição radial) de vários centros de montagem de veículos e economias de fornecimento de componentes (Figura 3).

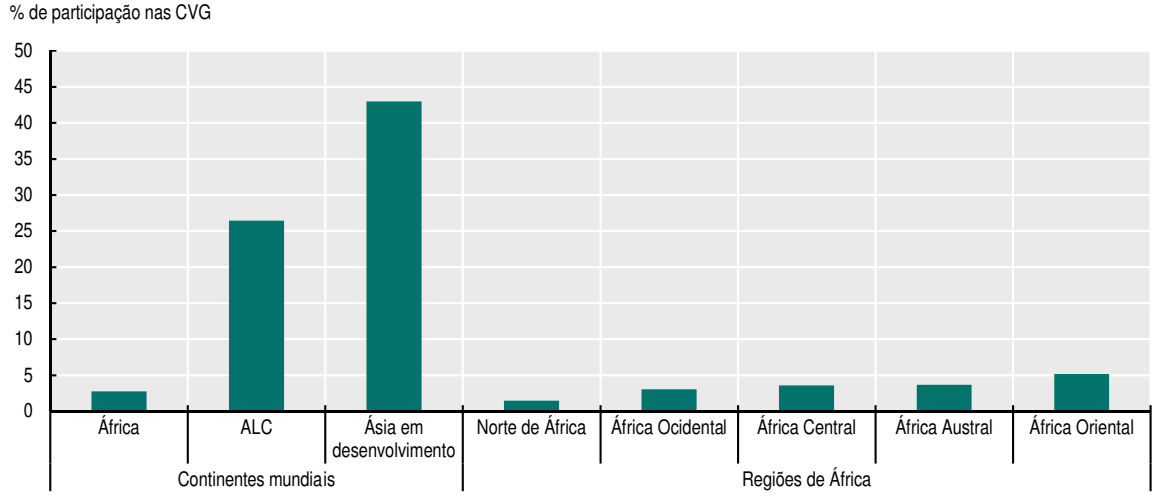
Figura 3. **Modelo *hub-and-spoke* para o desenvolvimento de um pacto automóvel na África Subsariana**



Fonte: Barnes, Erwin e Ismail (2019), "Realising the potential of the sub-Saharan African automotive market: The importance of establishing a sub-continental automotive pact".

As cadeias de valor regionais podem complementar a integração de África nas cadeias de valor globais e facilitar a transformação produtiva. Os produtores africanos continuam a ser, em grande medida, agentes marginais na produção internacional, representando 1.7 % da participação nas cadeias de valor globais em 2019, em comparação com 1.5 % em 2000. Os nossos cálculos sugerem que as cadeias de valor regionais representam apenas 2.7 % da participação de África na cadeia de valor global, contra 26.4 % na América Latina e Caraíbas e 42.9 % na Ásia em desenvolvimento (Figura 4). O reforço das redes de produção regionais pode ajudar os países africanos a diversificarem a sua base económica e a construírem as suas capacidades produtivas. Os bens transformados e semitransformados representaram 79 % das exportações intra-africanas em 2019, contra 41 % das exportações africanas para outros destinos. Além disso, a proximidade física, social, cultural e institucional ajuda as empresas africanas a diversificarem e a desenvolverem as suas capacidades produtivas ao explorarem os mercados regionais e continentais. Estas novas capacidades e contributos podem permitir que as empresas entrem e prosperem em mercados mais exigentes.

Figura 4. **A participação em cadeias de valor regionais como percentagem da participação em cadeias de valor globais, por regiões mundiais e africanas, 2019**



Fonte: Cálculos dos autores baseados em dados de Casella et al. (2019), *UNCTAD-Eora Global Value Chain Database*, https://worldmrio.com/unctadgvc/.

StatLink *https://doi.org/10.1787/888934297693*

Atualmente, os países africanos participam em grande medida nas cadeias de valor globais, exportando recursos naturais e produtos agrícolas em bruto para posterior transformação e produção por outros países. Essa participação a jusante nas cadeias de valor representa 5.9 % do PIB de África, um nível semelhante a outras regiões em desenvolvimento. Em contrapartida, a participação a montante – a utilização de fatores de produção estrangeiros para a transformação interna – representa apenas 2.1 % do PIB africano, inferior à da América Latina e Caraíbas (4.5 %) e da Ásia em desenvolvimento (3.3 %).

O reforço da produção regional para os mercados locais pode melhorar a participação a montante nas cadeias de valor e criar empregos produtivos. A transformação interna a nível regional para satisfazer a procura local pode ajudar os produtores a especializar-se nos segmentos a montante, tais como a transformação alimentar, a comercialização, os transportes e o comércio a retalho, explorando a sua proximidade com os consumidores finais. Por exemplo, nas cadeias de valor agroalimentar, os segmentos a montante contribuem para a criação de empregos não agrícolas nas zonas rurais e urbanas. Estes

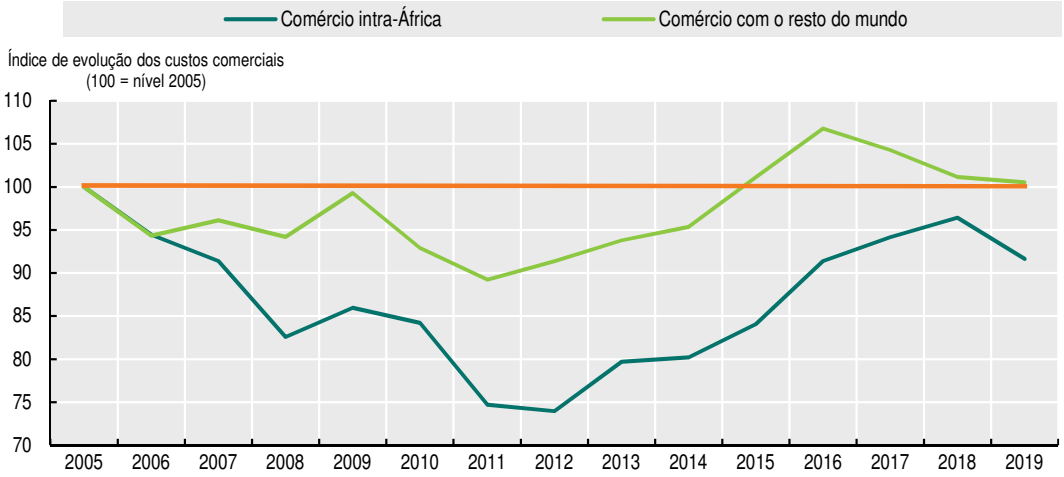
empregos podem gerar até oito vezes mais produção por trabalhador do que a agricultura (Tschirley et al., 2015).

As políticas regionais são fundamentais para expandir as redes de produção regionais

A superação das restrições estruturais e dos riscos na produção regional exige políticas regionais de apoio

O aumento dos custos do comércio intra-africano impede as redes de produção regionais. Tal como se mostra na Figura 5, os custos do comércio intra-africano aumentaram para os níveis de 2007, embora as tarifas intra-africanas tenham diminuído consideravelmente. Os elevados custos comerciais são prejudiciais para as redes de produção, porque aumentam cada vez que os produtos atravessam as fronteiras internacionais. Tal deve-se a infraestruturas de transportes deficientes, barreiras não pautais e fracos serviços relacionados com o comércio, como a logística, o financiamento do comércio e os pagamentos. Segundo algumas estimativas, os custos logísticos em África são quatro vezes superiores à média mundial (Plane, 2021). A crise da COVID-19 aumentou ainda mais os custos comerciais devido a perturbações nos transportes, políticas comerciais restritivas e incerteza económica global.

Figura 5. **Evolução dos custos comerciais intra-africanos e de África com o resto do mundo, 2005-19**



Fonte: Cálculos dos autores baseados em ONU ESCAP/Banco Mundial (2021), *ESCAP-World Bank Trade Cost Database*, www.unescap.org/resources/escap-world-bank-trade-cost-database.

StatLink https://doi.org/10.1787/888934297902

O apoio político é necessário para que as empresas africanas aumentem a sua competitividade, criem laços com a economia local e ultrapassem os obstáculos aos investimentos. A maioria das empresas africanas não possui a produtividade, as competências e as capacidades organizacionais necessárias para exportações competitivas. As poucas empresas que estão ativamente envolvidas em cadeias de valor globais são frequentemente estabelecimentos mais antigos e de maior dimensão, com pouca ligação à economia local. Além disso, atrair investimentos em cadeias de valor estratégicas e mantê-los exige instituições formais fortes (por exemplo, estabilidade política, estabilidade macroeconómica, direitos de propriedade e direitos de propriedade intelectual) e instituições informais acomodatícias (por exemplo, redes empresariais e parcerias).

As redes de produção internacionais também implicam riscos que exigem uma atenção política cuidadosa. Os trabalhadores e as empresas locais, especialmente os grupos vulneráveis, como as mulheres e os trabalhadores informais, correm o risco de ser excluídos da participação na produção internacional e da partilha dos ganhos. Outras preocupações incluem condições de emprego precárias e perigosas e trabalho infantil e forçado (OIT/OCDE/IOM/UNICEF, 2019).

Os países africanos têm de enfrentar os desafios ambientais a par do seu desenvolvimento. Isto contrasta com as economias mais desenvolvidas que foram capazes de responder sequencialmente às pressões ambientais e de desenvolvimento. Apesar de um desenvolvimento industrial limitado, o número de mortes causadas pela poluição atmosférica exterior em África ultrapassou em 30 % o do mundo e em 50 % o da China no período 2010-19, de acordo com um documento de base elaborado para este relatório (Roy, no prelo).

As respostas políticas específicas devem variar em função das cadeias de valor e dos contextos locais. A estrutura de governação de uma cadeia de valor e a distribuição de poder entre as empresas líderes e os fornecedores locais dependem da capacidade dos intervenientes para codificar e partilhar informação e da abertura das empresas líderes às ligações. As regiões e os países africanos diferem significativamente em termos de dotação de recursos, capital humano e disponibilidade e competência dos fornecedores locais. As políticas devem ter em conta estes fatores idiossincráticos que moldam a forma como as empresas se desenvolvem, participam e melhoram nos sistemas de produção internacionais. Os capítulos regionais deste relatório destacam as oportunidades e desafios associados, bem como as políticas necessárias para desenvolver cinco cadeias de valor regionais selecionadas (ver Tabela 1 e Capítulos 3 a 7).

Tabela 1. **Principais recomendações políticas para desenvolver cadeias de valor selecionadas em regiões africanas**

Região	Cadeia de valor	Principais recomendações políticas
África Austral	Automóvel	• Melhorar o ambiente empresarial e incentivar o investimento das empresas líderes mundiais • Apoiar de forma proativa as empresas para manter a produção e a liquidez financeira durante a pandemia • Adotar políticas comerciais acomodatícias, eliminando os direitos aduaneiros e outras barreiras ao comércio
África Central	Madeira	• Melhorar o ambiente empresarial através da estabilização macroeconómica, da harmonização das legislações comerciais e da liberalização dos mercados de importação • Investir em infraestruturas de transporte e logística • Trabalhar com as comunidades locais e o setor privado para desenvolver a capacidade de transformação
África Oriental	Produtos agroalimentares	• Revisão da Pauta Externa Comum da Comunidade da África Oriental (CAO) e supressão das barreiras não pautais • Coordenar as estratégias industriais nacionais e promover as interações entre os polos industriais nos vários países da região • Expandir a iniciativa de *roaming* da *One Network Area* para outros países para além da Comunidade da África Oriental (CAO)
Norte de África	Energia	• Melhorar o ambiente empresarial e identificar polos industriais para atrair empresas líderes globais • Criar centros de formação e de investigação para desenvolver as competências pertinentes na mão de obra • Facilitar o comércio intrarregional de matérias-primas e bens intermédios para o setor • Investir nas ligações de transportes e desenvolver planos para as conexões intrarregionais de energia
África Ocidental	Produtos agroalimentares	• Melhorar o acesso ao financiamento e prestar assistência técnica e financeira às cooperativas • Facilitar a adoção digital e práticas inteligentes em matéria de clima entre pequenos agricultores e produtores informais • Reforçar a aplicação dos acordos da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) em matéria de facilitação do comércio e de normas de qualidade • Identificar zonas económicas especiais transfronteiriças para atrair investimento e aumentar a competitividade

Os esforços anteriores de integração em cadeias de valor fornecem lições valiosas para a elaboração de políticas

Desde a década de 1980, as instituições africanas lançaram várias iniciativas para promover cadeias de valor regionais e globais. Diversas estratégias continentais procuraram desenvolver cadeias de valor regionais como parte da estratégia mais ampla de industrialização e transformação estrutural. Comunidades Económicas Regionais, como a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), a CEDEAO e a CAO, adotaram estratégias regionais para cadeias de valor fundamentais. No entanto, a maioria das iniciativas ficou aquém dos resultados esperados até agora, levando a preocupações sobre uma "crise de implementação" (UA, 2017).

Estas experiências passadas realçam a importância da participação do setor privado no desenvolvimento das cadeias de valor regionais. A adoção de um processo da base para o topo impulsionado pelo setor privado ajuda a manter o ímpeto político. Permite que os governos identifiquem as prioridades políticas, tais como a eliminação de barreiras não pautais, o fornecimento de infraestruturas, o desenvolvimento de competências e a melhoria do acesso ao financiamento. As Comunidades Económicas Regionais continuarão a desempenhar um papel importante neste compromisso. Para garantir a inclusão, os governos precisam de ajudar a melhorar a representação institucional das pequenas e médias empresas em associações comerciais, ao lado das grandes empresas nacionais, empresas estatais ou multinacionais.

Uma melhor mobilização dos recursos internos é igualmente importante para garantir a execução das políticas. Algumas iniciativas anteriores não dispunham de recursos suficientes. Por exemplo, muitos países não respeitaram o seu compromisso com a Declaração de Maputo, que apela à reserva de pelo menos 10 % dos orçamentos nacionais para o desenvolvimento agrícola (UA, 2016). Confiavam frequentemente na ajuda externa, o que prejudicou a coordenação e a previsibilidade. A nível nacional, são necessárias reformas da administração fiscal para mobilizar recursos internos e combater os fluxos financeiros ilícitos. Os instrumentos financeiros inovadores – incluindo financiamento combinado, parcerias público-privadas e obrigações climáticas – podem explorar os interesses globais no financiamento orientado para a sustentabilidade e desbloquear o investimento do setor privado. Além disso, a metodologia de avaliação dos projetos de infraestruturas regionais deve ter em conta os seus benefícios supranacionais e utilizar taxas de atualização adequadas no cálculo do valor atual dos projetos (ver Capítulo 2).

Numa análise prospetiva, as políticas devem abordar as mudanças regionais, globais e setoriais no panorama do investimento. A ZCLCA poderia aumentar a atratividade do continente para os investidores e gerar novas oportunidades para investimentos intra-africanos. Paralelamente, a atratividade de África para os investidores mundiais pode também mudar com a introdução de um imposto mínimo global sobre as sociedades, acordado em julho de 2021 e que deverá entrar em vigor em 2023. Em muitos setores, os choques da COVID-19 tiveram ramificações fortes e heterogéneas. Por exemplo, o investimento direto estrangeiro (IDE) *greenfield* anual em África diminuiu de 78.4 mil milhões USD em 2015-19 para 32.3 mil milhões USD em 2020-2021. Todos os setores atraíram menos investimento, à exceção das TIC (tecnologias da informação e comunicação) e da Internet, onde o IDE *greenfield* aumentou de 2.6 mil milhões USD por ano em 2015-19 para 6.2 mil milhões USD em 2020-21.

A COVID-19 também acelerou a digitalização e aumentou o foco das empresas e dos governos na sustentabilidade. Em 13 países africanos, mais de 1 em cada 5 empresas começaram a usar ou expandiram a utilização da tecnologia digital em resposta ao choque da COVID-19 (Davies et al., 2021). Da mesma forma, desde o início da pandemia, 48 % das empresas multinacionais inquiridas que operam nos países em

desenvolvimento aumentaram o seu foco na sustentabilidade e descarbonização das cadeias de abastecimento. Vários governos africanos estão a criar fundos nos seus planos de recuperação da COVID-19 para investimentos no setor das TIC, energias renováveis e cadeias de valor verdes. Estas tendências criam novas oportunidades e desafios para os decisores políticos no desenvolvimento de cadeias de valor regionais (Tabela 2).

Tabela 2. **Tendências globais: Oportunidades e desafios das cadeias de valor regionais**

Tendências	Oportunidades	Desafios
Mudar o cenário de investimento	• Atrair investimentos para explorar os mercados locais (por exemplo, transformação agroalimentar e farmacêutica) • Atrair o investimento do *near-shoring* (especialmente no Norte de África) • Incentivar o investimento intra-africano	• Fluxos financeiros lentos para mercados emergentes devido a perspetivas económicas incertas e taxas de juro mais elevadas em economias de rendimento elevado • Maior risco de automação e relocalização
Transformação digital	• Adaptar as inovações digitais para reduzir os custos da produção e do comércio internacionais • Aumentar a eficiência da produção por meio da adoção do digital • Explorar novos nichos em segmentos dos serviços • Integrar intervenientes informais nas cadeias de valor	• Risco de exclusão entre trabalhadores e produtores devido a obstáculos à adoção digital • Maior procura de infraestruturas digitais • Concorrência distorcida por plataformas digitais que afastam os outros intervenientes • Risco de emprego de qualidade inferior
Impulso global rumo à sustentabilidade	• Aumentar a procura por atividades de elevado valor acrescentado • Aumentar a pressão sobre as empresas multinacionais para que cumpram as normas ambientais, sociais e de governação (ESG) • Atrair financiamentos sustentáveis • Investir na adaptação às alterações climáticas e no setor verde como parte dos pacotes de estímulo fiscal relacionados à COVID-19	• Pressão para que os produtores locais cumpram padrões mais elevados, especialmente entre pequenos agricultores e intervenientes informais • Requisitos mais exigentes de teste e certificação

Os decisores políticos devem trabalhar com o setor privado para desenvolver redes de produção regionais

As alianças público-privadas na economia digital podem ajudar a reduzir os custos da produção e do comércio regionais

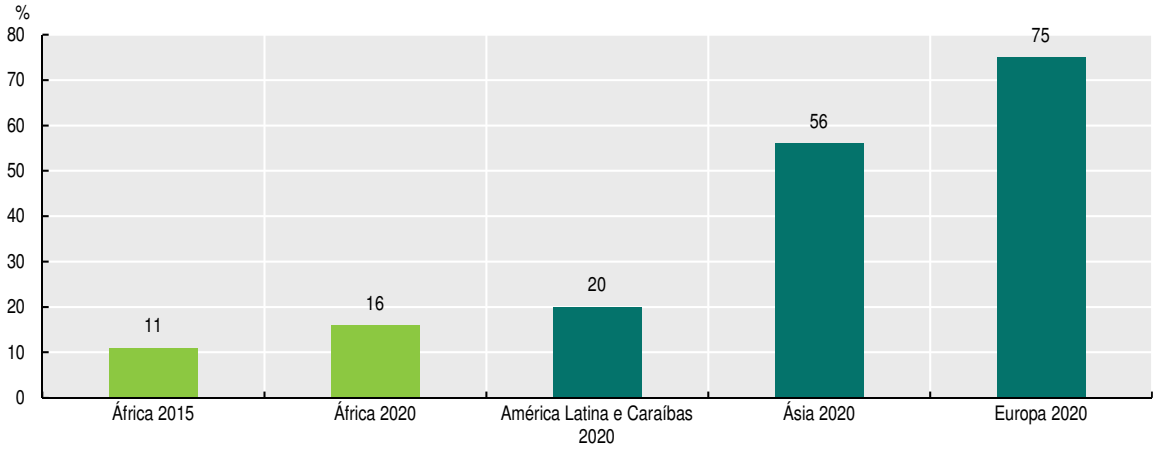
As inovações digitais, aceleradas pela crise da COVID-19, podem aumentar a eficiência da logística, das alfândegas e das finanças relacionadas com o comércio. Por exemplo, a tecnologia de registos distribuídos (*blockchain*) pode tornar mais eficientes os pagamentos transfronteiriços e o financiamento comercial através da criação de contratos inteligentes. Outras inovações podem facilitar a implementação das regras de origem gerando, armazenando e compartilhando informações. As inovações digitais podem permitir a verificação em tempo real e a baixo custo da proveniência de um produto. A adoção de processos sem papel e de tecnologias de desalfandegamento inteligente pode simplificar os procedimentos aduaneiros.

Soluções inovadoras podem aumentar a participação e a melhoria das redes de produção internacionais, especialmente por parte de intervenientes pequenos e informais. Podem permitir que grandes empresas, como empresas multinacionais e os seus fornecedores mais pequenos, construam confiança, comuniquem, coordenem e monitorizem em todas as fases das cadeias de valor. Contratos inteligentes e sistemas de reputação em plataformas digitais fornecem mecanismos alternativos para integrar empresas informais nas cadeias de abastecimento.

As alianças entre o setor público e o setor privado são igualmente fundamentais para o desenvolvimento de infraestruturas regionais de Internet e para o estabelecimento de regulamentos acomodatícios para os fluxos transfronteiriços de dados. O fluxo de informação entre compradores e vendedores apoia todas as decisões, processos

de produção e valor acrescentado no contexto da indústria 4.0. A construção das infraestruturas para ligar os mercados digitais nacionais pode facilitar economias de escala, atrair investimento e aumentar a competitividade. Em termos de infraestruturas físicas, os decisores políticos devem continuar a encorajar o investimento privado na Internet de banda larga intra-africana. Em 2020, apenas 16% da banda larga total em África era intrarregional, em comparação com 20 % na América Latina e Caraíbas, 56 % na Ásia e 75 % na Europa (Figura 6). No que se refere às infraestruturas imateriais, os países podem reforçar a cooperação regulamentar através do Protocolo da ZCLCA sobre o comércio eletrónico e de outros acordos multilaterais. Os governos devem igualmente considerar a criação de autoridades de proteção de dados e a partilha de boas práticas entre elas para melhor aplicar a legislação de proteção de dados em conjunto com o setor privado.

Figura 6. **Internet de banda larga intrarregional, por continente**



Nota: Os dados refletem o tráfego e a utilização da banda larga através da Internet conectada entre fronteiras internacionais. Dados a partir de meados do ano.

Fonte: Elaboração dos autores com base em dados da Telegeography (2021), *Telegeography Database*, www2.telegeography.com/telegeography-report-and-database.

StatLink https://doi.org/10.1787/888934297978

As políticas industriais nacionais devem adaptar-se ao novo ambiente proporcionado pela ZCLCA

Adaptar as políticas de competências às necessidades técnicas e às tendências emergentes é crucial para atrair o investimento e aumentar as ligações com as empresas líderes. O talento e as competências estão entre os quatro principais determinantes que impulsionam os investimentos diretos estrangeiros nas economias em desenvolvimento (Banco Mundial, 2020b). A melhoria de qualificações e a requalificação serão cruciais para satisfazer as necessidades específicas do setor e os novos requisitos para a transformação digital e ecológica de África. Os decisores políticos na ZCLCA podem considerar as seguintes ações:

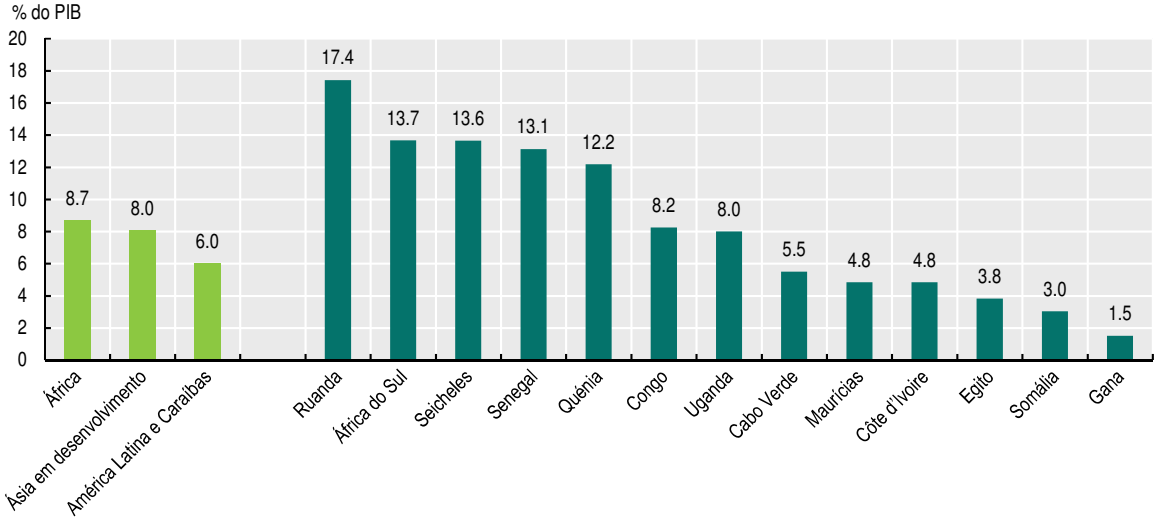
- Em primeiro lugar, o reforço do diálogo político entre os decisores políticos, o setor privado e as instituições de formação será fundamental para identificar as necessidades de competências e conceber programas de formação adequados a nível setorial. Os governos nacionais e o setor privado também podem reunir recursos para desenvolver centros regionais de excelência, como o *African Masters in Machine Intelligence*, para formar investigadores e engenheiros africanos.
- Em segundo lugar, apoiar a mobilidade intrarregional de qualificações pode ajudar a atenuar a escassez de competências em alguns setores. As iniciativas regionais

da CAO ou da SADC, por exemplo, fornecem lições para a eliminação das restrições à mobilidade intra-africana de mão de obra qualificada.

A modernização e o alargamento dos critérios de elegibilidade dos programas de contratos públicos podem ajudar a criar ligações entre os produtores da ZCLCA. Os governos africanos podem utilizar os seus esforços relativamente consideráveis em matéria de contratos públicos – aquisição de bens e serviços – para atrair produtores locais para cadeias de valor estratégicas. Os contratos públicos representaram, em média, 8.7 % do PIB em África, em comparação com 8 % na Ásia em desenvolvimento e 6 % na América Latina e Caraíbas, no período 2015-19 (Figura 7). Ao investir em sistemas de contratação pública eletrónica, os governos podem melhorar a transparência dos concursos e garantir pagamentos atempados. Podem igualmente alargar os critérios de elegibilidade para o tratamento preferencial para além dos produtores nacionais definidos em sentido estrito, de modo a abranger os intervenientes regionais na ZCLCA. A harmonização das normas aplicáveis aos produtos e os acordos de reconhecimento mútuo podem reduzir também os custos de participação dos fornecedores africanos nos mercados regionais.

A harmonização dos ambientes internos através da aplicação do Quadro Pan-Africano de Investimento exige uma forte estrutura de acompanhamento. Até agora, os governos africanos concordaram com 854 tratados bilaterais de investimento (512 estão em vigor), dos quais 169 são intra-africanos (44 em vigor). A harmonização da legislação em matéria de investimento interno poderia ajudar a conciliar o ambiente fragmentado de investimento do continente e a impulsionar os investimentos intra-africanos em 14 %, em comparação com o nível de 2018. É crucial acelerar a adoção nacional de um protocolo acordado a nível regional, como o Código Pan-Africano de Investimento. As experiências existentes em África, tais como o Quadro da política de investimento da SADC, sugerem que estruturas fortes de acompanhamento e avaliação baseadas num conjunto de indicadores acordados em comum contribuem para uma implementação eficaz.

Figura 7. **Despesas com contratos públicos em percentagem do PIB, média 2015-19**



Nota: Este número baseia-se na metodologia da OCDE para calcular as despesas com contratos públicos. As médias de África, da Ásia em desenvolvimento e da América Latina e Caraíbas (ALC) são ponderadas. A Ásia inclui 11 países: Afeganistão, Indonésia, Jordânia, Quirguizistão, Mongólia, Mianmar, Nepal, Filipinas, Tailândia, Timor-Leste e Usbequistão. A ALC inclui 9 países: Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Honduras, México, Paraguai e Peru.

Fonte: Cálculos dos autores com base na metodologia da OCDE e nos dados do FMI (2021), *Government Finance Statistics* (base de dados), https://data.imf.org/?sk=a0867067-d23c-4ebc-ad23-d3b015045405.

StatLink *https://doi.org/10.1787/888934297997*

As redes de polos industriais existentes em África constituem um ponto de entrada crítico para facilitar o desenvolvimento de infraestruturas e promoção do investimento. Os investimentos em infraestruturas de ligação poderão visar corredores regionais que ligam polos entre países, como o Corredor LAPSSET (Quénia-Etiópia), o Corredor Central (Dar es Salaam-RD Congo), o Corredor de Desenvolvimento de Maputo (Moçambique-África do Sul) e o Corredor da Baía de Walvis (cinco países da SADC). Além disso, as agências de promoção de investimento (API) podem facilitar o investimento das empresas líderes em segmentos-chave da cadeia de valor. Fatores importantes a considerar na criação das API incluem: i) assegurar um apoio governamental de alto nível; ii) estabelecer objetivos claros para a promoção dos investimentos; iii) consultar as partes interessadas locais, públicas e privadas, a fim de assegurar o alinhamento estratégico; iv) facilitar a colaboração com outras instituições e fundos de investimento; e v) disponibilizar recursos financeiros suficientes e sustentados (OCDE, 2021).

Nota

1. Realizámos um exercício global de modelização de vetores autorregressivos utilizando dados de 10 países africanos para os quais estão disponíveis dados trimestrais para pelo menos 20 anos: África do Sul, Botswana, Camarões, Egito, Gana, Quénia, Marrocos, Maurícias, Namíbia e Tunísia. Para mais informações, ver o Capítulo 1 e o Anexo 1.A1.

Bibliografia

Banco Mundial (2020a), *The African Continental Free Trade Area: Economic and Distributional Effects*, Banco Mundial, Washington, DC, https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/34139/9781464815591.pdf.

Banco Mundial (2020b), *Global Investment Competitiveness Report 2019/2020: Rebuilding Investor Confidence in Times of Uncertainty*, Banco Mundial, Washington, DC, https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/33808.

Barnes, J., A. Erwin e F. Ismail (2019), «Realising the potential of the sub-Saharan African automotive market: The importance of establishing a sub-continental automotive pact», em *A Report for Trade & Industrial Policy Strategies (TIPS) and the African Association of Automotive Manufacturers (AAAM)*.

Casella, B. et al. (2019), *UNCTAD-Eora Global Value Chain Database*, https://worldmrio.com/unctadgvc/ (consultado em 1 de dezembro de 2021).

CUA/OCDE (2019), *Dinâmicas do desenvolvimento em África 2019: Alcançar a transformação produtiva*, OECD Publishing, Paris/Comissão da União Africana, Adis Abeba, https://doi.org/10.1787/c1cd7de0-en.

Davies, E. et al. (2021) «Firms through the Covid-19 pandemic: Evidence from the sub-Saharan Africa», em *Shaping Africa's Post-Covid Recovery*, VoxEU, CEPR Press, Londres, pp. 19-30, https://voxeu.org/content/shaping-africa-s-post-covid-recovery.

FAO/CEA/CUA (2021), *Africa Regional Overview of Food Security and Nutrition 2020: Transforming Food Systems for Affordable Healthy Diets*, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, Accra, https://doi.org/10.4060/cb4831en.

FMI (2021a), *World Economic Outlook Database*, projeções de outubro de 2021, www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2021/October (consultado em 1 de novembro de 2011).

FMI (2021b), *Government Finance Statistics Database*, abril de 2021, https://data.imf.org/?sk=a0867067-d23c-4ebc-ad23-d3b015045405 (consultado em 1 de novembro de 2021).

Mahler, D. G. et al. (2021), «Updated estimates of the impact of COVID-19 on global poverty: Turning the corner on the pandemic in 2021?», blogue do Banco Mundial, https://blogs.worldbank.org/opendata/updated-estimates-impact-covid-19-global-poverty-turning-corner-pandemic-2021.

OCDE (2021), «Improving public finance, boosting infrastructure: Three priority actions for Africa's sustainable development after COVID-19», OCDE, Paris, www.oecd.org/dev/africa/Financing-Summit-for-Africa_Background-paper.pdf.

OCDE/CUA/ATAF (2021), *Revenue Statistics in Africa 2021*, OECD Publishing, Paris, https://doi.org/10.1787/c511aa1e-en-fr.

OIT/OCDE/OIM/UNICEF (2019), *Ending Child Labour, Forced Labour and Human Trafficking in Global Supply Chains*, Organização Internacional do Trabalho, OCDE, Organização Internacional das Migrações e Fundo das Nações Unidas para a Infância, Genebra, www.oecd.org/corruption/ending-child-labour-forced-labour-and-human-trafficking-in-global-supply-chains.htm.

OMS (2021), «Africa clocks fastest surge in COVID-19 cases this year, but deaths remain low», Organização Mundial de Saúde, www.afro.who.int/news/africa-clocks-fastest-surge-covid-19-cases-year-deaths-remain-low.

ONU (2021), «Monthly trade data» em *UN Comtrade* (base de dados), Nações Unidas, Nova Iorque, https://comtrade.un.org/ (consultado em 1 de novembro de 2021).

ONU ESCAP/Banco Mundial (2021), *ESCAP- World Bank Trade Cost Database*, Comissão Económica e Social das Nações Unidas para a Ásia e o Pacífico, Banguecoque, www.unescap.org/resources/escap-world-bank-trade-cost-database (consultado em 4 de outubro de 2021).

Plane, P. (2021), «What factors drive transport and logistics costs in Africa?», *Journal of African Economies*, Vol. 30/4, pp. 370-388, Oxford University Press, https://dx.doi.org/10.1093/jae/ejaa019.

Roy, R. (no prelo), «The case for intra-continental trade: The re-orientation of Africa's trade and the twin challenges of development and environment», documento de base para *Dinâmicas do desenvolvimento em África 2022*.

Telegeography (2021), *Telegeography Database*, www2.telegeography.com/telegeography-report-and-database (consultado em 21 de setembro de 2021).

Tschirley, D. et al. (2015), «Africa's unfolding diet transformation: Implications for agrifood system employment», *Journal of Agribusiness in Developing and Emerging Economies*, Vol. 5/2, pp. 102-136, https://doi.org/10.1108/JADEE-01-2015-0003.

UA (2017), *Report on the Proposed Recommendations for the Institutional Reform of the African Union* (Relatório Kagame), União Africana, Adis Abeba, https://au.int/sites/default/files/documents/33273-doc-report-_institutional_reform_of_the_au.pdf (consultado em 1 de novembro de 2021).

UA (2016), *CAADP Country Implementation under the Malabo Declaration*, União Africana, Adis Abeba, https://au.int/sites/default/files/documents/31251-doc-the_country_caadp_implementation_guide_-_version_d_05_apr.pdf (consultado em 1 de novembro de 2021).

Capítulo 1

Porque são as cadeias de valor regionais importantes para a recuperação económica em África

Este capítulo sugere que os decisores políticos em África possam desenvolver cadeias de valor regionais, a fim de acelerar a transformação produtiva do continente e criar empregos de qualidade. Em primeiro lugar, explica a necessidade de se repensar a participação de África nas cadeias de valor globais como forma de aumentar a produção local e de acompanhar a recuperação económica global da pandemia de COVID-19. Em segundo lugar, apresenta o potencial da Zona de Comércio Livre Continental Africana para reforçar as cadeias de valor regionais. A análise destaca os principais desafios no desenvolvimento das cadeias de valor regionais e os riscos subjacentes para o desenvolvimento sustentável. Por último, o capítulo identifica três tendências aceleradas pela crise da COVID-19 que afetam as políticas públicas para as cadeias de valor regionais: a mudança do contexto de investimento, a transformação digital em África e o impulso global para a sustentabilidade.

EM SÍNTESE

O reforço da produção local através de cadeias de valor regionais é fundamental para que África recupere dos choques económicos da pandemia de COVID-19. A Zona de Comércio Livre Continental Africana pode facilitar o desenvolvimento de cadeias de valor regionais, abordando os custos comerciais intra-africanos, os obstáculos ao investimento e a falta de competitividade. O nível de intensidade de produção nas exportações intra-africanas é o dobro do nível das exportações do continente para o resto do mundo. No entanto, as exportações intra-africanas representam apenas 15 % do total das exportações africanas e devem continuar a ser desenvolvidas.

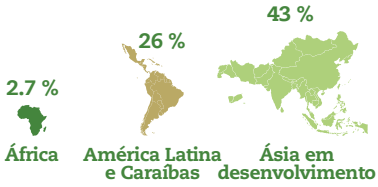
O desenvolvimento de cadeias de valor regionais exige a superação de riscos e a adaptação a novas tendências. Ao reforçarem a produção, os países africanos enfrentam riscos relacionados com a resiliência económica e com a sustentabilidade social e ambiental. Os decisores políticos devem ter em conta esses riscos, conjuntamente com três tendências que a crise da COVID-19 veio acelerar:

- A mudança do panorama global do investimento exige uma coordenação continental para aumentar a atratividade de África para os investidores, especialmente intrarregionais.
- A transformação digital pode facilitar as cadeias de valor regionais, mas aumenta as hipóteses de exclusão e desigualdade.
- O impulso global para a sustentabilidade oferece novas oportunidades de mercado e financiamento para cadeias de valor mais inclusivas e mais respeitadoras do ambiente.

Porque são as cadeias de valor regionais importantes para a recuperação económica em África

A ZCLCA pode acelerar a transformação produtiva de África e a recuperação sustentável após a pandemia de COVID-19

Cadeias de valor regionais em % da participação nas cadeias de valor globais



Em 2019, os bens transformados e semitransformados representaram

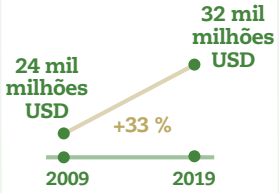
79 % das exportações intra-africanas



e **41 %** das exportações para outros destinos



Importação de produtos alimentares em lares africanos



O custo do comércio intra-africano, a falta de competitividade e os desincentivos ao investimento abrandam o desenvolvimento das cadeias de valor regionais

Custo elevado do comércio

O custo do comércio intra-africano recuperou um nível comparável ao de 2007



Falta de competitividade

Registou-se um aumento do abastecimento intrarregional de géneros alimentícios durante a última década...





... mas 40 % das importações de produtos alimentares tiveram origem na Ásia, em 2019

Panorama de investimento fragmentado

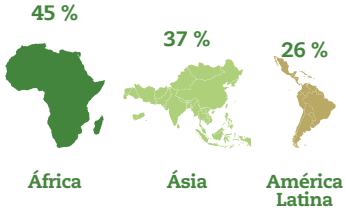


Os governos africanos têm **854** tratados bilaterais de investimento, dos quais **169** estão relacionados com as relações intra-africanas

Os decisores devem tirar partido das novas tendências globais

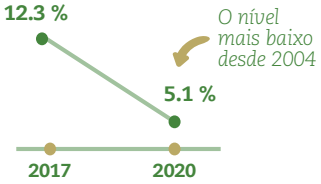
Transformação digital

Taxa de crescimento anual composta do tráfego de Internet transfronteiriço entre 2017 e 2021



Evolução do panorama de investimento

Investimentos em novos projetos em África em % da quota do mercado mundial



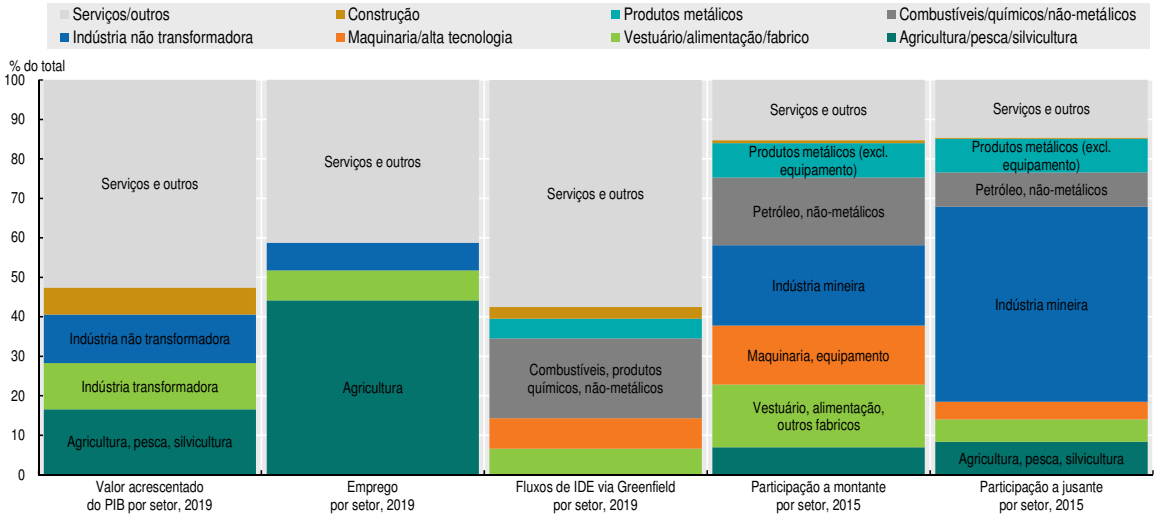
Impulso a favor da sustentabilidade

Durante o período 2010-19, o número de mortes devido à poluição atmosférica em África excedeu em **30 %** o número dessas mortes **a nível mundial** e em **50 %** o número de mortes por essa causa **na China**



Perfil continental africano

Figura 1.1. **Perfis económicos e comerciais de África, expressos em % do total**

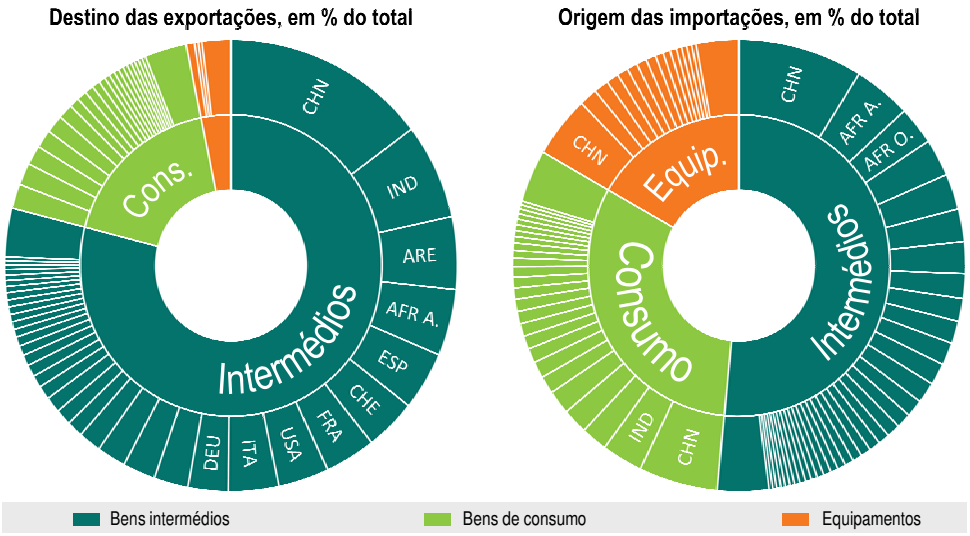


Notas: PIB: produto interno bruto; IDE: investimento direto estrangeiro. As diferentes fontes de dados não utilizam as mesmas definições para os setores económicos, produtos de base ou atividades. Os códigos de cores permitem, no entanto, materializar as áreas de convergência entre as bases de dados.

Fonte: Cálculos dos autores baseados em dados de Banco Mundial (2020a), *World Development Report 2020, GVC Database*, www.worldbank.org/en/publication/wdr2020/brief/world-development-report-2020-data; fDi Markets (2021), *fDi Markets* (base de dados), www.fdiintelligence.com/fdi-markets; e Banco Mundial (2021a), *Indicadores de Desenvolvimento Mundial* (base de dados), https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators.

StatLink https://doi.org/10.1787/888934297712

Figura 1.2. **Principais parceiros comerciais de África, por volume de comércio de bens intermédios, de bens de consumo e de equipamentos**



Notas: Os países parceiros são identificados pelos respetivos códigos ISO de três letras. Os países africanos estão agrupados de acordo com as cinco sub-regiões definidas pela União Africana: AFR C. = África Central; AFR E. = África Oriental; AFR N. = Norte de África; AFR A. = África Austral; AFR O. = África Ocidental. Não é tido em consideração o comércio no seio da União Aduaneira da África Austral (SACU).

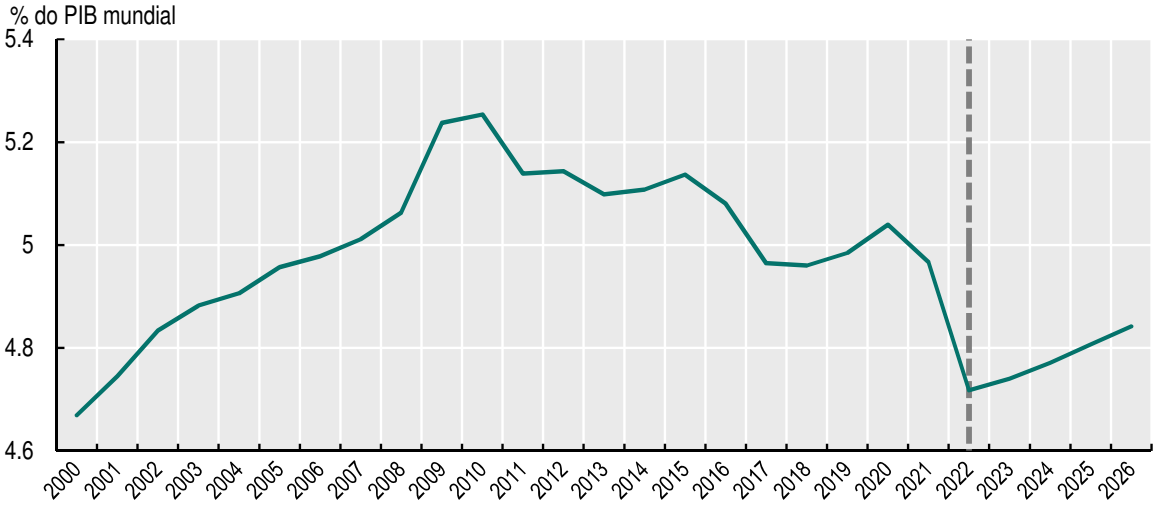
Fonte: Cálculos dos autores com base em dados do CEPII (2021), *BACI* (base de dados), www.cepii.fr/cepii/en/bdd_modele/presentation.asp?id=37.

StatLink https://doi.org/10.1787/888934297731

África corre o risco de ficar para trás na economia mundial

A pandemia de COVID-19 está a atrasar o processo de convergência económica de África com a economia mundial. O crescimento económico do continente atingirá 3.9 % em 2022, um ponto percentual abaixo da taxa de crescimento do resto do mundo, que se situa em 4.9 %. Em 2022, estima-se que o produto interno bruto (PIB) de África em percentagem do PIB mundial diminua para 4.7 %, o nível mais baixo desde 2002. Isto inverte a tendência de recuperação: entre 2000 e 2010, o peso económico global de África aumentou de forma constante, passando de 4.7 % para 5.3 % da produção mundial (Figura 1.3).

Figura 1.3. **Produção africana em percentagem do produto interno bruto mundial, 2000-26**



Fonte: Cálculos dos autores com base em dados do FMI (2021a), *World Economic Outlook Database*, projeções de outubro de 2021, https://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2021/October.

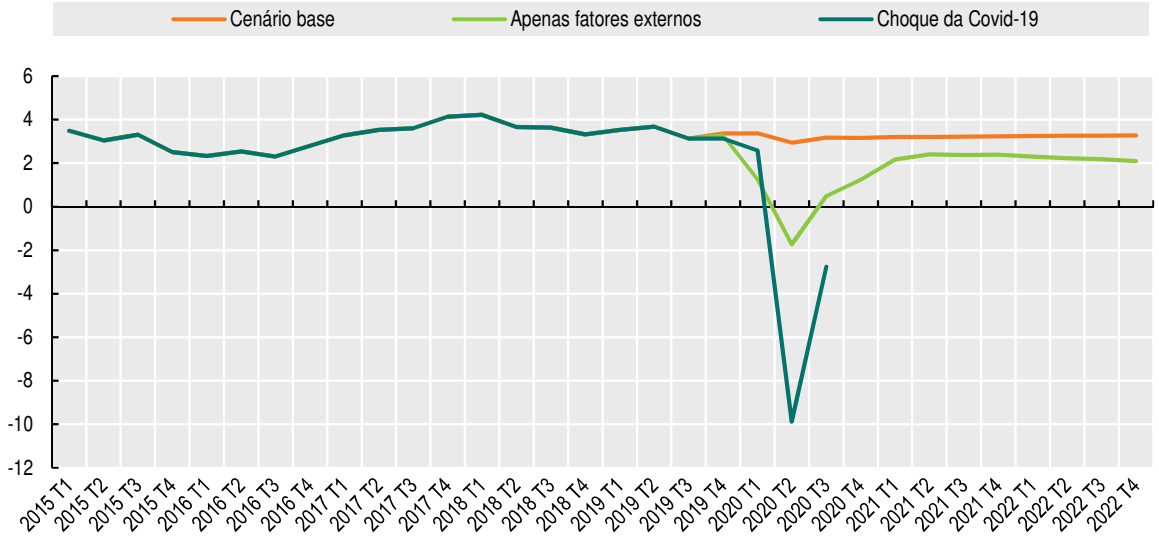
StatLink *https://doi.org/10.1787/888934297750*

É mais urgente do que nunca fazer face às restrições à produção interna

Os esforços para superar a crise sanitária, acelerar a vacinação e eliminar as barreiras à produção africana serão cruciais para garantir uma recuperação a curto prazo. Os fatores internos - incluindo o necessário distanciamento social e perturbações inevitáveis na produção local - representaram dois terços (64 %) do défice de crescimento numa amostra de dez países africanos (Figura 1.4). Esta constatação sublinha que a procura interna e a produção local são estratégicas para o crescimento de África, como se vê na primeira edição deste relatório (CUA/OCDE, 2018). O restabelecimento do caminho para a convergência económica exigirá o combate à pandemia e a aceleração do processo de vacinação no continente (outras economias mundiais foram capazes de retomar a atividade económica através de campanhas de vacinação maciças). Em 19 de outubro de 2021, apenas 5 % da população africana foi completamente vacinada, apesar de representar cerca de 18 % da população mundial (Mathieu et al., 2021).

Uma recuperação global impulsionará o crescimento de África se as políticas internas eliminarem as restrições à produção local. A recuperação na China, na Europa e nos Estados Unidos (EUA) pode ajudar o crescimento de África a atingir 2.25 % até 2022, de acordo com a nossa previsão para dez países africanos. No entanto, essa previsão permanece 1 ponto percentual abaixo da previsão pré-pandemia de 3.25 % (Figura 1.4). Outras políticas internas, incluindo formas de aumentar a produção interna e restaurar a competitividade das exportações, tanto a nível regional como mundial, são estratégicas para regressar a um crescimento esperado de 3.55 % até 2022.

Figura 1.4. **Crescimento do PIB real em dez países africanos, 2015-22**



Notas: Os dez países para os quais estavam disponíveis dados trimestrais para a construção deste número são o Botswana, Camarões, Egito, Gana, Quénia, Maurícias, Marrocos, Namíbia, África do Sul e Tunísia; os dados foram ajustados em função das dimensões respetivas dos países no PIB do continente. A figura compara três cenários de crescimento trimestrais para estes países: i) o crescimento do produto interno bruto (PIB) originalmente projetado sem os efeitos do choque económico (cenário "business as usual" da COVID-19) até 2022 T4; ii) O crescimento do PIB depende apenas do crescimento global previsto (cenário "contributos de fatores externos") até 2022 T4, utilizando as projeções da OCDE para a China, a União Europeia e os Estados Unidos; e iii) o crescimento real do PIB até à divulgação dos dados mais recentes em 2020 T3 (cenário do "choque COVID-19").

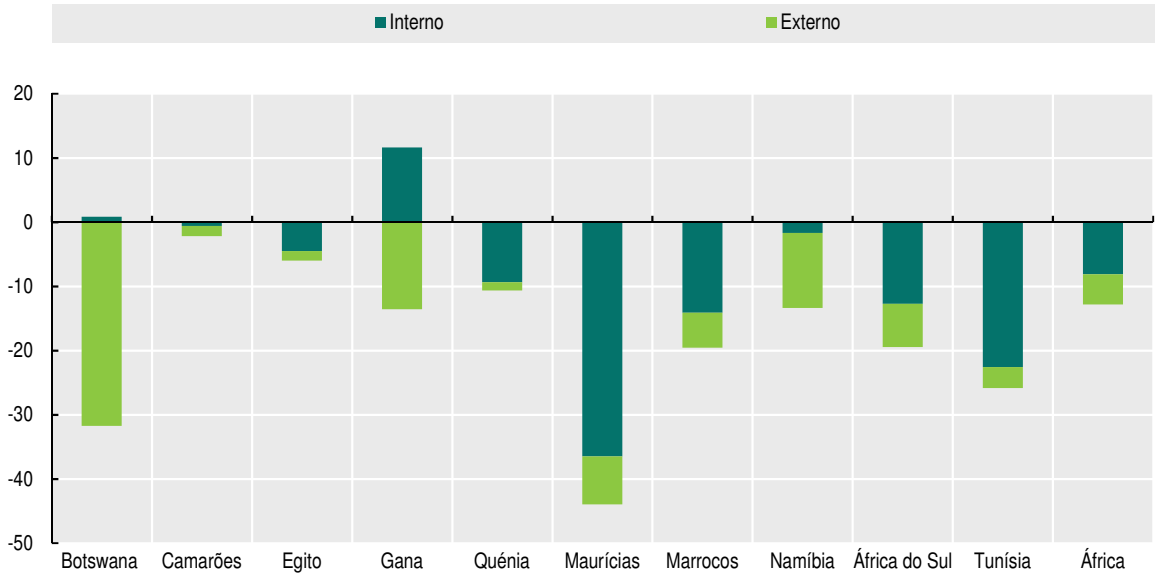
Fonte: Cálculos dos autores baseados no modelo global africano de vetores autorregressivos (ver anexo 1.A1 para mais pormenores).

StatLink https://doi.org/10.1787/888934297769

A importância relativa dos fatores internos e externos no défice de crescimento varia entre os países. Nos Camarões, Egito, Quénia, Maurícias, Marrocos, Namíbia, África do Sul e Tunísia, os fatores internos representaram, em média, 66 % do défice de crescimento no segundo trimestre de 2020. Em contraste, no Botswana e no Gana, os fatores internos foram uma fonte de crescimento real do PIB, enquanto os fatores externos induziram uma descida da atividade económica (Figura 1.5). Este último poderá registar uma recuperação mais rápida, uma vez que os fatores externos regressam aos níveis pré-pandemia se conseguirem manter um ambiente doméstico favorável.

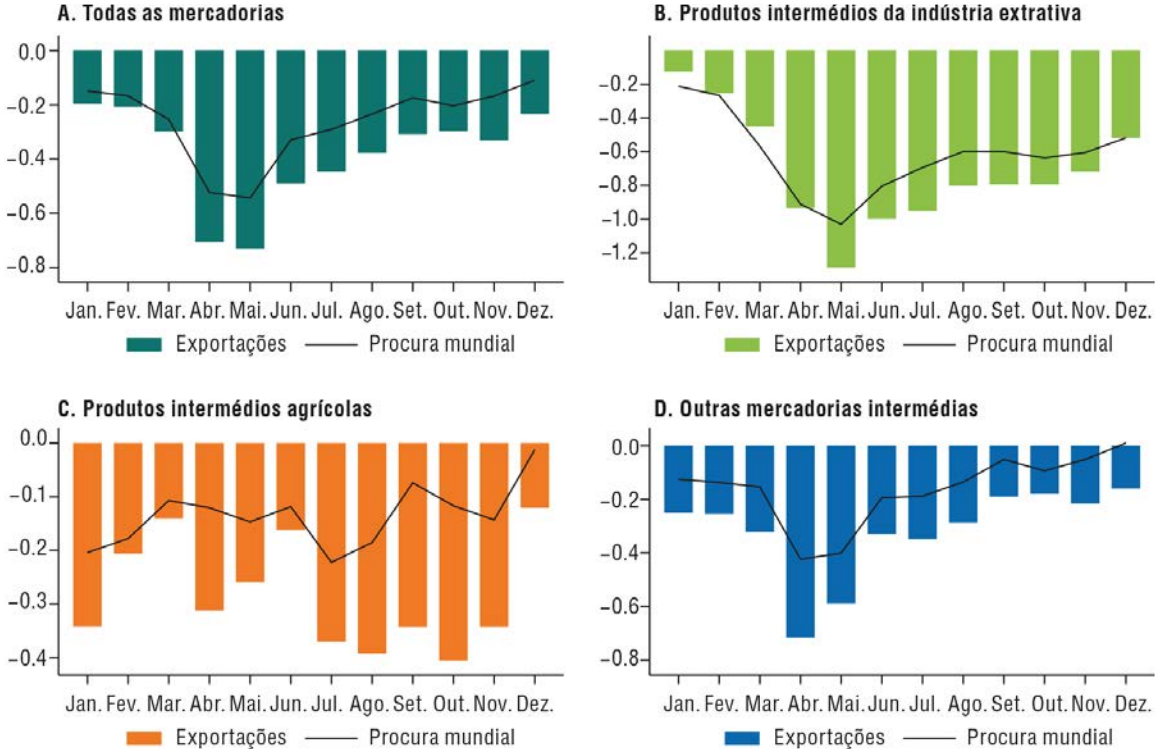
As exportações africanas têm ficado aquém da recuperação da procura mundial. Dados comerciais bilaterais relativos a 49 países africanos sugerem que a procura mundial dos seus produtos sofreu um grande declínio no segundo trimestre de 2020 (Figura 1.6, Painel A). Enquanto a procura mundial recuperou no último semestre de 2020, as exportações africanas ficaram aquém dessa recuperação. Os produtos intermédios da indústria extrativa, que representaram 33.9 % das exportações globais de África em 2019, exemplificaram este padrão (Figura 1.6, Painel B). Os bens intermédios da indústria extrativa enfrentaram a maior diminuição entre todas as categorias de bens até maio de 2020. Em seguida, recuperaram com o aumento dos preços mundiais das matérias-primas e dos minérios de base, embora a um ritmo mais lento. Esta tendência durante o choque global em 2020 destaca a vulnerabilidade do setor mineiro africano a choques exógenos. Outros tipos de bens intermédios enfrentaram ainda mais dificuldades em acompanhar a procura mundial (Figura 1.6, Painel D), nomeadamente os produtos intermédios agrícolas (Figura 1.6, Painel C).

Figura 1.5. **Impacto da pandemia de COVID-19 no défice de crescimento em dez países africanos, por fatores internos e externos, segundo trimestre (T2) de 2020**



Fonte: Cálculos dos autores baseados no modelo global africano de vetores autorregressivos (ver anexo 1.A1).
StatLink https://doi.org/10.1787/888934297788

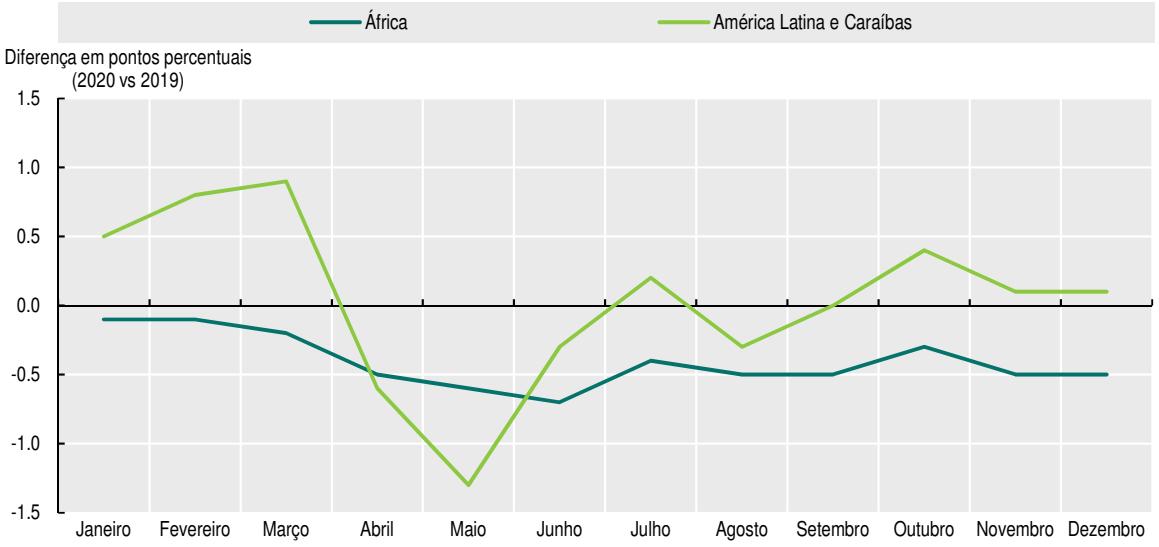
Figura 1.6. **Crescimento das exportações *versus* crescimento da procura mundial, África, 2019-20**



Nota: A figura compara as exportações de cada mês em 2020 com as exportações do mesmo mês em 2019.
Fonte: Cálculos dos autores com base em dados mensais do comércio da ONU (2021), *UN COMTRADE* (base de dados), https://comtrade.un.org/.
StatLink https://doi.org/10.1787/888934297807

Os países africanos correm o risco de perder quotas de mercado para outras regiões, como a América Latina e as Caraíbas, nas redes de produção global. África e a região da América Latina e Caraíbas (ALC) representam, cada uma, cerca de 2 % das importações europeias e norte-americanas. No entanto, as exportações africanas para a União Europeia e os Estados Unidos abrandaram em 2020, sem sinais de recuperação. Em comparação, as exportações da ALC para a União Europeia e os Estados Unidos registaram uma recuperação em V, tendo caído 1.3 pontos percentuais em maio de 2020 em comparação com maio de 2019, mas recuperando para níveis semelhantes aos de setembro do ano anterior. Em contrapartida, embora as exportações de África para a União Europeia e os Estados Unidos já tenham sido inferiores no primeiro trimestre de 2020, em comparação com o ano anterior, a pandemia acentuou esta tendência decrescente, estagnando em cerca de -0.5 pontos percentuais até ao final de 2020, sem sinais de recuperação (Figura 1.7).

Figura 1.7. **Evolução da parte das importações da União Europeia e dos Estados Unidos provenientes de África e da ALC, 2020 vs 2019**



Nota: Esta figura compara a parte das importações mensais da UE e dos EUA provenientes de África (respectivamente da ALC) em 2020 com a parte das importações em 2019 nos mesmos meses.

Fonte: Cálculos dos autores com base em dados mensais do comércio das Nações Unidas (2021), *UN COMTRADE* (base de dados), https://comtrade.un.org/.

StatLink https://doi.org/10.1787/888934297826

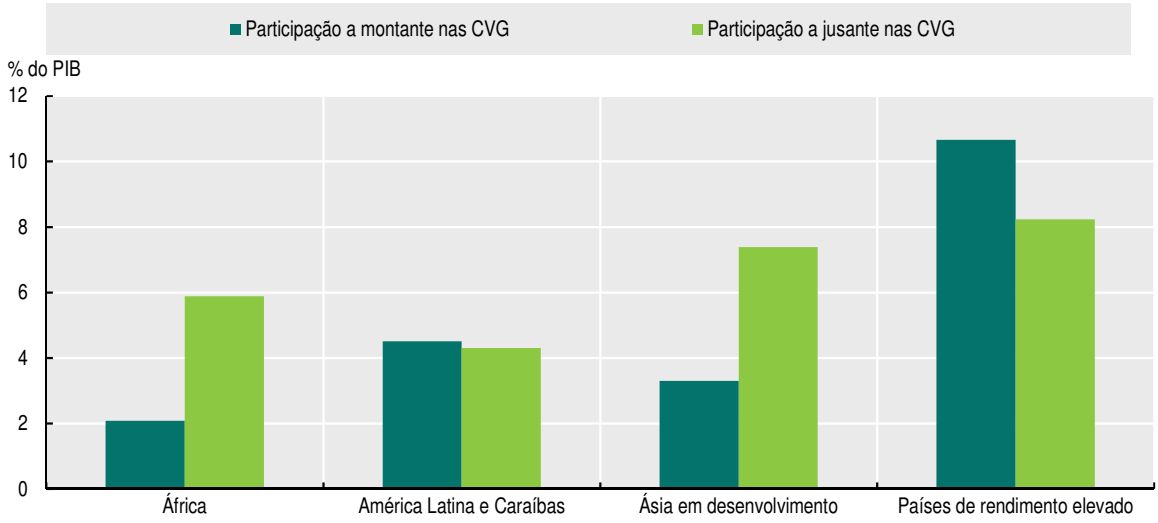
O levantamento das restrições locais de produção será fundamental para acelerar a recuperação económica de África, reduzir a pobreza e criar empregos. A análise deste relatório, baseada nos *Inquéritos a Empresas* conduzidos pelo Banco Mundial, e recolhidos durante o primeiro mês do surto de COVID-19, sugere que os exportadores africanos teriam mais probabilidades de encerrar temporariamente as suas atividades e de sofrer reduções na oferta e na procura dos seus bens e serviços (Banco Mundial, 2021b). Além disso, tecnologias de produção limitadas impedem as exportações africanas de bens agrícolas e outros bens intermédios de acompanhar o ritmo da recuperação da procura mundial (Figura 1.6, Painéis C e D). Por exemplo, muitos exportadores africanos de produtos agrícolas não possuíam capacidade de produção e de cadeia de abastecimento para lidar com as perturbações do comércio e satisfazer as exigências sanitárias e fitossanitárias mais elevadas dos importadores durante a crise. Por último, o número de pessoas extremamente pobres deverá ter aumentado pelo menos em 34 milhões só em 2020 (Lakner et al., 2021). Para criar empregos de qualidade e reduzir a pobreza, a

transformação produtiva em África é cada vez mais importante, especialmente à medida que o financiamento para despesas sociais está a diminuir (CUA/OCDE, 2019).

A participação de África nas cadeias de valor globais não gerou uma transformação produtiva criadora de empregos

Os atuais padrões africanos de participação em cadeias de valor globais (CVG) não têm conduzido a uma transformação produtiva capaz de acelerar a recuperação económica e a criação de empregos. A participação a jusante – fatores de produção exportados utilizados na produção de outros países – representa cerca de 6 % do PIB de África, na sua maioria como exportações de recursos naturais brutos e de produtos agrícolas, como o cacau não transformado para posterior transformação em países parceiros (Figura 1.8). Em contrapartida, a participação a montante – a utilização de fatores de produção estrangeiros para a transformação interna (por exemplo, o setor da confeção nas Maurícias – abastecimento de tecido na Ásia) – representa apenas 2 % do PIB de África. Como resultado, a participação a jusante é três vezes mais importante do que a participação a montante, um rácio consideravelmente mais elevado do que em qualquer outro lugar.

Figura 1.8. **Participação a montante e a jusante do continente africano nas cadeias de valor globais, 2019**



Nota: A participação em CVG a jusante refere-se ao valor total das exportações nacionais incorporadas nas exportações estrangeiras. A participação em CVG a montante refere-se ao valor acrescentado estrangeiro total incorporado nas exportações nacionais.

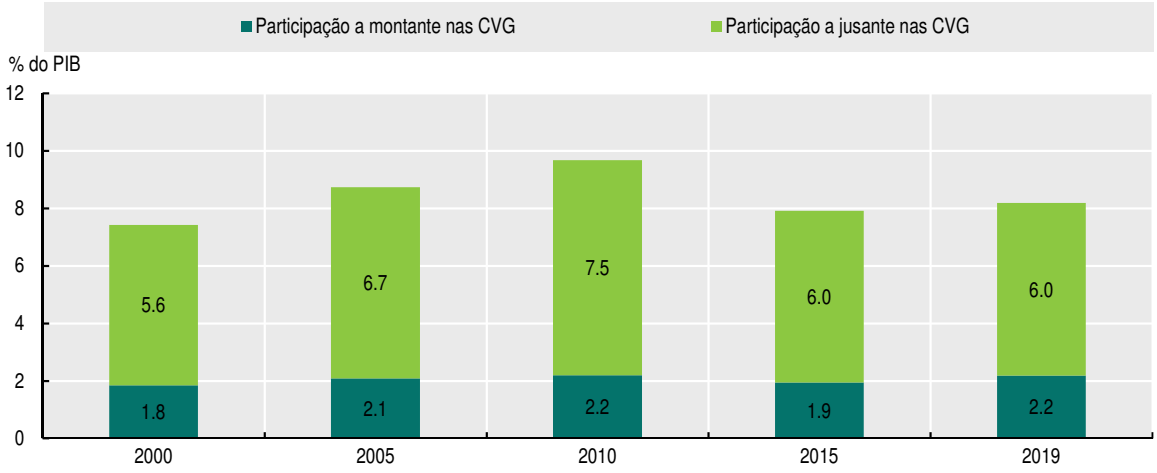
Fonte: Cálculos dos autores baseados em dados de Casella et al. (2019), *UNCTAD-Eora Global Value Chain Database*, https://worldmrio.com/unctadgvc/.

StatLink https://doi.org/10.1787/888934297845

Os padrões de participação de África nas CVG permaneceram inalterados nas últimas duas décadas. As limitadas ligações a montante de África permaneceram em média nos 2 % desde o início da década de 2000, enquanto as ligações a jusante se mantiveram em torno de 6.3 % (Figura 1.9). Esta estagnação mostra a necessidade de repensar estratégias de integração para beneficiar melhor da participação nas CVG e acelerar a transformação produtiva. Em comparação com a participação a jusante, a participação a montante é mais favorável para que as empresas nacionais desenvolvam capacidades de produção essenciais e adquiram conhecimentos sobre mercados externos, o que lhes permitirá aumentar a sua competitividade e melhorar as cadeias de valor.

A integração de África nas cadeias de valor globais não foi acompanhada pela criação de emprego de qualidade e pela melhoria social. Globalmente, estima-se que um aumento de 1 % na participação nas CVG aumente o rendimento per capita em mais de 1 %, com um aumento mais elevado na participação a montante do que na participação a jusante (Banco Mundial, 2020a). No entanto, nos países africanos, o emprego nas cadeias de valor globais da indústria transformadora está aquém dos indicadores comparativos globais, em grande medida devido à sua baixa competitividade (Pahl et al., 2019). Entre os quatro países africanos em análise – Etiópia, Quénia, Senegal e África do Sul –[1] apenas a Etiópia registou crescimento do emprego graças a uma maior procura mundial de produtos finais têxteis. No entanto, as cadeias de valor orientadas para o consumidor, que requerem uma maior intensidade de mão de obra, como a confeção e o vestuário, criam uma margem limitada para a melhoria e o desenvolvimento a longo prazo ao longo das cadeias, levando assim a preocupações sobre a qualidade do emprego e a mobilidade do investimento (Gereffi e Luo, 2014). Por exemplo, a integração do Lesoto no setor global do vestuário no final dos anos 90 gerou mais de 50 000 postos de trabalho na indústria transformadora – empregando até 10 % da mão de obra do país. No entanto, a eliminação das preferências comerciais do Lesoto para o mercado dos EUA levou a um padrão de "explosão e recessão" para o setor (Fernandes et al., 2019).

Figura 1.9. **Participação a montante e a jusante do continente africano nas cadeias de valor globais, 2000-19**



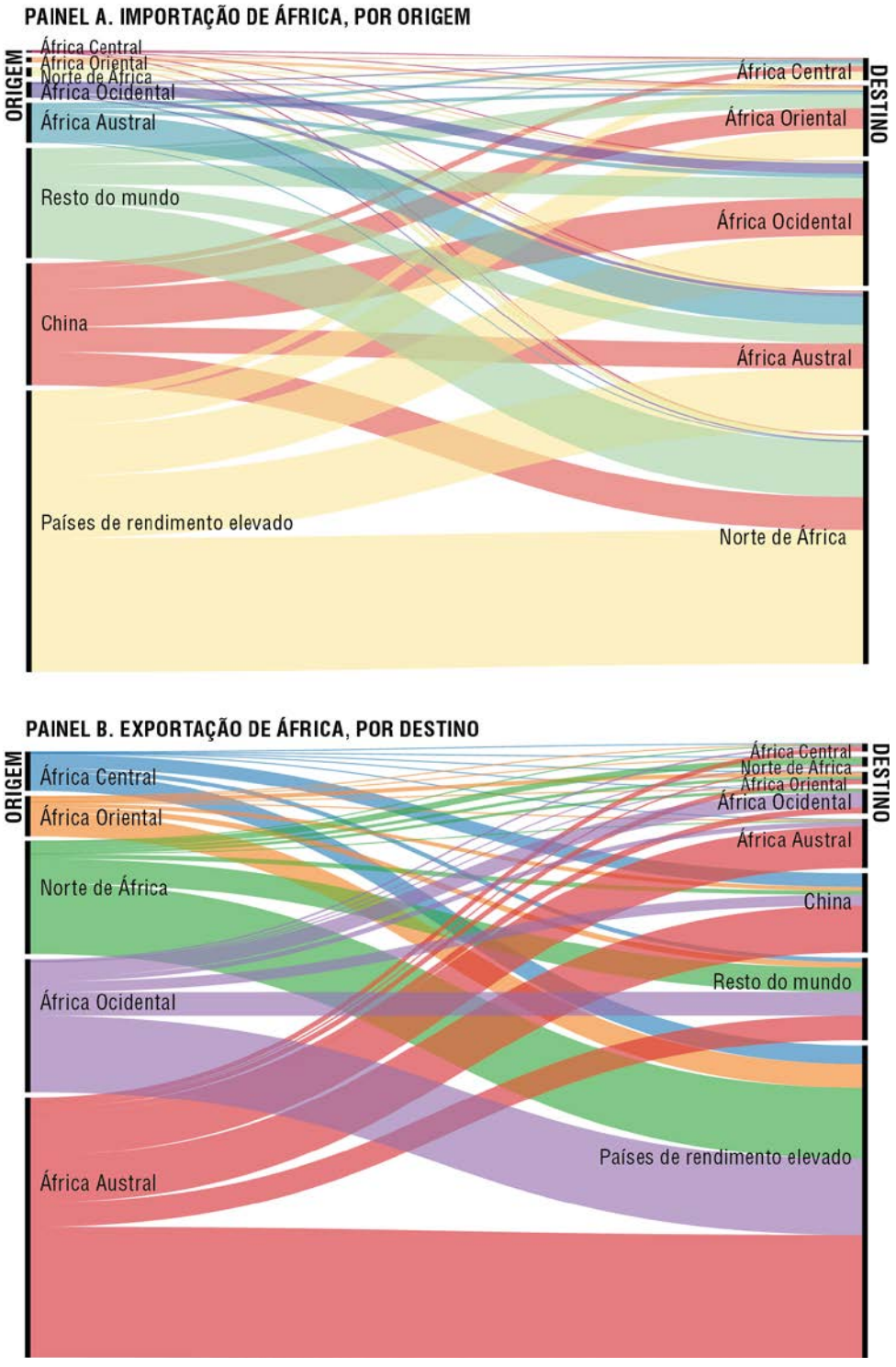
Nota: A participação em CVG a jusante refere-se ao valor total das exportações nacionais incorporadas nas exportações estrangeiras. A participação em CVG a montante refere-se ao valor acrescentado estrangeiro total incorporado nas exportações nacionais.

Fonte: Cálculos dos autores baseados em dados de Casella et al. (2019), *UNCTAD-Eora Global Value Chain Database*, https://worldmrio.com/unctadgvc/.

StatLink https://doi.org/10.1787/888934297864

As economias africanas integram-se principalmente em redes de produção internacionais fora do continente, onde é difícil melhorar as cadeias de valor globais. As regiões africanas estão a abastecer-se em grande parte dos seus parceiros comerciais tradicionais (membros da OCDE, incluindo os países europeus e os Estados Unidos), que são também um importante mercado para as suas exportações de bens intermédio (Figura 1.10). Em termos gerais, as grandes diferenças de produtividade entre as empresas africanas, os padrões mais elevados de importação sobre a qualidade dos produtos e dos processos, e os elevados custos comerciais têm limitado a capacidade da África de melhorar a sua participação nas cadeias de valor globais. A capacidade de atualização depende de vários fatores específicos de cada cadeia de valor, como as suas estruturas de controlo e a sua incorporação na economia local.

Figura 1.10. **Comércio de bens intermédios por parceiro de África em 2019 (mil milhões USD)**



Nota: Os números não incluem o comércio de hidrocarbonetos [capítulo 27 do Sistema Harmonizado (SH)].
Fonte: Cálculos dos autores com base nas Nações Unidas (2021), *UN COMTRADE* (base de dados), https://comtrade.un.org/.
StatLink https://doi.org/10.1787/888934297883

A recente integração nas redes de produção da Ásia Oriental não ajudou África a diversificar ou a melhorar a sua capacidade de produção. À medida que o centro da produção mundial se desloca para a Ásia Oriental, a China e a Índia tornaram-se os dois maiores parceiros comerciais de África, representando, respetivamente, 15 % e 6 % das exportações totais de África em 2020 (CUA, 2020). Apesar do aumento dos fluxos comerciais nas CVG, os produtores africanos continuam a abastecer as cadeias de valor asiáticas com matérias-primas e produtos de baixo valor acrescentado, exigindo um nível limitado de competências (Tang et al., 2021). Os recursos não transformados e as matérias-primas agrícolas representam 84 % das exportações africanas para a China e 72 % das exportações africanas para a Índia.

O desenvolvimento de cadeias de valor regionais irá acelerar a transformação produtiva de África

A criação de novas cadeias de valor regionais pode apoiar a atual participação de África nas cadeias de valor globais. Os mercados globais continuarão a ser essenciais para a transformação produtiva do continente, permitindo o acesso a fatores de produção de maior qualidade e a oportunidades de modernização. Marrocos ou a África do Sul melhoraram com êxito a sua produção automóvel para abastecer mercados europeus e outros mercados altamente competitivos. No entanto, o desenvolvimento de cadeias de valor regionais pode ser uma estratégia valiosa para entrar progressivamente em cadeias de valor globais altamente competitivas. Atualmente, os países africanos importam apenas 15 % dos seus bens intermédios do continente, em comparação com os 22 % do Sudeste Asiático (CUA/OCDE, 2019). Entre todas as regiões africanas, só a África Austral tem um fluxo considerável de importações e exportações de bens intermédios com outros países da região.

A transformação regional oferece oportunidades para agregar valor às matérias-primas e produtos agrícolas de África, mas também para aumentar a participação a montante nas cadeias de valor globais. Os produtos transformados e semitransformados representaram 79 % das exportações intra-africanas em 2019, contra 41 % das exportações africanas para outros destinos. Ao satisfazer a procura local, os produtores podem explorar a sua proximidade com os consumidores finais para se especializarem nos segmentos a jusante das cadeias de valor sequenciais (Antràs e de Gortari, 2020). A transformação regional para servir os mercados globais pode também beneficiar da recente proposta "CVGs para PMD" (GVCs for LDCs), permitindo que o valor agregado dos países menos desenvolvidos incorporado nas exportações pelos países africanos de rendimento médio se qualifique para regimes como o "Tudo Menos Armas" da UE (Antimiani e Cernat, 2021).

Explorar complementaridades regionais cria novas vantagens competitivas para os países africanos. A integração dos mercados proporciona a massa crítica de consumidores, competências, fornecedores e outros recursos necessários para desenvolver e ampliar setores intensivos em conhecimento, como as cadeias de valor automóveis e farmacêuticas. A combinação dos principais recursos naturais disponíveis nos países africanos pode criar vantagens competitivas únicas em atividades de alto valor acrescentado, como a produção de baterias (ver Capítulo 3 sobre a África Austral). As economias mais pequenas poderiam beneficiar do acesso a mercados maiores, melhorando as capacidades produtivas locais atraindo novos investimentos intra-africanos e ganhando eficiência com a especialização. No setor digital, por exemplo, as *start-ups* em economias africanas mais pequenas podem tirar partido do acesso a centros de dados de alto desempenho, que estão em grande medida concentrados no Egito, na Nigéria, no Quénia e na África do Sul.

Os mercados regionais são mais favoráveis ao desenvolvimento e descoberta de novas capacidades produtivas. A proximidade física, cultural e institucional e o acesso às redes

de contacto existentes reduzem os custos que as empresas africanas têm de suportar nos mercados regionais e continentais. As exportações intrarregionais de empresas africanas são 4.5 vezes mais diversificadas do que as suas exportações para fora de África (CUA/OCDE, 2019). As novas capacidades que as empresas adquirem ao serviço dos mercados regionais ajudam as empresas a crescer e a sobreviver melhor quando se expandem para mercados mais exigentes, como os de países de alto rendimento (Carrère e Strauss-Kahn, 2017).

Os decisores políticos podem tirar partido da Zona de Comércio Livre Continental Africana para desenvolver e beneficiar de cadeias de valor regionais

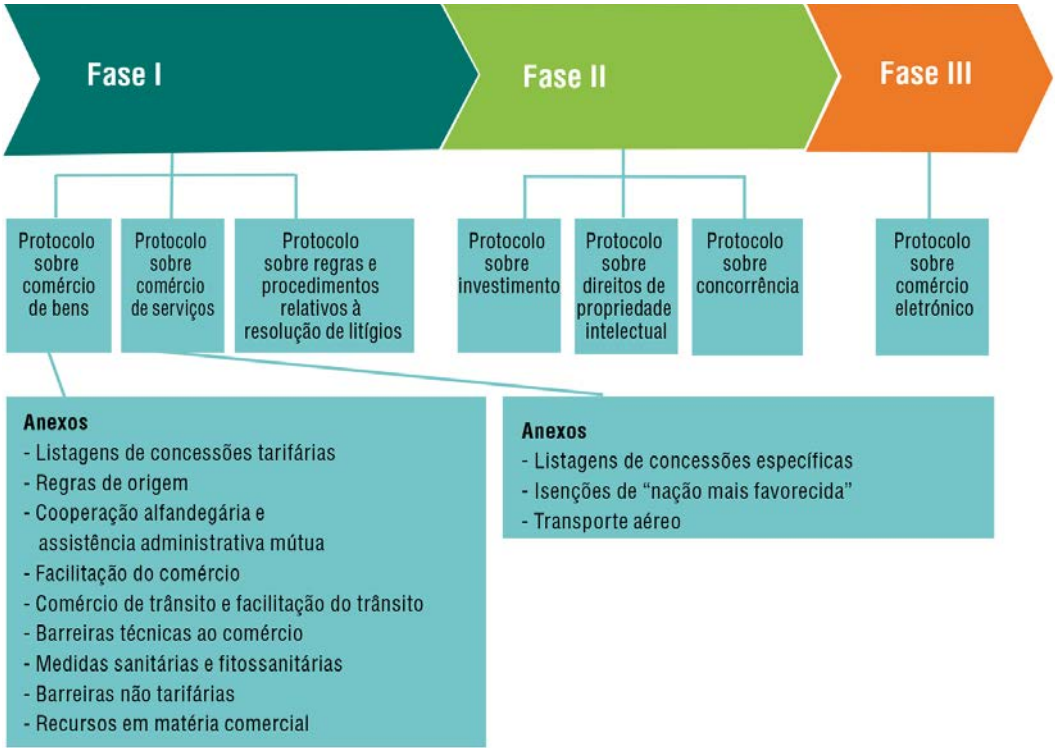
A ZCLCA está a desencadear um novo ímpeto para desenvolver cadeias de valor regionais

A entrada em vigor da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA), em janeiro de 2021, abre novas oportunidades para a integração nas cadeias de valor regionais, alargando o acesso aos mercados, aos fatores de produção, à tecnologia e ao investimento. A ZCLCA visa impulsionar o comércio intra-africano ligando 1.2 mil milhões de pessoas e um PIB combinado superior a 3 mil milhões de dólares. É o acordo comercial regional mais profundo em África até à data, uma vez que inclui importantes compromissos em áreas como normas sanitárias e fitossanitárias, barreiras técnicas ao comércio, direitos de propriedade intelectual e investimento (Banco Mundial, 2020b).

As negociações em torno da implementação da ZCLCA estão programadas por fases, com o objetivo geral de estabelecer posições comuns sobre vários aspetos da integração regional. A Fase I abrange o comércio de bens e serviços, a Fase II os direitos de propriedade intelectual, as políticas de investimento e de concorrência e a Fase III o comércio eletrónico (Figura 1.11). Em dezembro de 2020, a Assembleia da União Africana dos Chefes de Estado e de Governo decidiu acelerar as negociações sobre o comércio digital através da fusão das fases II e III, em resposta à pandemia de COVID-19 (UA, 2020).

Outras iniciativas continentais visam também transformar as economias africanas através da industrialização e das cadeias de valor regionais. Por exemplo, o terceiro Comité Técnico Especializado dos Ministros do Comércio, Indústria e Minérios reuniu decisores políticos em setembro de 2021 para construir infraestruturas de qualidade para o continente, acrescentar valor aos recursos minerais e energéticos africanos, mapear cadeias de valor regionais em África e preparar uma estratégia continental para a indústria automóvel. Mais recentemente, a Cimeira sobre a Industrialização e a Diversificação Económica de África, que teve lugar em Niamey, no Níger, de 20 a 24 de novembro de 2021, confirmou esses compromissos. Outras iniciativas, como o Programa de Desenvolvimento de Infraestruturas em África (PIDA), apoiam o desenvolvimento de corredores estratégicos regionais. Liderada pela Comissão da União Africana, pelo Banco Africano de Desenvolvimento e pela Agência de Desenvolvimento da União Africana – Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (AUDA-NEPAD), o PIDA dá prioridade a 69 projetos de infraestruturas transfronteiriças nos setores da energia, transportes, água transfronteiriça e tecnologias da informação e comunicação (TIC) que irão aprofundar a integração continental (UA/AUDA-NEPAD/BAfD, 2021).

Figura 1.11. **Principais fases de negociação para a implementação da Zona de Comércio Livre Continental Africana**



Fonte: Adaptação dos autores com base em Signé e van der Ven (2019), *Keys to Success for the AfCFTA Negociations* and Chidede (2021), *AfCFTA Phase II and III Negotiations - Update*.

O choque da COVID-19 está a pressionar os empresários africanos a adaptarem-se, gerando novas oportunidades para se envolverem em atividades de maior valor acrescentado e criarem empregos. A base empresarial de África tem procurado ativamente novas oportunidades em resposta à crise da COVID-19: 53 % dos exportadores africanos inquiridos pelo Banco Mundial ajustaram ou converteram a sua produção ou serviços, em comparação com 39 % dos exportadores de outros países em desenvolvimento (Banco Mundial, 2021b). Algumas atividades até cresceram durante a pandemia e contribuíram para a criação de emprego inclusivo. Por exemplo, o setor de deslocalização de processos de negócios da África do Sul criou 17 354 novos empregos em 2020, principalmente em serviços de voz de primeira linha para os setores de retalho (28 %), serviços públicos e energia (23 %) e telecomunicações (19 %). Os jovens trabalhadores com idades compreendidas entre os 18 e os 35 anos representam 87 % destes novos empregos e as mulheres 65 % (BPESA, 2021).

O contexto global do crescente regionalismo aumenta a necessidade de reforçar a integração intra-africana. As redes internacionais de comércio e produção entre países vizinhos tornaram-se mais comuns, uma vez que se relacionam com uma teoria gravitacional do comércio internacional (ver Caixa 1.1). Esta tendência reflete a mudança da integração multilateral através do Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio ou da Organização Mundial do Comércio para uma balcanização dos acordos comerciais entre blocos mais pequenos de regiões geográficas. Neste contexto, a coordenação continental entre os países africanos é, pois, importante não só para garantir o acesso aos fatores de produção e aos mercados aos produtores africanos, mas também para aumentar o poder de negociação coletiva dos países africanos na economia mundial.

Em África, a importância crescente dos mercados internos aumenta a atração gravitacional para o comércio intracontinental. A dinâmica da demografia e da urbanização africanas abre oportunidades para satisfazer as necessidades regionais de bens e serviços essenciais, nomeadamente processamento agroalimentar, materiais de construção, vestuário e produtos farmacêuticos. Por exemplo, na última década, a importação de alimentos para consumo doméstico por parte de África aumentou de 24 mil milhões USD em 2009 para 32 mil milhões USD em 2019. Enquanto a origem intrarregional cresceu de 12 % para 16 % no mesmo período, em 2019 cerca de 40 % das importações de alimentos tiveram origem na Ásia. A modernização das cadeias de valor alimentares será crucial para fazer face à procura crescente a nível regional e oferecer oportunidades adicionais aos produtores. Os Capítulos 5 e 7 exploram melhor as políticas potenciais e conexas para desenvolver cadeias de valor agro-transformadoras na África Oriental e Ocidental.

O desenvolvimento da cadeia de valor também é um aspeto importante nos planos de desenvolvimento nacionais. Uma análise das estratégias industriais existentes nos países africanos e nas comunidades económicas regionais revela uma sobreposição considerável em setores prioritários (CUA/OCDE, 2019). O realinhamento dos interesses nacionais para desenvolver cadeias de valor regionais poderia ajudar a reunir recursos e a obter melhores resultados em matéria de desenvolvimento do que competir pelo investimento e pela transferência de tecnologia. O Capítulo 2 tira lições destas experiências políticas em África.

Caixa 1.1. **O realinhamento global do comércio internacional à teoria gravitacional**

A teoria gravitacional do comércio sugere que a rede de comércio internacional é governada pelo equilíbrio da atração gravitacional de cada país (as suas "massas" económicas relativas) com o custo das transações entre cada par de países (as suas "distâncias"). Na maior parte da história, os países têm realizado algum comércio com países distantes, mas privilegiaram o comércio com os seus vizinhos. Em igualdade de circunstâncias, é provável que o estabelecimento de prioridades para o comércio com os países vizinhos venha a revelar-se mais benéfico em virtude i) de custos de transporte mais baixos; ii) maior capacidade de proteção contra riscos; iii) maiores volumes comerciais potenciais; iv) efeitos de repercussão; e v) a resiliência das relações comerciais, quando apoiada por uma "vontade política" partilhada.

Grande parte do sul mundial fora de África está a redefinir as prioridades comerciais com os seus vizinhos, elevando a parte do comércio intracontinental para 50 % ou mais. Por exemplo, em percentagem das suas exportações totais de mercadorias, as exportações da Índia para a Ásia subiram de pouco mais de 20 % em 1949 para 45 % em 2019. O processo de reconstrução das relações comerciais intracontinentais através de novas infraestruturas leva tempo, assim como o restabelecimento do peso relativo das suas economias e, consequentemente, da sua atração enquanto mercados de exportação uns para os outros.

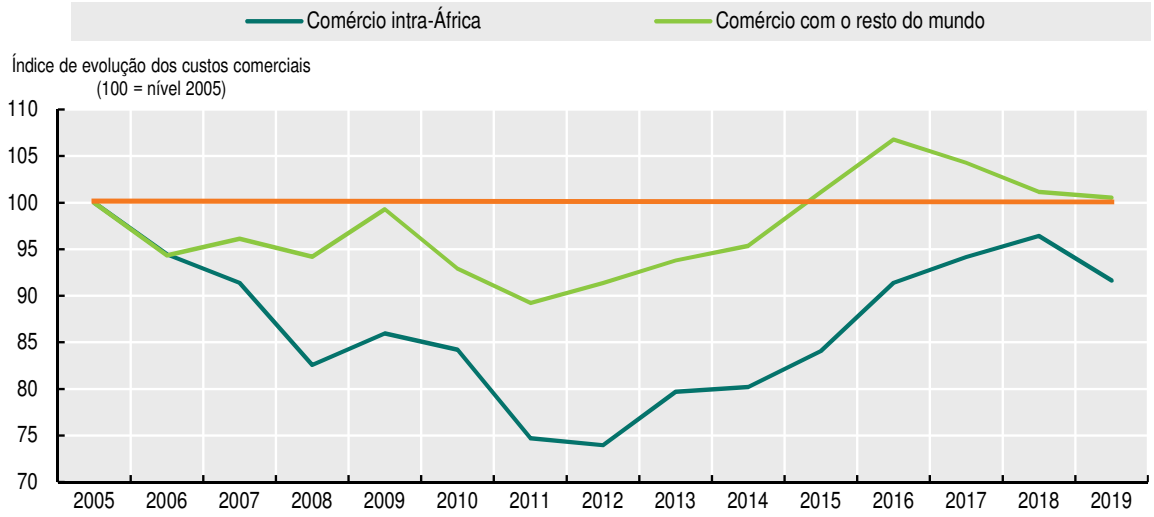
Fonte: Roy (no prelo), «The case for intra-continental trade: The re-orientation of Africa's trade and the twin challenges of development and environment», background paper for *Africa's Development Dynamics 2022*.

Os custos comerciais intra-africanos, a fraca competitividade e os obstáculos aos investimentos restringem o desenvolvimento de cadeias de valor regionais

Os elevados custos comerciais continuam a travar o desenvolvimento da cadeia de valor regional. Os elevados custos comerciais restringem as redes de produção, porque os custos crescem sempre que os produtos atravessam fronteiras internacionais. Os

elevados custos das trocas comerciais são também mais prejudiciais para a participação a montante do que para a participação a jusante (Antràs e de Gortari, 2020). Enquanto os custos do comércio intra-africano diminuíram até 2012, hoje voltaram a níveis quase equivalentes a 2005 (Figura 1.12). Devido à crise da COVID-19, espera-se que as perturbações nos transportes e nas viagens, a política comercial restritiva e o aumento da incerteza aumentem ainda mais os custos do comércio mundial (OMC, 2020).

Figura 1.12. **Evolução dos custos comerciais intra-africanos e de África com o resto do mundo, 2005-19**



Fonte: Cálculos dos autores com base em UN ESCAP/Banco Mundial (2021), *ESCAP World Bank Trade Cost Database*, www.unescap.org/resources/escap-world-bank-trade-cost-database.

StatLink https://doi.org/10.1787/888934297902

A maioria das empresas africanas não possui os níveis mínimos de produtividade, as competências e a capacidade organizacional necessários para exportar diretamente ou formar relações estratégicas com empresas multinacionais. Os custos fixos relativamente elevados das atividades de exportação e importação implicam uma escala mínima eficiente para amortizar os investimentos necessários à internacionalização. As poucas empresas que estão ativamente envolvidas em cadeias de valor globais são frequentemente mais velhas (com pelo menos cinco anos), estabelecimentos maiores com mais de 100 empregados e filiais locais de empresas multinacionais (Abreha et al., 2020). Poucos estão profundamente enraizados na economia local, limitando assim o potencial de participação indireta em cadeias de valor globais de fornecedores de nível 2 e nível 3. Por exemplo, 66 % dos bens e serviços intermédios para empresas de investimento direto estrangeiro (IDE) no Quénia são importados, contra 25 % no Vietname (Newman et al., 2019).

O reforço da governação económica é fundamental para atrair empresas-piloto para as redes de produção internacionais. A forte governação económica reduz os riscos e a incerteza para as empresas multinacionais que operam no estrangeiro, que representam cerca de um terço da produção mundial e dois terços das exportações globais (Cadestin et al., 2021). Inquéritos recentes sugerem que as empresas multinacionais se concentram principalmente em aspetos da governação económica, tais como estabilidade política e estabilidade macroeconómica, quando escolhem as suas localizações (Banco Mundial, 2020a e OCDE, 2021a). Além disso, quando delegam segmentos da sua produção a outra entidade, as empresas multinacionais valorizam a força executória dos contratos e outros instrumentos jurídicos através de instituições formais. Estes incluem os direitos de propriedade intelectual e o Estado de direito, porque a produção internacional envolve não

só o fluxo de bens tangíveis, mas também intangíveis, como a propriedade intelectual, a tecnologia e o crédito.

Embora os instrumentos jurídicos ofereçam garantias essenciais às empresas multinacionais, o cultivo de laços informais, parcerias e confiança é igualmente importante para o bom funcionamento das redes de produção internacionais. A procura de tais relações é particularmente elevada nas cadeias de valor intensivas em conhecimento, devido a preocupações com fugas tecnológicas e às dificuldades de codificação das especificações dos contratos e de antecipação das contingências.

A coordenação continental é crucial para enfrentar estes desafios interligados. A escala dos desafios e os benefícios sociais decorrentes do desenvolvimento de cadeias de valor regionais (como a criação de emprego e a industrialização) exigem intervenções públicas, mas os governos nacionais não podem fornecer todas as soluções por si só. A falta de produtores nacionais competitivos em determinados setores estratégicos, como os produtos farmacêuticos, exige uma ação política coordenada, a fim de atrair o investimento e visar o reforço das capacidades (Caixa 1.2). Por último, os novos modos de produção exigem uma cooperação reforçada: o fluxo regular de bens, serviços, dados e finanças para além das fronteiras depende da cooperação internacional para superar os estrangulamentos em toda a cadeia de abastecimento (ver CUA/OCDE, 2021 sobre comércio eletrónico).

Caixa 1.2. **Implementar estratégias continentais e regionais para desenvolver cadeias de valor farmacêuticas e médicas em África**

A dependência das importações de produtos médicos minou a capacidade dos países africanos para enfrentarem a pandemia global. Pelo menos 70 a 90 % dos produtos farmacêuticos consumidos localmente em África são importados. Em 2020, os principais exportadores de dispositivos farmacêuticos e médicos para África (a União Europeia, a Índia, a Suíça, a China e os Estados Unidos, por essa ordem) impuseram proibições às exportações e/ou encerramento de fábricas, aumentando assim os seus preços, enquanto o reduzido tráfego aéreo aumentou os custos de transporte.

O setor farmacêutico africano enfrenta três desafios principais: i) fraca produtividade; ii) acesso limitado dos cidadãos devido a problemas de disponibilidade, acessibilidade e transporte; e iii) uma carteira de produtos que carece de qualidade e diversificação (UNIDO, 2019). Enquanto a Índia e a China contam 5 000 e 10 500 fabricantes de medicamentos, respetivamente, os países africanos partilham apenas 375 fabricantes de medicamentos para 1.3 mil milhões de pessoas. Mesmo quando os medicamentos estão disponíveis, os seus preços não são competitivos devido aos elevados custos de produção. Além disso, os doentes africanos têm de pagar elevadas despesas extrapatrimoniais, em média a 36 %, devido aos sistemas de seguro de saúde limitados. Isso limita o retorno do investimento para as empresas farmacêuticas (UNECA, 2019).

Os governos africanos responderam à rutura das cadeias de valor causada pela COVID-19, redefinindo as capacidades de fabrico e facilitando o acesso a suprimentos médicos. Empresas africanas de vestuário, como a Hela, no Quénia, foram mobilizadas para produzir equipamentos de proteção pessoal com apoio governamental, e algumas até consideraram a mudança permanente (Maylie, 2020). A nível continental, a Plataforma Africana de Aprovisionamento Médico reuniu a aquisição de equipamento médico através de um sistema de compras digital, independentemente do tamanho de mercado dos países africanos (Nkengasong, 2021). Essas soluções digitais podem agilizar a cadeia de abastecimento de medicamentos e ajudar a realizar economias de escala (Conway et al., 2019).

Caixa 1.2. **Implementar estratégias continentais e regionais para desenvolver cadeias de valor farmacêuticas e médicas em África (*continuação*)**

A ZCLCA poderia facilitar a implementação de estratégias continentais para a criação de uma indústria farmacêutica. Em primeiro lugar, a renúncia a regras de propriedade intelectual poderia impulsionar transferências de tecnologia e permitir a produção local de medicamentos genéricos e vacinas COVID-19. Em segundo lugar, acelerar as iniciativas regionais poderia reforçar as capacidades de criação de instalações de produção regionais. Em 2007, a União Africana estabeleceu o Plano de Fabrico Farmacêutico para África (PMPA) em cooperação com instituições de saúde públicas e privadas africanas e comunidades económicas regionais, como a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental e a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). O PMPA visa melhorar as capacidades locais de produção através da formação, investimentos, investigação e desenvolvimento, e de quadros regulamentares harmonizados em conformidade com as normas da Organização Mundial de Saúde relativas às boas práticas de fabrico. A iniciativa da ZCLCA de produção farmacêutica, atualmente lançada em dez países, oferece uma oportunidade para desenvolver sistemas de aquisição conjuntos, a fim de preencher as lacunas de investimento para a produção local em escala.

Fonte: Compilação dos autores.

Os decisores políticos precisam de controlar os riscos associados ao desenvolvimento das cadeias de valor regionais

A ligação entre o desenvolvimento das cadeias de valor regionais e a resiliência macroeconómica é complexa. Em primeiro lugar, as cadeias de valor regionais podem diversificar as fontes de procura e de oferta para os produtores africanos e reduzir a sua exposição a choques específicos de cada país (Caselli, Fracasso e Traverso, 2019; OMC, 2020). No Quénia, por exemplo, os produtores que servem múltiplos destinos de exportação no mercado do chá e da horticultura aumentaram a sofisticação dos seus produtos em 40 % após a crise financeira global de 2008-09 e a seca de 2011. Em contrapartida, as empresas de destino único registaram uma diminuição de cerca de 30 % na sofisticação do produto (Krishnan e Pasquali, 2020).

Os decisores políticos têm de estar conscientes dos riscos contagiosos que as redes de produção internacionais transmitem. A regionalização pode reduzir a extensão física das cadeias de abastecimento, mas não a sua fragmentação, uma vez que os produtos podem atravessar fronteiras em todas as fases do processo de transformação. A interdependência de empresas e países no âmbito de uma rede de produção internacional sincroniza as suas atividades económicas, tornando-as mais vulneráveis a choques nos países onde se situam partes da cadeia de produção. Na medida em que as economias africanas, especialmente os países ricos em recursos, têm um crescimento do PIB mais volátil do que as de outras regiões (CUA/OCDE, 2018), as cadeias de valor regionais podem expor as suas economias a riscos contagiosos de choques macroeconómicos regionais.

A estrutura de governação das cadeias de valor regionais pode ajudar as empresas a resistir a choques. Um estudo de 2020 sobre a cadeia de valor regional do vestuário na África Austral sugere que os retalhistas sul-africanos honrem os seus acordos contratuais e deem apoio aos seus maiores fornecedores diretos, em parte para preservar relações a longo prazo. Em contrapartida, os produtores mais pequenos que vendem os seus produtos a retalhistas através de intermediários enfrentam fortes reduções de preços e não recebem apoio dos parceiros a jusante (Pasquali e Godfrey, 2021). Numa revisão da literatura existente, Bacchetta et al. (2021) conclui que a propagação de choques através das cadeias de abastecimento depende da complementaridade das sequências

de produção, da concentração de fornecedores ou clientes em cada segmento e do tipo de choques (específicos de localização versus sincronizados globalmente). A supervisão macroeconómica deverá acompanhar atentamente as cadeias de abastecimento caracterizadas pela baixa diversidade de fornecedores ou compradores e pelas implicações sistémicas dos núcleos centrais de uma rede. Os governos podem trabalhar ativamente com as empresas para melhorar a preparação para o risco e prestar apoio temporário em situações de emergência (OCDE, 2021b).

Embora a ZCLCA tenha potencial para criar empregos em África através da liberalização do comércio, a qualidade desses empregos continua a ser uma preocupação. Modelização recente de Bengoa et al. (2021) mostra que a plena aplicação da ZCLCA poderia aumentar o emprego em 2.1 % em comparação com o ano de referência de 2014. As economias mais pequenas, como o Benim e o Togo, deverão colher os maiores ganhos da liberalização do comércio. As projeções do Banco Mundial (2020b) sugerem também uma grande reafetação de postos de trabalho em todos os setores, com um aumento líquido do volume de trabalhadores na indústria transformadora intensiva em energia (como o aço e o alumínio), serviços públicos, comércio, lazer e outros serviços. As instituições para salvaguardar a regulamentação laboral serão cada vez mais necessárias para garantir a criação de empregos de qualidade nas cadeias de valor regionais. Inquéritos de 31 empresas de vestuário no Essuatíni e no Lesoto, que servem os mercados globais e regionais, não indicam diferenças substanciais nas condições de trabalho entre as cadeias de valor regionais e globais (Pasquali, 2021).

Esforços pró-ativos para melhorar o incremento social nas cadeias de valor regionais são essenciais para garantir uma transformação inclusiva. A valorização económica a partir de uma melhor integração nas cadeias de valor não garante melhores condições de trabalho ou rendimentos mais elevados para as empresas e os trabalhadores informais. Um estudo das fábricas de vestuário marroquinas mostra que os compradores de moda rápida a nível mundial oferecem contratos estáveis e melhor proteção social para os seus trabalhadores altamente qualificados, mas empregam simultaneamente contratantes casuais (especialmente em segmentos de embalagem e carregamento) com más condições de trabalho e contratuais (Barrientos, Gereffi e Rossi, 2011). Os decisores políticos têm de enfrentar desafios que vão desde os direitos de propriedade até à proteção do trabalho para assegurar uma distribuição justa dos benefícios aos produtores no fundo das cadeias de valor (Meagher, 2019). Uma melhor consideração dos comerciantes informais transfronteiras, que muitas vezes não são captados pelas estatísticas oficiais (ver Caixa 1.3), poderia ajudar a melhorar a inclusividade e a resistência aos choques. Dados empíricos da África Oriental sugerem que os comerciantes transfronteiriços informais quase entraram em colapso nas fases iniciais da pandemia de COVID-19 (Caixa 1.3).

Caixa 1.3. A ZCLCA e o comércio informal

A pandemia de COVID-19 expôs a vulnerabilidade dos comerciantes informais africanos a choques. Atualmente, o comércio transfronteiriço informal continua a ser a principal fonte de rendimento para cerca de 43 % das famílias africanas (Afrika e Ajumbo, 2012). Os cortes e os atrasos transfronteiriços causaram um desperdício significativo de alimentos perecíveis e de produtos agrícolas para o comércio africano formal e informal. No Uganda, o comércio transfronteiriço informal desceu de cerca de 44 milhões USD no primeiro trimestre de 2020 para apenas 1 milhão USD em abril de 2020 e teve dificuldades em recuperar após a reabertura das fronteiras (UNECA, 2021). Além disso, os casos de suborno e multas ilícitas por parte de agentes aduaneiros e da polícia de fronteiras aumentaram quase 50 % em abril de 2020, em comparação com o mesmo período do ano anterior (Bouët, Cissé e Traoré, 2020).

Caixa 1.3. **A ZCLCA e o comércio informal (*continuação*)**

A criação de uma base de conhecimentos e de informação sobre o comércio transfronteiriço informal é essencial para os decisores políticos. As estimativas atuais do comércio transfronteiriço informal sugerem que este fluxo pode representar 11 % a 40 % do total das exportações intra-africanas (Mold e Chowdhury, 2021). O Programa de Estatísticas Pan-Africano do Eurostat está a recolher novas estimativas sobre o comércio transfronteiriço informal com base na metodologia da União Africana, a publicar em 2022. Esses dados podem ajudar os decisores políticos a formular, implementar e acompanhar políticas.

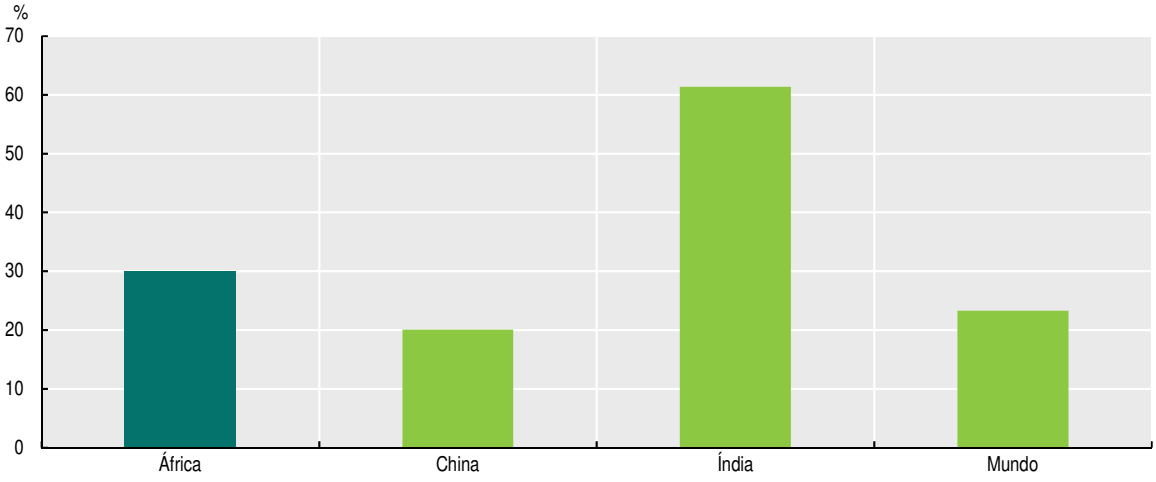
A ZCLCA permite aos governos prosseguirem a modernização progressiva do comércio transfronteiriço. Em primeiro lugar, os governos podem reduzir os custos da formalização do comércio transfronteiriço, fornecendo orientações sobre os procedimentos comerciais, estabelecendo balcões únicos para reduzir a carga administrativa, facilitando os pagamentos móveis transfronteiras e adaptando os requisitos de documentação e formalidades aos pequenos comerciantes (especialmente aos que têm baixos níveis de literacia). Os decisores políticos podem também considerar a criação de mercados específicos para o comércio transfronteiriço isento de direitos aduaneiros, à semelhança do programa *haats* ao longo da fronteira entre o Bangladesh e a Índia (Kathuria, 2018). Com cerca de 635 cidades fronteiriças em África situadas a menos de 40 quilómetros de outra cidade, tais espaços comerciais poderiam rapidamente aumentar a eficiência do comércio transfronteiriço informal (OCDE/SWAC, 2020). Além disso, a redução das barreiras comerciais (especialmente nos domínios da segurança e das normas alimentares) e a aceleração dos procedimentos aduaneiros podem continuar a melhorar o comércio informal (Bensassi, Jarreau e Mitaritonna, 2019).

Fonte: Compilação dos autores.

O desenvolvimento de redes de produção regionais acarreta novos riscos para a sustentabilidade ambiental. A participação em cadeias de valor globais pode suscitar numerosos problemas ambientais, desde secas mais frequentes e mais prolongadas até à toxicidade do solo causada por metais, corantes e agentes de branqueamento utilizados na indústria têxtil até à degradação do habitat costeiro resultante da intensificação da aquicultura. Um recente exercício de modelização sugere que, embora a liberalização do comércio e as mudanças nas estruturas produtivas induzidas pela ZCLCA possam levar a uma redução de 21.5 % nos poluentes atmosféricos, deverá aumentar as emissões de CO_2 em 0.3 % e as emissões de gases com efeito de estufa não CO_2 em 19.6 % (Bengoa et al., 2021).

Ao contrário das regiões do mundo desenvolvido que foram capazes de responder sequencialmente às pressões ambientais e de desenvolvimento, a África precisa de enfrentar os desafios ambientais a par do seu desenvolvimento. Por exemplo, enquanto a África contribui com apenas 3 % das emissões globais de CO_2, novos dados deste relatório mostram que o peso da poluição atmosférica tem vindo a aumentar de forma preocupante na última década. Até 2019, a poluição ambiental causada por partículas (APMP) – em parte devido à expansão da atividade económica e dos transportes[2] – causou pelo menos 383 000 mortes prematuras em África, o que representa cerca de 7.4 % do total de mortes prematuras devido à APMP no mundo, contra 3.6 % em 1990. Esta tendência está a acontecer a um ritmo mais rápido, embora a partir de uma base inferior, do que noutras regiões do mundo: no período 2010-19, o número de mortes associadas à APMP em África ultrapassou em 30 % o do mundo e em 50 % o da China (Figura 1.13).

Figura 1.13. **Variação da percentagem de mortes prematuras devido à poluição ambiental causada por partículas em África, China, Índia e no mundo, 2010-19**



Fonte: Roy R. (no prelo), «The case for intra-continental trade: The re-orientation of Africa's trade and the twin challenges of development and environment», background paper for *Africa's Development Dynamics 2022*, baseado em dados de IHME (2019), *The Global Burden of Diseases 2019* (base de dados), www.healthdata.org/gbd/2019.

StatLink https://doi.org/10.1787/888934297921

Políticas para cadeias de valor regionais podem aproveitar as tendências aceleradas pela COVID-19

O cenário de investimento em mutação exige mais investimento intra-africano e coordenação continental

A escala dos desafios que os governos africanos enfrentam e os limitados recursos disponíveis exigem uma melhor mobilização de recursos internos e a integração do setor privado no financiamento do desenvolvimento de cadeias de valor regionais. Por exemplo, a redução do défice de infraestruturas em África, crucial para o desenvolvimento de cadeias de valor, exigiria entre 130 e 170 mil milhões USD por ano. Devido à crise da COVID-19, as receitas públicas diminuíram 13 % e poderão demorar até 2024 a regressar aos níveis pré-pandémicos. Ao mesmo tempo, o serviço da dívida externa total por parte dos países africanos aumentou de 3.1 % do PIB em 2019 para 4.0 % do PIB em 2020, o nível mais elevado desde 2000. As parcerias estratégicas com o setor privado serão fundamentais para libertar novas fontes de financiamento para as cadeias de valor regionais, especialmente tendo em conta que os fundos privados representam apenas 7-8 % dos investimentos em infraestruturas em África (Ndzana Olomo, 2021).

A COVID-19 perturbou significativamente os fluxos de financiamento externo para África; estas questões exigem também a atenção dos decisores políticos. Os fluxos totais de IDE para África, incluindo tanto o investimento em novas instalações como fusões e aquisições de instalações existentes, diminuíram 18 % em resultado do choque inicial da COVID-19. Esta queda acentuada, de 46 mil milhões USD em 2019 para 38 mil milhões USD em 2020, seguiu-se à recessão mundial do IDE no início da pandemia de COVID-19 (CNUCED, 2021). Além disso, tanto as remessas como os fluxos de carteira para África diminuíram em 2020. Embora as perspetivas globais para o investimento tenham estabilizado em comparação com os períodos iniciais da pandemia, os governos africanos precisam atualizar as suas estratégias de investimento para beneficiar da reorganização das cadeias globais de fornecimento e do imposto mínimo global sobre as sociedades.

Desbloquear o investimento intra-africano exige que os países harmonizem os seus quadros de investimento e criem ligações

A ZCLCA poderia aumentar a atratividade de África para os investidores e gerar novas oportunidades para investimentos intra-africanos. A integração dos mercados africanos poderia atrair investimentos produtivos adicionais nas redes de produção regionais existentes (por exemplo, a transformação agroalimentar) e nas cadeias de valor regionais emergentes (por exemplo, farmacêutica). Atualmente, o IDE intra-africano *greenfield* representa apenas 6.8 % do total em 2018, contra 50 % na Ásia (CUA/OCDE, 2019). No entanto, as estimativas baseadas na teoria gravitacional (Caixa 1.1) sugerem que, ao liberalizar o comércio de bens e serviços e implementar os seus protocolos sobre o investimento e os direitos de propriedade intelectual, a ZCLCA poderia aumentar o IDE *greenfield* intra-africano em 14 % em comparação com o nível de 2018 (Shingal e Mendez-Parra, 2020).

O estabelecimento de um quadro comum de investimento pode ajudar a conciliar o ambiente fragmentado de investimento em África. Os governos africanos concordaram com 854 tratados bilaterais de investimento (512 em vigor), dos quais 169 são intra-africanos (44 em vigor). A harmonização da legislação em matéria de investimento interno, em conformidade com o Protocolo da ZCLCA sobre o Investimento, poderia impulsionar os investimentos intra-africanos, uma vez que protege os investidores estrangeiros e reduz o risco e a incerteza para todos os investidores (ver Caixa 1.4).

Caixa 1.4. Aplicação do Protocolo de Investimento da ZCLCA

O Protocolo de Investimento da ZCLCA proporciona um quadro comum aos países membros para facilitar a cooperação. Baseia-se no Código Pan-Africano de Investimento (PAIC), adotado pelo Comité Técnico Especializado da União Africana (UA) em Finanças, Assuntos Monetários, Planeamento Económico e Integração em outubro de 2017. Abrange uma vasta gama de questões, incluindo direitos de propriedade intelectual, obrigações dos investidores, concorrência, transferência de tecnologia e tributação (CUA, 2017).

Para tirar partido dos benefícios do Protocolo de Investimento, os membros da UA devem harmonizar a legislação relativa ao investimento interno, incluindo regulamentos comuns sobre a proteção dos direitos dos investidores e o cumprimento nacional. Os países da UA mantêm a autonomia em relação à promoção, facilitação e regulamentação dos investimentos e dos investidores. Vários países africanos desenvolveram estratégias nacionais para a implementação da ZCLCA em parceria com a Comissão da União Africana e organizações regionais e internacionais, incluindo objetivos de investimento em setores estratégicos. A Visão 2030 do Quénia, por exemplo, define seis setores prioritários para atrair investidores e elevar a economia à cadeia de valor. Para coordenar o trabalho dos ministérios e das partes interessadas relevantes a nível interno, o Gana criou gabinetes nacionais de coordenação da ZCLCA e a Nigéria criou comités de ação.

Fonte: Compilação dos autores.

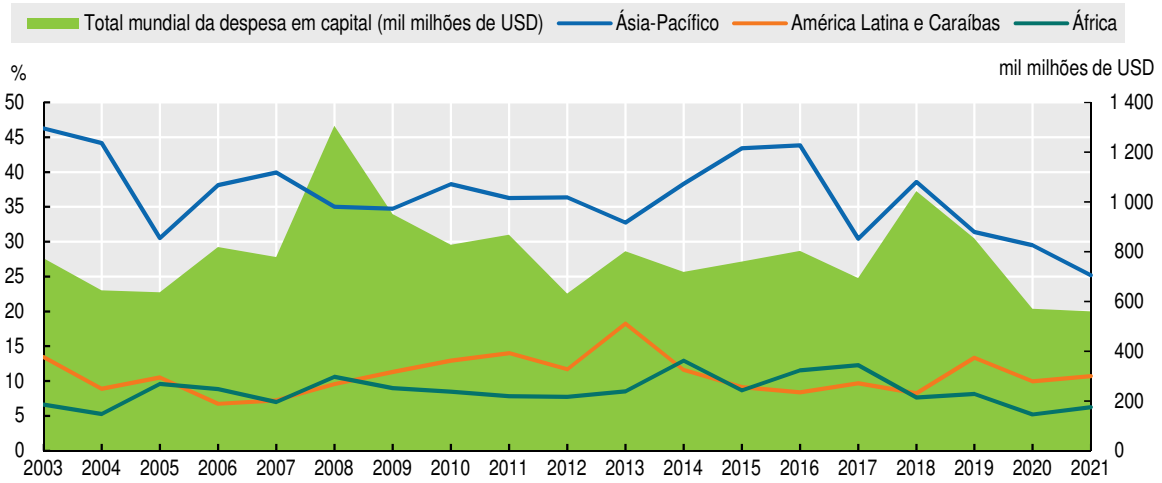
A experiência sugere a necessidade de reforçar as ligações entre as principais empresas africanas e os fornecedores locais. Nos casos em que empresas-piloto e *start-ups* em rápido crescimento em África expandem a sua presença para outros destinos africanos, as suas ligações a montante com fornecedores locais podem continuar a ser limitadas. Um exemplo é a expansão das cadeias de supermercados sul-africanas para países SADC, lideradas por grandes atores do mercado como a Shoprite. Os requisitos de

conteúdo local e os direitos de importação têm oportunidades limitadas de fornecimento, enquanto o financiamento insuficiente, a formação e as oportunidades de ligação em rede impediram os fornecedores nacionais de competir e cumprir as normas (CNUCED, 2021; Nickanor et al., 2020).

A potencial reestruturação das redes globais de produção e dos setores digitais em crescimento em África pode criar novas oportunidades de investimento

O IDE *greenfield* para África - refletindo as tendências futuras de investimento - tem seguido uma tendência descendente desde 2017. Figura 1.14 apresenta o abrandamento do IDE *greenfield*, que começou em África e na Ásia-Pacífico antes da pandemia de COVID-19. Os fluxos dirigidos para África caíram de 12.3 % da quota de mercado mundial em 2017 para 5.1 % em 2020, o nível mais baixo desde 2004. A queda dos rendimentos médios do IDE – principalmente nos setores extrativo e mineiro, atualmente em menos de 2 % – pode explicar a tendência descendente que afeta o IDE *greenfield* nos países em desenvolvimento, especialmente nas economias africanas dependentes de produtos de base (Evenett e Fritz, 2021). Um retorno relativamente mais elevado do investimento no setor transformador, de 7 %, poderia potencialmente reforçar a mudança observada em África das atividades extrativas para a indústria transformadora e os serviços (CUA/OCDE, 2021).

Figura 1.14. **Investimento direto estrangeiro *greenfield* em África, Ásia-Pacífico, e América Latina e Caraíbas em percentagem das despesas de capital mundiais, 2003-21**

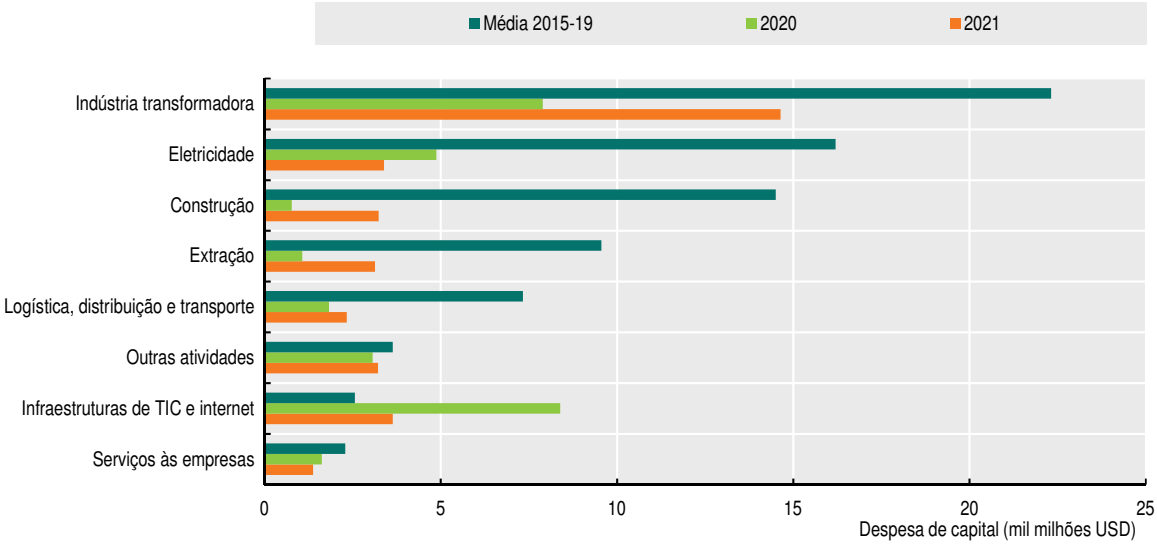


Fonte: Cálculos dos autores baseados em FDI Markets (2021), *FDI Markets* (base de dados), www.fdimarkets.com.
StatLink https://doi.org/10.1787/888934297940

Os ajustamentos potenciais das empresas multinacionais para aumentar a capacidade de resistência das cadeias de abastecimento transfronteiriças aos choques poderiam atrair novos investimentos em África. Por exemplo, aumentar o investimento em países africanos por multinacionais europeias poderia reduzir a distância entre fornecedores e clientes (*near-shoring*) sem transferir todas as operações para os países de origem (*re-shoring*) (UE, 2021). No Norte de África, a "cidade automóvel de Tânger", em Marrocos, continuou a atrair mais de 50 empresas durante o choque de 2020 desencadeado pela pandemia de COVID-19, devido à proximidade do país e à ligação logística bem estabelecida para a Europa, aos custos competitivos da mão de obra e à estabilidade política. No entanto, as cadeias de abastecimento transfronteiriças continuam a ser complexas e não são fáceis de reconfigurar a curto prazo.

As infraestruturas das TIC e da internet continuam a ser atrativas para os investidores estrangeiros. Apesar da tendência geral para a baixa observada no IDE *greenfield* em África, os investimentos nas indústrias TIC do continente aumentaram em 2020, o que poderia acelerar a transformação digital (Figura 1.15) de África. Além disso, a segurança do financiamento das *start-ups* africanas aumentou 44 % em 2020, atingindo um crescimento de cinco anos a uma taxa seis vezes superior à taxa global (Maher et al., 2021). Segundo as projeções, a economia africana na internet poderia atingir 5.2 % do PIB continental até 2025 e aumentar para 8.5 % até 2050, face a 4.5 % em 2020 (Google/IFC, 2020).

Figura 1.15. **Projetos de investimento direto estrangeiro *greenfield* para África por atividade empresarial, 2015-21**



Fonte: Cálculos dos autores baseados em FDI Markets (2021), *FDI Markets* (base de dados), www.fdimarkets.com.
StatLink https://doi.org/10.1787/888934297959

O imposto mínimo global sobre as sociedades mostra que a coordenação internacional pode reduzir as possibilidades de concorrência prejudicial para o investimento

A introdução de um imposto mínimo global sobre as sociedades, acordado em julho de 2021 e que deverá entrar em vigor em 2023, irá remodelar a atratividade de África para as empresas multinacionais. A coordenação internacional na aplicação de um mínimo global de impostos sobre o rendimento das sociedades ajudará a limitar a concorrência fiscal prejudicial e a aumentar as receitas fiscais para os governos africanos (ver Caixa 1.5). Outros fatores, como a qualidade das instituições económicas públicas, a dimensão dos mercados internos e o acesso a fatores de produção e a mão de obra qualificada, tornar-se-ão ainda mais importantes para as economias africanas atraírem empresas multinacionais.

No entanto, existe o risco de outras práticas nocivas para atrair IDE continuarem a existir, por exemplo, reduzindo as normas laborais e ambientais. A cooperação em matéria de investimento deve, pois, incluir salvaguardas sociais e ambientais, a fim de evitar uma corrida prejudicial nestas áreas. Por exemplo, a integração das normas laborais nas políticas de investimento da ZCLCA, como foi feito noutros acordos de preferência comercial com a União Europeia (Tudo menos Armas) e com os Estados Unidos (Lei do Crescimento e Oportunidades para África), ajudará a reduzir as potenciais pressões sociais decorrentes da necessidade de IDE.

Caixa 1.5. **Receitas públicas: as implicações do imposto mínimo global sobre as sociedades**

Os processos paralelos da globalização e da digitalização criaram desafios significativos para a tributação das sociedades. A globalização gera cadeias de valor que abrangem muitos países, podendo ser difícil atribuir-lhes direitos de tributação. Assim, muitas empresas multinacionais acabam por ter baixas taxas efetivas de imposto. A digitalização acentua ainda mais estes desafios, permitindo que as empresas estrangeiras se tornem atores significativos num mercado local, sem a presença física no país que tradicionalmente aciona os direitos de tributação. Estas questões são especialmente importantes para os governos africanos, que, em média, dependem mais do dobro das receitas fiscais das empresas do que os países da OCDE. O imposto sobre o rendimento das sociedades representou 18.8 % das receitas fiscais em África em 2019, contra 10 % na OCDE (CUA/ATAF/OCDE, 2021).

Para responder a estes desafios crescentes, os 141 membros do Quadro Inclusivo sobre Erosão de Base e Transferência de Lucros (BEPS) têm trabalhado para atualizar as normas fiscais internacionais. Mais recentemente, em outubro de 2021, 137 membros chegaram a acordo sobre uma solução de dois pilares para os problemas fiscais relacionados com a digitalização da economia. Os membros africanos do Quadro Inclusivo, juntamente com o Fórum Africano de Administração Fiscal (ATAF), desempenharam um papel fundamental nestas negociações, assegurando que as principais características de conceção fossem adaptadas às necessidades africanas. O primeiro pilar aborda o desafio da presença no mercado sem estar fisicamente presente, estabelecendo o direito de os países onde as maiores e mais lucrativas empresas multinacionais têm os seus mercados tributarem uma parte dos seus lucros. O segundo pilar refere-se ao desafio de taxas efetivas de imposto baixas que existem em algumas jurisdições; introduz um imposto mínimo global de, pelo menos, 15 %.

Estas reformas têm potencial para ajudar os governos africanos a aumentar consideravelmente as receitas fiscais provenientes das empresas nos próximos anos. A nível mundial, prevê-se que o primeiro pilar reafete 100 mil milhões USD a jurisdições de mercado, enquanto o segundo pilar irá gerar mais 150 mil milhões USD de receitas fiscais por ano. O imposto mínimo global ajudará a travar a concorrência prejudicial nos impostos sobre o rendimento das sociedades, que tem visto o uso generalizado de incentivos fiscais generosos, muitas vezes ineficientes em África (por exemplo, mais de 80 % dos países subsarianos ofereceram recentemente isenções fiscais).[3] A reforma dos incentivos fiscais será uma prioridade fundamental para muitos governos nos próximos anos. Essas reformas, juntamente com a aplicação das normas de investimento (sociais ou ambientais), criarão novas exigências aos governos africanos, que exigirão um forte apoio dos parceiros de desenvolvimento.

Fonte: Compilação dos autores.

A transformação digital pode facilitar as cadeias de valor regionais, mas aumenta o risco de exclusão e desigualdade

A COVID-19 está a acelerar a transformação digital de África, tal como explicado no último relatório sobre as dinâmicas do desenvolvimento no continente (CUA/OCDE, 2021). A nível empresarial, mais de uma em cada cinco empresas africanas começou ou ampliou o uso da tecnologia digital em resposta ao choque da COVID-19, segundo os *Inquéritos a Empresas* da autoria do Banco Mundial (Banco Mundial, 2021b). A utilização dos serviços financeiros digitais também aumentou. O valor das transações de dinheiro móvel em África

aumentou 28 % a partir de 2019 e atingiu um total de 45.4 mil milhões USD em dezembro de 2020. Além disso, vários governos africanos estão a enfatizar a transformação digital como uma componente crítica dos seus planos de recuperação (Tabela 1.1) da COVID-19. A estratégia de transformação digital da UA para a África 2020-2030 é também essencial para dar aos países africanos uma vantagem mais forte na formação da governação global de dados. O Capítulo 1 da edição de 2021 de *Dinâmicas do desenvolvimento em África* (CUA/OCDE, 2021) propõe várias áreas políticas para impulsionar a economia digital regional e superar a fratura digital.

Tabela 1.1. **Iniciativas digitais em resposta à COVID-19 em países africanos selecionados**

	Iniciativa de recuperação digital
Continental	• Os Estados-Membros da União Africana acordaram, em dezembro de 2020, em acelerar as negociações do Protocolo da ZCLCA sobre o comércio eletrónico, a fim de estabelecer posições comuns sobre o comércio eletrónico, harmonizar os regulamentos da economia digital e criar um mercado único digital africano (UA, 2020).
Camarões	• Através da sua Estratégia Nacional de Desenvolvimento 2020-2030, os Camarões tencionam investir 250 mil milhões de francos CFA (440 milhões USD) para expandir a rede de fibra ótica, construir dois centros de dados e implementar um sistema de e-governança.
Egito	• O Egito tenciona investir mais de 360 milhões USD para ligar 1 milhão de agregados familiares com cabos de fibra ótica, para apoiar a recuperação e o desenvolvimento da economia digital.
Gana	• O Gana lançou iniciativas políticas em maio de 2020 para aprofundar a inclusão financeira e construir um ecossistema de pagamentos digitais inclusivo, incluindo regulamentação adequada, proteção dos consumidores e supervisão.
Quénia	• O programa de estímulo económico com 8 pontos do Quénia atribuiu 59 milhões USD para apoiar a educação digital através da contratação de 10 000 professores e 1 000 estagiários TIC (Ministério da Saúde do Quénia, 2020).
África do Sul	• O plano de estímulo ao investimento pós-pandemia da África do Sul envolve sete projetos de infraestruturas digitais que totalizam cerca de 7.3 mil milhões USD e tem potencial para apoiar 707 000 empregos (Habiyaremye et al., 2021).

Fonte: Compilação dos autores.

A transformação digital pode ajudar a superar as restrições ao desenvolvimento da cadeia de valor regional

A transformação digital pode reforçar a competitividade dos produtores africanos. No setor agrícola, por exemplo, as soluções digitais podem ajudar a melhorar a produtividade agrícola, as ligações ao mercado e a inclusão financeira (CUA/OCDE, 2021). A produção tradicional depende também cada vez mais de serviços de entrega digital, como as TIC, os serviços de marketing e de distribuição. A entrega digital representou 57 % das exportações africanas em TIC e serviços empresariais, como seguros, pensões e finanças em 2017.

As tecnologias digitais podem reduzir os custos do comércio transfronteiriço, aumentando a eficiência dos serviços de apoio, como a logística, o financiamento do comércio e os pagamentos. As tecnologias de registo distribuído (*blockchain*) permitem, por exemplo, contratos inteligentes que tornam os pagamentos transfronteiras mais rápidos, mais baratos e mais eficientes. Em março de 2021, a OCP executou a primeira transação comercial intra-africana baseada na *blockchain* de Marrocos para a Etiópia, com um valor de 400 milhões USD (OCP, 2021). Na logística, os serviços digitais contribuíram para a manutenção de atividades económicas essenciais durante os confinamentos. Por exemplo, a TradeDepot, uma plataforma de logística eletrónica para a distribuição de micro retalho na Nigéria, estabeleceu uma parceria com o Governo de Lagos como parte da estratégia de resposta alimentar de emergência deste país.

A adoção de novas tecnologias pode tornar as instituições relacionadas com o comércio mais eficientes e facilitar a implementação da ZCLCA. As soluções habilitadas para a *blockchain* podem servir na aplicação de regras de origem gerando, armazenando e compartilhando informações, o que permite a verificação em tempo real e de baixo custo da proveniência de um produto. A adoção de processos sem papel e de tecnologias de desalfandegamento inteligente também pode simplificar e acelerar os procedimentos

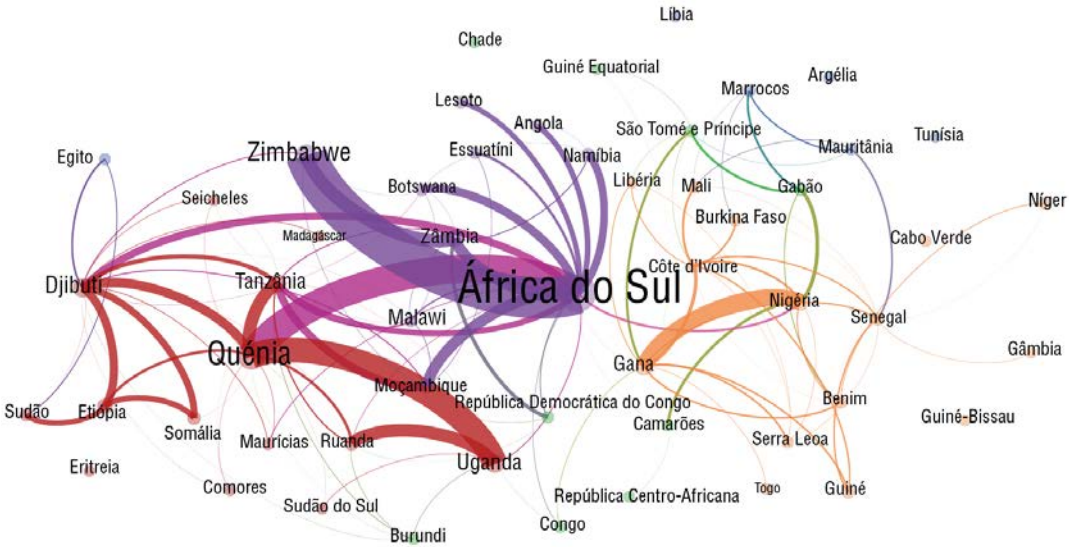
aduaneiros. Por exemplo, o sistema aduaneiro automatizado em Marrocos permite que as empresas terminem os procedimentos de exportação em 15-20 minutos, em vez dos 2-3 dias necessários para recolher documentos em papel (INSME, 2019).

Novos modelos de negócio digitalmente habilitados permitem que as empresas ultrapassem restrições na execução formal de contratos e integrem atores informais. Estes modelos facilitam a coordenação, a comunicação e o acompanhamento entre os diferentes intervenientes (como as empresas multinacionais e os seus fornecedores) e as fases das cadeias de valor. Ao mesmo tempo, os contratos inteligentes e os sistemas de reputação em plataformas e mercados digitais fornecem mecanismos alternativos para identificar parceiros confiáveis e garantir a responsabilização sem recorrer a processos judiciais. Isto é especialmente importante para a integração de produtores africanos informais em cadeias de valor regionais. Por exemplo, mais de 13 000 agricultores e 6 000 fornecedores no Quénia utilizam agora a plataforma móvel Twiga Foods para vender os seus produtos diretamente a 2 000 pontos de venda por dia.

Conseguir ganhos de produtividade, racionalizar o comércio transfronteiriço e envolver-se em atividades digitalizadas requer expandir a economia digital para além das fronteiras. Estudos sobre mercados africanos mostram que 91 % dos mercados transacionais no continente têm âmbito exclusivamente nacional (ITC, 2020); isto põe em evidência as dificuldades que as soluções digitais têm de ultrapassar o seu mercado doméstico. Os decisores políticos podem ajudar a desenvolver a economia digital além-fronteiras, fornecendo uma regulamentação acomodatícia (especialmente no domínio da tributação digital), facilitando normas de interoperabilidade e incentivando as *start-ups* inovadoras a entrar em serviços decisivos como o financiamento e a logística (CUA/OCDE, 2021).

Garantir um fluxo seguro e contínuo de dados além-fronteiras é fundamental para cadeias de valor regionais competitivas. O fluxo de informação entre compradores e vendedores apoia todas as decisões, processos de produção e valor acrescentado no contexto da indústria 4.0. Em 2020, a procura por largura de banda internacional da internet (medida pelo pico de tráfego) aumentou 50 % ou mais em 42 das 100 principais rotas internacionais de internet na África. A ligação das economias digitais nacionais africanas às economias regionais deve reforçar a sua competitividade. Estão a surgir novos padrões de *hub-and-spoke* (distribuição radial), em que grandes países, como a África do Sul e o Quénia, estabelecem ligações densas a outras economias africanas (Figura 1.16). Para além de infraestruturas rígidas para o fluxo de dados, é também crucial um sólido quadro de governação continental que equilibre as preocupações económicas, de privacidade e de soberania dos dados.

Figura 1.16. **Análise de rede da internet de banda larga intra-africana, 2017-20**



Fonte: Cálculos dos autores baseados em Telegeography (2021), *Telegeography Database*, www2.telegeography.com/telegeography-report-and-database.

A transformação digital aumenta os riscos de exclusão e desigualdade

A transformação digital corre o risco de impedir a grande maioria das empresas e trabalhadores africanos de participarem em redes de produção internacionais. A adoção de tecnologias digitais exige investimentos fixos e competências para além da capacidade da maioria dos atores africanos, limitando ainda mais as suas oportunidades de integração nas cadeias de valor internacionais. Por exemplo, apenas 31 % das empresas africanas têm atualmente o seu próprio *website*, contra 39 % na Ásia em desenvolvimento e 48 % na América Latina e Caraíbas. A concentração excessiva em plataformas digitais de comércio eletrónico pode também conduzir à dependência de fornecedores mais pequenos e pode reduzir a sua capacidade de atualização. Globalmente, a mudança técnica nas cadeias de valor globais é cada vez mais tendenciosa contra a utilização de trabalhadores com baixo nível de instrução em favor de trabalhadores com elevado nível de instrução, limitando assim o potencial das cadeias de valor globais para criar empregos para trabalhadores pouco qualificados em África (Reijnders, Timmer e Ye, 2021).

Finalmente, a automação digitalmente habilitada pode afetar a atratividade de África para investimentos globais e aumentar as desigualdades no mercado de trabalho. Pesquisas recentes sugerem que a automação em grande escala, embora tecnologicamente viável, pode exigir de 10 a 15 anos antes de se tornar economicamente viável nas cadeias de valor africanas de mão-de-obra intensiva, como os têxteis (ODI, 2018). A automatização substitui tipicamente mão de obra não qualificada por mão de obra qualificada, aumentando assim a desigualdade salarial entre trabalhadores qualificados e não qualificados.

Caixa 1.6. **Cadeias de valor agrícolas nos países africanos de língua portuguesa e a sua digitalização**

Os seis países africanos cuja língua oficial é o português constituem uma parte importante da população e da economia do continente. Em 2019, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique e São Tomé e Príncipe tinham no seu

Caixa 1.6. **Cadeias de valor agrícolas nos países africanos de língua portuguesa e a sua digitalização (*continuação*)**

conjunto uma população de 66 milhões de habitantes, um PIB de 120 mil milhões USD e um crescimento real do PIB de 0.5 %.

Estes países enfrentam diversos desafios na integração em cadeias de valor e na diversificação da base de exportação. Em 2018, o petróleo bruto representava 83.5 % das exportações de Angola e 63.3 % das exportações da Guiné Equatorial. Em Cabo Verde, as conservas e preparações de peixe representavam a maior parte das exportações totais do país, representando 42.8 %. Em Moçambique, o carvão e os combustíveis à base de carvão constituíram o produto mais exportado, representando 22.1 % do total das exportações. Em São Tomé e Príncipe, o cacau era o produto mais exportado, representando 50.9 % do total. Em 2015, a sua participação conjunta nas cadeias de valor agrícolas globais foi de 76 milhões USD, o que corresponde a 0.05 % do seu PIB combinado, de acordo com dados de Casella et al. (2019). Em comparação, em todo o continente africano, a participação nas cadeias de valor agrícolas globais foi de 8 541 milhões USD.

A digitalização das cadeias de valor agrícolas pode melhorar o acesso dos agricultores destes países a novos mercados. Um exemplo é a iniciativa da Vodafone *Connected Farmer Alliance* (CFA) em Moçambique. Esta plataforma para as cadeias de valor agrícolas permite acompanhar os ciclos de produção e facilita os pagamentos móveis. A CFA liga as empresas agrícolas e os pequenos fornecedores, resultando num maior acesso a novos mercados e num aumento da produtividade dos agricultores (Moceviciute e Babcock, 2016). Outro exemplo é a Izyshop, provedora de comércio eletrónico em Moçambique. Vende caixas de frutas e produtos hortícolas provenientes diretamente dos agricultores, que, por sua vez, ganham mais de 100 USD por mês. Esta situação contrasta com a média das receitas mensais típicas de 18-20 USD (GSMA, 2019).

O aprofundamento da cooperação internacional e das parcerias público-privadas é fundamental para melhorar o conhecimento técnico e o desenvolvimento do mercado local. Por exemplo, o Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI) do Governo angolano visa diversificar a economia para reduzir a dependência das exportações de petróleo. O PRODESI fá-lo reforçando as capacidades locais através de iniciativas como o desenvolvimento de uma plataforma digital. Com o apoio da União Europeia, o programa fornece informações sobre os mercados locais e internacionais e os sistemas de rastreabilidade dos produtos (UE, 2020). Desde 2019, o PRODESI ajudou a criar mais de 60 000 empregos através de 807 projetos de apoio a cadeias de valor agrícolas (ANGOP, 2021). Outro exemplo é o projeto de parceria Guiné-Bissau-União Europeia ACTIVA-PAIDR. Este projeto visa desenvolver mercados locais sustentáveis, melhorando o conhecimento técnico e a mecanização agrícola. Ajudou a aumentar a produção de cereais em cerca de 85 % (Instituto Camões, 2021).

Fonte: Compilação dos autores.

O reforço da capacidade dos produtores e das instituições públicas africanas é fundamental para beneficiar do esforço global em prol da sustentabilidade

O enfoque global na sustentabilidade oferece novas perspetivas para cadeias de valor inclusivas e respeitadoras do ambiente

O aumento da procura mundial por produção e consumo social e ecologicamente conscientes cria novas oportunidades para os produtores africanos explorarem atividades de maior valor acrescentado. As oportunidades emergentes incluem

o desenvolvimento de produtos ambientais, modos de produção locais (por exemplo, reciclagem) e energias renováveis, bem como a adoção de rótulos ecológicos, certificação na produção e novas fontes de financiamento. Os cinco capítulos regionais deste relatório oferecem novas perspetivas sobre os papéis que a integração regional pode desempenhar para tirar partido destas novas fontes de procura e para prosseguir atividades de maior valor acrescentado. O Capítulo 3, por exemplo, destaca o potencial do Pacto Pan-Africano para o Setor Automóvel para responder à crescente procura de veículos elétricos, e o Capítulo 5 explica o potencial das energias renováveis para as economias do Norte de África.

Esta mudança global exerce pressão sobre os produtores, em particular as empresas multinacionais, para que cumpram as normas ambientais, sociais e de governo das empresas (ESG). Desde o início da pandemia, 48 % das empresas multinacionais inquiridas que operam nos países em desenvolvimento têm aumentado o seu foco na sustentabilidade e descarbonização das cadeias de abastecimento (Saurav et al., 2021). Alguns governos estão a estabelecer instrumentos jurídicos relativos ao dever de diligência em matéria de direitos humanos e diligência ambiental nas cadeias de abastecimento das empresas, tais como o quadro obrigatório proposto pela UE *Human Rights and Environmental Due Diligence*. A aplicação de normas de responsabilidade social das empresas e de normas relativas ao ESG pode contribuir para melhorar as condições de trabalho dos trabalhadores, gerar mais valor para os fornecedores e evitar a degradação ambiental nas redes de produção internacionais. Por exemplo, a extração de matérias-primas para exportação envolve frequentemente a maior percentagem de trabalho infantil (OIT/OCDE/IOM/UNICEF, 2019). Atualmente, entre 28 % e 43 % do trabalho infantil contribui indiretamente para as exportações numa fase inicial da produção da cadeia de abastecimento (como a extração de matérias-primas ou a agricultura). Estas características estruturais têm desafiado a melhoria das cadeias de valor para vários países africanos que dependem das exportações de produtos de base.

Estão disponíveis novas fontes de financiamento para investimentos ecológicos, sociais e sustentáveis. O investimento de impacto oferece novas fontes de financiamento para empresas que colocam objetivos ecológicos, sociais e de sustentabilidade no centro dos seus modelos empresariais. Cinquenta e dois por cento dos investidores globais de impacto planeiam aumentar as suas verbas para a África Subsaariana até 2025 (Hand et al., 2020). A nível nacional, as obrigações verdes para investimento público, especialmente em infraestruturas, são cada vez mais atrativas para os investidores institucionais, como os fundos de pensões e as companhias de seguros. Desde 2020, o programa francês de obrigações soberanas verdes alargou a lista de projetos elegíveis – financiados pela emissão de obrigações a investidores internacionais – à componente ambiental da ajuda pública ao desenvolvimento. Este é um importante passo em frente que poderia anunciar um aumento substancial dos fundos de financiamento verdes para África se outras instituições reproduzissem este modelo. Apesar dos potenciais ganhos, entre 2012 e 2020 apenas sete países africanos emitiram obrigações verdes, num total inferior a 4 mil milhões USD (Amundi/IFC, 2021).

A componente de estímulo fiscal dos planos de recuperação COVID-19 pode incentivar o desenvolvimento de cadeias de valor regionais neste setor. Os governos africanos, tanto a nível nacional como continental, estão a fornecer apoio fiscal para investir em infraestruturas e energia verdes em resposta à crise da COVID-19 (ver Tabela 1.2). Os regimes adequados de contratos públicos podem utilizar esses fundos e esse dinamismo político para criar uma pressão de procura para o desenvolvimento da capacidade produtiva regional neste domínio.

Tabela 1.2. **Recuperação verde em resposta à COVID-19 em países africanos selecionados**

	Iniciativa de recuperação verde
Continental	• A Comissão da União Africana lançou um novo plano de ação para a recuperação ecológica continental a cinco anos (2021-2027), com cinco prioridades: i) financiamento climático; ii) energias renováveis, eficiência energética e programas nacionais de transição justa; iii) soluções baseadas na natureza e com enfoque na biodiversidade; iv) agricultura resiliente; e v) cidades verdes e resilientes.
Egito	• Emitiu uma obrigação verde de 750 milhões USD para financiar 1.95 mil milhões USD em projetos de investimento público verde.
Etiópia	• Planeado um projeto de 3.6 milhões USD, a quatro anos, sobre soluções baseadas na natureza para infraestruturas de recursos hídricos e resiliência da comunidade (IISD, 2020a).
Maurícias	• O orçamento para a recuperação 2021/22 afetou 124 milhões USD ao longo de um horizonte de cinco anos ao Fundo Nacional do Ambiente e das Alterações Climáticas, para reabilitar as costas, reforçar o acompanhamento ambiental e visar produzir 60 % das necessidades energéticas do país a partir de fontes verdes até 2030 (FMI, 2021b).
Nigéria	• Investiu 620 milhões USD para a instalação de sistemas solares domésticos para 5 milhões de famílias até 2023 e para criar 250 000 empregos no setor da energia (CES, 2020). • Foram atribuídos 0.37 mil milhões USD para promover a investigação e o desenvolvimento em fontes de energia renováveis e alternativas.
Senegal	• Emitiu uma isenção do imposto sobre o valor acrescentado para 22 tipos diferentes de equipamento de energias renováveis, a fim de estimular o consumo de soluções de energia verde (IISD, 2020b).

Fonte: Compilação dos autores.

A concretização de tais oportunidades exige apoio político pró-ativo para aumentar a adoção de normas e desbloquear novas fontes de financiamento

As políticas públicas desempenham um papel vital para facilitar a adoção de normas entre os produtores africanos. Os decisores políticos podem promover a atualização através do apoio à rotulagem dos produtos, à certificação internacional, às marcas comerciais e à marca registrada. O sucesso na aplicação de tais normas depende das cadeias de valor específicas e dos contextos locais. Por exemplo, os produtores locais carecem frequentemente de sensibilização e compreensão para os processos de adoção destas normas, e têm competências limitadas e não dispõem de meios financeiros para investimento e execução (CUA/OCDE, 2019). O reforço da capacidade institucional nas infraestruturas de metrologia, normalização e acreditação é também fundamental para garantir a competitividade dos produtores locais, evitar o *dumping* de produtos nocivos (por exemplo, produtos eletrónicos) e evitar atrair atividades industriais poluentes.

O desbloqueamento do financiamento ligado à sustentabilidade exige também intervenções políticas pró-ativas. A coordenação entre os governos africanos, os bancos públicos de desenvolvimento e os doadores é necessária para atrair mais investimento privado, mitigar os riscos, fazer face às restrições de fornecimento e evitar "lavagem verde".[4] Ao mesmo tempo, a aplicação de normas sociais institucionais pelas empresas multinacionais poderia beneficiar de quadros regulamentares nacionais mais fortes e de uma coordenação com as administrações locais para melhorar a sua visibilidade das cadeias de abastecimento. Por último, a utilização de contratos públicos para apoiar o desenvolvimento de cadeias de valor regionais exige o reforço da governação para evitar a corrupção e para alargar a elegibilidade das empresas para além dos fornecedores nacionais (ver Capítulo 2 sobre as políticas).

Anexo 1.A1. Descrição técnica da modelização global por vetores autorregressivos

Desde a sua introdução, em 1980, por Christopher Sims, Prémio Nobel, o modelo de vetores autorregressivos (VAR) é por excelência a ferramenta econométrica utilizada para a análise empírica ou orientada por dados e para a previsão da dinâmica macroeconómica dos países (Sims, 1980). Um modelo global de vetores autoregressivos (GVAR) desloca o VAR da configuração original de um único país para uma configuração de múltiplos países (di Mauro e Pesaran, 2013). Em termos técnicos, um modelo GVAR é um conjunto de modelos VARX interligados – um modelo VAR que inclui um bloco de variáveis exógenas – em que cada VARX corresponde a um país individual. Um VARX resume os dados históricos disponíveis sobre as inter-relações entre as variáveis macroeconómicas internas do país (tais como o produto e a inflação), bem como as inter-relações entre elas e as correspondentes variáveis macroeconómicas dos restantes países do GVAR.

O nosso exercício de modelização do GVAR inclui dez países africanos (Botswana, Camarões, Egito, Gana, Quénia, Maurícias, Marrocos, Namíbia, África do Sul e Tunísia), China, países membros da União Europeia e Estados Unidos. O VARX individual para o Botswana resume as inter-relações entre as variáveis macroeconómicas internas entre si e com as médias ponderadas das mesmas variáveis para todos os outros países. Os pesos resultam da importância do comércio bilateral (importações e exportações) entre o Botswana e cada um dos outros três países no comércio total do Botswana.

As características específicas do nosso exercício de modelização, o modelo OCDE-África-GVAR-1.0, são as seguintes:

- amostra da estimação: séries cronológicas trimestrais para o período 2000 T1-2019 T3.
- variáveis (detalhes por país em Tabela 1.A1.1): produto interno bruto (PIB), índice de preços no consumidor (IPC), taxa de câmbio local face ao dólar dos Estados Unidos dividida pelo IPC interno, taxas de juro de longo prazo.
- transformação das variáveis: a primeira diferença do PIB em logaritmo, a primeira diferença do IPC em logaritmo para países não africanos, a segunda diferença do IPC em logaritmo para países africanos e a transformação da taxa de juro por Pesaran: 0.25 x log (1+r/100) em que r é a taxa de juro nominal em pontos percentuais.
- detalhes da estimativa: mínimos quadrados ordinários equação a equação, excluindo os termos de cointegração.

Tabela 1.A1.1. **Variáveis (todas inseridas)**

	Endógena			Exógena	
	Produto interno bruto nacional	Índice de preços no consumidor interno	Taxa de câmbio local face ao dólar dos EUA (deflacionada)	Produto interno bruto externo	Taxa de câmbio em moeda estrangeira face ao dólar dos EUA (deflacionada)
Botswana	Sim	Sim	Sim	MP	Não
Camarões	Sim	Sim	Sim	MP	Não
Egito	Sim	Sim	Sim	MP	Não
Gana	Sim	Não	Não	MP	Não
Quénia	Sim	Sim	Sim	MP	Não
Maurícias	Sim	Sim	Sim	MP	Não
Marrocos	Sim	Sim	Sim	MP	Não
Namíbia	Sim	Sim	Sim	MP	Não
África do Sul	Sim	Sim	Sim	MP	Não
Tunísia	Sim	Sim	Sim	MP	Não
China	Sim	Não	Sim	MPeA	Não
União Europeia	Sim	Não	Sim	MPeA	Não
Estados Unidos da América	Sim	Sim	Não	MPeA	-

Notas: MP = média ponderada; MPeA = média ponderada excluindo África. Em todos os modelos VARX, o índice de preços no consumidor dos Estados Unidos foi utilizado como uma variável exógena adicional.

Notas

1. Entre os países comparados estão Bangladesh, Brasil, China, Índia, Indonésia, Malásia e Vietname. Tanto os países africanos como asiáticos foram selecionados com base na disponibilidade de dados.
2. De acordo com um exercício de modelização (https://agupubs.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1029/2018JD029336), a principal fonte de mortalidade por poluição atmosférica em África é a poeira mineral do deserto (natural), seguida da poluição atmosférica industrial/doméstica – produção industrial, produção de energia, emissões de transportes, emissões domésticas (que não incêndios) – e, por último, a combustão da biomassa. Na África do Sul, a mortalidade por poluição atmosférica é dominada pelos setores industrial e doméstico, o que provoca 15 000 mortes prematuras.
3. Ver www.oecd.org/tax/options-for-low-income-countries-effective-and-efficient-use-of-tax-incentives-for-investment.htm.
4. O *Greenwashing* refere-se à prática de fornecer informações enganosas sobre as características de sustentabilidade dos seus produtos.

Bibliografia

Abreha, K. et al. (2020), «Africa in manufacturing global value chains: Cross-country patterns in the dynamics of linkages», *Policy Research Working Paper*, N.º 9439, Banco Mundial, Washington, DC, https://doi.org/10.1596/1813-9450-9439.

Afrika, J.-G. K. e G. Ajumbo (2012), «Informal cross-border trade in Africa: Implications and policy recommendations», *AfDB Africa Economic Brief*, Banco Africano de Desenvolvimento. Abidjan, www.afdb.org/en/documents/document/economic-brief-informal-cross-border-trade-in-africa-implications-and-policy-recommendations-30008.

Amundi/IFC (2021), *Emerging Market Green Bonds Report 2020*, Amundi Asset Management e International Finance Corporation, https://research-center.amundi.com/article/emerging-market-green-bonds-report-2020.

ANGOP (2021), «PRODESI com 4 novos projetos aprovados», comunicado de imprensa, 14 de agosto de 2021, Agência de Imprensa de Angola, www.angop.ao/en/noticias/economia/prodesi-com-4-novos-projectos-aprovados/ (consultado em 15 de setembro de 2021).

Antimiani, A. e L. Cernat (2021), «Untapping the full development potential of trade along global supply chain: 'GVCs for LDCs' proposal», *Journal of World Trade*, Vol. 55/5.

Antràs, P. e A. de Gortari (2020), «On the Geographic of global value chains», *Econometrica*, Vol. 88/4, pp. 1553-1598, https://doi.org/10.3982/ECTA15362.

Bacchetta, M. et al. (2021), «COVID-19 and global value chains A discussion of arguments on value chain organization and the role of the WTO», *Staff Working Paper ERSD*, Organização Mundial do Comércio, Genebra, www.wto.org/english/res_e/reser_e/ersd201203_e.pdf.

Banco Mundial (2021a), *Indicadores de Desenvolvimento Mundial* (base de dados), Banco Mundial, Washington, DC, https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators (consultado em 1 de junho de 2021).

Banco Mundial (2021b), «COVID-19: Impact on firms», *Enterprise Surveys*, Banco Mundial, Washington, DC, www.enterprisesurveys.org/en/covid-19.

Banco Mundial (2020a), *World Development Report 2020: Trading for Development in the Age of Global Value Chains*, Banco Mundial, Washington, DC, www.worldbank.org/en/publication/wdr2020.

Banco Mundial (2020b), *The African Continental Free Trade Area: Economic and Distributional Effects*, Banco Mundial, Washington, DC, https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/34139/9781464815591.pdf.

Barrientos, S., G. Gereffi e A. Rossi (2011), «Economic and social upgrading in global production networks: A new paradigm for a changing world», *International Labour Review*, Vol. 150/3-4, pp. 319-340, https://doi.org/10.1111/j.1564-913X.2011.00119.x.

Bauer, S. E. et al. (2019), «Desert dust, industrialization, and agricultural fires: Health mpacts of outdoor air pollution in Africa», *Journal of Geophysical Research: Atmospheres*, Vol. 124/7, pp. 4104-4120, https://doi.org/10.1029/2018JD029336.

Bengoa, M. et al. (2021), «Environmental effects of the African Continental Free Trade Agreement: A computable general equilibrium model approach», *Journal of African Trade*, https://doi.org/10.2991/jat.k.210719.001.

Bensassi, S., J. Jarreau e C. Mitaritonna (2019), «Regional integration and informal trade in Africa: Evidence from Benin's border», *Journal of African Economies*, Vol. 28/1, https://doi.org/10.1093/jae/ejy016.

Bouët, A., B. Cissé e F. Traoré (2020), «Chapter 5: Informal cross-border trade in Africa», em A. Bouët et al. (eds.), *Africa Agriculture Trade Monitor 2020*, International Food Policy Research Institute, Washington, DC, pp. 119-148, https://doi.org/10.2499/9780896293908_05.

BPESA (2021), «Global Setor Jobs Report Q4 2020», *BPESA News*, Business Process Enabling South Africa, https://bpesa.org.za/news/359-gbs-sector-jobs-report-q4-2020.html.

Cadestin, C. et al. (2021), «Multinational Enterprises and intangible capital», *OCDE Science, Technology and Industry Policy Papers*, n.o 118, OECD Publishing, Paris, https://doi.org/10.1787/6827b3c9-en.

Carrère, C. e V. Strauss-Kahn (2017), «Export life and the dynamics of experience», *Review of World Economics*, n.º 3, https://doi.org/10.1007/s10290-017-0277-1.

Casella, B. et al. (2019), *UNCTAD-Eora Global Value Chain Database*, https://worldmrio.com/unctadgvc/ (consultado em 15 de setembro de 2021).

Caselli, M., A. Fracasso e S. Traverso (2019), «Globalization and electoral outcomes: Evidence from Italy», *Economics & Politics*, Vol. 32/1, pp. 68-103, https://doi.org/10.1111/ecpo.12147.

CEPII (2021), *BACI* (base de dados), http://www.cepii.fr/CEPII/en/bdd_modele/presentation.asp?id=37 (consultado em 1 de junho de 2021)

Chidede T. (2021), «AfCFTA Phase II and III Negotiations - Update», Tralac Trade Law Center, África do Sul, www.tralac.org/blog/article/15090-afcfta-phase-ii-and-iii-negotiations-update.html.

CNUCED (2021), *Transforming Southern Africa: Harnessing Regional Value Chains and Industrial Policy for Development*, Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, Genebra, https://unctad.org/system/files/official-document/gdsecidc2021d1_en.pdf.

Conway, M. et al. (2019), *Should Sub-Saharan Africa Make Its Own Drugs?*, McKinsey & Company, www.mckinsey.com/industries/public-and-social-sector/our-insights/should-sub-saharan-africa-make-its-own-drugs.

CUA (2020), *African Trade Statistics 2020 Yearbook*, Comissão da União Africana, Addis Abeba, https://au.int/sites/default/files/documents/39607-doc-af-trade_yearbook2020_v4_comp-compresse_1.pdf.

CUA (2017), Projeto de Código Pan-Africano de Investimento, União Africana, Addis Abeba, https://au.int/sites/default/files/newsevents/workingdocuments/33090-wd-3_pan_african_investment_code_e.pdf.

CUA/ATAF/OCDE (2021), *Revenue Statistics in Africa 2021: 1990-2019*, OECD Publishing, Paris, https://doi.org/10.1787/c511aa1e-en-fr.

CUA/OCDE (2021), *Africa's Development Dynamics 2021: Digital Transformation for Quality Jobs*, Comissão da União Africana, Addis Abeba/OECD Publishing, Paris, https://doi.org/10.1787/0a5c9314-en.

CUA/OCDE (2019), *Africa's Development Dynamics 2019: Achieving Productive Transformation*, Comissão da União Africana, Addis Abeba/OECD Publishing, Paris, https://doi.org/10.1787/c1cd7de0-en.

CUA/OCDE (2018), *Africa's Development Dynamics 2018: Growth, Jobs and Inequalities*, Comissão da União Africana, Addis Abeba/OECD Publishing, Paris, https://doi.org/10.1787/9789264302501-en.

Di Mauro, F. e M. Pesaran, (2013), *The GVAR Handbook: Structure and Applications of a Macro Model of the Global Economy for Policy Analysis*, Oxford University Press.

ESC (2020), *Bouncing Back: Nigeria Economic Sustainability Plan*, Comité de Sustentabilidade Económica, Abuja, https://media.premiumtimesng.com/wp-content/files/2020/06/ESC-Plan-compressed-1.pdf.

Evenett, S. J. e J. Fritz (2021), «Foreign Investment: How to make it work for developing countries», Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial, https://iap.unido.org/articles/foreign-investment-how-make-it-work-developing-countries.

fDi Markets (2021), *fDi Markets* (base de dados), www.fdimarkets.com (consultado em 24 de setembro de 2021).

Fernandes, A. M. et al. (2019), «Are trade preferences a panacea? The export impact of the African Growth and Opportunity Act», *Policy Research Working Paper*, n.º 8753, Banco Mundial, Washington, DC, https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/31316.

FMI (2021a), *World Economic Outlook Database*, projeções de outubro de 2021, https://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2021/October (consultado em 27 de novembro de 2021).

FMI (2021b), *Policy Responses to COVID-19: Policy Tracker*. Fundo Monetário Internacional, Washington, DC, https://www.imf.org/en/Topics/imf-and-covid19/Policy-Responses-to-COVID-19#G.

Gereffi, G. e X. Luo (2014), «Risks and opportunities of participation in global value chains», *Policy Research Paper* n.º 6847, Banco Mundial, Washington, DC, https://doi.org/10.1017/9781108559423.014.

Google/IFC (2020), «e-Economy Africa 2020: Africa's $180 billion Internet economy future», International Finance Corporation, Washington DC, https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/e358c23f-afe3-49c5-a509-034257688580/e-Conomy-Africa-2020.pdf?MOD=AJPERES&CVID=nmuGYF2.

GSMA (2019), «E-commerce in agriculture: New business models for smallholders' inclusion into the formal economy», Global System for Mobile Communications, Londres, https://www.gsma.com/mobilefordevelopment/wp-content/uploads/2019/05/E-commerce_-in_agriculture_new_business_models_for_smallholders_inclusion_into_the_formal_economy.pdf.

Habiyaremye, A. (2021), «Co-operative learning and resilience to COVID-19 in a small size South African enterprise», *Sustainability*, Vol. 13/4, pp. 1-17, https://doi.org/10.3390/su13041976.

Hand, D. et al. (2020), *Annual Impact Investor Survey*, Global Impact Investment Network, Nova Iorque, https://thegiin.org/assets/GIIN%20Annual%20Impact%20Investor%20Survey%202020.pdf.

IHME (2019), *The Global Burden of Diseases 2019* (base de dados), Institute for Health Metrics and Evaluation, www.healthdata.org/gbd/2019 (consultado em 8 de setembro de 2021).

IISD (2020a), «USD 3.6 Million for Nature-Based Solutions in Ethiopia», Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável, Winnipeg, www.iisd.org/sustainable-recovery/news/3-6-million-for-nature-based-solutions-in-ethiopia/#:~:text=The%20UN%20Economic%20Commission%20for,and%20community%20resilience%20in%20Ethiopia.

IISD (2020b), «Stimulus for renewable energy technologies in Senegal», Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável, Winnipeg, www.iisd.org/sustainable-recovery/news/stimulus-for-renewable-energy-technologies-in-senegal/.

INSME (2019), «Digitalising foreign trade procedures and boosting innovation in Morocco with PortNet», International Networks for SMEs, Roma, www.insme.org/foreign-trade-customs-import-export-port-ecosystem-logistics-ecosystem/.

Instituto Camões (2021), «Apoio Integrado ao Desenvolvimento Rural nas Regiões de Bafatá, Tombali e Quinara», www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao2/UE-ACTIVA_Vfinal.pdf.

ITC (2020), «Business and policy insights: Mapping e-Marketplace in Africa», Centro Internacional de Comércio, Genebra, www.intracen.org/uploadedFiles/intracenorg/Content/Publications/B2C-marketplaces-20201221_final_Low-res.pdf.

Kathuria, S. (2018), *A Glass Half Full: The Promise of Regional Trade in South Asia*, Grupo do Banco Mundial, Washington, DC, http://hdl.handle.net/10986/30246.

Krishnan, A. e G. Pasquali (2020), «Do more diversified suppliers rebound faster than concentrated suppliers in times of shocks? Insight from Kenya», *WIDER Background Note* 2020/8, Helsínquia, https://doi.org/10.35188/UNU-WIDER/WBN/2020-8.

Lakner, C. et al. (2021), «Updated estimates of the impact of COVID-19 on global poverty: Looking back at 2020 and the outlook for 2021», *World Bank Data Blog*, Banco Mundial, Washington, DC, https://blogs.worldbank.org/opendata/updated-estimates-impact-covid-19-global-poverty-looking-back-2020-and-outlook-2021.

Maher, H. et al. (2021), «Overcoming Africa's tech startup obstacles: How established enterprises can help the region's innovators scale up», BCG blog, Boston, https://www.bcg.com/publications/2021/new-strategies-needed-to-help-tech-startups-in-africa.

Mathieu, E. et al. (2021), «Coronavirus (COVID-19) Vaccinations», *Our World in Data* (base de dados), https://ourworldindata.org/covid-vaccinations (consultado em 5 de outubro de 2021).

Maylie, D. (2020), «As apparel orders drop, one manufacturer in Africa turns to PPE», International Finance Corporation, Washington, DC, www.ifc.org/wps/wcm/connect/region__ext_content/ifc_external_corporate_site/sub-saharan+africa/news/as+apparel+orders+drop%2C+one+manufacturer+in+africa+turns+to+ppe.

Meagher, K. (2019), «Working in chains: African informal workers and global value chains», *Agrarian South: Journal of Policy Economy*, Vol. 8/1-2, pp. 64-92, https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/2277976019848567.

Ministério da Saúde do Quénia (2020), «President Uhuru announce 31 new cases of COVID 19 & unveils an 8-Economic Stimulus Programme to stimulate growth Nairobi», www.health.go.ke/president-uhuru-announce-31-new-cases-of-covid-19-unveils-an-8-economic-stimulus-programme-to-stimulate-growth-nairobi-saturday-may-23-2020/ (consultado em 27 de setembro de 2021).

Moceviciute, E. e L. Babcock (2016), «Assessing the impact of a Commercial Mobile Agriculture (mAgri) solution», Technoserve, www.technoserve.org/wp-content/uploads/2016/11/case-study-connected-farmer-alliance.pdf.

Mold, A. e S. Chowdhury (2021), «Why the extent of intra-African trade is much higher than commonly believed – and what this means for the AfCFTA», *Africa in Focus* (blog), The Brookings Institution, Washington, DC, www.brookings.edu/blog/africa-in-focus/2021/05/19/why-the-extent-of-intra-african-trade-is-much-higher-than-commonly-believed-and-what-this-means-for-the-afcfta/.

Ndzana Olomo, P. (2021), «The African Union Private Sector Development Strategy: A catalyzer of socio-economic transformation in Africa», *Georgetown Journal of International Affairs*, https://gjia.georgetown.edu/2021/07/15/the-african-union-private-sector-development-strategy-a-catalyzer-of-socio-economic-transformation-in-africa/.

Newman, C. et al. (2019), «Linked-in by FDI: The Role of Firm-Level Relationships for Knowledge Transfers in Africa and Asia», *Journal of Development Studies*, Vol. 56/3, pp. 451-468, https://doi.org/10.1080/00220388.2019.1585813.

Nickanor, N. et al. (2020), «Revisiting the African supermarket revolution: The case of Windhoek, Namibia», *Development Southern Africa*, Vol. 38/2, pp. 230-247, https://doi.org/10.1080/0376835X.2020.1819774.

Nkengasong, J. (2021), «Building a new public health order for Africa - and a new approach to finance it», *Foresight Africa2021*, The Brookings Institution, Washington, DC, www.brookings.edu/essay/support-for-public-health-preparing-for-the-next-pandemic/.

OCDE (2021a), *Business Insights on Emerging Markets 2021*, OECD Emerging Markets Network, Centro de Desenvolvimento da OCDE, Paris, www.oecd.org/dev/Business-Insights-Emerging-Markets-2021.pdf.

OCDE (2021b), «Global value chains: Efficiency and risks in the context of COVID-19», *OECD Policy Responses to Coronavirus (COVID-19)*, OECD Publishing, Paris, https://doi.org/10.1787/67c75fdc-en.

OCDE/SWAC (2020), *Africa's Urbanisation Dynamics 2020: Africapolis, Mapping a New Urban Geography*, West African Studies, OECD Publishing, Paris, https://doi.org/10.1787/b6bccb81-en.

OCDE/SWAC (2016), «Transformations in the food economy & implications for policy making» (brochura), OCDE, Paris, www.oecd.org/swac/topics/handout-transformations-food-economy-ENG.pdf.

OCP (2021), «La Trade and Development Bank, le Groupe OCP, et dltledgers propulsent le commerce intra-African d'engrais grâce à la blockchain en pleine pandémie de Covid-19», OCP, https://ocpsiteprodsa.blob.core.windows.net/media/2021-03/CP%20OCP_OCP-TDB-DLT_29032021_vFR.pdf.

ODI (2018), «Digitalisation and the future of manufacturing in Africa», Overseas Development Institute, Londres, https://set.odi.org/digitalisation-manufacturing/.

OIT/OCDE/OIM/UNICEF (2019), *Ending Child Labour, Forced Labour and Human Trafficking in Global Supply Chains* Organização Internacional do Trabalho, OCDE, Organização Internacional das Migrações e Fundo das Nações Unidas para a Infância, www.oecd.org/corruption/ending-child-labour-forced-labour-and-human-trafficking-in-global-supply-chains.htm.

OMC (2020), «Trade Cost in the Time of Global Pandemic», *Covid-19 Reports*, n.º 11, Organização Mundial do Comércio, Genebra, https://doi.org/10.30875/e29b9dca-en.

ONU (2021), «Monthly trade data» em *UN Comtrade* (base de dados), Nações Unidas, Nova Iorque https://comtrade.un.org/ (consultado em 8 de setembro de 2021).

Pahl, S. et al. (2019), «Jobs in global value chains: New evidence for four African countries in international perspective», *Policy Research Working Paper*, Nº 8953, Banco Mundial, Washington, DC, https://doi.org/10.1596/1813-9450-8953.

Pasquali, G. (2021), «Labour conditions in regional versus global value chains: Insights from apparel firms in Lesotho and Eswatini», *WIDER Working Paper*, https://doi.org/10.35188/unu-wider/2021/085-6.

Pasquali, G. e S. Godfrey (2021), «Governance of Eswatini apparel regional value chains and the implications of Covid-19», *European Journal of Development Research*, https://doi.org/10.1057/s41287-021-00383-3.

Reijnders, L. S. M., M. P. Timmer e X. Ye (2021), «Labour demand in global value chains: Is there a bias against unskilled work?», *The World Economy*, Vol. 44/9, pp. 2547-2571, https://doi.org/10.1111/twec.13092.

Roy, R. (no prelo), «The case for intra-continental trade: The re-orientation of Africa's trade and the twin challenges of development and environment», documento de base para a *Africa's Development Dynamics 2022*.

Saurav, A. et al. (2021), *The Impact of COVID 19 on Foreign Investors: Evidence from the Quarterly Global Multinational Enterprise Pulse Survey for the First Quarter of 2021*, Banco Mundial, Washington, DC, https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/35803.

Shingal, A. e M. Mendez-Parra (2020), «African greenfield investment and the likely effect of the African Continental Free Trade Area», *Working Paper 387*, Conselho Indiano de Investigação sobre Relações Económicas Internacionais, https://icrier.org/pdf/Working_Paper_387.pdf.

Sigé, L. e C. van der Ven (2019), *Keys to Success for the AfCFTA Negotiations*, Brookings Institution, Washington, DC, www.brookings.edu/research/keys-to-success-for-the-afcfta-negotiations/.

Sims, A. C. (1980) «Macroeconomics and Reality», *Econometrica*, Vol. 48/1, pp. 1-48 https://doi.org/10.2307/1912017.

Tang, H., Z. Zhihua e A. G. Zeufack (2021), «Assessing Asia: Sub-Saharan Africa global value chain linkages», *Kiel Working Papers*, n.º 2159, Kiel Institute for the World Economy, https://documents.worldbank.org/pt/publication/documents-reports/documentdetail/564331623060653603/assessing-asia-sub-saharan-africa-global-value-chain-linkages.

Telegeography (2021), *Telegeography Database*, www2.telegeography.com/telegeography-report-and-database (consultado em 21 de setembro de 2021).

UA (2020), «Relatório apresentado à 13.ª Sessão Extraordinária da Assembleia sobre a Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA) em 5 de dezembro de 2020», União Africana, Adis Abeba, https://au.int/sites/default/files/newsevents/workingdocuments/39710-wd-ext_assembly_au_2_xiii_e.pdf.

UA/AUDA-NEPAD/BAfD (2021), «African Heads of States and Governments adopt the second phase of the Programme for Infrastructure Development in Africa (PIDA PAP 2) and the Africa Single Electricity Market (AfSEM)», Agência de Desenvolvimento da União Africana/NEPAD/Banco de Desenvolvimento Africano, Addis Abeba, https://www.au-pida.org/news/african-heads-of-states-and-governments-adopt-the-second-phase-of-the-programme-for-infrastructure-development-in-africa-pida-pap-2-and-the-africa-single-electricity-market-afsem/.

UE (2021), «Post Covid-19 value chains: Options for reshoring production back to Europe in a globalised economy», União Europeia, Bruxelas, www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2021/653626/EXPO_STU(2021)653626_EN.pdf.

UE (2020), «VCA4D Angola Coffee April 2020», União Europeia, Bruxelas, www.europa.eu/capacity4dev/value-chain-analysis-for-development-vca4d-/searchgroup?text=café%20angola.

UN ESCAP/Banco Mundial (2021), *ESCAP-World Bank Trade Cost Database*, Comissão Económica e Social das Nações Unidas para a Ásia e o Pacífico, Banguecoque, www.unescap.org/resources/escap-world-bank-trade-cost-database (consultado em 4 de outubro de 2021).

UNECA (2021), *Waving or Drowning? The Impact of Covid-19 Pandemic on East African Trade*, Comissão Económica das Nações Unidas para a África, Addis Abeba, https://hdl.handle.net/10855/43923.

UNECA (2019), *Healthcare and Economic Growth in Africa*, Comissão Económica das Nações Unidas para a África, Addis Abeba, https://hdl.handle.net/10855/43118.

UNIDO (2019), «The pharmaceutical industry in Sub-Saharan Africa: A guide for promoting pharmaceutical production in Africa», Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial, Viena, www.unido.org/sites/default/files/files/2019-10/PHARMACEUTICAL_INDUSTRY_IN_SUB-SAHARAN_AFRICA_Guide_Book.pdf.

Capítulo 2

Como reforçar as cadeias de valor regionais na Zona de Comércio Livre Continental Africana

Este capítulo identifica as políticas prioritárias para facilitar as cadeias de valor regionais no contexto da pandemia de COVID-19 e da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA). Em primeiro lugar, analisa os esforços desenvolvidos no passado a nível continental e regional para desenvolver cadeias de valor regionais e destaca as lições fundamentais para a implementação da ZCLCA. Em segundo lugar, apresenta recomendações sobre a forma como os decisores políticos africanos podem trabalhar com o setor privado para acelerar a adoção digital e reduzir os custos da produção e do comércio transfronteiriços. Por último, o capítulo analisa políticas públicas para criar vínculos mais fortes dentro das redes industriais africanas. Centra-se nas políticas relacionadas com o desenvolvimento de competências, contratos públicos e investimento.

EM SÍNTESE

Os governos africanos comprometeram-se a desenvolver cadeias de valor regionais (CVR) através de uma série de programas e estratégias, tanto a nível regional como continental. Muitas iniciativas têm sido afetadas por lacunas de execução. Para colmatar estas lacunas, é necessário desenvolver políticas de CVR ascendentes, incluindo uma maior participação do setor privado. Uma melhor mobilização dos recursos internos e novas fontes de financiamento são igualmente importantes para garantir a apropriação, a execução e o acompanhamento adequado dos resultados.

Estas lições e as megatendências salientadas no Capítulo 1 apresentam duas áreas transversais para a cooperação regional:

- Os decisores políticos e o setor privado podem trabalhar em conjunto para reduzir os custos da produção e do comércio intra-africanos. Estes custos aumentaram para os níveis de 2007. A ampliação de soluções inovadoras em logística e finanças pode ajudar a diminuí-los. O desenvolvimento de infraestruturas intrarregionais de Internet e a garantia de normas acomodatícias para o fluxo de dados transfronteiriço são outras necessidades na era digital. Em 2020, apenas 16% da banda larga total em África era intrarregional, em comparação com 20 % na América Latina e Caraíbas, 56 % na Ásia e 75 % na Europa.
- Os decisores políticos podem reforçar ativamente as ligações entre trabalhadores, produtores nacionais e empresas multinacionais. Os países podem tirar partido do processo da ZCLCA para desenvolver competências, contratos públicos e quadros comuns de investimento. A prioridade dada aos polos de empresas pode contribuir para aumentar a competitividade interna e facilitar os investimentos. Entre 2012 e o início de 2019, a intensidade da luz noturna nos polos empresariais (indicativa da atividade e desenvolvimento destas áreas) quase duplicou.

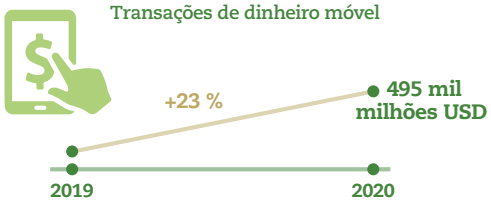
Como reforçar as cadeias de valor regionais na Zona de Comércio Livre Continental Africana

Que estratégias podem reforçar as cadeias de valor regionais?

Acelerar a transformação digital da produção e do comércio transfronteiriços

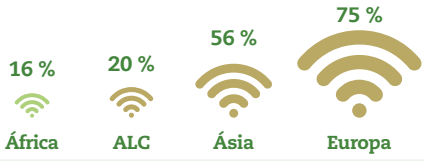
As parcerias público-privadas podem acelerar a implementação de soluções inovadoras nos domínios do comércio, da logística e do financiamento

Transações de dinheiro móvel



A circulação intracontinental de dados requer infraestruturas e regulamentos favoráveis

Banda larga intrarregional, 2020



Adaptar as estratégias nacionais de industrialização à ZCLCA

As iniciativas regionais permitem o reforço das competências



Apenas **29 %** dos jovens trabalhadores são efetivamente qualificados para o trabalho que desempenham

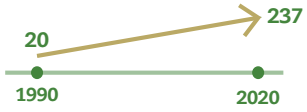
As disposições existentes em matéria de contratos públicos poderiam ser alargadas aos produtores da ZCLCA

Despesas com contratos públicos em % do PIB, 2015-19



Os investimentos em infraestruturas podem favorecer a ligação dos polos de competitividade existentes

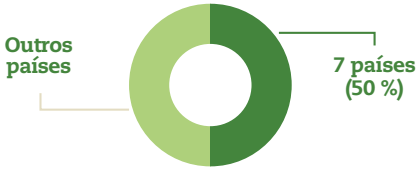
Zonas Económicas Especiais (ZEE) Africanas em 38 países



Como podem os governos africanos implementar estas medidas prioritárias?

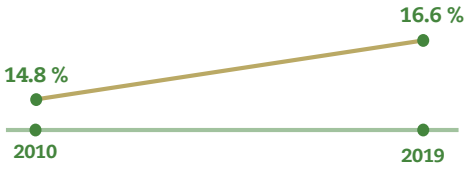
Envolver o setor privado na conceção e implementação de políticas de CVR

Total de projetos de infraestruturas PPP em África desde 1990



Mobilizar recursos internos e desbloquear novas fontes de financiamento

Rácio impostos/PIB em África



As políticas para desenvolver cadeias de valor regionais devem concentrar-se no setor privado e mobilizar recursos internos

Desde a década de 1980, as instituições africanas têm tomado iniciativas para promover cadeias de valor regionais e globais como parte de uma estratégia mais ampla para a transformação produtiva. A tabela 2.1 apresenta essas iniciativas, juntamente com os seus principais objetivos e desafios à sua execução. Em 2003, a Iniciativa Africana de Capacidade Produtiva estabeleceu dois objetivos para o desenvolvimento das cadeias de valor regionais a atingir até 2015: i) produzir "bens que satisfaçam as exigências de qualidade dos mercados atuais"; e ii) "melhorar, a fim de explorar mercados futuros". A cada região foi atribuída uma ou mais cadeias de valor para desenvolver até 2015 (Marti e Ssenkubuge, 2009).

Tabela 2.1. **Iniciativas africanas para promover cadeias de valores globais e regionais, 1980-presente**

Iniciativa (ano)	Partes interessadas	Objetivo principal	Principais desafios de execução
Década de Desenvolvimento Industrial para África (DDIA) I (1980-90)	CUA, CER, Estados-membros, UNECA, UNIDO (principais parceiros)	Acabar com a dependência de África em relação aos países desenvolvidos	Fraca base industrial e estruturas económicas Insuficiente ambiente normativo e empresarial
DDIA II (1991-2002)			Falta de programas ou projetos concretos e práticos Não participação da comunidade de doadores ou de outras agências das Nações Unidas
DDIA III (2016-2025)		Ancorar firmemente a África numa trajetória de desenvolvimento industrial inclusivo e sustentável	Falta de vontade política e mau planeamento nacional
Iniciativa Africana de Capacidade Produtiva (2003)		Desenvolver cadeias de valor regionais através do investimento em infraestruturas e em capital humano e físico	Falta de capacidade humana, institucional e financeira
Plano de ação para o desenvolvimento industrial acelerado de África (AIDA) (2007)	Principais parceiros, Banco Mundial	Integrar as empresas africanas em cadeias de valor globais e promover o desenvolvimento de pequenas e médias empresas e *start-ups*	
Visão Africana das Minas (2009)	AUDA-NEPAD, UNECA, Centro Africano para o Desenvolvimento Mineiro, PNUD, BAfD	Criar ligações verticais e horizontais entre o setor mineiro, os perfis disponíveis, a investigação e desenvolvimento (I&D) e as infraestruturas	Natureza não vinculativa Mecanismos de execução centrados no Estado que impedem a influência da sociedade civil no processo
Iniciativa Africana para o Desenvolvimento das Indústrias de Agronegócios e Agroindustriais (3ADI) (2010)	CUA, AUDA-NEPAD, BAfD, FAO, Fundo de Desenvolvimento Agrícola, UNECA, UNIDO	Diminuir a dependência dos produtos importados e promover o produtos agrícolas de elevado valor acrescentado	Competências e tecnologias insuficientes nos segmentos pós-produção da cadeia de valor agrícola Falta de complementaridades entre a iniciativa 3ADI, o Programa Detalhado para o Desenvolvimento da Agricultura em Africa (PDDAA) e o Programa de Desenvolvimento das Infraestruturas em África (PIDA)
Conferência de Alto Nível sobre a 3ADI, o programa PDDAA e a Declaração de Maputo (2010)	Principais parceiros	Promover parcerias público-privadas no setor agrícola	
Plano de Fabricação de Produtos Farmacêuticos para África (2012)	AUDA-NEPAD, CDC África, CUA Departamento de Saúde, Assuntos Humanitários e Desenvolvimento Social da UA	Reforçar a produção de produtos farmacêuticos e medicamentos essenciais a preços acessíveis	Quadros jurídicos complexos Orientações e procedimentos de avaliação não conformes com as normas da Organização Mundial de Saúde

Tabela 2.1. **Iniciativas africanas para promover cadeias de valores globais e regionais, 1980-presente (*continuação*)**

Iniciativa (ano)	Partes interessadas	Objetivo principal	Principais desafios de execução
Agenda 2063 (2013)	CUA, CER, Estados-membros, AUDA-NEPAD UNECA	"Aspiração 1: Transformação económica através de recursos naturais, produção, industrialização e valor acrescentado, bem como aumento da produtividade e competitividade (...) e tornando-se um exportador líquido de produtos alimentares"	
Estratégia da União Africana para os produtos de base (2017)	Principais parceiros, AUDA-NEPAD		Capacidades limitadas de constituição de parcerias público-privadas
Criação da ZCLCA (2018)	Principais parceiros	Aumentar o comércio intra-africano Apoiar a transformação de África através da industrialização baseada em recursos naturais e de uma política de valor acrescentado	
Semana da Industrialização de África (2018)	UNIDO, AUDA-NEPAD, UNECA, Estados-membros	Sensibilizar para uma industrialização acelerada, sustentável e inclusiva	

Notas: AUDA-NEPAD: Agência de Desenvolvimento da União Africana - Nova Parceria para o Desenvolvimento de África; BAfD : Banco Africano de Desenvolvimento; UNECA: Comissão Económica das Nações Unidas para África; CERs: Comunidades Económicas Regionais; CUA: Comissão da União Africana; CDC : Centro para o Controlo e Prevenção de Doenças; FAO: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura; UNIDO: Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial; PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
Fonte: Compilação dos autores.

Nos últimos anos, as Comunidades Económicas Regionais (CER) definiram roteiros de cadeias de valor regionais específicas. O nível regional oferece a oportunidade de identificar cadeias de valor baseadas em vantagens comparativas, como as mencionadas no anexo 2.A1. Por exemplo, o Roteiro de Industrialização Regional da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) para 2015-2063 visa desenvolver seis cadeias de valor regionais (agroprocessamento, minerais e mineração, produtos farmacêuticos, outros bens de consumo, bens de capital e serviços). Desde 2014, a Comunidade Económica de Estados da África Ocidental (CEDEAO) e a União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) adotaram o Programa de Competitividade da África Ocidental, um plano de seis anos para apoiar oito cadeias de valor selecionadas (mandioca, têxtil e vestuário, manga, tecnologias de informação e comunicação, cebola, ananás, peles e couro) a nível nacional e regional. Na sequência da adoção da Estratégia para o Algodão, Têxteis e Vestuário da Comunidade da África Oriental (CAO), o setor tornou-se prioritário no âmbito dos planos nacionais de desenvolvimento dos países membros com o objetivo comum de promover uma indústria têxtil e de vestuário integrada e competitiva a nível mundial.

Apesar do número crescente de iniciativas, a maioria ficou aquém dos resultados esperados até agora. A maioria das economias africanas não conseguiu expandir a sua participação nas cadeias de valor regionais (Capítulo 1). O comércio intrarregional continua a representar apenas 15 % do comércio total de África. O cumprimento limitado de muitos compromissos regionais e continentais também suscitou preocupações relativamente a uma "crise de execução" (UA, 2017). No entanto, é importante salientar que o ritmo da integração económica em África é semelhante ao observado na maioria das outras regiões do mundo. Por exemplo, o mercado único europeu só entrou em vigor cerca de 35 anos depois de a Comunidade Económica Europeia ter identificado o desenvolvimento de um mercado comum como um objetivo fundamental. Outros desafios, como a lenta transformação produtiva, também limitaram o progresso.

Estas experiências realçam a importância de evitar uma abordagem do topo para a base no desenvolvimento das cadeias de valor regionais. É provável que as abordagens do topo para a base ignorem condições, necessidades e oportunidades específicas para as empresas na produção e comércio transfronteiriços em África (Hartzenberg, 2011; Ndzana Olomo, 2021a). Além disso, a não tomada em consideração dos interesses e incentivos

internos resulta muitas vezes numa lacuna de execução. As iniciativas regionais podem falhar quando enfrentam interesses políticos e empresariais enraizados (Byiers et al., 2021).

A mobilização limitada de recursos internos dificultou a execução dos programas regionais de industrialização anteriores. A maioria das iniciativas não dispõe de recursos adequados e de mecanismos institucionais para acompanhar e avaliar a execução. Por exemplo, muitos países não respeitaram o seu compromisso com a Declaração de Maputo, que apela à reserva de pelo menos 10 % dos orçamentos nacionais para o desenvolvimento agrícola (UA, 2016). A Década de Desenvolvimento Industrial para África não conseguiu formular uma estratégia operacional para a afetação de recursos financeiros. Da mesma forma, muitos países não implementaram os programas da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD), que dependiam demasiado de influxos financeiros externos imprevisíveis. A melhoria da mobilização de recursos internos será, pois, essencial para financiar a execução das estratégias de desenvolvimento regional. Como tal, a União Africana pretende financiar 75 a 90 % dos objetivos da Agenda 2063 através da mobilização de recursos internos, sendo o restante proveniente de mecanismos de financiamento externo.

A participação do setor privado é fundamental para o desenvolvimento das cadeias de valor regionais

As instituições africanas podem colaborar melhor com o setor privado na conceção e implementação de políticas de CVR. Byiers et al. (2021) propõem uma abordagem em seis fases, adaptável e orientada por problemas, para a cooperação entre os setores público e privado. A adoção de um processo ascendente impulsionado pelo setor privado ajuda a manter o ímpeto político, ao mesmo tempo que melhor identifica prioridades, como a redução de tarifas, o fornecimento de infraestruturas, o desenvolvimento de competências e a melhoria do acesso ao financiamento (OCDE, 2020).

As CER desempenham um papel importante para facilitar o envolvimento do setor privado nas CVR (ZCLCA/PNUD, 2021). Nos últimos anos, surgiram vários programas regionais que oferecem novas plataformas de discussão entre decisores políticos, representantes empresariais e partes interessadas relevantes nas cadeias de valor estratégicas. Por exemplo, as edições anuais da Feira Bancária e das PME na UEMOA, iniciadas em 2014, reuniram 525 expositores e organizaram cerca de 1 200 reuniões entre empresas. Desde 2009, a secção ganesa do Programa Competitividade da África Ocidental tem facilitado uma série de projetos para ligar a Federação dos Exportadores do Gana, a Autoridade de Promoção das Exportações do Gana e o Programa de Apoio às Empresas – Regime de Alocação de Subvenções. Estes projetos podem ajudar a identificar as principais restrições e oportunidades na produção, transformação, conformidade e acesso aos mercados para cadeias de valor (WACOMP Gana, 2020).

O reforço da representação institucional das PME pode garantir o caráter inclusivo da integração nas CVR, melhorar as ligações e criar mais empregos. Uma melhor representação das PME nas associações industriais pode satisfazer os seus interesses aumentando o seu poder de negociação e comunicando as suas necessidades específicas nas discussões políticas. A título de exemplo, o *Durban Auto Cluster* e o *South African Automotive Benchmarking Club* permitem que os fornecedores locais nos polos automóveis de Durban interajam e colaborem para satisfazer a procura dos clientes (CNUCED, 2010).

Uma melhor mobilização dos recursos internos e a libertação de novas fontes de financiamento são necessárias para reduzir as lacunas de financiamento nas estratégias regionais

A nível nacional, as reformas das administrações fiscais podem melhorar a mobilização de recursos internos e reforçar os recursos financeiros disponíveis para os governos

africanos. Alguns países alcançaram progressos significativos na expansão das suas receitas através de reformas administrativas. No Ruanda, por exemplo, a digitalização dos sistemas de cobrança de impostos contribuiu para melhorar o cumprimento. Em média, o rácio impostos/PIB em 30 países africanos aumentou na última década, atingindo 16.6 % em 2019. No entanto, este aumento permanece abaixo do crescimento médio observado na América Latina e Caraíbas e na OCDE durante o mesmo período – o que sugere uma margem para novas melhorias (OCDE/CUA/ATAF, 2021a). Além disso, combater os fluxos financeiros ilícitos ajuda a lutar contra a corrupção financeira e a preservar os recursos para o desenvolvimento de África. A este respeito, a União Africana, a par dos governos africanos e dos parceiros internacionais, está a trabalhar ativamente no sentido de melhorar a transparência e o intercâmbio transfronteiriço de informações nas suas auditorias fiscais (UA, 2019a; OCDE/CUA/ATAF, 2021b).

A diversificação das fontes de financiamento é crucial no contexto da pandemia de COVID-19 (Ndzana Olomo, 2021b). Na medida em que a luta contra a pandemia reduziu significativamente a margem orçamental disponível aos governos africanos, os países precisam de "mobilizar" o investimento privado (Capítulo 1). Até agora, as parcerias público-privadas continuam a ser limitadas em África: sete países (Egito, Gana, Quénia, Nigéria, África do Sul, Tanzânia e Uganda) são responsáveis por 50.3 % das 759 parcerias estabelecidas para desenvolver infraestruturas em África desde 1990. Alguns projetos recentes de parceria público-privada também levantam preocupações sobre as suas implicações orçamentais para os orçamentos públicos (FMI, 2019).

Uma melhor coordenação supranacional aumenta a concretização das prioridades e alarga o leque de países para as parcerias público-privadas (OCDE/ACET, 2020). Pode igualmente prestar assistência estratégica para melhorar os quadros jurídico, regulamentar e institucional, a fim de atrair novas fontes de capital para os países africanos. Por exemplo, o Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD) criou a Aliança Financeira Africana para as Alterações Climáticas (AFAC), ligando bolsas de valores, fundos soberanos, bancos centrais e outras instituições financeiras. Visa mobilizar capital e transferir carteiras para o investimento verde.

Os bancos regionais de desenvolvimento e os parceiros internacionais podem desempenhar um papel crucial neste processo. Os bancos regionais de desenvolvimento e as iniciativas específicas, como o Fundo de Infraestruturas África50, podem facilitar o diálogo e a correspondência entre potenciais interessados, ajudar a desenvolver linhas de projetos e fornecer estudos de viabilidade. Fazer face a incertezas, como a capacidade do setor público para conceber e acompanhar os processos de desenvolvimento de projetos, poderia reduzir a perceção dos investidores privados de alto risco quando investem em África.

Os governos africanos podem desenvolver cadeias de valor atraindo mais investimento em projetos de infraestruturas verdes. A atenção crescente dos investidores públicos e privados às normas ambientais, sociais e de governação torna cada vez mais atraentes os projetos de infraestruturas verdes, gerando novas iniciativas em todo o continente para explorar estas fontes de financiamento. A nível regional, os Chefes de Estado africanos criaram a Iniciativa de Adaptação para a África para mobilizar mil milhões de USD até 2025, através da emissão de obrigações climáticas continentais. A criação de uma linha de projetos visível das oportunidades de investimento em infraestruturas alinhada com as normas ambientais, sociais e de governação pode ajudar a atrair a atenção dos investidores. Por exemplo, em 2021, o BAfD e o Banco Europeu de Investimento lançaram uma linha comum de projetos de investimento destinados a combater as alterações climáticas e a sustentabilidade ambiental. No entanto, a transparência e as práticas de elaboração de relatórios de impacto serão cruciais para evitar o *greenwashing* (definido como comunicação positiva sobre projetos com fraco desempenho ambiental). Mais

recentemente, 16 países africanos aderiram à iniciativa sobre Bolsas Sustentáveis das Nações Unidas para estabelecer normas comuns e plataformas de cooperação para a emissão de obrigações verdes.

Para além da mobilização de recursos, são necessários meios mais eficazes de canalização de fundos e de garantia da capacidade de financiamento dos projetos regionais. A resolução das lacunas de capacidade nos ciclos de projeto pode ajudar a acelerar o desenvolvimento de infraestruturas transfronteiriças de qualidade. Na primeira fase do Programa de Desenvolvimento das Infraestruturas em África (PIDA, 2012-2020), menos de metade dos projetos chegaram à fase de construção ou de funcionamento. A aplicação de normas de qualidade reconhecidas, como a *PIDA Quality Label* (etiqueta de qualidade) da Agência de Desenvolvimento da União Africana - Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (AUDA-NEPAD), pode melhorar a qualidade da preparação dos projetos e tranquilizar os potenciais investidores quanto à viabilidade dos projetos (OCDE/ACET, 2020).

Caixa 2.1. **Melhorar a avaliação dos projetos transfronteiriços em África**

Para encorajar o investimento em infraestruturas regionais, os países africanos e os seus parceiros de desenvolvimento precisam de aplicar taxas de desconto rigorosas na avaliação dos custos e benefícios dos projetos transfronteiriços. As taxas de desconto medem as taxas às quais uma sociedade estaria disposta a renunciar ao consumo presente para consumo futuro. Ao avaliar os projetos, muitas agências governamentais africanas aplicam taxas de desconto de 10 a 12 % durante um curto período de tempo, seguindo as normas estabelecidas pelo Banco Mundial e pelos bancos multilaterais de desenvolvimento (PNUD, 2016). No entanto, tal prática dá prioridade às necessidades a curto prazo e desencoraja projetos com custos imediatos significativos e benefícios a longo prazo, como os projetos de infraestruturas (especialmente ferroviários) e de resiliência climática. A título de comparação, desde 2003, o Governo do Reino Unido baixou a taxa normal de desconto para avaliar o investimento público de 10 % para 3.5 % durante um período de avaliação de 30 anos.[1] A existência de várias taxas nacionais em África sugere também a necessidade de adotar uma taxa de desconto comum para as instituições regionais e as infraestruturas transfronteiriças (como acontece na União Europeia) ou de harmonizar os princípios que determinam as taxas de desconto nacionais.

Os quadros de planeamento e avaliação devem ter em conta os benefícios supranacionais dos projetos transfronteiriços. Nos projetos transfronteiriços em que cada jurisdição é responsável pelo financiamento da sua secção nacional, a avaliação dos projetos é fragmentada em avaliações nacionais separadas das respetivas secções. Como resultado, vários países muitas vezes não têm em conta os benefícios para não residentes, subestimando os benefícios líquidos dos investimentos regionais. Por conseguinte, ao iniciar o programa das Redes Transeuropeias de Transportes em 1997, a União Europeia adotou novos cálculos que incorporam a "componente comunitária do retorno social", a fim de prestar contas adequadas desses benefícios. Estes cálculos reforçaram em 25 % o retorno social do eixo ferroviário de grande velocidade Paris-Londres-Bruxelas-Colónia-Amesterdão, o primeiro projeto da rede ferroviária. A adoção de cálculos comparáveis para os projetos transfronteiriços do PIDA poderia determinar melhor os seus benefícios líquidos, em termos absolutos e em relação aos projetos nacionais.

Fonte: Roy (no prelo), «The case for intra-continental trade: The re-orientation of Africa's trade and the twin challenges of development and environment», documento de base para *Dinâmicas do desenvolvimento em África 2022*.

Os decisores políticos e o setor privado devem trabalhar em conjunto para reduzir os custos da produção e do comércio transfronteiriços

A pandemia de COVID-19 e o crescimento dos mercados internos estão a acelerar a transformação digital em África. Entre outras, novas soluções digitais, especialmente na logística e nos serviços financeiros, têm potencial para aliviar os elevados custos da produção e do comércio intra-africanos. Esta secção explora como os decisores políticos podem trabalhar com o setor privado para aumentar a escala dessas soluções, abordando questões críticas relacionadas com a regulamentação, a coordenação e as infraestruturas.

Além disso, a transformação digital das redes de produção cria novas exigências para o fluxo seguro e sem descontinuidades de dados através de fronteiras. A secção analisa as várias opções políticas para fazer face a este desafio aos níveis nacional, regional e continental, especialmente no contexto do processo da ZCLCA.

Os governos podem ajudar a desenvolver soluções inovadoras em logística comercial e nas finanças

Os problemas associados aos serviços relacionados com o comércio, como a logística, o financiamento ao comercio e pagamentos, constituem importantes estrangulamentos para as trocas africanas. Por exemplo, os custos logísticos em África são três a quatro vezes superiores à média mundial (Plane, 2021). O défice de financiamento ao comércio de África, aproximadamente medido pelo valor total dos pedidos rejeitados para o financiamento ao comércio pelos bancos, situou-se em 81.8 mil milhões USD em 2019 – reduzindo assim a capacidade dos produtores africanos de competirem nos mercados internacionais. Do mesmo modo, os pagamentos transfronteiriços em África são dispendiosos e frequentemente atrasados (Caixa 2.2). Estes estrangulamentos afetam sobretudo as micro, pequenas e médias empresas. Por exemplo, essas empresas beneficiaram de apenas 34 % do financiamento comercial em 2019, apesar de representarem 80 % das empresas africanas (BAfD e Afreximbank, 2020). Também criam a maioria dos empregos.

Novas *start-ups* estão a transformar a qualidade e os custos dos serviços de apoio, reduzindo as restrições ao comércio transfronteiriço. *Start-ups* no setor logístico criaram plataformas inovadoras para ligar os mercados, reduzir os custos de transporte e aumentar a previsibilidade e a transparência dos serviços. Por exemplo, o Kobo360, baseado em Lagos, desenvolveu uma plataforma digital que utiliza o Sistema Global de Posicionamento (GPS) para ligar proprietários de mercadorias e 10 000 proprietários de camiões, condutores e destinatários de carga, reduzindo os custos da cadeia de abastecimento e assegurando a rastreabilidade dos produtos. Nas *fintech*, *start-ups* como a Asoko Insight, a Matchdeck e a Fraym estão a recolher e a aprimorar informações sobre empresas africanas para facilitar a avaliação de crédito. Propõem soluções de economia de tempo e de custos para conectar as empresas africanas com futuras partes interessadas e democratizar o acesso a ecossistemas de investimento, como plataformas para transações remotas.

Os atores tradicionais, especialmente no setor financeiro, estão também a inovar para responder à pressão concorrencial e aos desafios da pandemia de COVID-19. Uma pesquisa recente sugere que 80 % dos bancos africanos permitem que os clientes acedam a serviços bancários através de plataformas móveis ou da Internet e mais de 50 % fornecem carteiras de dinheiro móvel. Na sequência do choque da COVID-19, a maioria dos bancos inquiridos tenciona despender uma média de 5 milhões USD, ou 1.2 % dos seus ativos, na digitalização das suas ofertas e modelos de negócio até 2022 (BEI, 2021). Estão também a surgir aplicações de tecnologias digitais avançadas, como a *blockchain*. Por exemplo, o Ecobank usa a sua Plataforma Omni, e o Standard Bank tem uma plataforma *blockchain* alojada na *Hyperledger Fabric* para pagamentos em moeda estrangeira.

A aplicação de soluções inovadoras exige superar três grandes desafios para a adoção digital em todas as cadeias de abastecimento (consulte o Capítulo 2 de *Dinâmicas do desenvolvimento em África 2021* para uma discussão detalhada):

- Em primeiro lugar, as barreiras regulamentares continuam a abrandar a adoção digital nestes setores. Por exemplo, apenas alguns países africanos (África do Sul, Camarões, Egito e Nigéria) permitem atualmente assinaturas eletrónicas e a autenticação eletrónica de documentos oficiais para transações financeiras (COMESA, 2020).
- Em segundo lugar, a interoperabilidade é fundamental para evitar a fixação em plataformas digitais não competitivas de tipo "o vencedor fica com tudo" e para facilitar a integração transfronteiriça dos fluxos financeiros, logísticos e comerciais. Em 2019, 23 países africanos tinham sistemas de dinheiro móvel interoperáveis, aumentando em 25 % os volumes de transferências entre pares e em 32 % os fluxos de e para contas bancárias (GSMA, 2019).
- Em terceiro lugar, o investimento em infraestruturas físicas continua a ser fundamental. A modernização das infraestruturas da administração aduaneira é fundamental para permitir aplicações digitais na logística (por exemplo, localização em tempo real) e no financiamento e pagamento de transações (por exemplo, contratos inteligentes). Do mesmo modo, os custos logísticos não diminuirão sem um investimento significativo na melhor gestão do armazenamento, a fim de garantir a qualidade dos bens e atenuar o efeito da volatilidade dos preços em toda a cadeia de abastecimento.

Os países africanos têm de respeitar o protocolo da ZCLCA sobre comércio eletrónico para acelerar a harmonização regulamentar a nível continental. O reforço do diálogo entre as autoridades reguladoras regionais, os bancos centrais, os intermediários financeiros digitais e o setor privado podem contribuir para a harmonização dos regulamentos. Em alguns domínios, como o financiamento ao comércio, os intermediários financeiros digitais podem desempenhar um papel estratégico na ligação de uma variedade de intervenientes com capital suficiente. No que se refere aos pagamentos, várias iniciativas estão a criar sistemas integrados regionais e continentais para reduzir o tempo e os custos dos pagamentos transfronteiriços (Caixa 2.2).

Os governos podem facilitar a coordenação entre os intervenientes no mercado para aumentar a interoperabilidade entre as diferentes plataformas. Desde 2014, os reguladores nacionais na Tanzânia têm apoiado os fornecedores de dinheiro móvel e os bancos locais a trabalhar em parceria para coordenar e oferecer serviços de pagamento interoperáveis entre pares. Em 2017, essas transações tinham chegado a 30 % do total de transações. O governo queniano e o Conselho de Cereais da África Oriental têm trabalhado juntos desde 2008 para criar um novo sistema de recebimento de depósitos, resultando em 18 operadores privados certificados além dos operadores detidos e operados pelo Estado. Em 2016, as receitas dos operadores participantes aumentaram entre 14 e 40 % (EAGC, 2016).

A digitalização das operações aduaneiras transfronteiriças pode ajudar os governos a reduzir os custos e a aumentar a transparência. O programa Sistema Automatizado de Dados Aduaneiros (ASYCUDA), adotado por 27 países africanos, ajudou a aumentar e garantir as receitas aduaneiras e a reduzir os prazos de desalfandegamento e os custos comerciais (CNUCED, 2020). Por exemplo, o corredor Abidjan-Ouagadougou na África Ocidental registou um aumento de 111 % nos documentos de trânsito processados entre 2019 e 2020. Outros países, como Marrocos, implementaram os seus próprios sistemas aduaneiros automatizados. O sistema de Marrocos contribuiu para um aumento de 20 % dos direitos aduaneiros cobrados e para uma aceleração dos procedimentos de exportação de 2-3 dias para 15-20 minutos (INSME, 2019).

Caixa 2.2. **Escalonamento de sistemas de pagamentos regionais integrados**

As transações transfronteiriças em África envolvem frequentemente múltiplos intermediários devido a diferentes regulamentações, moedas e fusos horários, o que leva a atrasos e custos adicionais. Em 2017, cerca de 80 % dos pagamentos transfronteiriços em África exigiam uma moeda de liquidação intermediária, normalmente o dólar dos Estados Unidos, o que resultava em elevadas taxas de transação que variavam de 3 % a 10 % (Swift, 2018).

A expansão de sistemas de pagamentos regionais integrados poderia simplificar os pagamentos transfronteiriços entre fornecedores. Surgiram múltiplos sistemas de pagamentos regionais para reduzir os custos e o tempo associados aos pagamentos transfronteiriços, diminuir os requisitos de liquidez dos bancos centrais e reforçar a supervisão das autoridades de regulamentação das transações transfronteiriças. A nível continental, a Associação dos Bancos Centrais Africanos, em parceria com a CUA e o Afreximbank, criou a Task Force para a Integração dos Pagamentos Inter-Regionais Africanos para desenvolver um quadro integrado para facilitar os pagamentos transfronteiriços (UA, 2019b). A experiência regional existente oferece oportunidades de aprendizagem para apoiar o desenvolvimento de um sistema continental de liquidação de pagamentos:

- **Alargar os sistemas de pagamentos regionais a montantes mais pequenos, de modo a atingir uma escala suficiente e incluir mais pequenas e médias empresas.** Os países mais pequenos poderão beneficiar com a utilização de infraestruturas de sistemas de pagamentos regionais para aumentar a escala dos pagamentos de retalho nacionais. Por exemplo, o Conselho Empresarial do Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA) visa desenvolver um sistema de pagamentos digitais regionais de baixo valor, a fim de reforçar a inclusão das empresas de menor dimensão e harmonizar a regulamentação, reunindo as autoridades reguladoras dos serviços financeiros regionais (COMESA, 2021).
- **Evitar sobreposições e ineficiências nos mandatos nacionais e regionais.** Na Comunidade Económica dos Estados da África Central, por exemplo, a autoridade reguladora regional do setor bancário estabelece regulamentos sobre serviços financeiros, enquanto outros regulamentos, como os relativos a proteção de dados e do consumidor, são estabelecidos a nível nacional e podem sobrepor-se ou entrar em conflito entre si. As iniciativas de reforço das capacidades poderão também fornecer orientações sobre a forma de criar sistemas bancários nacionais fiáveis.
- **Oferecer sistemas transfronteiriços multimoedas.** Na SADC, os valores de transação liquidados através do sistema de liquidação por bruto em tempo real cresceram ao longo do tempo, mas ainda representam apenas cerca de 1 % do valor total transferido. Tal reflete, em parte, a prevalência do dólar dos Estados Unidos para pagamentos transfronteiriços na região da SADC e os custos de gestão de liquidez relativamente elevados para os bancos participantes (BRI, 2020).

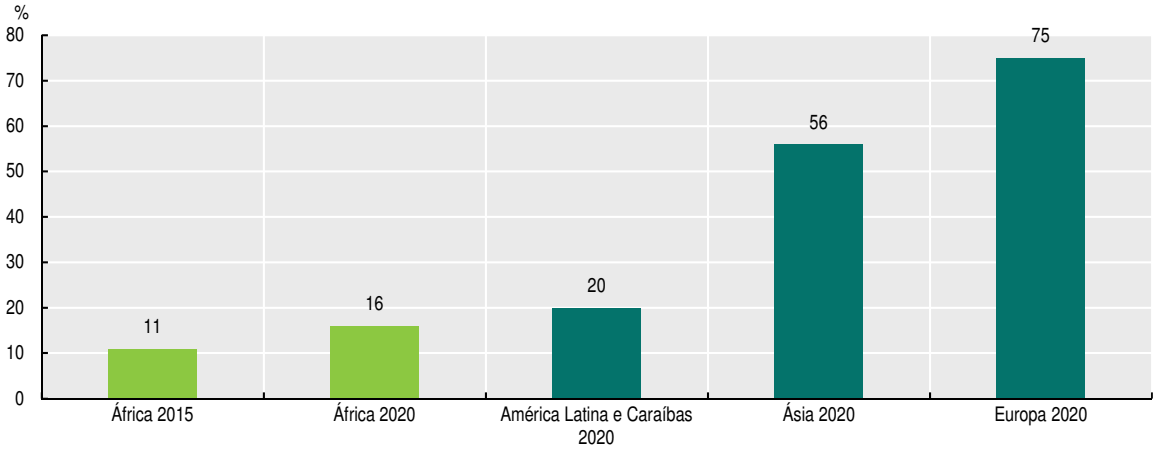
A cooperação no fornecimento de infraestruturas físicas e imateriais melhorará o fluxo de dados entre países africanos

Garantir um fluxo seguro e contínuo de dados através de fronteiras é fundamental para construir cadeias de valor regionais no contexto da Indústria 4.0. Todas as fases da gestão moderna da cadeia de produção e de abastecimento dependem cada vez mais da produção, partilha e processamento de dados digitais (Capítulo 1). Além disso, ligar as

economias digitais nacionais africanas através de um fluxo de dados transfronteiriço sem descontinuidades gerará economias de escala, atrairá investimentos em áreas críticas como os centros de dados e aumentará a competitividade.

As economias africanas precisam de continuar a construir infraestruturas físicas para o fluxo de dados transfronteiriço. Uma nova análise da Internet de banda larga internacional em África realizada para este relatório revela que a rede de Internet de África está cada vez mais orientada para outros parceiros africanos, embora a partir de uma base baixa. A banda larga intrarregional aumentou em África, passando de 11 % da banda larga total em 2015 para 16 % em 2020 (Figura 2.1). No entanto, esta estimativa está muito atrás de outras regiões do mundo, como a América Latina e Caraíbas (20 %), a Ásia (56 %) e a Europa (75 %). A redução desta lacuna é particularmente importante para conectar os países sem litoral ao cabo submarino e reduzir a latência do tráfego Internet intra-africano. Para isso, o PIDA tem um importante papel facilitador na atração de novos investimentos para ampliar a rede de fibra ótica terrestre e melhorar os pontos de intercâmbio da Internet entre os países africanos.

Figura 2.1. **Internet de banda larga intrarregional, por continente**



Nota: Os dados refletem o tráfego e a utilização da banda larga através da Internet conectada entre fronteiras internacionais. Dados a partir de meados do ano.

Fonte: Elaboração dos autores com base em dados da Telegeography (2021), *Global Internet Geography* (base de dados), www2.telegeography.com/telegeography-report-and-database.

StatLink https://doi.org/10.1787/888934297978

O desempenho de África na adaptação de regulamentos favoráveis ao fluxo de dados é limitado. Uma avaliação recente de 28 países africanos identifica uma regulamentação fraca em matéria de proteção de dados como uma das principais restrições ao comércio digital no continente (OCDE/CENUA, no prelo). Outro exercício sugere que os países africanos têm menos probabilidades de ter um modelo aberto para as transferências de dados nacionais e transfronteiriças do que outros países em desenvolvimento (Ferracane e van der Marel, 2021). A regulamentação dos dados abertos ajuda a facilitar o comércio de serviços e a aumentar a produtividade das empresas locais (Ferracane e Marel, 2018).

Os países africanos podem contar com uma variedade de mecanismos para permitir fluxos de dados transfronteiriços (Tabela 2.2):

- Os países africanos têm estado ativos na utilização de **disposições plurilaterais** para harmonizar as abordagens dos fluxos de dados transfronteiriços. No entanto, os resultados revelaram-se desiguais. A ratificação, em 2014, da Convenção sobre Cibersegurança e Proteção de Dados Pessoais (Convenção de Malabo) estagnou, e a

adoção da Lei Modelo da SADC de 2013 relativa à proteção de dados é limitada. Até ao momento, só está em vigor a Lei de Dados Pessoais da CEDEAO. A estratégia da União Africana de transformação digital para África (2020-2030), adotada em 2020, é o mais recente e ambicioso de todos os esforços pan-africanos para criar um mercado digital único no continente.

- A adoção de disposições relativas ao comércio eletrónico e aos dados continua a ser limitada entre os **acordos comerciais** em África; os parceiros fora de África tendem a ter prioridade. No futuro, a escassez de disposições relacionadas com o comércio eletrónico nos acordos comerciais pode ajudar a evitar a sobreposição de regras, que têm frequentemente limitado os esforços de integração para o comércio de bens em África.
- No que se refere aos **mecanismos unilaterais**, 32 dos 54 países africanos adotaram leis sobre privacidade de dados. Cerca de metade destas leis ainda não estão em vigor, ou não são plenamente eficazes, nem estão harmonizadas entre países, na maioria dos casos.
- Em termos de **normas e iniciativas orientadas para a tecnologia**, África adotou, em grande parte, normas globais no desenvolvimento de tecnologia e infraestrutura digitais.

Tabela 2.2. **Mecanismos regulamentares que afetam os fluxos de dados transfronteiriços**

Tipo de mecanismos	Exemplos relevantes para o contexto africano
Acordos multilaterais	• Estratégia da União Africana de Transformação Digital para África (2020-2030) • Iniciativa política e regulamentar para a África Digital (PRIDA) (2018) • Convenção de Malabo (Convenção da União Africana sobre Cibersegurança e Proteção de Dados Pessoais) (2014) • Autoridade de Proteção de Dados da CEDEAO (Lei Suplementar A/SA. 01/01/10 sobre proteção de dados pessoais) (2010) • Lei Modelo da SADC sobre transações eletrónicas e comércio eletrónico (2013) • Convenção 108 (Convenção para a Proteção das Pessoas relativamente ao Tratamento Automatizado de Dados de Caráter Pessoal) (1981)
Acordos comerciais e parcerias	• Capítulo sobre comércio eletrónico no Acordo de Comércio Livre entre os Estados Unidos e Marrocos (2004) • Disposição sobre privacidade relacionada com o comércio eletrónico no Acordo de Parceria Económica UE-Estados da África Oriental e Austral (artigo 15.6) e no Acordo de Parceria Económica UE-Gana (artigo 68) • Acordo Comercial Regional UE-Argélia com uma disposição de cooperação relativa aos serviços de informação (artigo 60) e uma disposição-quadro nacional relativa à proteção de dados pessoais (artigo 45) • Proposta dos Estados Unidos no âmbito da negociação de um Acordo de Comércio Livre com o Quénia • Iniciativa de Declaração Conjunta da Organização Mundial do Comércio (seis países africanos)
Mecanismo unilateral	• Salvaguardas abertas, incluindo princípios de responsabilização *ex post*, contratos e decisões de adequação lideradas pelo setor privado • Salvaguardas pré-autorizadas, incluindo decisões de adequação pública e salvaguardas *ex ante* lideradas pelo setor público
Normas e iniciativas orientadas para a tecnologia	• Organização Internacional de Normalização/Comissão Eletrotécnica Internacional (ISO/IEC) 27701:2019 • Tecnologias de reforço da privacidade (por exemplo, criptografia, *sandboxes*)

Fonte: Elaboração dos autores com base num quadro proposto por Casalini, López-González e Nemoto (2021), «Mapping commonalities in regulatory approaches to cross-border data transfers», *OECD Trade Policy Papers*.

A nível nacional, a criação de uma autoridade de proteção de dados (APD) permite a aplicação da legislação de proteção de dados adotada por vários mecanismos regulamentares. As APD podem facilitar a aplicação das leis de proteção de dados detetando, investigando e penalizando as violações. Podem também contribuir para aumentar a sensibilização para os direitos e obrigações em matéria de proteção de dados. Até à data, 15 países africanos criaram uma APD nacional para fazer cumprir a lei com diferentes níveis de capacidade (Greenleaf e Cottier, 2020; Ilori, 2020). Para garantir uma

maior proteção de dados, é necessário que mais países criem APD independentes com quadros legislativos e de execução sólidos.

As Comunidades Económicas Regionais podem ajudar a transferir a legislação relativa à proteção de dados de uma preocupação nacional para uma preocupação a nível continental. Por exemplo, a rede africana de APD foi criada em 2016 para compartilhar práticas de privacidade, promover a cooperação entre APD africanas e apoiar países que podem não ter os recursos e a capacidade para APD eficazes. Atualmente, porém, apenas 11 países africanos fazem parte desta rede. As Comunidades Económicas Regionais devem alargar o âmbito dos acordos multilaterais existentes ao nível continental para melhorar a confiança dos clientes e a segurança jurídica dos investimentos. A título de exemplo, na Côte d'Ivoire, o tratamento de dados pessoais fora da região da CEDEAO exige autorização prévia, tal como é mandatado pela APD da Comunidade. Para tirar partido das oportunidades decorrentes da integração continental, esta abordagem tem de se tornar uma norma a nível africano.

A nível continental, os governos africanos precisam de tirar partido do processo da ZCLCA para adotar uma abordagem holística da transformação digital. A negociação acelerada dos protocolos sobre comércio eletrónico permite a discussão de outras questões transversais, como o comércio de serviços, a concorrência e os investimentos. Uma abordagem continental unificada, combinada com a execução da Estratégia da União Africana de Transformação Digital para África (2020-30), é também fundamental para dar aos países africanos uma vantagem mais forte na definição da governação global de dados (CUA/OCDE, 2021). Os governos africanos podem também preparar a ZCLCA para o futuro, incluindo compromissos explícitos em relação aos acordos internacionais de dados e aos serviços internacionais de *roaming* móvel. Estas questões estiveram em destaque em recentes acordos comerciais, como o acordo de comércio livre de 2021 entre a Islândia, o Listenstaine, a Noruega e o Reino Unido.

Políticas proativas podem reforçar as ligações industriais nas redes de produção regionais

O reforço das ligações entre trabalhadores, fornecedores e empresas multinacionais é vital para o desenvolvimento das redes de produção regionais. No entanto, as fracas capacidades produtivas e os obstáculos aos investimentos continuam a limitar o seu desenvolvimento (Capítulo 1).

A presente secção identifica as políticas destinadas a reforçar a participação nas CVR dos trabalhadores, produtores locais e empresas líderes. Em primeiro lugar, analisa as prioridades políticas para o desenvolvimento de competências, especialmente no contexto da transformação digital e das oportunidades nas cadeias de valor verde. Em segundo lugar, salienta a forma como os contratos públicos podem criar um impulso à procura para a modernização industrial entre os produtores regionais. Em terceiro lugar, a secção analisa a forma como a harmonização dos quadros de investimento nacionais e a facilitação do investimento entre as redes existentes de polos industriais podem ajudar a atrair empresas líderes.

As políticas sobre qualificações dependem das necessidades específicas e dos objetivos de melhoria em cada cadeia de valor

Uma mão de obra qualificada é fundamental para atrair o investimento e aumentar as ligações com as empresas líderes. O talento e as competências estão entre os quatro principais determinantes que orientam o investimento estrangeiro para as economias em desenvolvimento, a par da estabilidade política e macroeconómica e de quadros

regulamentares sólidos (Banco Mundial, 2020). Muitas atividades a jusante, como a costura (têxteis) e a montagem (eletrónica), dependem de mão de obra manual abundante, bem como de supervisores, gestores e controladores de qualidade. A participação em atividades de maior valor acrescentado e intensivas em conhecimentos, incluindo a investigação e o desenvolvimento, o *design* industrial e os serviços pós-assistência, exige competências técnicas e outras competências avançadas. Até à data, o ensino e a formação técnica e profissional (EFTP) continuam a ser limitados e persistem discrepâncias significativas entre a educação dos jovens e as aspirações profissionais, o que dificulta as possibilidades de melhoria (Caixa 2.3).

As políticas de qualificação para o desenvolvimento da cadeia de valor devem ser adaptadas aos segmentos específicos das cadeias de valor e aos objetivos de modernização. A figura 2.2 resume diferentes abordagens para enfrentar os desafios de melhorar as qualificações nas cadeias de valor regionais e globais. A longo prazo, são necessárias reformas dos sistemas educativos, nomeadamente para melhorar a qualidade da educação e o seu alinhamento com as necessidades do mercado de trabalho (BAfD, 2020) e para incluir as populações desfavorecidas (por exemplo, mulheres e habitantes das zonas rurais). A curto e médio prazo, é crucial a concentração na melhoria das qualificações e na requalificação, de acordo com as necessidades setoriais e socioeconómicas de transformação.

Figura 2.2. **Prioridades das políticas em matéria de competências para desenvolver cadeias de valor**

	Intervenções precoces	Intervenções proativas	Intervenções orientadas para o longo prazo
Mão de obra visada	Pessoas próximas do emprego e mão de obra existente	Mudanças de carreira ou alunos do ensino secundário que consideram o ensino superior	Futuros estudantes
Partes interessadas envolvidas	Setor privado apoiado por Setor público	Setor privado e público, Conselho multilateral	Setor público e instituições educativas
Prioridades	Expandir as exportações, reforçar a competitividade e a produtividade e atender aos requisitos normativos	Realizar atividades de maior valor acrescentado nos setores existentes ou emergentes (economia digital e verde)	Adaptar competências para um ambiente de conhecimento e tecnologia em rápida mutação
Objetivos de modernização	Melhoria da entrada, produto e processo da cadeia de valor	Melhoria funcional	Todos os tipos de melhoria
Intervenções políticas	• Avaliar lacunas de competências específicas do setor • Incentivar as empresas a ministrar formação no local de trabalho e oportunidades de melhoria de qualificações • Priorizar o desenvolvimento de competências de gestão • Implementar sistemas de reconhecimento de qualificações a nível nacional e regional	• Determinar potenciais trajetórias de melhoria nas CVR e nas CVG • Identificar os novos empregos e requisitos de competências • Reforçar o diálogo público-privado com as instituições de EFTP • Priorizar a formação técnica orientada • Incentivar as empresas a requalificar a mão de obra interna de acordo com as necessidades em evolução	• Manter o investimento nas competências essenciais (literacia, numeracia, competências digitais) • Enfatizar a aquisição de competências não técnicas • Aumentar a participação nos EFTP e STEM e alinhamento com os requisitos do mercado de trabalho • Institucionalizar a coordenação entre as partes interessadas sobre o desenvolvimento dos currículos • Desenvolver sistemas de informação sobre o mercado de trabalho

Notas: CVR = cadeias de valor regionais; CVG = cadeias de valor globais; EFTP = ensino e formação técnica e profissional; STEM= ciência, tecnologia, engenharia e matemática;

Fonte: Adaptado de Fernandez-Stark, Bâmbar e Gereffi (2012), «Upgrading in global value chains: Addressing the skills challenge in developing countries», *OECD Background Paper*.

O reforço da colaboração entre o setor privado, as instituições de formação e os decisores políticos a nível setorial pode ajudar a identificar as qualificações necessárias à força de trabalho e a conceber programas de formação adequados. No Ruanda, por exemplo,

o governo criou o Conselho Nacional de Desenvolvimento da Exportação Agrícola para facilitar o diálogo e fornecer formação às partes interessadas privadas e cooperativas envolvidas na produção agrícola e pecuária para exportação (Banco Mundial, 2015). Na Guiné, a Sociedade Financeira Internacional e as empresas internacionais de mineração prestaram apoio a mais de 100 fornecedores locais no setor mineiro, fornecendo formação, capacidade de gestão e facilitando o acesso ao financiamento. Através do programa, estas empresas locais ganharam 9.1 milhões USD em contratos com as empresas líderes (Banco Mundial/KEDP, 2015). Os governos também podem promover a formação no local de trabalho para melhorar as capacidades dos trabalhadores. Atualmente, apenas 28 % das empresas africanas oferecem formação formal aos seus trabalhadores (Banco Mundial, 2020). Na África do Sul, a concessão de incentivos fiscais encorajou as empresas a oferecerem oportunidades de formação aos sul-africanos empregados e desempregados com idades compreendidas entre os 16 e os 35 anos (OCDE, 2017).

As políticas de qualificação precisam de se adaptar a novos requisitos decorrentes da transformação digital. Responder à crescente necessidade de competências digitais pode ajudar os trabalhadores a melhorar as suas capacidades em todos os níveis de uma cadeia de valor. Na cadeia de valor alimentar, por exemplo, o fornecimento de competências digitais básicas e competências fundamentais (literacia e numeracia) poderia ajudar os trabalhadores agrícolas a beneficiarem das novas tecnologias para melhorar o rendimento da produção e estabelecer ligações com os mercados locais (BAfD, 2020; Jeehye et al, 2020). Em 2021, a União Africana, a AUDA-NEPAD e a UNESCO lançaram a Iniciativa Pan-Africana para a Transformação Digital do EFTP e dos Sistemas de Desenvolvimento de Qualificações em África para reformar sistemas formais e informais de EFTP e adaptar-se aos crescentes requisitos de competências transversais e digitais (UNESCO, 2021).

Os decisores políticos podem também conceber políticas de qualificações para aproveitar novas oportunidades em cadeias de valor "verdes" e para ajudar setores existentes, como a agricultura ou a indústria transformadora, a adaptarem-se às alterações climáticas. Uma transição bem-sucedida para a sustentabilidade ambiental exigirá a melhoria de qualificações e a requalificação da mão de obra atual e futura. Por exemplo, a estratégia nacional do Senegal para a promoção do emprego verde (2015-20) apoiou o reforço das competências e capacidades nas indústrias verdes, o que resultou na criação de mais de 2 000 empregos, principalmente para os jovens e as mulheres (ONU, 2019). A nível regional, a CEDEAO adotou, em 2013, a Política de Eficiência Energética e a Política de Energias Renováveis, sublinhando fortemente o desenvolvimento de um quadro harmonizado para normas de qualificação e certificação de competências no setor das energias renováveis.

A mobilidade de qualificações intrarregionais deve ser encorajada de modo a atenuar a escassez de competências e a promover uma maior integração. A mobilidade de qualificações determina em grande medida a participação dos países africanos nas cadeias de valor globais de fabrico (Yameogo e Jammeh, 2019). As iniciativas existentes das Comunidades Económicas Regionais lançaram as bases para a eliminação das restrições à mobilidade intra-africana de mão de obra qualificada e para a redução dos desfasamentos no mercado de trabalho em todo o continente. Por exemplo, a Comunidade da África Oriental (CAO) implementou acordos setoriais de reconhecimento mútuo em matéria de contabilidade, arquitetura, engenharia e práticas veterinárias. Desde 2011, nove países da SADC começaram a harmonizar os seus quadros nacionais de qualificações, com o objetivo de melhorar a comparabilidade e o reconhecimento das competências profissionais (Saware, 2019).

Caixa 2.3. **As aspirações dos jovens e a realidade dos empregos em África**

O fosso entre as aspirações dos jovens a um emprego e a realidade dos mercados de trabalho em África é grande (UA, 2018**).** Acelerar a criação de empregos de qualidade é crucial para absorver nos mercados de trabalho os 29 milhões de africanos que atingem a idade de trabalho todos os anos, de agora até 2030 (CUA/OCDE, 2019). Atualmente, a maior parte dos postos de trabalho disponíveis permanece na agricultura. A nível mundial, mais de um terço dos jovens das zonas rurais trabalham na agricultura, ao passo que a percentagem pode atingir níveis muito elevados nos países de baixo rendimento (por exemplo, 71 % no Uganda e 79 % em Madagáscar) (OCDE, 2018). Cerca de 39 % dos jovens entrevistados em dez países africanos trabalham na agricultura, em comparação com 14 % na indústria transformadora e na construção, 26 % no comércio e nos transportes e 21 % em todos os outros serviços. No entanto, a maioria dos empregos na agricultura, ocupados por mulheres a 54 % em 2019 (OIT, 2020), caracteriza-se por salários baixos e condições de trabalho precárias, sem contratos formais ou proteção social básica, tornando-os menos atrativos para os jovens.

Um estudo da OCDE sobre as aspirações profissionais mostra grandes lacunas entre o que os jovens africanos querem fazer e a realidade dos mercados de trabalho. Os dados de dez países – Benim, Congo, Egito, Libéria, Madagáscar, Malawi, Tanzânia, Togo, Uganda e Zâmbia – mostram que mais de 80 % dos jovens na escola desejam trabalhar em profissões altamente qualificadas, enquanto na realidade apenas 8 % conseguem encontrar esses empregos. A segurança do emprego foi considerada o motor mais importante da satisfação profissional, ainda mais do que os rendimentos. Na verdade, 74 % dos jovens querem um emprego no setor público por causa da segurança do emprego, mas apenas 12 % dos jovens empregados se encontram nesse setor. O trabalho relacionado com a agricultura ou os empregos com qualificações médias na indústria transformadora são os menos atrativos para os jovens africanos.

Mesmo que as condições do mercado de trabalho melhorassem, o grande fosso entre as aspirações e a realidade dos mercados de trabalho é suscetível de persistir devido ao elevado nível de desequilíbrio de qualificações. De acordo com medidas subjetivas, cerca de 55 % dos jovens trabalhadores africanos pensam que a sua educação é relevante para o seu emprego, enquanto os outros se sentem sobrequalificados ou subqualificados, com a subqualificação a afetar mais os jovens em países de baixo rendimento. Ao utilizar uma abordagem normativa – comparando as qualificações reais com as qualificações exigidas para um emprego – apenas 29 % dos jovens trabalhadores são efetivamente qualificados para o trabalho que realizam.

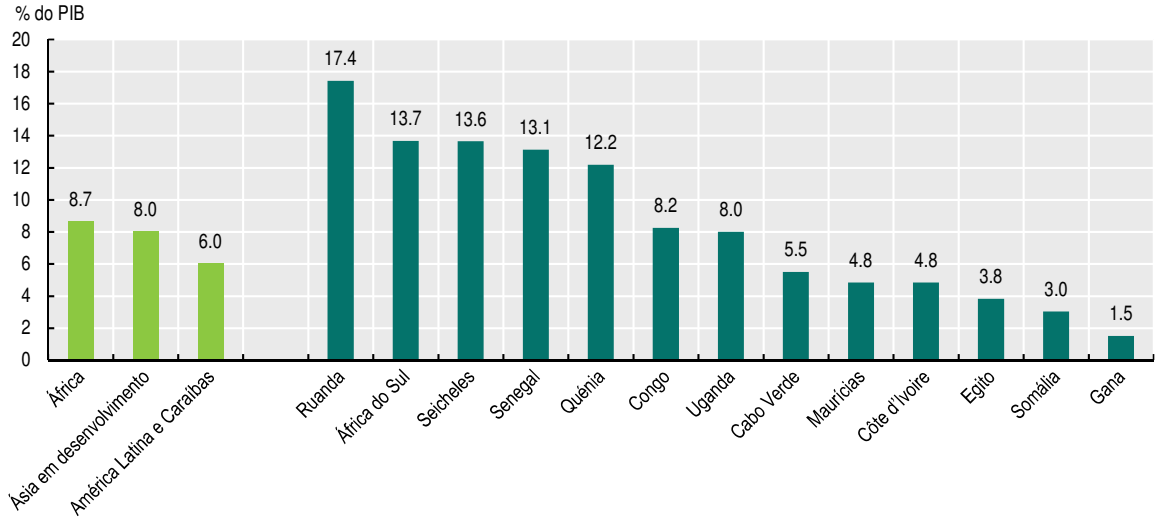
A insatisfação profissional a longo prazo pode conduzir a agitação social, e são urgentemente necessárias políticas para combater o desalinhamento entre as preferências de emprego dos jovens e as oportunidades de emprego. Recomenda-se uma abordagem dupla: i) ajudar os jovens a moldar as suas aspirações de carreira à realidade e suscetíveis de se adaptarem ao mundo em que irão entrar; e ii) melhorar a qualidade do emprego, tendo devidamente em conta as condições de emprego que interessam aos jovens, em especial na agricultura. A agricultura é o principal fornecedor de empregos para a juventude rural em África e continuará a sê-lo durante algum tempo. Tornar a agricultura e as profissões médias qualificadas conexas na transformação alimentar ou nos serviços alimentares mais atrativas para os jovens significa garantir a segurança do emprego, proporcionar formação para melhorar as competências, melhorar o rendimento dos agricultores e modernizar as práticas agrícolas.

Fonte: Lorenceau, Rim et Savitki (2021), «Aspirations des jeunes et réalité de l'emploi en Afrique», Documents d'orientation de l'OCDE sur le développement, n° 38, Éditions OCDE, Paris, https://doi.org/10.1787/6a14eee9-fr.

Modernizar e alargar os programas de contratos públicos ajudará os produtores regionais a melhorar a sua capacidade industrial

Os contratos públicos podem criar uma forte pressão da procura para os produtores locais. Entre 2015 e 2019, os contratos públicos – a compra de bens e serviços por governos e empresas estatais – representaram uma média anual de 8.7 % do PIB em África, em comparação com 8 % na Ásia em desenvolvimento e 6 % na América Latina e Caraíbas (Figura 2.3). Através de instrumentos como as políticas de "compra nacional", as contrapartidas para grupos-alvo (como as PME) e os requisitos de transferência de tecnologia para proponentes estrangeiros, a contratação pública pode criar emprego, promover a modernização das empresas e desenvolver cadeias de abastecimento regionais (UNIDO, 2017). As conclusões de um inquérito realizado em 19 países africanos sugerem que um aumento de 10 pontos percentuais na percentagem da produção total vendida a um governo está associado a uma produtividade 4 % mais elevada (Hoekman e Sanfilippo, 2020). Dada a importância dos contratos públicos para o desenvolvimento industrial, a União Africana apelou recentemente aos Estados-membros para que atribuam pelo menos 30 % dos contratos públicos ao setor privado africano, incluindo PME e empresas de mulheres e jovens (UA, 2021).

Figura 2.3. **Despesas com contratos públicos em percentagem do PIB, média 2015-19**



Nota: Esta figura baseia-se na metodologia da OCDE para calcular as despesas com contratos públicos. As médias de África, da Ásia em desenvolvimento, da América Latina e Caraíbas (ALC) são ponderadas. A Ásia inclui 11 países: Afeganistão, Indonésia, Jordânia, Quirguizistão, Mongólia, Mianmar, Nepal, Filipinas, Tailândia, Timor-Leste e Usbequistão. A ALC inclui 9 países: Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Honduras, México, Paraguai e Peru.

Fonte: Cálculos dos autores com base na metodologia da OCDE e nos dados do FMI (2021), *Government Finance Statistics* (base de dados), https://data.imf.org.

StatLink https://doi.org/10.1787/888934297997

A atual utilização dos contratos públicos em África suscita preocupações quanto à sua eficiência e inclusão. Cálculos baseados nos *Enterprise Surveys* do Banco Mundial mostram que 32 % das empresas africanas recorrem a subornos para garantir contratos governamentais. Sem um processo de concurso competitivo e transparente, as políticas de contratos preferenciais criam dependências e ineficiências em toda a cadeia de abastecimento, reduzem a disponibilidade de fatores de produção e de trabalhadores qualificados a preços competitivos e dissuadem o investimento estrangeiro. Além disso, muitos produtores, especialmente as pequenas e médias empresas, não podem celebrar contratos públicos devido à lentidão do processo de pagamento, aos atrasos governamentais e à falta de informação, conhecimentos e competências adequadas para

adjudicar com êxito contratos públicos. Em média, os produtores africanos têm de esperar seis meses para receber pagamentos de contratos públicos (Banco Mundial, 2016).

O investimento em sistemas de contratação pública eletrónica pode melhorar os pagamentos atempados e transparentes dos fornecedores. A utilização de sistemas eletrónicos de contratação pública é inferior a 25 % para a maioria dos países africanos, contra mais de 75 % para os Estados-membros da União Europeia e para a Associação das Nações do Sudeste Asiático (Hoekman et al., 2021). Em Cabo Verde, a reforma institucional e o novo sistema de contratação pública eletrónica incentivaram a participação das PME nos processos de licitação, passando de apenas 15 empresas em 2012 para 444 em 2015, e estimularam o crescimento médio das receitas de vendas em 43 % (Banco Mundial, 2016).

No contexto da ZCLCA, os governos poderiam alargar os atuais sistemas de contratos públicos para promover a participação das empresas regionais. Os critérios de elegibilidade para o tratamento preferencial podem ser alargados para além dos produtores nacionais definidos em sentido estrito, a fim de abranger os intervenientes regionais. Mais recentemente, as partes interessadas do setor privado da CAO apelaram a uma abordagem "Comprar na África Oriental, Construir a África Oriental" ("*Buy East Africa, Build East Africa*") para desenvolver cadeias de abastecimento regionais, nomeadamente no setor farmacêutico (TMEA, 2021). A harmonização das normas aplicáveis aos produtos e os acordos de reconhecimento mútuo reduzirão também os custos de participação dos fornecedores africanos nos mercados regionais (Caixa 2.4)

Caixa 2.4. **Harmonização e reforço dos sistemas de normas de qualidade em África**

A harmonização das normas de qualidade torna mais barata para as pequenas empresas e empresas informais a sua obtenção e manutenção. Por exemplo, os produtos na CAO certificados com base em normas harmonizadas evitam o custo de testes repetidos. Deste modo, o custo do cumprimento de múltiplas normas de qualidade passa de uma média de 205 USD para quase zero e reduz o tempo de apuramento para a avaliação da conformidade de 38 dias para 0.5 dias para os produtos certificados com marcas de certificação de qualidade notificadas (TMEA, 2019).

Para tirar partido dos benefícios da ZCLCA, os governos podem harmonizar as normas regionais e acelerar a aplicação dos acordos de reconhecimento mútuo. De 1 991 produtos com vantagem comparativa no continente, três quartos não têm normas de qualidade harmonizadas a nível da Comunidade Económica Regional. Uma vez que não é possível harmonizar de uma só vez todas as normas de qualidade, o processo de harmonização das normas de qualidade a nível continental deve dar prioridade a produtos que tenham uma vantagem comparativa em pelo menos duas CER e para os quais já existam normas de qualidade em pelo menos duas dessas CER (UNECA, 2020).

Ao mesmo tempo, os países africanos precisam de reforçar as suas infraestruturas de normas de qualidade. Vinte e seis países africanos não dispõem de infraestruturas suficientes em matéria de normas de qualidade, como a acreditação, os sistemas de metrologia e os organismos nacionais de normalização para satisfazer as exigências de avaliação da conformidade e de controlo da qualidade. Em todo o continente, a definição clara das responsabilidades nas funções de regulamentação e verificação entre as agências governamentais pode reduzir conflitos de interesses e obstáculos para a necessária conformidade (PAQI, 2020). A partilha transfronteiriça de competências técnicas poderá ajudar a colmatar as lacunas existentes nas capacidades de execução nos países africanos e acelerar os esforços de coordenação. Por exemplo, o COMESA criou associações regionais de autoridades reguladoras para facilitar a harmonização política e regulamentar, bem como para promover o reforço das capacidades e a partilha de informações entre os seus membros.

Além disso, a harmonização da regulamentação relativa aos contratos públicos pode reduzir os custos da participação transfronteiriça e reforçar a qualidade e a integridade dos contratos públicos. Por exemplo, o COMESA adotou um quadro comum relativo aos contratos públicos para reformar os sistemas nacionais (BAfD, 2018). Do mesmo modo, o projeto regional de reforço dos contratos públicos da UEMOA visa harmonizar a regulamentação relativa aos contratos públicos, a fim de atenuar os obstáculos à participação regional. Esta iniciativa também levou à criação de um Observatório Regional dos Contratos Públicos para reforçar os mecanismos de supervisão e a transparência em toda a África Ocidental (Nam, 2019).

Os esforços regionais para atrair investimentos das principais empresas podem beneficiar de um melhor acompanhamento e de priorização

A institucionalização de uma forte estrutura de acompanhamento é vital para acelerar a adoção interna do Código Pan-Africano de Investimento

Algumas empresas africanas expandiram a sua presença geográfica para além do seu mercado interno, mas continuam a concentrar-se em alguns setores e países. A tabela 2.3 apresenta alguns exemplos dessas empresas em África. Muitas têm uma forte orientação continental, com as filiais africanas a representarem mais de metade das suas filiais no exterior. No entanto, os investimentos intra-africanos permanecem concentrados em alguns setores – finanças, telecomunicações, energia e mineração, e retalho. A África do Sul engloba a maior parte das empresas que investem noutros países africanos, refletindo a sua posição como um nó central nas redes de produção regionais da África Austral (Qiang, Liu e Steenbergen, 2021).

Tabela 2.3. **Desempenho e presença geográfica de determinadas empresas multinacionais africanas, 2019**

País de origem	Nome	Setor de atividade	Filiais africanas*	Número de países africanos	Número de empregados	Receitas operacionais (em USD)
África do Sul	Shoprite Holdings	Retalho	56 %	16	142 602	12 234 902
África do Sul	MTN Group	Telecomunicações	50 %	18	19 295	12 219 844
Egito	El Sewedy Electric company	Energia	9 %	7	14 463	2 993 803
Nigéria	Dangote Cement	Mineração, cimento, agroalimentar, embalagens, petróleo e gás	84 %	24	15 478	2 726 903
Marrocos	Attijariwafa Bank	Finanças/banca	69 %	15	20 583	2 677 403
Nigéria	Zenith Bank	Finanças/banca	50 %	3	7 544	2 410 595
Maurícias	IBL	Múltiplos (por exemplo: finanças, logística, retalho)	11 %	8	25 205	1 435 793
Togo	Ecobank	Finanças/banca	88 %	33	14 023	946 449
Quénia	KCB Group	Finanças/banca	30 %	5	7 525	907 226
Camarões	Afriland First Bank	Finanças/banca	82 %	8	n/d	883 205
Gabão	BGFI Holding Corporation	Finanças/banca	50 %	8	n/d	140 138

Nota: * Percentagem de filiais localizadas em África; n/d = não disponível.
Fonte: Compilação dos autores com base em dados de Bureau van Dijk (2021), *Orbis | Company Information across the Globe* (base de dados), https://orbis.bvdinfo.com/version-20211118/orbis/1/Companies/Search.

Os países precisam de tirar partido do Código Pan-Africano de Investimento e da ZCLCA para combater as barreiras regulamentares ao investimento em África (Capítulo 1)**.** A investigação sobre as opções de localização do investimento direto estrangeiro (IDE) dos principais operadores de redes móveis africanos conclui que a maioria dos operadores não se expande em mercados geograficamente próximos; em vez disso, as suas decisões de investimento dependem dos países africanos com melhores quadros institucionais (Dike e Rose, 2019). Embora as negociações relativas ao Protocolo sobre Investimentos

da ZCLCA ainda estivessem em curso no momento da redação (novembro de 2021), indicações precoces sugerem que a adoção do Protocolo e do Código Pan-Africano de Investimento (acordado em 2017) ajudará a facilitar o investimento em África. Os acordos de investimento podem reduzir os riscos percetíveis para os investidores, melhorando a transparência e a previsibilidade na elaboração e execução das políticas, alinhando a regulamentação nacional com os quadros jurídicos internacionais, nomeadamente através da aplicação de quadros harmonizados em todo o continente, e facilitando o acesso aos mecanismos de resolução de litígios.

A experiência regional existente na coordenação dos quadros de investimento em África oferece lições importantes para apoiar a execução de iniciativas continentais. Em 2020, a CEDEAO lançou a iniciativa Ambiente Melhorado de Investimento e Negócios na África Ocidental para identificar barreiras ao investimento e implementar e acompanhar os resultados das reformas no setor privado através do Painel de Avaliação do Ambiente do Investimento da CEDEAO (CEDEAO, 2020). Em 2016, a SADC também desenvolveu o Plano de Ação Regional sobre Investimentos, a fim de facilitar a coordenação regional e explorar economias de escala na melhoria dos quadros e políticas de investimento em todos os seus Estados-membros.

A criação de estruturas de acompanhamento pode ajudar a acompanhar os progressos e a assegurar a adoção interna de reformas acordadas a nível regional, tal como fez a SADC. O Secretariado da SADC, em colaboração com a OCDE, desenvolveu um conjunto de indicadores para aferir e acompanhar os progressos realizados pelos Estados-membros na aplicação do Quadro de Política de Investimento da SADC (Tabela 2.4). O Secretariado da SADC deverá assumir a responsabilidade central pelo acompanhamento, delegando simultaneamente funções específicas de informação em pontos de contacto nacionais específicos em cada Estado-membro.

Tabela 2.4. **Indicadores selecionados para acompanhar os progressos do Quadro de Política de Investimento da SADC**

Domínios de ação	Indicadores de aferição de desempenho e de acompanhamento
1. Criação de um ambiente de investimento transparente e coerente	- Transparência das políticas governamentais - Qualidade da regulamentação - Qualidade dos serviços públicos *online* - Número total de dias necessários para iniciar uma empresa
2. Garantir o acesso ao mercado e a concorrência	- Abertura ao investimento estrangeiro (*de jure* e baseado na perceção) - Eficácia de uma política anti monopólio - Efeito da tributação sobre os incentivos ao investimento
3. Apoio a investimentos empresariais responsáveis e inclusivos para o desenvolvimento	- Número de postos de trabalho criados por unidade de despesa de capital investido - Empresas nacionais e estrangeiras que oferecem programas de formação formal - Empresas nacionais e estrangeiras com trabalhadoras a tempo inteiro permanentes na indústria transformadora - Percentagem de PME envolvidas em atividades de exportação direta
4. Garantir a segurança dos investimentos e proteger os direitos dos investidores	- Estabilidade política e ausência de violência - Qualidade do índice de gestão dos solos - Proteção da propriedade intelectual - Ausência de corrupção
5. Promover a cooperação regional e internacional	- Posições de investimentos diretos regionais e intrarregionais - Qualidade da infraestrutura de conectividade - Eficiência dos procedimentos alfandegários - Índice de desenvolvimento das TIC

Fonte: Elaboração dos autores com base na tabela A.2 em OCDE/SADC (2017), *Role of Monitoring for Implementation: Advancing investment Policy Reforms in the Southern African Development Community*.

A cooperação internacional pode também apoiar a aplicação do Protocolo sobre Investimentos da ZCLCA e incentivar o investimento em África. Atualmente, existem numerosas iniciativas internacionais para promover os investimentos em África (Anexo 2.A2). A multiplicidade de plataformas exige também a coordenação e a partilha de experiências entre os países africanos e os seus parceiros. Por exemplo, a Plataforma da CUA-Centro de Desenvolvimento da OCDE sobre Investimentos e Transformação Produtiva visa facilitar esta coordenação e partilhar experiências entre os países africanos e os seus parceiros de desenvolvimento.

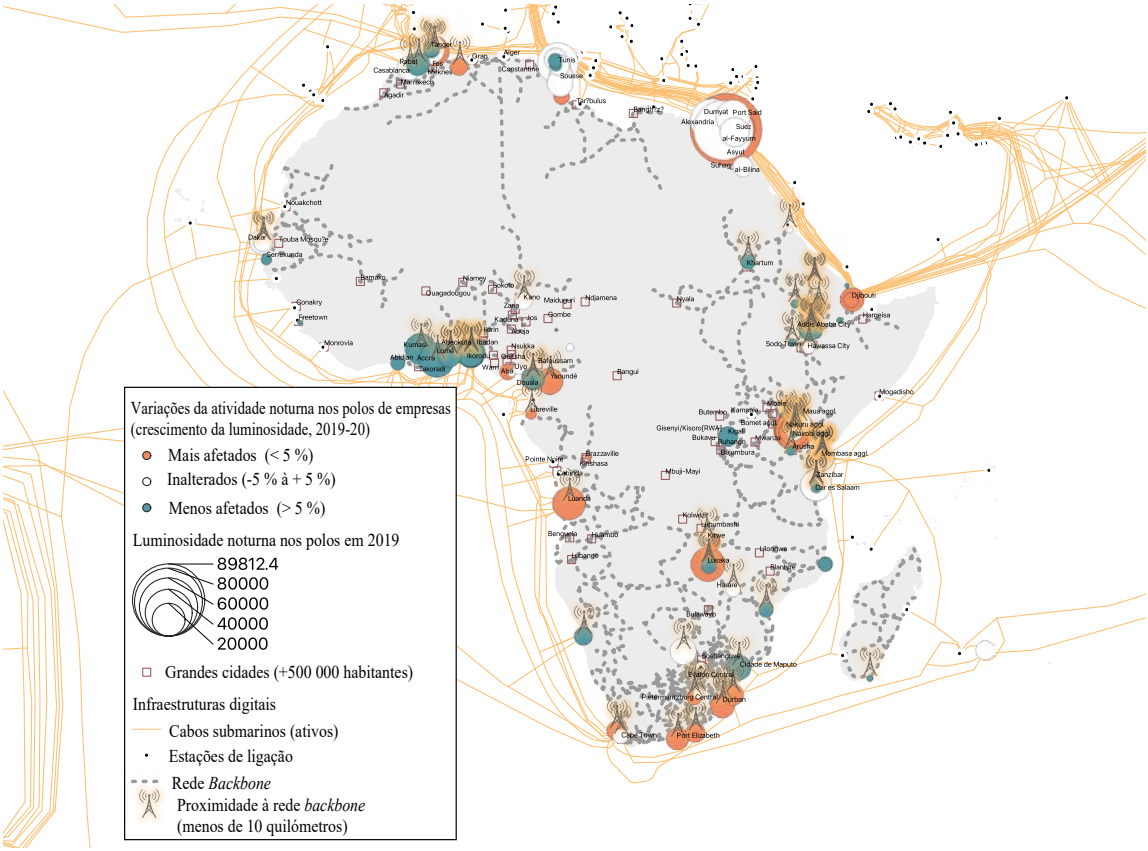
Os decisores políticos devem facilitar o investimento e desenvolver infraestruturas nas redes existentes de polos industriais

As redes de polos industriais existentes em África constituem um ponto de entrada crítico para facilitar o desenvolvimento da cadeia de valor. De acordo com estimativas da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, o número de zonas económicas especiais (ZEE) em África cresceu de cerca de 20 em 1990 para 237 em 2020 abrangendo 38 países (CNUCED, 2021). As políticas de polos de empresas permitem aos governos concentrar o investimento público num único local e resolver os estrangulamentos críticos à competitividade local. A maior densidade das empresas, dos fornecedores de serviços e das instituições de investigação pode facilitar as transferências de tecnologia e a inovação.

As estratégias de desenvolvimento dos polos industriais variam consoante os contextos, em função da disponibilidade de fatores de produção, do acesso ao mercado, da localização estratégica e da capacidade local de absorção. Por exemplo, a Etiópia baseou-se nos baixos custos laborais e nos incentivos fiscais para atrair empresas líder como Decathlon, H&M, Primark e Tesco para integrar redes globais de produção têxtil. Em Marrocos e na África do Sul, os parques eco-industriais emergentes, como a central solar de Ouarzazate e a exploração eólica de Cookhouse, ajudam a atrair investimentos verdes, a integrar empresas em cadeias de valor sustentáveis e a alcançar metas sociais, ambientais e económicas. No Egito, o "Eco-Leather Park" de Robbiki tem como objetivo desenvolver a indústria local do couro e, ao mesmo tempo, reduzir o impacto ambiental das fábricas de curtumes locais. Para o efeito, o polo abriu um Centro de Transferência de Tecnologia do Couro, envolvendo empresas locais e estrangeiras, para promover a adoção e a melhoria de tecnologias verdes por parte das fábricas locais (CNUCED, 2021).

A qualidade das infraestruturas públicas é fundamental para o êxito das ZEE. A nossa análise da intensidade da luminosidade noturna em 127 polos industriais africanos – ZEE, zonas de exportação e parques industriais – mostra o crescimento das atividades económicas baseadas em polos, que quase duplicaram no período 2012-19 (Caixa 2.5). Embora todos os polos tenham sofrido uma queda na intensidade da luminosidade noturna em 2020, os polos que beneficiaram de um melhor acesso à infraestrutura de comunicação – localizados a menos de 10 quilómetros de uma rede de *backbone* de banda larga – sofreram uma queda menor no início do choque provocado pela pandemia de COVID-19 do que os polos não conectados (Figura 2.4). Esta proximidade a uma rede de banda larga pode servir como indicador do acesso a outras infraestruturas críticas, como a eletricidade, necessárias ao desenvolvimento industrial e à competitividade.

Figura 2.4. **Evolução da intensidade da luminosidade noturna registada em polos industriais selecionados em África, 2019-20**



Nota: A intensidade da luminosidade noturna é utilizada como um indicador da atividade e do desenvolvimento em 127 polos industriais que operam em 31 países africanos.

Fonte: Anexo 2.A1.

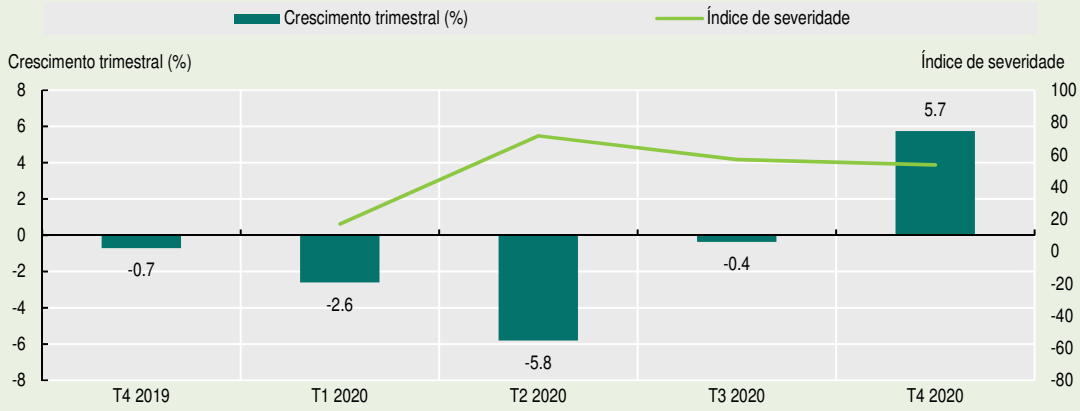
Caixa 2.5. **Polos industriais em África durante a pandemia de COVID-19**

Os polos industriais exibiam níveis elevados de atividade antes do abrandamento dos investimentos diretos estrangeiros em 2019. Entre 2012 e o início de 2019, a intensidade da luminosidade noturna quase duplicou a nível continental. A atividade e o desenvolvimento dinâmico dos polos que tal implica foram principalmente impulsionados pelo desenvolvimento industrial inicial das economias africanas. África do Sul, Egito, Marrocos, Nigéria e Quénia acolheram mais de metade (73) dos 127 polos que operam em 31 países.

A desaceleração da economia causada pela pandemia de COVID-19 interrompeu a atividade dos polos até ao final de 2020 (Figura 2.5). A procura mundial mais fraca, as restrições à mobilidade e as restrições de produção reduziram o nível de atividade nos polos relativamente a 2019, resultando num declínio constante da luminosidade, com a maior queda (-5.8 %) registada no segundo trimestre de 2020, em simultâneo com a aplicação de restrições mais rigorosas por causa da COVID-19 (pontuação média de 71 numa escala de 100). No último trimestre de 2020, a luminosidade nos polos registou uma recuperação de 5.7 %, à medida que as restrições eram progressivamente levantadas.

Caixa 2.5. **Polos industriais em África durante a pandemia de COVID-19 (*continuação*)**

Figura 2.5. **Taxa de crescimento da luminosidade noturna e das intervenções governamentais nos polos, 2019 T4-2020 T4**



Nota: O crescimento da luminosidade emitida pelos polos é calculado mensalmente por comparação dos valores de 2019 e 2020. O índice de severidade (*Stringency index*), medido de 0 a 100, é ponderado do dia para o mês e regista o rigor das políticas governamentais durante a pandemia de COVID-19. Valores mais elevados para o índice significam que os países africanos selecionados adotaram regras mais rigorosas.

Fonte: Cálculos dos autores com base nos dados de intensidade da luminosidade noturna da Colorado School of Mines (2021), *VIIRS Nighttime Lights* (base de dados), https://payneinstitute.mines.edu/eog/nighttime-lights/, e CIIP (2018), «Location of clusters», *Competitive Industries and Innovation SEZ Database*, www.theciip.org. O índice de severidade é da responsabilidade da Blavatnik School of Government/Universidade de Oxford (2021), *Oxford COVID-19 Government Response Tracker*, https://www.bsg.ox.ac.uk/research/research-projects/covid-19-government-response-tracker.

StatLink https://doi.org/10.1787/888934298016

O investimento em infraestruturas de ligação entre estes polos industriais pode ajudar a facilitar as redes de produção regionais. Nos últimos anos, surgiram vários corredores regionais, como o Corredor LAPSSET (Quénia-Etiópia), o Corredor Central (Dar es Salaam-RD Congo), o Corredor de Desenvolvimento de Maputo (Moçambique-África do Sul) e o Corredor da Baía de Walvis (cinco países da SADC). No Norte de África, o desenvolvimento de infraestruturas rodoviárias facilitou o surgimento e a atratividade de empresas líderes estrangeiras por parques tecnológicos, como o Smart Villages, entre o Cairo e Alexandria, e a zona de alta tecnologia de El Ghazala, entre Tunes e Bizerte. Da mesma forma, na África Ocidental, os investimentos públicos em redes rodoviárias para ligar Abidjan ao corredor Lagos-Acra na África Ocidental aumentaram significativamente as entradas de IDE (ONU-Habitat, 2018).

As agências de promoção do investimento (API) podem facilitar ainda mais o investimento das empresas líderes em segmentos-chave da cadeia de valor. As API funcionam como interlocutoras entre os governos e as empresas estrangeiras, tal como no domínio do cumprimento fiscal (Caixa 2.6). Podem igualmente prestar diferentes tipos de serviços, tais como a correspondência de interesses, a assistência financeira (crédito, seguros), a informação sobre o mercado, a marca comercial local e a assistência aos investidores. As experiências passadas dos países em desenvolvimento mostram que os governos devem concentrar-se nos seguintes pontos ao estabelecerem as API: i) assegurar um apoio governamental de alto nível; ii) estabelecer objetivos claros para a promoção dos investimentos; iii) consultar as partes interessadas locais, públicas e privadas, a fim de assegurar o alinhamento estratégico; iv) facilitar a colaboração com outras instituições e fundos de investimento; e v) disponibilizar recursos financeiros suficientes e sustentados (Banco Mundial, 2020).

Caixa 2.6. **A perceção dos funcionários tributários africanos sobre a conformidade fiscal das empresas multinacionais**

A tributação tornou-se uma questão cada vez mais importante e, nos últimos anos, surgiram vários novos princípios e normas de divulgação de informação para ajudar a demonstrar e acompanhar o comportamento das empresas em matéria fiscal. Alguns destes princípios referem-se à forma como as empresas interagem com as autoridades tributárias, dificultando a avaliação do cumprimento ou do impacto de tais iniciativas, no que se refere a interações confidenciais.

Para ajudar a resolver esta questão, a OCDE realizou recentemente um inquérito de perceção junto de mais de 1 240 funcionários governamentais (a maioria dos quais inspetores tributários) que trabalham em administrações fiscais em 139 países (OCDE, 2021). O inquérito incluiu 206 respostas de 34 países africanos. Pretendia-se obter a perceção dos funcionários tributários relativamente ao comportamento fiscal das multinacionais e de outras grandes empresas face aos princípios voluntários desenvolvidos pela *Business at the OCDE* (a representação empresarial na OCDE) (BIAC, 2013). O inquérito destaca várias áreas para reforçar a conformidade fiscal em África, como a resposta a pedidos de informações e a solução de litígios fiscais. Em parceria com o Fórum Africano de Administração Fiscal, a OCDE organizou então uma mesa redonda virtual, em abril de 2021, que reuniu funcionários tributários e empresas africanas para discutir esses resultados e possíveis soluções para os desafios identificados.

De um modo mais geral, a criação de confiança e a facilitação da comunicação entre as autoridades tributárias e as empresas estão no cerne de muitas soluções propostas. Apenas 37 % dos funcionários tributários em África afirmam que a maioria das empresas multinacionais não são abertas e transparentes. Da mesma forma, 34 % dos funcionários tributários africanos não confiam na informação que recebem da maioria das empresas multinacionais. Para melhorar estas relações, as administrações fiscais podem facilitar às empresas o cumprimento da legislação fiscal, melhorando a clareza e a especificidade das exigências feitas às empresas, ao passo que as empresas precisam de garantir a disponibilização de informações, inclusive na língua oficial local. Uma forma de melhorar as relações é a utilização de orientações para lidar com as empresas multinacionais e outras grandes empresas. O inquérito sugere uma correlação positiva entre os inquiridos, identificando a existência de procedimentos e orientações específicas para lidar com as empresas multinacionais e evidenciando níveis mais elevados de confiança nas empresas multinacionais.

Fonte: OCDE (2021), *Tax Co-operation for Development: Progress Report in the COVID-19 Era*.

Anexo 2.A1. Exemplos de cadeias de valor continentais e regionais promissoras em África

Tabela 2.A1.1. **Visão geral das cadeias de valor continentais e regionais promissoras em África**

	Cadeias de valor continentais			
Cadeia de valor	**Forças**	**Fraquezas**	**Oportunidades**	**Ameaças**
Agroindústria	Disponibilidade de mão de obra Vantagem competitiva nas principais culturas agrícolas (isto é, caju, café, cacau) 60 % das terras aráveis não cultivadas do mundo em África Aumento da procura de alimentos impulsionado pelo crescimento da população e pela urbanização	Cadeia fragmentada que conduz a uma subida de 20 a 50 % do preço de importação nos principais fatores de produção agrícola Apenas 10 % das terras aráveis do continente estão registadas Valor acrescentado da transformação dos produtos agrícolas inferior a 50 %	Elevado potencial de exportação de produtos transformados (por exemplo, frutas e frutos de casca rija) A ZCLCA possivelmente irá aumentar o comércio intra-africano agrícola em 20 a 35 % Alterações dos hábitos alimentares Potencial para maior produtividade e mais empregos fora da exploração agrícola em áreas como o *marketing* e as vendas Agricultura sustentável para cadeias de valor agrícolas rentáveis Atrair fluxos de investimento do setor privado	Secas recorrentes, catástrofes causadas pelo clima e desertificação mais rápida Redução da participação dos jovens no trabalho na agricultura Utilização limitada da agricultura de conservação Escassez de qualificações e tecnologias Falta de financiamento e de mecanismos de redução dos riscos Gestão insustentável dos solos
Farmacêutica	Forte dinamismo político (por exemplo, o plano de produção farmacêutica da AUDA para África; o plano empresarial CUA/UNIDO; Agência Africana de Medicamentos da UA) Iniciativas nacionais para promover o desenvolvimento da indústria transformadora (por exemplo, Etiópia, Zimbabwe) Mecanismos de cooperação internacional (por exemplo, a resolução da OMS de 2021, patrocinada pelos 54 países africanos)	95 % dos medicamentos importados e 3 % dos medicamentos globais produzidos localmente Um setor local subdesenvolvido com 375 empresas farmacêuticas concentradas em 12 países Ausência de políticas de educação e de qualificações que promovam a I&D no setor farmacêutico	O setor da saúde e do bem-estar em África está avaliado em 259 mil milhões USD até 2030 Mais de 16 milhões de empregos potenciais a criar até 2030 CPPM (*Centralized Pooled Procurement Mechanism*) ancorado na ZCLCA para encorajar fabricantes globais a construir fábricas em África	Doenças endémicas (ou seja, em África ocorrem 90 % das mortes por malária, a nível mundial, e 70 % da população vive com VIH/SIDA) Em África registam-se 42 % dos casos mundiais de medicamentos contrafeitos
Automóvel	Até sete postos de trabalho adicionais criados por cada posto de trabalho na indústria automóvel Aumento da procura (por exemplo, em 2019, a propriedade automóvel do Quénia, com 31.5/1 000 pessoas, ultrapassou o crescimento populacional) Produção intermediária existente (por exemplo, cablagem no Botswana, couros e peles para assentos no Lesoto)	A África continua a ser um mercado automóvel de retalho O modelo dominante de *semi-knock down* (SKD) reduz o desenvolvimento da cadeia de valor Acesso limitado a financiamentos a preços acessíveis que dificultam a propriedade automóvel	Produção de peças no mercado pós-venda que oferece uma oportunidade de industrialização Avanço da tecnologia dos elétricos de duas rodas para fabricar veículos elétricos Inovação tecnológica e *start-ups* (por exemplo, a Moove utiliza uma tecnologia alternativa de pontuação de crédito que oferece melhores condições aos mutuários)	Veículos usados importados com potencial de montagem limitado que dificulta a integração regional Pressão protecionista a favor das pequenas indústrias nacionais

Cadeias de valor regionais				
Cadeia de valor	**Forças**	**Fraquezas**	**Oportunidades**	**Ameaças**
		África Central		
Coltan	Possíveis substitutos limitados Compromisso dos países da África Central com a Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extrativas	Falta de conhecimento técnico e de inovação Informação geológica pública limitada Processo de concurso não transparente	Serviços de mineração de pequena escala que promovem o desenvolvimento social Necessidade de rastreabilidade, certificação e inovações logísticas Melhoria do controlo e harmonização dos sistemas de dados que limitam o comércio ilícito	Instabilidade política e comércio ilícito de coltan Instituições incapazes de garantir o cumprimento da regulamentação fiscal Risco de concorrência fiscal intrarregional
Madeira	Principal fonte de emprego formal (por exemplo, no Gabão) A cobertura florestal da África Central representa 7 % das florestas mundiais	Comércio limitado de bens transformados retarda a participação em mercados internacionais Gestão ineficaz das florestas na Bacia do Congo devido à incoerência política Falta de competências em ciência, tecnologia, engenharia e matemática	Certificação para a exploração sustentável e renovável Aumento da procura no mercado do mobiliário Custos moderados no estabelecimento de fábricas de transformação e preços estáveis dos produtos de madeira	Aumento recente da taxa de desflorestação Exploração ilegal generalizada e corrupção
Cobre	O cinto metalogenético de cobre-cobalto da África Central constitui a maior e de melhor qualidade área sedimentar do mundo Aumento do consumo de cobre refinado, impulsionado pelas indústrias de construção e automóvel chinesas	Lucros escassos do cobre semitransformado, uma vez que as empresas mineiras captam a maior parte dos rendimentos Elevado custo das exportações Gestão ineficiente da cobrança de impostos que conduz a perdas de receitas	Aumento da procura por eletrificação, tecnologias verdes e *smartphones* Uma taxa de crescimento anual composta de 4.5 % prevista para 2024 para a produção sustentada de cobre em África Redução do preço local do cobre devido ao desenvolvimento da capacidade tecnológica	Regulamentação laboral fraca Corrupção e má gestão dos recursos que limitam a modernização social Poluição da terra, do ar e degradação da água causada pelo ácido sulfúrico que afeta os residentes perto das minas
		África Oriental		
Café	Condições ideais de cultivo para as variedades de café Principal produto de exportação e importante fonte de divisas	Preços de mercado e estrutura distorcidos por poucos compradores Diminuição da qualidade do café dado o desaparecimento de cultivares de elevada qualidade Elevado custo de produção	Maior poder de negociação global e preços com colaboração regional Aumento da procura interna compensando a volatilidade do mercado de exportação e a assimetria da informação Mercados de nicho para denominações de origem e geográficas de café (por exemplo, *terroir*, origem única e café orgânico)	Alterações climáticas e condições meteorológicas extremas, insetos e doenças Degradação ambiental relacionada com a produção
Turismo	Forte setor criador de emprego na região Impulsionador do desenvolvimento em regiões rurais remotas e menos desenvolvidas Reforço do turismo regional e da integração (por exemplo, visto de entrada comum, critérios normalizados para os hotéis) graças às medidas da CAO	Operações abaixo da capacidade (ou seja, a África Oriental capta menos de 0.5 % das receitas do turismo mundial) Regulamentação restritiva em matéria de viagens aéreas que prejudica as tarifas concorrenciais Disparidades regionais na qualidade das estradas e infraestruturas aéreas	Trabalho à distância (por exemplo, a Maurícias lançou em 2020 um visto nómada digital gratuito) Turismo para eventos e exposições de grande escala Atualização das empresas através da certificação (por exemplo, IATA), permitindo parcerias acrescidas com empresas internacionais	Vulnerabilidade a choques externos (ou seja, pandemias, crises financeiras) Segmento intermédio subdesenvolvido (ou seja, empresas de turismo locais) Desigualdade de benefícios (no Quénia, os operadores turísticos e as empresas de transportes globais captam 40 a 50 % das despesas com turismo)

Cadeias de valor regionais				
Cadeia de valor	**Forças**	**Fraquezas**	**Oportunidades**	**Ameaças**
Floricultura	Emprego estável devido à produção anual, principalmente para as mulheres (por exemplo, em 2014, 75 % dos trabalhadores da floricultura no Quénia eram mulheres) Vantagem climática e geográfica Custos de produção baixos e procedimentos de exportação simples	Taxas de juro elevadas para empréstimos aos agricultores Fiabilidade desigual da logística que compromete a qualidade das flores Sistemas prevalentes de abastecimento em leilões que limitam as relações diretas entre compradores e agricultores	Diversificação de produtos hortícolas (por exemplo, ramos preparados ou piretro, inseticidas naturais) Inovação e competitividade a longo prazo no polo da agricultura Canais de venda alternativos com novos supermercados	O lago Naivasha tem registado mudanças drásticas no nível da água Poluição causada pelo transporte aéreo de mercadorias Vulnerabilidade do setor orientado para a exportação a choques macroeconómicos
Norte de África				
Tamareiras	Aumento contínuo do comércio mundial (ou seja, em 2016, a região produziu mais de um terço das tâmaras mundiais) Fortes ligações inter-regionais (por exemplo, em 2016, Marrocos foi o maior importador de tâmaras egípcias e tunisinas) Fonte importante de receitas de exportação e cultura de elevada rentabilidade para pequenos agricultores, os quais representam 70 % do total	Falta de esforços de I&D na cadeia de abastecimento e no *marketing* Pequenos produtores mal equipados (por exemplo, máquinas, instalações de armazenagem frigorífica e sistemas de embalagem deficientes) Práticas ultrapassadas relacionadas com a cultura (por exemplo, polinização manual, manuseamento pós-colheita).	Fonte segura de alimentos e nutrição, por exemplo para programas de almoço escolar Utilização de sementes e tâmaras que caem das palmeiras antes da maturidade para a alimentação animal, a fim de reduzir os desperdícios	Propagação de pragas (escaravelho vermelho da palmeira) e doenças (*bayoudh*) Insegurança e agitação política em alguns países
Produção de energia	Região rica em recursos de energia solar e eólica Aumento de 40 % na produção de energia renovável na região na última década Reformas bem-sucedidas em matéria de tarifas de aquisição de energia, acordos de compra de energia e venda em leilão, reforço do financiamento privado	Peso limitado das energias renováveis no cabaz energético global, com 4.6 % *vs.* uma média global de 25 % Até 2025, serão necessários 13 mil milhões USD anuais para apoiar a renovação das infraestruturas Penetração das energias renováveis centrada principalmente nos sistemas de aquecimento e no transporte	Grande fornecedor para o resto do continente (por exemplo, a quota de gás no cabaz energético é de 5 % na África Subsariana) Urbanização e propriedade de veículos em crescimento que fazem dos transportes o setor energético com o crescimento mais rápido Possível redução do risco de investimento e implantação oportuna favorável devido a leilões eficazes	Vulnerabilidade dos países dependentes do petróleo a choques cíclicos Dependência constante dos subsídios que exercem pressão sobre os orçamentos nacionais Países em *stress* hídrico enfrentam desafios na sua transição energética por causa da energia térmica e hidroelétrica e forte dependência da água
Fosfato	Importante detentor das reservas mundiais de fosfatos (só Marrocos tem 74 %) Fonte principal de divisas	Atividades de processamento altamente consumidoras de água Gestão dos resíduos e poluição que afetam os habitantes das zonas costeiras Abastecimento constante não garantido devido à turbulência geopolítica	As atividades de beneficiamento ajudam a melhorar a integração da cadeia de valor Incentivar a adoção de procedimentos aduaneiros e fronteiriços para impulsionar o comércio regional Projeção do crescimento mundial de fosfatos de 7.2 % ao ano entre 2020 e 2027	Exigências sociopolíticas de encerramento de operações de mineração O impacto climático da transformação deverá duplicar até 2050 Redução das funções microbianas fundamentais para a saúde das culturas devido à utilização excessiva de fosfatos

Cadeias de valor regionais				
Cadeia de valor	**Forças**	**Fraquezas**	**Oportunidades**	**Ameaças**
África Ocidental				
Construção	Aumento do conteúdo local (ou seja, empresas nacionais que atuam como contratantes ou subcontratantes de empresas multinacionais) Forte potencial de crescimento da produtividade e efeito multiplicador Vontade política para reduzir o défice de habitação	Corrupção e preços contratuais inflacionados Aumento dos custos dos projetos provocado pelos aumentos dos preços do aço e dos terrenos Oferta limitada de capital e enfraquecimento da moeda local	Crescimento previsto do mercado mundial do cimento verde (ou seja, 38.1 mil milhões USD em 2024, face a 14.8 mil milhões USD em 2015) Elevada dependência de geradores de suporte, o que indica oportunidade de crescimento em iniciativas de energia renovável Tecnologias de construção alternativas (isto é, painéis de poliestireno expandido, blocos de lama reforçados com cimento) que aceleram a construção, reduzem os custos e mobilizam mais trabalhadores	Aumento dos custos dos materiais de construção e da mão de obra Margem orçamental estreita e encargos com a dívida após a COVID-19, que limitam os planos públicos de infraestruturas Concorrência dos fatores de produção importados
Aves de capoeira	Diversidade de perfis profissionais, de veterinários qualificados para agricultores não qualificados A procura regional de aves de capoeira é o dobro da capacidade de abastecimento de 2017 Recentes investimentos públicos pós-crise da gripe aviária para relançar o setor	Restrições à importação dadas as preocupações com a gripe aviária Acesso limitado às facilidades de crédito e aos sistemas de seguros para apoiar os agricultores Rotas de transporte limitadas e inóspitas que conduzem a uma deterioração dos produtos	Baixos custos de investimento que facilitam a integração de grupos vulneráveis (mulheres) Investigação e desenvolvimento para alimentos para animais e cuidados com os animais mais eficientes Investimentos municipais para melhorar as práticas de saneamento	Contaminação e doença dos animais Concorrência dos grandes produtores Aumento das importações de aves de capoeira congeladas e outras carnes substitutas próximas
Caju	Aumento da procura de miolo de caju Forte apoio político ao desenvolvimento desta cadeia de valor (por exemplo, o Plano Nacional de Desenvolvimento da Côte d'Ivoire visa uma taxa de transformação de 50 % em 2030) Medidas inter-regionais de promoção da transformação local (por exemplo, isenções dos direitos de importação aplicáveis às máquinas e subsídios diretos e apoio pré-financeiro à compra de caju em bruto)	Elevados custos do negócio e investimento e défices de infraestrutura Dificuldade em garantir a qualidade do caju em bruto durante os quatro meses da campanha de colheita Um mercado interno de transformação deficiente.	Transformação complementar (por exemplo, menos de 15 % dos frutos de casca rija cultivados na África Oriental e Ocidental são descascados no continente) Empenhamento em padrões mais elevados (rastreabilidade, transparência e sustentabilidade das cadeias alimentares) Uma maior valorização dos produtos, pois os principais mercados de exportação (ou seja, a União Europeia e os Estados Unidos) exigem miolos inteiros de caju de elevada qualidade, consumidos principalmente como *snacks*.	Restrições à exportação de caju em bruto que promovem a transformação incentivaram o contrabando Proibições de exportação através das fronteiras terrestres que limitam o acesso às matérias-primas pelos transformadores
África Austral				
Têxtil	Aumento da procura mundial de têxteis africanos Reforço da integração regional das cadeias de valor do têxtil e vestuário Estreita proximidade com os mercados asiáticos	A competitividade é enfraquecida por direitos elevados (por exemplo, uma taxa de 22 % sobre os tecidos) Competências limitadas aos níveis técnico e de gestão intermédia Reduzidos investimentos de capital, processos de melhoria da eficiência e formação em competências do investimento direto estrangeiro (IDE) relacionado com os têxteis	Rápido aumento dos salários na China, tornando a região mais competitiva *Design*, marca e *marketing* para subir na cadeia A obtenção de tecidos na região pode reduzir os custos de transporte	Metais tóxicos, corantes e agentes de branqueamento que tornem tóxicos o solo e os sedimentos Barreiras à entrada baixas que não incentivam a requalificação dos trabalhadores e a melhoria social Concorrência das importações de vestuário em segunda mão

Cadeias de valor regionais				
Cadeia de valor	**Forças**	**Fraquezas**	**Oportunidades**	**Ameaças**
Sal de cozinha	Região rica em recursos (ou seja, reservas de sal e clima seco para a produção) Mineração de sal que causa danos ambientais mínimos Governos que concedem licenças de apoio à exploração de minérios em pequena escala	Falta de financiamento que inibe a construção e expansão de instalações de processamento de sal Transporte com utilização intensiva de energia e caro Técnicas antiquadas de produção de sal e de iodização	Indústria química em crescimento que requer sal importado de elevada qualidade Países incentivados a aderir à União Aduaneira da África Austral para minimizar os custos comerciais com os principais exportadores de sal (Botswana e Namíbia) Mineração e transformação permitem atividades futuras de produção de minerais	Oligopólio emergente Obstáculos comerciais que inibem o fornecimento necessário de iodatos de potássio e perturbam os processos de iodização
Aquicultura	Aumento da produção aquícola na SADC (ou seja, 100 950 toneladas em 2020, face a 92 773 toneladas em 2019) Cerca de 145 000 postos de trabalho diretos e 1 milhão de postos de trabalho que beneficiam indiretamente Vontade política geral (ou seja, execução de programas nacionais de aquicultura em 12 Estados da SADC e a sua estratégia regional)	Condições ambientais subótimas (variação da temperatura e aridez) Fraca governação e licenças onerosas no processo de reorganização de zonas Produção limitada devido à costa muito agitada e a uma área fluvial escassa	Ajuda pública crescente, conhecimentos especializados e IDE na aquicultura através do *Fish for All Summit* (2005) da NEPAD e do Programa Especial para o Desenvolvimento da Aquicultura em África da FAO O aumento das áreas marinhas protegidas (AMP) para ajudar a conservar as unidades populacionais de peixes e a vida marinha (por exemplo, a parte da África do Sul nas AMP aumentou de 0.43 % em 2016 para 5 % em 2020) Aquicultura orientada para as empresas que impulsiona o desenvolvimento de produção doméstica privada de alimentos para animais e diversifica as espécies de peixes produzidos	Turismo que pode colocar riscos através dos resíduos e da degradação dos *habitats* costeiros Intensificação crescente, criando riscos ambientais e socioeconómicos Grandes volumes de farinha de peixe que afetam as unidades populacionais selvagens (adultos e juvenis)

Fonte: Compilação dos autores.

Anexo 2.A2. Exemplos de iniciativas emblemáticas para mobilizar investimentos em África

Tabela 2.A2.1. **Iniciativas emblemáticas selecionadas para mobilizar os investimentos estrangeiros em África**

País (Entidade responsável)	Iniciativa (Última atualização/ ano final)	Principais características
China (Departamento para África do Ministério dos Negócios Estrangeiros)	Fórum de Cooperação China-África (FOCAC) (2000 - em curso)	Os principais compromissos do FOCAC têm estado relacionados com o aumento do comércio, o aumento do investimento direto estrangeiro e a promoção da cooperação Sul-Sul. Segundo as autoridades chinesas, através do FOCAC, a China cancelou dívidas de empréstimos sem juros para 15 países africanos. O fórum realiza-se de três em três anos, e o último aconteceu em novembro de 2021, no Senegal.
União Europeia	Plataforma para o investimento em África (PIA) (2017 - em curso)	A PIA prevê a combinação de recursos de subvenção da União Europeia para a mobilização de empréstimos do Banco Europeu de Investimento e de outras instituições de financiamento elegíveis.
	Aliança África-Europa para Investimento e Empregos Sustentáveis	A Aliança aproveita o investimento e o comércio para impulsionar o emprego e o crescimento sustentável em África. Baseia-se num "novo quadro que permite um aumento substancial do investimento privado de africanos e europeus", bem como nas propostas da Comissão Europeia para o próximo Quadro Financeiro Plurianual e nos resultados das reuniões entre a União Europeia e a Comissão da União Africana. Foi proposto um investimento de 40 mil milhões de euros (EUR) em África para o período de 2021 até 2027.
França (AFD e PROPARCO)	*Choose Africa* (2018-22)	A iniciativa *Choose Africa* foi inicialmente fixada em 2.5 mil milhões de euros para apoiar financeiramente as *start-ups* e as micro, pequenas e médias empresas africanas e ajudá-las nas várias fases do seu desenvolvimento, nomeadamente através de parceiros locais.
	Choose Africa Resilience (2020-22)	A segunda parte da iniciativa *Choose Africa* acrescentou mil milhões EUR para apoiar os setores privados formais e informais em África, que foram enfraquecidos pela crise da COVID-19. Este mecanismo inclui instrumentos para empréstimos, garantias, investimentos de capital e assistência adaptados à situação de crise.
Índia (Confederação da Indústria Indiana e Banco das Importações e Exportações da Índia)	Conclave CII-EXIM Bank sobre a Parceria do Projeto Índia-África (2005 - em curso)	O Conclave é fundamental na construção de parcerias e no reforço do compromisso económico entre a Índia e África. É apoiado pelo Ministério dos Assuntos Externos da Índia e pelo Ministério do Comércio e Indústria. A 16ª edição do Conclave teve lugar em julho de 2021.
Japão (Ministério dos Negócios Estrangeiros)	Conferência Internacional de Tóquio para o Desenvolvimento de África (TICAD) (1993 - em curso)	A última conferência TICAD, em 2019 (TICAD VII), centrou-se na promoção das empresas e prometeu alcançar mais de 20 mil milhões USD em investimento privado. O processo TICAD tem um mecanismo de acompanhamento para realizar conferências ministeriais para acompanhar as iniciativas de desenvolvimento africanas adotadas pelas cimeiras do TICAD.
Espanha (Ministério dos Negócios Estrangeiros)	Plano de ação Foco África 2023, ao abrigo do Plano África III (2021)	O Foco África 2023 implementa o Plano África III. Este projeto presta uma atenção estratégica à promoção do comércio e ao aumento do investimento espanhol, bem como à presença de empresas espanholas em África. Dá prioridade aos seguintes setores: agroalimentar; saneamento de água e gestão dos resíduos; energias renováveis; infraestruturas de transportes; indústria química e farmacêutica; e transformação digital.
Estados Unidos (USAID)	*Prosper África* (2020-26)	A *Prosper Africa* é a iniciativa do Governo dos Estados Unidos de aumentar substancialmente o comércio e o investimento nos dois sentidos entre África e os Estados Unidos. No valor de 500 milhões USD ao longo de cinco anos, por cada 1 dólar de financiamento público, espera-se que a *Prosper Africa* alavanque mais de 9 USD em investimento privado.
	Lei sobre Crescimento e Oportunidades para África, AGOA (2015-25)	A AGOA proporciona a 38 países elegíveis da África Subsariana um acesso isento de direitos ao mercado dos Estados Unidos para mais de 1 800 produtos, para além dos mais de 5 000 produtos elegíveis para acesso com isenção de direitos no âmbito do programa Sistema de Preferências Generalizadas.
Reino Unido (British International Investment plc, anteriormente CDC Group)	Cimeira de Investimento Reino Unido-África (2020 - em curso)	Na primeira Cimeira (em janeiro de 2020), o Reino Unido anunciou que iria expandir o programa *Manufaturing Africa*, gerando um volume considerável de novos IDE no setor da transformação na África Ocidental, e que iria criar novas parcerias com as Agências de Promoção do Investimento na África do Sul e na Nigéria (financiamento de 25 milhões de libras esterlinas [GBP]).

Fonte: Compilação dos autores.

Nota

1. A taxa de preferência temporal social do Reino Unido tem duas componentes: uma preferência de tempo (captando a preferência pelo valor agora e não posteriormente) e um efeito sobre a riqueza (refletindo variações nos valores graças ao crescimento esperado do consumo *per capita* ao longo do tempo).

Bibliografia

BAfD (2020), *African Economic Outlook 2020 (Perspectivas Económicas em África 2020). Developing Africa's Workforce for the Future*, Banco Africano de Desenvolvimento, Abidjan, https://www.afdb.org/en/documents/african-economic-outlook-2020

BafD (2018), «Streamlining procurement for regional integration in COMESA», *Map Africa - COMESA*, Banco Africano de Desenvolvimento, Abidjan, https://mapafrica.afdb.org/en/stories/P-Z1-K00-014.html.

BAfD e Afreximbank (2020), *Survey of Impact of COVID-19 on African Trade Finance*, Banco Africano de Desenvolvimento/Banco Africano de Exportações e Importações, Cairo, https://media.afreximbank.com/afrexim/Survey-of-Impact-of-COVID-19-on-African-Trade-Finance.pdf.

Banco Mundial (2021), *World Development Indicators* (base de dados), Banco Mundial, Washington, DC, https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators (consultado em 1 de novembro de 2021).

Banco Mundial (2020), *Global Investment Competitiveness Report 2019/2020: Rebuilding Investor Confidence in Times of Uncertainty*, Banco Mundial, Washington, DC, https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/33808.

Banco Mundial (2016), *Benchmarking Public Procurement 2017: Assessing Public Procurement Regulatory Systems in 180 Economies*, Banco Mundial, Washington, DC, https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/32500.

Banco Mundial (2015), «Public-private dialogue for specific sectors: Agribusiness», *Nuts & Bolts*, Banco Mundial, Washington, DC, https://documents1.worldbank.org/curated/en/275591504194159650/pdf/119241-BRI-PUBLIC-6p-IFCICNutsBoltsPPDAgribusiness.pdf.

Banco Mundial/KEDP (2015), *A Practical Guide to Increasing Mining Local Procurement in West Africa*, Banco Mundial, Washington, DC, Kaiser Economic Development Partners, Cape Town, https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/21489

BEI (2021), *Finance in Africa: For Green, Smart and Inclusive Private Sector Development*, Banco Europeu de Investimento, Luxemburgo, https://www.eib.org/attachments/publications/economic_report_finance_in_africa_2021_en.pdf.

Blavatnik School of Government/Universidade of Oxford (2021), Oxford COVID-19 Government Response Tracker (base de dados), https://www.bsg.ox.ac.uk/research/research-projects/covid-19-government-response-tracker, (consultado em 1 de novembro de 2021).

BRI (2020), «Payments without borders», *BIS Quarterly Review*, março de 2020, Banco de Pagamentos Internacionais, https://www.bis.org/publ/qtrpdf/r_qt2003h.htm.

Bureau van Dijk (2021), *Orbis | Company Information across the Globe* (base de dados), https://orbis.bvdinfo.com/version-20211118/orbis/1/Companies/Search (consultado em 1 de novembro de 2021).

Byiers, B. et al. (2021), «African regional integration: A problem-driven approach to delivering regional public goods», *Working Paper* P290, Foundation for International Development Studies and Research, https://ferdi.fr/publications/african-regional-integration-a-problem-driven-approach-to-delivering-regional-public-goods.

Casalini, F., J. López González e T. Nemoto (2021), «Mapping commonalities in regulatory approaches to cross-border data transfers», *ECD Trade Policy Papers*, n.º 248, OECD Publishing, Paris, https://doi.org/10.1787/ca9f974e-en.

CEDEAO (2020), CEDEAO lança sítio web do «*Improved Business & Investment Climate in West Africa Project*», Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, Abuja, https://www.ecowas.int/ecowas-launches-improved-business-investment-climate-in-west-africa-project-website/.

CIIP (2018), «Location of clusters», *Competitive Industries and Innovation SEZ Database*, www.theciip.org (consultado em 1 de novembro de 2021).

CNUCED (2021), *Handbook on Special Economic Zones in Africa - Towards Economic Diversified across the Continent*, Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, Genebra, https://unctad.org/system/files/official-document/diaeia2021d3_en.pdf.

CNUCED (2020), *Activities Undertaken by UNCTAD in Support of Africa – Report by the Secretary General of UNCTAD*, Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, Genebra, https://unctad.org/system/files/official-document/tdb67d2_en.pdf.

CNUCED (2010), *Integrating Developing Countries' SMEs into Global Value Chains*, Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, Genebra, https://unctad.org/system/files/official-document/gdsecidc2021d1_en.pdf.

Colorado School of Mines (2021), *VIIRS Nighttime Lights* (base de dados), https://payneinstitute.mines.edu/eog/nighttime-lights/, (consultado em 1 de novembro de 2021).

COMESA (2021), *New Policies to Promote Digital Financial Services*, Common Market for Eastern and Southern Africa, Lusaca, https://www.comesa.int/new-policies-to-promote-digital-financial-services/.

COMESA (2020), *The Role of Trade Finance in Promoting Trade: The Implications of COVID-19 on Trade Finance in Africa*, Common Market for Eastern and Southern Africa, Lusaca, https://www.comesa.int/wp-content/uploads/2020/07/The-Role-of-Trade-Finance-in-Promoting-Trade-and-the-Implications-of-Covid-192.pdf.

CUA/OCDE (2021), *Dinâmicas do desenvolvimento em África 2021: Digital Transformation for Quality Jobs*, Comissão da União Africana, Addis Abeba/OECD Publishing, Paris, https://doi.org/10.1787/0a5c9314-en.

CUA/OCDE (2019), *Dinâmicas do desenvolvimento em África 2019: Achieving Productive Transformation*, OECD Publishing, Paris/Comissão da União Africana, Addis Abeba, https://doi.org/10.1787/c1cd7de0-en.

Dike, M. C. e E. L. Rose (2018), «Cross-border expansion and competitive interactions of indigenous mobile network operators in sub-Saharan Africa», *Thunderbird International Business Review*, 2019; Vol. 61/1, pp. 29-42, https://doi.org/10.1002/tie.21971.

EAGC (2016), *A Decade Stronger*, Eastern Africa Grain Council, https://eagc.org/wp-content/uploads/2018/01/EAGC_10_Milestone.pdf.

Fernandez-Stark, K., P. Bamber e G.Gereffi (2012) «Upgrading in global value chains: Addressing the skills challenge in developing countries», *OECD Background Paper*, https://gvcc.duke.edu/wp-content/uploads/2012-09-26_Duke_CGGC_OECD_background_paper_Skills_Upgrading_inGVCs.pdf.

Ferracane, M. F. E. van der Marel (2021), «Regulating personal data - Data models and digital services trade», *Policy Research Working Paper* 9596, Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2021, Banco Mundial, Washington, DC, https://documents1.worldbank.org/curated/en/890741616533448170/pdf/Regulating-Personal-Data-Data-Models-and-Digital-Services-Trade.pdf.

Ferracane, M. F. E. van der Marel (2018), «Do data policy restrictions inhibit trade in services?», *DTE Working Paper 02*, European Centre for International Political Economy, https://ecipe.org/wp-content/uploads/2018/10/Do-Data-Policy-Restrictions-Inhibit-Trade-in-Services-final.pdf.

FMI (2021), *Government Finance Statistics Database*, abril de 2021, Fundo Monetário Internacional, https://data.imf.org/?sk=a0867067-d23c-4ebc-ad23-d3b015045405 (consultado em 1 de novembro de 2021).

FMI (2019), *IMF Country Report No. 19/97 – Ghana*, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC, https://www.imf.org/~/media/Files/Publications/CR/2019/1GHAEA2019001.ashx.

Greenleaf, G. e B. Cottier (2020), «Comparing African data privacy laws: International, African and regional commitments», *University of New South Wales Law Research Series*, 2020, http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3582478.

GSMA (2019), «State of the industry report on mobile money», Global System for Mobile Communications Association, https://www.gsma.com/sotir/wp-content/uploads/2020/03/GSMA-State-of-the-Industry-Report-on-Mobile-Money-2019-Full-Report.pdf.

Hale, H. et al. (2021), *Oxford COVID-19 Government Response Tracker*, https://www.nature.com/articles/s41562-021-01079-8 (consultado em 1 de dezembro de 2021).

Hartzenberg, T. (2011), «Regional integration in Africa», *WTO Staff Working Paper*, n.º ERSD-2011-14, Organização Mundial do Comércio, Genebra, http://dx.doi.org/10.308f75/fad9df15-en.

Hoekman, B. et al. (2021), «COVID-19, Public procurement regimes and trade policy», *Policy Research Working Paper*, n.º 9511, Global Indicators Group, Banco Mundial, Washington, DC, https://documents1.worldbank.org/curated/en/370161610741846300/pdf/COVID-19-Public-Procurement-Regimes-and-Trade-Policy.pdf.

Hoekman, B. e M. Sanfilippo (2020), «Foreign participation in public procurement and firm performance: Evidence from sub-Saharan Africa», *Review of World Economics*, n.º 156, pp. 41-73 (2020). https://doi.org/10.1007/s10290-019-00357-y.

Ilori, T. (2020), «Data protection in Africa and the COVID-19 pandemic: Old problems, new challenges and multistakeholder solutions», sítio web da Declaração Africana sobre Direitos e Liberdades, https://africaninternetrights.org/sites/default/files/Tomiwa%20Ilori_AfDec_Data%20protection%20in%20Africa%20and%20the%20COVID-19%20pandemic_Final%20paper.pdf.

INSME (2019), «Digitalising foreign trade procedures and boosting innovation in Morocco with PortNet», International Networks for SMEs, Roma, www.insme.org/foreign-trade-customs-import-export-port-ecosystem-logistics-ecosystem/.

Jeehye, J. et al. (2020), «Scaling up disruptive agricultural technologies in Africa», *International Development in Focus*, Banco Mundial, Washington, DC, https://dx.doi.org/10.1596/978-1-4648-1522-5.

Lorenceau, A., J. Rim e T. Savitki (2021), «Youth aspirations and the reality of jobs in Africa», *OECD Development Policy Papers*, n.º 38, OECD Publishing, Paris, https://doi.org/10.1787/2d089001-en.

Marti, F. D. e I. Ssenkubuge (2009), «Industrialisation and industrial policy in Africa: Is it a policy priority?», *Research Papers*, 20, South Centre, Genebra, https://www.southcentre.int/wp-content/uploads/2013/05/RP20_Industrialization-and-Industrial-Policy-in-Africa_EN.pdf.

Nam, N. (2019), *Role of Public Procurement in Regional Integration - Case of WAEMU*, Banco Mundial, Washington, DC, https://thedocs.worldbank.org/en/doc/490541557503426718-0090022019/Role-of-public-procurement-in-regional-integration-case-of-WAEMU-April-23-at-0900.

Ndzana Olomo, P. (2021a), *Programme Minimum d'Intégration de l'Union Africaine*, E ditions le Manuscrit, Paris.

Ndzana Olomo, P. (2021b), «The African Union private sector development strategy: A catalyser of socio-economic transformation in Africa», *Georgetown Journal of International Affairs*, julho de 2021, https://gjia.georgetown.edu/2021/07/15/the-african-union-private-sector-development-strategy-a-catalyzer-of-socio-economic-transformation-in-africa/.

OCDE (2021), *Tax Co-operation for Development: Progress Report in the COVID-19 Era*, OCDE, Paris, https://www.oecd.org/ctp/tax-global/tax-co-operation-for-development-progress-report.htm.

OCDE (2020), «The future of production: The case for regional integration», *2020 Policy Note on Africa*, OCDE, Paris, https://www.oecd.org/dev/EMnet-Africa-Policy-Note-2020.pdf.

OCDE (2018), *The Future of Rural Youth in Developing Countries: Tapping the Potential of Local Value Chains*, OECD Publishing, Paris, https://doi.org/10.1787/9789264298521-en.

OCDE (2017), *Getting Skills Right: South Africa*, Getting Skills Right, OECD Publishing, Paris, https://doi.org/10.1787/9789264278745-en.

OCDE/ACET (2020), *Quality Infrastructure in 21st Century Africa: Prioritising, Accelerating and Scaling up in the Context of PIDA (2021-2030)*, OCDE, Paris, https://www.oecd.org/dev/Africa-Quality-infrastructure-21st-century.pdf.

OCDE/CENUA (no prelo), *Digital Services Trade Restrictions in Africa*, OCDE, Paris/Comissão Económica das Nações Unidas para África, Addis Abeba.

OCDE/CUA/ATAF (2021a), *Revenue Statistics in Africa 2021*, OECD Publishing, Paris, https://doi.org/10.1787/c511aa1e-en-fr.

OCDE/CUA/ATAF (2021b), *Tax Transparency in Africa 2021, Africa Initiative Progress Report*, OECD Publishing, Paris, www.oecd.org/tax/transparency/documents/Tax-Transparency-in-Africa-2021.pdf.

OCDE/SADC (2017), *Role of Monitoring for Implementation: Advancing Investment Policy Reforms in the Southern African Development Community*, OCDE, Paris/Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, Gaborone.

OIT (2020), *Report on Employment in Africa (Re-Africa), Tackling the Youth Employment Challenge*, Organização Internacional do Trabalho, Genebra, https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---africa/---ro-abidjan/documents/publication/wcms_753300.pdf.

ONU (2019), «Senegal's national strategy for the promotion of green jobs (2015-2020) receives the future policy award 2019», Parceria pela Ação da Economia Verde, Nações Unidas, Nova Iorque, https://www.un-page.org/senegal%E2%80%99s-national-strategy-promotion-green-jobs-2015%E2%80%932020-receives-future-policy-award-2019.

ONU-Habitat/HIS-EUR (2018), *The State of African Cities 2018: The Geography of African Investment*, Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (HIS-Erasmus University Rotterdam), https://unhabitat.org/sites/default/files/download-manager-files/The%20State%20of%20African%20Cities.pdf.

PAQI (2020), «Pan-African Quality Infrastructure», *Stocktaking Document*, edição de 2020, Pan-African Quality Infrastructure, www.paqi.org/wp-content/uploads/2020/09/PAQI_TBT_Stocktaking_2020_En_WEB.pdf.

Plane, P. (2021), «What factors drive transport and logistics costs in Africa?», *Journal of African Economies*, Vol. 30/4, pp. 370-388, Oxford University Press, https://dx.doi.org/10.1093/jae/ejaa019.

PNUD (2016), «National Adaptation Plan – Global Support Programme», Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova Iorque, https://www.globalsupportprogram.org/sites/default/files/uploaded-images/session_6_discounting_cba_step_5.pdf.

Qiang, C. Z., Y. Liu e V. Steenbergen (2021), «An investment perspective on global value chain», Banco Mundial, Washington, DC, https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/35526.

Roy, R. (no prelo), «The case for intra-continental trade: The re-orientation of Africa's trade and the twin challenges of development and environment», documento de base para *Dinâmicas do desenvolvimento em África 2022*.

Sawere, V. (2019), «Developing mutual recognition agreements for professional skills mobility in the Southern African Development Community», *Working Paper*, Tralac, https://www.tralac.org/publications/article/14127-developing-mutual-recognition-agreements-for-professional-skills-mobility-in-the-southern-african-development-community.html.

Swift (2018), «Africa payments: Insights into African transaction flows», *White Paper*, https://www.swift.com/swift-resource/170536/download?language=en#:~:text=Intra%2DAfrica%20clearing%20and%20trade%20is%20increasing%20in%20importance%20Almost,2013%20to%2012.3%25%20in%202017.

Telegeography (2021), *Global Internet Geography (base de dados)*, www2.telegeography.com/telegeography-report-and-database (consultado em 21 de setembro de 2021).

TMEA (2021), EAC promotes 'build, buy East Africa', TradeMark East Africa, Kigali, Rwanda, www.trademarkea.com/news/eac-promotes-build-buy-east-africa/

TMEA (2019), *Contributions of Standards Harmonisation and Certification Towards Reduction in the Conformity Assessment Clearance Time and Testing Cost-the Case of the EAC*, TradeMark East Africa, Kigali, https://www.trademarkea.com/stories/contribution-of-standards-harmonisation-and-certification-towards-reduction-in-the-conformity-assessment-clearance-time-and-testing-cost-the-case-of-the-eac/.

UA (2021), *Specialized Technical Committee (STC) on Finance, Monetary Affairs, Economic Planning and Integration: Developing Integrated and Complementary Value Chains for Sustainable Recovery and Reinforcing Operationalization of the AfCFTA*, União Africana, Addis Abeba, https://au.int/en/stc-finance-2021.

UA (2019a), *Domestic Resource Mobilization: Fighting Against Corruption and Illicit Financial Flows*, União Africana, Adis Abeba, https://au.int/sites/default/files/documents/37326-doc-k-15353_au_illicit_financial_flows_devv10_electronic.pdf.

UA (2019b), *Association of African Central Banks (AACB) Terms of Reference Payment Systems Integration Working Group*, União Africana, Addis Abeba https://au.int/sites/default/files/newsevents/workingdocuments/39572-wd-approved_association_of_african_central_banks_payment_systems_integrati_0.pdf

UA (2018), *Continental strategy for Technical and Vocational Education and Training (TVET) to foster youth employment*, União Africana, Addis Abeba, https://au.int/sites/default/files/pressreleases/35308-pr-tvet-english_-_final_2.pdf

UA (2017), *Report on the Proposed Recommendations for the Institutional Reform of the African Union* (Relatório Kagame), União Africana, Adis Abeba, https://au.int/sites/default/files/documents/33273-doc-report-_institutional_reform_of_the_au.pdf.

UA (2016), *CAADP Country Implementation under the Malabo Declaration*, União Africana, Adis Abeba, https://au.int/sites/default/files/documents/31251-doc-the_country_caadp_implementation_guide_-_version_d_05_apr.pdf.

UNECA (2020), «Identifying priority products and value chains for standards harmonization in Africa: Technical study», Comissão Económica para África das Nações Unidas, Addis Abeba, https://hdl.handle.net/10855/43813.

UNESCO (2021), *Pan African Initiative for Digital Transformation of TVET and Skills Development Systems in Africa*, Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, Paris, https://en.unesco.org/news/pan-african-initiative-digital-transformation-tvet-and-skills-development-systems-africa.

UNIDO (2017), «The role of public procurement policy in driving industrial development», *Working Paper* 8/2017, Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial, Viena, https://www.unido.org/api/opentext/documents/download/9921981/unido-file-9921981 (consultado em 1 de novembro de 2021).

WACOMP Gana (2020), «Approach – West Africa Competitiveness Programme», Programa de Competitividade da África Ocidental, Accra, https://wacompghana.org/approach/.

Yameogo, N. D. e K. Jammeh (2019), «Determinants of participation in manufacturing GVCs in Africa: The role of skills, human capital endowment and migration», *Policy Research Working Paper*, n.º WPS 8938, Banco Mundial, Washington, DC, http://documents.worldbank.org/curated/en/884311562848071755/Determinants-of-Participation-in-Manufacturing-GVCs-in-Africa-The-Role-of-Skills-Human-Capital-Endowment-and-Migration.

ZCLCA/PNUD (2021), «Which value chain for a made in Africa revolution», *The Futures Report 2021*, African Continental Free Trade Agreement Secretary, Kigali/Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova Iorque, https://imanidevelopment.com/wp-content/uploads/2021/11/AFCFTA-Futures-Report-2021_Which-Value-Chains-for-a-Made-in-Africa-Revolution_2021.pdf.

Capítulo 3

Integração das cadeias de valor na África Austral e a indústria automóvel

O presente capítulo analisa as perspetivas e desafios para o desenvolvimento de cadeias de valor regionais na África Austral (África do Sul, Angola, Botswana, Essuatíni, Lesoto, Malawi, Moçambique, Namíbia, Zâmbia e Zimbabwe). Esboça o contexto económico e comercial da região, descrevendo as cadeias de valor e os padrões de comércio, crescimento e fluxos financeiros existentes. Analisa seguidamente um estudo de caso sobre o desenvolvimento da cadeia de valor no que diz respeito ao setor automóvel na África Austral: o estado atual e a história recente do desenvolvimento da cadeia de valor automóvel, bem como os principais constrangimentos a um maior desenvolvimento. A análise apresenta recomendações para o aprofundamento da industrialização da cadeia de valor na região da África Austral, relacionando essa questão com a Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA) e com as consequências da pandemia de COVID-19.

EM SÍNTESE

A África Austral é especializada na exportação de produtos primários e apresenta uma maior integração em cadeias de valor do que qualquer outra região africana. A participação da África Austral em cadeias de valor globais a montante é geralmente baixa para os exportadores de bens primários, mas mais elevada do que para todo o continente no seu conjunto. O contributo do setor automóvel para as cadeias de valor, objeto do presente capítulo pelo seu elevado potencial de crescimento, é apenas uma pequena proporção da participação total na cadeia de valor (em média 4 %) e da produção bruta (cerca de 12 %).

Desde 2016, a região tem enfrentado desafios económicos que têm resultado em taxas reduzidas de crescimento e investimento. A pandemia de COVID-19 trouxe consigo ainda mais dificuldades, na medida em que teve fortes impactos negativos sobre o comércio. Espera-se também que resulte num declínio do comércio no âmbito da cadeiade valor global, assim como numa possível relocalização interna (*reshore*) da cadeia de valor. A indústria poderá, contudo, impulsionar a recuperação apostando nos recursos da região, no crescimento do mercado interno e das exportações e na evolução da integração regional. As restrições ao desenvolvimento da cadeia de valor automóvel da África Austral estão relacionadas com a política comercial e regulamentar, bem como com as infraestruturas e competências. O setor automóvel possui um considerável potencial de desenvolvimento na região e deverá contribuir para um maior comércio intra-africano e para a formação de cadeias de valor regionais.

Para que esta seja uma realidade, é importante que os decisores políticos prestem especial atenção à prossecução das seguintes condições:

- melhorar o ambiente empresarial e de um "espaço estratégico" suficiente no que respeita à política comercial, com o desenvolvimento de capacidades de produção e de competências em toda a região, baseadas na experiência da África do Sul no setor automóvel
- orientar o investimento na região para a instalação de grandes unidades de montagem, tendo em vista limitar a importação de veículos usados, o que afeta a procura de produtos produzidos localmente
- dar prioridade à recuperação económica, equilibrada com a necessidade de continuar a responder com prudência à pandemia de COVID-19 e aos impactos das sucessivas variantes.

África Austral

A África Austral e as cadeias de valor globais

As cadeias de valor mais importantes para a África Austral:

Produtos metálicos

Petróleo

Minerais não-metálicos

A África do Sul está na origem da maioria das atividades económicas da África Austral



63 % do seu PIB

76 % das suas exportações brutas

Potencial das cadeias de valor da indústria automóvel

1 %

Em África são produzidos apenas 1 % dos veículos motorizados de todo o mundo

45 proprietários de automóveis por 1.000 pessoas

A taxa de propriedade de veículos no continente permanece baixa, em comparação com o resto do mundo (203 por 1 000)

X2

A África do Sul prevê a duplicação do emprego até 2035, através do seu plano diretor para a indústria automóvel

Restrições ao desenvolvimento das cadeias de valor da indústria automóvel

Obstáculos mais rigorosos à entrada

As condições mínimas necessárias para uma nova fábrica de automóveis preveem:

X 80 000 veículos construídos por ano

200 milhões de USD de investimento

Inexistência de CVR



Apenas **1.1 %** das importações de bens intermédios destinados à indústria automóvel da África Austral são provenientes de África

Próximas etapas

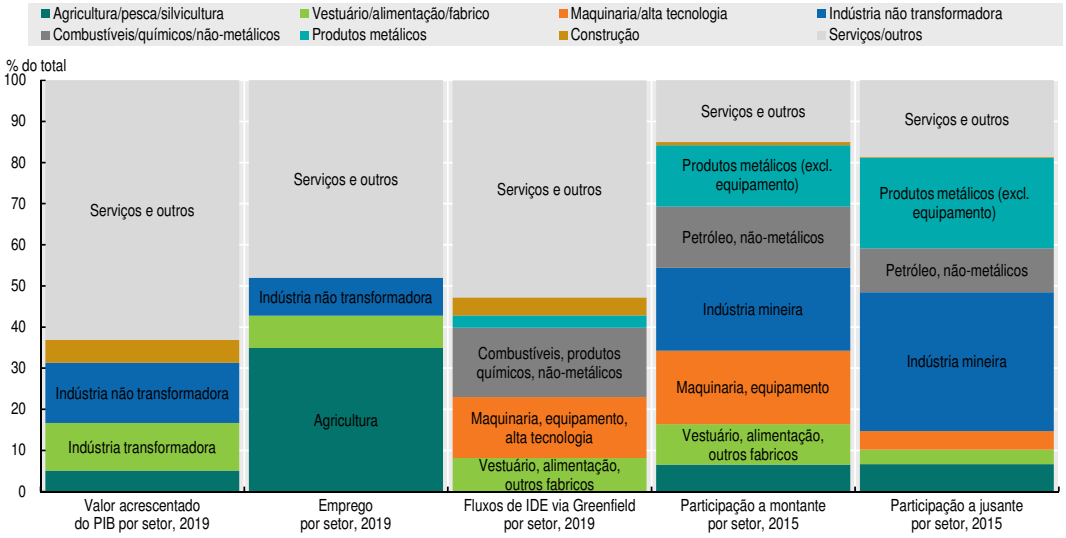
Construção de **veículos de duas rodas** e de veículos elétricos

Apoiar o setor das peças sobresselentes e componentes automóveis

Aumentar o número de fornecedores locais e regionais da indústria automóvel da África Austral

Perfil regional da África Austral

Figura 3.1. **Perfis económicos e comerciais da África Austral, expressos em % do total**

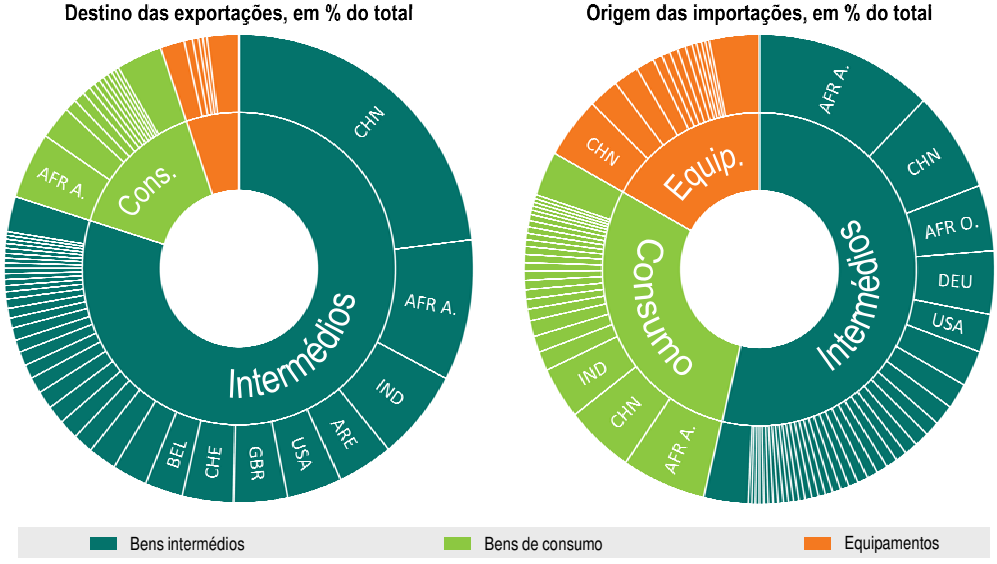


Notas: PIB = produto interno bruto; IDE = investimento direto estrangeiro. As diferentes fontes de dados não utilizam as mesmas definições para os setores económicos, produtos de base ou atividades. Os códigos de cores permitem, no entanto, materializar as áreas de convergência entre as bases de dados.

Fonte: Cálculos dos autores com base em Banco Mundial (2020), *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2020, Base de dados CVG*, www.worldbank.org/en/publication/wdr2020/brief/world-development-report-2020-data; fDi Markets (2021), *fDi Markets* (base de dados), www.fdiintelligence.com/fdi-markets; e Banco Mundial (2021), *Indicadores de Desenvolvimento Mundial* (base de dados), https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators.

StatLink https://doi.org/10.1787/888934298035

Figura 3.2. **Principais parceiros comerciais da África Austral, por comércio de bens intermédios, de bens de consumo e de equipamentos**



Notas: Os países parceiros são identificados pelos respetivos códigos ISO de três letras. Os países africanos estão agrupados de acordo com as cinco sub-regiões definidas pela União Africana: AFR C. = África Central; AFR E. = África Oriental; AFR N. = Norte de África; AFR A. = África Austral; AFR O. = África Ocidental. Não é tido em consideração o comércio no seio da União Aduaneira da África Austral (SACU).

Fonte: Cálculos dos autores com base no CEPII (2021), *BACI* (base de dados), www.cepii.fr/cepii/en/bdd_modele/presentation.asp?id=37.

StatLink https://doi.org/10.1787/888934298054

O aumento da participação da África Austral nas cadeias de valor globais depende da melhoria do comércio, do contexto económico e dos fluxos financeiros

As indústrias primárias têm sido as principais responsáveis pelo desenvolvimento económico da região

As exportações de produtos de base têm sido um fator importante na evolução económica da África Austral. O setor mineiro da região representa 15 % do produto interno bruto (PIB), um valor mais elevado do que o valor referente a todo o continente africano (12 %) e a outras regiões do mundo (5-7 %). A África Austral inclui vários grandes exportadores de minerais, e a sua economia dominante, a África do Sul, é ela própria um grande exportador de ouro e platina, juntamente com veículos a motor.[1] Uma queda na taxa de crescimento económico da África Austral no final da década de 2010 coincidiu com uma diminuição dos preços dos produtos de base após 2012, quando o PIB per capita atingiu um pico.

A economia da África Austral beneficiaria de uma estratégia centrada na exportação de produtos primários voltada para a participação em cadeias de valor globais da indústria transformadora. A participação na cadeia de valor global (CVG), ou o montante do valor das exportações atribuível às cadeias de valor globais (ver caixa 3.1), pode trazer muitas vantagens. Além de impulsionar o comércio e o crescimento, pode conduzir ao fortalecimento da indústria, à diversificação económica e à transferência de tecnologias e competências. Devido aos bons níveis de desenvolvimento da indústria automóvel na África do Sul, a África Austral encontra-se já em boa posição para passar para cadeias de valor globais da indústria transformadora. Esta indústria absorve os produtos primários e intermédios importados e impulsiona significativamente as exportações de bens complexos no mercado mundial, criando uma economia mais diversificada e sofisticada.

Caixa 3.1. **Participação na cadeia de valor global**

A participação ou integração na cadeia de valor global é uma medida da proporção do valor total das exportações de um país que é gerado pelas cadeias de valor globais. A participação total nas CVG inclui a participação a montante e a participação a jusante. A participação a montante corresponde ao valor das exportações de um país proveniente dos produtos intermédios importados. A participação a jusante corresponde ao valor das exportações de um país que é acrescentado pela produção nacional e que está integrado nas exportações de outro país.

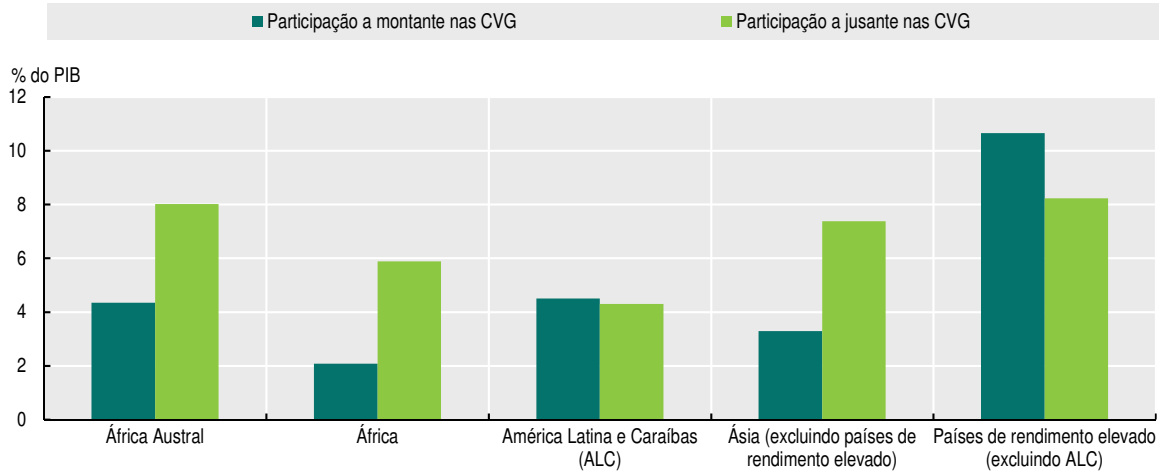
Estruturalmente, não existe qualquer sobreposição entre a participação a montante de um país e a sua participação a jusante. Um exemplo de participação a montante é a importação pela África do Sul de estofos em couro fabricados no Lesoto para bancos de veículos, para posterior utilização na produção de veículos acabados. Um exemplo de participação a jusante é a exportação para a China de mercadorias como metais, que são posteriormente transformadas em produtos metálicos acabados, tais como equipamentos de transporte.

De um modo geral, quanto mais a produção de um país se posicionar no final de uma cadeia de produção, maior será o seu grau de participação a montante nas CVG, e menor será a sua participação a jusante nas CVG (e, por definição, não existe uma participação a jusante nas CVG se a produção for relativa a produtos acabados). É expectável que os países da África Austral, que são, na sua esmagadora maioria, produtores de bens primários, tenham uma participação muito mais significativa a jusante do que a montante, como se confirma na figura 3.3.

A África Austral tem maior participação nas CVG graças à sua participação a jusante na indústria da mineração e à sua participação a montante na indústria transformadora, como a indústria automóvel

Em 2019, a participação a jusante da África Austral nas cadeias de valor globais foi quase duas vezes superior à da sua participação a montante. Em 2015, três setores na África Austral registaram a maior participação nas cadeias de valor globais, tanto a montante, como a jusante. Foram eles, por ordem decrescente: mineração/extração, produtos metálicos e petroquímica/minérios. Todos estes três setores registaram uma participação a jusante significativamente superior à participação a montante, mas o setor mineiro teve uma participação a jusante mais de duas vezes e meia superior à sua participação a montante (Figura 3.3). A participação a montante da África Austral é superior à de África e de outras regiões do continente.

Figura 3.3. **Participação total a montante e a jusante na cadeia de valor global (CVG) em África e na África Austral, em comparação com outras regiões do mundo, 2019 (em percentagem do produto interno bruto)**



Fonte: Cálculos dos autores com base no Casella et al. (2019), *UNCTAD-Eora Global Value Chain Database*, https://worldmrio.com/unctadgvc/.

StatLink https://doi.org/10.1787/888934298073

Por outro lado, no setor dos equipamentos de transporte na África Austral, a participação a montante é mais de quatro vezes superior à participação a jusante, contrariando o padrão observado na economia em geral (Figura 3.3). A tabela 3.1 apresenta alguns indicadores-chave da integração das CVG no setor dos equipamentos de transporte na África Austral para todo o período 2000-15 ao longo do qual existiam dados sectoriais fiáveis disponíveis. A participação a montante eleva-se a 8.8 % e a participação a jusante a apenas 1.4 %, refletindo uma participação relativamente pequena nas cadeias de valor dos equipamentos de transporte, em especial as que resultam em reexportações e em mais benefícios ao longo da cadeia. Isto significa que o setor dos equipamentos de transporte da região é mais maduro ("melhorado") como setor transformador do que todo o setor de produção da região.

Tabela 3.1. **Participação na cadeia de valor global (CVG) do setor dos equipamentos de transporte na África Austral, 2000-15**

Indicador	Milhões de USD
Participação a montante na CVG - Total	314 773
Participação a montante na CVG - Equipamentos de transporte	27 720
Participação a montante na CVG - Equipamentos de transporte em proporção do total	8.8 %
Participação a jusante na CVG - Total	472 618
Participação a jusante na CVG - Equipamentos de transporte	6 708
Participação a jusante na CVG - Equipamentos de transporte em proporção do total	1.4 %

Nota: Os valores da participação a montante e a jusante foram calculados em relação aos totais da participação a montante e a jusante na CVG, a fim de aumentar a participação do setor dos equipamentos de transporte na CVG.
Fonte: Cálculos dos autores com base em Banco Mundial (2020), *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2020, Base de dados CVG*, www.worldbank.org/en/publication/wdr2020/brief/world-development-report-2020-data.

Entre os países da África Austral, a participação na CVG em percentagem das exportações brutas variou entre 31 % e 55 % em 2015, com tendência para valores mais elevados nos países com uma indústria transformadora mais forte (Tabela 3.2). As percentagens mais baixas das exportações brutas corresponderam a países com indústrias transformadoras de menor dimensão quando comparadas com os seus resultados globais, tais como Angola (6.0 % do PIB) e Moçambique (9.3 %). Os países que ocupam o topo da escala registaram melhores resultados em matéria de transformação, tais como o Essuatíni (33.2 %) e o Lesoto (16.9 %).

Tabela 3.2. **Comparações entre o comércio associado à cadeia de valor global (CVG) e exportações brutas e a indústria transformadora na África Austral (excluindo o Zimbabwe), 2015**

	PIB (em milhões de USD)	Exportações brutas (em milhões de USD)	Participação na CVG (em milhões de USD)	Participação na CVG em % das exportações	Participação na CVG em % do PIB	Indústria transformadora em % do PIB
África do Sul	317 578	118 445	49 366	41.7 %	15.5 %	13.4 %
Angola	116 194	26 108	8 029	30.8 %	6.9 %	6.0 %
Zâmbia	21 245	4 273	1 459	34.1 %	6.9 %	7.9 %
Moçambique	15 951	901	285	31.6 %	1.8 %	9.3 %
Botswana	14 445	1 059	446	42.1 %	3.1 %	6.4 %
Namíbia	11 450	2 148	899	41.9 %	7.9 %	12.4 %
Malawi	6 402	1 102	368	33.4 %	5.7 %	10.8 %
Essuatíni	4 061	1 129	561	49.7 %	13.8 %	33.2 %
Lesoto	2 207	304	168	55.2 %	7.6 %	16.9 %
África Austral	**509 532**	**155 468**	**61 581**	**39.6 %**	**11.8 %**	**11.2 %**

Fonte: Cálculos dos autores com base em Banco Mundial (2020), *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2020, Base de Dados CVG*, www.worldbank.org/en/publication/wdr2020/brief/world-development-report-2020-data.

A África do Sul domina a região em termos de participação na CVG no setor dos equipamentos de transporte, sendo a maior parte referente à sua participação a montante. A tabela 3.3 apresenta dados de 2015 sobre a participação nas CVG por país e especificamente para o setor dos equipamentos de transporte; a primeira e a quarta colunas revelam que o peso da África do Sul em ambas as categorias eclipsa o dos restantes países. A tabela mostra que os outros países da África Austral não têm uma participação significativa nas CVG. Mesmo a África do Sul detém apenas uma pequena participação a jusante na CVG dos equipamentos de transporte, representando 1.7 % de toda a participação a jusante nas cadeias de valor globais.

Tabela 3.3. **Indicadores da participação na cadeia de valor global (CVG) no setor dos equipamentos de transporte nos países da África Austral (excluindo o Zimbabwe), 2015**

	Participação a montante na CVG (em milhões de USD)			Participação a jusante na CVG (em milhões de USD)		
	Equipamentos de transporte	Todos os produtos	Equipamentos de transporte em % do total	Equipamentos de transporte	Todos os produtos	Equipamentos de transporte em % do total
África do Sul	1 931	20 185	9.6 %	507	29 181	1.7 %
Angola	2	1 353	0.2 %	4	6 676	0.1 %
Zâmbia	6	545	1.1 %	2	914	0.3 %
Moçambique	2	78	2.7 %	2	207	0.7 %
Botswana	24	291	8.4 %	1	155	0.7 %
Namíbia	49	600	8.2 %	2	299	0.6 %
Malawi	4	140	2.8 %	1	228	0.4 %
Essuatíni	5	422	1.2 %	1	139	0.4 %
Lesoto	1	135	0.6 %	0	32	0.8 %
África Austral	**2 025**	**23 748**	**8.5 %**	**519**	**37 832**	**1.4 %**

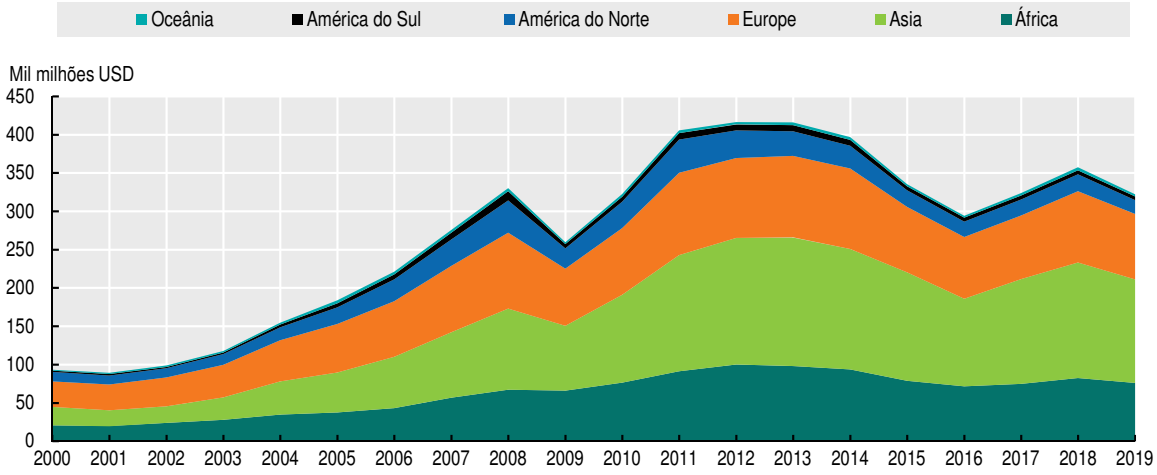
Fonte: Cálculos dos autores com base em Banco Mundial (2020), *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2020, Base de dados CVG*, www.worldbank.org/en/publication/wdr2020/brief/world-development-report-2020-data.

Num período de diminuição do comércio global, a África Austral está a aumentar o comércio de bens intermédios em África

O comércio da África Austral diminuiu, deslocando-se para a Ásia e para países de outras regiões africanas. Depois de atingir um pico em 2012, e especialmente desde 2014, o comércio total da África Austral tem vindo a diminuir (Figura 3.4), mas as quotas de comércio com a Ásia e outros países africanos aumentaram. Esta maior participação asiática no comércio da África Austral pode criar obstáculos aos esforços para aumentar a intensidade de produção porque o valor acrescentado da Ásia em matéria de produção e em percentagem do PIB é o dobro do de África e porque a Ásia produz menos bens primários.

Por outro lado, o aumento do comércio intra-africano por parte dos países da África Austral pode ser um sinal de reforço do bloco comercial. Atualmente, as trocas comerciais entre países da África Austral representam o dobro daquelas que se verificam entre países da África Austral e outros países de África, refletindo o elevado nível de integração da União Aduaneira da África Austral (SACU) e, em menor escala, da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). Além disso, a Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA) promete uma integração comercial mais ampla do que a SADC, uma vez que o acesso ao mercado do resto de África e a cooperação em domínios como o investimento e o comércio de serviços irão melhorar.

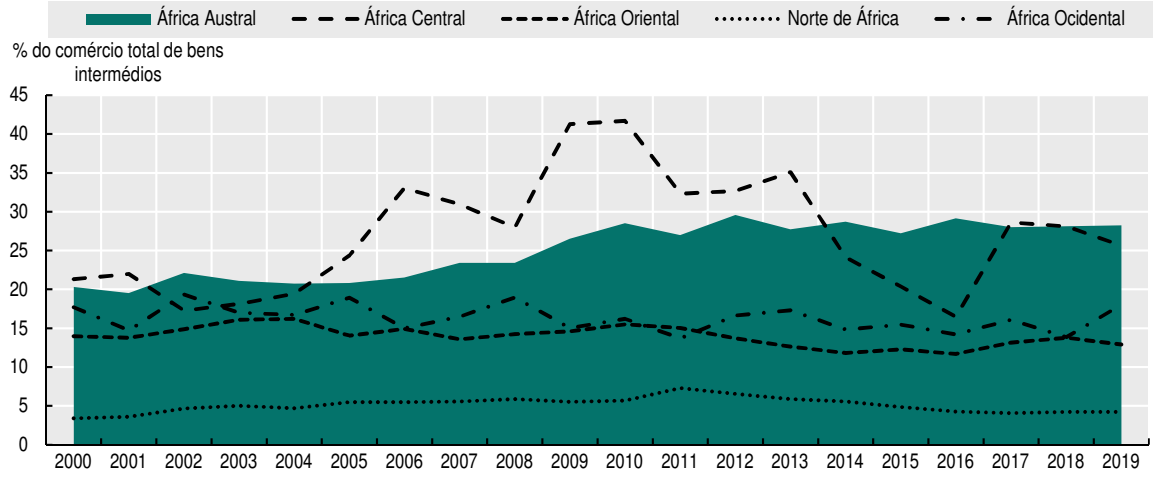
Figura 3.4. **Comércio total da África Austral por região do mundo, 2000-19**



Fonte: CEPII (2021), *BACI* (base de dados), www.cepii.fr/cepii/en/bdd_modele/presentation.asp?id=37.
StatLink https://doi.org/10.1787/888934298092

Em relação ao comércio total, a percentagem relativa ao comércio intracontinental de bens intermédios da África Austral é mais elevada do que a de qualquer outra região africana e é quase o dobro de todo o continente africano (Figura 3.5).[2] O nível comparativamente elevado do comércio de bens intermédios na região da África Austral tem vindo a ser impulsionado pelos países da SACU que se encontram altamente integrados do ponto de vista económico, e ainda por Moçambique, Zâmbia e Zimbabwe. Este grupo de países da África Austral participa mais do que outras regiões africanas no comércio de bens intermédios, sendo o comércio de bens intermédios da África Austral quase o dobro do comércio de bens intermédios do continente como um todo (CEPII, 2021).

Figura 3.5. **Comércio intracontinental de bens intermédios em percentagem do comércio total de bens intermédios na África Austral e noutras regiões africanas, 2000-19**

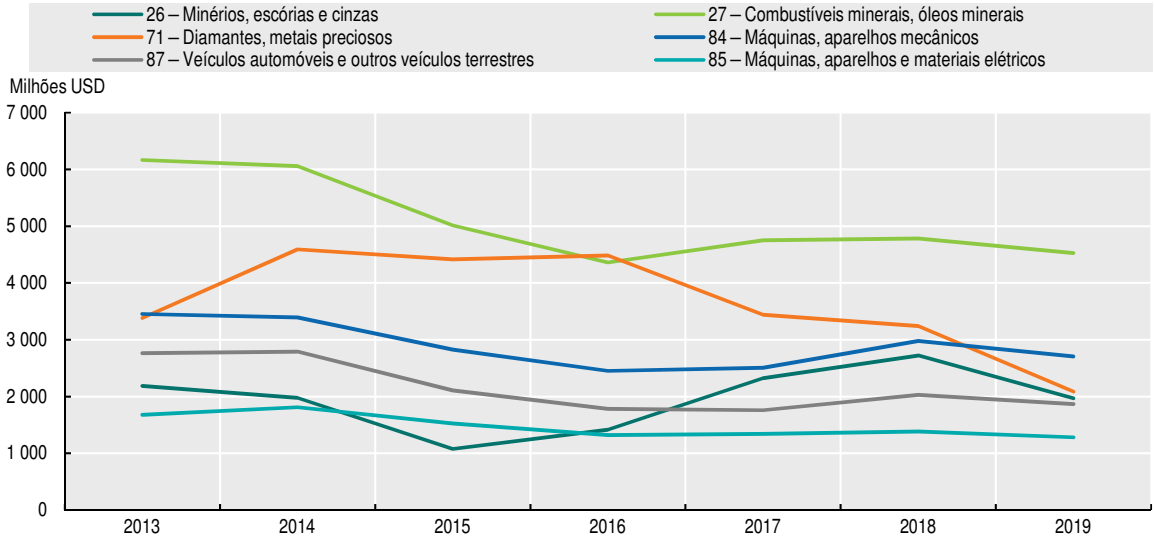


Fonte: CEPII (2021), *BACI* (base de dados), www.cepii.fr/cepii/en/bdd_modele/presentation.asp?id=37.
StatLink https://doi.org/10.1787/888934298111

Os produtos para veículos são o quinto grupo de produtos mais comercializados na África Austral e um dos três grupos de produtos fabricados entre os seis primeiros. Os combustíveis, a maquinaria pesada e os diamantes estão no topo da lista, mas os

produtos para veículos não lhes ficam muito atrás (Figura 3.6). Entre os veículos a motor, os mais comercializados são os veículos de mercadorias e de passageiros, no entanto, nos últimos anos tem-se verificado um declínio dos mesmos, face a uma maior estabilidade do comércio de peças automóveis, tratores e reboques. O comércio de veículos de mercadorias (veículos comerciais) aumentou com o Japão e a China, em detrimento da África Austral. Por outro lado, o comércio de veículos de passageiros aumentou com a Índia e o Reino Unido.

Figura 3.6. **Os seis mais importantes grupos de produtos de dois dígitos comercializados internamente na SADC, 2013-19 (em milhões de USD)**



Nota: As categorias de produtos de exportação de 2 dígitos do *Sistema Harmonizado de 1996* da base de dados Comtrade das Nações Unidas são aqui indicadas: 26 - "Minérios, escórias e cinzas"; 27 - "Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais"; 71 - "Pérolas naturais ou cultivadas; pedras preciosas ou semipreciosas e semelhantes; metais preciosos, metais folheados ou chapeados de metais preciosos e suas obras; bijutarias; moedas"; 84 - "Reatores nucleares, caldeiras, máquinas e aparelhos e instrumentos mecânicos e suas partes"; 85 - "Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios"; 87 - "Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios".

Fonte: ITC Trade Map (2021), *Portal de dados Trade Map*, https://trademap.org.

StatLink *https://doi.org/10.1787/888934298130*

A COVID-19 teve um forte impacto negativo nos volumes de comércio, e a cadeia de valor do setor automóvel não é exceção

Os volumes do comércio mundial caíram abruptamente em resultado da pandemia e dos confinamentos associados, com repercussões mais severas no continente africano do que no restante agregado global. A economia global foi severamente abalada pelos confinamentos, pelas restrições de viagem e pelas restrições comerciais resultantes da pandemia. Os piores efeitos sobre o comércio foram sentidos durante o segundo trimestre de 2020, quando as exportações globais desceram 23 % em termos homólogos (Comtrade Nações Unidas, 2021) (ver Tabela 3.4). Para a África e a África Austral, a queda nesse trimestre foi ainda maior, totalizando 42 % e 39 %, respetivamente. Após o terceiro trimestre, porém, o impacto na África Austral foi menos severo. Esta situação parece dever-se ao facto de a África Austral ter tido um menor impacto negativo nas suas exportações de combustíveis e metais do que o agregado africano, presumivelmente devido a uma melhor mitigação logística em resposta à desaceleração provocada pela pandemia nas infraestruturas de transporte.

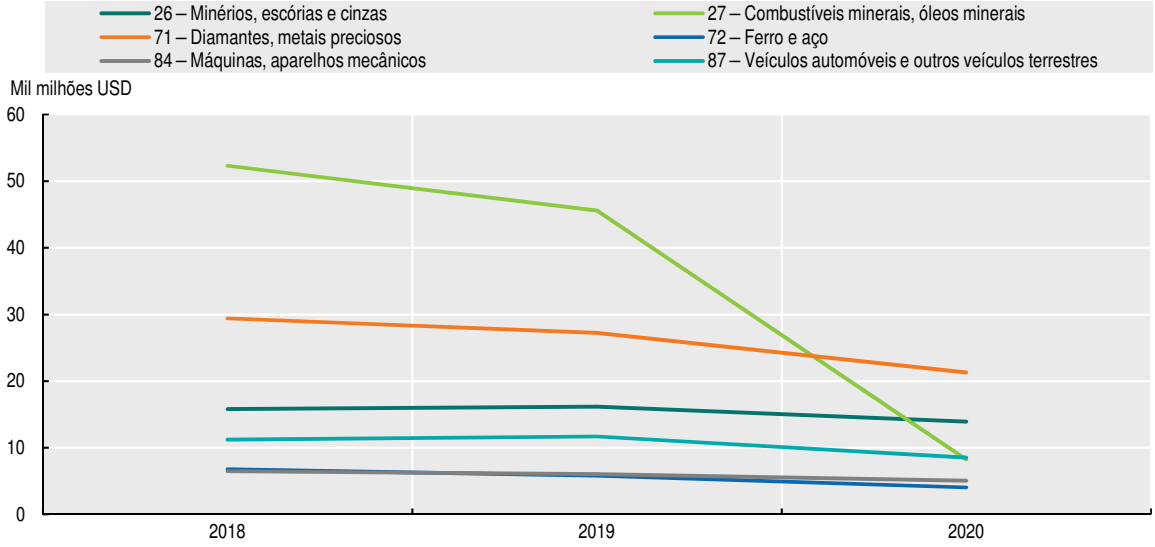
Tabela 3.4. **Variação homóloga do total das exportações mundiais, de África e da região da SADC**

	2020-T1	2020-T2	2020-T3	2020-T4
Mundo	-9 %	-23 %	-25 %	-19 %
África	-10 %	-42 %	-26 %	-17 %
SADC	-8 %	-39 %	-14 %	-3 %

Fonte: Cálculos dos autores baseados no ITC Trade Map (2021), *Portal de Dados Trade Map*, https://trademap.org.

As exportações da SADC diminuíram nas seis categorias de produtos de exportação mais importantes em 2020, o que inclui os produtos automóveis (Figura 3.7). Os produtos combustíveis caíram 84 % entre 2018 e 2020, enquanto as outras cinco principais categorias de exportação registaram, ao longo dos dois anos, declínios de 12 % a 40 %. Embora a COVID-19 tenha tido um enorme impacto negativo no comércio africano em todas estas categorias de produtos, o comércio já se encontrava em declínio em 2019, antes da propagação da COVID-19.

Figura 3.7. **Total de exportações dos países da SADC para categorias de exportação selecionadas, 2018-20 (em mil milhões de USD)**



Nota: As categorias de produtos de exportação de 2 dígitos do *Sistema Harmonizado de 1996* da base de dados Comtrade das Nações Unidas são aqui indicadas: 26 - "Minérios, escórias e cinzas"; 27 - "Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais"; 71 - "Pérolas naturais ou cultivadas; pedras preciosas ou semipreciosas e semelhantes; metais preciosos, metais folheados ou chapeados de metais preciosos e suas obras; bijutarias; moedas"; 72 - "Ferro fundido, ferro e aço"; 84 - "Reatores nucleares, caldeiras, máquinas e aparelhos e instrumentos mecânicos e suas partes"; 87 - "Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios".
Fonte: ITC Trade Map (2021), *Portal de dados Trade Map*, https://trademap.org.
StatLink https://doi.org/10.1787/888934298149

Entre os impactos económicos da pandemia na África Austral contam-se os seguintes:

- Economias como o Botswana e a África do Sul registaram choques no crescimento do PIB que atingiram -10 % (Green, 2021).
- Os projetos de investimento direto estrangeiro (IDE) *greenfield* em toda a África Austral diminuíram 45 % (Fennell, 2021).
- 83% das empresas de turismo sul-africanas obtiveram, pelo menos, 50 % menos receitas em resultado da pandemia (TBCSA, 2020). É expectável que outros países da África Austral, para os quais o turismo também é importante, como o Botswana, a Namíbia e o Zimbabwe, tenham tido um impacto semelhante.

O impacto da pandemia nas cadeias de valor globais seguir-se-á provavelmente ao impacto sobre o comércio, dado que as cadeias de valor globais afetadas são as cadeias de valor a montante, que geram os produtos acabados que são procurados a nível mundial. Tendo em conta estes choques sobre o crescimento do PIB e sobre os volumes do comércio, parece inevitável que se registem fortes efeitos adversos sobre as cadeias de valor globais. Além disso, a cadeia de valor automóvel em África já se encontrava sob pressão antes da pandemia, com 66 % das empresas a registar uma queda das receitas (Deloitte, 2020: 11).

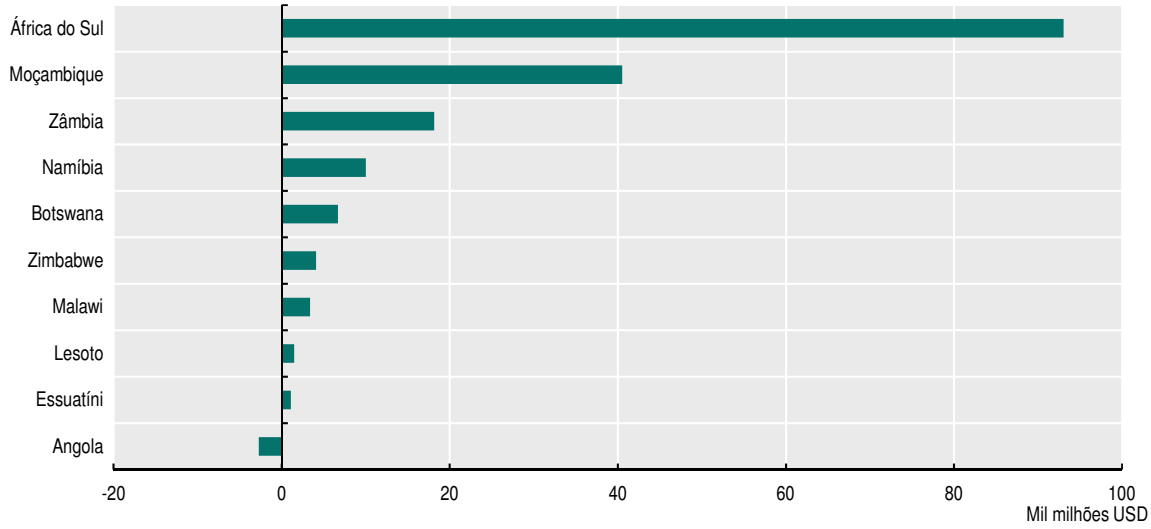
Os choques nas cadeias de valor globais, que ameaçam a produção, o emprego, as receitas fiscais e as receitas das operações cambiais, levaram algumas empresas transnacionais a considerar a possibilidade de relocalização interna da sua produção e de "encurtamento" das cadeias de valor globais (Görg, 2021). A África Austral está geograficamente afastada das principais áreas industriais do setor automóvel, ou seja, do Extremo Oriente e da Europa, o que poderá ter um impacto negativo na África do Sul, que continua a ser o maior produtor africano de produtos automóveis. As respostas políticas à pandemia e às suas repercussões são abordadas na secção final do presente capítulo.

O investimento direto estrangeiro e os investimentos de carteira na África Austral estão a abrandar, mas os investimentos *greenfield* no setor automóvel continuam sólidos

Conforme demonstram os vários indicadores analisados até agora, as entradas financeiras na região da África Austral refletiram o agravamento do clima económico, impulsionado pela guerra comercial global e pelo seu impacto na procura de matérias-primas. As entradas líquidas de IDE desceram rapidamente após 2015, tanto em níveis como em percentagem do PIB (Banco Mundial, 2021). Este último movimento é algo surpreendente, dado que o próprio crescimento do PIB abrandou significativamente durante o mesmo período. A análise mostra que as entradas líquidas de investimento de carteira registaram uma reversão ainda mais cedo, em 2009 (Banco Mundial, 2021). Estas mudanças, que são movimentos pré-pandémicos, indiciam dificuldades pós-pandémicas para a região e sublinham a necessidade de envidar esforços concertados para impulsionar uma recuperação sustentada.

O desempenho dos fluxos de IDE per capita na região foi desigual, não seguindo necessariamente um padrão de melhor desempenho para as economias maiores. Os fluxos de IDE per capita para a África do Sul ultrapassam os dos países mais pequenos da região, registando Moçambique e, em menor medida, a Zâmbia, grandes afluxos relativos de IDE, considerando a sua dimensão económica (Figura 3.8). Os restantes países parecem ter beneficiado de entradas de IDE proporcionais à sua dimensão económica, à exceção de Angola, que teve saídas líquidas de IDE. As saídas líquidas de IDE de Angola foram um reflexo da desproporcionalidade do seu setor petrolífero, que foi atingido por grandes choques de preços durante a pandemia. Espera-se que o IDE em Angola recupere juntamente com a recuperação dos preços dos combustíveis.

Figura 3.8. **Entradas líquidas reais de investimento direto estrangeiro por país da África Austral, 2000-19 (em mil milhões de USD)**



Fonte: Cálculos dos autores com base em Banco Mundial (2021), *Indicadores de Desenvolvimento Mundial* (base de dados), https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators.
StatLink *https://doi.org/10.1787/888934298168*

Apesar dos movimentos negativos no IDE, os investimentos *greenfield* na indústria automóvel da África do Sul permaneceram fortes no final da última década, com a aceitação e iniciação de vários grandes projetos. De acordo com TIPS (2020: 4-9), estes incluíram os seguintes projetos em 2019:

- A Bridgestone levou a cabo melhorias avaliadas em 400 milhões de ZAR na sua fábrica de Brits.
- A Toyota concluiu um projeto de 454 milhões de ZAR para melhorar a sua fábrica de veículos ligeiros de passageiros na região de Durban. Parte desta melhoria passa pela capacidade de produzir kits de pequenos camiões para exportação e acabamento no Quénia. A Toyota também anunciou um investimento de 2.43 mil milhões de ZAR para o fabrico de um novo veículo de passageiros, que terá início no final de 2021.
- A Isuzu anunciou um investimento de 1.2 mil milhões de ZAR para atualização da sua fábrica de pequenos camiões em Struandale.
- A KLT Automotive and Tubular anunciou um investimento de 525 milhões de ZAR para expansão da sua fábrica de chassis em Brits.

Um dos maiores e mais recentes investimentos é o anunciado pela Ford no início de 2021. Envolve um investimento de mil milhões de dólares para expandir a produção do novo modelo Ranger para 200 000 unidades por ano (Ford, 2021).

A cadeia de valor automóvel pode contribuir para a recuperação económica na África Austral

A indústria automóvel desempenhou um papel importante no desenvolvimento de vários países e regiões a nível mundial e tem um potencial significativo na África Austral e no resto do continente africano. O setor tem atraído um apoio político considerável devido à sua grande dimensão e ao facto de incorporar uma vasta gama de processos de fabrico, incluindo a metalurgia, os plásticos e a eletrónica. Além disso, contribuiu para a

promoção da integração regional, por exemplo, no Acordo de Comércio Livre da América do Norte, na Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e nas fases iniciais da formação da União Europeia.

Este estudo de caso examina a indústria automóvel na África Austral, com especial destaque para as cadeias de valor regionais e perspetivas de desenvolvimento futuro. A cadeia de valor regional do setor automóvel ainda não se encontra bem desenvolvida, mas é considerada como tendo um grande potencial (SADC, 2017) e, por conseguinte, fundamental para o desenvolvimento futuro de políticas. O estudo de caso está centrado na África Austral, mas também considera sucintamente os desenvolvimentos no resto do continente africano. Este é um fator importante, tendo em conta que são necessárias economias de escala para desenvolver redes de produção regionais para a indústria automóvel.

A indústria automóvel é um setor com forte potencial de crescimento e criação de emprego na África Austral e, em termos mais gerais, em todo o continente africano. Com o seu crescimento económico sustentado e a rápida expansão da sua classe média, África tem vindo a revelar-se recentemente uma das principais fontes de crescimento para o setor automóvel mundial. As taxas de propriedade de veículos em todo o continente são baixas, com valores de 45 por cada 1 000, em comparação com uma taxa global de 203 por cada 1 000 (AIEC, 2021). O potencial de expansão da produção africana está também a ser impulsionado pelo rápido crescimento demográfico e por uma maior integração regional.

Embora o setor automóvel não exija muita mão de obra intensiva, os efeitos multiplicadores são significativos. Em 2020, a África do Sul, ainda longe de concretizar o seu potencial, empregou 107 000 pessoas diretamente na montagem de veículos e na produção de componentes (AIEC 2021). O plano diretor da África do Sul para o setor automóvel tem como meta a duplicação do emprego até 2035, através da expansão da produção de veículos e do aumento da localização de peças.

O investimento no crescimento da produção de veículos automóveis tem de ser associado a um setor de transportes mais sustentável na África Austral. O desenvolvimento de sistemas competitivos de transporte público de massas na África Austral ajudará a criar cidades mais sustentáveis e a reduzir a poluição atmosférica, o congestionamento, a utilização ineficiente do espaço urbano e as distorções das prioridades políticas (Gössling, 2020). A redução do número de mortos e feridos nas estradas, já descrito como uma "emergência nacional" na África do Sul, é também importante (Rondganger, 2021). Todo o investimento no setor automóvel deve, por conseguinte, incluir planos para a obtenção ou o desenvolvimento de tecnologias mais ecológicas e ser conciliado com planos para o desenvolvimento de infraestruturas sustentáveis de qualidade.

A indústria automóvel da África Austral tem um potencial considerável, com a produção dominada pela África do Sul

O mercado automóvel da África Austral tem potencial mas, fora da África do Sul, é dominado pela importação de veículos usados. A África do Sul foi responsável por 67 % da totalidade do mercado automóvel da SADC em 2019. Embora o mercado tenha crescido rapidamente no período anterior, o crescimento lento especialmente sentido na África do Sul conduziu, na última década, a uma estagnação das condições de mercado (Tabela 3.5). Excluindo a África do Sul, o mercado tem sido sobretudo dominado pelas importações, especialmente de automóveis usados.

Tabela 3.5. **Vendas de veículos automóveis, 2007-19 (unidades)**

	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
África do Sul - Novos veículos	676 108	395 222	572 241	650 745	617 749	555 716	536 611
Resto da SADC - Veículos novos	48 554	53 179	75 685	93 853	78 712	65 638	46 185
África do Sul - Importações de veículos usados	0	0	0	0	0	0	0
Resto da SADC - Importações de veículos usados	225 394	190 323	241 959	314 548	217 584	178 812	222 208
Total de vendas da SADC	**950 056**	**638 724**	**889 885**	**1 059 146**	**914 045**	**800 166**	**805 004**

Fonte: Compilado de Barnes, Erwin e Ismail (2019), «Realising the potential of the Sub-Saharan African automotive market: The importance of establishing a sub-continental automotive pact» e da base de dados BMA baseada na Comtrade das Nações Unidas (2021), *Base de dados Comtrade das Nações Unidas*, https://comtrade.un.org/data/.

África representa menos de 1% da produção global, e a África do Sul domina o setor da produção. África produziu apenas 720 000 veículos em 2020, na sequência de um drástico declínio da produção sobretudo devido à COVID-19. A produção relativamente em larga escala ocorre principalmente no Sul (África do Sul) e no Norte (Marrocos e, em menor escala, na Argélia e no Egito), mas a respetiva produção de veículos é reduzida. Alguns países, como a Etiópia, o Gana, o Quénia e a Nigéria, possuem um pequeno setor de montagem, a maior parte do qual baseado em conjuntos de peças semi-soltas (SKD)[3] com pouco valor acrescentado a nível nacional. A África do Sul domina a produção no continente e na África Austral, com uma produção de 447 218 veículos em 2020 (AIEC, 2021). Ao longo da última década, mesmo antes da COVID-19, registou-se um crescimento limitado devido às vulnerabilidades económicas internas na África do Sul.

Tabela 3.6. **Produção de veículos pelos grandes fabricantes africanos, 2016-20 (unidades)**

	2016	2018	2020
África do Sul	599 004	610 854	447 218
Marrocos	345 106	402 081	248 430
Egito	36 230	18 500	23 754
Argélia	42 008	70 797	754[1]
Total	1 022 348	1 102 232	720 156

1. As operações em pequena escala de tipo SKD não estão aqui incluídas. A produção argelina praticamente parou em 2020, devido ao encerramento de várias fábricas na sequência de acusações de corrupção e de uma alteração da regulamentação (Arab Weekly, 2021), https://thearabweekly.com/algeria-finds-no-way-out-car-manufacturing-fiasco.
Fonte: Cálculos dos autores com base em dados da OICA (2020), www.oica.net/, e do AIEC (2021), *South African Automotive Export Manual 2021*.

A África do Sul é um grande exportador de produtos do setor automóvel, mas é necessária uma maior integração para que as cadeias de valor regionais se desenvolvam

A África do Sul é um grande exportador do setor automóvel para os mercados globais. Em 2020, as exportações do setor automóvel do país ascenderam a 10.7 mil milhões de USD, face aos 14 mil milhões de USD obtidos no ano anterior. As exportações incluíram 271 288 veículos, avaliados em 7.4 mil milhões de USD, e componentes avaliados em 3.3 mil milhões de USD (AIEC, 2021). As exportações de veículos representaram 61 % da produção, com a Europa como principal mercado.

O comércio automóvel intracontinental consiste principalmente em exportações da África do Sul, e as cadeias de valor regionais estão pouco desenvolvidas. As exportações da África do Sul para a região incluem principalmente veículos, peças pós-venda e, cada vez mais, conjuntos de SKD. Marrocos exporta principalmente para a União Europeia. Com a indústria automóvel no continente concentrada em apenas alguns países, o resultado é um mercado desequilibrado.

As exportações do setor automóvel da África do Sul para o resto de África, embora significativas, não registaram um crescimento muito rápido na última década. As exportações para o resto do continente representaram 17 % do total das exportações do setor automóvel da África do Sul em 2020, mas têm vindo a diminuir desde 2010. A parte de África nas exportações de componentes da África do Sul é mais significativa. Estas representaram 30 % do total das exportações de componentes em 2020 e ascenderam a 761 milhões de USD, mas também têm vindo a diminuir. Estas exportações têm como principal destino outros países da SACU e da SADC (Tabela 3.7). O total das exportações do setor automóvel para a SADC (incluindo a SACU) ascendeu a 1.46 mil milhões de USD em 2020, representando 81 % do total das referidas exportações da África do Sul para África. A maior parte das exportações de componentes para a SADC é destinada ao mercado pós-venda, que inclui produtos como pneus (65.3 milhões de USD), peças de motores (41.8 milhões de USD), veios de transmissão (37.8 milhões de USD), motores (26.1 milhões de USD) e medidores/instrumentos/peças (23.1 milhões de USD) (AIEC, 2021). A concentração das exportações no interior da SADC e, em especial, da SACU é ilustrativa do impacto de uma maior integração.

Tabela 3.7. **Exportações da África do Sul no setor automóvel para o mundo e para África, 2010-20 (em milhões de USD)**

	2010	2012	2014	2016	2018	2020
Mundo	9 478	10 571	10 653	11 629	13 497	10 671
África	2 418	3 155	2 912	2 128	2 393	1 797
África, percentagem do total	26 %	30 %	27 %	18 %	18 %	17 %
BELN	1 229	987	1 388	1 134	1 049	741
SADC (excluindo BELN)	669	1 157	995	721	998	719
BELN, percentagem	51 %	31 %	48 %	53 %	44 %	41 %
SADC (excluindo BELN), percentagem	28 %	37 %	34 %	34 %	42 %	40 %
Resto de África (excluindo BELN e SADC), percentagem	21 %	32 %	18 %	13 %	14 %	19 %
Veículos ligeiros e de passageiros	628	1 328	1 391	993	1 085	797
Veículos médios e pesados	105	146	341	272	320	239
Componentes	1 684	1 681	1 179	863	988	761

Nota: BELN = Botswana, Essuatíni, Lesoto e Namíbia.
Fonte: AIEC (2012, 2015, 2018, 2021), *Automotive Export Manual*.

Apesar de a África do Sul ser um grande exportador para o resto de África, as suas importações do continente são reduzidas. No resto do continente africano, os maiores fornecedores da África do Sul são o Botswana, Marrocos, o Lesoto, a Tunísia, Essuatíni e o Egito, mas os montantes são reduzidos, ascendendo em 2020 a menos de 100 milhões de USD (Tabela 3.8). Este valor representa apenas 1.1 % das importações de equipamentos originais e peças pós-venda da África do Sul.

Alguns fornecedores com grande intensidade de mão de obra saíram da África do Sul para tirar partido da mão de obra mais barata. Exemplo disso é a deslocalização da Pasdec, um fabricante de cabos, que transferiu a produção para o Botswana em 2015 (Barnes et al., 2021). Outro exemplo é a deslocalização de um fabricante de bancos com estofos em couro para o Lesoto, onde os salários são muito mais baixos. Os sindicatos da África do Sul opuseram-se firmemente a esta deslocalização. A aplicação de estofos em couro nos bancos é uma operação que requer muita mão de obra e era uma das principais exportações de componentes da África do Sul, que enviava os bancos para a Europa. No entanto, a maior parte da produção exportada foi deslocalizada para a Europa Central para se aproximar das grandes fábricas de montagem, o que resultou no declínio do setor, tanto na África do Sul, como no Lesoto.[4] Embora estes exemplos sejam reveladores do desenvolvimento de cadeias de valor regionais, possuem uma escala bastante limitada e constituem um desafio político fundamental (Markowitz e Black, 2019).

Tabela 3.8. **Exportações e importações do setor automóvel da África do Sul em África, 2020 (em milhões de USD)**

Exportações para o resto de África		Importações do resto de África	
Namíbia	320.3	Botswana	79.1
Botswana	288.7	Marrocos	6.5
Zimbabwe	213.2	Lesoto	2.6
Zâmbia	162.5	Tunísia	1.6
Moçambique	146.8	Essuatíni	1.6
Essuatíni	78.6	Egito	1.3
Quénia	70.0		
República Democrática do Congo	67.3		
Gana	63.2		
Lesoto	54.5		

Fonte: AIEC (2021), *Automotive Export Manual 2021*.

A integração regional e as cadeias de valor regionais são de importância crucial para o desenvolvimento do setor automóvel, e as perspetivas estão a melhorar. A pequena dimensão da maioria dos mercados nacionais africanos torna a integração regional essencial para expandir a dimensão real do mercado. O nível de desenvolvimento das cadeias de valor regionais na indústria automóvel em África e na África Austral é limitado, mas as perspetivas a médio prazo são boas. Isto deve-se a três fatores: a crescente procura continental de veículos, uma maior integração económica e o facto de alguns governos africanos terem definido objetivos claros para o desenvolvimento da indústria. A escala da indústria e a sua tendência para se aglomerar em alguns locais leva, contudo, a que nem todos os países possam participar de forma significativa. Isto significa que um processo mais amplo de desenvolvimento de cadeias de valor regionais que incorpore todos os setores será crucial para distribuir os ganhos da integração regional e da industrialização.

A indústria automóvel é intensiva em escala, especialmente se tivermos em conta a pequena dimensão do mercado em África. As estimativas variam, mas normalmente é necessário produzir cerca de 80 000 unidades por ano para justificar o investimento numa nova fábrica de montagem, o que pode exigir um investimento de 200 milhões de USD ou mais (Barnes et al., 2021). A fábrica da Renault em Marrocos, que é a maior fábrica de montagem do continente, exigiu um investimento de mil milhões de USD. As pequenas operações de SKD exigem um investimento mínimo, mas o seu valor acrescentado é insignificante. As operações de baixo volume de peças totalmente soltas (CKD) podem ser desenvolvidas com custos de investimento relativamente baixos, mas os custos de produção serão elevados e as operações carecem de escala para atrair investimentos em componentes. Por conseguinte, é evidente que, para que sejam efetuados investimentos significativos no setor, é necessário garantir o acesso a mercados regionais e/ou internacionais.

A indústria automóvel nacional apresenta um desenvolvimento desigual na África Austral e em todo o continente

A África do Sul e Marrocos dominam a produção no continente, mas vários outros países africanos iniciaram programas para desenvolver o setor. Na África Austral, Angola e a Namíbia estão a trabalhar em programas setoriais específicos para impulsionar o setor automóvel. Noutros grupos regionais, a Etiópia, o Gana, o Quénia e a Nigéria estão a promover ativamente a indústria. Contudo, regra geral, em quase todos os países produtores mais pequenos, os programas apenas permitem pequenas operações de montagem do tipo SKD. Esta secção descreve os principais desenvolvimentos nestas indústrias nacionais e as políticas que estão a ser aplicadas. A ênfase é colocada na África Austral, embora as indústrias de outras regiões também sejam mencionadas.

A África do Sul acolhe sete fabricantes de veículos ligeiros, bem como várias empresas de montagem de veículos médios e pesados. Os sete fabricantes são Toyota, Nissan, Ford, Isuzu, BMW, Volkswagen e Mercedes Benz. Grande parte da montagem dos veículos comerciais médios e pesados é efetuada com base no conceito SKD.

Caixa 3.2. **Política relativa ao setor automóvel e desenvolvimento do setor na África do Sul**

O desenvolvimento da indústria automóvel sul-africana tem sido largamente impulsionado por programas políticos específicos que fizeram dela uma indústria globalizada e orientada para a exportação. Historicamente, o setor esteve protegido por direitos aduaneiros elevados e requisitos de conteúdos locais até 1989, quando foram tomadas as primeiras medidas para a sua liberalização.

Em 1995, ocorreu uma grande mudança logo após as primeiras eleições democráticas, com a introdução do Programa de Desenvolvimento da Indústria Automóvel (MIDP). Desde então, a indústria tem reforçado continuamente a sua integração no contexto internacional. Um dos principais objetivos do MIDP consistiu em promover uma estrutura industrial racionalizada. Isso implicou aumentar a escala de produção por modelo, pois essa era a única maneira de tornar competitiva a produção de componentes (Black, 2009). Os elevados direitos aduaneiros foram gradualmente reduzidos e a introdução de acordos complementares de importação-exportação permitiu que as empresas locais de montagem de veículos diminuíssem os direitos de importação através da exportação. Por exemplo, passaram a poder especializar-se na produção de um modelo para o mercado interno e externo e importar outros modelos.

Em 2013, o MIDP foi substituído pelo Programa de Produção e Desenvolvimento da Indústria Automóvel (APDP). Não se verificaram mais reduções de direitos aduaneiros abaixo de 25 %. O APDP proporcionou incentivos à produção e não à exportação direta. Embora se tenha alcançado um rápido crescimento das exportações, o nível de localização do fabrico de peças permanece baixo, com níveis de conteúdo local de cerca de 40 %.

O plano diretor da África do Sul para o setor automóvel (SAAM), recentemente desenvolvido, tem objetivos ambiciosos em termos de aumento da produção e do conteúdo local. Contudo, os recuos provocados pela COVID-19 e o baixo crescimento na África do Sul tornaram estes objetivos difíceis de alcançar. Um dos principais objetivos do SAAM consiste em expandir a produção de veículos e componentes para o mercado regional.

Na África Austral, à exceção da África do Sul, o desenvolvimento do setor automóvel é limitado. O Zimbabwe é o país que detém mais experiência na produção automóvel, com empresas como a Willowvale Mazda Motor Industries. Esta empresa produziu até 9 000 veículos por ano na década de 1990 e empregou 2 000 trabalhadores em 1997. As dificuldades económicas que o Zimbabwe teve de enfrentar a partir de 2000 levaram, contudo, ao encerramento da Willowvale Mazda Motor Industries, embora se tenha mantido uma parte da produção de peças pós-venda. A montagem em pequena escala foi reposta com base no conceito SKD, em colaboração com a empresa chinesa Beijing Automotive Group Co., Ltd. (Barnes et al., 2021). Um país com um mercado automóvel potencialmente grande é Angola. O país manifestou o desejo de incluir a indústria no âmbito dos seus esforços de diversificação e está em curso o desenvolvimento de uma pequena linha de montagem de tipo SKD.

Os países da SACU têm vindo a apostar no desenvolvimento automóvel em pequena escala, com alguma repercussão em termos de integração na indústria sul-africana. Na década de 1990, foi criada uma fábrica de SKD no Botswana sob licença da Hyundai para abastecer principalmente o mercado sul-africano. Para cumprir as normas sul-africanas, foi necessário investir na montagem de CKD. No entanto, as dificuldades financeiras acabaram por ditar o encerramento da fábrica em 2000 (Zizhou, 2009). O Botswana tornou-se, no entanto, um grande fornecedor de cabos para a indústria automóvel sul-africana, com duas empresas em funcionamento: Pasdec e Kromberg & Schubert. O Lesoto teve duas grandes instalações de produção de estofos em couro que abasteciam os mercados de exportação através de fábricas de montagem sul-africanas, mas esta indústria sofreu um grande declínio.

A Namíbia tem ambições na indústria automóvel e está a tentar promover ativamente investimentos. A estratégia-piloto de promoção dos investimentos do país para o setor automóvel inclui a atração de investimento para testes de automóveis, componentes metálicos, sistemas de cablagem e montagem de veículos comerciais (Industriall, 2020). Foi criada uma pequena operação de tipo SKD, a Peugeot-Opel Assembly Namibia, que é uma *joint venture* entre a PSA e a Namibia Development Corporation. A mesma assegura a montagem de SKD em veículos Peugeot e Opel numa pequena fábrica localizada na Baía de Walvis (Industriall, 2020). No entanto, como se trata de uma fábrica de tipo SKD, não pode exportar para a África do Sul, uma vez que isso viola as regras da SACU, que exige que a montagem seja feita em larga escala.[5] Esta situação levou a PSA a ameaçar encerrar a fábrica. Também na Namíbia, a empresa Windhoeker Maschinenfabrik realiza a montagem de veículos blindados leves para as indústrias de defesa e segurança.

A produção de veículos no resto de África ocorre principalmente em Marrocos. Marrocos é o segundo maior produtor do continente e tem atraído investimentos da Renault e da PSA, bem como de grandes fornecedores de primeira linha (Stuart, no prelo). O país possui uma integração estreita com a União Europeia e exporta sobretudo para o mercado europeu. O Egito tem uma longa história de produção automóvel, mas nunca atingiu uma escala suficiente que lhe permitisse produzir de forma competitiva e exportar em volumes significativos.

Na África Oriental e Ocidental, vários países estão a planear desenvolver as suas pequenas indústrias automóveis, e novas oportunidades têm surgido. A Etiópia, o Gana, o Quénia e a Nigéria desenvolveram políticas para o setor automóvel[6] e atraíram investimentos, incluindo por parte de empresas multinacionais. Mas estas são operações de montagem em pequena escala que ocorrem principalmente no domínio de SKD (Markowitz e Black, 2019; Ugwueze, Ezeibe e Onuoha, 2020). O problema com a produção de SKD em pequena escala é que apenas cria um potencial mínimo para o desenvolvimento de cadeias de valor que incorporem o fabrico de componentes de equipamentos originais. Existe também uma fábrica de montagem de motociclos em pequena escala, assim como uma pequena indústria de componentes que produz principalmente para o mercado de pós-venda (Black, 2017).

As principais restrições ao desenvolvimento da cadeia de valor automóvel da África Austral incluem a política comercial e regulamentar, bem como as infraestruturas e competências

A África Austral (e a África no seu conjunto) compreende um grande número de economias, principalmente de pequena dimensão. Mesmo a África do Sul, com um mercado de automóveis novos de mais de 500 000 unidades por ano (pré-COVID), não tem a dimensão do mercado suficiente para constituir um mercado independente no setor automóvel. O termo "automotive space" (espaço automóvel) foi utilizado por

Sturgeon e Florida (1999) para indicar a dimensão do mercado que seria necessária para o desenvolvimento da indústria. Este poderia ser um mercado muito grande, como a China ou a Índia, ou um grande mercado vizinho, como é o caso de Marrocos em relação à União Europeia. Um tipo alternativo de "espaço automóvel" é um acordo comercial regional, como o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) ou a ASEAN, que alarga efetivamente uma série de mercados mais pequenos. A ZCLCA, com o seu mercado combinado de 3 400 mil milhões de USD e com uma população de 1.38 mil milhões, torna-o certamente possível, mas existe uma série de obstáculos.

Os veículos usados importados constituem uma fonte de transporte barata, mas prejudicam as atividades regionais de montagem. Os veículos usados e os veículos comerciais representam a maior parte das importações de veículos para a maioria dos países da África Austral, embora sejam proibidos na África do Sul. Na SADC, à exceção da África do Sul, os veículos usados importados representaram cerca de 73 % do mercado em 2019 (ver Tabela 3.5). Nestes países, os veículos usados são importados a baixo custo de países avançados, inviabilizando a capacidade de concorrência das fábricas nacionais de montagem. A proibição de importação de veículos usados na África do Sul provém de um regulamento de longa data e é aplicada de forma bastante eficaz, embora um pequeno número de veículos usados, aparentemente destinados aos mercados vizinhos, acabe por encontrar o seu caminho para o mercado sul-africano. É pouco provável que os países com poucas hipóteses de atrair atividades de montagem de veículos novos aceitem de bom grado renunciar ao direito de importar veículos usados. A questão dos automóveis usados é um bom exemplo dos interesses regionais opostos, indicados em Byiers et al. (2018), que criam obstáculos à integração regional e à industrialização.

A indústria automóvel pode ajudar a acelerar a integração regional, mas pode também conduzir a pressões protecionistas. As empresas multinacionais podem pressionar os governos a facilitar o acesso ao mercado e a melhorar as infraestruturas transfronteiriças (Lung e van Tulder, 2004). No entanto, os esforços de vários países no sentido de desenvolverem as suas próprias indústrias poderão frustrar a integração regional. Como vimos, alguns países criaram pequenas operações de tipo SKD para o mercado interno. Estas acrescentam pouco valor em termos de emprego e não criam bases para o desenvolvimento industrial. Embora os países possam almejar uma transição para a produção de CKD, isso raramente acontece devido à relutância das empresas em realizar o investimento necessário. A proliferação destas pequenas indústrias nacionais também levou a que os países estabelecessem direitos aduaneiros para proteger as suas recém-criadas empresas da concorrência dos países vizinhos.

O regime da política automóvel da África do Sul cria uma série de dificuldades à prossecução de uma maior integração regional. Alguns países da SADC receiam que, ao flexibilizarem os direitos aduaneiros e estabelecerem um regime tarifário regional, a África do Sul, com o apoio da APDP, acabe por se sobrepor às suas indústrias potenciais. Os países da SACU têm de cumprir o APDP, que oferece um apoio significativo, mas os países membros mais pequenos (Botswana, Essuatíni, Lesoto e Namíbia) têm uma capacidade limitada para conseguirem cumprir os regulamentos altamente complexos (Barnes et al., 2021). Para se qualificarem para um certificado de direito a crédito por redução da produção para exportação, precisam de um nível de valor agregado interno que pode ser difícil de atingir (Markowitz, 2016). Existe, por conseguinte, uma série de complicações na promoção do comércio livre, mesmo no seio da SACU e, de um modo mais geral, no seio da SADC (Barnes et al., 2021).

A logística e a fiabilidade da entrega são igualmente fundamentais. Esta é uma das principais razões pelas quais as empresas de componentes se agrupam perto das grandes fábricas de montagem. Para que as cadeias de valor regionais se desenvolvam, é

necessário facilitar o transporte transfronteiriço. Isso, por seu turno, exige infraestruturas transfronteiriças de elevada qualidade, bem como a adoção de formalidades eficientes e de baixo custo em matéria de trânsito fronteiriço (Stuart e MacLeod, no prelo). Para além disso, há que abordar as ligações de transportes, a energia e outras questões de infraestruturas.

A indústria automóvel possui normas técnicas e de qualidade extremamente rigorosas, que exigem mão de obra qualificada e capacidades de produção avançadas. O desenvolvimento da cadeia de abastecimento exige uma mão de obra qualificada e mais e melhores capacidades de produção entre as potenciais empresas de segunda e terceira linha. A *Skills Initiative for Africa* (SIFA) da Agência de Desenvolvimento da União Africana procura promover o desenvolvimento de competências inovadoras em todo o continente, em conjunto com o setor privado. A mesma opera um Mecanismo de Financiamento e uma Componente Técnica. A indústria da África do Sul poderá também desempenhar um papel na transferência de competências e capacidades industriais para a região, trazendo mais benefícios de uma maior integração e de uma rede regional de produção automóvel em desenvolvimento (Barnes et al., 2021). A pressão política para expandir a indústria fornecedora poderá levar as empresas multinacionais de montagem e os fornecedores de primeira linha a reforçarem as capacidades entre os fornecedores de segunda e terceira linha.

A expansão da montagem de veículos e a produção de componentes originais de equipamento, motociclos e peças pós-venda podem impulsionar o aparecimento de cadeias de valor regionais

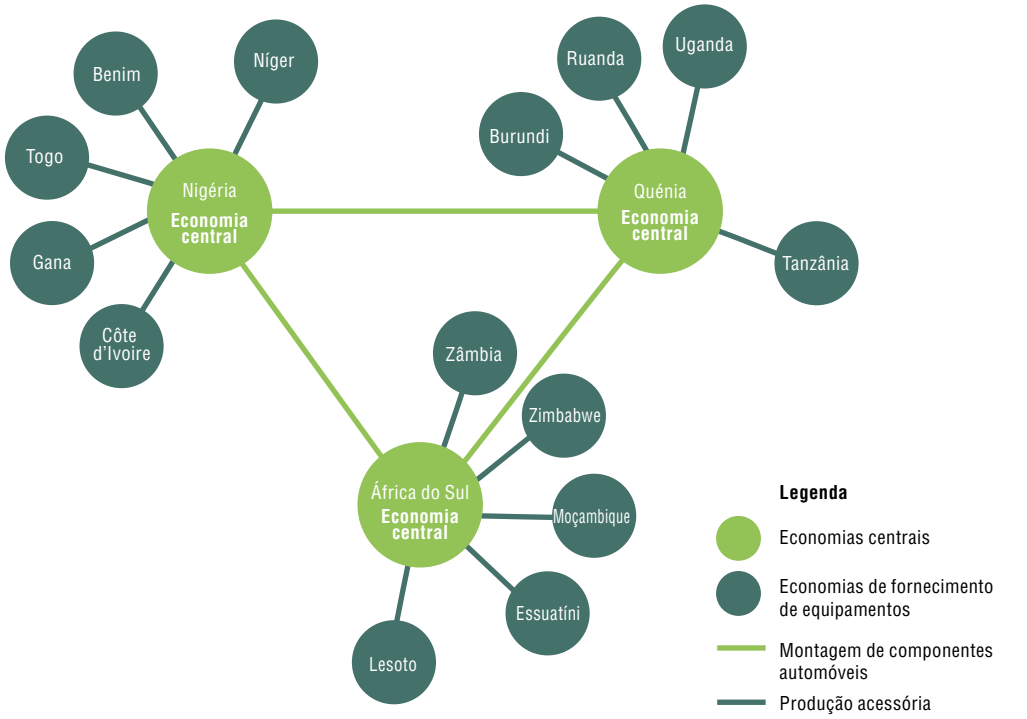
O desenvolvimento de cadeias de valor regionais no setor automóvel exige um aumento significativo da produção em vários países da África Austral. Existem oportunidades significativas nos componentes de montagem e de equipamento original. A produção de motociclos tem potencial como ponto de entrada para a produção de veículos e, possivelmente, também para os veículos elétricos. Da mesma forma, a produção de peças pós-venda pode contribuir para o reforço da cadeia de valor automóvel.

Existem oportunidades para expandir a montagem de veículos e aprofundar a cadeia de abastecimento na África do Sul e em toda a região. Na África Austral, é provável que a montagem de veículos continue a estar principalmente localizada na África do Sul. O plano diretor para o setor automóvel da África do Sul, que entra em vigor em 2021, visa aumentar o nível de conteúdo local em matéria de veículos leves montados internamente de 40 % para 60 % até 2035. Mesmo que o conteúdo local atinja apenas 50 %, isso terá um impacto significativo em termos de criação de novas oportunidades para os fornecedores da região. Para efeitos do plano diretor, o conteúdo local é atualmente definido como produção realizada no interior da SACU.

O estabelecimento de uma base de fornecedores nos países da África Austral é uma oportunidade indubitável, mas será difícil de concretizar. Criada em 2015 para promover a integração, a Associação Africana de Fabricantes de Automóveis (AAAM)[7] está a promover ativamente a celebração de um pacto pan-africano para a indústria automóvel. A proposta consiste na criação de um modelo *hub-and-spoke* (distribuição radial) (Figura 3.9) em que a montagem se realiza em vários centros regionais que são depois abastecidos com peças de países vizinhos (Barnes, Erwin e Ismail, 2019). Na África Austral, um tal processo teria a África do Sul a formar o centro (hub) de montagem e outros países da região a fornecer componentes. Esta é certamente uma possibilidade a médio e a longo prazo, mas o potencial de envolvimento de todos os países é limitado. A indústria automóvel tende a agrupar-se em alguns locais, e as empresas de montagem preferem ter por perto os seus fabricantes locais de peças. Uma logística deficiente e as retenções nas fronteiras são um

anátema para a produção moderna e em grande escala. Até mesmo o Lesoto, que está bem localizado em relação aos grandes centros de produção sul-africanos de Gauteng, Durban e Cabo Oriental e que faz parte de uma união aduaneira com a África do Sul, tem dificuldade em atrair novos investimentos em componentes automóveis (Black, 2017).

Figura 3.9. **Modelo *hub-and-spoke* para o desenvolvimento de um pacto automóvel na África Subsariana**



Fonte: Barnes, Erwin e Ismail (2019), «Realising the potential of the Sub-Saharan African automotive market: The importance of establishing a sub-continental automotive pact».

A produção de motociclos é uma cadeia de valor com potencial, porque oferece um ponto de entrada mais fácil na produção automóvel e inúmeras outras vantagens. O motociclo é muito utilizado em vários países africanos, incluindo Angola, Moçambique e partes da África Oriental e Ocidental. Apesar de estes países importarem principalmente os seus motociclos, possuem algumas linhas de montagem nacionais. A tecnologia dos motociclos é mais simples e, dada a grande dimensão do mercado em muitos países africanos, é mais fácil alcançar uma economia de escala. Os veículos de duas rodas, mais pequenos, estão também mais bem adaptados ao desenvolvimento de cidades sustentáveis. Importa referir que a produção de motociclos desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento da indústria em certas regiões da Ásia, incluindo na Índia, na Tailândia e no Vietname.

Uma possibilidade interessante é a perspetiva de veículos elétricos de duas rodas, com vista a desenvolver uma frota de veículos mais sustentável. Estes veículos já dominam o mercado chinês de duas rodas e estão a espalhar-se rapidamente por outras partes da Ásia, incluindo a Índia, a Tailândia e o Vietname (Black et al., 2019). Além do facto de os motociclos elétricos se estarem a tornar cada vez mais competitivos em relação aos motociclos convencionais, estão a ser ativamente promovidos na Ásia como meio de reduzir a poluição atmosférica urbana. A poluição ambiental por libertação de partículas para a atmosfera é um problema que tem vindo a crescer rapidamente em África (OCDE,

2021a). Na África Austral, os países mais afetados (de acordo com a contagem de mortes prematuras por milhão de habitantes) são as Maurícias, a África do Sul e o Botswana, por essa ordem (OCDE, 2021a). Na Ásia, os motociclos elétricos são também vistos como um meio de desenvolver a tecnologia elétrica que deverá dominar o transporte de veículos nas próximas duas décadas. Além disso, os países importadores de combustíveis consideram-nos uma forma de reduzir os encargos das importações. O Ruanda está a promover ativamente a mobilidade elétrica e três empresas (Ampersand, Safi e Ruanda Electric Mobility) estão alegadamente a empreender ou a planear a montagem em pequena escala de veículos elétricos de duas rodas (Industriall, 2020).

A produção de peças pós-venda abre portas à industrialização e ao desenvolvimento de cadeias de valor regionais. Em circunstâncias difíceis, verificou-se o aparecimento de tais clusters de produção em muitas partes de África, tais como na cidade de Nnewi, na Nigéria (Abiola, 2008), e em Suame, no Gana (Adeya, 2008). Com um número crescente de automóveis (incluindo automóveis mais velhos) nas estradas, o potencial pós-venda é significativo. Embora as peças pós-venda não sejam utilizadas noutros processos de produção, exigem inúmeros recursos e subcomponentes, que podem ser fornecidos pela região. Poderão também servir de base para a produção de componentes de equipamentos originais à medida que a montagem se desenvolve em países que não a África do Sul. Do mesmo modo, o desenvolvimento de uma indústria de componentes de equipamentos originais facilitará a produção pós-venda.

As políticas públicas podem fortalecer a cadeia de valor automóvel na África Austral

Com os progressos realizados no sentido da integração regional, nomeadamente com o estabelecimento da ZCLCA, outras iniciativas importantes a nível continental têm sido implementadas. Na sua declaração de setembro de 2021, o Comité Técnico Especializado do Comércio, Indústria e Minerais da União Africana exortou a Comissão da União Africana, o Afreximbank, o Banco Africano de Desenvolvimento, a Comissão Económica para África das Nações Unidas, a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial e a AAAM a acelerar a criação de uma estratégia continental de desenvolvimento automóvel. Os requisitos básicos são, em primeiro lugar, a criação de um "espaço automóvel" viável e de dimensão suficiente para atrair investimentos em grande escala. Em segundo lugar, o mercado exige um nível modesto de proteção e apoio político. Neste contexto, a proteção refere-se à entidade regional no seu conjunto, permitindo simultaneamente o comércio interno livre. A África do Sul detém a única indústria automóvel estabelecida na região, sendo necessário um nível mais elevado de proteção e apoio direcionado para os países mais pequenos e para as indústrias emergentes. O terceiro requisito tem a ver com a necessidade de atualizar continuamente a infraestrutura e os recursos do setor. Colocando de parte a pandemia de COVID-19, as perspetivas são agora muito melhores. Isso porque o mercado tem potencial de crescimento e vários países estão a desenvolver políticas de promoção do setor.

A integração regional e uma política comercial adequada são cruciais para o sucesso da indústria automóvel

Só um grande mercado integrado pode oferecer a escala necessária a grandes investimentos. Para tal, será necessário continuar a eliminar direitos aduaneiros e outros obstáculos no interior do continente, bem como facilitar o acesso transfronteiras. A este respeito, a SADC surge como a comunidade económica regional (CER) evidente quando se pretende integrar a indústria automóvel e facilitar o comércio em cadeias de valor transfronteiriças. Além de ser uma zona de comércio livre, a SADC adotou uma

estratégia e um roteiro de industrialização, que apela a uma ação decisiva dos membros para promover a industrialização, o investimento e o comércio regionais. Além disso, para que a indústria automóvel regional seja bem sucedida, os países da África Austral devem desempenhar um papel nas cadeias de valor proporcional às suas vantagens comparativas e competitivas no fornecimento de componentes aos países que ocupam as posições centrais da montagem de veículos.

Para desenvolver a indústria automóvel e as cadeias de valor regionais na África Austral é necessário criar algum nível de proteção (barreiras aduaneiras e não aduaneiras) em relação às importações de fora do continente. Verifica-se alguma tensão entre as abordagens políticas que procuram proteger e localizar o setor e aquelas que permitem a sua exposição à concorrência. A indústria automóvel sul-africana foi desenvolvida por detrás de barreiras comerciais e com um amplo apoio político, incluindo subsídios. Medidas de proteção semelhantes, incluindo requisitos de conteúdo local,[8] foram utilizadas para estabelecer indústrias automóveis em muitos outros países emergentes (Lee e Mao, 2020). No entanto, as barreiras comerciais também acabam por contrariar o desenvolvimento de cadeias de valor regionais, na medida em que restringem o fluxo de importações e, por conseguinte, também as exportações (que contêm recursos importados) (OCDE, 2013). Além disso, a experiência na Ásia mostra que o sucesso a longo prazo nas cadeias de valor automóvel não é alcançado apenas através da proteção, mas também através da exposição à concorrência (Lee e Mao, 2020).

O multilateralismo é importante para o estabelecimento de cadeias de valor regionais – significa que as prerrogativas industriais regionais são abordadas por negociação entre os participantes. A ZCLCA e, mais diretamente, a SADC serão fundamentais no desenvolvimento de políticas para uma cadeia de valor regional sul-africana no setor automóvel, por várias razões:

- As barreiras comerciais com terceiros, relacionadas com a cadeia de valor regional do setor automóvel, podem ser tornadas coerentes em todos os países membros.
- Os acordos de investimento podem ser negociados a nível da CER com terceiros e concebidos de forma equitativa entre os países membros.
- As exportações podem ser impulsionadas através de acordos comerciais plurilaterais, tais como os acordos de parceria económica (APE) da União Europeia e a lei relativa ao crescimento e às oportunidades em África. Um APE entre a União Europeia e os países membros da SADC (atualmente excluindo Angola) entrou provisoriamente em vigor em outubro de 2016.
- Os países mais pequenos da SADC podem integrar o seu comércio e investimento utilizando as políticas da CER sobre o comércio livre e a promoção do investimento regional (OCDE, 2013, 2016). No âmbito da SACU, o Botswana e o Lesoto foram capazes de fazê-lo até certo ponto.

O ambiente empresarial e a criação de incentivos são vitais para atrair investimento

O ambiente empresarial geral é fundamental para atrair os investidores - as políticas comerciais, industriais e regionais acabarão por falhar se o ambiente empresarial não for favorável ao investimento. Esta é uma área em que a África Austral revela dificuldades. Um ambiente de negócios aprimorado requer o seguinte:[9]

- *Melhores serviços de abastecimento de energia e água, melhores serviços de transporte a granel e melhores infraestruturas portuárias, aéreas, rodoviárias e ferroviárias.* Mesmo a África do Sul, com as suas infraestruturas relativamente avançadas, sofre de fortes restrições energéticas, e os elevados custos portuários e ferroviários representam um grande desafio. Com a sua longa cadeia de abastecimento, que exige normas

de qualidade e produção "just in time", a indústria automóvel é particularmente exigente em termos de infraestruturas de transportes. Esta questão também coloca desafios ao desenvolvimento de cadeias de valor regionais.

- *Instituições mais fortes, incluindo direitos de propriedade, contratos comerciais, segurança política e regulamentar e segurança pessoal e empresarial*. Qualquer deterioração da força das instituições, da eficácia política ou da qualidade regulamentar comprometerá as estratégias regionais de industrialização.
- *Serviços a montante mais desenvolvidos, como os transportes, a distribuição, as comunicações e os serviços financeiros e empresariais*. Além disso, com o crescente conteúdo tecnológico dos veículos a motor e respetivos componentes, o setor dos serviços tecnológicos também deve ser capaz de responder às necessidades. A Cidade do Cabo é atualmente o polo tecnológico mais conhecido na África Austral, podendo servir de modelo e meio para o desenvolvimento tecnológico noutros locais da região (Stuart, 2019). Os principais ingredientes para o sucesso do desenvolvimento de serviços tecnológicos são a promoção da educação, o apoio ao empreendedorismo tecnológico e o incentivo à inovação.
- *Uma indústria siderúrgica competitiva*. O ambiente empresarial do setor automóvel está ligado à indústria siderúrgica que, a montante, precisa de ser capaz de fornecer aço de forma competitiva. Os representantes da indústria automóvel sul-africana referem este facto como um problema que resultou na utilização de uma elevada proporção de produtos siderúrgicos importados na indústria (OCDE, 2016).

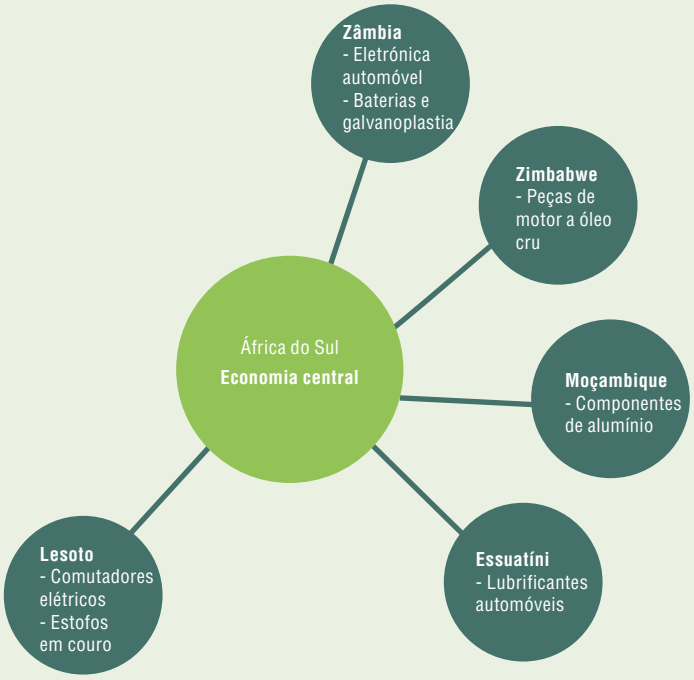
Caixa 3.3. **O comércio regional e as políticas industriais devem ter em conta as questões específicas do setor automóvel**

Uma produção eficiente exige instalações de montagem em grande escala, necessárias para atrair investimentos no setor dos componentes. A proliferação de operações de pequena escala do tipo SKD é o resultado de uma política inadequada (tais como taxas excecionalmente elevadas de proteção efetiva para um pequeno setor de montagem final) e deve ser desencorajada. Estas operações proporcionam um nível insignificante de valor acrescentado e de possibilidades de fornecimento de componentes no mercado interno. Além disso, as empresas que utilizam a montagem em SKD podem tentar impedir a implementação de medidas destinadas a atrair investimentos de maior dimensão. As políticas devem promover a especialização e a produção em grande escala, a fim de apoiar os fornecedores locais e regionais. Por este motivo, nem todos os países devem tentar entrar na indústria, especialmente no setor da montagem de veículos. A integração regional exige uma especialização regional, que seria melhor para todas as partes interessadas. Em termos de vantagens comparativas, outros setores industriais podem oferecer melhores perspetivas.

Um método possível para identificar a distribuição da participação na cadeia de valor entre os países é a análise das vantagens comparativas reveladas (VCR), em que os sucessos de exportação existentes num país servem de base ao seu potencial papel nas cadeias de valor. Venter (2019) e Stuart (2020) baseiam-se na análise VCR para sugerir, por exemplo, que a indústria de cobre da Zâmbia poderia participar na cadeia de valor relativa à produção de componentes elétricos. Outros exemplos referidos por Stuart (2020) incluem a especialização do Lesoto em componentes de comutação elétrica, a especialização de Moçambique na produção de componentes de alumínio, como cabeças de cilindros, e a especialização do Zimbabwe em aspetos da construção básica de motores.[10] Essa configuração potencial é demonstrada na figura 3.10.

Caixa 3.3. **O comércio regional e as políticas industriais devem ter em conta as questões específicas do setor automóvel (*continuação*)**

Figura 3.10. **Potencial modelo *hub-and-spoke* para o desenvolvimento de um pacto automóvel na África Austral**



Fonte: Elaborado pelos autores.

Cerca de 80 % do valor de um automóvel está nos seus componentes, os quais, por conseguinte, constituem a maior parte das oportunidades de industrialização para o desenvolvimento de cadeias de valor regionais. As políticas devem ter isso em conta desde o início e procurar desenvolver uma indústria de montagem com uma proporção significativa de peças produzidas internamente ou na região. Atualmente, mesmo na indústria sul-africana, os níveis de conteúdo local, de cerca de 40 % (usando uma definição alargada)[11], são bastante reduzidos. É fundamental apostar em políticas de desenvolvimento de fornecedores.

A importação generalizada de veículos usados traz grandes dificuldades para o desenvolvimento da indústria, e uma política bem concebida poderia reduzir gradualmente essas importações. Com exceção da África do Sul, a maior parte dos veículos que entram nos mercados da África Austral são veículos usados importados, principalmente do Japão. Uma vasta gama de medidas é aplicada, as quais vão desde a ausência de restrições (Lesoto, Madagáscar, Malawi e Zâmbia) a diversos impostos incrementais baseados na idade e nas emissões dos veículos (PNUA, 2017). Um primeiro passo será avançar no sentido de uma maior harmonização das políticas aplicáveis na região em matéria de importações de automóveis usados. É pouco provável que o atual padrão (alguns países com fortes taxas de importação e outros com taxa zero ou próxima de zero) possa ser alterado de um dia para o outro. No entanto, a harmonização terá de ser integrada em qualquer estratégia de industrialização da cadeia de valor regional. Esta harmonização deverá ter em conta o potencial de oportunidades de industrialização interna, bem como os benefícios das importações de automóveis usados de baixo custo

Caixa 3.3. **O comércio regional e as políticas industriais devem ter em conta as questões específicas do setor automóvel (*continuação*)**

para os consumidores. Existem também algumas contradições entre, por um lado, os benefícios ambientais da venda de veículos usados em termos de aumento do tempo de vida dos veículos e, por outro lado, os prejuízos decorrentes da utilização de veículos mais antigos e mais poluentes.

A política deve ter em conta a atual transição global para veículos elétricos e transportes sustentáveis. África não enfrenta o problema do investimento em grande escala na tecnologia de motores de combustão interna, podendo, por isso, saltar para as novas tecnologias. Com a rápida transição da Europa para a tecnologia elétrica, a África do Sul poderá ser obrigada a dar este salto, seguindo um roteiro para proibir os veículos a gasolina e a gasóleo na União Europeia até 2035. Além disso, muitas cidades em todo o mundo estão também a ter enormes vantagens económicas com o desenvolvimento de projetos urbanos mais pedonáveis. Uma taxa reduzida de propriedade de veículos a motor poderá criar uma maior abertura para o transporte sustentável, como o transporte ferroviário ligeiro. No final de 2019, a Alstom Ubunye inaugurou uma fábrica de material ferroviário na África do Sul[12] que contribui para a produção de comboios elétricos X-Trapolis Mega e é considerada crucial para o desenvolvimento de todo o mercado ferroviário africano.

Os incentivos ao investimento podem contribuir para atrair o IDE necessário para fomentar a participação nas cadeias de valor do setor automóvel. Muitos países, como a República Checa, o México e a Turquia, têm utilizado incentivos para atrair IDE para os seus setores automóveis (OCDE, 2016). Tais incentivos incluíram benefícios fiscais, subsídios de formação, disponibilização de terrenos a baixo custo e ajudas diretas ao investimento. Na maioria dos países produtores dos mercados emergentes, o setor da montagem é de propriedade estrangeira ou opera sob licenças de tecnologia estrangeira. No entanto, um setor de montagem em grande escala cria oportunidades para o desenvolvimento dos fornecedores, incluindo das empresas nacionais.

Capacidades e competências de produção que precisam de ser desenvolvidas

As capacidades e competências de produção devem ser reforçadas em toda a região. Embora a África do Sul tenha uma longa história de produção automóvel em larga escala, enfrenta uma escassez de competências. Nem os centros de educação e formação técnica e profissional, nem o sistema da autoridade de educação e formação setorial (Sector Education and Training Authority) conseguem responder às necessidades reais. Um resultado é a escassez e o elevado custo da contratação de técnicos, profissionais qualificados e gestores no setor automóvel.

Existem, no entanto, várias colaborações interessantes entre o setor público e o privado, envolvendo empresas estrangeiras e nacionais, organizações industriais e governos locais ou nacionais. Mais abaixo, seguem alguns exemplos da África do Sul: os países vizinhos poderão tirar partido desta experiência, talvez com o apoio de agências como *Skills Initiative for Africa*:

- O ***Durban Auto Cluster***, que executa programas sobre boas práticas.
- O ***Automotive Industry Development Centre*** **(AIDC)**, uma iniciativa do governo provincial de Gauteng. O AIDC está empenhado no desenvolvimento de fornecedores, incluindo uma série de ações de formação (produção otimizada, gestão da qualidade, produção limpa, manutenção), e gere centros de incubação para pequenas empresas localizadas perto de instalações de montagem na província de Gauteng.

- A ***Mercedes-Benz Learning Academy***, no Leste de Londres, é uma iniciativa pública-privada equipada com tecnologias de topo para a formação de profissionais nos campos da robótica, da automatização fabril e das tecnologias de fusão de metais. Oferece formação de base, aprendizagem e competências avançadas no setor automóvel e noutras indústrias.
- A ***Automotive Supply Chain Competitiveness Initiative*** **(ASCCI)** é um projeto colaborativo nacional que promove a localização de fornecedores (Black, Barnes e Monaco, 2019).

As respostas específicas à COVID procuraram fazer face aos grandes impactos económicos

As respostas políticas dos governos da África Austral à COVID-19 foram mistas, mas refletem uma resposta típica a um grave choque económico. A forma como os países continuarão a reagir aos impactos da pandemia será crítica para a indústria automóvel e terá repercussões sobre a mesma durante décadas. Em alguns aspetos, a situação da cadeia de valor automóvel em África reflete atualmente a situação da indústria automóvel mundial e, em especial, dos Estados Unidos, na sequência da crise financeira de 2008 – a última grande recessão global. Nessa altura, os decisores políticos dos Estados Unidos aplicaram uma série de medidas que passaram, por exemplo, por uma assistência financeira direta e por medidas indiretas, como a assunção dos passivos; pela atribuição de subsídios de aquisição a consumidores; e pela quase nacionalização da indústria, mas apenas temporariamente até que a indústria recuperasse (Van Biesebroeck e Sturgeon, 2010: 217-218).

Os governos africanos, apesar de terem menor capacidade para fornecer apoio financeiro direto, podem tomar outras medidas úteis e decorrentes de respostas políticas à COVID-19. A redução das restrições de liquidez, a concessão de créditos fiscais e de outros incentivos e isenções constituem caminhos possíveis, na medida em que envolvem uma perda de receitas e não o pagamento de receitas. A maior parte das medidas adotadas pela África Austral para fazer face à COVID-19 são as seguintes:

- **Medidas monetárias para promover a liquidez.** Angola, o Essuatíni, a África do Sul e a Zâmbia reduziram as taxas de empréstimos dos respetivos bancos centrais para níveis historicamente baixos.
- **Apoio financeiro à indústria** através de meios diretos, tais como subvenções salariais, ou meios indiretos, tais como medidas de desagravamento fiscal. Angola apresentou dois planos de subvenção, um destinado às micro, pequenas e médias empresas (MPME) e outro às grandes empresas. O Botswana ofereceu um pacote de ajuda, incluindo garantias de empréstimo às empresas MPME. O Malawi implementou duas medidas de desagravamento fiscal e uma medida de subvenção destinada a todas as empresas e, especificamente, às MPME que operam em determinados setores. O Ministério do Trabalho sul-africano aprovou um subsídio para trabalhadores que auferem salários abaixo de um determinado limiar.
- **Apoio a setores vulneráveis da sociedade através de subvenções e outras formas de ajuda.** O Botswana implementou um pacote de apoio, parte do qual incluiu subvenções salariais e compensações por perda de rendimentos. As Maurícias concederam subvenções salariais aos trabalhadores por conta de outrem e assistência financeira direta aos trabalhadores por conta própria. A África do Sul aumentou temporariamente os subsídios sociais existentes e prorrogou um auxílio temporário.

As medidas políticas especificamente referentes à COVID-19 são provavelmente demasiado limitadas para evitar danos na cadeia de valor automóvel. É pouco provável que as políticas implementadas na África Austral como resposta inicial à crise provocada

pela pandemia de COVID-19[12] evitem impactos negativos na cadeia de valor automóvel. Tal deve-se ao facto de estas medidas serem implicitamente de âmbito limitado, centrando-se apenas em medidas de emergência e de auxílio temporário. Em certos casos, as medidas de apoio esgotaram-se antes do final de 2020, como foi o caso das ajudas provenientes do Fundo de Seguro de Desemprego da África do Sul. A redução das taxas de juro para níveis históricos e a extensão das garantias de empréstimos em muitos países da África Austral são medidas políticas destinadas a proporcionar um alívio temporário a indústrias que enfrentam reduções acentuadas da procura, mas, por si só, não podem resolver o problema fundamental, que é o impacto negativo na procura mundial.

No entanto, por altura da redação do presente documento, nota-se uma diminuição dos impactos da pandemia de COVID-19, associada a um ressurgimento da procura de produtos de base e com o parceiro comercial mais importante de África, a China, a recuperar bem economicamente. No primeiro trimestre de 2021, a procura mundial de matérias-primas começou a recuperar, liderada por um aumento do preço do petróleo bruto. Este facto é o reflexo de uma confiança renovada na recuperação. No entanto, a procura de produtos primários é mais elevada do que a dos produtos acabados, e, no futuro, a indústria automóvel enfrentará não só este desafio, mas também o desafio mais geral de passar dos motores de combustão interna para os motores movidos a eletricidade. A recuperação é possível, mas exigirá um processo de construção de bases não só para consolidar os mercados existentes, mas também para dar resposta aos requisitos das tecnologias de transporte mais ecológicas no futuro.

Apesar de o processo de recuperação estar em curso, existe um perigo real de "encurtamento" das cadeias de valor e de relocalização interna da produção. Em vez de enveredarem por este caminho, os países da África Austral deverão aproveitar a oportunidade para construir melhores relações comerciais e de produção e para alargá-las de forma criativa, a fim de aproveitarem o considerável potencial da região.

Notas

1. A África do Sul domina a região em termos de dimensão económica, com 63 % do PIB da região, mas existem algumas assimetrias. Por exemplo, a África do Sul atraiu 52 % do investimento direto estrangeiro da região em 2019, face aos 33 % de Moçambique, mas o investimento direto estrangeiro só é responsável por 3 % do PIB da região (Banco Mundial, 2021). O setor automóvel regional da África Austral é significativamente dominado pela África do Sul, mas o desenvolvimento da cadeia de valor em geral não é limitado pelas atuais questões estruturais da África do Sul. Por exemplo, as cadeias de valor desenvolveram-se de forma independente entre os membros da União Aduaneira da África Austral, entre os quais os do setor mineiro entre o Botswana e a Namíbia.
2. Note-se, no entanto, que, embora o comércio de bens intermédios constitua a base do comércio em cadeias de valor, nem todo o comércio de bens intermédios está integrado nessas cadeias. Por exemplo, alguns bens intermédios, como as peças sobressalentes para automóveis, não são utilizados exclusivamente na produção de automóveis em cadeias de valor, sendo alguns utilizados na reparação de automóveis existentes.
3. Na montagem de peças SKD, o veículo parcialmente montado é importado com pouca necessidade de operações de montagem, necessitando, por exemplo, apenas da instalação do motor.
4. No âmbito da fase VI do programa da África do Sul para o setor automóvel e, posteriormente, no âmbito do Programa de Desenvolvimento da Indústria Automóvel, o couro destinado ao setor automóvel beneficiou de incentivos significativos, os quais foram reduzidos no âmbito do Programa de Produção e Desenvolvimento da Indústria Automóvel.
5. Ver Furlonger, D. (2018).
6. Ver, por exemplo, Kenya State Department of Industrialization (2019).
7. A AAAM é uma associação africana de empresas multinacionais do setor automóvel, muitas das quais têm a sua sede regional na África do Sul. Ver https://aaamafrica.com/.
8. Note-se que os requisitos de conteúdo local já não são permitidos pela Organização Mundial do Comércio.

9. Ver também o programa de investimento sustentável para África da OCDE-NEPAD, que procede a análises específicas por país e aos correspondentes programas de reforma política (OCDE, 2021b).
10. A especialização em componentes do nicho automóvel pelos países da África Austral, que já existe, centrar-se-ia na produção de bancos de automóveis com estofos em couro no Lesoto e na produção de feixes de cablagens elétricas no Botswana.
11. O conteúdo local é definido aqui como o valor por grosso, subtraindo-lhe todo o conteúdo importado e, portanto, inclui o processo de montagem.
12. Ver Zasiadko (2019).

Bibliografia

Abiola, B. (2008), «The Nnewi automotive components cluster in Nigeria», em D. Zheng (ed.), *Knowledge, Technology and Cluster-based Growth in Africa*, Banco Mundial, Washington, DC.

Adeya, C. (2008), «The Suame manufacturing cluster in Ghana», em D. Zheng (ed.), *Knowledge, Technology and Cluster-based Growth in Africa*, Banco Mundial, Washington, DC.

AIEC (2021), *Automotive Export Manual 2021*, Automotive Industry Export Council, Pretória, https://naacam.org.za/wp-content/uploads/2021/04/AutomotiveExportManual2021.pdf.

AIEC (2018), *Automotive Export Manual 2018*, Automotive Industry Export Council, Pretória, www.abrbuzz.co.za/publications/press-and-customers/naamsa/AutomotiveExportManual2018.pdf.

AIEC (2015), *Automotive Export Manual 2015*, Automotive Industry Export Council, Pretória, https://naacam.org.za/wp-content/uploads/pdf/automotiveexportmanual20154.pdf.

AIEC (2012), *Automotive Export Manual 2012*, Automotive Industry Export Council, Pretória.

Arab Weekly (2021), *Algeria finds no way out car manufacturing fiasco*, https://thearabweekly.com/algeria-finds-no-way-out-car-manufacturing-fiasco.

Banco Mundial (2021), *Indicadores de Desenvolvimento Mundial* (base de dados), Banco Mundial, Washington, DC, https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators.

Banco Mundial (2020), *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2020, Base de dados CVG*, www.worldbank.org/en/publication/wdr2020/brief/world-development-report-2020-data.

Barnes, J., A. Black, C. Markowitz e L. Monaco (2021), «Regional integration, regional value chains and the automotive industry in Sub-Saharan Africa», *Development Southern Africa*, Vol. 38/1, www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/0376835X.2021.1900788.

Barnes, J., A. Erwin e F. Ismail (2019), «Realising the potential of the sub-Saharan African automotive market: The importance of establishing a sub-continental automotive pact», Relatório para as estratégias de políticas comerciais e industriais (TIPS) e para a Associação Africana de Fabricantes de Automóveis (AAAM).

Black, A. (2017), *Diversifying Lesotho's Manufacturing Economy: Automotive Components Mini-Study*, relatório não publicado para o governo do Lesoto.

Black, A. (2009), «Location, automotive policy and multinational strategy: The position of South Africa in the global automotive industry since 1995», *Growth and Change*, Vol. 40/3, https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1468-2257.2009.00491.x.

Black, A., J. Barnes, B. Makundi e T. Ritter (2019) «Electric two-wheelers in Africa? Markets, production and policy», *Documento de trabalho do PRISM* 2019-1, Universidade da Cidade do Cabo, http://webcms.uct.ac.za/sites/default/files/image_tool/images/524/Papers/PRISM-WorkingPaper%202019-1.pdf.

Black, A., J. Barnes e L. Monaco (2019), «South Africa's automotive supply chain: Current position and prospects for employment creation», Relatório final para a Agência Japonesa de Cooperação Internacional, Pretória, http://webcms.uct.ac.za/sites/default/files/image_tool/images/524/Papers/PRISM-WorkingPaper%202019-1.pdf.

Black, A., B. Makundi e T. McLennan (2017), «Africa's automotive industry: Potential and challenges», *Documento de trabalho 282 do BAD*, Banco Africano de Desenvolvimento, Abidjan, http://www.afdb.org/fr/documents/document/working-paper-282-africas-automotive-industry-potential-and-challenges-98157.

Byiers, B., J. Vanheukelom e S. Woolfrey (2018), «SADC industrialisation: Where regional agendas meet domestic interests», *Documento de debate 232 do ECDPM*, Maastricht, http://ecdpm.org/wp-content/uploads/ECDPM-DP232-SADC-industrialisation-Where-regional-agendas-meet-domestic-interests.pdf.

Casella, B. et al. (2019), *UNCTAD-Eora Global Value Chain Database*, https://worldmrio.com/unctadgvc/ (consultado em 1 de junho de 2021).

CEPII (2021), *BACI* (base de dados), Centre d'études prospectives et d'informations internationales, www.cepii.fr/cepii/en/bdd_modele/presentation.asp?id=37 (acedido em 21 de setembro de 2021).

Deloitte (2020), *The Economic Impact of Covid-19 on the Automotive Value Chain*, Deloitte South Africa, www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/za/Documents/Consumer_Industrial_Products/ZA_Deloitte_The_economic_impact_of_Covid19_on_the_auto_value_chain%20-%20June%202020-6.pdf.

fDi Markets (2021), *fDi Markets* (base de dados), https://www.fdiintelligence.com/fdi-markets (consultado em 1 de junho de 2021).

Fennell, Z. (2021), «Democratic Republic of Congo bucks trend with rise in FDI in 2020», *FDI Intelligence* online, www.fdiintelligence.com/article/79609.

Ford (2021), *Ford to Expand South African Manufacturing*, https://media.ford.com/content/fordmedia/fna/us/en/news/2021/02/02/ford-expand-south-african-manufacturing.html.

Furlonger, D. (2018), *SA raises concern over Peugeot's assembly plant in Namibia*, www.businesslive.co.za/bd/companies/industrials/2018-12-05-sa-raises-concern-over-peugeots-assembly-plant-in-namibia/.

Görg, H. (2021), *Global Value Chains: Reconfiguration or Disintegration?* Valdai Club, https://valdaiclub.com/a/highlights/global-value-chains-reconfiguration-or-disintegrat/.

Gössling, S. (2020), «Why cities need to take road space from cars – and how this could be done», *Journal of Urban Design*, Vol. 25/4, pp. 443-448, DOI: 10.1080/13574809.2020.1727318, www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13574809.2020.1727318.

Green, T. (2021), *The Covid Consensus*, Hurst, Londres.

Industriall (2020), *The Auto Industry in Sub Saharan Africa: Investment, Sustainability and Decent Jobs*, Gabinete regional Industriall SSA, Joanesburgo, http://admin.industriall-union.org/sites/default/files/uploads/images/2021/Africa/industriall_automotive_report_v2.pdf.

ITC Trade Map (2021), *Portal de dados Trade Map*, https://trademap.org (acedido em 31 de agosto de 2021).

Kenya State Department for Industrialization (2019), *Draft National Automotive Policy*, Republic of Kenya, www.industrialization.go.ke/images/downloads/policies/draft-national-automotive-policy-february-2019.pdf.

Lee, K. e Z. Mao (2020), «GVC, industrial policy and industrial upgrading: Automotive sectors in Malaysia, Thailand and China in Comparison with Korea», *European Journal of Development Research*, outubro.

Lung, Y. e R. van Tulder (2004), «Introduction: In search of a viable automotive space», em J. Carrillo, Y. Lung e R. van Tulder (eds.), *Cars, Carriers of Regionalism?*, Palgrave Macmillan, Londres.

Markowitz, C. (2016), «The potential for regional value chains in the automotive sector: Can SADC learn from the ASEAN experience?», *Documento ocasional 231 do SAIIA*, South African Institute of International Affairs, Pretória, https://saiia.org.za/research/the-potential-for-regional-value-chains-in-the-automotive-sector-can-sadc-learn-from-the-asean-experience.

Markowitz, C. e A. Black (2019), «*The prospects for regional value chains in the automotive sector in Southern Africa*», em S. Scholvin, A. Black, J. Revilla Diez e I. Turok (eds.), *Value Chains in Sub-Saharan Africa: Challenges of Integration into the Global Economy*, Springer, Nova Iorque.

Nações Unidas (2021), *Contas Nacionais das Nações Unidas - AMA*, Nações Unidas, Nova Iorque.

OCDE (2021a), «Air quality and health: Mortality, morbidity and welfare cost from exposure to environment-related risks», *Estatísticas ambientais da OCDE* (base de dados), http://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=EXP_MORSC.

OCDE (2021b), *OECD Africa Investment Initiative website*, www.oecd.org/investment/investmentfordevelopment/africa.htm (acedido em 15 de setembro de 2021).

OCDE (2016), «Upgrading pathways in the automotive value chain», *OECD Initiative for Policy Dialogue on Global Value Chains, Production Transformation and Development*, apresentação na 7.º reunião plenária, Cidade do México, 10-11 de novembro de 2016, www.oecd.org/dev/Upgrading-pathways-in-the-automotive-value-chain.pdf.

OCDE (2013), «Interconnected economies: Benefitting from global value chains», *Relatório de síntese*, www.oecd.org/sti/ind/interconnected-economies-GVCs-synthesis.pdf.

OICA (2020), International Organization of Motor Vehicle Manufacturers website, www.oica.net/.

Rondganger, L. (2021), «South Africa's roads deaths are a "national crisis"», *Independent Online*, www.iol.co.za, 24 de maio de 2021, www.iol.co.za/news/south-africa/kwazulu-natal/south-africas-roadsdeaths-are-a-national-crisis-cefc54fe-bafe-45c6-b0d9-f7c4b1ce7ea8.

SADC (2017), *Action Plan for SADC Industrialisation Strategy and Roadmap*, Comunidade de Desenvolvimento dos Países da África Austral, Suazilândia, 18 de março de 2017, www.sadc.int/files/4514/9580/8179/Action_Plan_for_SADC_Industrialization_Strategy_and_Roadmap.pdf.

Stuart, J. (2020), «The automotive components trade in Africa: Its place and potential, *Documento de trabalho* n.º S20WP02/2020, tralac, Stellenbosch, www.tralac.org/publications/article/14368-theautomotive-components-trade-in-africa-its-place-and-potential.htm.

Stuart, J. (2019), «A hub for Africa? The information and communications technology sector in Cape Town», em S. Scholvin, A. Black, J. Revilla-Diaz e I. Turok (eds.), *Value Chains in Sub-Saharan Africa: Challenges of Integration into the Global Economy*, Springer, Cham, Suíça.

Stuart, J. (no prelo), *The Automotive Components Trade in Africa: Its Place and Potential (atualização)*, Trade Brief, tralac, Stellenbosch.

Stuart, J. e J. MacLeod (no prelo), *The Utilisation of Preferential Trade Areas in Africa*, relatório para a Comissão Económica das Nações Unidas para África, Adis Abeba.

Sturgeon, T. e R. Florida (1999), *The World that Changed the Machine: Globalization and Jobs in the Automotive Industry*, Relatório final para a Fundação Alfred P Sloan, Programa Internacional de Veículos a Motor, https://creativeclass.com/rfcgdb/articles/sloanFinal%20Repor.pdf.

TBCSA (2020), *Tourism industry survey of South Africa: COVID-19*, Tourism Business Council of South Africa, https://documents1.worldbank.org/curated/en/648261588959603840/pdf/Tourism-Industry-Survey-of-South-Africa-COVID-19-Impact-Mitigation-and-the-Future-Survey-1.pdf.

TIPS (2020), *Foreign Direct Investment Tracker: Quarto Trimestre de 2019*, Políticas Comerciais e Industriais, Pretória.

Ugwueze, M.I., C.C. Ezeibe e J.I. Onuoha (2020), «The political economy of automobile development in Nigeria», *Review of African Political Economy*, Vol. 47/163, pp. 115-125.

UN Comtrade (2021), *Base de dados Comtrade das Nações Unidas*, https://comtrade.un.org/data/ (consultado em 7 de setembro de 2021).

PNUA (2017), Programa das Nações Unidas para o Ambiente, «Overview of the UN Environment Used Vehicle Report», 12.ª *reunião dos parceiros globais do PCFV*, www.airqualityandmobility.org/PCFV/PDF/AnOverviewoftheUNEnvironmentUsedVehicleReport.pdf.

Van Biesebroeck, J. e T.J. Sturgeon (2010), «Effects of the 2008-09 crisis on the automotive industry in developing countries: a global value chain perspective», em O. Cattaneo, G. Gereffi e C. Staritz (eds.), *Global Value Chains in a Postcrisis World*, Banco Mundial, Washington, DC, https://feb.kuleuven.be/public/n07057/cv/vbs10WBbook.pdf.

Venter, J. (2019), «Supportive policy held up as key to unlocking Africa's auto ambitions», *Engineering News Online*, http://m.engineeringnews.co.za/article/supportive-policy-held-up-as-key-to-unlocking-africas-auto-ambitions-2019-04-12/rep_id:4433.

Zasiadko, M. (2019), *Rolling stock manufacturers intensify competition in South Africa*, www.railtech.com/rolling-stock/2019/10/30/rolling-stock-manufacturers-intensify-competition-in-south-africa/.

Zizhou, F. (2009), «Linkages between trade and industrial policies in Botswana», *Trade and Industrial Policy Strategies*, Pretória, www.tips.org.za/files/botswana_paper.pdf.

Capítulo 4

Integração das cadeias de valor na África Central e a indústria da madeira

O presente capítulo analisa o nível de integração nas cadeias de valor globais (CVG) da África Central e dos seus nove países: Burundi, Camarões, Chade, Congo, Gabão, Guiné Equatorial, República Centro-Africana (RCA), República Democrática do Congo (RD Congo) e São Tomé e Príncipe. O mesmo apresenta uma visão geral da participação da sub-região nas CVG, identificando produtos e setores estratégicos. O foco desloca-se então para a cadeia de valor (CV) da madeira, devido ao seu potencial, à sua importância e às restrições que lhe estão associadas devido à pandemia de COVID-19. Finalmente, o capítulo apresenta sugestões de políticas públicas que visam reforçar a promoção das CV na África Central, especialmente a CV da madeira. Trata-se de melhorar o quadro macroeconómico e o clima de investimento, reduzir o défice de infraestruturas de transporte e logística e desenvolver competências profissionais adaptadas às necessidades do mercado.

EM SÍNTESE

O nível de integração da África Central nas CVG continua baixo em comparação com o da África Austral e do Norte de África, embora seja melhor do que o da África Ocidental e da África Oriental. É impulsionado por atividades a jusante (comércio e serviços) e muito pouco por atividades a montante (investigação e desenvolvimento, conceção). A integração nas CVG é impulsionada pelo setor primário, com exportações de matérias-primas brutas (86.6 % do total das exportações no Chade, 63.3 % na Guiné Equatorial e 61.4 % no Congo), que não contribuem para a criação de valor acrescentado, nem para a redistribuição de rendimentos.

Os países da África Central têm uma vantagem competitiva numa vasta gama de produtos, nomeadamente nos minérios e abrasivos naturais (rochas duras), no cacau, no algodão e na madeira em bruto. Seis dos nove países da sub-região albergam quase 26 % das florestas tropicais que ainda subsistem no mundo, as quais constituem a segunda maior área do mundo depois da Amazónia. O setor florestal, mais precisamente a indústria da madeira, representa uma oportunidade para integrar as CV. No entanto, os países precisam de implementar estratégias para reduzir as atividades informais, por forma a desenvolver cadeias de produção sustentáveis que criem crescimento e emprego.

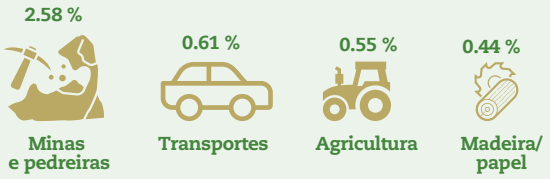
Apesar do enorme potencial da CV da madeira, a quota da África Central no mercado internacional continua a ser reduzida: 6.28 %, 9.70 % e 5.38 % da produção mundial de madeira tropical serrada, laminada e em toro, respetivamente, em 2020. A esta debilidade juntam-se os elevados custos de transporte, a insuficiente inovação técnica, comercial e de marketing, a pressão competitiva dos países emergentes e os problemas associados à exploração informal.

O presente capítulo sugere três políticas a serem exploradas: i) melhorar o quadro macroeconómico e o clima de investimento para o desenvolvimento do setor florestal; ii) reduzir o défice de infraestruturas de logística e transportes; e iii) desenvolver as competências profissionais para responder às necessidades do mercado.

África Central

A África Central e as cadeias de valor globais

Participação da África Central nas cadeias de valor globais:



Exportação de produtos transformados em 2018



Oportunidades para a cadeia de valor da madeira

A floresta da Bacia do Congo é a segunda maior floresta tropical do mundo e representa:





O setor florestal fornece **200 000** empregos diretos e indiretos na África Central

Restrições ao desenvolvimento da cadeia de valor da madeira



Em 2020, a região sofreu um aumento de **9 %** na desflorestação, em comparação com 2019

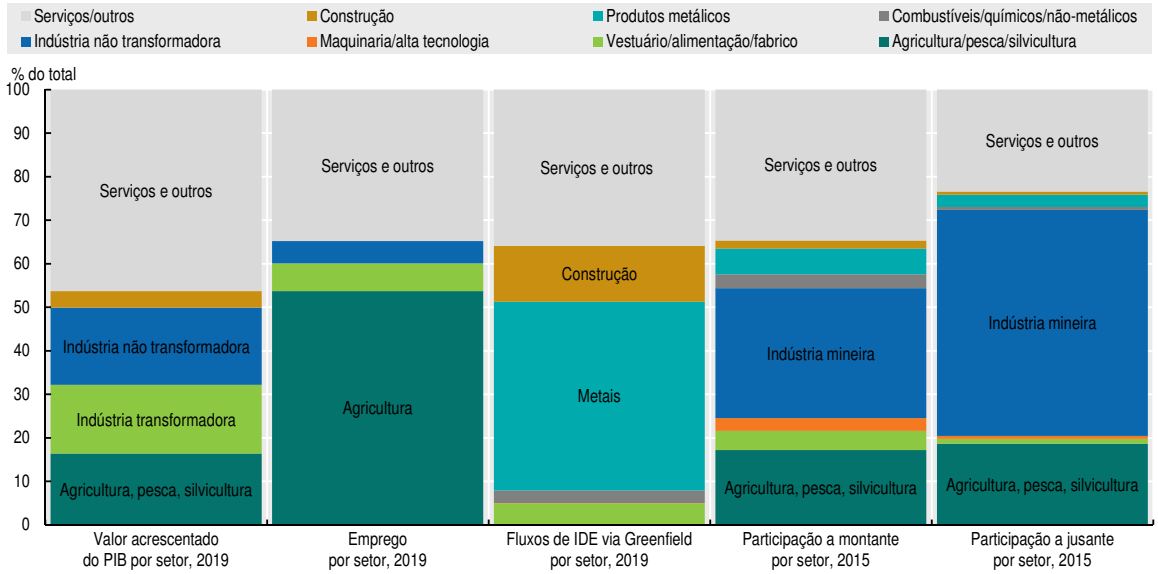


Próximas etapas

- **Formar mais trabalhadores** em técnicas de transformação da madeira
- **Reduzir a desflorestação**, a degradação das florestas e as emissões de GEE relacionadas com a silvicultura
- **Trabalhar com as comunidades locais** e o setor privado para uma gestão sustentável das florestas
- **Encorajar a certificação de explorações florestais sustentáveis**

Perfil regional da África Central

Figura 4.1. **Perfis económicos e comerciais da África Central, expressos em % do total**

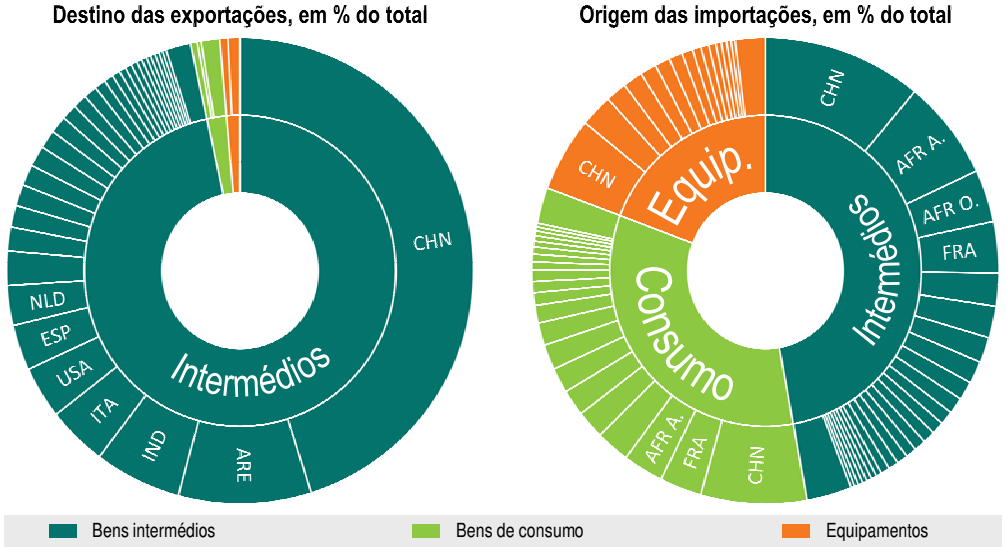


Notas: PIB: produto interno bruto; IDE: investimento direto estrangeiro. As diferentes fontes de dados não utilizam as mesmas definições para os setores económicos, produtos de base ou atividades. Os códigos de cores permitem, no entanto, materializar as áreas de convergência entre as bases de dados.

Fonte: Cálculos dos autores com base em Banco Mundial (2020a), *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial, Base de dados CVG*, http://www.worldbank.org/en/publication/wdr2020/brief/world-development-report-2020-data; fDi Markets (2021), *fDi Markets* (base de dados), www.fdiintelligence.com/fdi-markets; e Banco Mundial (2021), *Indicadores de Desenvolvimento Mundial* (base de dados), https://databank.banquemondiale.org/reports.aspx?source=world-development-indicators.

StatLink https://doi.org/10.1787/888934298187

Figura 4.2. **Principais parceiros comerciais da África Central, por comércio de bens intermédios, de bens de consumo e de equipamentos**



Notas: Os países parceiros são identificados pelos respetivos códigos ISO de três letras. Os países africanos estão agrupados de acordo com as cinco sub-regiões definidas pela União Africana: AFR C. = África Central; AFR E. = África Oriental; AFR N. = Norte de África; AFR A. = África Austral; AFR O. = África Ocidental. Não é tido em consideração o comércio no seio da União Aduaneira da África Austral (SACU).

Fonte: Cálculos dos autores com base no CEPII (2021), *BACI* (base de dados), www.cepii.fr/cepii/en/bdd_modele/presentation.asp?id=37.

StatLink https://doi.org/10.1787/888934298206

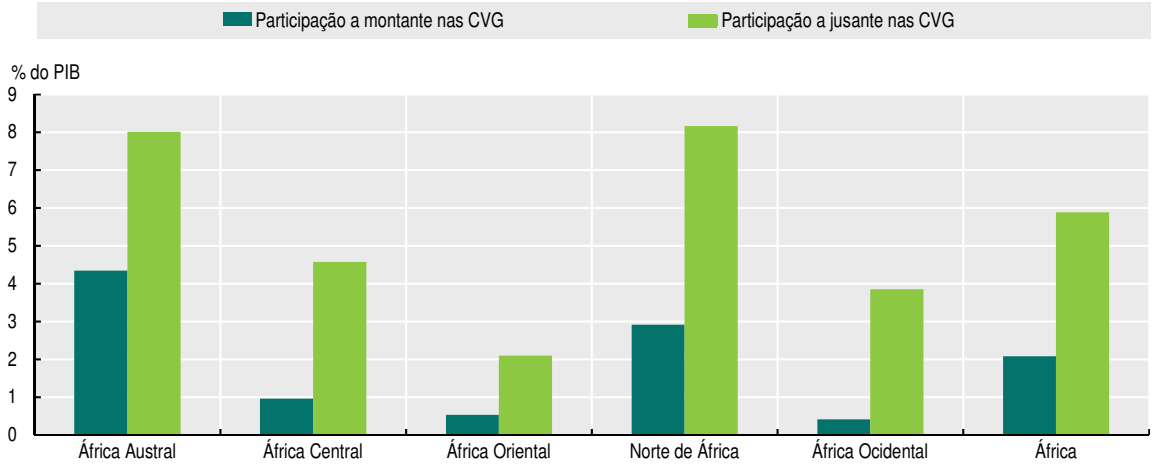
A África Central continua mal integrada nas CVG

A África Central continua a ser uma das sub-regiões menos integradas nas CVG, com uma participação concentrada a jusante das CVG. Do mesmo modo, a proporção do valor acrescentado estrangeiro incluído no total das exportações (participação a montante) permanece relativamente baixa, em comparação com a quota do valor acrescentado local incluído nas exportações (participação a jusante). A participação a montante nas CVG representou apenas 1 % do PIB da África Central em 2019, em comparação com uma média africana de 2.1 % e 4.3 % na África Austral (Figura 4.3).

Esta média esconde grandes disparidades entre países. A República do Congo e o Gabão estão mais avançados, sendo o seu nível de participação nas CVG dominado pelas ligações a jusante que desenvolvem com outros países (CUA/OCDE, 2021a). No Congo, isto deve-se principalmente ao setor petrolífero, que constitui o grosso das exportações, com uma transformação in loco do ouro negro. Para além da Congolaise de Raffinage (Coraf), em funcionamento desde 1982 com uma capacidade de quase 1 milhão de toneladas por ano, está a ser construída uma refinaria em Ponta Negra com capacidade estimada de 2.5 milhões de toneladas por ano.

No Gabão, a estratégia de diversificação adotada pelo governo tem favorecido o desenvolvimento de novos setores de atividade, nomeadamente nas indústrias agroalimentar e da madeira. As culturas de óleo de palma, seringueira e borracha têm sido desenvolvidas à escala industrial graças aos investimentos do grupo Olam, de Singapura. Este último representa mais de 45 % do montante total do investimento direto estrangeiro (IDE) que entra no Gabão desde 2010 (BAfD, 2020). Quanto à baixa participação do Chade e do Burundi nas CVG, esta explica-se pela sua dificuldade em transformar as respetivas matérias-primas (CUA/OCDE, 2018). O Chade, cujas exportações totais são constituídas por 75 % de petróleo, ganhou cerca de 1.38 mil milhões de USD em receitas de exportação em 2018, em comparação com apenas 5 milhões de USD de produtos transformados (Tabela 4.A1.1).

Figura 4.3. **Participação total das sub-regiões de África nas cadeias de valor globais a montante e a jusante em 2019 (em percentagem do PIB)**



Nota: A participação nas CVG é quantificada pela componente a montante, pela componente a jusante e pela taxa de participação total que combina estas duas componentes.

Fonte: Cálculos dos autores com base em Casella et al. (2019), *UNCTAD Eora Global Value Chain Database* (base de dados), https://worldmrio.com/unctadgvc/.

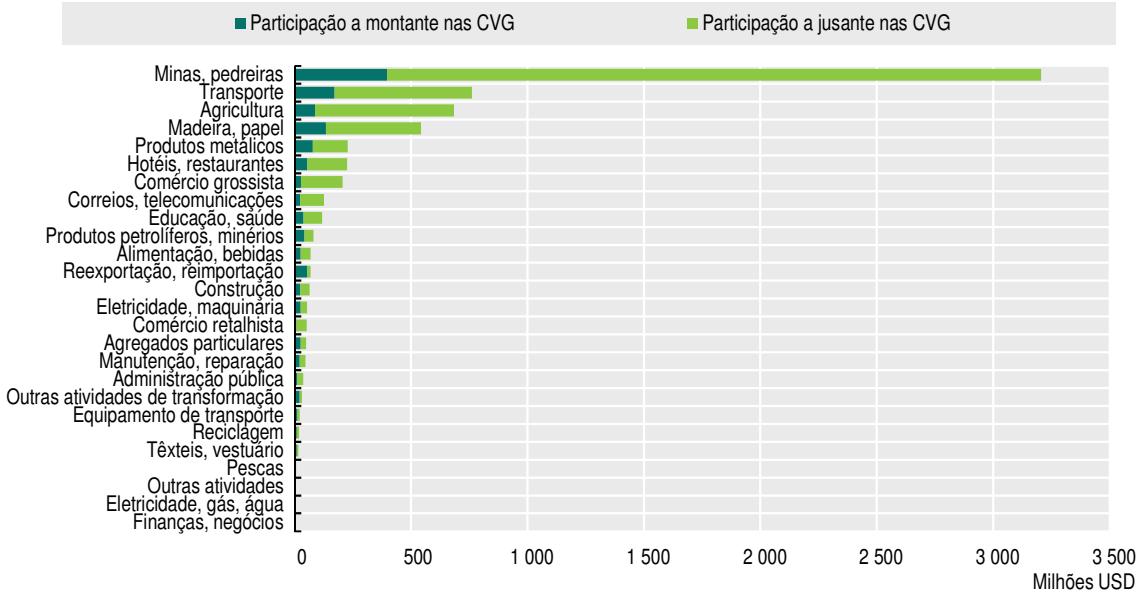
StatLink https://doi.org/10.1787/888934298225

Na África Central, o nível relativamente elevado de participação a jusante (mais de 4 % do PIB) em comparação com a participação a montante (1 % do PIB) pode ser

explicado pela importância do comércio de bens e serviços. De acordo com o princípio da "curva sorriso" (*smiling curve*), as atividades a montante, tais como a investigação e desenvolvimento (I&D), caracterizam-se por uma maior criação de valor acrescentado do que as atividades a jusante, tais como a comercialização e a distribuição (Shih, 1996; Dedrick e Kraemer, 1998). Em 2019, a sub-região ocupa o segundo lugar no continente em termos de comércio intracontinental de bens intermédios, logo a seguir à África Austral (CUA/OCDE, 2021a).

A integração da África Central nas CVG continua a ser principalmente impulsionada pelo setor primário e pelas exportações de matérias-primas brutas, das quais a sub-região dependia, em média, 61 % em 2018 (CUA/OCDE, 2021b). As minas e pedreiras, a agricultura, a madeira e os transportes são responsáveis pela maior parte da sua participação a jusante nas CVG (Figura 4.4). A quota do valor acrescentado local resultante da exploração mineira nas exportações dos países da sub-região é estimada em 3 mil milhões de USD, muito superior à de outros setores (CUA/OCDE, 2021a). Por outro lado, na África Central, o total das exportações de produtos transformados em 2018 não excedeu os 191 milhões de USD (Tabela 4.A1.1), ficando muito aquém das outras sub-regiões do continente (23.7 mil milhões no Norte de África, 18.57 mil milhões na África Austral, 6.13 mil milhões na África Oriental e 2.38 mil milhões na África Ocidental).

Figura 4.4. **Valor total da participação a montante e a jusante nas CVG entre as exportações da África Central, em milhões de USD, 2015**



Fonte: Anexo estatístico ao relatório da CUA/OCDE (2021a).
StatLink https://doi.org/10.1787/888934298244

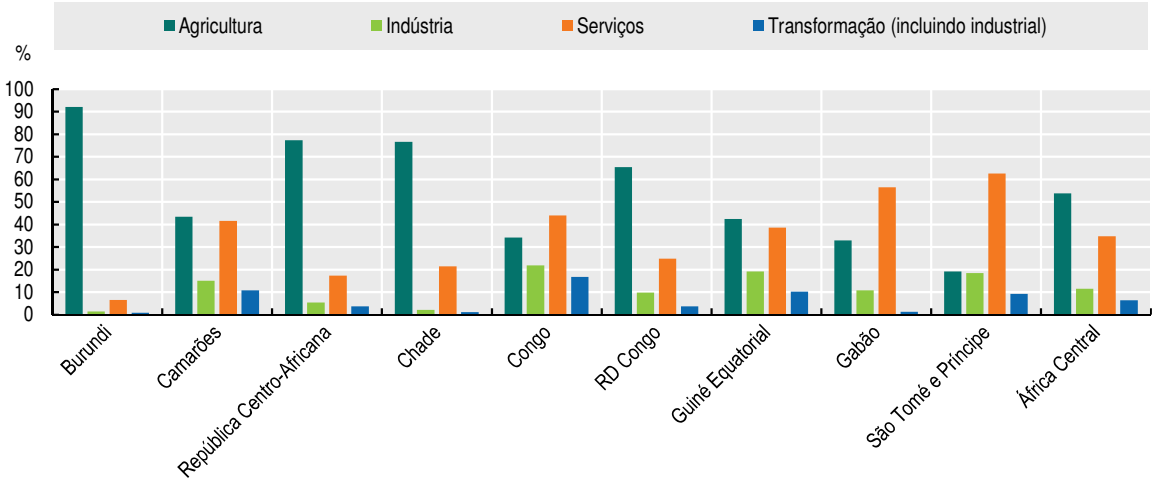
Os países da sub-região que registaram um aumento das exportações dependem também de matérias-primas e hidrocarbonetos, o que os torna vulneráveis a choques externos. Podem distinguir-se três grupos de países de acordo com a estrutura das suas exportações: os países dependentes do petróleo (Camarões, Chade, Congo, Gabão, Guiné Equatorial), dos recursos naturais não renováveis (mais de 25 % das exportações na RD Congo e República Centro-Africana), e os países não dependentes de recursos minerais (Burundi e São Tomé e Príncipe). Para metade dos países, o rácio das exportações em relação ao PIB aumentou, mas apenas como resultado do aumento da procura mundial e da produção local de materiais naturais (petrolíferos ou não). Este foi o caso do Chade, Congo, Gabão e RD Congo. Além dos Camarões e da Guiné Equatorial, os países que

sofreram uma diminuição nas exportações em relação ao PIB foram o Burundi e São Tomé e Príncipe, que lutam para integrar as CVG (Allard, Kriljenko e Chen, 2016).

Graças à descoberta de novas jazidas de petróleo e/ou de outros recursos naturais não renováveis, as exportações da África Central têm aumentado ao longo dos últimos dez anos. A evolução do volume das exportações tem estado correlacionada com a dos preços. Em contrapartida, os países que não puderam beneficiar de tais recursos ou cuja governação impediu a sua correta exploração viram o peso das exportações diminuir. No total, em quase todos os países, as matérias-primas são a força motriz do comércio externo.

As indústrias do setor primário, que são fontes de integração nas CVG, criam muitos empregos precários com baixo valor acrescentado. O setor primário, nomeadamente a agricultura, é responsável pela maior percentagem de emprego na África Central (Figura 4.5). Embora variando muito de país para país, a percentagem média de emprego agrícola foi estimada em 52 % em 2019, representando mais de 75 % da população ativa no Burundi, na República Centro-Africana e no Chade. O emprego na agricultura continua, em grande parte, a ser informal, representando este setor 90 % do emprego total na África Central em 2018 (OIT, 2020). A predominância do setor informal prejudica a plena aplicação da legislação laboral e limita a produtividade dos trabalhadores, num contexto de forte concorrência proveniente sobretudo dos países da Ásia-Pacífico[1]. Para alguns países, como São Tomé e Príncipe, Gabão e Congo, o setor do comércio grossista e retalhista continua a ser uma fonte de criação de emprego, representando mais de 40 % do emprego total.

Figura 4.5. **Emprego setorial na África Central em 2019 (percentagem do emprego total)**



Fonte: Elaboração dos autores baseada em dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da Divisão de Estatística das Nações Unidas, das Contas Nacionais (análise dos principais agregados, conjunto de dados carregados em julho de 2021), dos Indicadores de Desenvolvimento Mundial do Banco Mundial (base de dados e dados fornecidos pelos bancos centrais, agências nacionais de estatística e escritórios do Banco Mundial nos países).

StatLink https://doi.org/10.1787/888934298263

O mercado intercontinental representa uma oportunidade de desenvolvimento do comércio de CVR, mas continua a ser insignificante para os parceiros asiáticos e europeus. O comércio entre países da África Central está avaliado em 300 milhões de USD, correspondendo a 3 % das exportações (CUA/OCDE, 2018), em comparação com mais de 500 milhões de USD com a África Austral, o maior parceiro comercial em África (CEPII, base de dados BACI). Estes números não têm em conta a existência de um volume significativo de comércio informal transfronteiriço, que representa quase 43 % das receitas da sub-região (OIT, 2020). Assim, embora as estatísticas possam ser melhoradas, estas demonstram que este comércio é comparável ao de regiões como as Caraíbas ou a América Latina.

Caixa 4.1. **Oportunidades para a transformação de minérios na África Central**

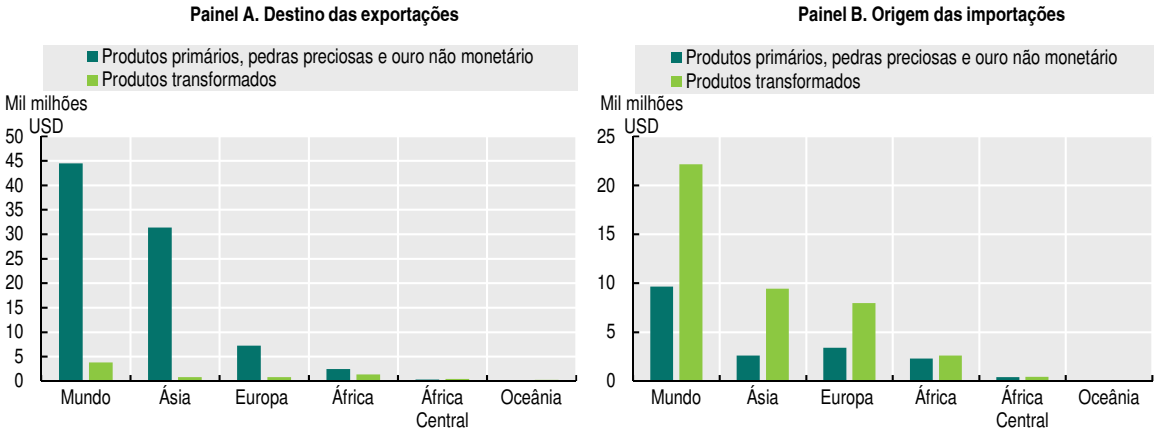
O cobre, o petróleo e os minerais betuminosos constituem a maior parte das exportações totais na sub-região – 86.6 % no Chade, 61.4 % no Congo e 63.3 % na Guiné Equatorial (CUA/OCDE, 2021a). Estas matérias-primas, exportadas para outras partes do mundo, aumentam a participação destes países nas CVG. Daí a importância das políticas de promoção de polos industriais baseados na transformação local.

O desenvolvimento do potássio no Congo, por exemplo, estimado em 2 mil milhões de USD (CEA, 2020), poderia conduzir a uma cadeia de valor regional (CVR). Tanto mais que a sub-região continua a dedicar recursos significativos à importação de produtos alimentares: 38 % das importações na Guiné Equatorial em 2017, 24 % no Gabão, 21 % na República Centro-Africana, 18 % em São Tomé e Príncipe, 17 % no Congo e cerca de 16 % nos Camarões e na RD Congo (CUA/OCDE, 2019). Contudo, a extração e a exportação de potássio para os Camarões facilitariam, graças a uma mão de obra abundante e qualificada, a sua transformação em fertilizante para satisfazer a procura sub-regional de fatores de produção agrícolas.

Além disso, com 70 % a 80 % das reservas mundiais de columbite-tantalite (coltan), um mineral utilizado pelas indústrias eletrónica e aeronáutica, cuja parte significativa provém da RD Congo, a África Central poderá promover uma política de exploração integrada. De acordo com as estatísticas oficiais da RD Congo, o país exportou 1.038.33 toneladas de coltan no valor de mais de 20 milhões de USD no primeiro semestre de 2020 (Ministério das Minas da RD Congo, 2021). A construção de fábricas de transformação de coltan agrupando a produção dos países em questão alimentaria uma indústria próspera com diversas oportunidades – em vez de gerar conflitos intermináveis em torno das minas a céu aberto do leste do Congo.

Fora do continente, a Ásia e a Europa continuam a ser os principais parceiros comerciais da África Central. Embora as principais exportações de matérias-primas ascendam a quase 31 mil milhões de USD para a Ásia e 7 mil milhões de USD para a Europa, as importações incidem principalmente sobre bens manufaturados (Figura 4.6).

Figura 4.6. **Principais destinos de exportação e importação da África Central, produtos primários e manufaturados, 2020 (em mil milhões de USD)**



Fonte: Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD Stat).
StatLink https://doi.org/10.1787/888934298282

Caixa 4.2. **Análise de algumas cadeias de valor estratégicas na África Central**

A África Central dispõe de vantagens comparativas reveladas (VCR) em vários produtos, incluindo a madeira em bruto, o algodão, os minérios e os abrasivos naturais. Em 2019, a madeira em bruto representou quase 1.16 mil milhões de USD de receitas de exportação da República Centro-Africana, do Congo, da Guiné Equatorial e do Gabão (Tabela 4.1). Seguiu-se o algodão, que rendeu 113.5 milhões de USD ao Chade. Na época 2020/21, a produção de algodão aumentou para 125 000 toneladas (t) em comparação com as 116 000 t obtidas em 2019/20 e as 76 000 t obtidas em 2018/19 (*Financial Afrik*, 2021). Os minérios e abrasivos naturais foram o terceiro produto com maior VCR, especialmente na RD Congo, com o coltan. O cacau e o chá obtiveram a maior VCR em São Tomé e Príncipe e no Burundi.

Tabela 4.1. **Análise de algumas CV estratégicas na África Central**

País	Produtos com a maior VCR	Exportações em 2019 (em milhões de USD)	Oportunidades	Desafios
Burundi	Chá	16.58	Segunda cultura de receitas e de exportação depois do café. Em média, 13 % do valor das exportações durante o período 2007-2015 (Schuster e Ndimubandi, 2018).	Criação de um organismo regulador para limitar as restrições conjunturais – investimentos limitados, volatilidade de preços e custos de produção exorbitantes (*Burundi Eco*, 2021).
Chade	Algodão	113.52	Um dos pilares da economia. Setor parceiro da União Europeia (UE, incluindo França, Alemanha, Bélgica, Portugal e Espanha).	Manutenção de vias rurais para facilitar o transporte de produtos dos campos para as fábricas de descaroçamento.
RD Congo	Abrasivos naturais, coltan	107.12	A RD Congo detém entre 60 % e 80 % das reservas mundiais conhecidas de coltan em 2020.	Segurança dos produtores logística e dificuldades administrativas relacionadas com a exportação e certificação (*Agence Ecofin*, 2017).
São Tomé e Príncipe	Cacau	11.34	Principal fonte de receitas proveniente das exportações: 9.5 milhões de USD de vendas em 2017, representando cerca de 93 % do total das exportações do país e 2.4 % do seu PIB (Fida, 2020).	Formação de agricultores relativa à transformação das suas culturas e à implementação de práticas sustentáveis.
República Centro-Africana Congo Guiné Equatorial Gabão	Madeira em bruto ou esquadriada	51.47 249.06 3.64 860.57	Segunda maior área de floresta tropical do mundo. O setor da madeira contribui significativamente para o PIB e o emprego nos países em causa (ver abaixo).	Elevados custos de transporte e baixa qualidade das infraestruturas comerciais e logísticas.

Fonte: Cálculos e compilação dos autores, com base nas fontes listadas na tabela; dados sobre as VCR e as exportações da Matriz Comercial da CNUCED (UNCTADstat, https://unctadstat.unctad.org/fr/RadarAcr.html, consultado em 09/08/2021).

Estudo de caso: é necessário promover a VCR no setor da madeira

A escolha do setor florestal é justificada pelo seu enorme potencial

As florestas da África Central constituem a segunda maior área de floresta tropical do mundo, com ecossistemas terrestres vitais para o desenvolvimento da região. As mesmas representam 26 % das florestas tropicais que ainda subsistem em todo o mundo, 10 % das emissões de carbono das florestas e 70 % da cobertura da floresta húmida africana (FAO, 2020), e abrangem seis países: a RD Congo, o Gabão, o Congo, os Camarões, a República Centro-Africana e a Guiné Equatorial (Tabela 4.A1.3). Graças à imensa quantidade de carbono armazenada na sua abundante vegetação, estes ecossistemas atuam como sumidouros de emissões, atenuando os efeitos negativos das alterações climáticas ao

nível mundial e contribuindo para garantir a segurança alimentar das populações locais. A sua gestão sustentável é essencial para alcançar vários Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em particular aqueles relacionados com o consumo e a produção responsáveis, a vida na terra e as medidas de combate às alterações climáticas. As florestas da Bacia do Congo fornecem serviços ecológicos valiosos, tais como o controlo das cheias e a regulação climática ao nível local e regional. Algumas zonas podem ser mais sensíveis às mudanças globais do que outras (Réjou-Méchain et al., 2021).

Os numerosos planos de desenvolvimento da cadeia de valor florestal (CVF) não conduziram a uma gestão sustentável deste recurso-chave. As florestas da África Central e a sua rica biodiversidade estão cheias de recursos necessários à inclusão dos países da África Central na CVG da madeira. Em 2003, a União Africana (UA) identificou a CVF como a cadeia do futuro para a África Central, pois oferece oportunidades para o desenvolvimento de materiais com baixo teor de carbono e podendo impulsionar a construção ecológica, o crescimento e a criação de emprego. Ao destinarem a floresta como floresta de produção, os países poderiam assegurar o coberto florestal e a atividade económica gerada. Tal decisão poderia ainda ajudar a combater a pobreza, causa indireta da desflorestação.

Os países têm procurado regulamentar a exploração dos recursos, que, através da desflorestação, ameaça a floresta tropical da África Central há já muitos anos (Tabela 4.2)**.** Em 2020, não menos de 600 000 hectares (ha) de floresta primária foram destruídos na RD Congo, nos Camarões, no Congo, no Gabão, na Guiné Equatorial e na República Centro-Africana, representando um aumento de 9 % em relação a 2019. Ora, quando destruídas, as florestas que voltam a crescer são menos densas. Vários motivos estão na origem deste fenómeno de desflorestação: a agricultura de subsistência itinerante, a expansão das infraestruturas, a extração de madeira e os conflitos em certos países, tais como a RD Congo, que dificultam o controlo das áreas florestais pelas autoridades públicas. Além disso, é provável que a COVID-19 conduza a um aumento da desflorestação, devido à redução da vigilância exercida pelas entidades do setor público.

Tabela 4.2. **Taxa de perda anual de coberto florestal na África Central**

	Área de floresta (1 000 ha)		Taxa de perda anual de coberto florestal (em percentagem)
	2010	2020	2010-20
Camarões	20 900	20 340	0.27 %
Congo	22 075	21 946	0.06 %
República Centro-Africana	22 603	22 303	0.13 %
RD Congo	137 169	126 155	0.83 %
Gabão	23 649	23 531	0.05 %
Guiné Equatorial	2 532	2 448	0.34 %
África Central (média)			0.28 %

Fonte: FAO (2020), https://www.fao.org/documents/card/fr/c/ca9825fr.

Apesar da sua contribuição relativa para o PIB, o setor florestal formal continua a ser um importante empregador na África Central (Tabela 4.3). As atividades relacionadas com a floresta contribuem de forma limitada para o PIB, entre 2.67 % e 5 % em 2018 (ATIBT, 2020a), mas são responsáveis por 200 000 empregos diretos e indiretos (Tabela 4.3). No Gabão, o setor da madeira é o maior empregador depois do Estado, contando com 13 000 empregos diretos, incluindo 5 000 funcionários públicos e 600 trabalhadores de apoio nos serviços públicos florestais.

A contribuição total do setor florestal para o crescimento económico é subestimada nas estatísticas oficiais, devido ao peso do setor informal. Apesar da dificuldade em medir o mercado informal da madeira, a produção informal (equivalente em toros) é estimada em 2.4 e 4 milhões de m^3, nos Camarões e na RD Congo, respetivamente (ATIBT, 2020a).

O setor informal revela ser tão criador de emprego como o setor formal, mesmo que inclua atividades de subsistência não remuneradas relacionadas com a recolha de madeira como fonte de energia.

Tabela 4.3. **Contribuição do setor florestal para o PIB e para o emprego direto e indireto na África Central**

País	Contribuição para o PIB em 2018, em percentagem	Emprego	
		Direto	Indireto
Camarões	4.7 %	13 000	150 000
Gabão	3.3 %	13 000	entre 2 000 e 5 000
República Centro-Africana*	5.0 %	4 000	6 000
RD Congo	0.15 % (2016)	4 523	-
República do Congo	2.67 %	7 500	5 000
Guiné Equatorial	-	-	-

Fonte: Association technique internationale des bois tropicaux (ATIBT, 2018 e 2020a), Relatório de Atividade, https://www.atibt.org/files/upload/Activity_report/ATIBT-RAPPORT-ACTIVITE-2020.pdf ; *BAfD (2018), https://www.afdb.org/sites/default/files/documents/publications/developpement_integre_et_durable_de_la_filiere_bois_dans_le_bassin_du_congo_-_regional_0.pdf.

O impacto da COVID-19 na CV da madeira da África Central resultou em algumas respostas políticas

A África Central, tal como o resto do mundo, tem vindo a recuperar gradualmente da pior recessão económica registada desde o final dos anos 1980. Além do impacto na saúde, a COVID-19 teve numerosas repercussões na atividade dos países da sub-região, já afetada pelos efeitos recessivos da queda dos preços do petróleo e das crises de segurança. No primeiro semestre de 2020, para retardar a propagação da pandemia, os governos implementaram medidas de restrição à circulação, de confinamento, de distanciamento social e de encerramento de fronteiras. Estas medidas resultaram numa contração de 5 % do crescimento real do PIB na sub-região em 2020, representando o pior resultado em mais de duas décadas. O levantamento parcial das restrições em resultado do abrandamento da propagação da pandemia resultou numa certa recuperação em 2021, embora as previsões apontem para uma taxa de crescimento nulo (CUA/OCDE, 2021a).

As medidas contra a propagação da pandemia tiveram um forte impacto no setor florestal em geral e no setor da madeira em particular. O encerramento das fronteiras prejudicou as cadeias de fornecimento de madeira, causando problemas a longo prazo na oferta e na procura. Do lado da oferta, com a interrupção em alguns casos da livre circulação de pessoas e bens, as indústrias ligadas ao setor da madeira não puderam continuar a operar em plena capacidade, levando ao adiamento ou cancelamento de algumas encomendas de madeira e produtos transformados (Andrianarison e Nguem, 2020). Do mesmo modo, os bloqueios das cadeias logísticas aumentaram o risco de rutura dos aprovisionamentos essenciais à produção, com impacto na capacidade de produção. Observou-se ainda uma diminuição no volume de exportações de todos os países da sub-região (Tabela 4.4). Por exemplo, nos Camarões, as exportações de toros de madeira e de mobiliário diminuíram, respetivamente, de 394 milhões de USD e 805 000 USD em 2018 para 131 milhões de USD e 184 000 USD, no primeiro semestre de 2020.

As exportações foram afetadas pela diminuição da procura por parte dos principais parceiros comerciais da sub-região, tais como a China e os Estados-Membros da UE, que foram duramente atingidos pela pandemia. Os países produtores de madeira da África Central exportam a maior parte da sua produção para a China e a maior parte dos toros provenientes de África são comercializados por empresas chinesas. As estatísticas da *Global Wood Markets Info* (GWMI, 2021) demonstram uma diminuição nas importações de

madeira da China desde o início da pandemia. Em vez dos 17.5 milhões de m^3 previstos de madeira, a China importou apenas 13.9 milhões de m^3 de janeiro a maio de 2020, o que representa uma diminuição de 21 % (Mounzéo e Lubala, 2020). Nos Camarões e no Gabão, a atividade florestal diminuiu devido à menor procura chinesa das espécies ovangkol e okoumé (OIMT, 2021). No Congo, apenas as empresas Congolaise Industrielle des Bois (CIB) e a Interlaço operaram durante o primeiro trimestre de confinamento (Ministério das Finanças e do Orçamento do Congo, 2020). As economias da sub-região também sofreram uma queda acentuada da procura local decorrente das restrições governamentais e da diminuição dos rendimentos das famílias.

Tabela 4.4. **Exportações de produtos primários de madeira e de produtos secundários de madeira transformada (mobiliário de madeira) da África Central, 2018-20 (em milhares de USD)**

País	Toros de madeira			Móveis de madeira		
	2018	2019	2020 (primeiro semestre)	2018	2019	2020 (primeiro semestre)
Burundi	0.09	-	-	99.69	138.63	10.05
Camarões	394 002.3	280 592.9	131 181.2	805.85	288.18	183.56
República Centro-Africana	66 826.13	41 446.2	59 745.87	16.77	22.08	1.09
Chade	-	-	-	82.69	5.79	-
Congo	298 387.7	300 870.5	260 288	140.93	242.69	43.69
RD Congo	40 995.88	34 914.59	62 322	67.07	20.54	1.54
Guiné Equatorial	345 393.20	190 706	68 493	14.64	14.71	-
Gabão	19 797.05	16 856	993.55	222	283.86	133.27
São Tomé e Príncipe	-	-	-	6.38	36.46	36.46

Nota: - = ausência de informação.
Fonte: Cálculos dos autores com base nos dados da OIMT (2021), https://www.itto.int/biennal_review/?mode=searchdata.

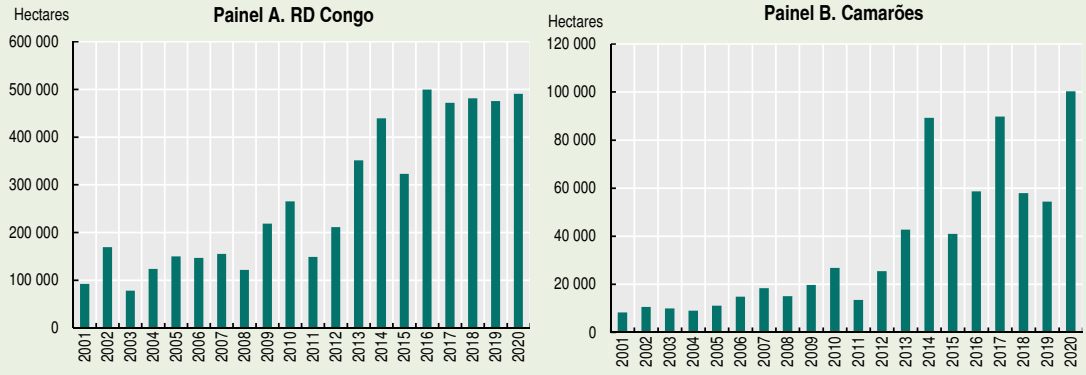
As dificuldades no setor da madeira têm repercussões diretas na mão de obra e nas empresas da sub-região. Este setor é um importante empregador na África Central (Tabela 4.3). A visão estratégica da Comissão das Florestas da África Central (COMIFAC) para o setor prevê a criação de 60 000 empregos durante o período 2018-2030 (Fórum africano da madeira, 2018). No entanto, os elevados riscos em matéria de saúde e segurança no trabalho, agravados pela pandemia, bem como as medidas sanitárias adotadas, tornam esta visão irrealista. Uma vez que a maioria das atividades relacionadas com a silvicultura implicam mão de obra intensiva, as restrições de circulação e os bloqueios impostos pelos governos devido à COVID-19 resultaram na perda de muitos postos de trabalho.

A pandemia criou obstáculos à gestão sustentável das florestas na África Central. Por se encontrarem mais expostos ao risco de perda de emprego, os trabalhadores no setor informal da silvicultura dedicam-se a atividades florestais ilícitas, tais como a produção de carvão vegetal e a extração de produtos florestais não lenhosos (PFNL) para fins medicinais, dietéticos e nutricionais (PNUD, 2021). A acrescer a isso, é possível que a pandemia resulte num aumento da desflorestação, devido à redução da vigilância exercida por parte das agências florestais do setor público (Caixa 4.3). As falhas na gestão e financiamento das agências florestais permitiram que a pandemia originasse um aumento das atividades ilegais de exploração florestal na África Central (Mbzibain et al., 2020).

Caixa 4.3. **Impacto da COVID-19 na perda de coberto florestal na RD Congo e nos Camarões**

De 2001 a 2020, a área total de floresta húmida primária na RD Congo e nos Camarões diminuiu, respetivamente, 5.1 % e 3.7 %, representando uma perda de quase 5.32 milhões de ha e 708 000 ha de floresta húmida primária. Em 2020, a destruição florestal acelerou nos Camarões. Numa altura em que a pandemia de COVID-19 conduzia a restrições à circulação e a um abrandamento das atividades económicas em todo o mundo, os Camarões perderam mais de 100 000 ha das suas florestas primárias em 2020. Esse valor representa quase o dobro da área de floresta primária destruída em 2019 (Figura 4.7). De acordo com os dados do GFW (2021a), a maioria da perda de coberto florestal nos Camarões está associada à agricultura. Mais de 60 % das perdas foram registadas nas regiões centro e leste, as principais zonas florestais do país. Na RD Congo, dos 1.21 milhões ha de coberto florestal perdido em 2019, 494 000 ha são imputáveis à silvicultura e 203 000 ha aos incêndios florestais.

Figura 4.7. **Perda de coberto da floresta primária (em ha) na RD Congo e nos Camarões, 2001-20**



Nota: As figuras representam a perda da floresta húmida primária. As perdas de floresta húmida primária representam 16% e 34% da perda total de coberto florestal nos Camarões e na RD Congo, respetivamente, entre 2001 e 2020.

Fonte: GFW (2021a), https://gfw.global/3ekT11P.

StatLink https://doi.org/10.1787/888934298301

Desde o início da pandemia, os países registaram um número dez vezes superior de alertas de incêndio. Considerando apenas os alertas credíveis, foram comunicados cerca de 10 034 alertas *Visible Infrared Imaging Radiometer Suite* (VIIRS) nos Camarões entre 19 de outubro de 2020 e 17 de maio de 2021. Este é um número elevado em comparação com os dos anos anteriores, remontando a 2012 (GFW, 2021a). Durante o mesmo período, os alertas credíveis na RD Congo foram estimados em 19 589 VIIRS.

Para contrariar o impacto da pandemia no setor da madeira, os países da sub-região e muitos dos parceiros de desenvolvimento adotaram várias medidas. Além dos governos, também o setor privado, a sociedade civil, as Nações Unidas e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD) uniram esforços para enfrentar a pandemia (Tabela 4.5).

Tabela 4.5. **Algumas medidas políticas adotadas para contrariar o impacto da pandemia no setor florestal na África Central**

País	Medidas
Congo, RD Congo, República Centro-Africana	**Abril de 2020:** O Conselho de Administração do Fundo Verde para o Clima aprova 15 novos projetos, no montante de 1.2 mil milhões de USD para novos financiamentos climáticos que visam fornecer um forte apoio aos países em desenvolvimento para aumentar a sua ação climática em resposta à COVID-19 (PFBC, 2021a).
Congo	**Abril de 2020:** O Ministério das Finanças e do Orçamento prepara e emite disposições aduaneiras, fiscais e financeiras que passam pelo diferimento de numerosos pagamentos fiscais, bem como por uma redução das taxas de importação e exportação para apoiar as empresas florestais que sofram uma diminuição da sua atividade (ATIBT/BVRio, 2020).
África Central	**Maio de 2020:** A *Wildlife Conservation Society* propõe um conjunto de ações estratégicas para reduzir o risco de futuros surtos de doenças infeciosas causadas pelo consumo de carne de caça na África Central. Estas incluem o reforço das infraestruturas de saúde pública e a sensibilização para a proteção da saúde dos povos indígenas e das comunidades locais; a suspensão do fornecimento de zonas rurais para as zonas urbanas e da venda nas cidades de espécies de mamíferos como carne de caça; o desenvolvimento de sistemas de alerta precoce para doenças zoonóticas emergentes na interface homem-fauna selvagem-floresta (PFBC, 2021b).
África Central	**Maio de 2020:** A *Association technique internationale des bois tropicaux* (ATIBT) adotou medidas em maio de 2020 para assegurar a continuação da atividade de uma indústria responsável e essencial para o equilíbrio económico destes países. Estas medidas foram dirigidas a cinco empresas sediadas nos Camarões, no Congo e no Gabão[2]. Por exemplo, a empresa Interholco (Norte do Congo), que emprega 1 000 pessoas, implementou mecanismos cívicos e pedagógicos destinados aos trabalhadores e suas famílias na região, em colaboração com os organismos governamentais. Foram adotadas medidas sanitárias para o pessoal e para os residentes locais, nomeadamente a aquisição de equipamento médico e higiénico (ATIBT, 2020b).
Chade	**Junho de 2020:** O BAfD aprova a concessão de uma subvenção de mais de 20 milhões de USD com vista a financiar o projeto de apoio aos países membros do G5 do Sahel para combater a pandemia de COVID-19. O projeto visa reforçar a capacidade de gestão de casos; assegurar a disponibilidade de produtos médicos para prevenção, controlo e tratamento de sintomas; implementar medidas de prevenção social em comunidades-alvo, incluindo refugiados e deslocados, incluindo os da região do Lago Chade (G5 Sahel, 2021).
África Central	**Junho de 2020:** A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) organizou um webinar sobre florestas com o tema "Melhor reconstrução: as contribuições do setor florestal para a recuperação pós-pandemia de COVID-19". Foi realizado um inquérito conjunto pela Unidade Florestal da FAO e por parceiros dentro e fora da FAO, envolvendo entre 200 a 400 participantes por dia, nomeadamente representantes nacionais, organismos da ONU, ONG, organizações internacionais, da sociedade civil e do meio académico, bem como indivíduos com interesses no setor florestal. Com base nos resultados obtidos, destacaram-se a adoção das tecnologias digitais, a eficiência dos recursos, o apoio à melhoria das instalações sanitárias e dos cuidados de saúde nas principais operações, tais como as medidas mais relevantes para contrariar o impacto da pandemia. Do lado dos governos, as respostas mais relevantes ao inquérito incidiram sobre as medidas de apoio ao acesso aos mercados e à estabilização da oferta e do comércio (medidas legais, logísticas, de contratação pública ou outras), bem como sobre os empréstimos bonificados e/ou sobre a concessão de isenções fiscais para pequenas e médias empresas florestais (Linhares-Juvenal, 2020).
República Centro-Africana	**Outubro de 2020:** As redes de organizações da sociedade civil, tais como o *Global Greengrants Fund*, levam a cabo uma ação de sensibilização sobre a COVID-19 junto das comunidades locais e dos povos indígenas na zona florestal do sudoeste do país. As comunidades beneficiaram da sensibilização e distribuição de kits de higiene (Wallot, 2021).
Camarões, Congo, Gabão	**Dezembro de 2020:** Foi criada uma plataforma de comunicação direta e de cooperação entre as empresas chinesas e associadas da ATIBT que trabalham em África, para promover o desenvolvimento do comércio sustentável de madeira dura (PFBC, 2021c), de 17 a 18 de dezembro.
Camarões	**Dezembro de 2020:** Os ministros responsáveis pelas florestas, obras públicas e contratos públicos assinaram um despacho conjunto em 15 de dezembro com os termos e condições de utilização da madeira obtida legalmente através de contratos públicos nos Camarões. Este despacho exigiu que os operadores envolvidos na construção de edifícios e/ou contratos públicos relacionados com produtos de madeira provassem a origem legal da madeira utilizada.
Camarões	**Janeiro-fevereiro de 2021:** Entre janeiro e fevereiro de 2021, a agência alemã de cooperação técnica (GIZ), através do projeto de apoio regional à COMIFAC, realizou missões de apoio sanitário contra a COVID-19 junto das comunidades limítrofes dos parques nacionais Lobéké (de 22 a 30 de janeiro de 2021) e Nki (de 16 a 22 de fevereiro de 2021), situados no extremo sudeste dos Camarões. Esta missão teve por objetivo a distribuição de equipamento sanitário e médico (PFBC, 2021d).
República Centro-Africana, Congo	**Junho de 2020:** Lançamento de um módulo inteiramente dedicado à análise de risco das cadeias de fornecimento de madeiras e produtos de madeira. A "Ekwato" é uma inovação digital que permite um acompanhamento e uma abordagem pró-ativa da análise de risco dos produtos da madeira.
Gabão	**Julho de 2021:** Assinatura a 2 de julho de um memorando de entendimento entre o Gabão e o Togo com duração de cinco anos, destinado a facilitar a importação para o Togo de produtos da madeira gaboneses submetidos a uma transformação primária, secundária ou terciária.

Fonte: Autores, a partir das fontes listadas na tabela.

Pontos fortes e fracos do setor florestal

Apesar do enorme potencial para uma maior integração do setor da madeira nas CVG, a quota da África Central no mercado internacional continua a ser baixa. Em 2020, a sub-região contribuiu apenas com 6.28 %, 9.70 % e 5.38 % da produção mundial de madeira tropical serrada, laminada e em toro, respetivamente (Tabela 4.A1.2). Entre 2010 e 2020, a produção de toros aumentou, mas o setor continua a ser dominado pela Ásia, que representa mais de metade da produção em todos os segmentos do setor. Apenas o Gabão é uma exceção, posicionando-se como o 5.º maior produtor mundial de laminados de madeira. O país pretende ocupar o 2.º lugar depois do Vietname, que adquire principalmente madeira de plantação (BAfD, 2018).

Tabela 4.6. **Análise das forças, oportunidades, fraquezas e ameaças para o setor da madeira na África Central**

Forças	Fraquezas
• A floresta da Bacia do Congo é a segunda maior floresta tropical depois da floresta amazónica e representa: - 26 % das florestas tropicais húmidas; - 70 % do coberto da floresta tropical de África; - 200 áreas protegidas cobrindo uma área de 800 000 km^2. • O setor florestal proporciona mais de 200 000 empregos diretos e indiretos na África Central. • Consideração do caráter multifuncional das florestas. • Na década de 2010, a floresta da Bacia do Congo contribuiu com mais de 3 % do PIB da região. • Floresta principalmente pública: alavanca estruturante. • A Bacia do Congo é uma reserva de carbono sob a forma de biomassa.	• Baixa transformação de madeira ao nível local. • Custos de transporte que degradam a competitividade dos preços. • A pouca atratividade do emprego e da formação no setor. • Comunicação insuficiente sobre a madeira, as profissões no setor da madeira, os produtos e as empresas. • O respeito pela lei e pela governação. • A produção de madeira serrada, em toro, laminada e contraplacada é relativamente baixa em comparação com a dos países asiáticos. • Problemas decorrentes da exploração informal, especialmente para as atividades de produção com valor acrescentado.
Oportunidades	**Ameaças**
• Participação no combate às alterações climáticas: - oportunidades para o desenvolvimento de materiais com baixo teor de carbono e renováveis; - dinamização dos setores da eco-construção e da eco-renovação; - otimização e racionalização das fontes de energia renováveis. • Muito capital humano a formar. Criação de empregos adicionais na África Central. • Transição dos mercados de madeira para produtos mais elaborados e com maior valor acrescentado.	• A desflorestação tem vindo a aumentar de forma regular na África Central (9 % até 2020, de acordo com a *Global Forest Watch*). • Aumento do desenvolvimento da energia da madeira, exigindo uma abordagem estruturada para evitar conflitos de utilização. • Custos de transporte elevados. • Insuficiente inovação técnica, comercial e de marketing. • Pressão competitiva dos países emergentes, nomeadamente da China. • Perigos climáticos.

Fonte: BAfD (2018), GFW (2021a) e *Agence Ecofin* (2021b).

O setor da madeira está no centro das estratégias de desenvolvimento adotadas pelos países da África Central nos anos 2010. Neste sentido, em 2010, o Gabão lançou um plano ambicioso para colocar o país ao nível das economias emergentes até 2025. Toda a sua estratégia de industrialização tem por base o setor da madeira. Desde 2010, o Gabão investiu, neste contexto, 10 milhões de EUR, correspondendo a cerca de 6.5 mil milhões de francos CFA (XAF) (*Nouveau Gabon*, 2018). Está prevista a criação de 50 000 novos postos de trabalho neste setor até 2025 (*Agence Ecofin*, 2021b). Das 400 espécies de madeira conhecidas no Gabão, 60 são exploradas, sendo a principal delas a okoumé (80 % das exportações de madeira em 2009).

Um sinal inegável da vontade política de industrializar a fileira floresta-madeira foi a decisão de proibição da exportação de toros em 2010. Esta medida visava criar novos empregos e maximizar os lucros, exportando produtos semiacabados prontos para consumo no mercado mundial. Por seu lado, o governo da RD Congo criou uma comissão de estudo em 2012 para definir a nova política industrial do país. O setor da madeira foi identificado como um desafio estratégico para a inclusão nas CVG. Assim, espera-se que a integração através das cadeias de valor da madeira encoraje a modernização do setor privado, fomente a criação de emprego e faça parte da economia verde (DGF/RDC, 2018).

Em termos de exportações de madeira tropical, a quota dos países da África Central permanece modesta em todos os segmentos do setor. As exportações de toros ascendem a 7 % do total em 2020, em comparação com os 53.7 % registados na Ásia-Pacífico (Tabela 4.7). No entanto, o setor informal domina, reforçado pelas fracas perspetivas de emprego na indústria e na agricultura. Os volumes envolvidos nestas atividades informais podem exceder em larga medida os da produção industrial (ATIBT, 2020a). Esta situação resulta numa perda significativa de receitas, bem como em problemas para a gestão sustentável dos recursos florestais, a luta contra a corrupção e a captação de recursos internos pelos Estados. Esta última continua limitada, com um rácio impostos/PIB de 8.8 % em 2018 (CUA/OCDE, 2021a). A produção de bens transformados pelas PME está ainda muito pouco orientada para o mercado continental e internacional. As empresas envolvidas na transformação de madeira para a construção nacional ou o fabrico de mobiliário não chegam aos mercados internacionais e permanecem num nível de produção artesanal. O seu acesso ao crédito poderia ser melhorado e as barreiras fiscais à importação do capital necessário para a sua produtividade poderiam ser removidas.

Tabela 4.7. **Exportações mundiais de toros e de produtos transformados de madeira tropical em 2020 (em milhares de m³)**

	Toros	Madeiras serradas	Laminados (descascados ou cortados)	Contraplacados
Exportações mundiais de madeira tropical	11 192.8	9 212.1	1 922.7	6 638.6
África	3 044.7	2 204	405.5	119.5
Quota das exportações mundiais de madeira tropical	27.2 %	24 %	21.1 %	1.8 %
África Central	784	222	9.42	0
Quota das exportações mundiais de madeira tropical	7 %	2.4 %	0.5 %	0 %
Ásia Pacífico	6 010.7	5 884.8	1 400.9	5 900.1
Quota das exportações mundiais de madeira tropical	53.7 %	63.9 %	72.9 %	88.9 %
América do Sul	2 059.1	725.5	77.3	271.9
Quota das exportações mundiais de madeira tropical	18.4 %	7.9 %	4 %	4.1 %

Fonte: Cálculos dos autores baseados em dados da Organização Internacional das Madeiras Tropicais (OIMT, 2020), https://www.itto.int/biennal_review/?mode=searchdata.

A exploração das florestas é frequentemente efetuada em regime de concessão, mas os interesses europeus mais respeitadores das certificações tornaram-se uma minoria face aos conglomerados asiáticos. A certificação florestal, uma ferramenta de gestão florestal sustentável, constitui, portanto, um investimento e leva as empresas a enveredar pela autorregulação para não perderem o rótulo. Assim, as grandes empresas europeias cumprem os requisitos legais para a elaboração de planos de gestão florestal, que se tornaram obrigatórios. Em contrapartida, as empresas asiáticas são frequentemente acusadas de atividades ilegais.

Com a ajuda de empresas estrangeiras, os países desenvolveram normas internacionais para assegurar que a madeira é proveniente de um ambiente gerido de forma sustentável. Este movimento pela certificação inscreve-se na gestão sustentável das florestas (Caixa 4.4). Existem dois tipos de certificação na África Central: certificados de gestão florestal responsável e certificados da origem legal da madeira (Tabela 4.8).

Caixa 4.4. **Um movimento pela certificação**

Por iniciativa da *Global Forest Watch* (GFW), foi estabelecida uma parceria público-privada em 1997 para criar uma janela de informação verificada para as principais empresas florestais da África Central. Vários grandes produtores adotaram as medidas necessárias para obter a certificação através de sistemas internacionais reconhecidos

Caixa 4.4. **Um movimento pela certificação (*continuação*)**

de certificação florestal. Esta iniciativa voluntária surgiu em resposta a um mercado internacional da madeira cada vez mais sensível. No início de 2004, a Congolaise Industrielle des Bois (CIB), uma empresa alemã, anunciou a sua intenção de cumprir as normas de certificação do *Forest Stewardship Council* (FSC), um sistema reconhecido internacionalmente (Comifac, 2005).

O primeiro certificado FSC foi obtido pela CIB em 2005. Neste sentido, a CIB explorou uma concessão inicial de 1.3 milhões ha que formava uma zona tampão em torno do Parque Nacional Nouabalé-Ndoki no norte da República do Congo, e que assegurava a sua continuidade com a reserva comunitária do Lago Télé, no Sul. Em 2019, a área total de florestas certificadas pelo FSC no Congo era de cerca de 2.5 milhões ha, atribuída às mesmas empresas (ATIBT, 2019). Todas estas empresas operam em concessões florestais na parte setentrional do Congo. Assim, o Congo ocupa o 12.º lugar entre os países com a maior área de florestas certificadas pelo FSC no mundo, e o primeiro lugar em África.

Desde 2011, a ONG internacional *Programme for the Endorsement of Forest Certification* (*PEFC International*) tem vindo a implementar uma iniciativa de apoio ao desenvolvimento de sistemas nacionais de normalização na África Central, nomeadamente no Gabão, nos Camarões e no Congo. Através do projeto regional denominado *Panafrican Forest Certification – PAFC Congo Basin*, a ATIBT pretende expandir a oferta de «certificação por terceiros» à gestão sustentável das florestas. É de notar que esta abordagem regional é completamente nova e inovadora para o PEFC. A 1 de fevereiro de 2021, realizou-se um *webinar* no final do qual os três países apoiados pelo Banco de desenvolvimento alemão (KFW) e pela ATIBT expressaram o desejo de que esta certificação regional se tornasse rapidamente operacional.

Tabela 4.8. **Os diferentes sistemas de certificação existentes na África Central**

	Certificados de gestão florestal responsável
FSC	O *Forest Stewardship Council* (FSC), criado em 1993 sob a égide de grandes ONG internacionais como a WWF, a Greenpeace e a Rainforest Alliance, é considerado o certificado de gestão florestal mais exigente. Esta certificação está muito presente na África Central.
PAFC	A *Panafrican Forest Certification* (PAFC), sistema de certificação criado em meados dos anos 1990, integra os valores e as realidades socio-económicas da gestão florestal em África (Kouna Eloundou, Demaze e Djellouli, 2008). Este sistema está presente no Gabão desde 2004 e nos Camarões desde 2007. Também existe uma organização PAFC na República do Congo, a qual se tornou membro da aliança PEFC em meados de 2017 (ATIBT, 2018). Os membros nacionais dos Camarões, do Congo e do Gabão uniram forças sob a denominação PAFC Bacia do Congo para desenvolver este sistema de certificação regional.
PEFC	Criado em 1999, este programa baseou-se nos princípios de gestão sustentável do Rio. Trata-se de uma certificação que assenta num mecanismo voluntário de promoção da gestão sustentável das florestas através de uma certificação emitida por um terceiro independente (Kombila-Moulougui, 2019).
ISO	O sistema da Organização Internacional de Normalização (ISO) oferece um quadro para a certificação de Sistemas de Gestão Ambiental. As séries ISO 9001 e 14001 tratam mais ou menos das mesmas áreas que a certificação de gestão florestal, porém não especificam normas de desempenho em matéria de gestão florestal e não permitem a utilização de um rótulo para os produtos (Delvingt e Lescuyer, 2007).
	Certificados da origem legal da madeira
OLB	Certificado que atesta a origem e a legalidade da madeira, emitido pelo Bureau Veritas.
VLC	Verification of Legal Compliance.

Fonte: Compilação dos autores, a partir das fontes indicadas na tabela supra.

A fraca gestão das cadeias de produção agroflorestal reduz o rendimento dos agricultores (Ingram, 2017). Apesar das normas implementadas nos Camarões, no Congo e na RD Congo, os principais atores das cadeias de valor dos recursos agrícolas (mel, manga africana, cola, lenha, etc.) derivados da exploração florestal não madeireira são vulneráveis às flutuações dos preços das matérias-primas. Nos últimos anos, a realidade da organização das cadeias de valor afastou-se dos discursos das autoridades oficiais, dos doadores e das ONG para ser mais dinâmica e envolver mais partes interessadas.

Contudo, uma gestão informal por múltiplos intervenientes penaliza os principais atores das explorações agrícolas, que são mais propensos à corrupção e à imprevisibilidade dos custos de produção. As cadeias de valor mais produtivas são, portanto, aquelas que são exclusivas, porque se desenvolvem com base em disposições governamentais com regras consuetudinárias adaptadas e restrições de acesso à propriedade e às culturas (Ingram, 2017).

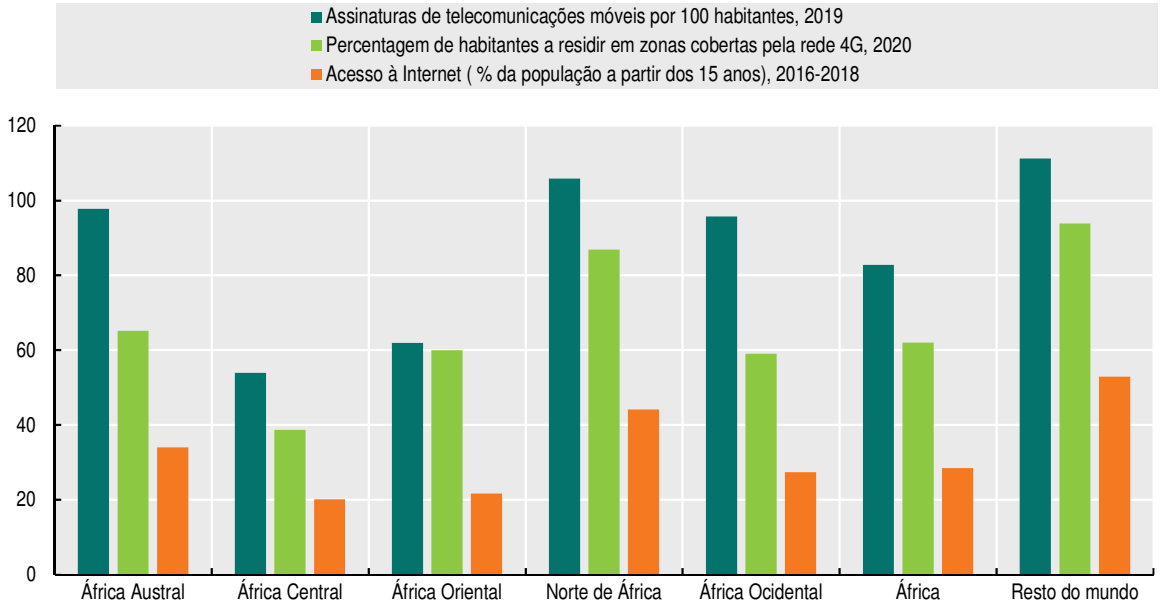
Existem ainda muitos obstáculos a ultrapassar para aumentar a participação nas CVG

A promoção das cadeias de valor da madeira continua a ser um objetivo relevante para os países da África Central, mesmo que subsistam muitos desafios, relacionados com a falta de infraestruturas, a insuficiente formação do pessoal e a gestão florestal.

A valorização das cadeias de valor é determinada por uma melhor qualidade das infraestruturas e pelo controlo dos custos não pautais (Caixa 4.5). Na África Central, os custos elevados de transporte interno dificultam a diversificação e participação dos países nas CVG (Plane, 2021). As densas florestas tropicais da Bacia do Congo estão localizadas em áreas remotas, o que faz com que a dependência do setor florestal em relação às infraestruturas logísticas e ao setor dos transportes seja extremamente elevada. Embora os corredores logísticos sejam multimodais (rodoviário, ferroviário, fluvial), o transporte rodoviário domina na África Central, apesar de ser um dos piores do mundo. As redes rodoviárias pavimentadas não ultrapassam os 7 253 km e os 1 630 km nos Camarões e no Gabão, respetivamente, em comparação com os 14 700 km no Quénia e os 44 215 km em Marrocos (*Agence Ecofin*, 2020). Além disso, o processamento de um contentor demorava 37 dias na África Central, em comparação com pouco mais de 14 dias no Norte de África, entre 2010 e 2014 (Plane, 2019).

A integração nas CVG é seriamente dificultada na África Central por um défice significativo de infraestruturas nos serviços, incluindo o acesso digital. O acesso às infraestruturas de comunicação na África Central é o mais baixo do continente. Segundo o Banco Mundial (2020b), a sub-região está atrasada em termos de acesso a ferramentas digitais: em 2019, a taxa de assinatura de telemóveis era de 53.9 % e 20 % da população tinha acesso à Internet, em comparação com as médias continentais de 82.7 % e 28.5 % (Figura 4.8). Além disso, a existência de numerosos impostos sobre os serviços da Internet limita não só a sua expansão, mas sobretudo a sua integração na atividade das empresas (CUA/OCDE, 2021b). As infraestruturas TIC permitem às empresas orientadas para a exportação aceder aos mercados internacionais de forma rápida, eficaz e rentável. Apoiam a competitividade das exportações de produtos manufaturados e a capacidade dos exportadores agrícolas de cumprirem certos requisitos (sanitários e fitossanitários) dos mercados internacionais. As infraestruturas TIC também desempenham um papel fundamental no aumento da produtividade do setor informal, uma vez que permitem às empresas informais adotar novas tecnologias e reduzir os custos de transação. No entanto, é de notar que a crise da COVID-19 acelerou o processo de digitalização e de transformação produtiva em África, em conformidade com a visão da União Africana (UA) preconizada na Agenda 2063.

Figura 4.8. **Ponto de situação das infraestruturas de comunicação nas sub-regiões de África e no resto do mundo**



Fonte: União Internacional de Telecomunicações (UIT) – Base de dados em linha dos indicadores TIC (julho de 2020), GSMA Intelligence (atualização em junho de 2020), Gallup World Poll (consulta em 15 de dezembro de 2019).

StatLink https://doi.org/10.1787/888934298320

A inadequação e a insuficiência de competências dificultam a evolução na CVG da madeira. Na maioria das escolas da África Central, os currículos de formação do pessoal datam do período anterior à independência, embora tenham evoluído para responder às exigências do mercado. Estas escolas nacionais das águas e florestas estão agrupadas no âmbito da rede de instituições de formação florestal e ambiental na África Central (RIFFEAC). São exemplos a Escola Nacional das Águas e Florestas (Enef) em Cap Estérias no Gabão, orientada para os interesses regionais, e a Escola das Águas e Florestas em Mbalmayo nos Camarões (Diansambu, 2020). A Enef-Gabon disponibiliza novas ofertas de formação que se aproximam do sistema de Licenciatura-Mestrado-Doutoramento, mas apenas 27 alunos concluíram o mestrado em ciências da madeira entre 2013-18 (Nkoumakali, 2020). Este currículo será reforçado num futuro próximo com a introdução de formação em engenharia especializada na transformação da madeira. Tais iniciativas devem ser encorajadas e apoiadas.

Caixa 4.5. **O exemplo da zona económica especial (ZEE) de Nkok, no Gabão**

Criada em 2012, a ZEE de Nkok tornou-se uma referência para a indústria local de transformação da madeira e atrai muitos investidores. Trata-se do maior polo de fabrico de mobiliário da África Central. Este modelo inspirou os demais países da Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC), que decidiram, no âmbito da reunião realizada por videoconferência em 18 de setembro de 2020, proibir a exportação de madeira sob a forma de toros por todos os países da África Central a partir de 1 de janeiro de 2022 (PFBC, 2020).

A *Africa Finance Corporation* (AFC), especializada no financiamento de infraestruturas em África, financiou a criação de uma indústria de exportação de mobiliário no Gabão através da construção de dois portos, criando cerca de 6 000 empregos. Na sequência da venda de ambos os portos a operadores internacionais, o AFC reaplicou o capital, aproveitando

Caixa 4.5. **O exemplo da zona económica especial (ZEE) de Nkok, no Gabão (*continuação*)**

a capacidade organizacional que tinha criado para atuar no desenvolvimento de projetos de rápida evolução. O modelo gabonês está agora a ser aplicado noutros países da África Ocidental (AFC, 2020). Este tipo de parceria financeira e empresarial gerida por africanos, envolvendo o desenvolvimento de cadeias de abastecimento locais e de ecossistemas industriais e de serviços, com ligações entre o IDE e as empresas locais, é essencial para realizar o potencial de integração económica africana, em particular no contexto da nova Zona de Comércio Livre Continental Africana, ZCLCA (OCDE/ACET, 2020).

A melhoria da gestão florestal das empresas depende da aplicação efetiva das várias normas internacionais por parte dos países da sub-região. Nos anos 2000, encontravam-se ativos vários sistemas de certificação de gestão florestal (Tabela 4.8). A implementação destas normas não impediu o abate ilegal de árvores. A gestão florestal na África Central continuou o seu percurso de melhoramento nos anos 2010, apostando em abordagens destinadas a tranquilizar os importadores ou os clientes preocupados com a ausência de controlos sobre as condições da produção da madeira. No entanto, algumas empresas ainda se esforçam por cumprir os requisitos de certificação de gestão florestal.

A importância do comércio informal de madeira na África Central deve incentivar os organismos de certificação a encontrar um compromisso justo entre a conservação do ambiente e os desafios económicos. A maioria dos países da África Central tem demonstrado um forte interesse no plano de ação *Forest Law Enforcement, Gouvernance and Trade* (FLEGT), participando em várias reuniões (Soh Fogno, 2018). Embora este plano tenha sido adotado em 2003, foi apenas em 2010 que foram assinados os primeiros Acordos de Parceria Voluntários (APV) entre alguns países produtores de madeira da África Central e da UE. Por exemplo, os Camarões (2010), a República do Congo (2010), a República Centro-Africana (2012) e o Gabão (2013) assinaram os APV negociados no âmbito do processo FLEGT (Soh Fogno, 2018; Kombila-Moulougui, 2019) para proibir o comércio ilegal de madeira no mercado europeu.

Garantir uma gestão sustentável e inclusiva dos recursos é fundamental para o volume e a qualidade da produção das florestas da Bacia do Congo. A exploração de minérios, petróleo e gás está a desenvolver-se rapidamente na África Central. Por serem descontroladas, estas práticas ameaçam a biodiversidade e a exploração sustentável das florestas. Com efeito, a degradação do coberto florestal tem impacto na fertilidade dos solos, reduz a precipitação e pode ameaçar a produção agrícola e a segurança alimentar (Doumenge, Palla e Itsoua Madzous, 2021). Outras ameaças ao recurso principal provêm da sua gestão: degradação e fragmentação das florestas, bem como todas as atividades mineiras invasoras da floresta. Muitos dos desafios para a biodiversidade resultam da escassez de infraestruturas e de regulamentação em torno da exploração mineral, dos problemas de governação, da deslocação das populações e dos conflitos existentes – nomeadamente no leste da RD Congo, na área em torno do Parque Nacional de Virunga, onde em tempos de poucos recursos, os conflitos se intensificam em torno da exploração mineira.

Existem várias opções de política económica a explorar

A CEMAC adotou um projeto de emergência para 2025, que tem como objetivo tornar os países membros numa zona de prosperidade partilhada. Contudo, a sua implementação compete com projetos nacionais em muitos pontos: o período de concretização, a semelhança dos programas económicos, etc. Cientes desta situação, os chefes de Estado

da CEMAC deram instruções ao presidente da Comissão da CEMAC para rever este projeto por forma a colocar a CEMAC no centro do processo de emergência da sub-região. É nesta perspetiva que esta instituição deverá implementar uma estratégia de mutualização de todos os recursos para identificar todos os projetos de interesse comunitário, cuja sustentabilidade só pode ser considerada a nível nacional. O desenvolvimento das cadeias de valor regionais é parte desta ambição. As seguintes propostas de política económica visam reposicionar a CEMAC enquanto instituição de promoção da integração económica sub-regional.

Melhorar o quadro macroeconómico para assegurar um clima de investimento favorável ao desenvolvimento das cadeias de valor

Como qualquer atividade económica, a participação nas CVG requer um quadro macroeconómico estável. Para os países da África Central, isso inclui, nomeadamente, a obtenção de um equilíbrio entre a atenuação do impacto da crise e a manutenção da estabilidade macrofinanceira. Nesta perspetiva, deve ser feita uma distinção entre os países da CEMAC que participam na cooperação monetária no âmbito da Zona Franca de outros países da África Central. De acordo com as previsões a médio prazo do Banco dos Estados da África Central (BEAC), a taxa de inflação numa base anual na CEMAC deverá estabilizar-se em cerca de 2.3 % no final de 2021 e 2.7 % no final de 2022, regressando a 2.4 % no final de 2023. A dívida continua a ser uma preocupação comunitária, correspondendo a um nível médio de 50 %, embora abaixo do limite de 70 %. As reservas cambiais do BEAC deverão aumentar gradualmente a médio prazo, atingindo 4.71 meses de importações de bens e serviços no final do quarto trimestre de 2022, em comparação com 3.73 em 2021 (BEAC, 2021).

A acrescer, para desenvolver as cadeias de valor, a sub-região necessita de um ambiente institucional fiável para assegurar um clima empresarial sustentável. A melhoria do clima empresarial contribui para preservar os investidores existentes, bem como para atrair novos investidores. Desde 2015, a sub-região tem levado a cabo reformas como os atos uniformes da Organização para a Harmonização do Direito dos Negócios em África (Ohada) e a legislação nacional, os quais trouxeram novas proteções para os investidores minoritários e facilitaram a obtenção de empréstimos (CUA/OCDE, 2018).

Além da implementação continuada destas reformas, podem ser consideradas outras medidas estruturais e institucionais. Em primeiro lugar, a liberalização das importações poderá ajudar a atrair mais investidores e a desenvolver o setor. Com efeito, a possibilidade de outros intervenientes entrarem no mercado é uma forma de estimular a concorrência e de levar as empresas locais a melhorar o seu desempenho e a aumentar as suas despesas em investigação e desenvolvimento. Em segundo lugar, o cumprimento das regras nacionais e das normas de certificação internacionais deve ser obrigatório. O Gabão, por exemplo, no âmbito do seu plano para acelerar a transformação do setor florestal, efetuou algumas reformas centradas no cumprimento das normas de certificação internacionais, tais como a desflorestação e as emissões de CO_2, o que lhe permitiu atrair um IDE significativo.

Os investimentos devem ser efetuados após identificação dos setores estratégicos

Por forma a melhorar o nível de participação nas cadeias de valor, é importante que cada país identifique os setores de atividade e os produtos estratégicos em que tem uma vantagem comparativa comprovada. É o caso do chá no Burundi, do algodão no Chade, do coltan na RD Congo, do cacau em São Tomé e Príncipe e da madeira na República Centro-Africana, no Congo, na Guiné Equatorial e no Gabão (Tabela 4.1). O desenvolvimento dos setores de elevada produtividade poderia também melhorar a participação dos países da sub-região nas CVR e CVG. Para o Burundi e o Chade, isso implica investir

mais na agricultura, que representa a maior parte do valor total da participação nas CVG (CUA/OCDE, 2021b). Do mesmo modo, a diversificação das produções agrícolas, tal como preconizada no plano quinquenal do Chade para 2013 (Ministério da Agricultura e Irrigação do Chade, 2013), poderia dar um verdadeiro impulso à produção agrícola, que ainda é insuficiente para satisfazer a procura nacional nestes países.

A redução dos custos de transporte na África Central representa um fator de reforço da integração económica regional. Os corredores transregionais desempenham um papel catalisador na transformação e integração regional de África. Um exemplo particular é o do corredor Congo – República Centro-Africana – Chade. O arranque dos trabalhos de ligação rodoviária entre a República Centro-Africana, o Chade e a República do Congo foi previsto para 2021 (*Agence Ecofin*, 2021a). A obra deverá custar mais de 1.7 mil milhões de USD e consiste num dos onze grandes projetos priorizados pela Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC) para estimular a integração sub-regional. A extensão destas iniciativas ao nível regional beneficiará os países da África Central, melhorando, através das cadeias de valor, a sua ligação às economias mundiais. O transporte fluvial representa uma opção de baixo custo e fiável, sendo já amplamente utilizado por vários operadores.

Desenvolver uma gestão sustentável e inclusiva das cadeias de valor estratégicas

Os objetivos do setor da madeira podem ser orientados para a transformação do produto, em detrimento dos volumes de produção, como acontece no Gabão. A floresta cobre 18 milhões de hectares do Gabão, doze dos quais são reservados à produção de madeira. Desde 2009, é proibida a exportação dos toros não processados. A produção total diminuiu de 3.4 para 1.6 milhões de m^3 entre 2007 e 2017, sem impedir um aumento do valor acrescentado dos bens exportados. Desde 2016, a maior parte da madeira exportada é transformada, começando pela madeira serrada. Por último, todos os concessionários florestais devem estar registados no FSC (IsDB, 2019).

O desenvolvimento das cadeias de valor sustentáveis pode ser efetuado em conformidade com as políticas de redução das emissões resultantes da desflorestação e degradação florestal (REDD+). Os países da África Central atingiram a meta de Aichi[3] de ter 17 % da sua área terrestre protegida nas florestas da Bacia do Congo (Doumenge, Palla e Itsoua Madzous, 2021). Do ponto de vista financeiro e administrativo, para preservar a sustentabilidade das explorações florestais, é necessário que os países incentivem a transição dos canais informais para canais formais. A curto prazo, podem iniciar uma dupla dinâmica. Por um lado, a exploração artesanal da madeira deve ser progressivamente formalizada, como acontece no projeto PROFEAAC implementado na região de Yaoundé. Por outro lado, o desenvolvimento das cadeias de produção em torno da bioenergia, dos serviços ambientais ou do sequestro de carbono oferecerá alternativas sustentáveis aos agricultores envolvidos no setor informal. Em paralelo, as áreas mais ricas em biodiversidade deverão ser protegidas das indústrias extrativas e deverão ser exigidos estudos de impacto ambiental nas áreas onde se preveja a autorização das mesmas.

Para melhor enquadrar a exploração informal, as autoridades devem adotar uma abordagem ascendente na gestão da sua colaboração com as comunidades locais e o setor privado. Os regimes florestais comunitários foram adotados ao nível nacional nos anos 2000 pelos Camarões e pela RD Congo. Apesar da existência de um quadro ambicioso, nomeadamente com a enumeração das atividades florestais amigas do ambiente, a exploração sustentável é fragilizada pela inadequação entre as necessidades económicas da população local e as reais implicações de gestão e financeiras. As comunidades compensam os custos elevados da obtenção do título de propriedade e de exploração (150 000 USD na RD Congo) violando as condições atuais para assegurar uma exploração financeiramente viável (Lescuyer et al., 2012). Nos Camarões, a *Nachtigal Hydro Power*

Company comprometeu-se, a partir de 2020, a adotar medidas de compensação ambiental para o represamento de áreas florestais comunitárias com vista à construção de uma barragem hidroelétrica. A principal medida consiste na instauração de um "pagamento por serviços ambientais", que compensa e apoia a população local nos processos de paragem da exploração da madeira e na conservação das áreas florestais comunitárias.

Os resultados da gestão das cadeias de valor estratégico devem ser avaliados e monitorizados a longo prazo através da REDD+. Desde 2011, os países da Bacia do Congo têm vindo a fornecer diretrizes aos concessionários florestais para que estes compreendam as políticas. Estes instrumentos devem ser adaptados aos operadores informais, para os sensibilizar para os desafios da sustentabilidade da produção florestal e agroflorestal.

Desenvolver competências e melhorar a formação profissional

A inadequação entre as necessidades do mercado e os currículos de formação na África Central constitui um sério obstáculo à integração nas CVG. São necessárias reformas corajosas do sistema educativo para reduzir esta lacuna. A criação de institutos especializados orientados para as profissões e necessidades dos setores com elevado potencial de valor acrescentado deve ser uma prioridade para os governos locais. Tais competências específicas deverão complementar o ensino básico (OCDE, 2017). Além disso, os governos devem promover a I&D para aproveitar as oportunidades oferecidas pelas CVG e daí retirar maiores benefícios económicos.

A melhor abordagem à formação profissional consistirá em apostar na criação de programas para desenvolver as competências necessárias para que os trabalhadores da madeira operem de forma produtiva e amiga do ambiente. Neste caso, os países da África Central podem aprender com o modelo alemão. Neste país, os operadores de motosserras e outros equipamentos florestais são obrigados por lei a concluir um curso de três anos sob a supervisão de um supervisor florestal. Além disso, para se tornar um supervisor, é obrigatório concluir um curso de formação superior adicional de 800 horas (Ackerknecht, 2010).

Os programas de educação florestal devem ser atualizados para satisfazer as exigências deste setor em rápida mutação e assegurar que os países da África Central dispõem dos recursos humanos competentes necessários para alcançar o objetivo de uma silvicultura sustentável. Os países da Bacia do Congo enfrentam um grande desafio no que diz respeito à melhoria da qualidade da educação e da formação no setor florestal. Em resposta a esse desafio, encontram-se em curso muitas iniciativas. Por exemplo, de 2012 a 2019, a RIFFEAC implementou o projeto intrarregional de capacitação do capital humano nas escolas florestais nacionais da sub-região (Dieterle, 2020). Por último, outro desafio consiste em investir nos setores da exploração florestal não madeireira (tais como os serviços de turismo), que são mais amigos do ambiente e previnem a desflorestação.

Anexo 4.A1. Tabelas complementares

Tabela 4.A1.1. **Comércio por intensidade de produção na África Central em 2018 (em milhões de USD)**

País	Total de exportações de produtos não transformados	Total de exportações de produtos semitransformados	Total de exportações de produtos transformados	Total de exportações de produtos transformados e não transformados	Total de importações de produtos não transformados	Total de importações de produtos semitransformados	Total de importações de produtos transformados	Total de importações de produtos transformados e não transformados
Burundi	107	152	10	269	64	524	215	803
Camarões	2 621	1 581	33	4 236	387	3 210	1 917	5 514
República Centro-Africana	79	17	3	99	14	121	78	213
Chade*	1 386	141	5	1 532	65	396	277	737
Congo*	7 304	2 673	53	10 030	172	1 385	832	2 389
RD Congo *	3 040	7 658	22	10 720	302	4 230	2 436	6 968
Guiné Equatorial*	4 006	1 718	11	5 735	22	559	261	842
Gabão*	4 826	867	52	5 745	81	1 177	791	2 049
São Tomé e Príncipe	13	8	2	23	7	111	43	160
África Central	23 383	14 815	191	38 389	1 114	11 713	6 850	19 676

Nota: * Países ricos em recursos.
Fonte: FAO (2021), https://doi.org/10.4060/ca9825fr.

Tabela 4.A1.2. **Produção mundial de toros e produtos transformados de madeiras tropicais em 2020 (em milhares de m³)**

	Toros	Madeiras serradas	Laminados (descascados ou cortados)	Contraplacados
Produção mundial de madeira tropical	310 809	37 645	5 091	11 091
África	55 160	7 578	1 090	633
Percentagem da produção mundial de madeira tropical	17.75 %	20.13 %	21.42 %	5.71 %
África Central	16 722	2 362	494	52
Percentagem da produção mundial de madeira tropical	5.38 %	6.28 %	9.70 %	0.48 %
Ásia Pacífico	212 851	25 872	4 179	-
Percentagem da produção mundial de madeira tropical	68.48 %	63.9 %	82.10 %	-
América Latina	2 059.13	725.50	77.35	271.88
Percentagem da produção mundial de madeira tropical	18.40 %	7.90 %	4.03 %	4.10 %

Fonte: Autores, com base em dados da Organização Internacional das Madeiras Tropicais (OIMT, 2020), https://www.itto.int/biennal_review/?mode=searchdata.

Tabela 4.A1.3. **Superfície de floresta, de terra e densidade populacional na África Central**

País	Superfície de terra (1 000 ha)	Densidade populacional, 2018 Pessoas/km²	Superfície de floresta (1 000 ha)
Burundi	2 568	435	280
Camarões	47 271	53	20 340
RD Congo	226 705	37,08	126 155
República Centro-Africana	62 298	7,49	22 303
Congo	34 150	15,36	21 946
Gabão	25 767	8,22	23 531
Guiné Equatorial	2 805	46	2 448
São Tomé e Príncipe	96	201	52
Chade	125 920	12,29	4 313

Fonte: Autores, com base em dados da FAO (2020), https://fra-data.fao.org/.

Notas

1. Cerca de 43 % dos trabalhadores estão empregados no sector terciário na África Central (OIT, 2020).
2. Além da Interholco (Norte do Congo), também foram visadas as empresas Rougier (Gabão, 1 100 trabalhadores), CIB-Olam (Norte do Congo, 1 800 trabalhadores), Pallisco-CIFM (Camarões, 500 trabalhadores) e Precious Woods (Gabão).
3. As metas Aichi respondem a cinco grandes objetivos estratégicos: gerir as causas subjacentes à perda da biodiversidade, reduzir as pressões diretas, melhorar o estado da biodiversidade, reforçar as vantagens decorrentes da biodiversidade e reforçar as medidas de conservação da natureza.

Bibliografia

Ackerknecht, C. (2010), «Le travail dans le secteur forestier : quelques considérations sur une main-d'œuvre en évolution», *Unasylva* N.° 234/235, Vol. 61, pp. 60-64, *Revue internationale des forêts et produits forestiers*, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), Roma, http://www.fao.org/3/i1507f/i1507f12.pdf.

AFC (2020), *Henri Konan Bedie Bridge – Côte d'Ivoire*, Africa Finance Corporation, Lagos, https://www.africafc.org/what-we-do/our-projects/henri-konan-bedie-bridge-cote-divoire/.

Agence Ecofin (2021a), «Corridor Congo-Centrafrique-Tchad : début des travaux cette année», *Agence Ecofin*, Mediamania, Genebra, 22 de abril, https://www.agenceecofin.com/transports/2204-87478-corridor-congo-centrafrique-tchad-debut-des-travaux-pour-cette-annee.

Agence Ecofin (2021b), «Le Gabon en passe de devenir le champion du monde du bois tropical transformé d'ici 2023», Agence Ecofin, Mediamania, Genebra, 25 de janeiro https://www.agenceecofin.com/bois/2501-84436-le-gabon-en-passe-de-devenir-le-champion-du-monde-du-bois-tropical-transforme-d-ici-2023.

Agence Ecofin (2020), «À la fin 2020, moins de 6 % du réseau routier du Cameroun bitumé», *Agence Ecofin*, Mediamania, Genebra, 15 de setembro, https://www.agenceecofin.com/gestion-publique/1709-80286-a-fin-juillet-2020-moins-de-6-du-reseau-routier-du-cameroun-est-bitume-7-252-8-sur-121-501-5-km.

Agence Ecofin (2017), «Le coltan pour le meilleur et pour le pire», *Agence Ecofin*, Mediamania, Genebra, 15 de dezembro de 2017, https://www.agenceecofin.com/dissection/1412-52897-le-coltan-pour-le-meilleur-et-pour-le-pire.

Allard, C. et al. (2016), «Trade Integration and Global Value Chains in Sub-Saharan Africa: in Pursuit of the Missing», *IMF Departmental Paper* N.° 16/05, Fundo Monetário Internacional, Washington DC, https://www.imf.org/external/pubs/ft/dp/2016/afr1602.pdf.

Andrianarison, F. e B. E. Nguem (2020), *Effets socioéconomiques potentiels du Covid-19 au Cameroun - Une évaluation sommaire*, 31 de março, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Yaoundé, https://www.undp.org/content/dam/rba/docs/COVID-19-CO-Response/Socio-Economic-Impact-COVID-19-Cameroon-UNDP-Cameroon-March-2020.pdf.

ATIBT (2020a), «Tableau de synthèse ATIBT concernant les principales données de la filière forêt-bois du bassin du Congo», *Relatório de atividade*, Association technique internationale des bois tropicaux, Nogent-sur-Marne, https://www.atibt.org/files/upload/Activity_report/ATIBT-RAPPORT-ACTIVITE-2020.pdf.

ATIBT (2020b), *Les gestionnaires forestiers «fair and precious» s'engagent dans la lutte contre la Covid-19 en Afrique centrale*, Association technique internationale des bois tropicaux, Nogent-sur-Marne, 4 de maio, https://www.atibt.org/files/upload/ATIBT-Covid-19_VF.pdf.

ATIBT (2019), *État des lieux des acteurs du secteur privé de la filière forêt-bois au Congo*, Association technique internationale des bois tropicaux, Nogent-sur-Marne, https://www.atibt.org/wp-content/uploads/2020/02/RAPPORT-FINAL-Etat-des-lieux-acteurs-fili%C3%A8re-bois_AT_final.pdf.

ATIBT (2018), *PAFC Afrique centrale*, Association technique internationale des bois tropicaux, Nogent-sur-Marne, https://www.atibt.org/fr/p/92/pafc-du-bassin-du-congo.

ATIBT/BVRio (2020), *Covid-19, Analyse de l'impact social et économique sur le secteur forestier, République du Congo*, Association technique internationale des bois tropicaux, Nogent-sur-Marne / BVRio, Rio de Janeiro, julho, https://www.atibt.org/wp-content/uploads/2020/08/REPUBLIQUE-DU-CONGO-COVID-19-Analyse-de-limpact-social-et-%C3%A9conomique-sur-le-secteur-forestier-vFR-20200824.pdf.

BAfD (2020), *Perspectives économiques en Afrique 2020 - Former la main-d'œuvre africaine de demain*, Banco Africano de Desenvolvimento, Tunes, https://www.afdb.org/sites/default/files/documents/publications/afdb20-01_aeo_main_french_complete_0213.pdf.

BAfD (2018), «Développement intégré et durable de la filière bois en Afrique centrale, opportunités, défis et recommandations opérationnelles», *Rapport stratégique régional*, Banco Africano de Desenvolvimento, Tunes, https://www.afdb.org/sites/default/files/documents/publications/developpement_integre_et_durable_de_la_filiere_bois_dans_le_bassin_du_congo_-_regional_0.pdf.

Banco Mundial (2021), *Indicadores de Desenvolvimento Mundial* (base de dados), Banco Mundial, Washington, DC, https://databank.banquemondiale.org/reports.aspx?source=world-development-indicators (consultado em 1 de junho de 2021).

Banco Mundial (2020a), *Relatório de Desenvolvimento Mundial de 2020: O comércio para o desenvolvimento na era das cadeias globais de valor*, Banco Mundial, Washington, DC, https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/32437/9781464814570.pdf.

Banco Mundial (2020b), *Digital Financial Services*, Banco Mundial, Washington DC, abril, http://pubdocs.worldbank.org/en/230281588169110691/Digital-Financial-Services.pdf.

Banco Mundial (2020c), « Accès à l'électricité en Afrique subsaharienne: Adoption, fiabilité et facteurs complémentaires d'impact économique », *Collection Africa Development Forum*, Washington DC, https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/31333/9781464814884.pdf?sequence=7&isAllowed=y.

BEAC (2021), *Rapport sur la politique monétaire en Afrique centrale*, Banco Central dos Estados da África Central, Yaoundé, https://www.beac.int/wp-content/uploads/2021/04/Rapport-de-PM-BEAC_Avril-2021__publiable_VF.pdf.

Burundi Eco (2021), «Les acteurs de la filière thé réclament un organe de régulation», *Burundi Eco*, Bujumbura, 26 de agosto, http://burundi-eco.com/les-acteurs-de-la-filiere-the-reclament-un-organe-de-regulation/#.YSeI445KjIU.

Casella, B. et al. (2019), *UNCTAD-Eora Global Value Chain Database*, https://worldmrio.com/unctadgvc/ (consultado em 1 de junho de 2021).

CEA (2020), *Faciliter le commerce transfrontalier grâce à une réponse africaine coordonnée face au Covid-19*, Comissão Económica das Nações Unidas para África, Departamento da Integração Regional e do Comércio, Addis-Abeba, 10 de julho, https://www.uneca.org/fr/storys/covid-19-un-nouveau-rapport-de-la-cea-appelle-les-gouvernements-%C3%A0-harmoniser-les-politiques.

CEPII (2021), *BACI* (base de dados), Centre d'études prospectives et d'informations internationales, www.cepii.fr/cepii/en/bdd_modele/presentation.asp?id=37 (consulté le 21 septembre 2021).

CNUCED (2020), *Les flux d'investissement en Afrique vont fortement diminuer*, Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, Genebra, https://www.un.org/africarenewal/fr/derni%C3%A8re-heure/coronavirus/cnuced-les-flux-dinvestissement-en-afrique-vont-fortement-diminuer.

Comifac (2005), *Les forêts du bassin du Congo : évaluation préliminaire*, Comissão das Florestas da África Central, Libreville, https://www.observatoire-comifac.net/docs/edf2005/Etat-des-forets_2005.pdf.

CUA/OCDE (2021a), *Dynamiques du développement en Afrique 2021 : Transformation digitale et qualité de l'emploi*, Comissão da União Africana, Addis-Abeba/Edições OCDE, Paris, https://doi.org/10.1787/cd08eac8-fr.

CUA/OCDE (2021b), *Dynamiques du Développement en Afrique 2021, Annexe statistique*, Comissão da União Africana, Addis-Abeba/Edições OCDE, Paris, https://oe.cd/AFDD-2021-fr.

CUA/OCDE (2019), «Afrique centrale : politiques publiques pour la transformation productive», *Dynamiques du développement en Afrique 2019*, Comissão da União Africana, Addis-Abeba/Edições OCDE, Paris, https://doi.org/10.1787/b34d7980-fr.

CUA/OCDE (2018), *Dynamiques du développement en Afrique 2018 : Croissance, emploi et inégalités*, Comissão da União Africana, Addis-Abeba/Edições OCDE, Paris, https://doi.org/10.1787/9789264302525-fr.

Dedrick, J. e K. L. Kraemer (1998), *Asia's Computer Challenge: Threat or Opportunity for the United States and the World?*, Oxford University Press, Oxford.

Delvingt, W. e G. Lescuyer (2007), «Certification et gestion forestière : enjeux et perspectives pour les forêts du Bassin du Congo», *Quel avenir pour les forêts de la République démocratique du Congo ? : instruments et mécanismes innovants pour une gestion durable des forêts*, Cooperação Técnica Belga, Bruxelas, pp. 62-67 (Documento de reflexão e trabalho, 01), https://agritrop.cirad.fr/541014/1/document_541014.pdf.

Diansambu, I. (2020), «RDC : l'École régionale post-universitaire», *Actualités des forêts tropicales*, Vol. 29 N.° 1, Organização Internacional das Madeiras Tropicais – OIMT/ITTO, Yokohama, https://www.itto.int/fr/tfu/2020/05/12/advancing_forestry_education_in_the_congo_basin/.

Dieterle, G. (2020), «Promouvoir la conservation et la mise en valeur durable des forêts tropicales», *Actualités des forêts tropicales*, Vol. 29, N.° 1, Organização Internacional das Madeiras Tropicais – OIMT/ITTO, Yokohama, https://www.itto.int/fr/tfu/2020/05/12/advancing_forestry_education_in_the_congo_basin/.

DGF/RDC (2018), *Stratégie nationale relative à la foresterie communautaire en République démocratique du Congo*, Direção de gestão dos recursos florestais da RDC, http://extwprlegs1.fao.org/docs/pdf/Cng179650.pdf.

Doumenge, C., F. Palla e G.-L. Itsoua Madzous (2021), *Aires protégées d'Afrique centrale - État 2020*, Ofac-Comifac, Yaoundé, Camarões e União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), Gland, Suíça.

FAO (2020), *Évaluation des ressources forestières mondiales* (base de dados), https://fra-data.fao.org/ (consultado em 1 de junho de 2021).

fDi Markets (2021), *fDi Markets* (base de dados), https://www.fdiintelligence.com/fdi-markets (consultado em 1 de junho de 2021).

Fida (2020), *Cacao : comment une seule culture a dynamisé tout un pays*, Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola, Roma, 18 de fevereiro https://www.ifad.org/fr/web/latest/-/cacao-comment-une-seule-culture-a-dynamis%C3%A9-les-exportations-de-tout-un-pays.

Financial Afrik (2021), «Tchad : tendance haussière pour la filière coton», *Financial Afrik*, Intermedia SARL, Dacar, 15 de junho, https://www.financialafrik.com/2021/06/15/tchad-tendance-haussiere-pour-la-filiere-coton/ (consultado em 26 de agosto de 2021).

Fórum africano da madeira (2018), «Quel avenir pour une industrie africaine de transformation du bois à l'horizon 2030 ?», *Rapport final et Actes*, Fórum africano da madeira, Libreville, 20 de junho, https://www.atibt.org/files/upload/racewood-2018/RAPPORT-FINAL-FAB.pdf.

G5 Sahel (2021), *Lutte contre la pandémie à Coronavirus (covid-19): la BAD mobilise 20 millions de dollars pour les pays du G5 Sahel*, G5 Sahel, Nouakchott, 24 de julho, https://www.g5sahel.org/lutte-contre-la-pandemie-a-coronavirus-covid-19-la-bad-mobilise-20-millions-de-dollars-pour-les-pays-du-g5-sahel/ (consultado em 17 de junho de 2021).

GFW (2021a), *Perte de couverture forestière au Cameroun*, Global Forest Watch, World Resources Institute, Washington DC, https://gfw.global/3ekT11P (consultado em 2 de julho de 2021).

GFW (2021b), *Alerte de deforestation*, Global Forest Watch, World Resources Institute, Washington DC, https://gfw.global/2VF14zP (consultado em 2 de julho de 2021).

GWMI (2021), *The International Wood Industry in One Information Service*, Global Wood Markets Info, Bruxelas, https://www.globalwoodmarketsinfo.com/ (consultado em 2 de julho de 2021).

Ingram, V. J. (2017), «Changing governance arrangements: NTFP value chains in the Congo Basin», *International Forestry Review*, Vol. 19, N.° 1, pp. 152-169, Commonwealth Forestry Association, Shropshire, DOI: 10.1505/146554817822407394.

IsDB (2019), *Gabon, Member country strategic partnership paper 2019-23*, Islamic Development Bank, Djeddah, https://strategy.isdb.org/gabon-value-chain-analysis.

Kombila-Moulougui, A. G. (2019), *L'arrêt de l'exportation des grumes au Gabon : enjeux et perspectives*, Tese de doutoramento em geografia e ordenamento do território defendida em 9 de dezembro de 2019 na *École doctorale sciences sociales et humanités* da *Université de Pau et des pays de l'Adour*, França, http://www.theses.fr/2019PAUU1063.

Kouna Eloundou, C. G., M. T. Demaze e Y. Djellouli (2008), «La certification forestière et gestion durable des forêts tropicales : une laborieuse application en Afrique centrale», *L'après développement durable. Espaces, nature, culture et qualité*, Éditions Ellipses, pp.137-147, Paris, https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00308974/document.

Lescuyer, G. et al. (2012), «Évaluation du secteur du sciage artisanal dans le bassin du Congo», *Les forêts du Bassin du Congo : état des forêts 2010*, Serviço das Publicações da União Europeia, Luxemburgo, https://agritrop.cirad.fr/564107/.

Linhares-Juvenal, T. (2020), *COVID19-Related Impacts on Wood Value Chains and Contributions to Build Back Better: Survey Results*, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), Roma, 22-25 de junho, http://foris.fao.org/cofo/api/file/5ef49fb43ecce72502208331/af51af89-cb2a-4218-a84d-6f3fb6752bfa.pdf.

Mbzibain, A. et al. (2020), «Améliorer la gouvernance forestière à travers la formation et les forums sur la gouvernance forestière», *La gouvernance forestière en Afrique centrale : entre pratiques et politiques*, L'Harmattan, Paris, https://wlv.openrepository.com/handle/2436/623573.

Ministério da Agricultura e Irrigação do Chade (2013), *Plan quinquennal de developpement de l'agriculture au Tchad* (Plano quinquenal de desenvolvimento da agricultura no Chade), N'Djaména, abril, http://extwprlegs1.fao.org/docs/pdf/cha146683.pdf.

Ministério das Finanças e do Orçamento do Congo (2020), «Mesures d'accompagnement des entreprises pour la lutte contre les effets économiques du Covid», *Circulaire*, Ministério das Finanças e do Orçamento do Congo, República do Congo, Brazzaville, https://www.tralac.org/documents/resources/covid-19/countries/3511-congo-ministry-of-finance-and-budget-circular-no-0247-mfb-cab-on-measures-to-support-companies-in-the-fight-against-the-economic-effects-of-covid-19-15-april-2020-french/file.html.

Ministério das Minas da RD Congo (2021), *Statistiques minières*, Kinshasa, https://mines-rdc.cd/fr/les-statistiques-minieres.

Mouissi, M. (2015), «CEEAC : l'état des routes - l'autre frein à l'intégration régionale», *Blogue de Mays Mouissi*, https://www.mays-mouissi.com/2015/04/26/ceeac-letat-des-routes-lautre-frein-a-lintegration-regionale/.

Mounzéo, C. e. C. Lubala (2020), *L'empreinte de la Chine sur les forêts : il est temps d'agir*, FERN, Leyde, 8 de abril, https://www.fern.org/fr/ressources/chinas-forest-footprint-time-for-action-on-the-ground-2099/.

Nkoumakali, B (2020), «Gabon : l'École nationale des eaux et forêts», *Actualités des forêts tropicales*, Vol. 29, N.° 1, Organização Internacional das Madeiras Tropicais – OIMT/ITTO, Yokohama, https://www.itto.int/fr/tfu/2020/05/12/advancing_forestry_education_in_the_congo_basin/.

Nouveau Gabon (2018), «La filière bois veut porter sa contribution au PIB à 10 % en 2025», *Le Nouveau Gabon*, Libreville, março de 2018, https://www.lenouveaugabon.com/fr/bois/1203-13245-la-filiere-bois-veut-porter-sa-contribution-au-pib-a-10-en-2025.

OCDE (2017), *Perspectives de l'OCDE sur les compétences 2017 – Compétences et chaînes de valeur mondiales*, Edições da OCDE, Paris, 16 de novembro, https://doi.org/10.1787/9789264203433-fr.

OCDE/ACET (2020), *Quality infrastructure in 21st Century Africa: Prioritising, Accelerating and Scaling up in the Context of Pida (2021-30)*, Edições OCDE, Paris/African Center for Economic Transformation, Accra, https://www.oecd.org/dev/Africa-Quality-infrastructure-21st-century.pdf.

OIMT (2020), *Biennal Review Statistics*, Organização Internacional das Madeiras Tropicais, Yokohama, https://www.itto.int/biennal_review/?mode=searchdata.

OIT (2020), *Rapport sur l'emploi en Afrique (Re-Afrique) - Relever le défi de l'emploi des jeunes*, Organização Internacional do Trabalho, Genebra, https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---africa/---ro-abidjan/documents/publication/wcms_761156.pdf.

PFBC (2021a), *28ème réunion du conseil d'administration du fonds vert pour le climat approuve 15 nouveaux projets, soit 1.2 milliard de dollars US pour l'action climatique : le Bassin du Congo figure parmi les bénéficiaires, dont la RDC, la République du Congo et la RCA*, Parceria pela floresta da bacia do Congo, Berlim, https://pfbc-cbfp.org/actualites-partenaires/FV-BassinCongo.html.

PFBC (2021b), *Réduire le risque de futures épidémies de maladies infectieuses émergentes en changeant les normes sociales relatives à la consommation de viande de brousse en milieu urbain et en mettant un terme à son commerce*, Parceria pela floresta da bacia do Congo, Berlim, https://pfbc-cbfp.org/actualites-partenaires/commerce-WCS.html.

PFBC (2021c), *Retour sur la réunion Sino-Africaine organisée par CTWPDA et ATIBT le 17 et le 18 décembre sur le bois durable*, Parceria pela floresta da bacia do Congo, Berlim, https://pfbc-cbfp.org/actualites-partenaires/durable-ATIBT.html.

PFBC (2021d), *La GIZ distribue du matériel sanitaire pour le renforcement de la lutte contre la pandémie COVID-19 dans les localités environnantes du Parc National De Lobeke et du Parc National De Nki*, Parceria pela floresta da bacia do Congo, Berlim, https://pfbc-cbfp.org/actualites-partenaires/GIZ-dons.html.

PFBC (2020), *Communiqué final de la réunion des ministres sectoriels de la Cemac : fin de l'exportation du bois sous forme de grumes à compter du 1er janvier 2022*, Parceria pela floresta da bacia do Congo, 23 de setembro, https://pfbc-cbfp.org/actualites-partenaires/fois-agrume-stop.html.

Plane, P. (2021), «What Factors Drive Transport and Logistics Costs in Africa?», *Journal of African Economies*, Vol. 30, N.° 4, pp. 370-388, Oxford University Press, Oxford, 19 de fevereiro, https://doi.org/10.1093/jae/ejaa019.

Plane, P. (2019), «L'Afrique et l'hétérogénéité de ses coûts de transport et de logistique», *Note Brève*, N.° B219, Fundação para o estudo e a investigação sobre o desenvolvimento internacional (Ferdi), Clermont-Ferrand, 12 de julho, https://ferdi.fr/dl/df-pivQLzPXaP5MwqcgXUHV1EnZ/ferdi-b219-l-afrique-et-l-heterogeneite-de-ses-couts-de-transport-et-de.pdf.

PNUD (2021), *Through the Pandemic and Beyond: UNDP, AUC and Africa CDC Respond to Covid-19 in Africa*, União Africana, Addis-Abeba, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 29 de março, https://www.africa.undp.org/content/rba/en/home/library/reports/through-the-pandemic-and-beyond--undp--auc-and-africa-cdc-respon.html.

Réjou-Méchain, M. et al. (2021), «Unveiling African Rainforest Composition and Vulnerability to Global change», *Nature*, N.° 593, pp. 90-94, Londres, 21 de abril https://www.nature.com/articles/s41586-021-03483-6.

Schuster, M. e J. Ndimubandi (2018), «Introduction de mécanismes d'agriculture sous-contrat dans la filière thé au Burundi», *Relatório de análise de políticas*, SAPAA (Programa de Acompanhamento e análise das políticas agrícolas e alimentares), Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, Roma, http://www.fao.org/3/CA0966FR/ca0966fr.pdf.

Shih, S. (1996), *Me-too is not my style: Challenge difficulties, break through bottlenecks, create values*, Fundação Acer, Taipei, https://laofutze.files.wordpress.com/2010/07/me-too-is-not-my-style.pdf.

Soh Fogno, D. R. (2018), «L'impact des normes de la *Forest Law Enforcement, Governance and Trade* sur la protection des forêts de l'Afrique centrale : étude à partir du cas du Cameroun», *Les Cahiers de droit*, Vol. 59, N.º 1, pp. 285-324, Universidade de Laval, Quebec, DOI:10.7202/1043693ar.

UNCTADstat (2021), Estatísticas da UNCTAD, Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, Genebra, https://unctadstat.unctad.org/FR/.

Wallot, J.-L. (2021), *Covid-19 en République centrafricaine, la riposte de la société civile à la pandémie*, FERN, Leyde/Bruxelas/Moreton-in-Marsh/Montreuil, 2 de outubro, https://www.fern.org/fr/ressources/covid-19-in-the-central-african-republic-civil-societys-response-to-the-pandemic-2212/.

Capítulo 5

Integração das cadeias de valor na África Oriental e a indústria agroalimentar

Este capítulo analisa as oportunidades e desafios para o desenvolvimento de cadeias de valor regionais na África Oriental (Comores, Djibuti, Eritreia, Etiópia, Quénia, Madagáscar, Maurícias, Ruanda, Seicheles, Somália, Sudão do Sul, Sudão, Tanzânia e Uganda). Analisa em primeiro lugar a participação existente nas cadeias de valor globais. Em seguida, o capítulo analisa as cadeias de valor agroalimentares da África Oriental e discute o seu potencial de crescimento, oportunidades e restrições. Por último, aborda três domínios políticos para o reforço da integração da cadeia de valor na África Oriental. O primeiro domínio diz respeito à coordenação regional, especialmente através da Comunidade da África Oriental, para reduzir os obstáculos ao comércio intrarregional. O segundo domínio político diz respeito à forma como as políticas de investimento e de polos de competitividade podem ajudar a desenvolver a capacidade regional em cadeias de valor fundamentais, como a agroalimentar. O terceiro domínio identifica as políticas públicas necessárias à realização do mercado único digital regional.

EM SÍNTESE

A África Oriental precisa de aumentar a sua participação nas cadeias de valor globais (CVG). A participação da África Oriental nas CVG diminuiu de 3.8 % do produto interno bruto (PIB) em 2010 para 2.6 % em 2015, um nível inferior à média africana. A participação nas cadeias de valor globais a montante desempenha um papel relativamente mais importante do que em qualquer outro lugar em África, mas a sua participação tem vindo a diminuir. A pandemia de COVID-19 teve um impacto matizado na região. O colapso do turismo mundial afetou gravemente os países mais integrados da África Oriental (Maurícias e Seicheles), enquanto os países maiores e menos integrados (como a Etiópia e a Tanzânia) registaram um crescimento positivo do PIB em 2020.

No futuro, cadeias de valor regionais como a agroalimentar podem ajudar a acelerar a industrialização e a criar empregos. A Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA), o crescimento demográfico, a urbanização e a transformação digital criam condições favoráveis ao setor agroalimentar. No entanto, serão necessárias intervenções políticas para ultrapassar questões de competitividade persistentes e elevados custos do comércio intrarregional.

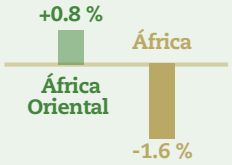
A região pode enfrentar estes desafios, concentrando-se em três alavancas políticas:

- utilizar a dinâmica da ZCLCA para reduzir os obstáculos ao comércio intrarregional, em especial com a revisão da Pauta Externa Comum e na facilitação ao comércio na Comunidade da África Oriental (CAO);
- coordenar as estratégias industriais para reforçar a competitividade regional em cadeias de valor fundamentais, como a agroalimentar, através de políticas de investimento e de polos de competitividade;
- cooperar em áreas relacionadas com infraestruturas digitais, qualificações e harmonização regulamentar para implementar o mercado único digital.

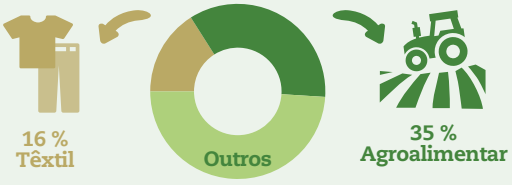
África Oriental

A África Oriental e as cadeias de valor globais

O crescimento do PIB demonstrou a sua resiliência em 2020



Participação nas CVG



Potencial das cadeias de valor agroalimentares

A entrada em vigor da ZCLCA poderia aumentar as exportações da África Oriental para África em 16 %



A África Oriental é um dos principais utilizadores de dinheiro móvel no mundo

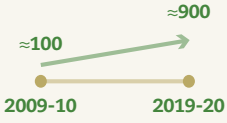
Contas de dinheiro móvel reportadas por 1 000 adultos



Restrições ao desenvolvimento das cadeias de valor agroalimentares

Os obstáculos ao comércio continuam a ser demasiado numerosos

Isenções unilaterais de tarifas externas comuns da CAO



Os transportes e a logística podem ser melhorados



No Uganda, os pequenos agricultores perdem até **40%** dos seus produtos frescos

Falta de competitividade



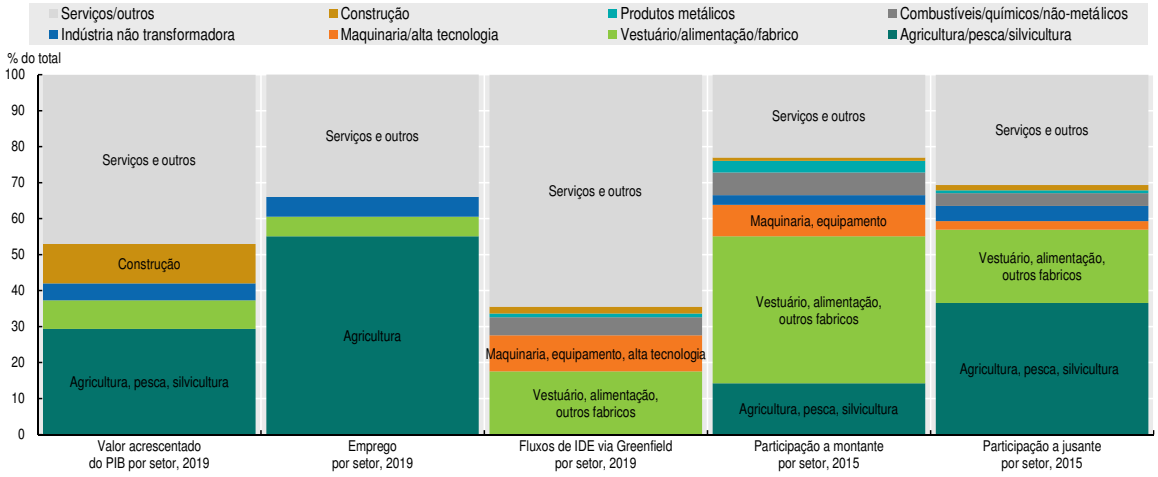
O setor informal produz **80%** do leite da região, com poucas medidas de controlo da qualidade

Próximas etapas

- **Rever a tarifa externa comum da CAO** e reduzir os entraves não pautais
- **Promover as interações** entre os polos de competitividade industrial dos diferentes países
- **Expandir a iniciativa de itinerância móvel "One Network Area"** para além da CAO

Perfil regional da África Oriental

Figura 5.1. **Perfis económicos e comerciais da África Oriental, expressos em % do total**

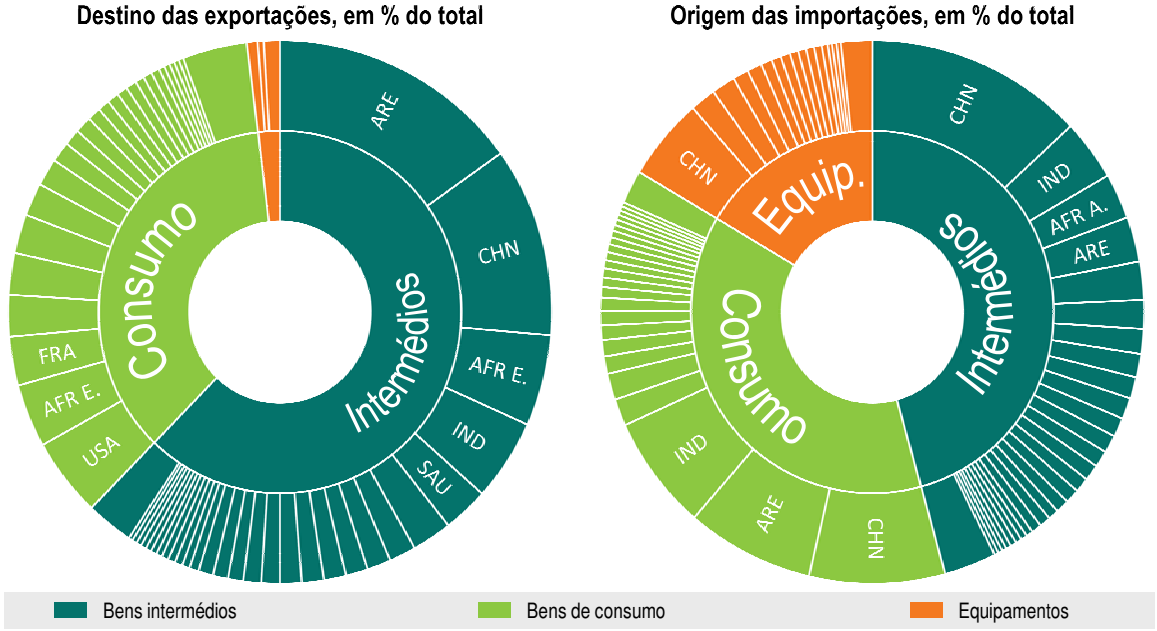


Notas: PIB = produto interno bruto; IDE = investimento direto estrangeiro; As diferentes fontes de dados não utilizam as mesmas definições para os setores económicos, produtos de base ou atividades. Os códigos de cores permitem, no entanto, materializar as áreas de convergência entre as bases de dados.

Fonte: Cálculos dos autores com base em Banco Mundial (2020), *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2020, Base de dados CVG*, www.worldbank.org/en/publication/wdr2020/brief/world-development-report-2020-data; fDi Markets (2021), *fDi Markets* (base de dados), www.fdiintelligence.com/fdi-markets; e Banco Mundial (2021), *Indicadores de Desenvolvimento Mundial* (base de dados), https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators.

StatLink https://doi.org/10.1787/888934298339

Figura 5.2. **Principais parceiros comerciais da África Oriental, por comércio de bens intermédios, de bens de consumo e de equipamentos**



Notas: Os países parceiros são identificados pelos respetivos códigos ISO de três letras. Os países africanos estão agrupados de acordo com as cinco sub-regiões definidas pela União Africana: AFR C. = África Central; AFR E. = África Oriental; AFR N. = Norte de África; AFR A. = África Austral; AFR O. = África Ocidental. Não é tido em consideração o comércio no seio da União Aduaneira da África Austral (SACU).

Fonte: Cálculos dos autores com base em dados de CEPII (2021), *BACI* (base de dados), www.cepii.fr/cepii/en/bdd_modele/presentation.asp?id=37.

StatLink https://doi.org/10.1787/888934298358

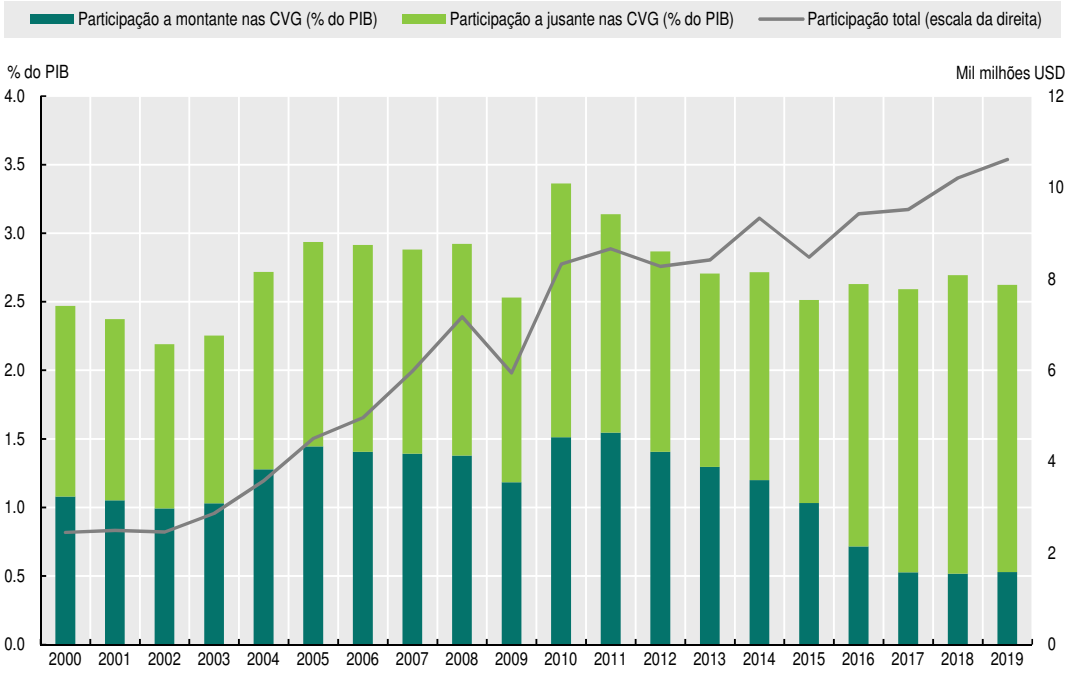
A África Oriental precisa de aumentar a sua participação nas cadeias de valor globais

A participação da África Oriental nas cadeias de valor globais tem vindo a estagnar, em grande parte devido à fraca participação a montante

Em 2019, a África Oriental foi a região com níveis mais baixos de exportações das CVG em percentagem do PIB, em comparação com outras regiões africanas. Para os países da África Oriental, a participação nas CVG em percentagem do PIB foi inferior à média africana em 2019 (cerca de 8 %). Ao contrário das duas regiões africanas mais integradas, a África do Norte e a África Austral, a participação nas CVG da África Oriental como percentagem do PIB não melhorou desde 2000, de acordo com os cálculos dos autores baseados em dados da *UNCTAD-Eora Global Value Chain Database* (Casella et al., 2019). O baixo nível de participação da África Oriental nas CVG pode estar ligado tanto a fundamentos económicos, como a falta de acesso ao mar e a pequena dimensão do mercado, como a fatores políticos, como os baixos níveis de produtividade interna, o elevado custo dos transporte e das infraestruturas de comunicação e, para alguns países, uma economia relativamente fechada.

A participação total da região nas CVG estagnou entre 2010 e 2019 (Figura 5.3). Em percentagem do PIB total, a participação nas CVG diminuiu de 3.4 % em 2010 para 2.6 % em 2019. Esta tendência segue, em grande medida, as tendências globais da participação nas CVG, na sequência da crise financeira global de 2008, das incertezas em torno dos acordos comerciais, dos conflitos comerciais entre os principais parceiros comerciais e do surgimento de tecnologias de poupança de mão de obra que atenuaram os incentivos à externalização da indústria transformadora (Banco Mundial, 2020; CNUCED, 2020).

Figura 5.3. **Participação da África Oriental nas cadeias de valor globais, 2000-19**



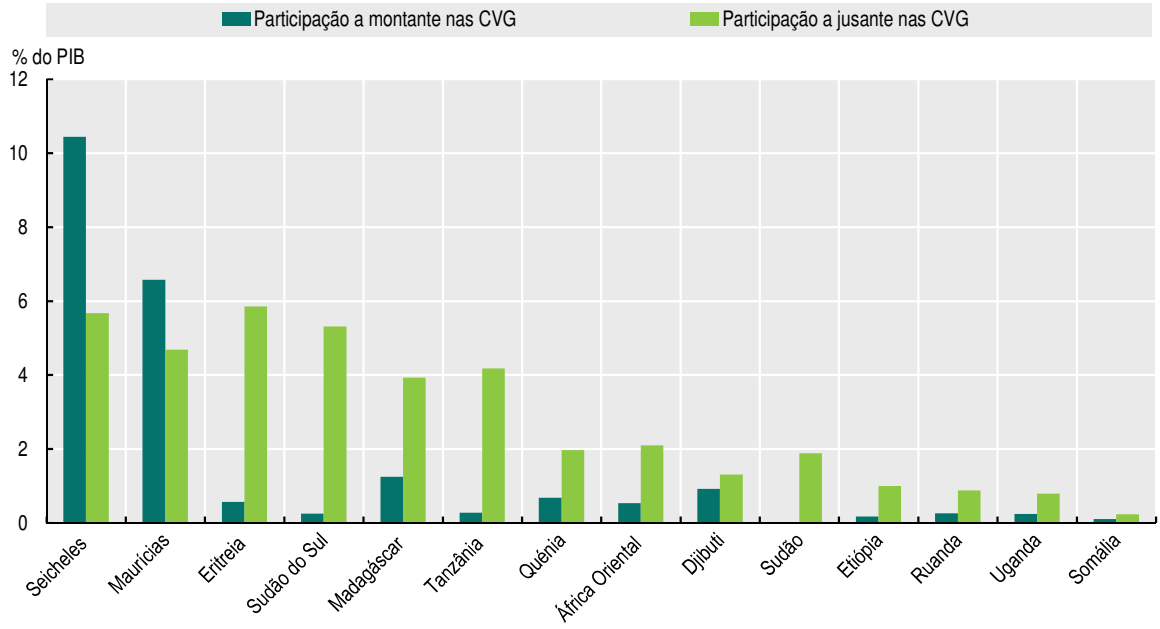
Nota: CVG = cadeia de valor global. A participação nas CVG para a África Oriental aqui apresentada é uma média dos valores nacionais para a participação nas CVG em percentagem do PIB ponderado pelo PIB nacional em dólares PPC.
Fonte: Cálculos dos autores baseados em dados da Casella et al. (2019), *UNCTAD-Eora Global Value Chain Database*, https://worldmrio.com/unctadgvc/.
StatLink https://doi.org/10.1787/888934298377

A diminuição da participação nas CVG deveu-se, em grande medida, ao papel decrescente da participação a montante. A participação a montante refere-se à parcela dos fatores de produção importados pelo país e incorporados nas suas exportações. Entre 2010 e 2019, a participação a montante diminuiu de 1.5 % para 0.5 % do PIB (Figura 5.3). Esta situação é preocupante, uma vez que a experiência mundial sugere que a participação a montante é mais favorável à aprendizagem e à melhoria dos produtores locais (Capítulo 1).

Em contraste, a participação a jusante nas CVG aumentou durante o período 2010-19, atingindo 80% da participação nas CVG da África Oriental. A participação a jusante mede a parcela das exportações de um país que é utilizada por um país importador em seus produtos de exportação. Em termos gerais, a participação a jusante em percentagem do PIB ascendeu a 2.1 % na África Oriental, inferior à média africana (5.9 %) devido ao papel limitado dos combustíveis e produtos do setor mineiro no cabaz de exportações da África Oriental (Figura 5.3). O fosso entre a participação a jusante e a montante na África Oriental tem vindo a aumentar desde 2011, quando a participação a jusante da região era mais resiliente do que a sua participação a montante.

A composição da participação nas CVG varia consideravelmente de país para país. As Maurícias e as Seicheles têm a maior participação a montante em percentagem do PIB (Figura 5.4), em parte devido à importância do relevante setor do turismo de luxo, orientado para o mundo, que depende de fatores de produção e materiais estrangeiros. Entre os membros da CAO, somente o Quénia (0.7 %) supera a média da África Oriental na participação a montante em percentagem do PIB (0.5 %), enquanto as Maurícias (6.6 %) e as Seicheles (10.5 %) lideram entre os países não membros da CAO, ultrapassando a média africana (2.1 %).

Figura 5.4. **Participação a montante e a jusante nas cadeias de valor globais em países selecionados da África Oriental, 2019**



Nota: CVG = cadeia de valor global. A participação nas CVG para a África Oriental aqui apresentada é uma média dos valores nacionais para a participação nas CVG em percentagem do PIB ponderado pelo PIB nacional em dólares PPC.

Fonte: Cálculos dos autores baseados em dados da Casella et al. (2019), *UNCTAD-Eora Global Value Chain Database*, https://worldmrio.com/unctadgvc/.

StatLink *https://doi.org/10.1787/888934298396*

A participação da África Oriental nas cadeias de valor globais pode trazer novas tecnologias para a região e facilitar a aprendizagem entre os produtores locais, o que pode ajudá-los a internacionalizar os seus produtos, tal como aconteceu no Quénia. Por exemplo, para a cadeia de valor global da horticultura no Quénia, as empresas líder definem as regras de produção, transformação e armazenamento e indicam condições sociais e ambientais específicas a seguir. Além disso, todos os investidores agrícolas estrangeiros do Quénia e cerca de 80 % dos fornecedores estrangeiros do país dão algum apoio às empresas locais. Na verdade, os agricultores quenianos começaram a confiar em técnicas de colheita de água da chuva para aderirem aos padrões ambientais e começaram a utilizar novas variedades de sementes para tornar os seus produtos mais atrativos para os consumidores mundiais. Após a revolução dos supermercados no Quénia, os produtores locais ganharam uma maior independência em relação aos canais de vendas anteriores, o que lhes permitiu forjar laços mais diretos com os retalhistas mundiais. Isto permitiu que um novo grupo de empresas locais mais pequenas entrasse na cadeia de valor global através de acordos de subcontratação (Qiang, Zhenwei e Steenbergen, 2021).

No entanto, as empresas que operam nas CVG estão por vezes desligadas do resto da economia, limitando assim o potencial de modernização económica e social generalizada. Isto foi evidenciado por Newman et al. (2020), que comparam as ligações entre empresas multinacionais e empresas nacionais, localizadas predominantemente em zonas económicas especiais na Etiópia, no Gana, no Quénia, em Moçambique e no Uganda, em África, e no Camboja e no Vietname, na Ásia. Constataram uma menor incidência de relações de longa data entre empresas multinacionais e empresas nacionais em África do que na Ásia. Referiram ainda que as empresas multinacionais africanas têm uma maior probabilidade de produzir exclusivamente para o mercado de exportação e de formar ligações a montante e a jusante com outras empresas multinacionais do mesmo país. Os contratos vinculativos são a forma mais predominante de transferência direta de tecnologia para empresas nacionais na amostra africana.

O impacto da pandemia de COVID-19 varia entre países e cadeias de valor na região

Globalmente, o PIB da África Oriental mostrou resistência à crise da COVID-19. O crescimento do PIB permaneceu relativamente resistente em 0.7 %, em comparação com a descida de -1.6 % do PIB de África (FMI, 2021). Os fatores estruturais, como a baixa percentagem da população que vive em zonas urbanas, o domínio da economia rural (em especial as atividades agrícolas de pequena escala) e a estrutura demográfica juvenil, contribuíram para conter a propagação da pandemia. Enquanto importadores líquidos de matérias-primas, várias economias na África Oriental beneficiaram também de menores faturas de importação de petróleo e alimentos durante a pandemia (Mold, 2020). Além disso, esta resiliência reflete o relativo isolamento de alguns países da região em relação à contração mundial. Por exemplo, dois países da África Oriental com níveis relativamente baixos de participação nas CVG em percentagem do PIB, Etiópia e Tanzânia, cresceram a taxas positivas de 6.1 % e 1 % em 2020, respetivamente (Figura 5.5).

Esta resiliência macroeconómica reflete também o relativo sucesso dos governos da África Oriental na contenção dos choques sanitários e económicos da COVID-19. Os países da África Oriental adotaram várias estratégias para mitigar os choques do lado da oferta e da procura induzidos pela crise da COVID-19. A indústria ligeira continuou a funcionar graças à reengenharia e diversificação dos locais de trabalho para bens essenciais relacionados com a COVID; isto apesar das perturbações iniciais na cadeia de abastecimento relacionadas com a pandemia e do facto de a indústria ligeira não ter obtido o estatuto de "setor essencial". A maioria dos governos da região encorajou a diversificação das empresas e o investimento em equipamentos de proteção individual e bens essenciais.

Figura 5.5. **Crescimento real do PIB nos países da África Oriental, 2020-22**



Fonte: FMI (2021), *Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa*, https://www.imf.org/en/Publications/REO/SSA/Issues/2021/10/21/regional-economic-outlook-for-sub-saharan-africa-october-2021.

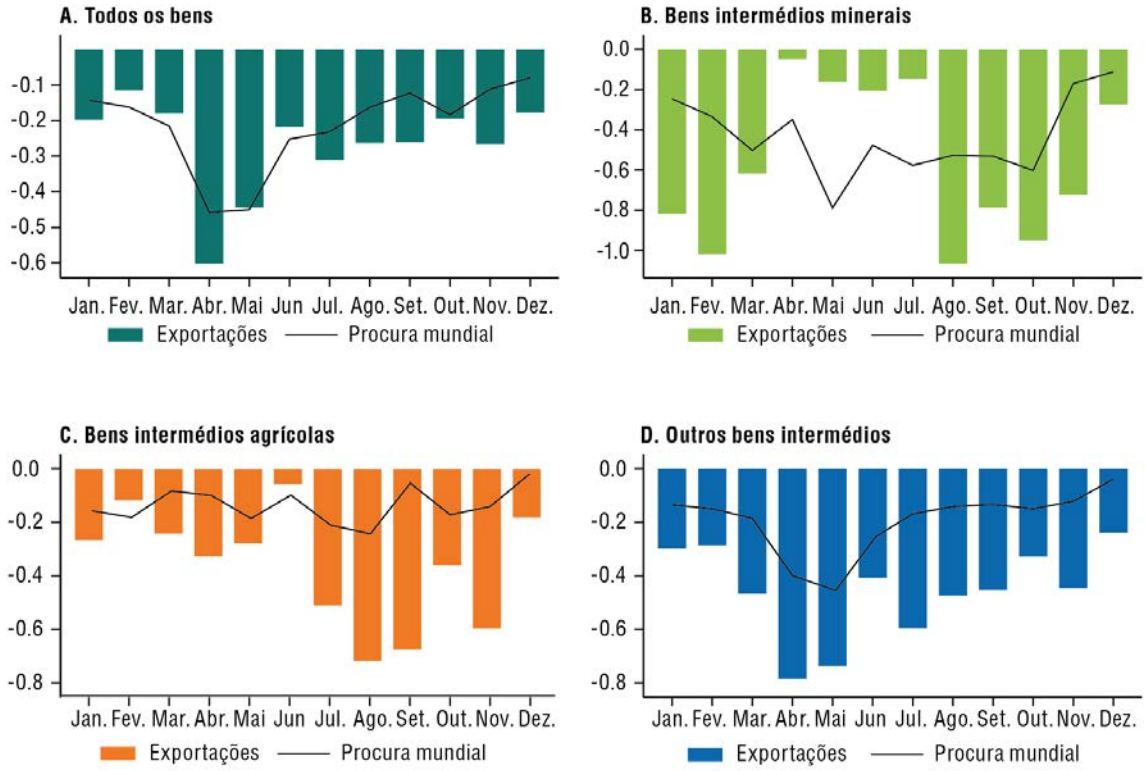
StatLink https://doi.org/10.1787/888934298415

A região também acelerou a sua transformação digital durante a crise da COVID-19. A economia digital prosperou devido ao facto de os países da África Oriental adotarem mais tecnologia digital. A região registou um aumento significativo na avaliação de mercado dos serviços de saúde e educação, comércio eletrónico e telecomunicações baseados na tecnologia (CUA/OCDE, 2021; UIT, 2021). O setor da externalização de processos empresariais em alguns países, como o Quénia, permaneceu resistente e ganhou a reputação de um ambiente empresarial adaptável e de um forte destino para o investimento direto estrangeiro (IDE) (Mitchell et al., 2021). Alguns países da África Oriental aceleraram a utilização de pagamentos móveis para conter o impacto da crise da COVID-19. Por exemplo, a maior empresa de telecomunicações do Quénia, a Safaricom, anunciou uma isenção de taxa sobre o principal produto de moeda móvel da África Oriental, o M-PESA, para reduzir a troca física de moeda. A empresa isentou de custos todas as transações pessoais inferiores a 1 000 shillings quenianos durante três meses (Bright, 2020).

No entanto, vários países da região dependentes do turismo enfrentam consideráveis reveses económicos. Em 2020, o PIB diminuiu 15 % nas Maurícias e 13 % nas Seicheles. As fronteiras fechadas provocaram uma contração estimada em 70 % da indústria turística das Maurícias, em comparação com os níveis anteriores à COVID (Qiang, Zhenwei e Steenbergen, 2021). Prevê-se que o regresso aos níveis pré-COVID nos setores de serviços relacionados com o turismo seja lento. Os serviços de viagens, turismo e transportes representam uma parte significativa das receitas anuais brutas das exportações do Djibuti (58 %), Maurícias (54 %), Quénia (32 %), Ruanda (35 %), Seicheles (41 %), Tanzânia (52 %) e Uganda (37 %), de acordo com os cálculos dos autores baseados em dados da *COMTRADE* das Nações Unidas (ONU, 2021). A lenta recuperação do turismo mundial continuará a afetar as perspetivas destes países.

As exportações das CVG da África Oriental também enfrentaram quedas acentuadas devido a interrupções na cadeia de abastecimento mundial. No início da crise da COVID-19 em 2020, a África Oriental assistiu a reduções significativas nos fluxos comerciais, interrupções na cadeia de abastecimento, encerramentos de fronteiras, aumento das medidas de vigilância e de distanciamento social, atrasos no manuseamento dos portos, aumentos das taxas de frete e uma queda geral nos índices de desempenho portuário (Trademark East Africa, 2020). A circulação restrita de mercadorias e comerciantes fez com que os valores globais das exportações para países de rendimento elevado baixassem 39.9 % e 24.4 % entre abril e maio de 2020 (Figura 5.6).

Figura 5.6. **Crescimento das exportações *versus* crescimento da procura mundial, África Oriental, 2019-20**



Nota: A figura mostra uma comparação das exportações de cada mês em 2020 com as exportações do mesmo mês em 2019.
Fonte: Cálculos dos autores com base em dados mensais do comércio da ONU (2021), *UN COMTRADE* (base de dados), https://comtrade.un.org/.
StatLink https://doi.org/10.1787/888934298434

Em termos gerais, o impacto da COVID-19 nas cadeias de valor dependeu do facto de as cadeias de valor serem globais ou regionais, do facto de a produção e a distribuição continuarem ou não e do facto de o setor específico ter sido considerado essencial ou não para os consumidores, tanto a nível interno como mundial. Embora o período de colapso variasse consoante as categorias de produtos, quedas acentuadas na procura internacional e o cancelamento de encomendas afetaram negativamente as grandes exportações agrícolas (por exemplo, café, chá, flores e horticultura) e o setor emergente da indústria ligeira da região (por exemplo, as indústrias de vestuário na Etiópia e nas Maurícias) (EABC, 2021).

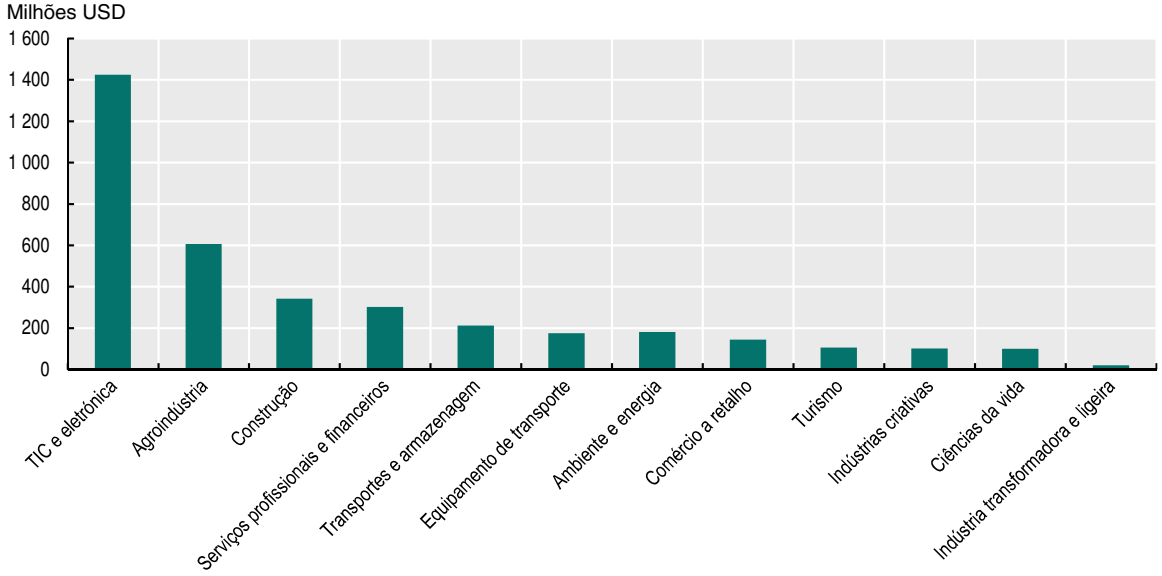
A pandemia de COVID-19 está a mudar o panorama do investimento, o que terá implicações importantes para a participação a médio prazo nas CVG. O IDE, que

normalmente segue o PIB e as tendências de recuperação do comércio a um ritmo mais lento, caiu 16 % na África Oriental em 2020, visto que as empresas adiaram fusões, aquisições e investimentos *greenfield*. Em 2020, o IDE aumentou ligeiramente no Djibuti (8 %), na Somália (4 %) e na Tanzânia (2 %), embora a maioria dos países da África Oriental tenha registado um decréscimo [por exemplo, o Quénia (35 %), o Uganda (35 %), as Maurícias (48 %) e o Ruanda (62 %)]. É provável que as fluxos de IDE ganhem dinamismo em 2022 devido a um aumento esperado da procura de matérias-primas, a novas oportunidades devido à reestruturação das cadeias de valor globais e à finalização do protocolo de investimento da ZCLCA (CNUCED, 2021a).

A crise da COVID-19 poderá criar oportunidades a longo prazo para o continente, uma vez que as multinacionais poderão relocalizar e aproximar as suas operações e diversificar as suas redes de fornecedores. A reconfiguração das cadeias de abastecimento mundiais poderia conduzir a mudanças relevantes em determinados setores, como a moda ou os componentes eletrónicos. A promoção do investimento intrarregional poderia contribuir para impulsionar o comércio no continente e reduzir os riscos relacionados com perturbações nas cadeias de abastecimento internacionais.

Desde a crise da COVID-19, os países da África Oriental têm entrado em novos setores enquanto recuperam os existentes. Por exemplo, a aceleração da transformação digital aumentou a atratividade das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) e do setor agroalimentar na África Oriental em relação a outros setores (Figura 5.7). De facto, os planos de recuperação económica dos governos do Quénia (cadeia de valor local/produção de componentes), das Maurícias (farmacêutica e economia azul) e do Ruanda (externalização de processos empresariais) enumeram setores estratégicos para construir capacidades e competitividade relevantes e atrair investimento direto estrangeiro. Espera-se que o surgimento de *start-ups* de tecnologia e das plataformas regionais e a expansão dos investimentos e aquisições centradas em África reformulem o panorama de investimento do continente.

Figura 5.7. **Investimento direto estrangeiro *greenfield* na África Oriental, por setor, março de 2020 - setembro de 2021**

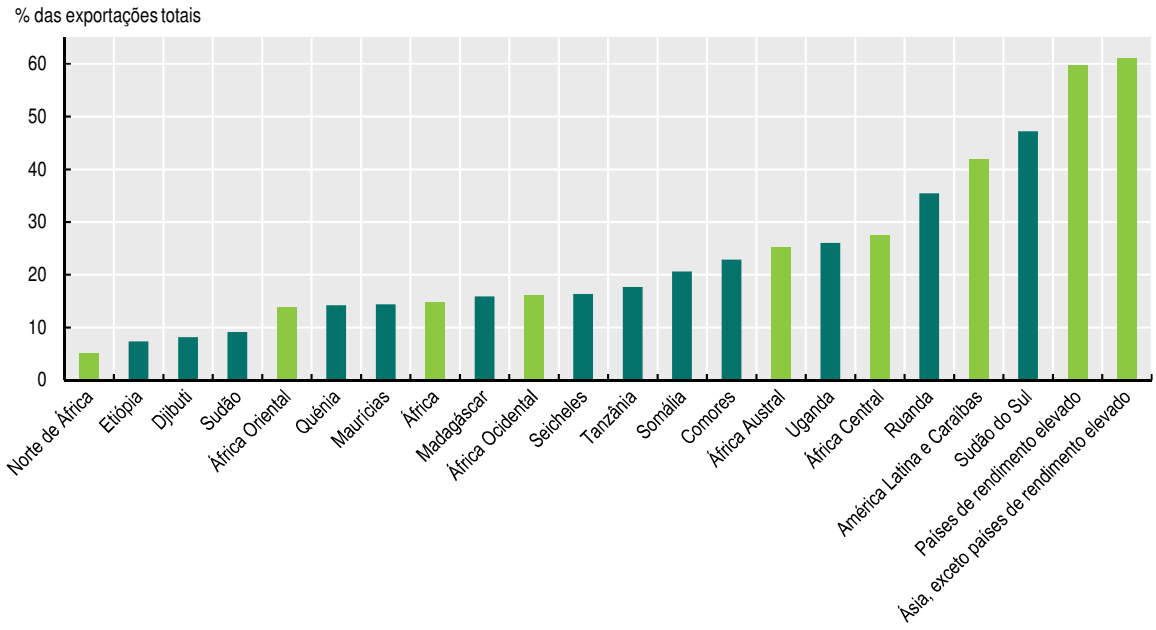


Fonte: Cálculos dos autores com base em fDi Markets (2021), *fDi Markets* (base de dados), www.fdiintelligence.com/fdi-markets
StatLink https://doi.org/10.1787/888934298453

A Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA) proporciona novas oportunidades para o desenvolvimento de cadeias de valor regionais na África Oriental

No comércio de bens intermédios, a África Oriental fica atrás da África Central e Austral, bem como da Ásia e América Latina e Caraíbas (Figura 5.8**).** O desempenho da região no comércio de bens intermédios (13.9 %), embora comparável à média africana (14.7 %), é muito inferior ao das duas regiões do continente que mais transacionam [África Central (27.6 %) e África Austral (25.2 %)]. O comércio de bens intermédios da África Oriental está muito aquém do da Ásia (61 %) e da América Latina e Caraíbas (42 %). Djibuti, Etiópia, Quénia, Maurícias e Sudão situam-se abaixo da média africana, enquanto Madagáscar e o Uganda se encontram acima dessa média. O Ruanda apresenta um desempenho comparável ao da América Latina e Caraíbas, e o Sudão do Sul comparável ao da Ásia.

Figura 5.8. **Comércio intracontinental de bens intermédios, média 2000-19**



Notas: Os bens intermédios são os produtos classificados pela *COMTRADE* das Nações Unidas no âmbito das seguintes categorias económicas gerais: 4, 21, 22, 31, 42, 53, 111, 121 e 322.

Fonte: Os dados apresentados nesta figura baseiam-se no comércio internacional por mercadoria reportado em CEPII (2021), *BACI* (base de dados), www.cepii.fr/cepii/en/bdd_modele/presentation.asp?id=37.

StatLink https://doi.org/10.1787/888934298472

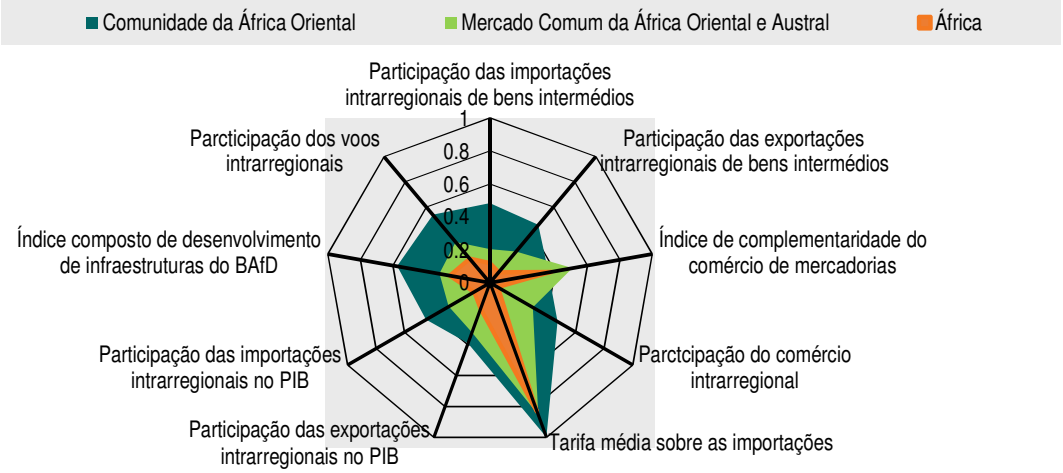
Os elevados custos do comércio e a fraca competitividade ajudam a explicar a falta de crescimento e de melhoria da participação regional na cadeia de valor na África Oriental. Taxas elevadas sobre os bens intermédios, regras de origem restritivas e serviços insuficientes de conectividade constituem importantes obstáculos ao crescimento das exportações da cadeia de valor regional. Por exemplo, os custos do *roaming* na CAO são particularmente mais elevados do que em outras comunidades económicas regionais; são aproximadamente o dobro dos registados na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (de Melo e Twum, 2020). A falta de competitividade impede também que os produtores avancem para fases de produção mais complexas, as quais têm maiores exigências. Na África Oriental, os investimentos agrícolas estão predominantemente estruturados em torno da produção de matérias-primas como a cana-de-açúcar, o leite cru e sementes para óleos. No setor alimentar, estão fortemente concentrados nas bebidas, tabaco, produtos lácteos e outros produtos alimentares transformados.

Muitos países da África Oriental têm capacidades industriais semelhantes e competem nos mesmos segmentos das cadeias de valor globais, o que limita a sua capacidade de encontrar e explorar complementaridades. A agricultura está entre os cinco principais setores da participação na CVG em nove países da África Oriental. O setor têxtil e do vestuário é um dos cinco principais setores de cinco dos países da região (Djibuti, Etiópia, Madagáscar, Maurícias e Tanzânia), enquanto o setor dos serviços de transporte se situa entre os cinco primeiros em dez países. A similaridade das vantagens comparativas ou da política industrial limita as redes regionais de produção e de abastecimento (Odijie, 2019).

Os países da região, especialmente na Comunidade da África Oriental, cooperaram para abordar questões com êxitos notáveis. Os esforços incluem a operacionalização do Mercado Comum da CAO, que facilitou a livre circulação de bens, mão de obra, serviços e capitais. Os êxitos individuais incluem: i) a harmonização das normas regionais para vários produtos agrícolas e alimentares, por exemplo, produtos lácteos e milho; ii) a criação da união aduaneira da CAO e o reforço das capacidades das instituições comerciais conexas; iii) o estabelecimento de uma pauta externa comum na região; e iv) a criação de um visto turístico único que permite aos visitantes viajar livremente entre o Quénia, o Ruanda e o Uganda.

A integração produtiva e de infraestruturas,[1] os principais elementos constitutivos das redes regionais de abastecimento e produção, continuam a ser os elos mais fracos da integração regional das comunidades económicas regionais da África Oriental.[2] Entre as Comunidades Económicas Regionais de África (CER), a CAO tem a maior parte do comércio intra-CER de bens intermédios e a tarifa média mais baixa das importações intrarregionais, enquanto o COMESA regista a mais elevada complementaridade no comércio de mercadorias (Figura 5.9). O comércio intra-CER total na CAO, embora seja o segundo mais elevado entre as comunidades económicas regionais africanas, é inferior tanto em nível como em crescimento ao comércio intra-CER na Ásia e América Latina e Caraíbas [a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), respetivamente] (de Melo e Twum, 2021).

Figura 5.9. **Integração comercial e de infraestruturas: Pontuações de desempenho intrarregional**

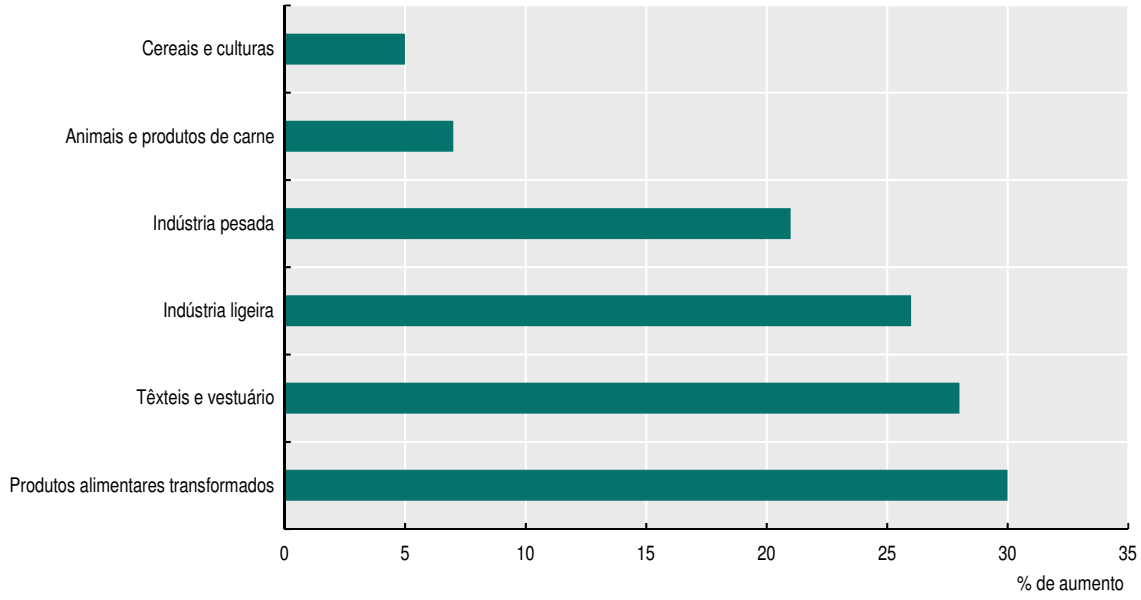


Fonte: CUA/BAfD/UNECA (2019), *Africa Regional Integration Index Report 2019*, www.integrate-africa.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/ARII-Report2019-FIN-R40-11jun20.pdf.

StatLink https://doi.org/10.1787/888934298491

A ZCLCA oferece novas oportunidades para os produtores da África Oriental explorarem os mercados regionais e continentais, especialmente nas cadeias de valor agroalimentares. Um modelo de equilíbrio geral computável baseado em dados do Projeto de Análise do Comércio Global (*Global Trade Analysis Project*) sugere que a total eliminação dos direitos aduaneiros existentes sobre todo o comércio intra-africano poderia aumentar as exportações da África Oriental para o resto do continente em 16 % (UNECA/TradeMark, 2020). Os benefícios seriam particularmente acentuados em setores como os produtos alimentares transformados, os têxteis e o vestuário, e a indústria ligeira (Figura 5.10). Os produtores teriam acesso a todo o mercado da África Oriental, com um PIB de 880 mil milhões USD. Além disso, a ZCLCA abre a possibilidade de negociar com o resto do continente com um único conjunto de regras e de eliminar progressivamente os direitos aduaneiros e as barreiras não pautais ao comércio.

Figura 5.10. **Aumento modelizado das exportações da África Oriental para África devido à ZCLCA, por setor**



Fonte: UNECA/TradeMark East Africa (2020), *Creating a Unified Regional Market: Towards the Implementation of the African Continental Free Trade Area in East Africa*, https://archive.uneca.org/sites/default/files/PublicationFiles/tmea_afcfta_report_5_june_2020.pdf.

StatLink https://doi.org/10.1787/888934298510

As cadeias de valor agroalimentares regionais oferecem um grande potencial para a industrialização e a criação de emprego, mas exigem políticas de apoio

O desenvolvimento de cadeias de valor agroalimentares é fundamental para enfrentar os desafios a longo prazo na África Oriental

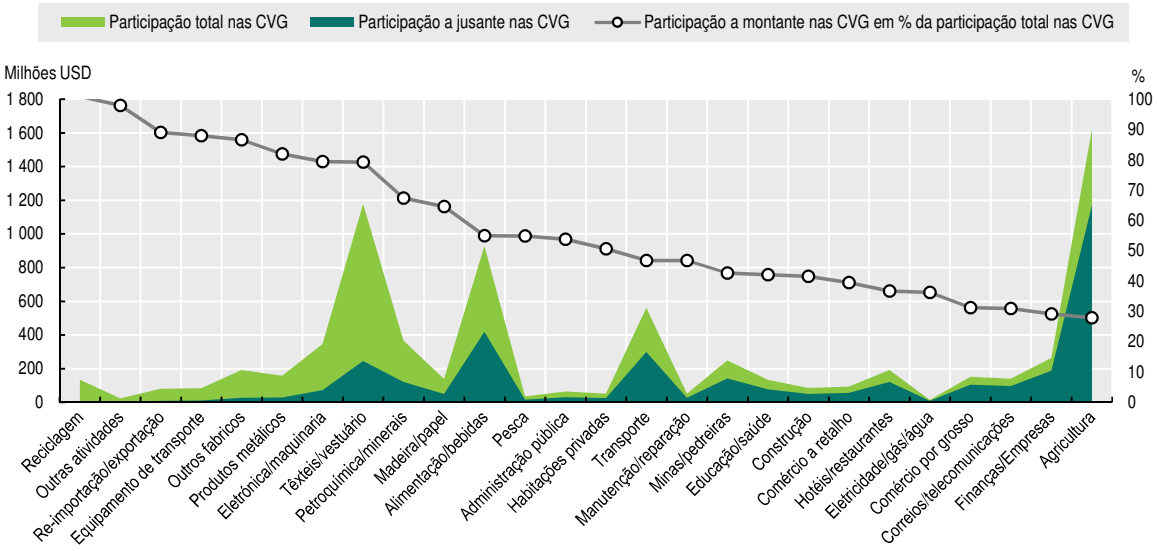
O desenvolvimento de cadeias de valor agroalimentares é fundamental para resolver o desafio da segurança alimentar na região, agravado pelo crescimento demográfico. O aumento da população e a crescente procura de alimentos estão a aumentar os riscos da insegurança alimentar. A taxa de crescimento populacional da África Oriental, de 2.9 % por ano, está a aumentar a pressão sobre a agricultura, a alimentação e a nutrição. Uma vez que a região não é autossuficiente na maioria dos produtos alimentares básicos, a sua dependência das importações irá aumentar. Entre 1998 e 2018, as importações de alimentos aumentaram mais de 1 000 % na Etiópia, 300 % no Quénia e 122 % na Tanzânia (Mitchell et al., 2021).

O reforço da transformação dos produtos agrícolas pode contribuir para a diversificação direta e indireta dos mercados rurais. A transformação dos produtos agrícolas é um subconjunto do setor transformador que processa matérias-primas e bens intermédios do setor agrícola. Ao valorizar a produção agrícola das pequenas e médias explorações agrícolas, a transformação dos produtos agrícolas pode aumentar as receitas da produção agrícola, acelerar a produtividade agrícola e impulsionar o crescimento do emprego. As receitas agrícolas mais elevadas, por seu turno, tendem a gerar uma maior procura rural de produtos não agrícolas, abrindo oportunidades de negócio para a população rural e estimulando o desenvolvimento rural em sentido lato.

Os segmentos a jusante das cadeias de valor agroalimentares (como a transformação alimentar, as embalagens, os transportes e o comércio a retalho) oferecem oportunidades para criação de empregos não agrícolas para absorver a mão de obra agrícola e acelerar a transformação estrutural na região. A agricultura continua a ser o maior empregador na África Oriental, representando 55 % do emprego total em 2020 – o maior valor de África. Uma grande maioria dos trabalhadores deste setor são mulheres, jovens e trabalhadores informais. Por outro lado, o emprego na indústria transformadora tem vindo a diminuir; diminuiu de 8 % do emprego total em 2000 para 5 % em 2020. Uma análise baseada em dados da Etiópia, Malawi, Moçambique, Tanzânia, Uganda e Zâmbia sugere que a produtividade do trabalho (medida como PIB por hora trabalhada) na produção de alimentos é cerca de oito vezes maior do que na agricultura (Tschirley, 2015).

Em particular, o segmento da transformação alimentar da cadeia agroalimentar parece mais promissor para aumentar a participação a montante nas CVG. A transformação de produtos alimentares inclui as atividades em que os produtos agrícolas em bruto são submetidos a transformação química, mecânica ou física para se tornarem novos produtos para consumo humano. Por exemplo, o leite pode ser transformado em produtos lácteos concentrados de elevado valor, com longos períodos de conservação. Embora a agricultura seja responsável por 22 % da participação da região nas CVG, é a que apresenta o pior resultado em termos de participação a montante (28 %). Em contrapartida, a atividade alimentar e de bebidas, que equivale a 14 % da participação da África Oriental nas CVG, representa 55 % da participação a montante (Figura 5.11).

Figura 5.11. **Participação da África Oriental nas cadeias de valor globais, por setor, 2015**



Fonte: Cálculos dos autores baseados em dados do Banco Mundial (2020), *World Development Report 2020*, *GVC Database*, www.worldbank.org/en/publication/wdr2020/brief/world-development-report-2020-data.

StatLink https://doi.org/10.1787/888934298529

A Caixa 5.1 apresenta o exemplo das cadeias de valor dos produtos lácteos, que demonstraram um potencial significativo na região. Atualmente, uma grande parte da transformação alimentar interna consiste em simples transformações, como a moagem do milho, em vez de criações de produtos transformados comercializáveis. Por exemplo, no Uganda, onde a transformação de alimentos representa 40 % da produção do país, metade desse montante é atribuído à transformação de açúcar, café e chá (Fowler e Rauschendorfer, 2019).

Olhando para o futuro, a rápida urbanização e o aumento da classe média criam novas oportunidades para melhorar estas cadeias de valor através do aumento da procura de alimentos de maior valor acrescentado e de mais alimentos processados. De acordo com as estimativas das Nações Unidas, 29 % da população da África Oriental vive atualmente em zonas urbanas, prevendo-se que o número aumente para 41 % até 2050. Essa urbanização está a ser acompanhada por uma transição nos padrões dietéticos que favorece alimentos com melhor qualidade e maior teor proteico (FAO, 2017). Tschirley et al. (2015) previram que o segmento pós-exploração do sistema agroalimentar na África Oriental e Austral passaria de 8 % em 2014 para 10 a 12 % em 2025 e 11 a 14 % em 2040. Ao contrário das populações rurais, a maioria dos habitantes das zonas urbanas não produz alimentos, mas recorre aos mercados locais. A procura urbana é agora superior a 50 % de toda a procura de alimentos, e um aumento de 2 a 5 % nos rendimentos *per capita* aumenta ainda mais a procura urbana através dos mercados (Tschirley et al., 2015).

Caixa 5.1. **Cadeias de valor dos produtos lácteos da África Oriental**

A indústria dos produtos lácteos é um dos subsetores agrícolas de crescimento mais rápido na África Oriental. Gerou importantes retornos económicos, oportunidades de emprego, segurança alimentar e desenvolvimento rural. A África Oriental tem um consumo relativamente elevado de leite e produtos lácteos, em comparação com outras regiões africanas (Bingi e Tondel, 2015). A emergência da classe média na maioria das cidades e zonas urbanas da África Oriental tem alimentado a elevada procura de produtos lácteos, o que acelerou o crescimento do subsetor. Por conseguinte, a indústria dos produtos lácteos tornou-se um destino atrativo para os investidores e gerou rendimentos importantes, nomeadamente através da transferência de tecnologia.

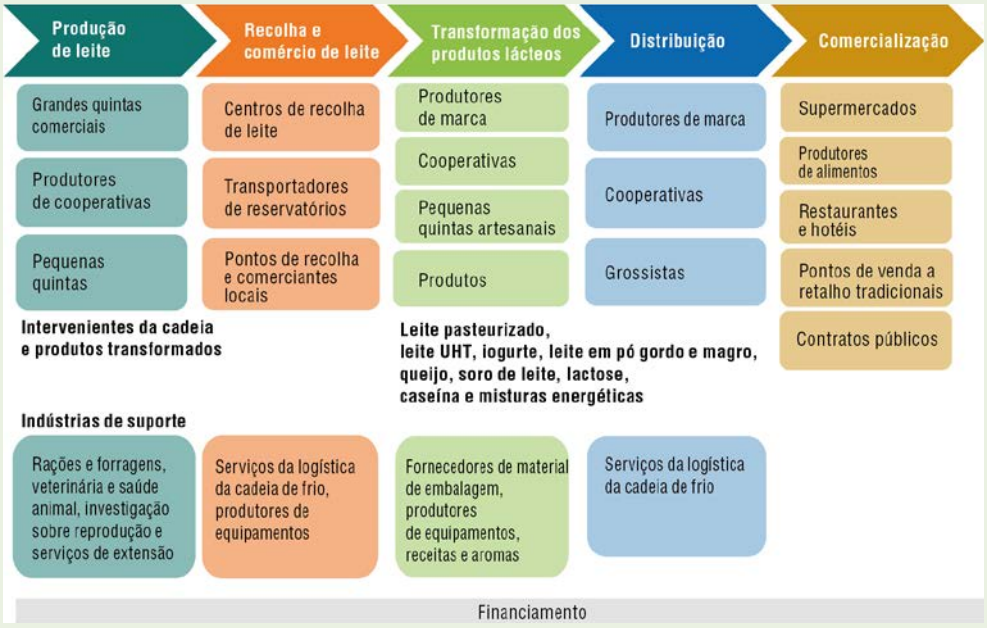
Os produtores tiraram partido do regime comercial institucional da CAO para desenvolver cadeias de valor regionais dos produtos lácteos. O Território Aduaneiro Único (*Single Customs Territory*), a pauta externa comum de 60 % relativa aos produtos lácteos originários de fora da região e a harmonização das normas regionais aplicáveis aos produtos lácteos ajudaram a facilitar o comércio intrarregional. Entre 2002 e 2005 e entre 2010 e 2013, o volume médio anual do comércio intrarregional de produtos lácteos na África Oriental aumentou 11 vezes, passando de 1 530 toneladas para 18 449 toneladas. Na CAO, o Uganda tornou-se o principal exportador de produtos lácteos, exportando para os mercados regionais e estrangeiros. O Ruanda exporta pequenas quantidades de produtos lácteos para o Burundi, a República Democrática do Congo e o Sudão do Sul (Bingi e Tondel, 2015).

A modernização continua a ser um desafio para os produtores da cadeia de valor dos produtos lácteos. Mais de 80 % do leite produzido na África Oriental (até 98 % na Etiópia e 95 % na Tanzânia) continua a ser produzido pelo setor informal, contornando assim as medidas de controlo da qualidade e limitando a possibilidade de investimento e estruturação da cadeia de valor. Apenas em alguns países, incluindo o Quénia e o Uganda, as cadeias de valor dos produtos lácteos estão mais avançadas, com um grande número de partes interessadas, fábricas de transformação de leite e distribuidores. No entanto, enfrentam dificuldades em obter fontes de leite estáveis e de qualidade e em chegar aos consumidores.

Caixa 5.1. **Cadeias de valor dos produtos lácteos da África Oriental (*continuação*)**

O aumento do investimento e as intervenções políticas podem acelerar a melhoria das cadeias de valor dos produtos lácteos. Um maior e mais direcionado investimento pode ajudar a reduzir as lacunas de capacidade em domínios como a inovação e o desenvolvimento do produto, a distribuição e a comercialização, a fim de melhorar as cadeias de abastecimento de produtos lácteos na CAO. Os países da CAO podem também reforçar a sua posição negocial quando se envolvem com grandes empresas mundiais, atuando como um bloco regional. No segmento da recolha de leite da indústria, uma melhor formação e licenciamento dos pontos de recolha de leite pode melhorar o cumprimento das normas de qualidade por parte das empresas de recolha de leite. Além disso, é indispensável uma melhor coordenação entre os intervenientes públicos e privados e as agências internacionais de desenvolvimento para aplicar normas regionais harmonizadas ou melhor alinhar os fluxos de investimento na CAO. Por exemplo, a Plataforma Nacional de Produtos Lácteos do Ruanda (*Rwanda National Dairy Platform*) ajudou a criar um plano conjunto a longo prazo para a melhoria do mercado, que pode ser um veículo para ações políticas mais estruturadas e para a coordenação do investimento privado.

Figura 5.12. **Cadeia de valor regional e global dos produtos lácteos**

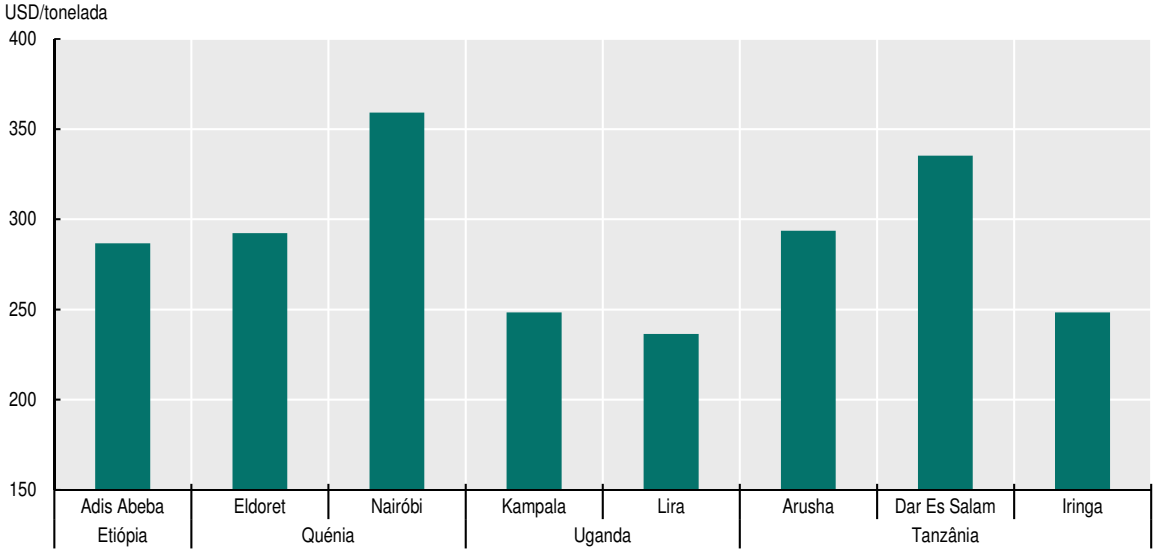


Fonte: Adaptado de Abdulsamad e Gereffi (2017), *Dairy value chains in East Africa*, www.theigc.org/wp-content/uploads/2017/03/Dairy-chain-brief.pdf.

A crise da COVID-19 põe em evidência deficiências na capacidade produtiva e no comércio intrarregional de produtos agroalimentares

Os elevados custos do comércio regional contribuem para a fragmentação da cadeia de valor da transformação de produtos agrícolas da África Oriental. A variação dos preços do milho nas diferentes cidades da África Oriental (Figura 5.13) demonstra a falta de integração do mercado na região devido a barreiras pautais e não pautais (Oiro, Owino e Mendez-Parra, 2017; OCDE/FAO, 2020). Estas incluem barreiras não pautais ao comércio, em especial custos de transporte elevados, ineficiências nos postos fronteiriços, regulamentos sanitários e fitossanitários, controlos discricionários das exportações, entre outros.

Figura 5.13. **Diferenças de preços do milho na África Oriental**



Nota: Esta figura baseia-se nos preços por grosso recolhidos pela ferramenta GIEWS FPMA da FAO, para 2018.
Fonte: OCDE/FAO (2020), *Agricultural Outlook 2020-2029*, https://doi.org/10.1787/888934141798.
StatLink *https://doi.org/10.1787/888934298548*

O desenvolvimento do setor dos serviços de transportes e de logística pode reduzir os elevados custos comerciais. No Uganda, os pequenos agricultores perdem até 40 % dos seus produtos frescos devido à falta de sistemas de refrigeração fiáveis. Uma logística ineficiente aumenta os custos de transação e reduz o potencial de comércio. As pequenas e médias empresas enfrentam normalmente o dobro dos custos logísticos das grandes empresas devido às suas economias de escala mais baixas. Uma melhor gestão do armazenamento dos produtos alimentares pode aumentar a eficiência da cadeia de abastecimento alimentar, reduzir o desperdício alimentar e abrir novas oportunidades para zonas sem litoral e remotas.

As fracas capacidades de produção e os fatores de produção de baixa qualidade impedem a melhoria destas cadeias. Os produtores locais carecem frequentemente de capacidades adequadas para melhorarem e cumprirem padrões mais elevados, e as economias em que estão incorporados oferecem oportunidades limitadas de produção em escala. Por exemplo, os produtores de milho do Ruanda e do Uganda precisam de dispor de capacidades adequadas de armazenagem, de fatores de produção de qualidade (sementes e fertilizantes), de liquidez e de informação clara sobre o mercado (nomeadamente sobre normas). No Uganda, o mercado informal é a fonte de 85 a 90 % de todas as sementes utilizadas pelos agricultores, onde as variedades melhoradas constituem apenas 5 a 15 % das sementes e a imposição das normas de qualidade é difícil (Daly et al., 2017).

As capacidades locais de produção devem ser melhoradas para fazer face ao aumento da dependência alimentar. Uma vez que a região não é autossuficiente na maioria dos produtos alimentares básicos, a sua dependência das importações deverá aumentar. São necessárias medidas conjuntas a nível regional e continental para aumentar a produção interna, a fim de evitar a escassez, incluindo a atração de investimentos, tanto nacionais como estrangeiros, nos subsetores alimentar e agroalimentar. A adição de valor aos produtos agrícolas do nível nacional para o nível regional pode aumentar a oferta interna e o abastecimento de produtos alimentares – poupando a região aos custos cambiais e aos custos da balança de pagamentos associados às importações de alimentos – e pode reforçar ainda mais a integração regional e continental nas cadeias de valor agroalimentares mundiais.

A crise da COVID-19 teve consequências imediatas na produção regional. A indústria de transformação alimentar da África Oriental sofreu escassez de mão de obra e atrasos no fornecimento de fatores de produção agrícolas. No Quénia, por exemplo, as empresas de transformação de produtos alimentares enfrentam uma escassez de mão de obra, bem como uma redução das importações de fatores de produção agrícolas para transformação, devido a atrasos significativos no comércio transfronteiriço. Ao mesmo tempo, as interrupções do comércio e as medidas de mitigação perturbaram as cadeias de valor agroalimentares locais a curto e médio prazo, criando estrangulamentos nos transportes, logística, processamento e vendas em zonas urbanas e periurbanas. As pessoas vulneráveis que têm de se deslocar diariamente para prestar serviços e trabalho às cidades também são afetadas, uma vez que os bloqueios que restringem tais deslocações significam frequentemente uma perda total de rendimentos para o trabalho ocasional, pequenos vendedores de produtos alimentares, motoristas de miniautocarros e outros que dependem dos salários diários.

A pandemia pode também ter fortes repercussões sobre os agricultores e agravar a crise alimentar. Embora as zonas rurais possam ter sido menos afetadas pela pandemia no início, as perturbações nas cadeias de valor locais causaram um choque adicional nos pequenos agricultores. A médio prazo, é provável que os pequenos agricultores enfrentem níveis crescentes de pobreza, insegurança alimentar e subnutrição, à medida que os alimentos se tornam menos acessíveis e à medida que os preços dos alimentos básicos sobem. Na Etiópia, no Quénia, na Tanzânia e no Uganda, o impacto da COVID-19 na segurança alimentar foi exacerbado por um segundo surto de gafanhotos do deserto em abril de 2020, causando prejuízos significativos às culturas e pastagens. A diminuição do rendimento agrícola, juntamente com uma redução das remessas, pode reduzir a capacidade de os agricultores acederem aos fatores de produção. Este facto aumenta o risco de produção de culturas e de animais abaixo da capacidade e agrava uma crise alimentar anteriormente desencadeada por secas e má gestão económica.

A crise da COVID-19 limitou ainda mais a circulação de bens agrícolas e remessas, o que poderia desencorajar futuros investimentos nas cadeias de valor agroalimentares regionais. A maioria dos países da África Oriental restringiu a circulação além fronteiras, limitando o comércio transfronteiriço informal de produtos alimentares básicos, como os cereais, e das remessas. Na verdade, têm-se registado atrasos significativos nos postos de fronteira dos camiões de carga entre o Quénia e o Uganda e entre o Quénia e a Tanzânia, os quais têm tido efeitos multiplicadores nas cadeias de valor agroalimentares a jusante. Além disso, os governos da região reagiram a anteriores carências alimentares, introduzindo proibições de exportação de produtos agroalimentares, o que reduziu os incentivos para que as empresas na África Oriental obtenham os seus fatores de produção críticos junto de outros países da região (Brenton e Hoffmann, 2016).

A transformação digital pode facilitar as cadeias de valor agroalimentares com a ajuda de políticas públicas acomodatícias

Tanto os governos da África Oriental como as *start-ups* utilizaram novos modelos de negócio digitais e inovações para tornar mais eficientes as cadeias de valor agroalimentares. A África Oriental é um líder mundial na utilização de dinheiro móvel. A região conta com 1 106 contas de dinheiro móvel registadas por cada 1 000 adultos, contra 600 para toda a África, 533 para a Ásia e 245 para a América Latina e Caraíbas. O rápido desenvolvimento do dinheiro móvel retirou cerca de 2 % das famílias quenianas (cerca de 194 000) da pobreza extrema e ajudou 185 000 mulheres a transitar da agricultura de subsistência para atividades empresariais ou comerciais (Suri e Jack, 2016). A empresa queniana Twiga Foods estabeleceu uma nova parceria com a plataforma de comércio eletrónico Jumia para distribuir frutas e legumes diretamente às casas dos clientes. A Twiga Foods tem mais de

100 000 clientes no Quénia que dependem dos seus serviços e distribui diariamente mais de 600 toneladas de produtos a 10 000 retalhistas (Kene-Okafor, 2021).

A utilização de aplicações digitais melhorou o funcionamento dos serviços relacionados com o comércio. Os procedimentos aduaneiros automatizados e os certificados de origem eletrónicos podem acelerar a circulação de mercadorias através das fronteiras e melhorar o acompanhamento ao longo das cadeias de abastecimento. A nova *start-up* Solar Freeze, sediada no Quénia, fornece compartimentos móveis refrigerados, que funcionam a energia solar, para pequenos agricultores armazenarem os seus produtos sensíveis à temperatura. Trabalha com 3 000 pequenos agricultores e ajudou a aumentar os rendimentos agrícolas em mais de 150 % desde 2016 (Kibiti e Strubenhoff, 2019).

As soluções digitais podem ajudar a enfrentar desafios de longa data na produção agrícola. As soluções digitais aumentaram a produção agrícola e o rendimento dos agricultores e desenvolveram uma gestão mais eficaz da segurança alimentar e da transformação agrícola. Tumaini, uma aplicação utilizada no Uganda, depende de inteligência artificial para determinar doenças de produtos a partir de fotografias tiradas pelos agricultores (McKinsey, 2021). Os avanços na tecnologia também permitem garantir amplamente os direitos dos solos de forma participativa e económica, inimaginável há uma década. Por exemplo, em 2018, a Autoridade de Gestão e Utilização de Terras do Ruanda (Rwanda Land Management and Use Authority), a Autoridade da Sociedade da Informação do Ruanda (Rwandan Information Society Authority) e a Administração de Terras Medici (Medici Land Governance) dos Estados Unidos estabeleceram um processo eletrónico de registo de terras, baseado na *blockchain*, que permite uma partilha de dados mais rápida e transparente para acelerar as transferências de terras.

As soluções digitais exigem intervenções políticas de apoio. Barreiras como o acesso a infraestruturas digitais, competências e financiamento impedem a adoção generalizada de tecnologias digitais. Em muitos casos, as soluções digitais exigem regulamentos complementares e investimentos físicos. Por exemplo, a Lei do Registo de Terras de 2012 do Quénia conferiu ao Registador de Terras (Registrar of Lands) o mandato de desenvolver um registo eletrónico de terras. No entanto, o programa de automatização estagnou devido a vários desafios, incluindo registos de terras danificados ou inexistentes e propriedade deficiente. As instituições sociais continuam a ser essenciais para que sejam proporcionados processos legítimos a nível local para resolver os litígios (por exemplo, clarificando os direitos e chegando a acordo sobre as delimitações antes de uma inscrição formal no registo).

A coordenação regional é fundamental para reforçar as cadeias de valor agroalimentares da África Oriental

Os decisores políticos na África Oriental precisam de manter o ímpeto na redução das barreiras ao comércio intrarregional

Os decisores políticos e o setor privado manifestaram um forte interesse numa maior integração económica da CAO. Ao contrário de outros blocos de integração regional em África, os países da CAO assinaram, ratificaram e implementaram a maioria dos protocolos num tratado. Estes incluem a União Aduaneira da CAO em 2005, o Mercado Comum da CAO em 2010 e o Território Aduaneiro Único da CAO em 2014. Todos eles contribuíram para reduzir as tarifas, mas resultaram também num aumento das barreiras não pautais, em grande medida relacionadas com as normas sanitárias e fitossanitárias, a carga por eixo dos veículos e os limites de peso, os requisitos de seguro, os custos administrativos comerciais, os impostos suspensos e as regras de origem, entre outros.

Para a CAO, é fundamental uma revisão abrangente da Pauta Externa Comum (PEC) para manter a estabilidade e proteger a integridade da PEC. A crescente utilização de exclusões e de remissões e revisões de direitos desestabiliza a PEC e proporciona espaço para o protecionismo e para a concorrência pouco saudável (Rauschendorfer e Twum, 2020). Os governos podem proteger a integridade da PEC de interesses enraizados através da adoção de faixas tarifárias simplificadas e classificações de produtos, do reforço das autoridades regionais de concorrência e da alavancagem de líderes e representantes do setor privado. Na revisão da PEC, os países devem procurar limitar as remissões e revisões de direitos às intervenções estritamente essenciais e iniciar a liberalização progressiva das indústrias protegidas. A renegociação da lista de exclusões pode permitir que cada Estado-membro se especialize num determinado segmento para servir o mercado regional. Em contrapartida, abandonar completamente a lista de exclusão seria politicamente difícil, uma vez que a lista permite que os pequenos países desenvolvam e protejam os meios de subsistência.

Os países têm de continuar a investir na automatização dos procedimentos comerciais e aduaneiros, como os certificados de origem eletrónicos (e-CoO). Uma avaliação recente dos progressos do e-CoO indica que a implementação tem sido lenta tanto no COMESA como na SADC, tendo apenas as Maurícias desenvolvido completamente o seu instrumento (Mafurutu, 2020). A utilização do e-CoO em conjugação com a adoção de regras de origem simples e fáceis ao abrigo da ZCLCA é de importância primordial para os exportadores comerciais.

A África Oriental introduziu medidas de facilitação do comércio em resposta à crise da COVID-19. A CAO lançou uma estratégia comum a nível regional para a recuperação da crise. A estratégia inclui um sistema harmonizado de certificação e partilha dos resultados dos testes, a adoção de um sistema da CAO de vigilância e seguimento digital dos condutores, o apoio às cadeias de valor agrícolas e a criação de regimes de financiamento específicos para as pequenas e médias empresas. Outras iniciativas incluem o Sistema Regional Eletrónico de Rastreamento de Cargas (RECTS), criado pelo Uganda em 2013 e desde então adotado pelo Quénia e pelo Ruanda, que ajuda a monitorizar e rastrear operações de carga e aumenta a interoperabilidade dos sistemas de monitorização de transportes na África Oriental. Além disso, o sistema de acompanhamento do corredor de transporte ferroviário que deverá ser instalado ao longo da fronteira entre a Zâmbia e a RD Congo visa a criação de um quadro regulamentar que garanta a monitorização do transporte transfronteiriço e do trânsito, a fim de reduzir a transmissão da COVID-19. Este sistema será integrado com o RECTS.

A redução das barreiras ao comércio de serviços também pode ajudar a reforçar o potencial da África Oriental como um centro para setores de serviços como as TIC, as viagens e os transportes. O Quénia, Madagáscar, as Maurícias e o Ruanda desenvolveram capacidades fundamentais para competir nas cadeias de valor globais dos serviços habilitados pelas TIC, mas existem desafios em constante rutura com as cadeias de valor globais da externalização de processos empresariais (Mann e Graham, 2016). Para os setores dos serviços, os protocolos de investimento e a facilitação do comércio e do investimento estão intrinsecamente ligados a questões de liberalização do mercado, sendo a presença comercial no estrangeiro o modo de prestação de serviços mais predominante. No entanto, as negociações sobre o comércio de serviços são as mais controversas, e os resultados são muitas vezes os mais difíceis de implementar.

A coordenação regional das estratégias industriais nacionais pode contribuir para reforçar a competitividade regional

A cooperação regional deve encontrar um equilíbrio entre a proteção dos interesses nacionais e a promoção das capacidades regionais nas indústrias estratégicas. O atual

contexto global reflete níveis crescentes de protecionismo económico e um recuo em relação à liberalização e integração do mercado. Muitos governos protegeram setores estratégicos, incluindo as suas empresas públicas e setores relacionados com os cuidados de saúde (por exemplo, com proibições de exportação). Na África Oriental, especialmente no âmbito da CAO, os países identificaram oportunidades para a competitividade industrial regional e para a coordenação em setores-chave como o agroalimentar e o têxtil. Lançaram igualmente uma Estratégia para o Algodão, Têxteis e Vestuário em 2019, que visa uma indústria têxtil e do vestuário integrada e competitiva a nível mundial (Anexo 5.A1).

As empresas líderes mundiais podem fortalecer os principais segmentos das cadeias de valor. As empresas líderes mundiais podem ajudar a estimular as indústrias a montante nas economias nacionais, aumentar a produtividade através da transferência de tecnologia e competências e melhorar o acesso ao crédito e aos mercados para os produtores locais. Nas cadeias de valor agroalimentares, os investimentos estrangeiros em infraestruturas e a introdução de práticas de produção modernas podem trazer benefícios substanciais aos pequenos agricultores e às comunidades locais (CNUCED, 2015). As cadeias de valor impulsionadas pelo IDE direcionado para o mercado necessitam de um protocolo de investimento bem estruturado que regule esse investimento e facilite a mobilidade de capital. As cadeias de valor de baixo custo e competitivas a nível mundial exigem uma abordagem diferente (especialmente maior flexibilidade na seleção de fontes) do que as cadeias de valor de produção fortemente intensivas em com petências e capital.

As políticas de polos de competitividade podem facilitar as ligações se forem concebidas e financiadas com êxito

As políticas de polos de competitividade podem ajudar a criar ligações úteis entre as principais empresas globais e os produtores locais. Devido ao baixo nível de competitividade da maioria dos produtores da África Oriental, é necessário um apoio político proativo para promover a produção local e a participação das empresas nacionais. Uma dessas formas de apoio são as políticas de polos de competitividade. Contribuem para a concentração do investimento público, da capacidade e da coordenação, e a estreita proximidade inerente aos polos contribui para a transferência de conhecimentos e inovação por parte das empresas líderes. A escala, a densidade e as interações económicas que os polos industriais oferecem ajudam a facilitar as ligações entre as empresas líderes e as redes industriais locais através de ligações a jusante e a montante, entre empresas e trabalhadores (através de agrupamentos de trabalhadores e de competências especializadas) e entre empresas e consumidores (através de um melhor acesso ao mercado).

O êxito dos polos depende da conceção das políticas e de muitos outros critérios. Nomeadamente, a origem local e a participação das empresas nacionais dependem da conceção política dos polos, tais como zonas económicas especiais (incluindo critérios de elegibilidade da zona, incentivos aos investidores, requisitos de propriedade estrangeira e restrições de abastecimento do mercado local), da densidade e capacidade da base de fornecedores e das especializações setoriais das zonas (Farole, 2011). Estas políticas industriais baseadas no local exigem competências técnicas, competências burocráticas e uma melhoria contínua das capacidades. Os países competem pelo investimento direto estrangeiro com uma proposta bem definida baseada no dinamismo dos polos, na vantagem comparativa e num pacote de incentivos bem elaborado. Por conseguinte, é necessário fazer mais para reforçar os programas de desenvolvimento dos fornecedores e criar capacidades institucionais para implementar eficazmente as políticas de polos de competitividade.

Os países da África Oriental precisam de aumentar os seus esforços para manter o IDE como parte da sua resposta à COVID-19. Os países da região já implementaram uma série

de políticas de retenção de IDE. A Etiópia, por exemplo, criou um fundo de 6.5 milhões USD para subsídios salariais a empresas em parques industriais (Tabela 5.1). A experiência global sugere que manter uma relação interativa entre o conselho de gestão de polos e as empresas líderes é fundamental para facilitar a resolução conjunta de problemas e, ao mesmo tempo, evitar a captura de políticas.

Tabela 5.1. **Instrumentos de política de polos de competitividade para manter o IDE e promover as exportações em resposta à COVID-19 na África Oriental**

Abordagem do programa	Exemplo
Vantagens relativas aos transportes e às exportações	**África Oriental:** Transporte ferroviário gratuito de produtos manufaturados entre o Djibuti e a Etiópia, preços de logística com descontos para os exportadores e o levantamento do preço mínimo fixado pelo Banco Nacional da Etiópia (NBE) para as exportações de horticultura
Subsídios salariais/Proteção do emprego	**Etiópia:** Um fundo de 6.5 milhões USD para subsídios salariais e incentivos para recompensar as empresas de parques industriais capazes de se adaptarem à COVID-19
Novos parques industriais	**Etiópia:** Novo parque industrial de vestuário em Havassa, da empresa chinesa Sinoma International Engineering Co.
Liberalização do IDE	**Etiópia:** Abertura de todas as indústrias ao IDE de, pelo menos, 200 000 USD para um único projeto, e autorização do IDE em determinados serviços de transporte
Novos incentivos ao investimento	**Ruanda:** Regime revisto de incentivos ao investimento e código de investimento para reduzir os custos operacionais
Desenvolvimento acelerado de parques industriais	**Uganda:** Apoio fiscal incluindo o desenvolvimento acelerado de parques industriais, apoio à substituição de importações e promoção das exportações através de financiamento do Banco de Desenvolvimento do Uganda

Fonte: Compilação dos autores.

Nas cadeias de valor agroalimentares da África Oriental, os investimentos públicos e a coordenação regional podem contribuir para aumentar a competitividade dos produtores nacionais. Os investimentos públicos na investigação e desenvolvimento agrícola e nos serviços de extensão podem contribuir para aumentar a produtividade, assim como os programas destinados a promover o acesso dos agricultores aos fatores de produção (sementes, fertilizantes, máquinas) e ao financiamento. A coordenação regional pode também fazer face a desafios persistentes como as doenças transfronteiriças das culturas e dos animais, as limitadas capacidades nacionais de investigação e de reprodução, a partilha de conhecimentos e a criação de bases de dados e de sistemas de alerta rápido e de previsão. Para o efeito, a CAO tem procurado ativamente uma abordagem regional para o reforço das cadeias de abastecimento alimentar, que inclui a harmonização política, a fim de permitir o livre fluxo de bens alimentares essenciais das zonas excedentárias para as zonas deficitárias, impulsionada principalmente por incentivos de preços e forças de mercado.

Zonas económicas especiais transfronteiriças podem promover as interações entre polos industriais em todos os países. A Etiópia e o Quénia concordaram em estabelecer uma zona de comércio livre e desenvolver infraestruturas ao longo da região fronteiriça de Moyle para criar um centro económico administrado conjuntamente. Esta situação vem na sequência de experiências anteriores na África Ocidental (zona económica transfronteiriça que engloba o Burkina Faso, a Côte d'Ivoire e o Mali) e na África Austral (Zona Económica Especial Musina/Makhado na África do Sul). A Zona Económica Especial de Tatu City, em Nairóbi, atraiu 70 milhões USD da Cold Solutions para construir os maiores armazéns de refrigeração na África Oriental.

Estas zonas económicas especiais (ZEE) transfronteiriças exigem fortes capacidades institucionais. As ZEE transfronteiriças envolvem uma integração política profunda e exigem o apoio político de todos os governos envolvidos, sendo crucial a coordenação a nível estatal e local. Embora o desenvolvimento industrial transfronteiriço seja um desafio, há mais países que estão a tentar alinhar as suas estratégias relativas às ZEE nos esforços regionais (CNUCED, 2021b; Banco Mundial, 2021). Por exemplo, os ministros da indústria dos

21 Estados membros do COMESA aprovaram a estratégia de execução do quadro regional de política de conteúdos locais e a gestão das ZEE e dos parques industriais. A estratégia visa facilitar a aprendizagem inter-pares a nível regional, atribuir às ZEE selecionadas o estatuto de centros de excelência e reforçar as ZEE regionais transfronteiriças. A adesão a estes quadros pode ajudar os Estados-membros na implementação de estratégias nas ZEE e parques industriais a nível nacional.

Os países da África Oriental devem cooperar para alcançar o mercado único digital regional

A África Oriental tem uma economia digital promissora. Por exemplo, o Quénia está entre os três grandes intervenientes do comércio eletrónico em África, e o Ruanda aspira a ser um centro digital para a externalização de processos empresariais e de conhecimento, tendo acabado de se tornar a sede do centro de comércio eletrónico africano da ZCLCA (Tralac, 2020; Banga, 2020). O Quénia e o Ruanda são pioneiros dos projetos de economia digital e da inclusão financeira digital, assim como da segurança digital.

O Mercado Único Digital para a África Oriental pode ajudar a consolidar a economia digital emergente da região e, tal como o projeto DEA4D (Acelerador da Economia Digital para o Desenvolvimento), contribuir para o desenvolvimento digital individual dos países. O Mercado Único Digital pode facilitar a conectividade regional, criar dados e mercados *online* e apoiar iniciativas de integração regional em curso (CUA/OCDE, 2021). Visa, simultaneamente, harmonizar a economia digital regional e melhorar e desenvolver as infraestruturas digitais nacionais. O mercado único digital encontra-se atualmente na fase de início, na sequência do desenvolvimento de um relatório sobre o roteiro, que definiu a sua visão e as suas ações estratégicas de implementação. O Quénia, o Ruanda e o Uganda também estão a prosseguir o desenvolvimento digital nacional ao abrigo do projeto DEA4D, que aborda as restrições específicas de cada país identificadas através do diagnóstico da economia digital. Por exemplo, ajudou a formular o *Digital Economy Blueprint* do Quénia (Nyakanini et al., 2020).

A promoção da cobertura universal da *One Network Area* (ONA) e a cooperação em matéria de investimento em infraestruturas digitais são fundamentais para reduzir ainda mais os custos de comunicação e obter um acesso acessível às infraestruturas digitais, nomeadamente nos países sem litoral. A ONA é uma iniciativa para reduzir as tarifas do *roaming* transfronteiriço, inicialmente no Quénia, no Ruanda e no Uganda. Em 2020, a Tanzânia aderiu à rede antes do prazo da CAO. Atualmente, a Tanzânia presta serviços de telecomunicações a sete países da região e aspira a ser um centro de telecomunicações da África Central e Oriental. Também em 2020, o Ruanda e a Tanzânia iniciaram conversações para expandir a parceria para o setor das telecomunicações. O Burundi é o único país da África Oriental que ainda não aderiu à rede (Anami, 2021).

É fundamental harmonizar os regulamentos relativos ao comércio digital, consolidar e assegurar a interoperabilidade das plataformas digitais e dos sistemas de pagamento, e promover a cooperação regulamentar mútua. Por exemplo, no âmbito da Aliança Smart Africa, os governos nacionais, os parceiros de desenvolvimento e os membros do setor privado cooperam para promover a aquisição inteligente de infraestruturas digitais. A iniciativa visa harmonizar o desenvolvimento digital através da aferição comparativa dos progressos realizados pelos países em relação ao modelo de economia digital e estudar iniciativas selecionadas nos Estados-membros, com ênfase na harmonização.

Atrair o investimento em infraestruturas digitais regionais e reforçar os promotores da economia digital são fatores cruciais para promover cadeias de valor regionais na economia digital. Os desafios no desenvolvimento digital incluem estratégias digitais díspares e inexistentes, interoperabilidade de plataformas e ativadores subdesenvolvidos

da economia digital, como as competências (Caixa 5.2). O protocolo sobre comércio eletrónico na ZCLCA poderia abordar questões de facilitação, acesso ao mercado e coordenação com as organizações regionais que trabalham para enfrentar os desafios infraestruturais (através de iniciativas como a plataforma de comércio eletrónico em África e o sistema de pagamento pan-africano do Afreximbank) (Tralac, 2020; UIT, 2021).

Caixa 5.2. **Desenvolver competências para a era digital na África Oriental**

Fortes parcerias público-privadas podem ajudar a superar a escassez de competências digitais na África Oriental e eliminar as disparidades de género nessas competências. Ao investir em boas parcerias entre governos, indústrias e instituições de educação e formação técnica e profissional, os países podem aumentar as oportunidades educativas. Por exemplo, as parcerias público-privadas da Enabel e da MTN estabeleceram serviços digitais (incluindo computadores, servidores e ligações à Internet) para centros de inovação em nove instituições de formação profissional. Proporcionaram aos jovens a oportunidade de utilizar os recursos educativos para o desenvolvimento de competências. No Ruanda, para abordar as disparidades entre homens e mulheres nas competências digitais, a WeCode oferece formação em TIC às mulheres do Ruanda em idade ativa, independentemente de possuírem ou não um diploma anterior em TIC.

Os países podem reunir recursos no desenvolvimento de centros regionais para o desenvolvimento de competências. Por exemplo, a universidade de liderança africana (ALU), com *campus* nas Maurícias e no Ruanda, proporciona aos estudantes as competências-chave de que os jovens empreendedores necessitarão no futuro e estabelece ligações fortes entre os potenciais empregadores através de estágios de trabalho. A ALU será ampliada para 25 *campus* em todo o continente para formar 3 milhões de jovens líderes ao longo dos próximos 50 anos. Outro exemplo é o programa de mestrado africano *Masters of Machine Intelligence* no Ruanda, que é apoiado pela Google e pelo Facebook. O programa, no Instituto Africano de Ciências Matemáticas, forma investigadores e engenheiros africanos na utilização da inteligência artificial em diversos setores. Os alunos do instituto têm uma taxa de conclusão de 91 %, com todos os licenciados a aceitarem empregos no continente.

Promover a mobilidade intrarregional de competências para atenuar a escassez de competências e promover uma maior integração. A mobilidade de competências é uma determinante importante da participação a montante e a jusante nas cadeias de valor da produção mundial para os países africanos (Yameogo e Jammeh, 2019). Os acordos de reconhecimento mútuo aplicados nas Comunidades Económicas Regionais constituem a base para a normalização do licenciamento profissional, a fim de apoiar a aplicação da ZCLCA. Por exemplo, o Protocolo do Mercado Comum da CAO reconhece qualificações académicas e profissionais do trabalho, o que facilita acordos setoriais de reconhecimento mútuo em matéria de contabilidade, arquitetura, engenharia e práticas veterinárias.

Anexo 5.A1. Cadeias de valor globais do têxtil e do vestuário na África Oriental

O setor têxtil e do vestuário é uma fonte crucial de emprego na África Oriental. O setor é composto por uma maioria de micro, pequenas e médias empresas, gerando emprego em grande escala – tanto para trabalhadores qualificados como para trabalhadores não qualificados – especialmente para jovens e mulheres. Na Etiópia, o setor têxtil e do vestuário cria mais de 80 000 postos de trabalho e quase 80 % dos trabalhadores empregados no seu segmento do vestuário são mulheres. Além disso, o segmento do vestuário tem crescido no Quénia, Madagáscar, Maurícias, Ruanda, Tanzânia e Uganda (Tabela 5.A1.1).

Tabela 5.A1.1. **Desempenho do setor têxtil e do vestuário na África Oriental, 2016**

País	Número de grandes fábricas	Produtos dominantes	Vestuário, em milhões USD (%) e em % do PIB	Emprego direto	Exportações, em milhões USD	Importações, em milhões USD
Quénia	22	Vestuário, vestuário em segunda mão	374 (91 %) 0.5 %	40 000	412	1 871
Uganda	3	Fibra de algodão, vestuário, têxtil-lar, vestuário em segunda mão	Não disponível	5 000	22	108
Tanzânia	17	Fibra de algodão, vestuário, têxtil-lar, vestuário em segunda mão	47.6 (40 %) 0.1 %	20 000	236	977
Etiópia	70	Vestuário, têxtil-lar, fios de algodão	81.4 (76 %) 0.15 %	80 000	107	773
Madagáscar	70	Vestuário, tecido	625 (94 %) 6.4 %	100 000	662	573
Maurícias	100	Vestuário, tecido, fio de algodão	702 (89 %) 6.4 %	45 000	785	354

Fonte: Compilação dos autores com base em ONU (2021), *UN COMTRADE* (base de dados), https://comtrade.un.org/, e uma revisão da literatura empírica.

A maioria dos países da região dispõe de importantes recursos inexplorados para cultivar algodão e desenvolver um setor têxtil e de vestuário orientado para a exportação. Por exemplo, estima-se que o Quénia tenha 385 000 hectares de terreno adequado à produção de algodão. No entanto, apenas uma fração dessas terras é cultivada com algodão. A produção anual de algodão no Quénia é de cerca de 7 000 toneladas, contra uma produção potencial de 200 000 toneladas de algodão (ITC, 2020). O país tem um setor têxtil e de vestuário vibrante, com 22 grandes fábricas que empregam cerca de 40 000 trabalhadores. Em 2016, as exportações de vestuário do Quénia para o resto do mundo foram avaliadas em 374 milhões USD (USAID, 2018). Além disso, entre 2013 e 2018, a indústria têxtil e de vestuário da Etiópia cresceu 51 %.

A cadeia de valor têxtil e de vestuário da África Oriental integrou-se em redes de produção globais, com ligações regionais limitadas. Para a produção têxtil e de calçado, por exemplo, a importação de bens intermédios na região mais do que duplicou em dez anos, passando de 911 milhões USD em 2009 para 2 089 milhões USD em 2019, enquanto a parte do abastecimento regional diminuiu de 4.5 % para 2.6 % no mesmo período.

Espera-se que a cadeia de valor global dos têxteis e do vestuário continue a proporcionar emprego. É pouco provável que, num futuro próximo, se verifique uma automatização em grande escala no setor têxtil e do vestuário, especialmente em segmentos de mão de obra intensiva como a costura. Estimativas recentes sugerem que, nos próximos 15 a 20 anos, o trabalho manual no setor continuará a ser economicamente mais atrativo do que a automatização (Tilman et al., 2020). O aumento dos salários na China poderia levar 81 milhões de empregos industriais de baixo custo, incluindo os do setor têxtil e do vestuário, a outros países, como os da África Oriental.

O aumento da competitividade é fundamental para reduzir a dependência da região do acesso preferencial aos mercados globais para atrair investimentos. Em termos de produtividade laboral, a Etiópia é o único país da região que pode competir com outros centros de produção globais, como o Bangladeche e o Vietname. Embora os produtores de muitos países da África Oriental beneficiem do acesso isento de direitos ao mercado da União Europeia (ao abrigo do Acordo de Parceria Económica e da iniciativa Tudo Menos Armas) e aos Estados Unidos (ao abrigo da Lei sobre Crescimento e Oportunidades para África), precisam de aumentar a sua competitividade para tirarem partido de tais oportunidades de forma sustentável. No passado, a perda do acesso preferencial ao mercado levou a uma implosão completa da indústria nacional em Madagáscar e nas Maurícias (Fernandes et al., 2019). A nível interno, os produtores locais enfrentam também dificuldades em competir com o vestuário em segunda mão importado.

A falta de técnicos e especialistas qualificados limita os ganhos de produtividade e a mais-valia na cadeia de valor dos têxteis e do vestuário. A falta de competências pode reduzir os ganhos de investimento de capital, porque muitas vezes as empresas não dispõem de pessoal suficientemente qualificado para operar novos equipamentos. Por exemplo, na Etiópia, a fraca ligação entre as universidades e os estabelecimentos de ensino técnico e profissional, a insuficiência de certificações normalizadas de formação e a ausência de cursos de formação nas empresas constituem estrangulamentos na melhoria das competências. Além disso, como o setor têxtil e de vestuário da Etiópia é relativamente jovem, muitos gestores carecem de conhecimentos setoriais específicos e as empresas locais têm maior dificuldade em aceder a conhecimentos especializados estrangeiros do que as empresas estrangeiras (ITC, 2015).

O desrespeito das normas ambientais e sociais pode ter efeitos negativos de repercussão e tornar os produtores inelegíveis para o fornecimento a compradores socialmente interessados. Por exemplo, na Etiópia, os trabalhadores das fábricas ultrapassam frequentemente o máximo de horas de trabalho permitidas e estão expostos a máquinas tecnologicamente ultrapassadas e prejudiciais para o ambiente. Na verdade, poucas fábricas etíopes possuem certificações da Iniciativa de Conformidade Social Empresarial (BSCI) da União Europeia ou da Produção Acreditada Responsável Mundial (WRAP) dos Estados Unidos, que poderiam ajudar a aumentar a procura por produtos. Além disso, o setor têxtil e do vestuário da Etiópia constitui uma parte importante do setor transformador e, por conseguinte, define a conduta ambiental e social do país para outras cadeias de produção (ITC, 2015).

Notas

1. O Índice da Integração Produtiva permite determinar em que medida os países se abastecem a nível regional de bens intermédios e se complementam com as suas exportações de mercadorias, enquanto o Índice da Integração Infraestrutural capta a conectividade rodoviária transfronteiriça, as infraestruturas elétricas transfronteiriças e o custo do *roaming* móvel. Este último é um índice composto de nove medidas da situação em termos de eletricidade, transportes, tecnologias da informação e comunicação, e água e saneamento em determinada área. Serve como alternativa a dados abrangentes e fiáveis sobre as infraestruturas regionais (CUA/BAfD/UNECA, 2019).
2. "Isso implica que a produção não está geograficamente dispersa dentro do continente e que os países não estão a aproveitar os benefícios das variações nas vantagens comparativas entre países. Esta situação pode dever-se, em grande medida, a uma logística deficiente ou inexistente, necessária para que a oferta regional esteja operacional." (CUA/BAfD/UNECA, 2019)

Bibliografia

Absulsamad, A. e G. Gereffi (2017), «Dairy value chains in East Africa», *Policy Brief*, International Growth Centre, www.theigc.org/wp-content/uploads/2017/03/Dairy-chain-brief.pdf.

Anami, L. (2021), «Tanzania joins One Network Area for lower cross-border call tariffs», *The East African*, www.theeastafrican.co.ke/tea/business/tanzania-joins-one-network-area-3412976, (consultado em 1 de novembro de 2021).

Banco Mundial (2021), *Indicadores de Desenvolvimento Mundial* (base de dados), Banco Mundial, Washington, DC, https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators (consultado em 1 de outubro de 2021).

Banco Mundial (2020), *World Development Report 2020: Trading for Development in the Age of Global Value chains*, Banco Mundial, Washington, DC, https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/32437.

Banga, K. (2020), «Can the digital economy help mitigate the economic losses from COVID-19 in Kenya?», *Supporting Economic Transformation*, 20 de abril de 2020, Overseas Development Institute, https://set.odi.org/wp-content/uploads/2020/04/Can-the-digital-economy-help-mitigate-the-economic-losses-from-COVID-19-in-Kenya.pdf.

Bingi, S. e F. Tondel (2015), «Recent development in the dairy sector in Eastern Africa: Towards a regional policy framework for value chain development», European Centre for Development, https://ecdpm.org/wp-content/uploads/BN-on-dairy-sector-in-EA_final1.pdf.

Brenton, P. e B. Hoffman (2016), *Political Economy of Regional Integration in Sub-Saharan Africa*, Banco Mundial, Washington, DC, https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/24767.

Bright, J. (2020), «Africa turns to mobile payments as a tool to curb COVID-19», *Techcrunch*, 25 de março de 2020, https://techcrunch.com/2020/03/25/african-turns-to-mobile-payments-as-a-tool-to-curb-covid-19/ (consultado em 9 de novembro de 2021).

Casella, B. et al. (2019), *UNCTAD-Eora Global Value Chain Database*, https://worldmrio.com/unctadgvc/ (consultado em 1 de outubro de 2021).

CEPII (2021), *BACI* (base de dados), Centre d'Etudes Prospectives et d'Informations Internationales, www.cepii.fr/cepii/en/bdd_modele/presentation.asp?id=37 (consultado em 1 de outubro de 2021).

CNUCED (2021a), *World Investment Report 2021: Investing in Sustainable Recovery*, Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, https://www.un-ilibrary.org/content/books/9789210054638.

CNUCED (2021b), *Handbook on Special Economic Zones in Africa: Towards Economic Diversification across the Continent*, Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, https://unctad.org/system/files/official-document/diaeia2021d3_en.pdf

CNUCED (2020), *World Investment Report 2020: International Production Beyond the Pandemic*, Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, https://unctad.org/fr/node/27504.

CNUCED (2015), *Commodities and Development Report 2015: Smallholder Farmers and Sustainable Commodity Development*, Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, https://unctad.org/system/files/official-document/suc2014d5_en.pdf.

CUA/BAfD/UNCECA (2019), *African Regional Integration Index 2019*, African Union Comission, Banco de Desenvolvimento Africano e Comissão Económica das Nações Unidas para África, www.integrate-africa.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/ARII2019_technical_report_EN.pdf

CUA/OCDE (2021), *Dinâmicas do desenvolvimento em África 2021: Transformação digital e empregos de qualidade*, Comissão da União Africana, Adis Abeba/Publicações OCDE, Paris, https://doi.org/10.1787/0a5c9314-en.

Daly, J. et al. (2017), «Maize value chains in East Africa», International Growth Centre, https://www.thegic.org/wp-content/uploads/2017/05/Daly-et-al-2017-Maize-paper-1.pdf.

De Melo, J. e A. Twum (2021), «Prospects and Challenges for Supply Chain Trade under the Africa Continental Free Trade Area», *Journal of African Trade*, 25 de janeiro de 2021, https://doi.org/10.2991/jat.k.210105.001.

De Melo, J. e A. Twum (2020), «Supply chain trade in East Africa: Prospects and challenges», *FERDI Working Paper* P263, https://ferdi.fr/en/publications/supply-chain-trade-in-east-africa-prospects-and-challenges.

EABC (2021), «Impact of COVID-19 on light Manufacturing (Production/Processing, Distribution and Export) in the East African Community (EAC)», East African Business Council, https://eabc-online.com/download/impact-of-covid-19-on-light-manufacturing-production-processing-distribution-and-export-in-the-east-african-community-eac/.

FAO (2017), *The State of Food and Agriculture: Leveraging Food Systems for Inclusive Rural Transformation*, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, Roma, www.fao.org/3/I7658EN/i7658en.pdf

Farole, T. (2011), *Special Economic Zones in Africa: Comparing Performance and Learning from Global Experience*, Banco Mundial, Washington, DC https://documents1.worldbank.org/curated/en/996871468008466349/pdf/600590PUB0ID181onomic09780821386385.pdf.

fDi Markets (2021), *fDi Markets* (base de dados), www.fdimarkets.com (consultado em 1 de outubro de 2021).

Fernandes A. M. et al. (2019), «Are trade preferences a panacea? The export impact of the African Growth and Opportunity Act», *Policy Research Working Paper* n.º 8753, Banco Mundial, Washington, DC, https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/31316.

FMI (2021), *Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa*, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC, www.imf.org/en/Publications/REO/SSA/Issues/2021/10/21/regional-economic-outlook-for-sub-saharan-africa-october-2021.

Fowler, M. e J. Rauschendorfer (2019), «Agro-industrialisation in Uganda: Current status, future prospects and possible solutions to pressing challenges», *Working Paper*, International Growth Centre, www.theigc.org/wp-content/uploads/2019/11/Fowler-and-Rauschendorfer-2019-Working-paper-v2.pdf.

ITC (2020), *Kenya: Cotton, Textile and Apparel Sector Investment Profile*, International Trade Centre, https://www.intracen.org/uploadedFiles/intracenorg/Content/Redesign/Projects/PIGA/Kenya_CTA_booklet_20200513_web.pdf.

ITC (2015), *Ethiopia: Textile and Clothing Value Chain Roadmap 2016-2020*, International Trade Centre, Genebra, https://www.intracen.org/uploadedFiles/intracenorg/Content/Redesign/Projects/SITA/Ethiopia%20TC%20VCR%205-2_web.pdf.

Kene-Okafor, T. (2021), «*Kenya's Twiga raises $50M to scale food solutions across Africa*», *Techcrunch*, 1 de novembro de 2021, https://techcrunch.com/2021/11/01/kenyas-twiga-raises-50m-to-scale-affordable-food-solutions-across-africa/ (consultado em 6 de novembro de 2021).

Kibiti, B. e H. Strubenhoff (2019), «How off-grid cold storage systems can help famers reduce post-harvest losses», Brookings, www.brookings.edu/blog/future-development/2019/10/16/how-off-grid-cold-storage-systems-can-help-farmers-reduce-post-harvest-losses/ (consultado em 1 de novembro de 2021).

Leyaro, V. (2021), «Trade effects of East African Customs Union in Tanzania: Application of a structural gravity model», *WIDER Working Paper* 2021/55, https://www.wider.unu.edu/publication/trade-effects-east-africa-customs-union-tanzania.

Mafurutu, R. (2020), «Use of Electronic Certificates of Origin now and beyond Covid-19 in intra-African trade», www.tralac.org/blog/article/14710-use-of-electronic-certificates-of-origin-now-and-beyond-covid-19-in-intra-african-trade.html.

Mann, L. e M. Graham (2016), «The domestic turn: Business process outsourcing and the growing automation of Kenyan organisations», *The Journal of Development Studies*, Vol. 52/4, pp. 530-548, https://doi.org/10.1080/00220388.2015.1126251.

McKinsey (2021), «How digital tools can help transform African agri-food systems», McKinsey, www.mckinsey.com/industries/agriculture/our-insights/how-digital-tools-can-help-transform-african-agri-food-systems.

Mitchell, C. et al. (2021), «Transforming Africa's food systems from the demand side», Boston Consulting Group, www.bcg.com/publications/2021/transforming-africa-food-systems-from-demand-side.

Mold, A. (2020), «Risk and resilience: How East Africa could bounce back from the COVID-19 Pandemic», OECD Development Matters blog, https://oecd-development-matters.org/2020/06/02/risk-and-resilience-how-east-africa-could-bounce-back-from-the-covid-19-pandemic/.

Newman, C. et al. (2020), «Linked-in by FDI: The role of firm-level relationships for knowledge transfers in Africa and Asia», *The Journal of Development Studies*, Vol. 53/3, pp. 451-468, https://doi.org/10.1080/00220388.2019.1585813.

Nyakanini G. et al. (2020), *Unlocking the Digital Economy in Africa: Benchmarking the Digital Transformation Journey*, Digital Impact Alliance, https://digitalimpactalliance.org/research/unlocking-the-digital-economy-in-africa-benchmarking-the-digital-transformation-journey/.

Odijie, M. E. (2019), «The need for industrial policy Coordination in the African Continental Free Trade Area», *African Affairs*, Vol. 118/470, pp. 182-193, https://doi.org/10.1093/afraf/ady054.

OCDE/FAO (2020), *OCDE-FAO Agricultural Outlook 2020-2029*, Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico/Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, www.fao.org/3/ca8861en/CA8861EN.pdf.

Oiro, R, B. Owino e M. Mendez-Parra (2017), «Non-tariff barriers and complaints in the East African Community's reporting process», *Working Paper*, Overseas Development Institute, https://cdn.odi.org/media/documents/11409.pdf.

ONU (2021), «Monthly trade data» em *UN Comtrade* (base de dados), Nações Unidas, Nova Iorque, https://comtrade.un.org/ (consultado em 1 de outubro de 2021).

Qiang, C. Z., L. Zhenwei e V. Steenbergen (2021), *An Investment Perspective on Global Value Chains*, Banco Mundial, Washington, DC, https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/35526.

Rauschendorfer, J. e A. Twun (2020), «Unmaking of a customs union: Regional (dis)integration in the East African Community», *Working Paper* F-20020-UGA-1, International Growth Centre, www.theigc.org/wp-content/uploads/2021/01/Rauschendorfer-and-Twum-2020-Working-paper.pdf.

Suri T. e W. Jack (2016), «The long-run poverty and gender impacts of mobile money», *SCIENCE*, Vol. 354/6317, pp. 1288-1292, https://www.science.org/doi/10.1126/science.aah5309.

Tilman, A. et al. (2020), «Exporting out of China or out of Africa? Automation versus relocation in the global clothing industry», *Working Paper*, Deutsches Institut für Entwicklungspolitik, https://www.die-gdi.de/discussion-paper/article/exporting-out-of-china-or-out-of-africa-automation-versus-relocation-in-the-global-clothing-industry/.

Trademark East Africa (2020), «Regional traders seek answers on cross-border cargo delays», Trademark East Africa, https://www.trademarkea.com/news/regional-traders-seek-answers-on-cross-border-cargo-delays/.

Tralac (2020), «An agenda for the AfCFTA Protocol on e-Commerce», 25 de junho de 2020, *Tralac Blog*, https://www.tralac.org/blog/article/14692-an-agenda-for-the-afcfta-protocol-on-e-commerce.html.

Tschirley, D. et al. (2015), «Africa's unfolding diet transformation: Implications for agrifood system employment», *Journal of Agribusiness in Developing and Emerging Economies*, Vol. 5/2, pp. 102-136, https://doi.org/10.1108/JADEE-01-2015-0003.

UNECA/TradeMark East Africa (2020), *Creating a Unified Regional Market: Towards the Implementation of the African Continental Free Trade Area in East Africa*, Comissão Económica para África das Nações Unidas, Adis Abeba, https://hdl.handle.net/10855/43754.

USAID (2018), *USAID East Africa Trade and Investment Hub: Overview of the Cotton, Textile and Apparel Sectors in East Africa Region (Kenya, Uganda, Tanzania, Ethiopia, Madagascar and Mauritius) and Benchmarking with Sri Lanka and Bangladesh*, https://agoa.info/images/documents/15582/hubmappingofeacandbenchmarkingwithsrilankaandbangladesh.pdf

UIT (2021), *Digital Trends in Africa 2021: Information and Communication Technology Trends and Developments in the Africa Region, 2017-2020*, União Internacional de Telecomunicações, www.itu.int/pub/D-IND-DIG_TRENDS_AFR.01-2021/fr.

Yameogo, N. D. e K. Jammeh (2019), «Determinants of participation in manufacturing GVCs in Africa: The role of skills, human capital endowment and migration», *Policy Research Working Paper* n.º WPS 8938, Banco Mundial, Washington, DC, https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/32058.

Capítulo 6

Integração das cadeias de valor no Norte de África e o setor da energia

O presente capítulo analisa as políticas públicas necessárias para revitalizar a cadeia de valor do setor da energia, para acelerar uma recuperação económica pós-COVID no Norte de África (Argélia, Egito, Líbia, Marrocos, Mauritânia e Tunísia). Com efeito, estes países enfrentam limitações institucionais, logísticas, infraestruturais e técnicas que não lhes permitem tirar o máximo partido desta cadeia de valor, apesar da imensa dotação natural da região. O capítulo começa com o contexto macroeconómico, em relação à integração dos países do Norte de África nas cadeias de valor. De seguida, salienta o potencial energético da região e a importância deste setor para a estabilidade macroeconómica e para a promoção do emprego. Por último, o capítulo identifica limitações e oportunidades no contexto pós-COVID, propondo também políticas públicas para desenvolver a cadeia de valor da energia (CVE) no Norte de África.

EM SÍNTESE

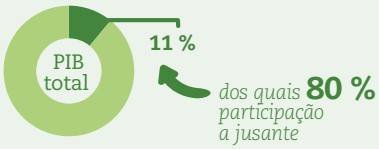
O contexto macroeconómico instável, marcado por um declínio no crescimento de 1.7 % em 2020, dificulta a integração dos países do Norte de África nas cadeias de valor, incluindo nas cadeias com base na energia. Contudo, a energia continua a ser fundamental no posicionamento do Norte de África nas cadeias de valor globais (CVG), devido às suas dotações naturais em recursos fósseis (42.3 % das suas exportações em 2018) e ao seu potencial significativo em energias renováveis (10.33 GW em 2020). Estas dotações de combustíveis fósseis favoreceram a participação a jusante (80 %), mais do que a montante (20 %), nas CVG durante o período 2000-19, devido ao baixo nível de sofisticação e diversificação das exportações.

Embora o setor das energias renováveis seja um fator de estabilização macroeconómica e uma alavanca de emprego na sub-região, a CVE continua a ser confrontada com constrangimentos institucionais e técnicos que dificultam o seu desenvolvimento. Contudo, a pandemia de COVID-19 oferece novas perspetivas, através das oportunidades e transformações que gera. Estas oportunidades são reforçadas pela ratificação da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA) por todos os países do Norte de África. Em particular, as políticas destinadas a consolidar a CVE terão de reforçar o capital humano, facilitar o comércio da energia através da harmonização regional das políticas comerciais, desenvolver as infraestruturas de transporte e logística e melhorar o clima empresarial.

Norte de África

O Norte de África e as cadeias de valor globais

Participação anual média dos países do Norte de África nas cadeias de valor globais



Principais parceiros comerciais dos países do Norte de África (% das exportações em 2019)



Oportunidades para a cadeia de valor da energia



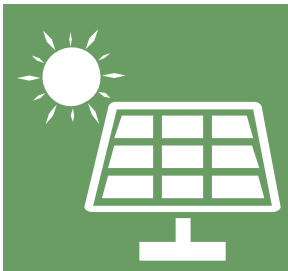
1 MW de energia renovável gera...



... cinco postos de trabalho temporários na fase de arranque ou de construção



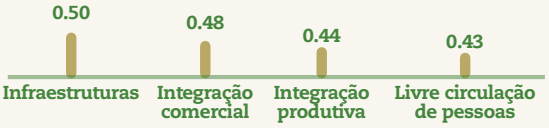
... a longo prazo, dois postos de trabalho sustentáveis na manutenção



Em 2020, a capacidade de energia renovável do Norte de África foi estimada em **10.33 GW**, graças às suas 2 000 a 3 600 horas de sol por ano

Restrições ao desenvolvimento da cadeia de valor da energia

Numa escala de 0 (pior) a 1 (melhor), a região tem um índice de:





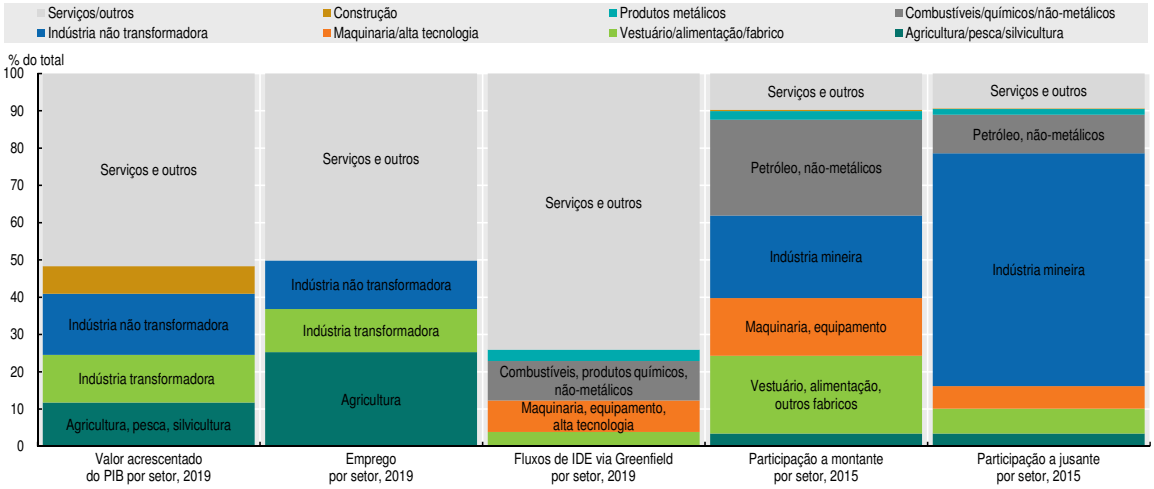
O declínio do IDE no setor da energia é estimado em **20 %** em 2020 no Norte de África

Próximas etapas

- **Evitar práticas de distorção** (por exemplo, entraves não pautais), especialmente no que diz respeito ao comércio de bens intermédios
- **Investir na especialização da formação** e na mobilidade da mão de obra.
- **Desenvolver os «pools» de energia e as redes de transporte regionais** (rodoviárias, ferroviárias e marítimas), como o corredor multimodal trans-magrebino).

Perfil regional do Norte de África

Figura 6.1. **Perfis económicos e comerciais do Norte de África, expressos em % do total**

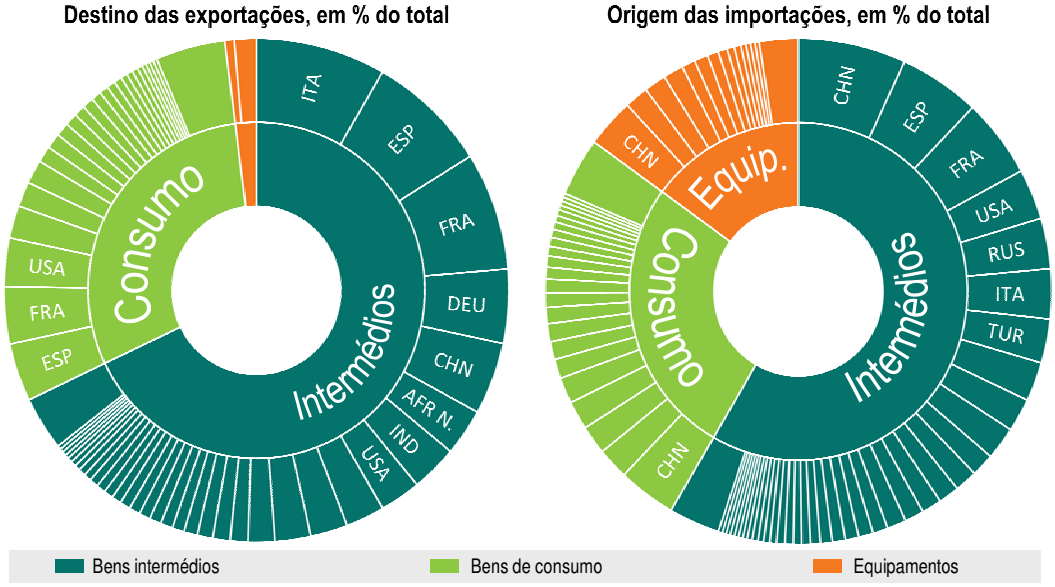


Notas: PIB: produto interno bruto; IDE: investimento direto estrangeiro. As diferentes fontes de dados não utilizam as mesmas definições para os setores económicos, produtos de base ou atividades. Os códigos de cores permitem, no entanto, materializar as áreas de convergência entre as bases de dados.

Fonte: Cálculos dos autores com base em Banco Mundial (2020a), *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2020*, Base de dados CVG, www.worldbank.org/en/publication/wdr2020/brief/world-development-report-2020-data e Banco Mundial (2021a), *Indicadores de Desenvolvimento Mundial* (base de dados), https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators.

StatLink https://doi.org/10.1787/888934298567

Figura 6.2. **Principais parceiros comerciais do Norte de África, por comércio de bens intermédios, de bens de consumo e de equipamentos**



Notas: Os países parceiros são identificados pelos respetivos códigos ISO de três letras. Os países africanos estão agrupados de acordo com as cinco sub-regiões definidas pela União Africana: AFR C. = África Central; AFR E. = África Oriental; AFR N. = Norte de África; AFR A. = África Austral; AFR O. = África Ocidental. Não é tido em consideração o comércio no seio da União Aduaneira da África Austral (SACU).

Fonte: Cálculos dos autores com base em CEPII (2021), *BACI* (base de dados), www.cepii.fr/cepii/en/bdd_modele/presentation.asp?id=37.

StatLink https://doi.org/10.1787/888934298586

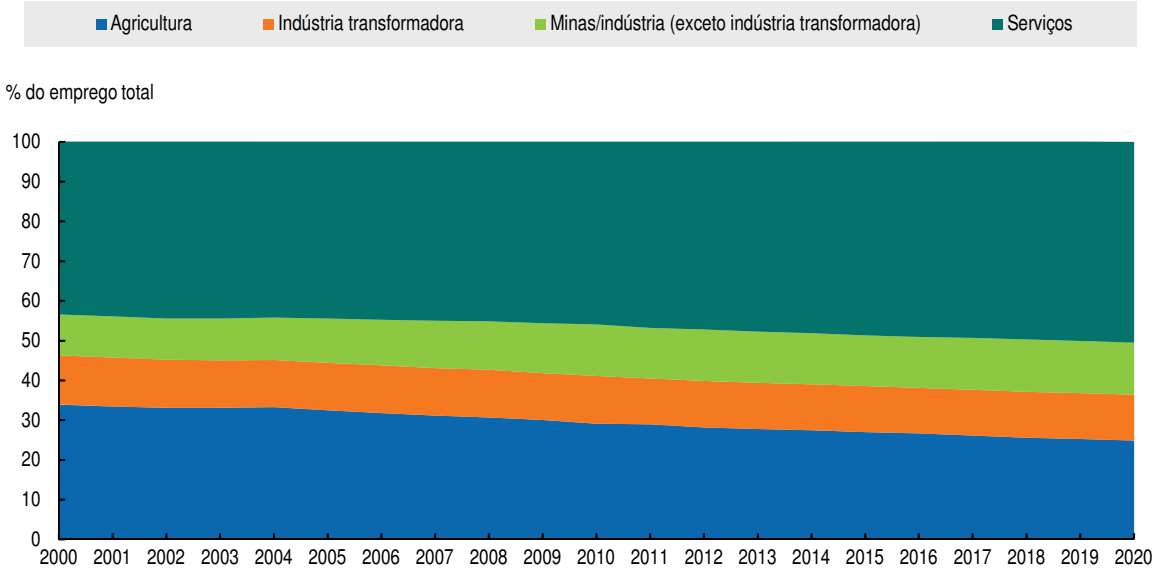
O contexto macroeconómico dificulta a progressão dos países do Norte de África nas cadeias de valor

O contexto macroeconómico permanece instável no Norte de África

A dinâmica económica do crescimento do Norte de África mantém-se relativamente estável após a contração de 1.7 % registada em 2020 devido à pandemia de COVID-19. Após um aumento constante entre 2014 e 2019, que viu a taxa de crescimento aumentar de 1.6 % para 4.2 %, a atividade registou uma contração de 1.3 % em 2020 (FMI, 2021). Este fraco desempenho decorrente da crise sanitária conduziu a uma depressão sem precedentes desde há 20 anos. A contração foi mais forte na Líbia (-59.7 %) devido à queda dos preços do petróleo, e em menor grau na Tunísia e na Argélia. A perspetiva global que aponta para um crescimento médio de 5 % nos próximos cinco anos pode ser reforçada, se o Norte de África aumentar a sua participação nas cadeias de valor regionais (CVR) e globais.

Apesar da melhoria da qualidade da mão-de-obra, a distribuição setorial do emprego não tem sido favorável à indústria transformadora. Durante o período 2000-20, a proporção de emprego nos serviços aumentou de 43 % para 50 %, e de 10 % para 13 % na mineração e na indústria, enquanto que o emprego na indústria transformadora permaneceu quase estável (12 %, Figura 6.3).

Figura 6.3. **Distribuição setorial do emprego no Norte de África, 2000-20**

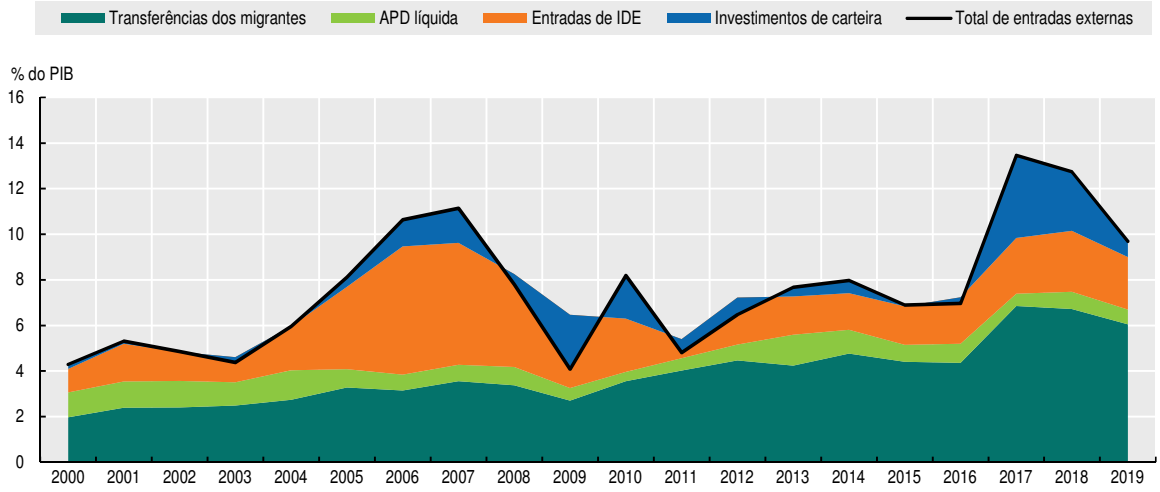


Fonte: Cálculos dos autores com base na OIT (2020), *ILOSTAT* (base de dados), www.ilo.org/ilostat.
StatLink https://doi.org/10.1787/888934298605

Os fluxos financeiros estrangeiros destinados ao apoio da integração nas cadeias de valor permanecem não só baixos, mas também erráticos, com exceção das remessas de migrantes. A melhoria das economias nacionais requer financiamento. Este deve vir do resto do mundo quando as poupanças nacionais são insuficientes. A dinâmica dos fluxos financeiros estrangeiros demonstra um padrão errático (Figura 6.4). Estes fluxos aumentaram globalmente, de 4.3 % para 9.9 % do PIB entre 2000 e 2019, impulsionados pelas remessas dos migrantes (em média 4 % entre 2000-19), que se destinam ao consumo e não ao investimento produtivo. O investimento direto estrangeiro (IDE) e o investimento de carteira são essenciais para o desenvolvimento das CVG. Alguns países, tais como o

Egito, Marrocos e Tunísia implementaram medidas para melhorar o ambiente empresarial por forma a atrair o IDE. Contudo, a dinâmica dos fluxos de IDE demonstra uma tendência geralmente volátil. Por exemplo, os fluxos de entrada de IDE representam, em média, 2.4 % do PIB no Norte de África, em comparação com 2.9 % na Ásia Oriental e Pacífico e 4.2 % na Europa e Ásia Central (durante o mesmo período) (Banco Mundial, 2021a). Consequentemente, o subdesenvolvimento do setor industrial no Norte de África, com o consequente baixo envolvimento da região nas CVG, pode ser explicado pelo baixo nível e pela instabilidade dos fluxos financeiros produtivos externos. A mobilização do IDE na indústria transformadora continua a ser um passo indispensável para melhorar o posicionamento dos países do Norte de África nas CVG.

Figura 6.4. **Entrada de fluxos financeiros no Norte de África em percentagem do PIB, 2000-19**



Fonte: Cálculos dos autores com base em OCDE-CAD (2021), *International Development Statistics* (base de dados), www.oecd.org/dac/stats/idsonline; CNUCED (2021), *UNCTADStat* (base de dados), https://unctadstat.unctad.org/wds/ReportFolders/reportFolders.aspx; Banco Mundial (2021b), *Données de la Banque mondiale sur les migrations et les envois de fonds* (base de dados), www.worldbank.org/en/topic/migrationremittancesdiasporaissues/brief/migration-remittances-data ; FMI (2019), *Base de données des Perspectives de l'économie mondiale*, outubro 2019, https://www.imf.org/fr/Publications/WEO/Issues/2019/10/01/world-economic-outlook-october-2019 (os fluxos de carteira e poupanças privadas brutas não estão incluídos nas edições mais recentes deste conjunto de dados).

StatLink *https://doi.org/10.1787/888934298624*

O progresso dos países do Norte de África nas CVG continua lento

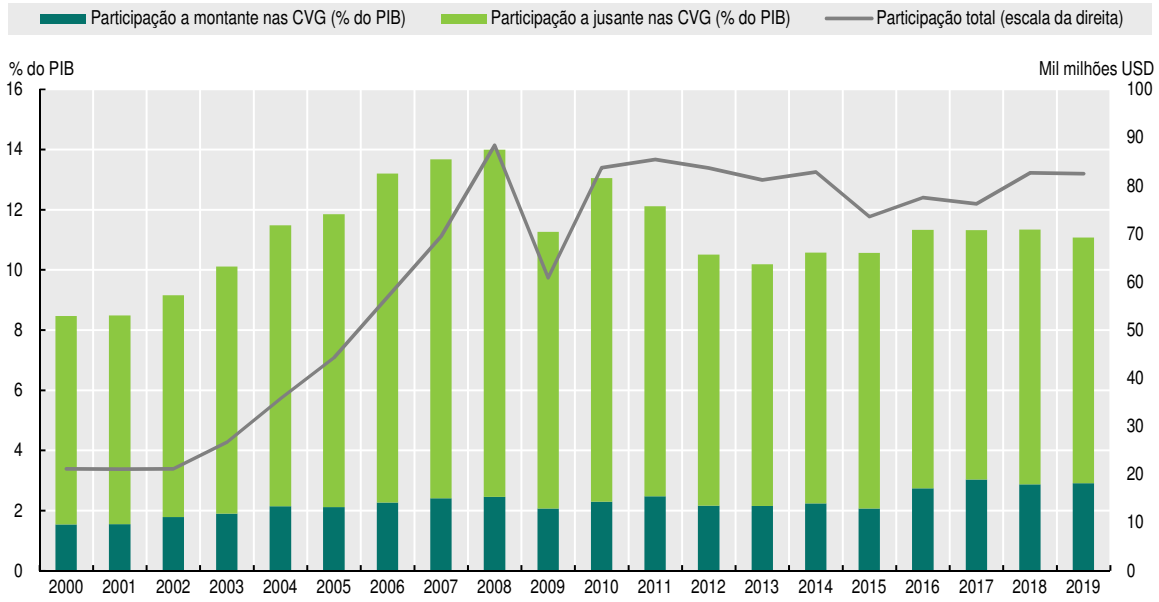
O Norte de África é a sub-região do continente que está mais envolvida nas CVG, devido a vários fatores. Os investimentos significativos em infraestruturas e a capacidade produtiva permitiram que os fluxos de mercadorias se integrassem sem problemas nas CVG nos últimos anos. A região beneficia da sua proximidade com a União Europeia (UE), bem como de acesso preferencial por vários dos seus países aos mercados da UE e dos EUA, através de acordos de associação e de comércio livre (CEA, 2016). Mesmo que estes bens continuem a ser insuficientemente explorados, o Norte de África conseguiu posicionar-se em certas CVG a níveis mais ou menos satisfatórios.

No entanto, a participação da região a jusante e não a montante reduz os ganhos que os seus países podem obter com a participação nas CVG. A participação a montante nas CVG refere-se ao conteúdo de valor acrescentado estrangeiro das exportações de um país, enquanto a participação a jusante se refere ao conteúdo de valor acrescentado local das exportações de países terceiros. Por exemplo, um país exportador de matérias-primas tem uma baixa participação a montante, uma vez que as suas exportações contêm pouco valor

acrescentado estrangeiro. Por outro lado, este país será altamente integrado a jusante, uma vez que estas matérias-primas, uma vez transformadas em produtos acabados por países terceiros, conterão um elevado valor acrescentado para o país exportador de matérias-primas.

O Norte de África demonstra uma participação a jusante mais rápida nas CVG em comparação com a participação a montante durante o período 2000-19. Globalmente, a participação do Norte de África nas CVG tem tido uma tendência ascendente (Figura 6.5), antes de um recuo acentuado causado pela crise financeira internacional de 2008. Por outro lado, os países do Norte de África estão a integrar as CVG nos segmentos menos rentáveis. Com efeito, uma grande parte do valor acrescentado que estes geram reside nas exportações para países terceiros. Durante o período 2000-19, a participação a montante representa 20 % da participação total nas CVG, em comparação com 80 % a jusante. A explicação reside no baixo nível de sofisticação e diversificação das exportações. Embora seja essencial que os países do Norte de África participem nas CVG, há uma necessidade urgente de melhorar o posicionamento através de uma participação a montante mais forte. Este objetivo poderia ser alcançado através do desenvolvimento de cadeias de transformação das matérias-primas em produtos acabados ou semiacabados.

Figura 6.5. **Participação do Norte de África nas cadeias de valor globais**



Nota: CVG = cadeia de valor global. A participação do Norte de África nas CVG aqui reportada constitui uma média dos valores nacionais da participação nas CVG em percentagem do PIB ponderado pelo PIB nacional expresso em dólares PPC (Paridades de Poder de Compra).

Fonte: Cálculos dos autores baseados em dados de Casella et al (2019), *UNCTAD Eora Global Value Chain Database* (base de dados), https://worldmrio.com/unctadgvc/.

StatLink https://doi.org/10.1787/888934298643

Podem ser distinguidos dois perfis de integração nas CVG. O primeiro diz respeito à Argélia, Líbia e Mauritânia, com uma forte participação a jusante. Estes países exportam principalmente matérias-primas, tais como petróleo e gás no caso da Argélia e Líbia, minério de ferro e produtos da pesca no caso da Mauritânia. Importam quase todos os bens manufaturados e acabados. O segundo grupo, constituído pelo Egito, Marrocos e Tunísia, passou da exportação de matérias-primas agrícolas para produtos manufaturados. O setor privado está relativamente bem desenvolvido, e melhor integrado a montante nas CVG. Apesar da sua diversificação, os países não produtores de petróleo não foram capazes

de se integrar melhor nas cadeias de valor do que os países exportadores de petróleo. Durante o período 2000-19, os países com as participações médias mais elevadas nas CVG foram a Líbia (23 %) e a Argélia (21 %), ambos os países exportadores de petróleo. Em contraste, a Tunísia e Marrocos, que exportam principalmente produtos mais complexos como automóveis, cabos e vestuário, registam 14 % e 10 % de participações nas CVG, respetivamente. Os produtos alimentares representam 49.3 % das exportações do Egito (CUA/OCDE, 2019), mas o país regista apenas 3 % de participação nas CVG, entre 2000 e 2019.

A análise por setor/produto revela uma preponderância do setor da energia na participação do Norte de África nas CVG. As exportações de minerais/petróleo representam 42.3 % do total, muito à frente dos serviços (16.7 %) e da agricultura (13.7 %, Tabela 6.1). De acordo com estas estatísticas, a CVE desempenha um papel central na participação do Norte de África nas CVG. A maioria dos países exportadores de petróleo possui numerosas refinarias que aumentam a sua influência a montante da cadeia: dez no Egito, cinco na Argélia e cinco na Líbia. Estes três países estão entre os intervenientes de média dimensão no mercado mundial (26.°, 16.° e 10.°, respetivamente, em termos de reservas petrolíferas). Quanto aos outros países do Norte de África, embora sejam importadores líquidos de gás e petróleo, dispõem de depósitos significativos. As reservas petrolíferas comprovadas ascendem em 2020 a 48.4 mil milhões de barris na Líbia (2.8 % das reservas mundiais), 12.2 mil milhões na Argélia (0.7 % das reservas mundiais), e 3.3 mil milhões no Egito (0.2 % das reservas mundiais) (BP, 2021).

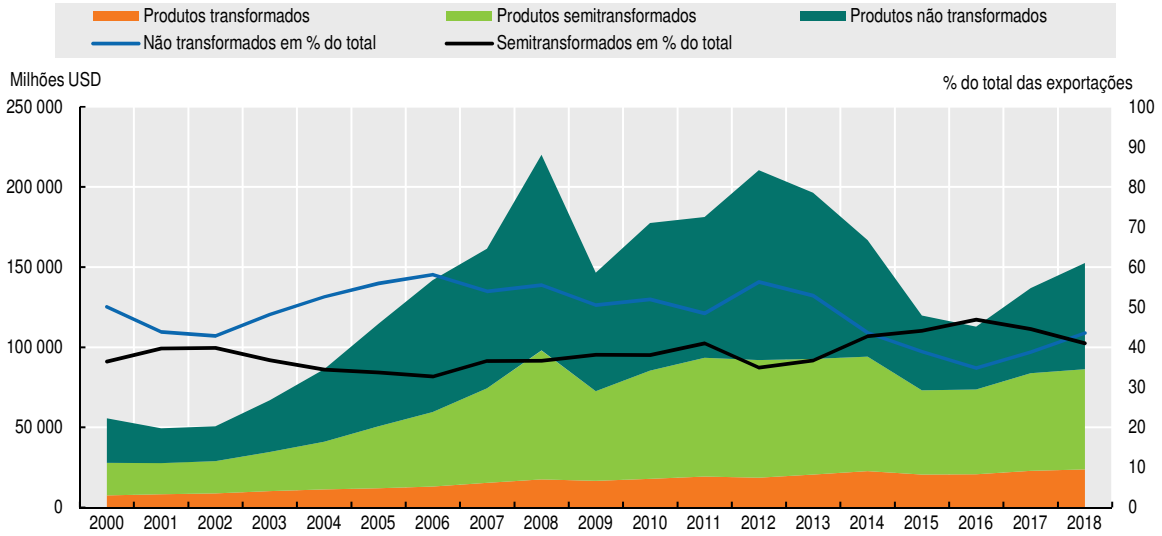
Tabela 6.1. **Quotas de exportação por setor no Norte de África (2018, em percentagem)**

Setores	Argélia	Egito	Líbia	Marrocos	Mauritânia	Tunísia	Média anual
Agricultura	0.8	10.2	0.2	13.6	48.0	9.6	13.7
Produtos químicos	3.7	10.3	0.3	9.1	0.6	5.1	4.9
Eletrónica	0.1	3.3	0.0	10.7	0.2	20.9	5.9
Maquinaria/equipamento	0.2	0.6	0.0	1.1	0.4	6.0	1.4
Metais	0.2	4.6	1.1	1.4	0.8	2.9	1.8
Minerais/Petróleo	94.7	16.8	95.7	4.0	35.8	6.7	42.3
Outros	0.2	0.3	0.1	0.5	0.3	0.3	0.3
Serviços	0.0	42.3	0.0	37.7	0.0	20.1	16.7
Pedras	0.1	4.9	2.6	0.6	13.6	0.5	3.7
Têxteis	0.0	6.5	0.0	12.5	0.1	23.6	7.1
Veículos	0.0	0.2	0.0	8.9	0.2	4.4	2.3
Total geral	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: Growth Lab (2021), *Atlas of Economic Complexity*, https://atlas.cid.harvard.edu/.

Durante o período 2000-18, as exportações de produtos transformados e não transformados aumentaram globalmente, evidenciando a crescente participação da região no comércio internacional (Figura 6.6). As exportações de produtos não transformados, especialmente o petróleo, diminuíram acentuadamente entre 2013 e 2016, devido ao excesso de oferta que levou à queda dos preços internacionais. Entre julho de 2014 e fevereiro de 2016, o preço do petróleo Brent diminuiu mais de 65 %, passando de 110 USD para 35 USD por barril (INSEE, 2021). O abrandamento das exportações do Norte de África está ligado à recessão económica na China e nos países emergentes, e ao regresso do Irão ao mercado petrolífero na sequência do Acordo de Viena assinado a 14 de julho de 2015.

Figura 6.6. **Total das exportações por intensidade produtiva dos produtos**



Fonte: Cálculos dos autores com base na modelização de Rieländer e Traoré (2015), e dados atualizados do CEPII (2020), *BACI* (International Trade Database at the Product-Level).

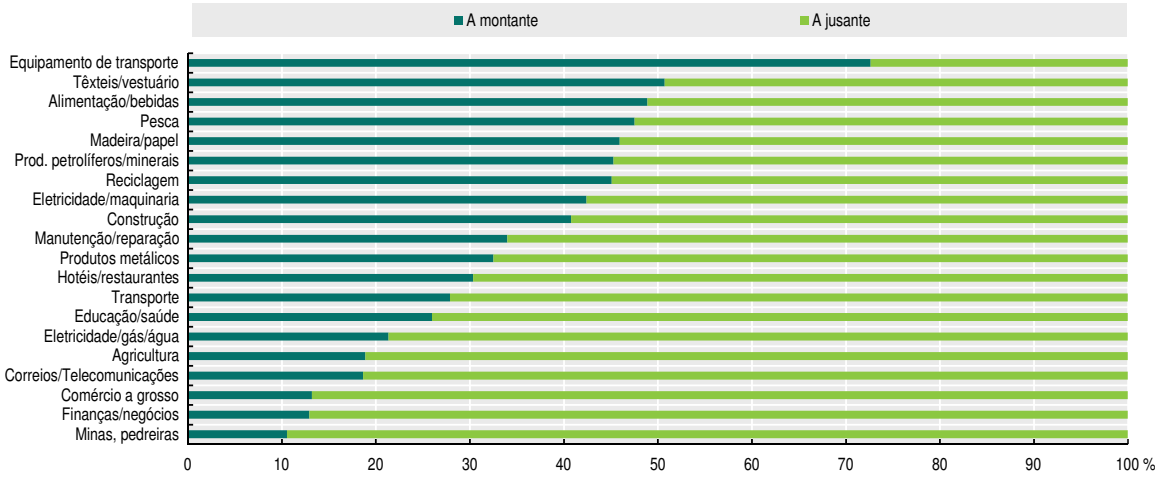
StatLink https://doi.org/10.1787/888934298662

Em média, o petróleo continua a ser o produto líder na área (40.3 %), seguido dos produtos transformados (33 %), alimentos (13.1 %), ouro e metais (10.8 %). Em particular, o petróleo e os seus derivados representam 97.7 % das exportações da Líbia e 95.9 % das exportações da Argélia (CUA/OCDE, 2019). Esta forte dependência do petróleo reflete-se no índice de Herfindahl-Hirschman (IHH), que mede a concentração das exportações, de 0.76 e 0.32 para a Líbia e Argélia, respetivamente, em 2018. Pelo contrário, o perfil de exportações é mais diversificado no Egito, Marrocos (IHH de 0.04 em 2018) e Tunísia (IHH de 0.03 em 2018) – uma vantagem para uma melhor integração nas cadeias de valor.

Por outro lado, o mercado continental, que representa uma oportunidade para a expansão comercial e o desenvolvimento das CVR, continua a ser pouco explorado. Os países do Norte de África transacionam pouco entre si (4.8 % das exportações em 2019) e com outros países africanos (8.2 %). Fazem trocas comerciais principalmente com a Europa (50.9 %) e, em menor medida, com a China (5.3 %) e os EUA (5.8 %). A acrescer, a sua integração continua a ser insuficiente, devido à baixa proporção de comércio intracontinental de bens intermédios (em média 7.2 % entre 2000-19, ver Figura 6.A1.1 em anexo), mas também à semelhança das economias e à natureza dos bens exportados e importados. A Argélia e Marrocos parecem estar menos envolvidos no comércio intrarregional de bens intermédios.

Por forma a estimular a recuperação pós-COVID, os países do Norte de África devem procurar aumentar a sua participação a montante noutras CVG onde tenham uma vantagem comparativa. Para tal, terão de continuar a posicionar-se melhor nas CVG mais estratégicas em termos de emprego e criação de valor. No Egito, Marrocos e Tunísia, os serviços (finanças/negócios, educação/saúde, hotéis/restaurantes, etc.) revelam ser os principais motores de crescimento. A participação a montante aproxima-se ou ultrapassa 50 % no caso dos setores do equipamento de transporte, do têxtil e vestuário, bem como agroalimentar, devido ao progresso da indústria transformadora (Figura 6.7). O controlo do aprovisionamento energético continua a ser uma forte limitação nestes setores, que tem de ser ultrapassada para desencadear o crescimento e o emprego.

Figura 6.7. **Participação setorial a montante e a jusante nas CVG do Norte de África, 2015**



Fonte: Banco Mundial (2020a), *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2020*, Base de dados CVG, https://www.worldbank.org/en/publication/wdr2020/brief/world-development-report-2020-data.

StatLink https://doi.org/10.1787/888934298681

A energia continua a dominar o posicionamento do Norte de África nas CVG

A CVE revela-se determinante para a estabilidade macroeconómica no Norte de África

O controlo da CVE continua a ser essencial para a estabilidade macroeconómica dos países exportadores de petróleo do Norte de África. A volatilidade dos preços do petróleo expõe estes países a choques externos. Desde 2009, o preço de um barril de petróleo Brent atingiu a barreira dos 100 USD entre maio de 2011 e agosto de 2014, antes de cair de novo para 30.7 USD em janeiro de 2016. Desde então, o preço do petróleo Brent subiu e ronda os 60 USD (INSEE, 2021). As receitas petrolíferas da Líbia caíram de 62.4 % do PIB em 2012 para 20.2 % em 2016, antes de aumentar para 43.9 % em 2019. A situação na Argélia é semelhante, com lucros petrolíferos de 27.3 %, 10 % e 14.4 % do PIB em 2011, 2016 e 2019, respetivamente (Banco Mundial, 2021a).

A pandemia de COVID-19 agravou os desequilíbrios macroeconómicos nos países exportadores de petróleo. Na Argélia, onde a venda de hidrocarbonetos financia 60 % do orçamento do Estado, as receitas de exportação caíram 40 % entre 2019 e 2020, devido à crise da COVID-19 (Agência Ecofin, 2021). Na Líbia, o duplo choque do bloqueio petrolífero e da crise sanitária constituiu um duro golpe nas finanças públicas. As receitas petrolíferas caíram de 22.4 para 1.7 mil milhões de USD entre 2019 e 2020. Esta queda abismal de 92.2 % resultou num défice orçamental (59.3 % do PIB) e num défice da balança corrente (52.6 % do PIB) (Direção-Geral do Tesouro, 2021). A queda das receitas de exportação está a pressionar as reservas cambiais e a enfraquecer a situação económica e monetária. A integração de derivados do petróleo nas CVG permitiria a diversificação das fontes de receitas e reduziria a dependência das exportações de petróleo bruto.

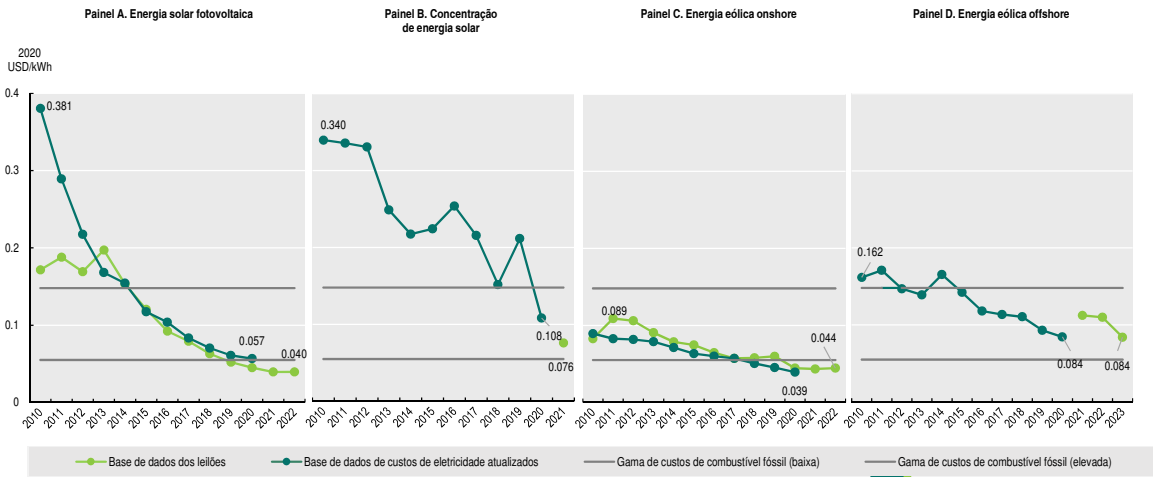
Os países não produtores de petróleo no Norte de África têm interesse em desenvolver cadeias de valor de energias renováveis (ER) para reduzir a fatura energética que está a agravar o seu défice comercial. A baixa capacidade de refinação dos países petrolíferos do Norte de África tem impacto na dependência energética de países não petrolíferos, como Marrocos e Tunísia. Entre 2011 e 2014, Marrocos importou em média 90.6 % do seu consumo de energia, contra 28.6 % na Tunísia (Banco Mundial, 2021a). Em 2015, as importações de

energia em Marrocos representaram 6.5 % do PIB, apesar da queda dos preços mundiais (OCDE, 2017). Em 2019, Marrocos importou a maior parte do seu consumo de gás butano dos Estados Unidos (44 %), da Europa (40 %) e da Argélia (16 %). Quanto à gasolina, o Reino de Cherifian abastece-se principalmente na Europa – Espanha, Itália, Holanda (87 %) – e na Rússia (12 %) (El Mouden e El Harrak, 2020). As necessidades de petróleo e gás da região são satisfeitas por importações da Arábia Saudita, Espanha, Estados Unidos, Itália, Kuwait e Rússia (CEA, 2018). Por outro lado, para os países não produtores de petróleo, as importações de petróleo contribuem para o aumento do défice comercial: Mauritânia (-7.1 % do PIB em 2019), Tunísia (-6.3 % do PIB em 2019) e Marrocos (-6.2 % do PIB em 2019) (FMI, 2021).

Para ambos os perfis de países, uma maior implantação de ER parece indispensável para reduzir a dependência estrutural dos preços mundiais do petróleo. A Argélia, o Egito e a Líbia estão entre os 15 países com a maior fatura de subsídios ao consumo de energia: 15.8 mil milhões de USD no Egito em 2019, 13.1 mil milhões de USD na Argélia e 4.5 mil milhões de USD na Líbia, representando 5.2 %, 7.6 % e 16.7 % do respetivo PIB (AIE, 2019). Em Marrocos e na Tunísia, a fatura de importação de energia pesa sobre o saldo das contas externas.

Este objetivo de implantação de ER poderia ser mais facilmente alcançado tendo em consideração a queda contínua dos custos de produção de ER, que se aproximam dos custos de produção dos combustíveis fósseis. As energias eólica e solar apresentam custos entre 0.07 e 0.18 USD/kWh, em comparação com 0.05 a 0.17 USD/kWh para os combustíveis fósseis (IRENA, 2021). Esta dinâmica descendente é também observada noutras fontes de ER, conforme resulta da Figura 6.8. Com base nesta nova situação, o Plano Solar Mediterrâneo para o Norte de África prevê uma capacidade de exportação combinada para a Europa de 22 000 MW até 2030 (CEA, 2018).

Figura 6.8. **A evolução do custo médio global ponderado (LCOE) e dos preços de leilão/compra de eletricidade para a solar fotovoltaica, eólica *onshore* e *offshore* e CSP, 2010-23**



Fonte: IRENA (2021), *Renewable Power Generation Costs in 2020*, https://www.irena.org/publications/2021/Jun/Renewable-Power-Costs-in-2020.

StatLink https://doi.org/10.1787/888934298700

A CVE, de natureza transversal, não serve apenas de entrada noutras cadeias de valor, mas também melhora a sua produtividade. Os países do Norte de África estão integrados em muitas CVG, sendo as mais importantes as cadeiras do têxtil, agroalimentar, automóvel e aeronáutica. O desenvolvimento e controlo do aprovisionamento energético a

baixo custo contribui para a implementação de unidades de produção cuja competitividade e produtividade são melhoradas, permitindo assim criar emprego. Por exemplo, os derivados do petróleo (embalagens) permitem que a CV combustíveis/minerais seja complementar à CV agroalimentar. Do mesmo modo, os derivados de hidrocarbonetos (parafina, gasolina, gasóleo) são complementares às CV aeronáutica e automóvel. Por último, o controlo do aprovisionamento energético constitui um critério de escolha decisivo para os investidores estrangeiros. No centro, a CVE permite uma maior qualidade ao nível das demais CVG.

As ER representam um nicho importante para conciliar os objetivos de crescimento sustentável e criação de emprego no Norte de África

A cadeia de valor das energias renováveis (CVER) apresenta um interesse crescente, tendo em consideração as limitações ambientais. As ER, especialmente a energia solar, constituem a alternativa aos combustíveis fósseis. O Norte de África faz parte do plano estratégico global de aprovisionamento de energia limpa da Europa, e planeia utilizar pelo menos 20 % de energia limpa até 2030 (CEA, 2012). A região tem um imenso potencial solar, com 2 000 a 3 600 horas de sol por ano, em comparação com 1 500 a 2 000 horas na Europa Ocidental não mediterrânica, Canadá e Rússia. As dotações de ER já permitiram ao Norte de África progredir, através de programas nacionais bem estruturados e precisos para a próxima década (Tabela 6.2). Entre 2010 e 2020, a capacidade de ER aumentou em mais de 40 % para 10.3 GW na sub-região (AIE, 2020).

Tabela 6.2. **Capacidade de energias renováveis em 2019 e metas até 2030 nos países do Norte de África**

	Argélia	Egito	Marrocos	Líbia	Tunísia
Capacidade combinada	0.7 GW	5.5 GW	3.7 GW	0.01 GW	0.4 GW
Meta até 2030	22 GW	54 GW	10 GW	4,6 GW	2.8 GW

Fonte: AIE (2020), *Clean Energy Transitions in North Africa*, https://www.iea.org/reports/clean-energy-transitions-in-north-africa.

O Norte de África já conquistou algum avanço no desenvolvimento de ER. Em 2016, Marrocos inaugurou a grande central solar em Ouarzazate (580 MW). A sua central térmica e solar híbrida em Aïn Beni Mathar apresenta uma capacidade de 470 MW, incluindo 20 MW de eletricidade solar. Em 2018, a Argélia tinha 24 centrais fotovoltaicas com uma capacidade total de 344 MW. Em 2019, a Tunísia inaugurou a sua primeira central solar em Tozeur com uma capacidade de 10 MW, e o Egito colocou em serviço o seu parque solar de Benban com uma capacidade de 1 650 MW no mesmo ano. No setor da energia eólica, Marrocos tem um total de 10 parques eólicos, incluindo a central de Tarfaya (301 MW). O Egito tem três parques eólicos (Hurghada, Zafarana e Gabal El-Zayt), enquanto que a Tunísia tem nove parques eólicos e planeia construir novos parques, tais como o de Tbaga (Cap Bon), financiados pela Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD). A Argélia colocou em serviço o seu primeiro parque eólico com uma capacidade de 10 MW em junho de 2014.

Por outro lado, os programas nacionais fixam objetivos específicos para a próxima década. Segundo a Agência Nacional de Eletricidade e Água (ONEE) de Marrocos, o Reino tinha uma capacidade instalada de 10 557 MW em 2020, dos quais 36.8 % correspondiam a ER, na sequência de um investimento de 3.5 mil milhões de dirhams marroquinos (MAD, 390 milhões de USD) realizado durante o mesmo ano. O objetivo até 2030 consiste no aumento para 52 % de ER e na redução do consumo global de energia em 15 % em relação a 2016. A Tunísia assinou numerosos contratos de parceria público-privada (PPP), com o objetivo de aumentar a quota de ER de 12 % para 30 % da produção de eletricidade até

2030. Por seu lado, o Egito lançou uma estratégia nacional em 2014 para diversificar o seu cabaz energético, com o objetivo de aumentar a quota de ER para 20 %, e posteriormente para 42 %, da produção nacional até 2022 e 2035.

A CVER representa um claro catalisador de emprego qualificado e pode ajudar a melhorar a empregabilidade dos jovens. Contribuindo direta e indiretamente para a criação de emprego, um grande desafio para a região. A instalação de parques solares e eólicos cria novos postos de trabalho, muitas vezes qualificados (Caixa 6.1). Estudos sugerem que as ER criam quase três vezes mais emprego por unidade de investimento do que os combustíveis fósseis (IRENA, 2020). Contudo, a contribuição indireta para o emprego parece ser a mais importante (Caixa 6.1), particularmente em termos de emprego qualificado, uma vez que os novos nichos de produção que fomenta respeitam a setores inovadores e/ou bens mais ou menos complexos. Por exemplo, a CV energia solar mantém-se bastante complexa e requer o domínio de tecnologias avançadas, uma vez que inclui a indústria fotovoltaica, a instalação de painéis fotovoltaicos, a condensação solar e a transformação da energia solar em eletricidade (CEA, 2018). Devido à sua complexidade, o Norte de África encontra-se nesta CV a jusante, e as empresas nacionais importam os vários equipamentos, em bloco ou em partes individuais, para subsequentemente instalarem os painéis fotovoltaicos.

Caixa 6.1. **Potencial de criação de emprego da CVER no Norte de África**

As atividades da CVER e as transferências de tecnologia podem criar emprego direto em cinco segmentos: fabrico, construção, instalação, operação e manutenção. Em particular, os perfis de emprego direto ao longo da cadeia de valor da energia solar fotovoltaica encontram-se descritos na Figura 6.9. Acrescem os postos de trabalho indiretos (vendas, estudos, consultoria, formação) e induzidos, ligados à procura em indústrias que podem ser totalmente independentes das ER. Excluindo o emprego criado por setores relacionados, o Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD) estima que 1 MW de ER gera cinco postos de trabalho temporários na fase de arranque ou construção e dois postos de trabalho a longo prazo, principalmente na manutenção (Tabela 6.3). A eficiência energética nos edifícios é promissora, uma vez que gera ainda mais emprego do que a produção ou instalação de caldeiras solares, sistemas fotovoltaicos, energia eólica ou energia solar concentrada (BAfD, 2016). Contudo, o emprego no setor das ER permanece frágil devido à sua dependência de subsídios públicos, em relação às atuais orientações políticas.

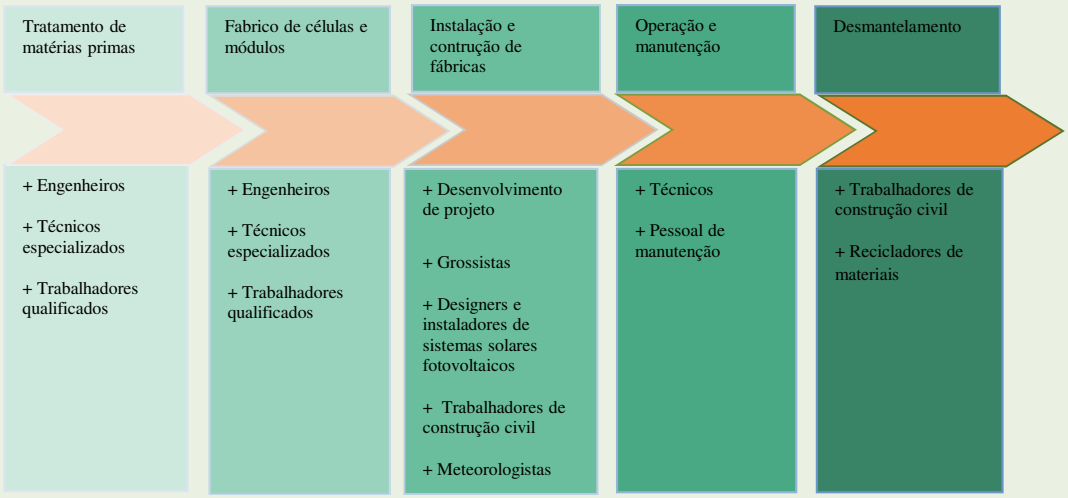
Tabela 6.3. **Número de postos de trabalho existentes e potenciais no setor das ER**

Tecnologia	Marrocos	Tunísia	Argélia
Postos de trabalho existentes na área das ER (todas as tecnologias)	3 000 aproximadamente	3 350 (1 445 postos de trabalho diretos, 975 postos de trabalho indiretos, 930 no setor da eficiência energética)	3 000 (postos de trabalho diretos e indiretos)
Energia solar térmica/ESC (postos de trabalho previstos)	- 920 postos de trabalho permanentes até 2020, 1 600 até 2030 (programa PROMASOL); - 5 000 (Blohmke et al., 2013)	Nenhuma informação	Nenhuma informação
Fotovoltaica - FV (postos de trabalho previstos/potenciais)	23 000 (Blohmke et al., 2013)	4 000 (postos de trabalho diretos e indiretos)	Nenhuma informação
Energia eólica (postos de trabalho previstos/potenciais)	46 000 (Blohmke et al., 2013)	Nenhuma informação	Nenhuma informação
Postos de trabalho previstos/ potenciais na área das ER (todas as tecnologias)	35 120 até 2020	7 000 a 20 000 até 2030	137 000 postos de trabalho (diretos + indiretos) até 2025; 252 000 até 2030

Fonte: BAfD (2016), Blohmke et al. (2013).

Caixa 6.1. **Potencial de criação de emprego da CVER no Norte de África (*continuação*)**

Figura 6.9. **Emprego direto ao longo da cadeia de valor da energia solar fotovoltaica**



Fonte: Compilações dos autores com base em IRENA (2011) e GGGI (2020, Anexo 6).

Subsistem limitações no desenvolvimento da CVE no Norte de África

Obstáculos estruturais ao desenvolvimento da CVE

O quadro institucional e jurídico, bem como as questões de governação, constituem obstáculos à implementação de CVR com base na energia no Norte de África. Apesar das reformas dos quadros institucional, legislativo e regulamentar em Marrocos, Argélia e Tunísia, são ainda necessários esforços para reforçar o quadro institucional para promover as ER e a eficiência energética no Egito, Líbia e Mauritânia. As diferenças de custo e complexidade das tecnologias de ER não permitem estabelecer uma tarifa bonificada (*feed-in tariff*) que garanta a eficiência dos mercados domésticos. Por outro lado, a falta de uma norma intrarregional de harmonização das tarifas bonificadas implica que o mercado das ER continua pouco competitivo e limita as transferências de energia entre países. Acrescem problemas de governação e corrupção, particularmente no setor petrolífero, que não facilitam a atratividade dos investimentos produtivos para a implementação de CVR. O que é evidenciado pelo facto de o clima de negócios ser relativamente pior nos países exportadores de petróleo. Em 2020, o Índice de Clima de Negócios coloca a Argélia e a Líbia em 157.º e 186.º lugar, respetivamente, enquanto Marrocos ocupa o 53.º lugar e a Tunísia o 78.º lugar.

A expansão de CVR no setor da energia requer a implementação de locais de produção interligados (a montante e a jusante). Embora a Tunísia e Marrocos apresentem índices de integração comercial relativamente elevados (0.78 e 0.55, respetivamente), devido às suas relações comerciais com a África Subsariana, a integração regional do Norte de África continua fraca para assegurar o pleno desenvolvimento das CVR. A região apresenta um índice de integração comercial de 0.48, comparado com 0.44 para integração produtiva e 0.50 e 0.43 para infraestruturas e livre circulação de pessoas, respetivamente (UA/BAfD/CEA, 2019).

Embora o Norte de África se caracterize por um nível relativamente elevado de desenvolvimento de infraestruturas, continua limitado por infraestruturas específicas

relacionadas com o aparecimento da CVE. O transporte e a distribuição de combustíveis fósseis são difíceis devido a uma penetração inadequada dos oleodutos e a uma capacidade limitada de armazenamento. O furto, que é comum ao longo das rotas dos oleodutos, pode interromper e reduzir os fluxos de abastecimento. A acrescer, os oleodutos atravessam por vezes zonas perigosas onde os grupos rebeldes podem danificá-los ou assumir o controlo do seu abastecimento (Hafner, Tagliapietra e de Strasser, 2018).

O fraco desempenho logístico constitui um grande constrangimento ao aparecimento da CVE, que requer a transferência e armazenamento de grandes quantidades de produtos semiacabados. A região enfrenta uma insuficiente conectividade rodoviária e portuária, limitando a possibilidade de estabelecer ligações diretas entre os locais de produção localizados em diferentes países, essenciais à implementação das CVR. O índice médio de desempenho logístico no Norte de África corresponde a 2.5, enquanto que os procedimentos de desalfandegamento carecem de eficiência. Os custos de transbordo, as dificuldades no trânsito e a falta de harmonização regulamentar também continuam a ser uma limitação importante (CUA/OCDE, 2019).

O atraso do Norte de África na adoção de novas tecnologias de ER, bem como a extensão dos subsídios estatais ao petróleo e aos seus derivados, constituem grandes limitações à expansão das ER. Embora os custos das ER tenham diminuído nos últimos anos, estes avanços ainda não atingiram uma maturidade comercial, exceto no que respeita à energia eólica, que permita obter economias de escala. Este atraso tecnológico, acrescido da importação de componentes de ER, e o fraco desenvolvimento de mecanismos de financiamento preferenciais e inovadores, impede o Norte de África de se posicionar melhor na CVER.

A expansão da CVR com base na energia no Norte de África é ainda dificultada pelo fraco progresso em matéria de eficiência energética e pelo aumento das emissões. Apesar dos seus esforços, os países ainda não conseguiram explorar plenamente os ganhos potenciais da utilização eficiente da energia. Por outro lado, as emissões do setor dos hidrocarbonetos estão a travar a competitividade nacional. A taxa média de crescimento anual das emissões de CO_2 durante o período 2009-19 foi de 4.2 %, 2.3 % e 4.1 % na Argélia, Egito e Marrocos, respetivamente (BP, 2021). A queima de gás natural, que é comum na Argélia entre outros países, é um grande produtor de emissões de gases com efeito de estufa. A sua limitação poderia proporcionar oportunidades de cooperação regional e o aparecimento de uma CVR em energia limpa.

COVID-19: uma restrição conjuntural para a dinamização da CVE

A pandemia de COVID-19 resultou numa perturbação das CVE através de vários canais. Com efeito, a pandemia afetou as operações de abastecimento e mobilidade, que foram perturbadas por uma escassez de materiais, capital e insumos necessários às operações de produção e transformação. Esta redução é considerada um choque adicional para as economias baseadas na energia, limitando os recursos necessários à gestão da situação sanitária e enfraquecendo as possibilidades de recuperação e crescimento futuro.

O IDE caiu drasticamente durante a crise sanitária, devido às medidas de distanciamento social, mas também à desconfiança dos investidores em relação às economias regionais. As últimas estimativas sugerem uma queda entre 25 % e 30 % para África. Os investimentos mais afetados correspondem ao setor da energia e às indústrias primárias, devido à queda dos preços do petróleo, bem como às dificuldades enfrentadas pelas companhias aéreas e pelo turismo (CNUCED, 2020). Em 2020, a queda do IDE no setor da energia é estimada em 20 % na região (AIE, 2020), o que abrandou a sua integração nas CVG com base na energia.

A combinação dos choques de procura e oferta associados à pandemia COVID-19 teve um impacto na produção e no comércio dos países exportadores de petróleo. A queda drástica dos preços internacionais, estimada em 70 % entre janeiro e abril de 2020, provocou um dos choques mais graves no mercado da energia. Os rendimentos líquidos na Argélia e na Líbia diminuíram entre 75 e 90 %, afetando a capacidade de combater os danos económicos da pandemia (AIE, 2020) e enfraquecendo ainda mais a inclusão na CVE.

A descarbonização é uma questão importante que continuará a perturbar a procura global de energia. Com efeito, os gigantes europeus das indústrias automóvel e aeroespacial implementaram novas estratégias de fabrico que têm em consideração as questões ambientais. A energia verde será uma oportunidade para vários países no processo de relocalização das cadeias de valor, incluindo no Norte de África. O que aumentará o potencial de certos nichos relacionados com as indústrias mecânicas e eletrónicas, que já estão em curso nos países importadores de petróleo.

A procura de eletricidade sofreu variações significativas, especialmente nas atividades industriais e comerciais, em relação às restrições sanitárias. A perturbação no mercado da eletricidade afetou a produção e o comércio em várias indústrias, especialmente em países importadores líquidos de petróleo. Por outro lado, em alguns destes países, a redução dos preços da energia resultou numa diminuição do custo de produção de eletricidade. Na Tunísia, por exemplo, o défice energético passou de 1.9 para 1.8 mil milhões de USD entre 2019 e 2020 (INS, 2020).

Embora tenha sido menos afetada pela crise sanitária, a CVER sofreu algumas perturbações. A extensão da crise fez-se sentir mais na área da produção de componentes e do transporte de equipamento do que na gestão de projetos ou na manutenção. As medidas de confinamento e de restrição de fronteiras resultaram no encerramento temporário de várias fábricas que fabricam equipamento utilizado na produção de energia solar e eólica. A acrescer, os encerramentos de portos e as proibições de voos afetaram as importações de baterias, painéis solares, inversores e contadores inteligentes necessários na CVER.

Por último, as PME que operam no setor da energia solar sofreram um choque significativo devido à crise sanitária. Em particular, as PME da indústria fotovoltaica têm sofrido atrasos significativos nos prazos de entrega. Os instaladores de painéis solares residenciais foram confrontados com uma procura cada vez mais baixa, tendo em consideração a diminuição do poder de compra e das incertezas das famílias. As atividades de manutenção foram parcialmente afetadas devido a restrições de mobilidade.

No entanto, existem oportunidades para a integração do Norte de África nas cadeias de valor da energia

Apesar das ameaças, a COVID-19 parece ser uma oportunidade para desenvolver as CVE

A COVID-19 favoreceu a deslocalização e/ou a regionalização das atividades de produção, abrindo o caminho para uma melhor integração dos países do Norte de África no comércio regional. A procura de maior resiliência, fiabilidade e autonomia das CVE torna inevitável a presença dos países do Norte de África. Uma parte fundamental desta presença reside no desenvolvimento da energia limpa, que pode ter um efeito de arrastamento sobre os programas energéticos dos países da região. O exemplo do plano de recuperação da Europa anunciado pela UE é uma ilustração perfeita (Caixa 6.2).

Caixa 6.2. **Plano de Recuperação para a Europa e CVE para o Norte de África**

Este plano é o maior pacote de medidas de estímulo alguma vez financiado na Europa. Encontra-se alocado um orçamento de 2 018 mil milhões de euros à reconstrução da Europa pós COVID-19, uma União mais verde, mais digital e mais resiliente. As medidas dão especial atenção à luta contra as alterações climáticas, dedicando-lhe 30 % dos fundos da UE, a percentagem mais elevada de sempre do orçamento da UE (por exemplo, até 30 mil milhões de euros para o hidrogénio).

Este plano de recuperação considera a cooperação com os vizinhos da margem sul do Mediterrâneo como a chave do sucesso, o que poderia levar os países do Norte de África a darem prioridade às ER e ao hidrogénio (Moreno-Dodson, 2020). Os fatores-chave que podem ajudar estes países a promover a integração e o desenvolvimento das CVE incluem uma geografia estratégica, uma dotação rica em recursos, uma combinação diversificada de fontes de energia e um mínimo de infraestruturas de transmissão, suficiente para começar.

Assim, a procura da autonomia estratégica da Europa no domínio da energia, através do seu plano de recuperação, tornará o Norte de África mais atrativo. O que poderia manifestar-se através de acordos de partilha de produção, facilitação do comércio, investimento em infraestruturas físicas e apoio à mobilidade de fatores-chave para o desenvolvimento das CVR.

Fonte: UE (2021), *The EU's 2021-2027 Long-Term Budget & NextGenerationEU*.

A nova organização das CVG representa um trunfo para a transformação estrutural da região e a valorização das CVE. Na sua tese "Great Reset", Schwab e Malleret (2020) consideram que as cadeias de abastecimento serão mais curtas, que as empresas assegurarão que não estarão mais dependentes de um único país ou de uma única empresa no estrangeiro e que surgirão novas oportunidades, exigindo grandes investimentos no setor da energia, o que é essencial para vários setores e CV (produtos farmacêuticos, materiais de saúde, telecomunicações, etc.). A oportunidade de diversificação é real para os países do Norte de África, especialmente aqueles mais ancorados na globalização e que dependem das CVG nos seus esforços de industrialização, na atração de oportunidades de investimento e no acesso aos mercados, bem como na aquisição e transferência de tecnologias (nomeadamente, Egito, Marrocos e Tunísia). Para estes países, o desenvolvimento das CVER específicas terá a vantagem de diversificar os riscos e corrigir as fragilidades estruturais das economias da região. Estas cadeias podem dizer respeito às indústrias de fosfatos e respetivos produtos químicos derivados, às indústrias alimentares e de vestuário e às indústrias de transformação de petróleo e gás.

A pandemia demonstrou a importância do digital na gestão das CVG, incluindo as CVE. A digitalização está a moldar cada vez mais a integração dos países do Norte de África nas CVG. Com efeito, a aceleração na utilização de tecnologias digitais provocada pela COVID-19 permite melhorias na gestão e monitorização da cadeia de abastecimento, mesmo em longas distâncias. Por exemplo, a presença de *start-ups* de desenvolvimento de soluções de fornecimento de insumos e/ou de oferta de seguros e financiamento pode reforçar a integração dos países do Norte de África nas CVE.

A digitalização é também uma oportunidade para desenvolver as CVER. A fraca integração regional no Norte de África e as atuais interligações insuficientes e inertes entre as economias da região exacerbaram o impacto da pandemia de COVID-19 nas cadeias de abastecimento. Por conseguinte, resulta claro que uma crescente digitalização dos procedimentos favorece estas interconexões. A abertura de novos canais de intercâmbio

eletrónico com os vizinhos e a redução dos custos comerciais tornam a digitalização um vetor de desenvolvimento das CVG, incluindo a da energia.

A pandemia também reforçou a necessidade de acelerar a transição energética para assegurar uma recuperação sustentável e uma economia mais estável e resiliente no futuro. Os novos acordos ambientais instituídos após o início da crise pandémica podem ser uma oportunidade para a concretização da transformação económica e da inovação tecnológica no Norte de África. O que implica o desenvolvimento de tecnologias de energia solar e eólica, por exemplo, através da implementação de projetos de dessalinização da água do mar, alimentados por fontes de ER, mas também através da instituição de sistemas de transportes públicos verdes.

A ZCLCA representa um trunfo para uma melhor integração nas CVE

A ZCLCA poderá contribuir para o desenvolvimento das CVR através da remoção de barreiras ao comércio, ajudando os países da região a apoiar as suas estratégias industriais. O acordo de comércio livre continental poderá encorajar cada país a explorar as suas vantagens comparativas e reforçar o seu desenvolvimento industrial. O que permitirá replicar e alargar os "business models" de sucesso em toda a região, abrindo caminho para a criação de emprego de qualidade em setores industriais promissores. Marrocos já conseguiu desenvolver uma indústria de fertilizantes de qualidade, assinando acordos comerciais e de investimento com organizações sub-regionais na África Subsariana, tais como a Comunidade dos Estados do Sahel e do Saara (CEN-SAD) ou a União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA). Com a ZCLCA, a experiência marroquina poderá ser replicada e podem ser desenvolvidas indústrias de transformação baseadas na energia no Norte de África, o que melhorará a integração destes países nas CV.

A ZCLCA pode também encorajar os países da região a alinharem as suas políticas económicas para promoverem o desenvolvimento das CVR com base na energia. O acordo poderá ser uma oportunidade de simplificar e harmonizar as barreiras não pautais, em particular as regras e/ou normas sanitárias e fitossanitárias, impostas às indústrias de transformação de petróleo e gás (indústrias plásticas e químicas, fibras sintéticas e tecidos, etc.). Pode também resultar na eliminação de restrições quantitativas à importação de componentes necessários às indústrias fotovoltaicas (módulos, painéis, etc.). Por último, este acordo poderá promover a harmonização da regulamentação necessária aos investimentos na área da energia solar (instalações solares, por exemplo). Esta convergência das políticas económicas favorecerá o desenvolvimento das CVR no setor do petróleo e do gás, bem como no setor das ER.

A abertura das economias no âmbito da ZCLCA poderá também conduzir a uma alocação eficiente de recursos, com efeitos positivos sobre o desenvolvimento das CVE. Esta abertura deverá facilitar a circulação de competências e as transferências de tecnologia, promover a complementaridade ao nível das infraestruturas, reduzir a dependência em relação aos mercados tradicionais (particularmente o mercado europeu) e oferecer oportunidades reais de crescimento, especialmente para as empresas locais que serão capazes de diversificar e/ou aumentar a qualidade dos seus produtos. Neste caso, as indústrias de transformação de petróleo e gás poderão ser desenvolvidas nos países exportadores de petróleo, enquanto as indústrias da montagem e instalação de painéis fotovoltaicos ou relacionadas com o desenvolvimento da energia solar (produção de silício, wafers e células fotovoltaicas) poderão ser implementadas nos países importadores de petróleo.

A ZCLCA poderá, finalmente, impulsionar a expansão das CVR no Norte de África, através de oportunidades de investimento. Com efeito, uma implementação bem sucedida desta zona ajudaria a baixar os custos de produção e transformação, especialmente na

indústria eletrointensiva. A implementação deste acordo terá um impacto positivo no comércio e investimento através da flexibilização das regras de origem, na revisão da proibição de certas exportações, na revisão das políticas de investimento e concorrência e na flexibilização das regras de propriedade, entre outros. Tais intercâmbios e investimentos poderiam promover o desenvolvimento das CVE.

São necessárias políticas públicas adequadas para dinamizar as CVR com base na energia e a integração nas CVG

Os países do Norte de África podem contar com a força das suas estruturas de PPP. Mais de 75 % da capacidade renovável instalada no Norte de África é distribuída através de políticas atrativas pelos intervenientes privados (AIE, 2020): leilões entre produtores de energia independentes, tarifas bonificadas e acordos de compra de energia a longo prazo para empresas.

A Argélia implementou progressivamente incentivos e medidas regulamentares para o desenvolvimento de ER, com a criação do Fundo Nacional para as ER (FNER) em 2009, ao qual foi alocado 1 % dos royalties do petróleo desde 2011. Os projetos de produção de ER têm de ser distribuídos através de concursos e leilões desde a adoção de dois decretos executivos em 2017 (n.º 17-98 e n.º 17-204).

A lei 13-09 de 2010 introduziu uma abertura progressiva do mercado da energia em Marrocos. Esta lei permite a produção e exportação de eletricidade por qualquer produtor privado, desde que utilize fontes de ER. A Agência Marroquina para a Energia Sustentável (MASEN), criada em 2012, é uma instituição governamental de tipo "balcão único" que organiza os leilões, providencia o terreno e as infraestruturas para projetos e emite as licenças. Em Marrocos, os leilões dos produtores independentes de eletricidade (IPP) diminuíram os preços de oferta das centrais solares termodinâmicas (CSP) em 25 %; de 190 USD por MWh pela Noor I Ouarzazate em 2012 para 140 USD por MWh pela Noor II em 2015 (AIE, 2020). Entre 2016 e 2019, os leilões de energia solar fotovoltaica fecharam com licitações de 49 USD/MWh pela Noor PV I em Marrocos, ou de 24 USD/MWh na Tunísia.

O desenvolvimento de redes regionais de produção integrada é necessário para aumentar os benefícios nas CVE

As políticas públicas conjuntas podem ser implementadas para promover a região como uma plataforma de produção e exportação de energia. O primeiro passo é tornar operacionais os acordos de integração regional já estabelecidos, tais como o Acordo da Grande Área Árabe de Livre-Comércio (do qual apenas a Mauritânia não é membro) e o Acordo de Agadir, assinado em 2004 entre Egito, Jordânia, Marrocos e Tunísia. Estes documentos preveem uma certa igualdade de tratamento regulamentar em relação aos diferentes parceiros comerciais da região. A consequente redução das barreiras pautais e não pautais promoverá o estabelecimento de unidades de transformação de gás e petróleo nos países exportadores deste tipo de energia e facilitará o estabelecimento de unidades de fabrico de componentes necessários ao desenvolvimento da energia solar nos países importadores de petróleo.

Estas políticas regionais irão encorajar os agentes económicos a tirar partido de uma segmentação das cadeias de produção e responder às necessidades específicas das respetivas economias. Neste contexto, os países são convidados a desenvolver áreas de agrupamento que favoreçam a aproximação de unidades de produção complementares. Trata-se, por exemplo, de áreas onde coexistem unidades de produção de plásticos e compósitos junto a indústrias que operam nos setores automóvel e aeronáutico; ou unidades de fabrico de fibras e tecidos sintéticos junto a fábricas têxteis; ou unidades

de produção conjunta de químicos e fertilizantes junto a empresas de produção de gás e fosfatos. No Egito, por exemplo, coexistem complexos industriais em Ain-Sokhna, incluindo unidades de transformação de reservas de petróleo e gás em produtos derivados (produtos químicos e farmacêuticos, plásticos, etc.).

A criação de clusters de plataformas logísticas, serviços de apoio, centros de investigação e outras instalações relevantes, facilitaria também a valorização da proximidade e a exploração de sinergias positivas e colaborativas. Neste contexto, as políticas de atração de parceiros industriais globais podem reforçar as capacidades de produção de energia no Norte de África. Trata-se, por exemplo, de atrair investidores especializados na refinação de petróleo ou na transformação de gás (particularmente nos países exportadores de petróleo), bem como multinacionais especializadas na produção de wafers, células e painéis fotovoltaicos para energia solar (particularmente nos países importadores líquidos de petróleo). No mesmo sentido, a criação de plataformas de coprodução onde as empresas estrangeiras são convidadas a estabelecer filiais de produção e transformação na região revela-se interessante para a criação de CVE. Tânger-Med, por exemplo, é uma plataforma industrial por excelência para as cadeias de abastecimento nacionais e internacionais relacionadas com o setor das ER. A sua posição estratégica, perto do Estreito de Gibraltar, torna-o um ponto de passagem fundamental no comércio transfronteiriço de energia. Tânger-Med conseguiu posicionar-se como um ecossistema industrial favorável aos investidores estrangeiros, através do desenvolvimento de atividades ligadas às ER (construção de pás de turbinas eólicas pela Siemens, por exemplo).

O desenvolvimento das indústrias extrativas e de transformação de petróleo e gás pode ser apoiado através do estabelecimento de zonas económicas especiais (ZEE). Estas permitem às empresas locais beneficiar dos conhecimentos especializados e do *know-how*, das estruturas de produção e comércio mais diversificadas das multinacionais. Mais especificamente, as políticas públicas que encorajem uma maior integração com empresas líderes poderiam levar a uma maior complexidade nos produtos, com vista a maiores ganhos e uma integração a montante e a jusante mais forte. No Egito, a *General Authority for Foreign Investments* (GAFI) anunciou em maio de 2020 a concessão de licenças a projetos industriais de gás natural, ao abrigo da regulamentação das zonas francas, o que permitiu a expansão dos produtores de fertilizantes e das empresas petroquímicas. Por outro lado, foram concedidos incentivos fiscais sob a forma de reduções temporárias de imposto para certos tipos de investimentos, isenções fiscais, benefícios fiscais e créditos fiscais a investidores chineses estabelecidos na ZEE do Suez. O que permitiu ao Egito avançar na cadeia de extração, depois de o país se ter tornado um fabricante de plataformas de perfuração de petróleo e materiais conexos, servindo os grupos que operam no seu território.

A chegada de uma ou mais empresas multinacionais especializadas em energia fotovoltaica, seguida de uma aproximação aos intervenientes locais, facilitaria o desenvolvimento desta CVR. Incentivar os fabricantes de painéis fotovoltaicos a estabelecer filiais em pelo menos um dos países da região facilitaria a sua entrada no mercado. No Egito, a atração de produtores estabelecidos no fabrico de wafers, células e módulos fotovoltaicos, particularmente através de incentivos fiscais, permitiu o desenvolvimento das indústrias necessárias à CV da energia solar fotovoltaica, incluindo o fabrico de aço, vidro e bombas.

As reformas na educação e formação são essenciais ao reforço da capacidade produtiva e da integração na CVE

A expansão das CVG e CVR requer uma melhoria da qualidade do capital humano e da conformidade com as normas internacionais, bem como das competências

especializadas. Para o efeito, os investimentos em formação devem ser orientados para competências técnicas e de gestão como parte de programas de intercâmbio entre empresas multinacionais de energia e os seus parceiros locais. Além disso, os governos devem apoiar a investigação e o desenvolvimento (I&D), uma vez que a capacidade de inovar é essencial nas indústrias extrativas. A acrescer, verificam-se necessidades significativas de competências nas ER. É necessário implementar programas de investigação aplicada ao setor da energia e do desenvolvimento energético. Nesta matéria, os polos tecnológicos na Tunísia, considerados centros de excelência em formação, são uma experiência a replicar no Norte de África. Estes polos oferecem plataformas de inovação para ajudar as empresas a inovar e a beneficiar dos avanços tecnológicos.

A CVE requer a profissionalização de competências específicas da mão-de-obra, que os países do Norte de África não possuem atualmente em número suficiente. Por exemplo, é essencial um elevado nível de qualificação para o desenvolvimento da CVER na região. São sobretudo necessários investigadores em energia solar, gestores de projetos de exploração de parques eólicos, técnicos geotérmicos, especialistas em modelagem de energia, engenheiros de clima e energia solar térmica (BAfD, 2016). Nos últimos anos têm sido feitos esforços nos países do Norte de África para criar estruturas de I&D para melhorar a investigação sobre ER, encorajar a eficiência energética e estimular o intercâmbio entre empresas.

Os governos podem criar centros de formação na área da energia. Estes centros regionais que providenciam um conjunto de trabalhadores qualificados aos quais os empregadores do setor privado da região podem recorrer podem promover a integração nas CV regionais e globais com base na energia. Estes permitiriam que os países da região gerassem economias de escala e empreendessem uma especialização e o desenvolvimento de vantagens comparativas em matéria de energia. Nas economias extrativas que procuram uma melhor integração na CV do petróleo e do gás, é importante considerar a engenharia e a gestão de projetos. Para as economias que desejam melhorar a sua posição na CVER, é necessário reforçar a capacidade através de centros tecnológicos, de engenharia e inovação. Marrocos, por exemplo, implementou institutos de formação em ER e eficiência energética (IFMEREE) que operam sob um modelo de gestão delegado pelo Estado nos profissionais do setor. Este modelo inovador confere à empresa um papel central no processo de formação profissional, que se baseia na abordagem de competências, na formação profissional junto da empresa e na aprendizagem.

Os países da região também podem reforçar as suas parcerias na área da educação e formação, especialmente na área da energia verde e do ambiente. Estas colaborações permitem expandir as redes de formação técnica e profissional com parceiros (particularmente na Europa) e reduzir os custos de investimento e de formação associados à formação específica, em relação às CVR. O Fórum Mediterrânico Ocidental para a Educação, Investigação e Inovação (fórum no âmbito do "Diálogo 5+5") consiste numa plataforma que reúne os ministros da educação e propõe ações de colaboração concretas em consonância com as prioridades do momento do ensino superior, da inovação e da investigação científica (Moreno-Dodson, 2020). Existe também o Centro Regional de Energias Renováveis e Eficiência Energética (RCREEE), que oferece programas de desenvolvimento de capacidades a pedido dos países da região do Médio Oriente e Norte de África (MENA em inglês) que desejem construir e reforçar as suas qualificações, competências e conhecimentos especializados na área das ER e da eficiência energética.

Os sistemas de educação e formação no Norte de África precisam de evoluir para assegurar um melhor controlo da integração nas CVE. Estes sistemas precisam de avançar para sistemas mistos que combinem o ensino geral e profissional. No mesmo quadro, são necessários o desenvolvimento da formação profissional na área da energia e os

programas de estudo com o setor privado, bem como a utilização extensiva de modelos de aprendizagem que permitam aos jovens aprender enquanto trabalham (Banco Mundial, 2020b). Por outro lado, a formação em alternância nos setores de excelência deve ser encorajada. A existência de certas estruturas nacionais de I&D é suscetível de facilitar a integração nas CVE, tais como o *Centre de recherche dans le domaine des ER* (CDER) na Argélia, o *Centre de recherches et des technologies de l'énergie* (CRTEn) na Tunísia e o *Institut de recherche en énergie solaire et en énergies nouvelles* (Iresen) em Marrocos. Estas estruturas fazem parte das lógicas nacionais, enquanto que os desafios tecnológicos, económicos e sociais ao nível global exigem uma resposta regional. Os recursos financeiros e humanos necessários só podem ser reunidos no âmbito de uma estratégia regional de I&D, em parceria com estruturas semelhantes do Norte (CEA, 2012).

Uma mão-de-obra mais ágil e móvel pode reforçar o capital humano e, por conseguinte, contribuir para o desenvolvimento das CVR com base na energia. Esta mobilidade assegura o acesso fácil a uma mão-de-obra especializada que promove a utilização eficiente dos recursos humanos disponíveis e tem um impacto positivo no investimento setorial (David e Marouani, 2017). Constituindo também um motor de dinamização da procura, aumentando o fluxo de importações de capital humano (Plaza e Ratha, 2011). Por conseguinte, são necessárias políticas públicas que promovam a mobilidade no Norte de África. Trata-se, em particular, de esforços para harmonizar as políticas de educação, proteção social e emprego na região. Apesar das políticas divergentes na sub-região, existem agora iniciativas sob a forma de adesão a organismos técnicos internacionais, tais como a Associação Mundial dos Serviços Públicos de Emprego (AMSPE). Esta visa reforçar a cooperação, o intercâmbio e a aquisição de conhecimentos entre países e inclui a Tunísia, Argélia, Marrocos e Mauritânia entre os seus membros.

A facilitação do comércio e a harmonização das políticas comerciais são essenciais para o desenvolvimento das CVE

Uma política comercial com "regras do jogo" bem definidas pode estimular o comércio intrarregional e, portanto, encorajar a criação de CVR. Por conseguinte, são necessárias medidas complementares, tais como a eliminação dos obstáculos à livre circulação de bens e serviços na região, a simplificação dos procedimentos aduaneiros e de controlo nas fronteiras e a assinatura de acordos bilaterais sobre o reconhecimento mútuo dos certificados de conformidade para produtos de elevado valor acrescentado (CUA/OCDE, 2019). Esta última medida permite remover as barreiras técnicas na CVE, nomeadamente as normas ambientais, de segurança e de saúde. O artigo 6.2 do Acordo de Livre Comércio Marrocos-Estados Unidos pode ser reproduzido: estabelece que o desalfandegamento não deve exceder, na medida do possível, 48 horas após a chegada das mercadorias. Este exige a libertação das mercadorias a partir de um ponto de chegada sem a necessidade de os transferir para armazéns ou similares.

Os países do Norte de África devem evitar práticas de distorção, especialmente para o comércio de bens intermédios. Estes são convidados a não impor barreiras não pautais, muitas vezes utilizadas para fins não económicos (promoção do lucro, apoio a cartéis, etc.), e a estabelecer um sistema de reconhecimento mútuo das normas técnicas, sanitárias e fitossanitárias. Tal incentiva o comércio de bens intermédios necessários às indústrias de transformação de petróleo e gás, bem como de matérias-primas para o fabrico, montagem e instalação de material necessário à produção de ER. Por outro lado, estes países são chamados a harmonizar a tributação ou, pelo menos, a estabelecer acordos de cooperação para sistemas de subsídios/compensações. A reforma do sistema de compensação de hidrocarbonetos no Egito e a introdução da regra de ajustamento automático dos preços da energia na Tunísia podem ser um bom ponto de partida para toda a região.

A desfragmentação do processo de produção no Norte de África exige também a normalização das medidas de facilitação do comércio. Em particular, trata-se de desenvolver corredores comerciais, estabelecer postos fronteiriços comuns, homogeneizar a documentação relacionada com o comércio e estabelecer acordos de trânsito regional comuns. A harmonização da regulamentação aduaneira pode aumentar o potencial comercial de toda a região. A utilização generalizada da experiência UNI-PASS na Argélia é útil neste contexto. Trata-se de um sistema de origem sul-coreana que permite reduzir os tempos de desalfandegamento, limitar a fraude, implementar uma linha única para o intercâmbio de dados informáticos entre operadores de comércio externo e contribuir para a digitalização dos procedimentos aduaneiros.

A digitalização pode facilitar o comércio e o desenvolvimento das CV no Norte de África. Esta é favorável à integração intra-setorial, à descarbonização das CV e ao desenvolvimento do comércio intrarregional. Neste contexto, é importante estabelecer um balcão único para a criação de empresas, acelerar os procedimentos relacionados com a exportação e importação de bens necessários às CVE e lançar plataformas em linha para a certificação de bens importados. O licenciamento online limita o contacto direto com a administração e reduz a possibilidade de corrupção. O PortNet em Marrocos serve assim como um balcão único para os procedimentos de comércio externo. Esta plataforma nacional integra os sistemas de informação das entidades envolvidas, melhora a eficiência das cadeias de abastecimento e acelera o fluxo de mercadorias através da automatização dos procedimentos, reduzindo simultaneamente os custos e o tempo envolvidos nas operações logísticas (CEA, 2020).

O desenvolvimento das infraestruturas, da logística e das redes de transporte constitui um motor para a integração regional e a consolidação das CVE

A melhoria da capacidade de transporte rodoviário deve continuar a ser uma prioridade no Norte de África nas CVE. Neste contexto, as políticas públicas devem abordar os problemas de ineficiência e falta de capacidade, que muitas vezes resultam na relutância das empresas que operam no setor da energia. Em particular, trata-se da criação de programas regionais e nacionais incluindo projetos estruturantes de infraestruturas de transporte e logística. Estão em curso grandes projetos rodoviários transafricanos, tais como o eixo central da autoestrada trans-magrebina, que vai de Agadir em Marrocos a Ras Jedir na fronteira Tunísia-Líbia, a autoestrada entre o Cairo e Dakar ou o eixo Argel-Lagos. Estes facilitarão o transporte de bens intermédios e componentes necessários às CVE no Norte de África, permitindo reduzir simultaneamente os tempos e custos de trânsito.

Parece primordial a criação de corredores de transporte rápidos e baratos entre diferentes centros da região, seguindo a experiência da Ásia Central (Caixa 6.3). Estes serão ligados ao longo da cadeia para facilitar a circulação de mercadorias na região. No entanto, há necessidade de modernizar a infraestrutura logística entre os vários pontos específicos. Esta modernização permite o transporte rápido e barato dos componentes necessários ao funcionamento dos CVE, facilitando assim o sistema de partilha da produção ao longo desta cadeia.

O desenvolvimento de linhas marítimas e ferroviárias continua a ser essencial para os fluxos comerciais e a redução de custos, ambas condições importantes para o desenvolvimento das CVR com base na energia no Norte de África. Estão previstas novas linhas marítimas que podem promover o comércio de hidrocarbonetos, tais como a linha Wazzan II em Marrocos que liga os portos de Tânger, Casablanca, Monrórvia, Abidjan, Tema, Takoradi e Cotonou, e a nova linha que liga a cidade de Gabes ou Sfax a Dakar, Abidjan e Tema (CUA-OECD, 2019). Por outro lado, o desenvolvimento da rede ferroviária aceleraria o comércio de produtos mineiros e promoveria as CVR. Em

Marrocos, a Estratégia Ferroviária 2040 visa desenvolver a rede nacional e contribuir para o desenvolvimento territorial. A reabertura prevista da linha entre Tunes e Annaba, na Argélia, deverá acelerar a conetividade regional.

Caixa 6.3. **A experiência dos "corredores" de transporte na Ásia Central**

Os novos corredores de transporte alteraram a paisagem industrial da Ásia Central, alterando os padrões de comércio e produção, resultando em importantes poderes socioeconómicos e geopolíticos e mudanças logísticas.

Vários projetos de corredores visam estimular o desenvolvimento regional e a integração, assegurando níveis elevados de ligação terrestre e integração de diferentes modos de transporte.

O maior corredor, anunciado em 2013 pelo Presidente chinês Xi Jinping durante a sua visita ao Cazaquistão, no âmbito da nova "Rota da Seda", visa revitalizar o comércio através da Ásia, Europa e África. Após concentrar-se inicialmente na energia e nas infraestruturas, o projeto expandiu-se para incluir o comércio, a indústria, a Internet e o turismo.

A iniciativa compreende dois segmentos principais: o corredor económico rodoviário, que inclui corredores terrestres que ligam a China a várias partes da Ásia, do Médio Oriente e da Europa, e a faixa marítima que liga a Ásia a África e à Europa (ITF, 2019). À medida que as redes de produção se aproximam, os prazos de entrega de certos tipos de bens de consumo e de capital de alto valor acrescentado, incluindo no setor da energia, estão a ser reduzidos. A Ásia Central irá beneficiar de atividades de transbordo, manutenção e reabastecimento. Terá melhor acesso aos mercados para os seus recursos naturais e produtos agrícolas, permitindo-lhe desenvolver CVR e posicionar-se bem nas CVG.

Fonte: https://www.itf-oecd.org/sites/default/files/docs/connectivity-freight-central-asia.pdf.

Os países da região devem também considerar a integração dos grandes projetos de interconexão energética existentes e promover projetos intrarregionais. O projeto *EuroAfrica Interconnector* envolve o desenvolvimento de uma rede elétrica de 2 000 megawatts (MW) entre o Egito, Chipre e Grécia. Do mesmo modo, o projeto Elmed visa desenvolver uma nova ligação submarina de alta tensão de 600 MW de corrente contínua entre a Tunísia e a Sicília. É também possível ligar diferentes estações (Tobruk na Líbia e Saloum no Egito, Tataouine na Tunísia e El Rowis na Líbia, Jendouba na Tunísia e El Hadjar na Argélia) e reforçar as suas capacidades de produção de eletricidade. O objetivo consiste em aumentar as exportações de ER para a Europa e no interior da sub-região.

O sucesso do processo de desenvolvimento das CV no Norte de África depende da resolução dos problemas relacionados com a gestão e o financiamento deficientes das infraestruturas. Neste contexto, a delegação da gestão dos portos e aeroportos em entidades públicas eficientes reduziria os tempos de espera e melhoraria o controlo dos carregamentos. Em Marrocos, por exemplo, no âmbito da Estratégia para a Melhoria da Competitividade Logística Nacional para o período 2010-15, foi criada a Agência Marroquina de Desenvolvimento da Logística (AMDL), foram mobilizados fundos privados e foram desenvolvidas plataformas logísticas dentro de zonas industriais. Esta estratégia foi atualizada para a Estratégia Nacional Integrada para o Desenvolvimento da Competitividade Logística até 2030. Os seus principais objetivos consistem em reduzir os custos logísticos, acelerar o crescimento do PIB e contribuir para o desenvolvimento sustentável do país.

Da mesma forma, parecem ser necessários mais esforços para criar um contexto fiável para as PPP. Para o efeito, uma atualização da legislação e a criação de organismos ou unidades especificamente dedicadas nas PPP no seio das instituições existentes, podem resultar no aumento da eficiência dos investimentos em infraestruturas, na entrada de novas tecnologias e competências, bem como na redução do peso do financiamento. No Egito, por exemplo, a lei revista sobre as PPP simplificou os contratos, nomeadamente através da redução do prazo para a apresentação de propostas de projetos e da introdução de novos mecanismos de subcontratação no setor privado (OCDE, 2021). Esta lei permitiu a realização de vários projetos de infraestruturas úteis para o setor da energia, incluindo o desenvolvimento do Porto Industrial Safaga.

O estabelecimento de redes regionais de energia pode aumentar o comércio efetivo no Norte de África e fomentar o desenvolvimento das CVE. Alguns países da região podem tirar partido da sua posição geográfica e dos seus recursos energéticos para desenvolver a produção de energia hidroelétrica e promover o comércio futuro de eletricidade em toda a região. Os projetos ao longo do Nilo no Egito ou em Manantali na Mauritânia podem reforçar o mercado da energia no Norte de África. Os acordos de partilha de produção podem reforçar a produção de hidrogénio, um produto químico que pode tornar-se um novo motor da integração do mercado da energia, tanto no Norte de África como entre os países da região e a Europa, facilitando o comércio de eletricidade em toda a região.

A melhoria do clima empresarial pode ser um acelerador para a construção das CV da energia

A melhoria do clima empresarial continua a ser necessária para o desenvolvimento das CVE no Norte de África. O excesso de burocracia e formalidades e a corrupção no setor da energia podem dissuadir as empresas multinacionais e os empresários. Uma regulamentação rígida impede-os de aproveitarem plenamente as oportunidades oferecidas pelas cadeias de valor. Consequentemente, é necessário assegurar uma melhor governação, o que implica reforçar os procedimentos de contratação, avaliação e seleção e melhorar a sua transparência. Neste contexto, uma maior flexibilidade da regulamentação, que favoreça as atividades de produção, transporte e transformação, pode ser um bom ponto de partida, abrindo estas atividades à concorrência para uma maior eficiência. A Argélia, por exemplo, aprovou em 2019 uma nova lei sobre hidrocarbonetos, que visa proporcionar incentivos fiscais e contratuais para investimentos a montante. No mesmo sentido, em Marrocos, as melhorias do quadro regulamentar reforçaram a presença do setor privado nas ER. A lei 16-08 permitiu às fábricas de cimento desenvolver projetos eólicos, tanto para uso próprio como para a venda do excesso de produção à ONEE.

O estabelecimento de agências reguladoras independentes pode atrair mais investimento para as redes de produção, transformação e distribuição de energia. O facto de ter reguladores separados, atuando de forma objetiva e transparente, pode ajudar a reforçar a confiança na região e a fomentar o desenvolvimento das CVR com base na energia. Mesmo a presença de autoridades reguladoras que operam sob ministérios de tutela (como é o caso em todos os países do Norte de África) não deve impedir os investidores de entrar no mercado. Marrocos, por exemplo, foi dos primeiros países da região a reforçar as condições favoráveis ao investimento na produção de eletricidade renovável. Em particular, o país foi capaz de desenvolver e normalizar concessões regulamentares, reduzindo a complexidade e o tempo necessário para a obtenção de autorizações.

O apoio de agências dedicadas à promoção do investimento pode acelerar a integração dos países do Norte de África nas cadeias de valor com base na energia. Com efeito, estas agências desempenham um papel importante na atração de investimentos em

setores considerados prioritários, nomeadamente o setor da energia (refinaria, unidades de transformação de combustíveis, fábricas de componentes necessários à produção de energia solar, etc.). O papel da *Foreign Investment Promotion Agency* (FIPA) e da *Tunisia Investment Authority* (TIA) na Tunísia, da *General Authority for Foreign Investments* (GAFI) no Egito, da Agência Marroquina de Desenvolvimento de Investimento e Exportações (AMDIE) em Marrocos e da Agência Nacional para o Desenvolvimento e Investimento (ANDI) na Argélia é crucial nesta matéria. As políticas para reforçar os recursos financeiros e humanos necessários ao funcionamento destas agências revelam-se, assim, essenciais.

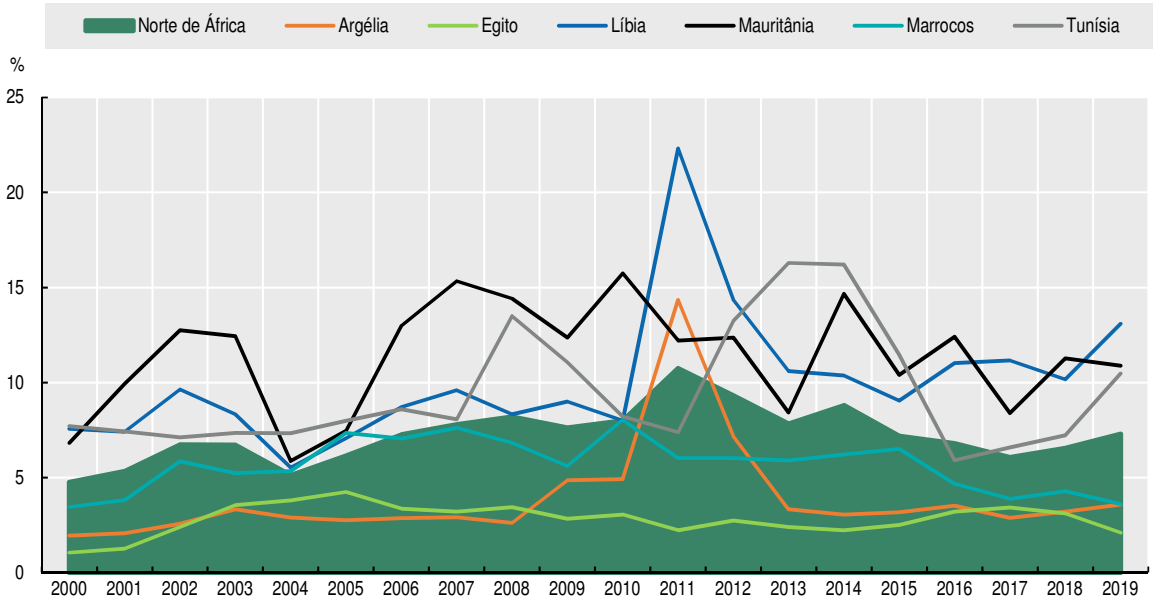
A melhoria da competitividade das empresas que operam nas CV exige uma redução dos custos dos fatores de produção, nomeadamente os custos de transporte, mas também um melhor acesso a uma gama de serviços. É crucial uma liberalização progressiva do comércio de serviços no Norte de África para melhorar a atratividade do IDE e a atualização tecnológica (Karam e Zaki, 2020). É principalmente no segmento da intermediação financeira e dos serviços às empresas que as CVR com base na energia emergem e se desenvolvem (Tsakas e Moukaddem, 2019). O que implica uma presença generalizada de instituições financeiras que oferecem muitos instrumentos, tais como métodos islâmicos de financiamento, microfinanciamento, financiamento participativo ou *Green Funds* (Hausser, Tsakas e Moukaddem, 2019). Por outro lado, as telecomunicações e a tecnologia digital são essenciais para a coordenação e interconexão de cadeias de produção complexas e geograficamente dispersas. O desenvolvimento de plataformas digitais no contexto da automatização de fábricas ou a redefinição de plataformas de *cloud* de energia pode fomentar o surgimento de um ecossistema de fornecedores privados que apoiam o desenvolvimento das CV (CUA/OCDE, 2021).

O reforço dos programas de parcerias bilaterais e multilaterais no Norte de África é suscetível de aumentar a capacidade dos intervenientes nacionais para apoiar o desenvolvimento das CVR. Estes programas assumem frequentemente a forma de empréstimos, injeção de capital próprio, garantias ou apoio técnico. Servindo também para apoiar os esforços das autoridades no apoio ao setor privado, operando em vários setores, incluindo o da energia. A Parceria Energética Tunísia-Alemanha, que foi estabelecida em 2012, e liderada pela Agência Alemã para a Cooperação Internacional (GIZ), é um bom exemplo de colaboração técnica em torno de grupos de trabalho temáticos, nos quais participam representantes governamentais de ambos os países para promover a transição energética.

Por último, os países do Norte de África devem desenvolver e coordenar as políticas públicas a favor das PME, concentrando-se no combate ao setor informal e na melhoria da competitividade. Trata-se de facilitar o acesso ao crédito, reduzindo as exigências de garantias, prestando garantias públicas a certas PME rentáveis e desenvolvendo o microcrédito. A simplificação fiscal também pode ser combinada com a luta contra a corrupção no setor da energia. Por exemplo, o projeto "Reforço da Integridade Empresarial em Marrocos" pode ser replicado noutros países da região. Trata-se de uma parceria entre o governo, o setor privado e a sociedade civil que visa apoiar a luta contra a corrupção e a promoção da integridade empresarial em três setores estratégicos, incluindo o da energia.

Anexo 6.A1. O comércio de bens intermédios para o Norte de África

Figura 6.A1.1. **Comércio intracontinental de bens intermédios em percentagem do comércio total de bens intermédios para o Norte de África, 2000-19**



Fonte: Cálculos dos autores com base em CEPII (2020), BACI (Base de dados de comércio internacional ao nível do produto).
StatLink https://doi.org/10.1787/888934298719

Bibliografia

Agência Ecofin (2021), «*En 2020, les recettes d'exportations de perole et de gaz de l'Algérie ont chuté de 39 %*», Agência Ecofin, Mediamania, Genebra, https://www.agenceecofin.com/trade/0507-89799-en-2020-les-recettes-d-exportations-de-petrole-et-de-gaz-de-l-algerie-ont-chute-de-39.

AIE (2020), *Clean Energy Transitions in North Africa*, Agência Internacional de Energia Paris, Outubro, https://iea.blob.core.windows.net/assets/b9c395df-97f1-4982-8839-79f0fdc8c1c3/Clean_Energy_Transitions_in_North_Africa.pdf.

AIE (2019), *Energy Policies beyond IEA Countries: Morocco*, Agência Internacional de Energia, Paris, https://webstore.iea.org/energy-policies-beyond-iea-countries-morocco-2019.

BAfD (2016), *Le secteur des énergies renouvelables et l'emploi des jeunes en Algérie, Libye, Maroc et Tunisie*, Banco Africano de Desenvolvimento, Abidjan, Costa do Marfim, https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/The_Renewable_Energy_Sector_and_Youth_Employment_in_Algeria__Libya__Morocco_and_Tunisia-1.pdf.

Banco Mundial (2021a), *Indicadores de Desenvolvimento Mundial* (base de dados), Banco Mundial, Washington, DC, https://databank.banquemondiale.org/reports.aspx?source=world-development-indicators (consultado em 1 de junho de 2021).

Banco Mundial (2021b), *Données de la Banque mondiale sur les migrations et les envois de fonds*, Banco Mundial, Washington, DC, http://www.worldbank.org/en/topic/migrationremittancesdiasporaissues/brief/migration-remittances-data (consultado em maio de 2021).

Banco Mundial (2020a), *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2020*, Base de dados CVG, Banco Mundial, Washington, DC, https://www.worldbank.org/en/publication/wdr2020/brief/world-development-report-2020-data.

Banco Mundial (2020b), *World Development Report 2020: Trading for Development in the Age of Global Value Chains*, Grupo Banco Mundial, Washington, DC, https://www.worldbank.org/en/publication/wdr2020.

Blohmke, J. et al. (2013), *The Economic Impacts of Desert Power – Socio-Economic Aspects of an EUMENA Renewable Energy Transition*, Dii GmbH, Munique, junho, https://dii-desertenergy.org/wp-content/uploads/2016/12/2013-07-30_Dii_EIDP_EN_Digital.pdf.

BP (2021), *BP Statistical Review of World Energy*, British Petroleum Company, Londres, https://www.bp.com/content/dam/bp/business-sites/en/global/corporate/pdfs/energy-economics/statistical-review/bp-stats-review-2021-full-report.pdf.

Casella, B. et al. (2019), *UNCTAD-Eora Global Value Chain Database*, https://worldmrio.com/unctadgvc/ (consultado em 1 de junho de 2021).

CEA (2020), *Trade facilitation in North Africa for Enhanced Regional Economic Integration: Challenges, Opportunities and the Way Forward*, Addis-Abeba, Outubro, https://repository.uneca.org/bitstream/handle/10855/43816/b11987042.pdf?sequence=1&isAllowed=y.

CEA (2018), *Potentiel des chaînes de valeur régionales en Afrique du Nord: cartographie sectorielle*, Comissão Económica das Nações Unidas para África, Gabinete para o Norte de África, CEA-AN/PUB/12/01, Addis Abeba, https://archive.uneca.org/sites/default/files/PublicationFiles/2_rapport_cartographie_cvr_fr_final.pdf.

CEA (2016), *Promotion des chaînes de valeur régionales en Afrique du Nord*, Comissão Económica das Nações Unidas para África, Addis Abeba, https://repository.uneca.org/bitstream/handle/10855/23075/b11560903.pdf?sequence=1&isAllowed=y.

CEA (2012), *Le secteur des énergies renouvelables en Afrique du Nord: Situação atual e perspetivas*, Comissão Económica das Nações Unidas para África, Gabinete para o Norte de África, CEA-AN/PUB/12/01, Addis-Abeba, https://hdl.handle.net/10855/22377.

CEPII (2021), *BACI* (base de dados), Centre d'études prospectives et d'informations internationales http://www.cepii.fr/CEPII/en/bdd_modele/presentation.asp?id=37 (consultado em 1 de junho de 2021).

CEPII (2020), *BACI*, (base de dados), Centre d'études prospectives et d'informations internationales (CEPII), Primeiro Ministro/France Stratégie, Paris.

CNUCED (2021), *UNCTADStat*, Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento, Genebra, https://unctadstat.unctad.org/wds/ReportFolders/reportFolders.aspx (consultado em 17 de novembro de 2021).

CNUCED (2020), *World Investment Report 2020: International Production beyond the Pandemic*, Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, Genebra, https://unctad.org/system/files/official-document/wir2020_en.pdf.

CUA/OCDE (2021), *Dynamiques du développement en Afrique 2021: Transformation digitale et qualité de l'emploi*, Comissão da União Africana, Addis-Abeba/Edições OCDE, Paris, https://doi.org/10.1787/cd08eac8-fr.

CUA/OCDE (2019), *Dynamiques du développement en Afrique 2019: Réussir la transformation productive*, Comissão da União Africana, Addis-Abeba/Edições OCDE, Paris, https://doi.org/10.1787/291046f7-fr.

David, A. e M. A. Marouani (2017) «Migration Patterns and Labor Market Outcomes in Tunisia», *Working Paper*, No. 1166, Economic Research Forum, Giza, https://erf.org.eg/app/uploads/2017/12/1166.pdf.

Direção Geral do Tesouro (2021), *Libye : situation économique et financière*, Ministério da Economia, das Finanças e da Recuperação, Paris, https://www.tresor.economie.gouv.fr/PagesInternationales/Pages/3a565bec-efdf-4533-a19f-776f470ff9f7/files/b2df6a0b-22cf-428a-bb12-9abdebf5fcdc.

El Mouden, W. e Y. El Harrak (2020), «*Pétrole et gaz au Maroc: approvisionnement, stockage. Rabbah dévoile les chiffres clés du secteur*», *Le 360*, Casablanca, 2 de junho, https://fr.le360.ma/economie/petrole-et-gaz-au-maroc-approvisionnement-stockage-rabbah-devoile-les-chiffres-cles-du-secteur-216452.

fDi Markets (2021), *fDi Markets* (base de dados), https://www.fdiintelligence.com/fdi-markets (consultado em 1 de junho de 2021).

FMI (2021), *Base de données des Perspectives de l'économie mondiale*, outubro 2021, https://www.imf.org/fr/Publications/WEO/Issues/2021/10/12/world-economic-outlook-october-2021.

FMI (2019), *Base de données des Perspectives de l'économie mondiale*, outubro 2019, https://www.imf.org/fr/Publications/WEO/Issues/2019/10/01/world-economic-outlook-october-2019.

GGGI (2020), «Employment assessment of renewable energy: Power sector pathways compatible with NDCs and national energy plans», Global Green Growth Institute (GGGI), Seul, Coreia, https://gggi.org/site/assets/uploads/2020/06/Employment-Assessment-of-Renewable-Energy_Web_final.pdf.

Growth Lab (2021), *Atlas of Economic Complexity*, Center for International Development, Harvard University, Cambridge, MA, https://atlas.cid.harvard.edu/.

Hafner, M., S. Tagliapietra e L. de Strasser (2018), *Energy in Africa: Challenges and Opportunities*, SpringerBriefs in Energy Book Series, Berlim, https://link.springer.com/book/10.1007/978-3-319-92219-5.

Hausser, T., C. Tsakas e K. Moukaddem (2019), «Developing Social Entrepreneurship and Social Innovation in the Mediterranean and Middle East», *Med Brief*, N.° 23, Forum Euro-Méditerranéen des Instituts de science économique – FEMISE, Marselha, 23 de setembro, https://www.femise.org/wp-content/uploads/2019/09/MEDBRIEF-23-final-1.pdf.

INS (2020), «Commerce extérieur aux prix courants», *Note mensuelle*, Instituto Nacional de Estatística, Tunes, dezembro, http://www.ins.tn/sites/default/files/publication/pdf/Comext-12mois2020.pdf.

INSEE (2021), *Cours des matières premières importées – Pétrole brut «Brent» (Londres) – Prix en euros par baril*, Instituto Nacional de Estatística e de Estudos Económicos, Paris, https://www.insee.fr/fr/statistiques/3532437?sommaire=3530679.

IRENA (2021), *Renewable Power Generation Costs in 2020*, Agência Internacional de Energia Renovável, Abu Dhabi, https://www.irena.org/publications/2021/Jun/Renewable-Power-Costs-in-2020.

IRENA (2020), *Renewable Power Generation Costs in 2019*, Agência Internacional de Energia Renovável, Abu Dhabi, https://www.irena.org/-/media/Files/IRENA/Agency/Publication/2020/Jun/IRENA_Power_Generation_Costs_2019.pdf.

IRENA (2011), *Renewable Energy Jobs: Status, Prospects & Policies*, Agência Internacional de Energia Renovável, Abu Dhabi, https://www.irena.org/-/media/Files/IRENA/Agency/Publication/2012/RenewableEnergyJobs.pdf.

ITF (2019), «Enhancing Connectivity and Freight in Central Asia: Case-Specific Policy Analysis», *International Transport Forum Policy Papers*, N.° 71, Edições OCDE, Paris, https://www.itf-oecd.org/sites/default/files/docs/connectivity-freight-central-asia.pdf.

Karam, F. e C. Zaki (2020) «A new dawn for MENA Firms: Service Trade Liberalization for More Competitive Exports», *Applied Economics*, Taylor & Francis Journals, Abingdon, Vol. 52 (N.° 1), pp. 19-35, janeiro, https://doi.org/10.1080/00036846.2019.1624921.

Moreno-Dodson, B. (2020), *Enhancing Mediterranean Integration*, Centro para a Integração do Mediterrâneo (CMI), Marselha, 30 de dezembro, https://www.cmimarseille.org/knowledge-library/enhancing-mediterranean-integration.

OCDE (2021), *Perspetivas das políticas de investimento no Médio Oriente e no Norte de África*, Edições OCDE, Paris, https://doi.org/10.1787/efcc255a-fr.

OCDE (2017), *Examen multidimensionnel du Maroc: Volume 1. Évaluation initiale*, Les voies de développement, Edições OCDE, Paris, http://dx.doi.org/10.1787/9789264274945-fr.

OCDE-CAD (2021), *International Development Statistics* (base de dados), OECD Development Assistance Committee (DAC), www.oecd.org/dac/stats/idsonline (consultado em 14 de setembro de 2021).

Plaza S. e D. Ratha. (2011), *Diaspora for Development in Africa*, Banco Mundial, Washington, DC, https://www.knomad.org/sites/default/files/2017-09/DfD_FullReport.pdf.

Rieländer, J. e B. Traoré (2015), «Explaining Diversification in Exports Across Higher Manufacturing Content: What is the role of commodities?», *Documento de trabalho do Centro de Desenvolvimento da OCDE*, N.° 327, Edições OCDE, Paris, 1 de setembro, https://doi.org/10.1787/5jrs8sq91p9x-en.

Schwab, K. e T. Malleret (2020), *The Great Reset Initiative*, World Economic Forum, Genebra, https://www.weforum.org/great-reset/.

Tsakas, C. e K. Moukaddem (2019), «Comment l'entrepreneuriat social peut-il contribuer à développer le secteur privé et appuyer la croissance et l'emploi dans les PME?», in *FEMISE Euromed report: Principaux dysfonctionnements et opportunités de l'entrepreneuriat social*, junho, https://www.femise.org/wp-content/uploads/2019/06/Chap-4-FEMISE-2019-s-4.pdf.

UA/BAfD/CEA (2019), *Africa Regional Integration Index*, edição 2019, União Africana, Addis Ababa/Banco Africano de Desenvolvimento, Tunes/Comissão Económica das Nações Unidas para África, Addis-Abeba, https://au.int/sites/default/files/documents/38554-doc-arii-fr-report2019-fin-r14_21may20_french.pdf.

UE (2021), *The EU's 2021-2027 Long-Term Budget and NextGenerationEU*, Direção Geral do Orçamento, Comissão Europeia, Bruxelas, 29 de abril, https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/d3e77637-a963-11eb-9585-01aa75ed71a1/language-en.

Capítulo 7

Integração das cadeias de valor na África Ocidental e a indústria agroalimentar

O presente capítulo salienta a importância estratégica das cadeias de valor agroalimentares na África Ocidental para uma recuperação económica sustentável e para a operacionalização da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA). A primeira secção fornece uma visão geral da integração nas cadeias de valor global (CVG) na região. Demonstra o impacto da COVID-19 numa economia regional pouco integrada nas CVG a montante, mesmo que certos setores se destaquem, tais como as minas e pedreiras e o setor agroalimentar. A segunda secção centra-se na cadeia de valor agroalimentar, tendo em conta as suas vantagens relacionadas com o forte potencial agrícola da região. São também abordadas a sua capacidade de criação de emprego e a sua participação na integração económica regional e mundial, bem como os vários elementos que atrasam o seu desenvolvimento. Por último, a terceira secção propõe políticas públicas para reforçar a integração da região nas cadeias de valor agroalimentares.

EM SÍNTESE

A pandemia de COVID-19 teve consequências no desenvolvimento das cadeias de valor da África Ocidental, que já se confrontam com os problemas estruturais que as economias enfrentam. Os elos de produção são ainda fracos entre os países da sub-região, mas os dos setores agroalimentares não são menos estratégicos para a operacionalização da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA). Com efeito, a região possui recursos naturais e mão de obra abundante que poderia impulsionar o desenvolvimento das cadeias de valor agroalimentares (CVA) e torná-las um verdadeiro vetor de criação de empregos de qualidade. O desenvolvimento das CVA permitiria também criar oportunidades comerciais para responder à necessidade de segurança alimentar e promover a participação dos países da África Ocidental no mercado global.

Contudo, vários obstáculos afetam os diferentes elos da CVA, nomeadamente as ineficiências de produção resultantes das práticas agrícolas utilizadas e dos impactos ambientais, o baixo nível de transformação ao nível regional e a existência de barreiras não pautais e taxas não oficiais. A esta lista acresce o défice de infraestruturas, que dificulta a captação de novas oportunidades.

Duas áreas de intervenção são prioritárias: i) a promoção das CVA inclusivas e sustentáveis, que criem empregos de qualidade; ii) o reforço da cooperação regional e continental para melhorar a competitividade do setor e tirar pleno partido da ZCLCA.

África Ocidental

A África Ocidental e as cadeias de valor globais



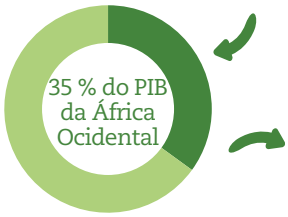
8 países em **15** na região devem conseguir recuperar o nível do PIB *per capita* de antes da crise da COVID-19 em 2021

A participação da África Ocidental nas CVG continua concentrada em produtos de reduzido valor acrescentado

Minerais | **Pérolas e pedras preciosas** | **Alimentos e bebidas** | **Produtos vegetais**

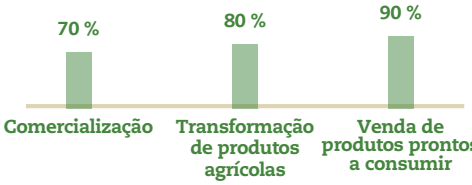
Potencial das cadeias de valor agroalimentares

A economia alimentar representa 260 mil milhões USD



e é responsável por 66 % dos empregos na região

Taxa de emprego das mulheres na indústria agroalimentar:



Restrições ao desenvolvimento das cadeias de valor agroalimentares

Produtividade

Apenas **10 %** das terras irrigáveis foram efetivamente irrigadas em 2017

Transformação

A redução do contributo da indústria transformadora para o PIB limita o potencial da transformação de produtos alimentares



Comercialização



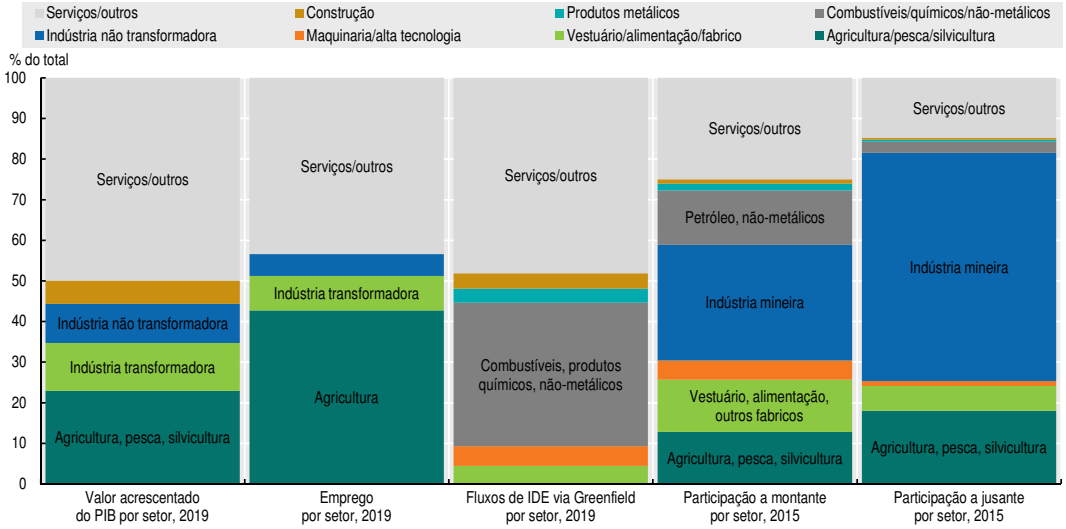
Os entraves não pautais aumentam o preço final dos produtos alimentares em **15** a **30 %**

Próximas etapas

- **Facilitar o acesso das mulheres à propriedade,** aos financiamentos e à formação técnica
- **Desenvolver uma agricultura resistente às alterações climáticas** e a adoção de ferramentas digitais
- **Melhorar a cooperação regional** para apoiar o setor agroalimentar

Perfil regional da África Ocidental

Figura 7.1. **Perfis económicos e comerciais da África Ocidental, expressos em % do total**

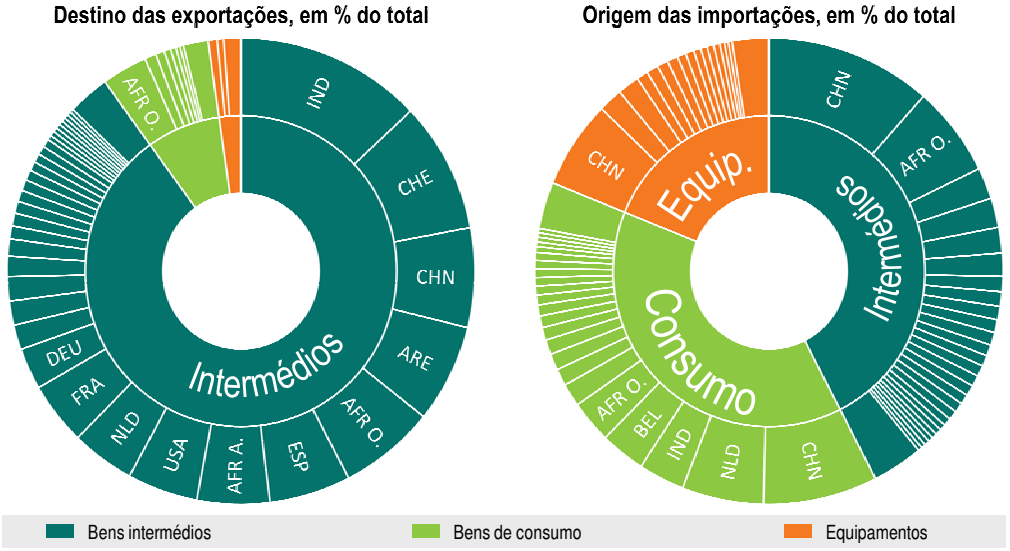


Notas: PIB: produto interno bruto; IDE: investimento direto estrangeiro. As diferentes fontes de dados não utilizam as mesmas definições para os setores económicos, produtos de base ou atividades. Os códigos de cores permitem, no entanto, materializar as áreas de convergência entre as bases de dados.

Fonte: Cálculos dos autores com base em Banco Mundial (2020a), *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2020*, Base de dados CVG, www.worldbank.org/en/publication/wdr2020/brief/world-development-report-2020-data; fDi Markets (2021), *fDi Markets* (base de dados), www.fdiintelligence.com/fdi-markets; e Banco Mundial (2021), *World Development Indicators* (base de dados), https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators.

StatLink https://doi.org/10.1787/888934298738

Figura 7.2. **Principais parceiros comerciais da África Ocidental, por comércio de bens intermédios, de bens de consumo e de equipamentos**



Notas: Os países parceiros são identificados pelos respetivos códigos ISO de três letras. Os países africanos estão agrupados de acordo com as cinco sub-regiões definidas pela União Africana: AFR C. = África Central; AFR E. = África Oriental; AFR N. = Norte de África; AFR A. = África Austral; AFR O. = África Ocidental. Não é tido em consideração o comércio no seio da União Aduaneira da África Austral (SACU).

Fonte: Cálculos dos autores com base no CEPII (2021), *BACI* (base de dados), www.cepii.fr/cepii/en/bdd_modele/presentation.asp?id=37.

StatLink https://doi.org/10.1787/888934298757

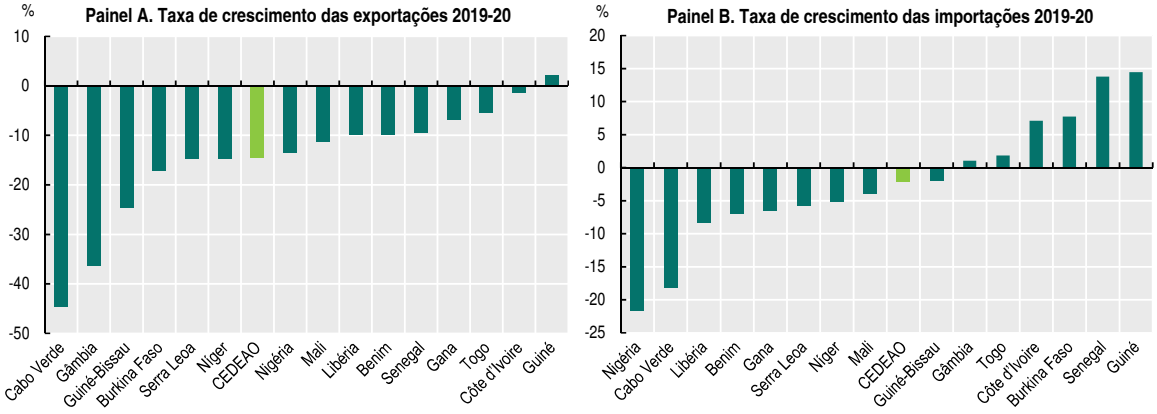
A África Ocidental enfrenta problemas estruturais, agravados pela pandemia de COVID-19

A pandemia de COVID-19 teve um forte impacto nas economias dos países da África Ocidental a vários níveis

Em 2020, os 15 países da zona viram o seu crescimento económico afetado, embora de formas diferentes. Os mais expostos aos choques externos foram duramente atingidos. Cabo Verde, Guiné-Bissau, Serra Leoa e Nigéria viram o seu PIB real diminuir na ordem dos -14 % em Cabo Verde aos -1.8 % na Nigéria (FMI, 2021). Por outro lado, verificou-se um abrandamento do crescimento, de 6.2 % para 2.3 % na Côte d'Ivoire entre 2019 e 2020, e uma redução de 5.6 pontos percentuais no Gana. Na origem destas quedas estão as diversas medidas de restrição impostas, tanto locais como internacionais, que perturbaram as cadeias de abastecimento e afetaram os preços dos principais produtos comerciais.

Os fluxos de bens e serviços sofreram uma contração significativa na maioria dos países. Com efeito, as exportações diminuíram em média 15 % entre 2019 e 2020 na Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). No que diz respeito às importações, observa-se também uma contração na maioria dos países, que varia entre -25 % na Nigéria e -2 % na Guiné-Bissau (Figura 7.3). No entanto, seis países registaram um crescimento nas suas importações de bens e serviços, elevando, assim, a taxa média de variação na CEDEAO para -2 % (FMI, 2021).

Figura 7.3. **País em destaque: evolução dos fluxos de bens e serviços no período 2019-20**



Fonte: Cálculo dos autores com base em dados do (FMI, 2021), *World Economic Outlook* (base de dados), www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2021/April.

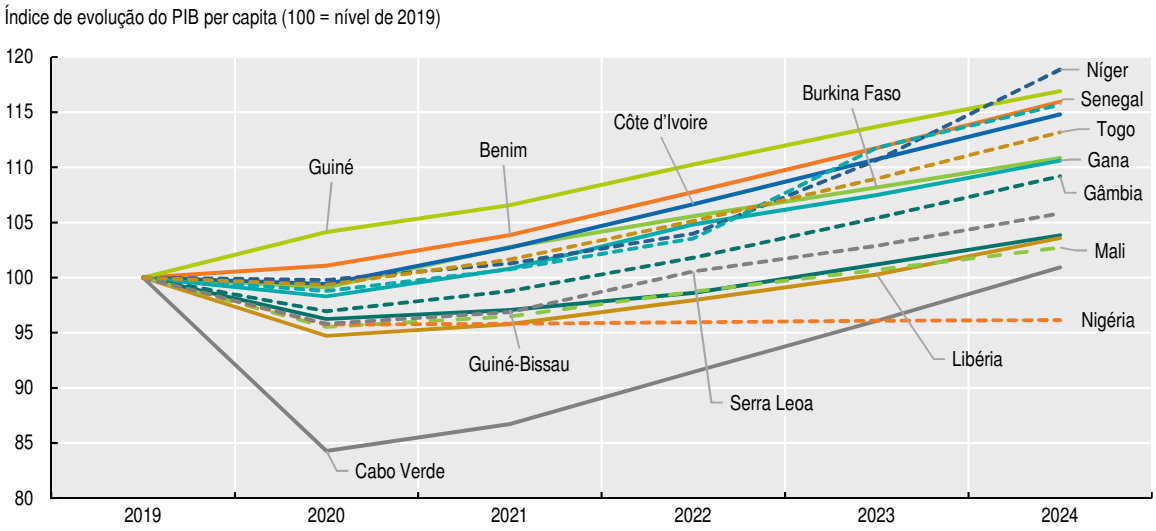
StatLink https://doi.org/10.1787/888934298776

Os fluxos financeiros para a sub-região também foram afetados pela gravidade da crise. As remessas de fundos da diáspora para os países da CEDEAO diminuíram ao longo de 2019-20 em cerca de 20 % (Banco Mundial, 2021). As remessas para a Nigéria, que em 2019 representavam por si só 69 % dos fluxos de entrada na África Ocidental, diminuíram 28 % em 2020. O Gana, o segundo maior destinatário de remessas de fundos da diáspora na sub-região, com 11 % do total em 2019, registou uma diminuição de 12 %. Do mesmo modo, foi observada uma diminuição de 18 % do IDE no período em causa (CNUCED, 2021).

Garantir uma recuperação económica pós-COVID sustentável requer a manutenção de algum apoio aos setores de produção. Em termos globais, o crescimento recuperou bem em todos os países, mas existe ainda muito a fazer, especialmente quando se considera a criação de riqueza per capita. Ao ritmo atual de recuperação, um primeiro grupo de oito países deverá ser capaz de regressar ao nível de PIB per capita que detinha antes da crise

da COVID-19 (Figura 7.4). Em contrapartida, os outros sete têm poucas probabilidades de voltar aos seus níveis de PIB per capita de 2019 até finais de 2024 ou mesmo 2025. A margem de manobra orçamental continua contudo a ser limitada. As várias medidas governamentais de apoio urgente às famílias e empresas adotadas em 2020 já estão a colocar as finanças públicas sob pressão em muitos países. Entre 2019 e 2020, a Côte d'Ivoire viu o seu rácio de dívida em relação ao PIB aumentar de 41.2 % para 45.7 %, o Gana assistiu a um aumento de 64 % para 78 % e a Nigéria de 29.2 % para 35 % (FMI, 2021).

Figura 7.4. **Projeção dos níveis de PIB per capita nos 15 países da África Ocidental, 2019-24 (base 100 = ano 2019)**

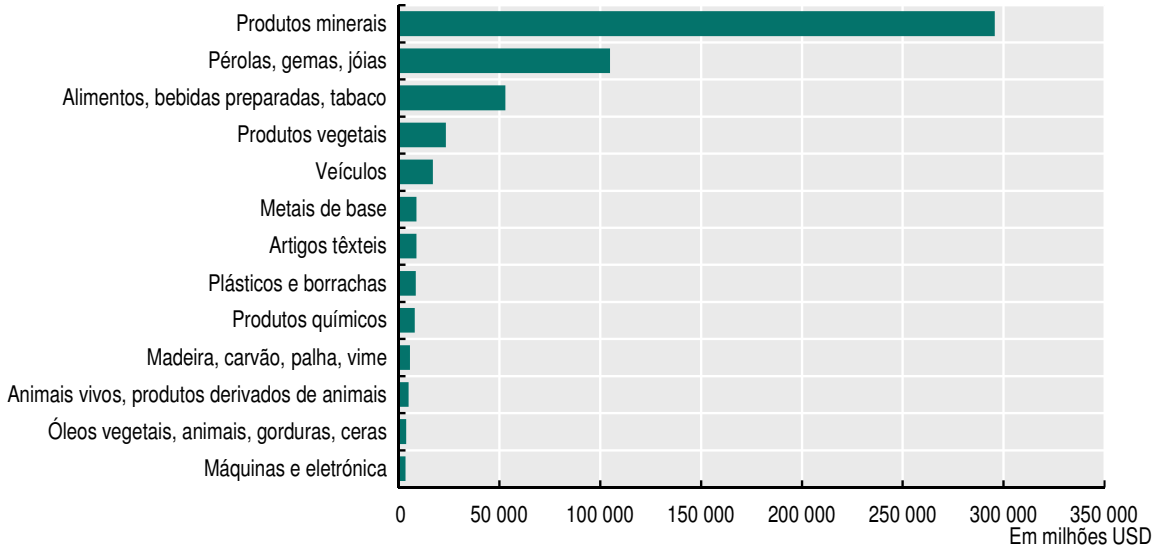


Fonte: Cálculo dos autores com base em dados do (FMI, 2021), *World Economic Outlook* (base de dados), www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2021/October.

StatLink https://doi.org/10.1787/888934298795

O reduzido peso da indústria transformadora continua a ser uma grande preocupação ao nível sub-regional. Com efeito, a produção e as exportações na África Ocidental incidem sobretudo sobre produtos agrícolas e mineiros não transformados, cujos preços dependem das cotações nos mercados mundiais. A título de exemplo, o peso do setor transformador no PIB da sub-região é muito baixo e tem vindo a diminuir desde há vários anos. Entre 2000 e 2019, verificou-se uma diminuição de 16 % para 12 % (Banco Mundial, 2021). Do mesmo modo, os principais bens exportados para a África Ocidental são na sua maioria produtos primários – minérios e alimentos (Figura 7.5).

Figura 7.5. **Exportações acumuladas por categoria de produto, África Ocidental, 2015-19 (em milhões de USD)**



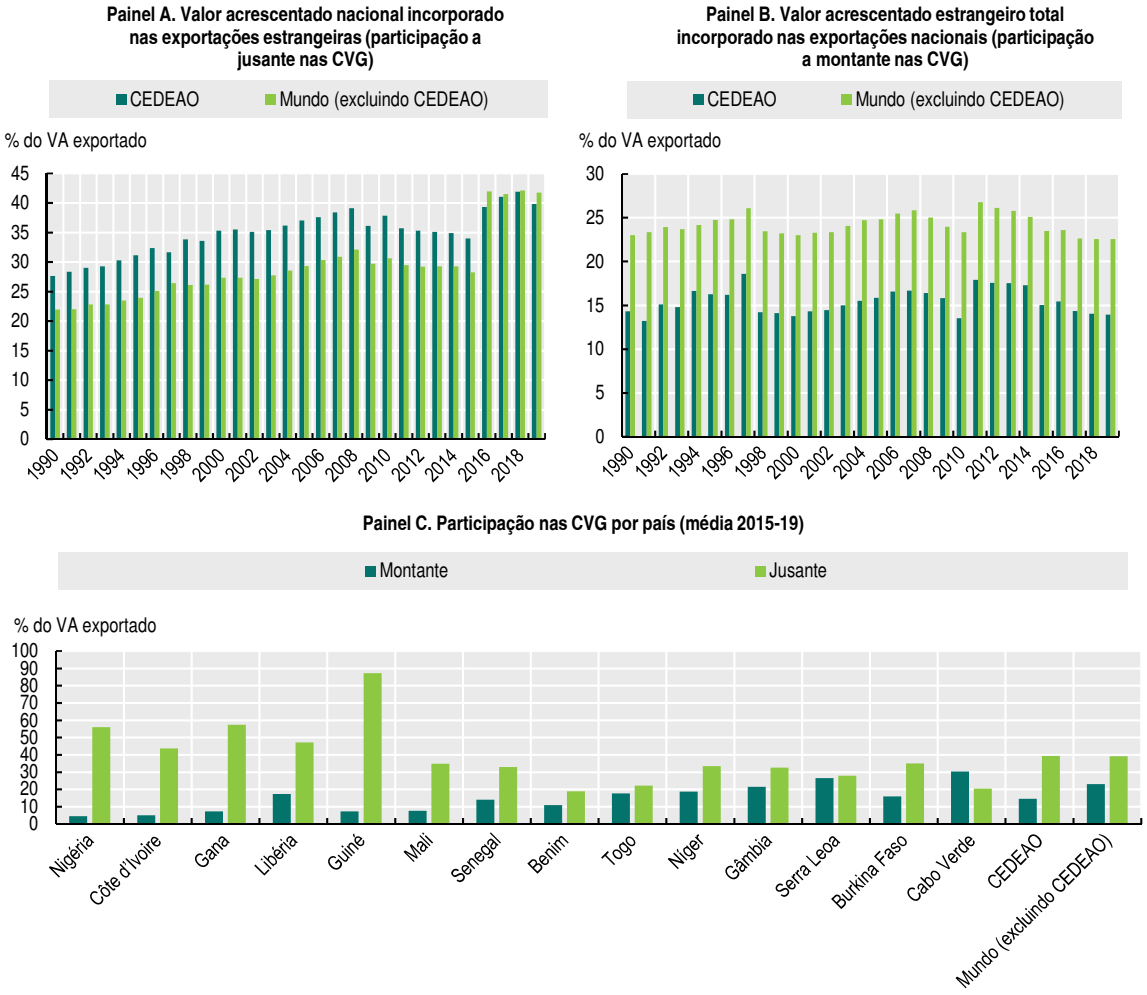
Fonte: Cálculos dos autores de acordo com a base de análise do comércio internacional (Baci) do Centro de Estudos Prospetivos e de Informação Internacional (CEPII, 2021), http://www.cepii.fr/cepii/en/bdd_modele/download.asp?id=37.
StatLink *https://doi.org/10.1787/888934298814*

O nível de participação dos países da CEDEAO nas cadeias de valor globais e regionais permanece baixo

A maioria dos produtos exportados permanece na fase inicial de transformação e contém pouco valor acrescentado estrangeiro. O Painel A da Figura 7.6 ilustra a baixa participação a montante dos países da CEDEAO nas CVG em comparação com a média mundial durante o período 1990-2019. Por outras palavras, os *inputs* provenientes de países estrangeiros têm um peso limitado nas exportações dos países da sub-região. A participação a jusante, por outro lado, parece ser bastante forte, apesar de envolver muito menos benefícios do que uma forte participação a montante. Com efeito, a maioria dos bens exportados é utilizada como bens intermédios pelos países importadores. Entre 2015 e 2019, a participação a jusante anual dos países da CEDEAO nas CVG representou, em média, 39.2 % do valor acrescentado exportado, enquanto a sua participação a montante anual nas CVG correspondeu a 14.5 % do valor acrescentado exportado (Figura 7.6).

Isto significa que os países da CEDEAO estão claramente localizados mais a jusante no processo de produção do que o resto do mundo. Como tal, os dividendos ligados ao comércio internacional são menores para estes últimos, uma vez que não tiram tanto proveito dos benefícios de uma forte participação a montante, nomeadamente a melhoria da qualidade e a redução do preço dos bens finais produzidos através da utilização de insumos importados de melhor qualidade e menor custo (Fally e Hillberry, 2018).

Figura 7.6. Visão geral da integração da África Ocidental nas cadeias de valor globais (CVG), 1990-2019



Nota: As participaçoes em CVG a montante e a jusante sao expressas como uma percentagem do valor acrescentado exportado ("VA exportado"). Nesta figura, a participação nas CVG e o valor acrescentado exportado para cada ano são calculados com base numa matriz por país do valor acrescentado por cada país no valor acrescentado exportado dos outros países. A participação a montante nas CVG para um determinado país refere-se ao valor acrescentado estrangeiro total incorporado nas exportações nacionais. A participação a jusante nas CVG refere-se ao ao valor acrescentado total das exportações nacionais incorporadas nas exportações estrangeiras. Para um determinado país e ano, o valor acrescentado exportado refere-se ao valor acrescentado total de origem estrangeira e nacional que é incorporado nas exportações do país.

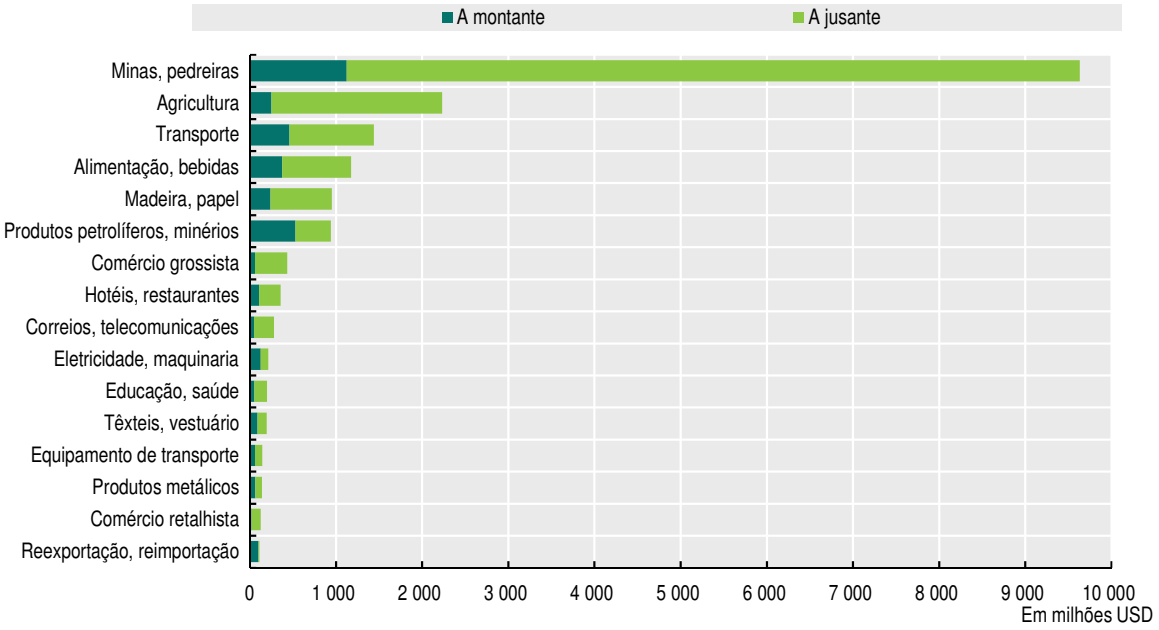
Fonte: Cálculos dos autores com base em Casella et al. (2019), *UNCTAD Eora Global Value Chain Database* (base de dados), https://worldmrio.com/unctadgvc/.

StatLink https://doi.org/10.1787/888934298833

Alguns setores-chave são os principais contribuintes da participação dos países da CEDEAO nas CVG. É o caso, nomeadamente, das minas e pedreiras, que geram a maior parte dos fluxos de participação a montante e a jusante (Figura 7.7). Os setores agrícola e alimentar assumem igualmente uma posição de destaque. Isto reflete-se também no peso dos alimentos e bebidas nas exportações da região, representando em média 10 % dos fluxos totais durante o período 2015-19, de acordo com os dados do CEPII, em comparação com os 5 % de todo o continente africano, os 7 % da América Latina e Caraíbas e os 2 % dos países asiáticos de baixos rendimentos. Ao mesmo tempo, 6 % das importações dizem respeito a alimentos e bebidas na África Ocidental, em comparação com os 5 % de todo o continente africano e os 3 % dos países latino-americanos e asiáticos de baixos rendimentos.

Do mesmo modo, os novos projetos de investimento ("greenfield") provenientes de outros países africanos são relativamente mais elevados em alguns setores. Entre 2016 e 2021, os setores das infraestruturas de comunicações, produtos químicos, materiais de construção e serviços financeiros atraíram proporcionalmente mais investimento (efetivo e previsto) proveniente do resto de África do que os restantes setores (Figura 7.8). Daí a sua importância na criação de laços económicos entre os países africanos e na promoção da integração económica. Contudo, estes últimos possuem uma participação a montante e a jusante muito diminuta nas CVG dos países da sub-região (Figura 7.7).

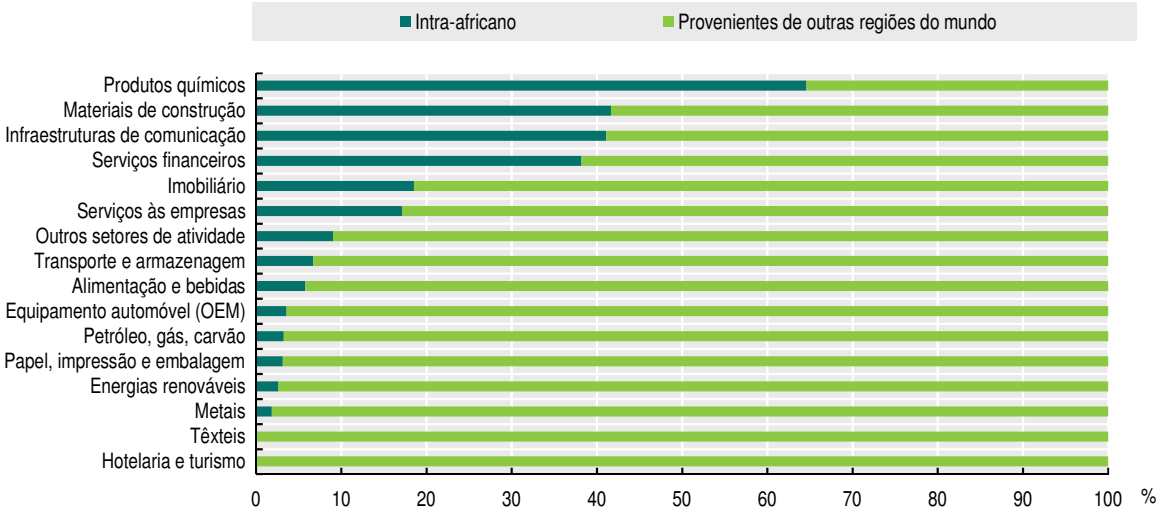
Figura 7.7. **Valor total da participação a montante e a jusante nas CVG por setor na África Ocidental, em milhões de USD, 2015**



Fonte: Cálculo dos autores com base no módulo ICIO de Belotti, Borin e Mancini (2020), https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/33361.

StatLink https://doi.org/10.1787/888934298852

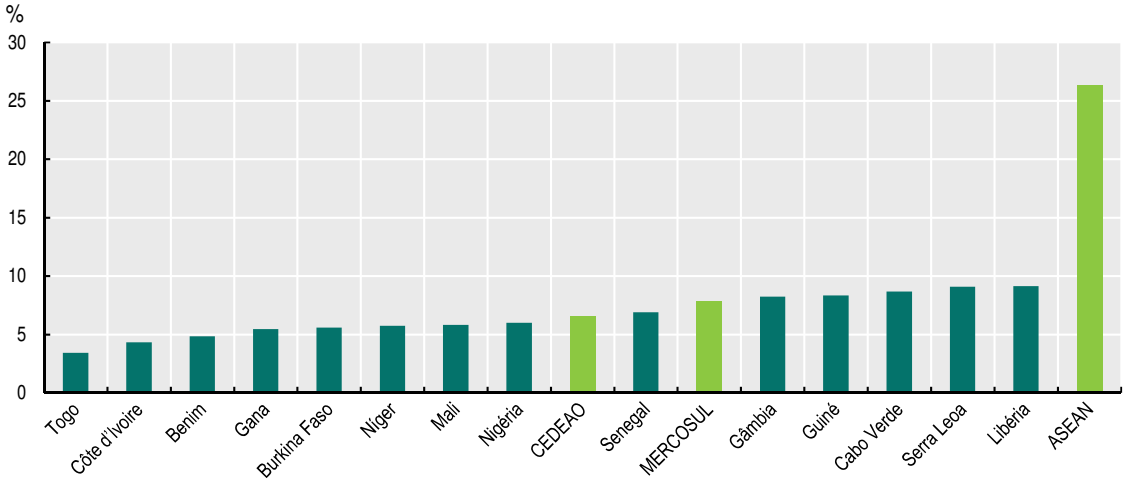
Figura 7.8. **Novos projetos de investimento por setor de atividade na África Ocidental: parte intra-africana no cumulativo 2016-20, em %**



Fonte: Cálculo dos autores de acordo com a base de dados da fDi Markets (2021), *Financial Times*, https://www.fdimarkets.com/.
StatLink https://doi.org/10.1787/888934298871

A participação dos países da África Ocidental nas CVR é bastante limitada. Com efeito, é extremamente reduzida a quantidade de insumos utilizada nos processos de produção que é proveniente de outros países da região. Em média, 6.5 % do valor acrescentado exportado pelos países membros da CEDEAO para os seus parceiros sub-regionais foi reexportado para países terceiros (fora da sub-região) em 2015 (Figura 7.9). A título de exemplo, este número ascendeu a 26 % nos países membros da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). Tal sugere também que o nível de integração económica regional permanece muito abaixo do seu potencial.

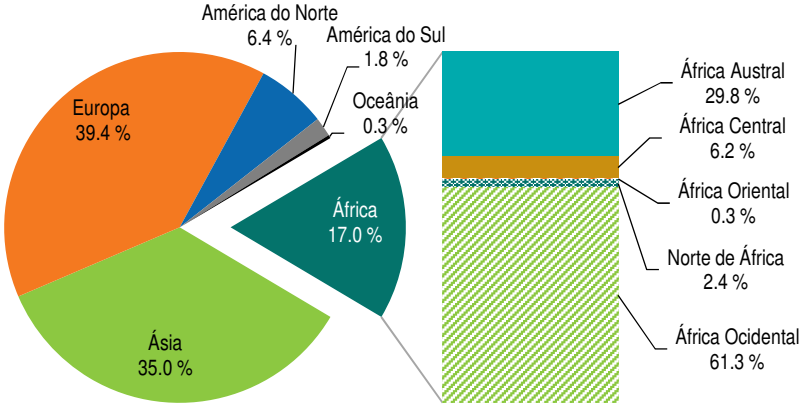
Figura 7.9. **Proporção das exportações intrarregionais reexportadas para países terceiros, 2015**



Fonte: Cálculo dos autores com base no módulo ICIO de Belotti, Borin e Mancini (2020), https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/33361.
StatLink https://doi.org/10.1787/888934298890

Em 2019, apenas 17 % das exportações dos países da CEDEAO foram para países africanos, em comparação com 39 % para a Europa e 35 % para a Ásia (Figura 7.10). No entanto, 61 % das exportações para África provenientes dos países da CEDEAO foram destinadas a países da sub-região. Os elos de produção entre os países da África Ocidental são, portanto, mais fortes do que com o resto do continente.

Figura 7.10. **Destino das exportações dos países da África Ocidental, 2019**



Fonte: Cálculo dos autores de acordo com a base de dados BACI do Centro de Estudos Prospetivos e de Informação Internacional (CEPII, 2021), http://www.cepii.fr/cepii/en/bdd_modele/download.asp?id=37.
StatLink *https://doi.org/10.1787/888934298909*

A recuperação económica sustentável pós-COVID na África Ocidental requer uma resposta eficaz ao problema da segurança alimentar

As cadeias de abastecimento revelam-se particularmente frágeis. As restrições adotadas ao nível regional e internacional (tais como o encerramento das fronteiras terrestres e as restrições à circulação de pessoas) perturbaram seriamente o abastecimento alimentar na África Ocidental. A mobilidade do gado transumante foi severamente afetada no Benim e em algumas áreas do Níger. Os preços dos alimentos básicos aumentaram em comparação com a média dos últimos cinco anos (CILSS, 2020), ao passo que os rendimentos dos vendedores ambulantes e dos proprietários de restaurantes diminuíram. Cerca de 44 % dos agregados familiares inquiridos que operam no setor informal associam a crise a uma queda acentuada dos seus rendimentos (Koffi et al., 2020). Durante uma videoconferência realizada a 30 de março de 2020, os ministros com a pasta da agricultura e da alimentação revelaram imediatamente uma preocupação extrema com as consequências de uma possível interrupção prolongada das cadeias de abastecimento regionais. Consequentemente, várias medidas restritivas foram atenuadas ou suprimidas a partir de maio de 2020.

Muitas medidas governamentais têm sido implementadas para assegurar a sobrevivência do setor agroalimentar, nomeadamente no Burkina Faso, na Côte d'Ivoire e no Gana. No Burkina Faso, 30 mil milhões de francos CFA (XOF) foram reservados para a aquisição de insumos agrícolas e rações para gado. Na Côte d'Ivoire, foi lançado um apoio financeiro na ordem dos 250 mil milhões de XOF destinado aos produtores dos principais produtos de exportação (cacau e castanha de caju, entre outros), mas também para apoiar a produção alimentar (Governo da Côte d'Ivoire, 2020). No Gana, o número de beneficiários de fertilizantes e sementes aumentou de 1.2 para 1.5 milhões de pessoas (MoFEP, 2020). A acrescer, foi lançado um apoio às empresas do setor informal em vários países da região: 5 mil milhões de XOF para as vendedoras de frutas e legumes, bem como

100 mil milhões de XOF para apoiar todos os atores do setor informal no Burkina Faso (Governo do Burkina Faso, 2020).

Foi também prestado apoio financeiro direto e foram distribuídos alimentos às populações mais vulneráveis. Por exemplo, a Côte d'Ivoire reservou 170 mil milhões de XOF para apoiar as famílias mais desfavorecidas (Governo da Côte d'Ivoire, 2020), e o Senegal 69 mil milhões de XOF (OCDE/WASC, 2020b). Em abril de 2020, o Governo do Togo lançou a iniciativa "Novissi" para apoiar mensalmente os mais necessitados ao longo de todo o estado de emergência. Três semanas após o seu lançamento, o programa registava 1.3 milhões de pessoas inscritas e 500 000 beneficiários já tinham recebido o seu primeiro apoio financeiro, entre 10 500 XOF e 12 500 XOF (cerca de 20 USD), através das suas carteiras eletrónicas pessoais para satisfazer necessidades básicas (alimentação, água, eletricidade, comunicações). Num editorial publicado em maio de 2020, dois economistas vencedores do Prémio Nobel, Esther Duflo e Abhijit Banerjee, elogiaram este exemplo (Duflo e Banerjee, 2020).

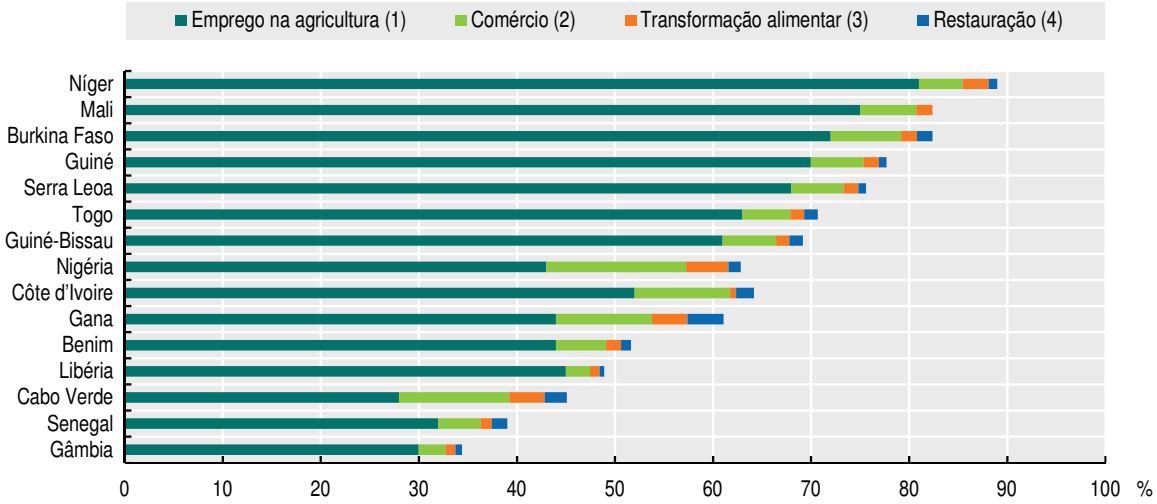
Apesar destes esforços significativos, os problemas de segurança alimentar persistem na região. As projeções pré-COVID previam que 11.4 milhões de pessoas estariam em grave situação de insegurança alimentar entre março e maio de 2020, um número passível de ascender até 17 milhões entre junho e agosto, época entre duas colheitas e em que as reservas alimentares estão no seu nível mais baixo (OCDE/CSAO, 2020a). A pandemia de COVID-19 agravou a situação. Em 2020, a produção alimentar aumentou 5.1 % em comparação com 2019 e 14.8 % em comparação com a produção média dos últimos cinco anos na União Económica e Monetária da África Ocidental – UEMOA (BCEAO, 2021). Mas a África Ocidental foi a região do mundo que registou o maior aumento da subnutrição, passando de uma prevalência de 12.9 % para 18.7 % entre 2019 e 2020, ou seja, 75.2 milhões de pessoas em 2020, face aos 50.6 milhões registados em 2019 (FAO et al., 2021).

O forte potencial agrícola da África Ocidental pode contribuir para promover uma recuperação económica sustentável e inclusiva

As dinâmicas demográficas e urbanas continuam favoráveis ao desenvolvimento das cadeias de valor agroalimentares regionais

A economia agroalimentar continua a ser um vetor essencial para a criação de emprego. O setor agrícola é o principal fornecedor de emprego na região: mais de 50 % da população vive em zonas rurais e 65 % da população ativa trabalha no setor agrícola. As mulheres ocupam 80 % dos empregos na transformação de produtos agrícolas, 70 % na comercialização e quase 90 % no comércio ambulante de produtos prontos para consumo (Allen, Heinrigs e Heo, 2018; OCDE/CSAO, 2019). A totalidade dos segmentos da economia alimentar na África Ocidental emprega 82 milhões de pessoas, representando 66 % do emprego total na região (Allen, Heinrigs e Heo, 2018; OCDE/CSAO, 2021).

Figura 7.11. **Contributo para o emprego total na economia alimentar da África Ocidental, 2018**



Nota: (2+3+4) = Emprego não-agrícola; (1+2+3+4) = Emprego na economia alimentar.

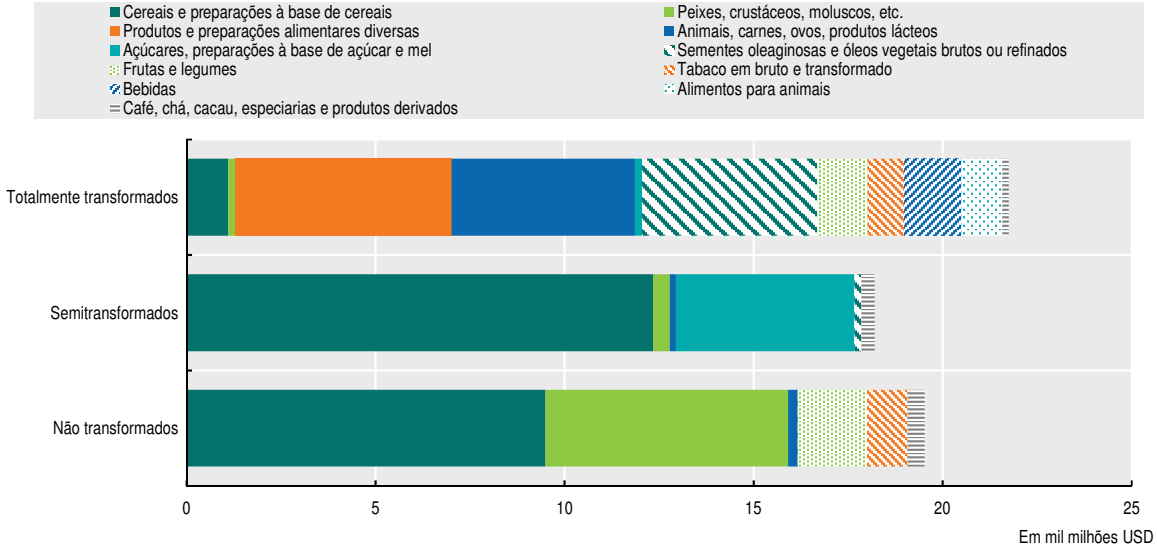
Fonte: Ilustração dos autores, com base em dados organizados por Allen, Heinrigs e Heo (2018), https://doi.org/10.1787/56d463a9-fr.

StatLink *https://doi.org/10.1787/888934298928*

A dinâmica da procura regional oferece oportunidades de negócio aos agricultores e empresas e indústrias agroalimentares. Em 2018, o valor da produção agrícola regional correspondia a 84 mil milhões de USD (FAOSTAT, 2020), com maiores oportunidades a jusante. O contributo total da economia alimentar, desde a produção agrícola aos serviços de restauração, comercialização e transformação, ascende a 260 mil milhões de USD na África Ocidental, ou seja, 35 % do PIB (Allen, Heinrigs e Heo, 2018). Em média, os agregados familiares da África Ocidental gastam 50 % do seu rendimento com alimentação. Na Nigéria, por exemplo, estima-se que a criação de frangos para alimentação tenha crescido 20 % por ano durante o período 2010-2020 (Adeyeye, 2017). Várias empresas locais estão a satisfazer a crescente procura nas cidades do sudoeste, recorrendo a redes de produtores de milho no centro e norte do país para a alimentação das aves (Ghins e Zougbédé, 2019).

Esta procura alimentar continua mais orientada para os produtos transformados. O crescimento demográfico e a rápida urbanização estão a impulsionar a procura. A população total, estimada em 400 milhões de pessoas em 2020, deverá atingir os 540 milhões em 2030 (OCDE/CSAO, 2020a). A transição urbana está a mudar os hábitos alimentares, particularmente com a emergência de uma extensa classe média africana, que engloba os rendimentos compreendidos entre 2 e 20 USD por dia e por pessoa em paridade de poder de compra (PPC). As cidades concentram mais de 67 % da procura alimentar e a urbanização está a alterar os padrões de consumo. Num contexto em que a alimentação representa 55 % do seu rendimento, os agregados familiares preferem produtos transformados (sumos de fruta, massas, conservas), os quais oferecem mais facilidades de logística e de preparação (Allen e Heinrigs, 2016). A transformação local ainda não é suficiente para satisfazer a procura. Pelo que, entre 2016 e 2020, os países da CEDEAO importaram quase 60 mil milhões de USD de produtos alimentares, dos quais dois terços (67.2 %) semitransformados ou transformados (Figura 7.12).

Figura 7.12. **Repartição dos produtos alimentares importados pelos países da CEDEAO por nível de transformação, total acumulado no período de 2016-20, em mil milhões de USD**



Fonte: Cálculos dos autores com base na modelização de Rieländer e Traoré (2015) e nos dados atualizados de COMTRADE, 2021 (consultados em https://wits.worldbank.org/ em outubro de 2021).

StatLink https://doi.org/10.1787/888934298947

Em termos de volumes de produção, a região detém uma posição dominante à escala global em vários produtos agrícolas e alimentares (Tabela 7.1). Entre cinco e nove países da África Ocidental figuram regularmente entre os 20 maiores produtores mundiais de uma dezena de produtos agrícolas (CUA/OCDE, 2019). Em 2018, só esta região contribuiu com mais de 33.9 % para a produção agrícola alimentar africana, no valor de 81.4 mil milhões de USD (FAOSTAT, 2020).

Em termos de exportação, os produtos agroalimentares são os mais representados nos cabazes dos 20 principais produtos.[1] Dos 20 principais produtos exportados entre 2016 e 2019, 15 são produtos agroalimentares e representam 33 % do valor deste cabaz (Tabela 7.2). O setor agroalimentar oferece assim à região uma boa perspetiva de especialização. Os atores locais dispõem de uma boa base para a transformação de vários produtos, tais como o óleo vegetal e os derivados da mandioca (Caixa 7.1), a cana-de-açúcar e os frutos tropicais. A Côte d'Ivoire e o Gana estão cada vez mais envolvidos na transformação local do cacau. Na Nigéria, a transformação industrial do trigo e do leite em pó está a desenvolver-se a partir de insumos importados (Hollinger e Staatz, 2015).

Tabela 7.1. **Exemplos de produtos agrícolas com potencial elevado na África Ocidental**

Produtos agrícolas	Produção total, 2019 (em milhares de toneladas)	Percentagem da África Ocidental no volumes da produção mundial, 2019 (em %)	Percentagem da África Ocidental no volume da produção africana, 2019 (em %)
Fónio	700.5	100	100
Castanha de karité	759.8	100	100
Inhame	69 892.2	94	96.5
Cacau em grão	3 395.8	60.7	90.5
Gengibre	715.6	17.5	88.2
Frutos, citrinos, nda	4 558.5	31.4	85.9
Quiabo	2 775.6	27.9	84.4
Noz-de-cola	255.9	83.5	83.5
Óleo, noz de palma	17 168.9	4.2	78.5
Milho fresco	1 300.9	15.7	73.8
Castanha de caju com casca	1 696.4	42.8	72.7
Painço	9 552.4	33.7	69.7
Pedúnculo de cajueiro	167.6	12.7	68.3
Papaia	951	6.9	64.2
Cebola e chalota fresca	797.3	17.7	63.3
Taro (colocase)	4 619.5	43.8	60.6
Amendoim com casca	9 350.7	19.2	56.2
Mandioca	100 877.6	33.2	52.5
Ananás	2 962.3	10.5	51.3
Sorgo	13 344.7	23.1	46.6
Pimento doce e picante	452.3	10.6	43.2
Plátanos e outros	10 530.4	25.3	39.4

Fonte: Cálculo dos autores com base na base de dados FAOSTAT, http://www.fao.org/faostat/fr/.

Tabela 7.2. **Posição dos produtos agroalimentares entre os 20 principais produtos de exportação por país na África Ocidental (2016-19)**

	Número de produtos agroalimentares entre os 20 produtos mais exportados (2016-19)	Percentagem de produtos agroalimentares no valor total do cabaz dos 20 principais produtos, 2019	Respetivo número de produtos agroalimentares exportados com VCR superior a 10
Benim	11	17.5	3
Burkina Faso	11	5.5	5
Cabo Verde	9	85.1	2
Côte d'Ivoire	14	57.7	8
Gâmbia	4	91.7	10
Gana	15	17.4	4
Guiné	9	2.2	2
Guiné-Bissau	5	95.4	1
Libéria	11	1.4	3
Mali	7	2.8	2
Níger	6	37.7	1
Nigéria	13	2.4	11
Senegal	15	29.2	2
Serra Leoa	10	10.3	8
Togo	15	11.8	6
África Ocidental	15	5.7	-

Nota: O cabaz de bens é composto por todos os bens de exportação que tenham demonstrado uma vantagem comparativa revelada (VCR) de acordo com a abordagem de Balassa (1965) durante pelo menos quatro anos consecutivos (2016-19). São identificados dois cabazes: o primeiro corresponde ao cabaz das 20 maiores exportações, que inclui todos os produtos de exportação. O segundo cabaz inclui apenas os produtos agroalimentares.
Fonte: Cálculo dos autores de acordo com a base de dados BACI do Centro de Estudos Prospetivos e de Informação Internacional (CEPII, 2021), http://www.cepii.fr/cepii/en/bdd_modele/download.asp?id=37.

Caixa 7.1. **A mandioca, uma cadeia de valor com grande potencial**

A mandioca é uma das mais importantes culturas de raízes tropicais da África Ocidental, com uma produção de mais de 100 milhões de toneladas por ano, representando 52.5 % e 33.2 % da produção africana e mundial, respetivamente. Os derivados alimentares são diversos (folhas, sêmola, *gari*, farinha, pasta, etc.). A mandioca é uma cultura rentável, resistente às alterações climáticas e requer pouca manutenção. No entanto, o seu cultivo continua a ser de dimensão familiar, realizado por grupos de pequenos produtores, e cobre pequenas áreas de até 2 hectares nos campos coletivos. As mulheres são as que mais participam na cadeia de valor, representando 80 % da mão de obra na produção, 100 % na transformação e 90 % na comercialização. A Nigéria produz 57 milhões de toneladas de raízes tuberosas de mandioca por ano, o que a torna o maior produtor mundial (FAOSTAT, 2020).

A transformação ainda é feita de forma artesanal em pequenas unidades industriais, enquanto a venda é feita através de circuitos informais (proprietários de restaurantes, operadores privados que exportam para toda a África e Europa). Os produtos derivados, tais como o *gari* da Nigéria e o *attiéké* (sêmola de mandioca) produzido na Côte d'Ivoire são exportados para outros países, nomeadamente para a Guiné, onde existe um supermercado chamado "la Maison de l'Attiéké". Novas iniciativas têm vindo a surgir, nomeadamente na Nigéria, onde uma tecnologia inovadora transforma cascas frescas em polpa para alimentação animal, bem como em biogás, utilizado como fonte de energia alternativa, o que permite reduzir as emissões de combustíveis fósseis.

Fonte: Compilação dos autores.

Contudo, vários constrangimentos afetam os três elos e abrandam o desenvolvimento das cadeias de valor agroalimentar

Os três principais elos da cadeia de valor agrícola – a saber: a produção agrícola, a transformação dos produtos e as atividades de comercialização – continuam sujeitos a vários choques externos e internos que condicionam o desenvolvimento do setor. São eles, entre outros, a ineficiência produtiva induzida pelas práticas de cultivo utilizadas e pelos impactos ambientais, o baixo nível de transformação devido ao fraco desenvolvimento do capital humano, do sistema financeiro e das infraestruturas socioeconómicas, e a existência de barreiras não pautais e taxas não oficiais (Tabela 7.3).

Tabela 7.3. **Obstáculos ao desenvolvimento das cadeias de valor agroalimentares na África Ocidental**

Obstáculos relacionados com a produção agrícola	
Baixa produtividade, competitividade e valor acrescentado em todos os sistemas de exploração agrícola e cadeias de valor	• Variabilidade e alterações climáticas • Degradação e empobrecimento dos solos • Predominância da agricultura dependente de chuva • Limitações biofísicas significativas devido a pragas, doenças e ervas daninhas • Regimes de propriedade fundiária problemáticos • Mau acesso aos mercados de insumos e à produção mercantil • Baixa capacidade de adaptação e adoção de novas tecnologias
Obstáculos relacionados com a transformação	
Fraco desenvolvimento do capital humano, do sistema financeiro e das infraestruturas económicas e sociais	• Baixo nível de competências técnicas e profissionais (engenharia agroalimentar) • Baixo nível de integração das mulheres na mão de obra formal • Baixo apoio às PME locais do setor agroalimentar • Baixa intensidade tecnológica
Obstáculos relacionados com a comercialização	
Barreiras não pautais e outras taxas paralelas não oficiais	• Multiplicidade dos pontos de controlo • Baixa capacidade logística • Procedimentos de trânsito aduaneiro disfuncionais • Primazia dos interesses nacionais sobre os acordos regionais • Baixa qualidade do ambiente empresarial • Baixa rotulagem dos produtos alimentares • Restrições quantitativas (imposição de quotas de importação) • Baixa certificação de produtos alimentares • Sistemas de informação dos mercados pouco desenvolvidos • Multiplicidade de moedas

Fonte: Compilação dos autores.

O défice de infraestruturas na região aumenta os custos do comércio e dificulta a captação de novas oportunidades

O fornecimento de energia continua a ser pouco fiável e insuficiente para permitir a transformação de alguns produtos agrícolas. Em 2019, o acesso à eletricidade e a fiabilidade da rede obtiveram pontuações de 51.5 e 40.5, respetivamente, numa escala de 0 a 100 (FEM, 2019). Esta pontuação implica custos adicionais para a conservação de bens perecíveis e afeta os preços de mercado. Existem muitas iniciativas para desenvolver o setor das energias renováveis, mas a taxa de investimento permanece baixa. No Senegal, a estratégia nacional de diversificação das fontes de energia resultou num aumento de 22 % da produção total de eletricidade. Tal aumento foi possibilitado pela ligação à rede de 168 MW de energia solar fotovoltaica, 51 MW de energia eólica e 75 MW de energia hidroelétrica. A Côte d'Ivoire aguarda também a construção da primeira central flutuante de energia solar de África, anunciada em 2018.

O baixo desenvolvimento das infraestruturas de logística e transporte reduzem as oportunidades de integração e afetam os custos do comércio. A maioria das zonas de produção rural permanece isolada devido à falta de informação ou de infraestruturas de transporte adequadas. O défice de infraestruturas de transporte (rodoviário, ferroviário, serviços de rede ferroviária), juntamente com a falta de infraestruturas de serviços públicos e de serviços específicos (mercados, instalações de armazenamento, serviços logísticos e redes de comunicação, etc.), afetam a eficiência dos sistemas alimentares (OCDE/CSAO, 2021). Embora 12 dos 15 países (exceto Mali, Burkina Faso e Níger) possuam uma linha costeira relativamente extensa, a pontuação média de conetividade marítima foi de 13.6, aliada a uma eficácia de serviços portuários de 40.8 em 2019, numa escala de 0 a 100 (FEM, 2019). Ao nível regional, existem apenas duas vias férreas que ligam os países sem litoral, nomeadamente os corredores Transrail (Dakar-Bamako) e Sitarail

(Abidjan-Ouagadougou). A acrescer, a falta de coordenação na gestão do trânsito e a ineficácia das operações não permitem otimizar os custos e os tempos de transporte de mercadorias (OMD, 2014). Acrescem vários outros obstáculos emergentes relacionados com a qualidade das infraestruturas, a multiplicidade dos corredores paralelos não controlados e o pagamento de taxas ilegais nas estradas (Teravaninthorn e Raballand, 2009).

Caixa 7.2. **Ananás, um produto em forte crescimento mas sujeito a restrições**

Entre 1995 e 2016, a produção mundial de ananás aumentou de 12 para 25.5 milhões de toneladas, dos quais 3 milhões de toneladas provenientes de África. A Nigéria é o maior produtor africano e o oitavo produtor a nível mundial, com uma produção de 900 000 toneladas em 2016. No Benim, o setor ocupa o terceiro lugar (4.3 % do PIB agrícola e 1.2 % do PIB do país) com 400 000 toneladas de produção anual (Kpenavoun Chogou, Gandonou e Fiogbe, 2017). As exportações para a União Europeia (UE) ascendem a 2 949 toneladas no Benim, 21 604 toneladas na Côte d'Ivoire e 13 517 toneladas no Gana.

O setor serviu de trampolim para o trabalho por conta própria e assistiu ao aparecimento de micro, pequenas e médias empresas (PME) nos setores da produção, transformação e exportação. No entanto, segundo Iwuchukwu, Nwobodo e Udoye (2017), as infraestruturas constituem os principais obstáculos à produção de ananás, principalmente a falta de estradas de acesso, em que a África Ocidental apresenta um défice estimado em 100 mil milhões de USD por ano, e a falta de conhecimentos técnicos sobre a utilização de tecnologia avançada. Os produtos provenientes do Benim foram rejeitados na Europa por sobredosagem de etefão, um pesticida utilizado no período de 2016-17 para acelerar a produção de ananás e acentuar a sua coloração amarela. O país foi forçado a suspender a exportação de ananases corados com esta substância pelo facto de os resíduos neles presentes excederem os valores permitidos pela UE.

Algumas empresas líderes de mercado estão a implementar iniciativas para promover a qualidade dos produtos. Exemplo disso é a empresa Blue Skies, sediada no Gana e no Benim.

- Especializada na transformação de frutas e legumes frescos produzidos na região, a Blue Skies envolve engenheiros agrónomos que apoiam os produtores através do fornecimento gratuito de formação e apoio técnico. Os produtores também beneficiam de apoio financeiro a custo zero e de um processo de certificação dos produtos cultivados.
- A relação da equipa de gestão com as autoridades locais inscreve-se no quadro de uma parceria público-privada (PPP), com claros compromissos mútuos. Esta abordagem ajuda a promover o desenvolvimento social e económico no país produtor. A Blue Skies constitui um modelo para o desenvolvimento sustentável da CVA e uma história de sucesso no que respeita ao melhoramento funcional, tendo alargado as suas atividades para o Benim em 2020.

Fonte: Autores, com base no *L'Économiste* (2019); BAfD/OCDE/PNUD (2014); Blue Skies (2020); https://www.youtube.com/watch?v=GlYFcMF2YFQ.

Tabela 7.4. **Algumas componentes tecnológicas da competitividade económica na África Ocidental, 2019**

País	Infraestruturas	Adoção das TIC	Índice "Business-to-Consumer" (B2C)	Proteção da propriedade intelectual	Capacidade de inovação	Competência da mão de obra
Benim	40.2	23.4	21	50.6	28.4	50.6
Burkina Faso	34.8	26.8	19	45.9	24.8	40.5
Cabo Verde	53.7	44.7		47.9	24.8	48.5
Côte d'Ivoire	47.9	41.3	31	51.1	30.7	51.3
Gâmbia	47.4	31.4		49.1	30.5	54.1
Gana	466	49.1	43	62	32.9	54.6
Guiné	41.7	28.7	14	40.6	34.9	54
Mali	43.9	27.9	22	32	29	45.7
Nigéria	39.7	33.4	53	33.3	32.2	38.8
Senegal	51.3	35.8	43	56.6	31.9	54.6
África Ocidental	44.7	34.3		46.9	30	49.3

Fonte: Cálculo dos autores de acordo com a base de dados do relatório do Fórum Económico Mundial (FEM, 2019) e da CNUCED (2020), *UNCTADStat*.

Políticas públicas para reforçar a cadeia de valor alimentar na África Ocidental

Desde a crise alimentar mundial de 2008, o controlo das cadeias agroalimentares tem estado no centro das agendas políticas na África Ocidental. A Política Agrícola Regional (ECOWAP) da CEDEAO "*baseia-se na perspetiva de uma agricultura moderna e sustentável, fundada na eficácia e eficiência das explorações agrícolas familiares e na promoção das empresas agrícolas através do envolvimento do setor privado. Produtiva e competitiva nos mercados intracomunitários e internacionais, esta deve garantir a segurança alimentar e proporcionar um rendimento digno aos seus ativos*" (CEDEAO, 2017). Mas para concretizar este potencial, são necessárias melhores ferramentas, particularmente em matéria de apoio aos pequenos agentes locais e à estruturação das cadeias de valor ao nível regional. A presente secção centrar-se-á em cinco áreas estratégicas que podem contribuir para alcançar estes objetivos.

A participação de pequenos produtores e fornecedores locais em atividades de alto valor acrescentado pode ser facilitada através de um melhor acesso a serviços inovadores

Até ao momento, as CVA têm-se desenvolvido principalmente em torno do setor informal. Em 2019, a agricultura tradicional ainda empregava 42.19 % da mão de obra. Em média, 76.5 % dos trabalhadores da África Ocidental têm empregos precários, ocupando Cabo Verde uma posição relativamente melhor com uma taxa de 35.2 %. Das pessoas maiores de 15 anos empregadas no setor, 69.9 % são trabalhadores independentes, 17.7 % são trabalhadores familiares e apenas 18.5 % são assalariados (OIT, 2020).

A curto prazo, as políticas ao nível nacional e regional podem utilizar a dinâmica dos serviços digitais para melhorar a inclusão dos atores do setor informal nas cadeias de valor. As *startups* especializadas em *agritech* e serviços inovadores encontram-se em plena expansão na África Ocidental. A região assistiu ao nascimento da primeira empresa unicórnio africana (Jumia, na Nigéria), bem como de *startups* dinâmicas nos serviços de logística (AgroCent; Kobo 360) e comércio eletrónico (Konga, Carmudi Janngo e Jovago), e sobretudo das maiores estrelas em ascensão nos serviços de transação móvel e digital em tempo real (Interswitch, OPay, Flutterwave, etc.). Outras inovações, tais como os modelos de economia partilhada, os *blockchains* e as ferramentas digitais para o registo e a segurança fundiária, são promissoras para o desenvolvimento agrícola (CUA/OCDE, 2021).

Os governos podem estabelecer colaborações com empresas tecnológicas para divulgar as melhores práticas agrícolas. A melhoria dos serviços de extensão agrícola e a ligação às cadeias de abastecimento rurais e urbanas podem conduzir a grandes vitórias na luta contra as bolsas de pobreza e contra o trabalho informal nas zonas rurais.

- Por exemplo, para aumentar o acesso ao mercado, o programa multipaíses *myAgro* trabalha desde 2011 com mais de 89 000 pequenos agricultores no Mali, no Senegal e na Tanzânia. Começou com a utilização de soluções móveis como alternativa ao crédito e rapidamente evoluiu para um apoio completo a todos os níveis, desde a entrega de insumos de alta qualidade até à formação. Em números, isto significa um aumento de 178 USD do rendimento anual por agricultor e um aumento de 78 % da produção (Rieckmann, 2020).
- Desde 2012, o governo nigeriano, em parceria com a Cellulant Ltd, utiliza telemóveis para gerir a distribuição de sementes e fertilizantes em áreas remotas através de vales eletrónicos, reduzindo assim as ineficiências (CUA/OCDE, 2021). Observam-se modelos semelhantes no Burkina Faso, na Côte d'Ivoire, na Libéria e no Senegal (Goyal, 2014).
- Acresce ainda que muitas grandes empresas do setor agroindustrial estão a trabalhar para implementar serviços de apoio à rastreabilidade (Caixa 7.3). Estas soluções móveis permitem aos principais intervenientes interagir com os pequenos produtores agrícolas, originando valores e volumes de transação mais elevados (GSMA, 2016).

Por outro lado, é necessário continuar a diminuir os custos de acesso aos serviços e reforçar o quadro regulamentar do comércio eletrónico. A utilização dos serviços de Internet custa em média quatro vezes mais nos países da região do que noutros países em desenvolvimento e a infraestrutura de comunicação não é utilizada na sua plenitude. Em 2019, o índice *Business to Consumer* (B2C), que reflete a capacidade de concretização do comércio eletrónico, correspondia apenas a 26.2 na África Ocidental, variando entre 5.4 (Níger) e 53.2 (Nigéria), para uma média africana de 33.6 (CNUCED, 2020). Em março de 2020, o Gana tornou-se o primeiro país africano a lançar um código QR universal que permite a todos os residentes efetuar pagamentos comerciais instantâneos a partir das suas contas bancárias, de *mobile money* ou dos seus cartões internacionais (GSMA, 2021).

Caixa 7.3. **Está em curso a digitalização do último elo da cadeia de valor agroalimentar**

São muito poucos os pequenos agricultores que conseguem poupar ou aceder a produtos formais de crédito agrícola, seguros ou poupança. Para colmatar os défices existentes e promover a fiabilidade das cadeias de abastecimento, os operadores de serviços móveis e algumas multinacionais agroalimentares têm vindo a investir cada vez mais em inovações digitais direcionadas para os agricultores.

Neste sentido, em agosto de 2014, a Advans, uma instituição de microfinanciamento sediada na Côte d'Ivoire, lançou uma iniciativa de colaboração com o operador móvel MTN Côte d'Ivoire e cooperativas de cacau. Foi atribuída uma conta poupança sem agência, acessível através de uma conta móvel, aos membros de 40 cooperativas. Os trabalhadores abrangidos pertenciam a 100 cooperativas (13 500 agricultores, dos quais 6 000 continuam ativos) em 2017. Em maio de 2015, a Société Ivoirienne de Banque (SIB) também iniciou uma colaboração com o operador de telecomunicações móveis Orange Côte d'Ivoire com vista à digitalização dos pagamentos de prémios semestrais referentes ao cacau com certificação de sustentabilidade produzido por 1 000 agricultores.

Caixa 7.3. **Está em curso a digitalização do último elo da cadeia de valor agroalimentar (*continuação*)**

Por outro lado, a empresa suíça Barry Callebaut lançou em 2016 uma aplicação de geo-rastreamento designada "Katchilè", que permite rastrear as sementes de cacau de 65 000 agricultores na Côte d'Ivoire. A aplicação foi também lançada no Gana e na Indonésia. A multinacional americana Cargill lançou um sistema de pagamentos eletrónicos direcionado para 30 000 agricultores ganeses em 2017 através de parcerias com sistemas de pagamento móvel (E-Zwich do Banco do Gana, MTN Mobile Money e Tigo Mobile Money). A acrescer, a empresa singapuriana Olam implementou em 21 países um sistema de informação rural chamado "Ofis", que permite aos grupos de agricultores e às cooperativas gerir melhor as suas operações de rastreabilidade, sendo ainda combinado com funções de pagamento digital. Na Côte d'Ivoire, a Ofis é utilizada nas cadeias de valor do cacau, do café, da borracha e da castanha de caju.

Fonte: Os autores, com base na GSMA (2017).

O acesso ao financiamento e o apoio às cooperativas deve ser reforçado

Os baixos níveis de financiamento das PME dificultam a transformação local. Entre 2003-15, apenas o Burkina Faso, o Mali e o Níger conseguiram afetar mais de 10 % do seu orçamento nacional à agricultura e ao desenvolvimento sustentável durante pelo menos cinco anos (CEDEAO, 2017). Durante o mesmo período, a África Ocidental afetou, em média, 5 % do erário público a estes setores. Uma das resoluções da Declaração de Malabo da União Africana (UA), em 2014, consistiu na reafirmação do compromisso dos países membros em alcançar o limiar de 10 % das despesas públicas destinadas ao setor agrícola de uma forma sustentável e regular. No entanto, poucos foram os países da região capazes de atingir o limiar de 10 % de forma regular, apesar dos compromissos assumidos.

A questão do financiamento também passa pela mobilização de recursos privados para o setor agroalimentar. Embora a questão da mobilização de recursos públicos continue a ser primordial, o debate sobre o financiamento deve ser alargado para que cada agente económico do setor tenha acesso a serviços financeiros adaptados às suas necessidades de investimento. O crédito interno concedido ao setor privado representa apenas 24 % do PIB em 2019. A pontuação média de financiamento das PME corresponde a 39.9 e a disponibilidade de capital de risco permanece baixa (Tabela 7.5). A pontuação média regional para a disponibilidade de capital de risco corresponde apenas a 26.1 pontos em 100, enquanto que o volume de prémios de seguro é inferior a 1 % do PIB. O fraco desenvolvimento das seguradoras locais afeta em larga medida os agricultores quando ocorrem incidentes.

Tabela 7.5. **Competências humanas, sistema financeiro e capacidade tecnológica na África Ocidental**

País	Crédito interno concedido ao setor privado, % do PIB, 2019	Prémios de seguro, % do PIB, 2014-16	Financiamento das PME, pontuação 2018-19	Disponibilidade de capital de risco, pontuação 2018-19
Benim	23.3	0.7	39.5	19.2
Burkina Faso	30	0.7	29.6	12.1
Cabo Verde	61.8	1.2	43	33.1
Côte d'Ivoire	24.6	1.2	24.4	16.6
Gâmbia	5.7	-	42.3	33.1
Gana	15	1.1	46.1	30.6
Guiné	10.3	-	61.9	43.5
Mali	26.2	0.6	38.9	28.1
Nigéria	14.7	0.3	30.2	16.9
Senegal	28.2	1.2	43.3	27.4
África Ocidental	24	0.9	39.9	26.1

Fonte: Cálculo dos autores de acordo com a base de dados do relatório do Fórum Económico Mundial (FEM, 2019).

A promoção do acesso ao financiamento para empresários e PME do setor agrícola continua a ser uma condição *sine qua non* para o reforço das cadeias de valor nas suas várias fases. O sistema de mobilização do financiamento privado pode ser mais eficaz.

- Em larga medida, o acesso ao crédito local pode ser promovido por garantias de empréstimos bancários concedidas por organismos internacionais, tais como a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) ou o Fundo Africano de Garantia e Cooperação Económica (Fagace). No entanto, a maioria das garantias concedidas diz respeito a projetos de grande escala e deve ser mais bem direcionada para chegar também aos pequenos produtores e empresários locais. A cooperação com as instituições de microcrédito que geralmente visam esta população deve, portanto, ser reforçada.
- Por outro lado, a generalização das garantias sobre stocks pode também aliviar as dificuldades de obtenção de crédito. Nas palavras de Brulé-Françoise et al. (2016), a capacidade de armazenagem e as infraestruturas necessárias à satisfação dos padrões de qualidade são um exemplo dos elementos que ainda se encontram em falta na sub-região.

O apoio a cooperativas e organizações de produtores afigura-se essencial, uma vez que estas desempenham um papel estruturante no desenvolvimento das cadeias de valor. As cooperativas facilitam o acesso ao apoio técnico e financeiro, bem como o investimento em infraestruturas adequadas (armazéns de refrigeração, maquinaria, etc.). As mesmas aumentam também o poder de negociação dos agricultores nas relações de compra e venda e contribuem para a generalização das boas práticas agrícolas. A acrescer, as cooperativas promovem o desenvolvimento de atividades inovadoras, tais como a rotulagem e a transformação. A título de exemplo:

- No Mali, um grupo de agricultores tomou a iniciativa de formar a cooperativa Yeleton. Em resultado, o grupo obteve financiamento bancário e o apoio do governo para a aquisição de um trator para cultivar as suas explorações agrícolas coletivas e individuais (Diama, 2020).
- No Níger, o *Made Bane Farmers' Union of Falwell* registou um aumento significativo na produção de sementes de qualidade e abriu armazéns de insumos e bancos de cereais. Os membros da cooperativa receberam formação sobre variedades melhoradas adaptadas às condições locais e foram posteriormente acreditados como produtores de sementes certificadas, podendo atualmente abastecer outras cooperativas (Diama, 2020).

- No Togo, no âmbito do Projeto pela Produtividade Agrícola da África Ocidental (PPAO), o fornecimento de equipamento de estufagem a organizações como a *Coopérative des Femmes Vaillantes d'Anié* permitiu triplicar os seus rendimentos (Banco Mundial, 2020b).

As ações de formação na área do empreendedorismo agroindustrial podem ser eficazes no reforço da capacidade de transformação local. É fundamental apostar na melhoria das competências dos intervenientes na CVA. Além dos esforços necessários para melhorar o nível geral da educação formal, os centros de formação na área do empreendedorismo agroindustrial podem ser de grande utilidade na região. Uma grande parte dos jovens empregados já se encontra fora do sistema educativo. Um terço dos jovens de 15 a 29 anos, representando uma grande proporção da população, não tem instrução (UNESCO, 2020).

Estes centros poderiam oferecer formações práticas de curta duração aos desempregados sem escolaridade, com vista a encorajá-los a dedicarem-se à agricultura ou à transformação de produtos agrícolas. No Mali, o centro de formação em empreendedorismo agrícola do Baguinéda (CFEAB) oferece-lhes ações de formação com a duração de dez dias. Graças a uma unidade móvel dedicada, os formadores conseguem chegar mais próximo das populações, ensinando-lhes a fabricar vários produtos, tais como sumo de hibisco (bissap) e de zaban, xarope de tamarindo e doce de manga (Le Cam, 2019). Desde 2010, o centro já formou mais de 2 000 jovens não escolarizados, os quais possuem agora um certificado de formação profissional e um emprego na CVA. Em 2017, o Senegal abriu a sua primeira universidade agrícola francófona na África Ocidental (*Université du Sine Saloum el Hâdj Ibrahima Niass*), que visa contribuir para tornar a agricultura um motor de crescimento baseado nas especificidades locais. Muitas cooperativas produzem sumos e compotas há já várias décadas, mas continuam sem qualquer organização real do setor para os transformar em produtos fortes de exportação através da sua conservação em vácuo. Esta situação poderá mudar com os polos agrícolas integrados (*agropoles*) atualmente em construção, dotados de centros de formação para jovens no domínio do agronegócio (Caixa 7.4).

Caixa 7.4. *Agropoles* integrados e explorações agrícolas comunitárias (*Domaines agricoles communautaires* - DAC) no Senegal

O Senegal optou por criar vários pólos de transformação agroalimentares (ou *agropoles* integrados). Projeto pioneiro do Plano Emergente do Senegal (PSE), tem por base uma política de atração de iniciativas de investimento privado (agricultores, PME/PMI) para estimular, de forma equilibrada, uma industrialização sustentável e inclusiva em todo o território nacional. O objetivo consiste em aumentar a contribuição do setor industrial de 12 % para 25 % do PIB durante o período 2014-35 através do desenvolvimento de bacias agrícolas com elevado potencial de mercado.

A primeira parte do projeto arrancou em 2020 na região sul (Kolda, Sédhiou e Ziguinchor) e entrará em funcionamento em 2022. Espera-se que o projeto gere 49 500 postos de trabalho, dos quais 14 500 diretos e 35 000 indiretos, abrangendo quase 65 000 agregados familiares, ou seja, aproximadamente 365 000 pessoas, 60 % das quais jovens e 50 % mulheres. Estão previstos dois outros *agropoles* no centro (Diourbel, Fatick, Kaffrine e Kaolack) e no norte do país (Louga, Matam e Saint-Louis) até 2024. A sua construção deverá promover, nomeadamente, a valorização e o aumento da produção de produtos florestais não lenhosos (baobá, mel, sementes e frutos silvestres, óleos e resinas, infusões, etc.), e a melhoria da qualidade da gestão dos recursos naturais (prática da agricultura inteligente, adaptação às alterações climáticas, produção de energia através do biogás e restauração do coberto florestal).

Caixa 7.4. *Agropoles* integrados e explorações agrícolas comunitárias (*domaines agricoles communautaires* - DAC) no Senegal (*continuação*)

A acrescer, foi inaugurada uma exploração agrícola comunitária (DAC) de 5 000 hectares em julho de 2021. Esta DAC, designada Keur Momar Sarr e situada em Louga, é um dos primeiros quatro locais operacionais dos 11 previstos para a fase piloto. Encontra-se equipada com um sistema de irrigação, um entreposto de embalagem e acondicionamento de produtos agrícolas, câmaras frigoríficas para a conservação de frutas e legumes e uma quinta para a formação de jovens na produção e transformação de produtos agrícolas.

Fonte: Compilação dos autores.

Por último, a promoção do acesso das mulheres à propriedade fundiária é também uma questão importante, dada a sua contribuição significativa para a produção agrícola. Dez países da região (Benim, Burkina Faso, Côte d'Ivoire, Gâmbia, Gana, Guiné-Bissau, Níger, Nigéria, Serra Leoa e Togo) apresentam taxas de discriminação elevadas a muito elevadas nesta matéria. No Burkina Faso, Cabo Verde, Côte d'Ivoire, Gâmbia, Guiné, Mali e Senegal, as mulheres representam, em média, 43 % da mão de obra agrícola, mas apenas 8 % dos proprietários de parcelas (OCDE, 2018). Grande parte das diferenças de género na propriedade fundiária deve-se a práticas discriminatórias consuetudinárias e à aplicação incorreta dos quadros legislativos. Por exemplo, o código fundiário rural do Benim consagra a igualdade dos direitos de propriedade fundiária, mas a lei consuetudinária prevê que apenas os homens podem herdar terras.

A resposta às pressões ambientais implica a adoção de métodos de produção modernos para promover a sustentabilidade dos produtos

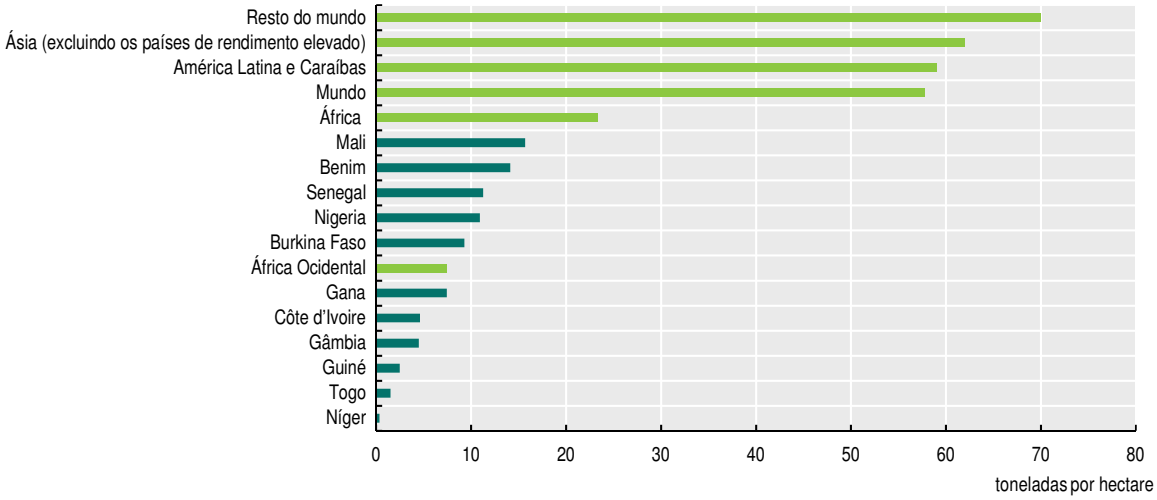
A África Ocidental continua a ser uma das regiões mais ricas em recursos agrícolas, contudo, é necessário que responda rapidamente às pressões ambientais. Segundo a base de dados FAOSTAT (2020), a região é atravessada por grandes rios e cobre uma área total de 511.54 milhões de hectares, dos quais 47.6 % correspondem a terras agrícolas. Alguns países, tais como a Côte d'Ivoire, a Gâmbia, o Gana, a Nigéria, a Serra Leoa e o Togo, possuem mais de 50 % de terras aráveis. No entanto, apenas 42.4 % do potencial encontrava-se a ser explorado em 2018. Por outro lado, o Mali, a Libéria, a Nigéria e o Gana têm mais de um milhão de hectares de terra submersos em águas interiores, necessárias à irrigação. A região também beneficia de uma linha costeira rica em recursos haliêuticos, proporcionando muitas oportunidades para a transformação local do peixe.

A agricultura e o pastoreio continuam a ser muito extensivos, exercendo pressão sobre os ecossistemas e recursos florestais disponíveis na região. Entre 1975 e 2013, o coberto florestal diminuiu 37 %, representando apenas 16.6 % do território, em comparação com a média africana de 21.4 %. A acrescer, cerca de 90 % das pastagens e 80 % das áreas de cultivo no Sahel da África Ocidental estão significativamente afetadas pela degradação dos solos, incluindo pela erosão (FAO, 2015).

A atenuação do efeito da variabilidade climática na produtividade das explorações agrícolas passará, portanto, em primeiro lugar, por uma adubagem suficiente e pela utilização de sementes melhoradas. Em 2018, por exemplo, a quantidade de nutrientes azotados por área de cultivo na África Ocidental correspondia apenas a 7.5 toneladas/ha, em comparação com uma média de 70 toneladas/ha no resto do mundo (Figura 7.13). No Gana, a baixa procura de adubos é explicada pelos baixos rendimentos que a sua utilização gera (Kolavalli, 2019). Para gerar fortes efeitos positivos nos rendimentos

agrícolas, a utilização de adubos deveria ser complementada por outras medidas, tais como a utilização de sementes melhoradas e a implementação de melhores práticas agronómicas. O caso do desenvolvimento das diferentes variedades de *New Rice for Africa* (NERICA) pela *West Africa Rice Development Association* (WARDA) é disso exemplo, tendo contribuído para a melhoria dos rendimentos dos agricultores em certos países da região (Dibba et al. 2012; Diagne, Midingoyi e Kinkingninhoun-Medagbe, 2013). O mesmo é válido para o desenvolvimento e a distribuição de sementes melhoradas de cacau pelo *Centre de recherche agronomique* (CNRA) na Côte d'Ivoire, as quais permitem duplicar o rendimento agrícola (CCC, 2014), ao mesmo tempo que ajudam a combater os vírus que afetam as plantações de cacau (Caixa 7.5).

Figura 7.13. **Utilização agrícola de nutrientes azotados por área de cultivo (t/ha), 2018**



Fonte: Cálculo dos autores de acordo com a base de dados FAOSTAT (2020), base de dados em linha; http://www.fao.org/faostat/fr/.

StatLink https://doi.org/10.1787/888934298966

Por outro lado, a aceleração da irrigação continua a ser fundamental. Em 2017, apenas 10 % das terras irrigáveis foram efetivamente irrigadas (FAO, 2020), igualando o nível registado em 2007 (9 %). Esta situação é explicada por Higginbottom et al. (2021) com base no facto de os projetos serem por vezes demasiado ambiciosos e favorecerem culturas de baixo valor, comprometendo a viabilidade económica dos projetos. No entanto, existem exceções, tais como o *Kpong Irrigation Scheme* no Gana, que permite aos produtores locais de arroz auferir rendimentos comparáveis aos dos países asiáticos pelo cultivo de arroz irrigado (Takeshima et al., 2013). O sucesso deste projeto não foi, contudo, reproduzido no resto do país, apesar de as condições serem bastante semelhantes.

Caixa 7.5. **O setor do cacau face ao desafio da adaptação climática**

O cacau continua a ser o terceiro maior mercado alimentar do mundo, representando cerca de 10 mil milhões de USD do comércio anual. A África Ocidental é o maior produtor mundial, com 60.7 % da produção mundial de cacau e 90.5 % da produção africana em 2019 (FAOSTAT, 2020). Os principais produtores são a Côte d'Ivoire, o Gana e o Togo, com mais de 50 % da oferta mundial. Pilar da economia da Côte d'Ivoire, o setor contribui entre 15 % e 20 % para o PIB, emprega quase 600 000 agricultores e assegura a subsistência de cerca de 6 milhões de pessoas, de acordo com o Conselho do Café e do Cacau (CCC).

Caixa 7.5. **O setor do cacau face ao desafio da adaptação climática (*continuação*)**

A procura de cacau, aproximada pelo volume moído, provém principalmente da Europa e dos Estados Unidos, que importam 75 % e 50 %, respetivamente, dos seus stocks de grãos da África Ocidental, antes de as suas indústrias os transformarem e obterem a maior parte do valor acrescentado. Encontra-se em curso a construção de um complexo industrial na Côte d'Ivoire para aumentar a capacidade local de transformação do cacau de 500 000 para 1 milhão de toneladas (AFP, 2020).

Apesar do aumento do volume verificado nas últimas décadas, a produtividade agrícola ainda é baixa para manter a vantagem competitiva ao nível global. Uma das principais limitações do setor é o envelhecimento das plantações e a renovação das árvores de cacau. Nos últimos 20 anos, a produtividade do pomar da Côte d'Ivoire estagnou em cerca de 450-550 kg por hectare. As doenças botânicas, tais como o *Swollen Shoot* e o *Brown Rot*, que são predominantes nos países tropicais, bem como outras doenças, estão na origem de 30 % das perdas anuais de culturas.

A falta de formação, as práticas de cultivo extensivas e a subutilização de produtos fitofarmacêuticos adequados prejudicam os rendimentos, deterioram a qualidade dos solos e exercem pressão sobre o pomar florestal. Na Côte d'Ivoire, a área de floresta diminuiu de 12 para 3 milhões de hectares entre 1960 e 2019. Quase 80 % dos produtores de cacau vivem com menos de 3 USD por dia.

As dificuldades dos agricultores no acesso ao financiamento limitam as possibilidades de desenvolvimento das plantações e de aquisição de equipamento e produtos agrícolas modernos. Além disso, a carga fiscal atinge 22 % do valor CIF (custo, seguro e frete) das exportações, um dos mais elevados do mundo. Este valor resulta numa tributação de cerca de 40 % do volume de negócios do produtor, e de mais de 50 % sobre os seus lucros.

Estão em curso várias iniciativas para melhorar a cadeia de valor do cacau, integrando simultaneamente as normas estabelecidas pelos industriais do setor, conhecidas como "cacau sustentável", para oferecer aos consumidores produtos de boa qualidade de uma forma sustentável. Em 22 de janeiro de 2021, o governo da Côte d'Ivoire e a UE, o principal comprador de cacau da Côte d'Ivoire (recebendo 67 % do volume exportado), levaram a cabo uma reunião de alto nível com vista a criar um quadro de diálogo inclusivo para estabelecer uma relação de colaboração e partilha de experiências e conhecimentos e para coordenar procedimentos para garantir a sustentabilidade da cultura do cacau.

Fonte: Compilação dos autores, CCC.

As barreiras não pautais dificultam o desenvolvimento de cadeias de valor regionais

A Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA) implementada em janeiro de 2021 proporciona um quadro favorável à facilitação do comércio e à agilização do desenvolvimento das CVA regionais. A ZCLCA visa alcançar um mercado continental único de mais de 1.3 mil milhões de pessoas até 2027. A liberalização efetiva do comércio intrarregional, combinada com o investimento em infraestruturas comerciais, permitirá ligar os mercados isolados aos países costeiros, que constituem a maior parte da dinâmica da procura alimentar. Por conseguinte, é fundamental acelerar a sua operacionalização através da aplicação de medidas mais do que urgentes e que poderão fornecer soluções para os múltiplos problemas estruturais que os países enfrentam.

Para o efeito, o controlo do cumprimento efetivo dos acordos assinados entre Estados sobre a facilitação do trânsito deve ser mais intenso e mais rigoroso. A persistência de

obstáculos formais e informais, pautais e não pautais, ao comércio interno desencoraja os agentes económicos de tentarem conquistar mercados regionais. Em novembro de 2017, oito países da CEDEAO ainda exigiam os certificados de país de origem para o transporte de produtos alimentares, embora os mesmos tenham sido abolidos em 2003 (Mercier, 2018). Esta política representa um verdadeiro obstáculo ao comércio, uma vez que os certificados de origem têm um custo suportado pelos comerciantes e que o processo de obtenção dos mesmos é moroso e complicado (CNUCED, 2018). Estes obstáculos onerosos afetam a competitividade dos intervenientes locais nos mercados regionais.

O reforço da competitividade dos produtos passa também pelos esforços de coordenação dos quadros regulamentares relativos às normas e aos padrões sanitários e fitossanitários (SPS). O quadro da política sanitária e fitossanitária da UA e o Anexo 7 do texto do Acordo da ZCLCA salientam esta necessidade de harmonização das normas SPS ao nível continental. Tal harmonização permitiria organizar o fluxo de bens agroalimentares e limitar as restrições comerciais abusivas. A título de exemplo, Cadot e Gourdon (2014) estimaram que as medidas SPS aumentaram os preços dos alimentos na África Subsaariana em 13 %. Na África Ocidental, têm-se registado esforços de melhoria, nomeadamente com a adoção em 2002 de um Programa de Qualidade da África Ocidental (PQAO) no âmbito da UEMOA, alargado a todos os países da CEDEAO em 2007. Supor-se-ia que o PQAO, quadro regulador regional relativo às medidas sanitárias e fitossanitárias, fosse aplicado na CEDEAO. Contudo, subsistem ainda as dificuldades técnicas e financeiras, bem como ao nível dos recursos humanos, para assegurar a implementação, o controlo e o acompanhamento das medidas adotadas.

As iniciativas de cooperação transfronteiriça nos setores de exportação podem melhorar a competitividade dos produtos e atrair investimento

Os países devem continuar a concentrar-se na harmonização do quadro regulamentar e jurídico relativo à atração do investimento. Nesta matéria, os países têm um interesse particular em ultrapassar os quadros nacionais isolados. A melhoria do ambiente empresarial em toda a região é crucial para atrair grandes investimentos. Os fatores de governança e institucionais relacionados com o desempenho do quadro regulamentar e fiscal devem assegurar, nomeadamente, a proteção dos direitos de propriedade, atrair investidores e limitar os efeitos da corrupção. Em 2020, o indicador *Doing Business* registou uma pontuação regional de 51.8, face à pontuação mundial de 63 pontos e de 78.4 na OCDE. De 189 países, o Togo foi o melhor classificado da região, ocupando o 9.º lugar em África e o 97.º no mundo. O Togo e a Nigéria (131.º) figuraram entre os 10 países mais reformadores do continente africano (Banco Mundial, 2020c).

Os governos também podem trabalhar em conjunto para reequilibrar as relações de poder na gestão das cadeias de valor das principais culturas de exportação da região. Ao unir forças, os Estados aumentam a sua margem de manobra nas negociações com os compradores internacionais. É o caso, por exemplo, da cadeia de valor do cacau entre a Côte d'Ivoire e o Gana, que controlam 60 % do mercado mundial e atualmente estabelecem os preços mínimos abaixo dos quais o cacau não será vendido, adotando um diferencial de rendimento digno de 400 USD por tonelada para a época 2020-21 (CCC, 2020). São ainda possíveis outras formas de cooperação, tais como a criação de rótulos de qualidade ou de normas comuns de responsabilidade empresarial.

A criação de zonas económicas especiais (ZEE) transfronteiriças pode estimular as complementaridades regionais. Com efeito, através dos incentivos fiscais concedidos às empresas e de uma maior disponibilidade de infraestruturas, as ZEE permitem criar centros de competitividade e de emprego dentro dos países. O caráter transfronteiriço favorece, por definição, o desenvolvimento de cadeias de valor completas, permitindo às empresas

tirar partido das complementaridades regionais. Daí a criação da ZEE transfronteiriça Sikasso/Korhogo/Bobo-Dioulasso (SKBO) entre o Mali, o Burkina Faso e a Côte d'Ivoire. Criada em 2018, esta ZEE visa explorar o potencial agrícola e mineiro transfronteiriço e criar empregos. Este tipo de iniciativas geraria mais benefícios se fosse multiplicado na sub-região. Estas zonas económicas transfronteiriças podem desempenhar um papel importante na estratégia de atração de IDE devido às facilidades que oferecem às empresas. Poderiam assim contribuir para a transferência de conhecimentos técnicos, para a melhoria das capacidades de produção e, consequentemente, para a possibilidade de integrar atividades de transformação de produtos com valor acrescentado.

Bibliografia

Adeyeye, A. (2017), *Business and Investment Opportunities in the Agribusiness Industry of Nigeria*, NTU-SBF Centre for African Studies, Nanyang Technological University, Singapura, 31 de agosto, https://www.ntu.edu.sg/docs/librariesprovider100/abi/2017_aug_business-and-investment-opportunities-in-nigeria-agribusinesscd0cbe2b74494ff7a0ceed00cd823e64.pdf?sfvrsn=5445f1b8_2.

AFP (2020), «La Côte d'Ivoire lance la construction de deux nouvelles usines de transformation du cacao», *Agence France Presse* in *Le Monde*, Paris, 23 de setembro, https://www.lemonde.fr/afrique/article/2020/09/23/la-cote-d-ivoire-lance-la-construction-de-deux-nouvelles-usines-de-transformation-du-cacao_6053261_3212.html.

Allen, T. e P. Heinrigs (2016), «Emerging Opportunities in the West African Food Economy», *West African Papers*, N.º 1, Edições OCDE, Paris, https://doi.org/10.1787/5jlvfj4968jb-en.

Allen, T., P. Heinrigs e I. Heo (2018), «Agriculture, Food and Jobs in West Africa», *West African Papers*, N.º 14, Edições OCDE, Paris, https://doi.org/10.1787/dc152bc0-en.

BAfD/OCDE/PNUD (2014), *Perspectives économiques en Afrique 2014: Les chaînes de valeur mondiales et l'industrialisation de l'Afrique*, Banque africaine de développement, Tunis/Edições OCDE, Paris, https://doi.org/10.1787/aeo-2014-fr.

Balassa, B. (1965), «Trade Liberalisation and Revealed Comparative Advantage», *The Manchester School*, Volume 33, 2.ª Edição, Páginas 99-123, https://doi.org/10.1111/j.1467-9957.1965.tb00050.x.

Banco Mundial (2021), *World Development Indicators* (base de dados), Washington, DC, https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators, consultado em 18 de agosto de 2021.

Banco Mundial (2020a), *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2020*, Base de dados CVG, www.worldbank.org/en/publication/wdr2020/brief/world-development-report-2020-data.

Banco Mundial (2020b), *Au Togo, une coopérative d'agricultrices lance avec succès un riz 100 % qualité supérieure*, Banco Mundial, Washington, DC, 28 de janeiro, www.banquemondiale.org/fr/news/feature/2020/01/28/in-togo-a-women-farmers-cooperative-successfully-produces-premium-quality-rice.

Banco Mundial (2020c), *Doing Business 2020 Report, Key Data for Sub-Saharan Africa*, Banco Mundial, Washington, DC, https://francais.doingbusiness.org/content/dam/doingBusiness/pdf/db2020/DB20-FS-SSA---french.pdf.

BCEAO (2021), *Rapport annuel de la BCEAO 2020*, Banco central dos Estados da África Ocidental, Dakar, www.bceao.int/fr/publications/rapport-annuel-de-la-bceao-2020.

Belotti, F., A. Borin, e M. Mancini (2020), «icio: Economic Analysis with Inter-Country Input-Output Tables in Stata», *Policy Research Working Paper*, N.º 9156, Banco Mundial, Washington, DC, https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/33361.

Blue Skies (2020), *Blue Skies Launches New State-of-the-Art Facility in Benin*, Blue Skies, Cotonou, 26 de fevereiro, https://www.blueskies.com/blue-skies-launches-new-state-of-the-art-facility-in-benin (consultado em 15 de junho de 2021).

Brulé-Françoise, A. et al. (2016), «Le crédit à l'agriculture, un outil-clé du développement agricole», *Techniques Financières et Développement*, N.º 124, pp. 35-52, Épargne sans frontière, Paris, https://doi.org/10.3917/tfd.124.0035.

CCC (2020), *Projet national de lutte contre le swollen shoot*, Conselho do Café e do Cacau, Ministério da Agricultura, República da Côte d'Ivoire, Abidjan, www.conseilcafecacao.ci/index.php?option=com_content&view=article&id=123&Itemid=202.

CCC (2014), *Programme Quantité-Qualité-Croissance «2QC» 2014-2023*, Conselho do Café e do Cacau, Ministério da Agricultura, República da Côte d'Ivoire, Abidjan, março, www.conseilcafecacao.ci/docs/PROGRAMME_2QC_2014-2023.pdf.

Cadot, O., e J. Gourdon (2014), «Assessing the Price-Raising Effect of Non-Tariff Measures in Africa», *Journal of African Economies*, Vol. 23 (N.º 4), pp. 425-463, Centre for the Study of African Economies (CSAE), University of Oxford, Oxford, https://doi.org/10.1093/jae/eju007.

Casella, B. et al. (2019), *UNCTAD-Eora Global Value Chain Database*, https://worldmrio.com/unctadgvc/ (consultado em 1 de junho de 2021).

CEDEAO (2017), *Cadre d›orientation stratégique à l›horizon 2025: Synthèse*, Departamento de Agricultura, Ambiente e Recursos Hídricos da CEDEAO, Abuja, https://araa.org/sites/default/files/media/Cadre%20d%27Orientation%20Stratégique%20ECOWAP%202025%20FR.pdf.

CEPII (2021), *BACI* (base de dados), Centro de Estudos Prospetivos e de Informação Internacional, Primeiro Ministro/France Stratégie, Paris, www.cepii.fr/cepii/en/bdd_modele/download.asp?id=37 (consultado em 18 de agosto de 2021).

CILSS (2020), «Impact de la crise du COVID-19 sur la sécurité alimentaire et nutritionnelle au Sahel et en Afrique de l'Ouest», *Note d'information et de veille*, N.º 5, agosto de 2020, Comité Interestatal Permanente para o Controlo da Seca no Sahel, Ouagadougou, www.cilss.int/wp-content/uploads/2020/12/Note-info-SAN-COVID19-N-5_ao%C3%BBt-2020.pdf.

CNUCED (2021), *World Investment Report 2021 – Investing in Sustainable Recovery*, Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, United Nations Publications, Nova Iorque, https://unctad.org/system/files/official-document/wir2021_en.pdf.

CNUCED (2020), *UNCTADStat* (base de dados estatística), Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, Genebra, http://unctadstat.unctad.org/wds/ReportFolders/reportFolders.aspx?sCS_ChosenLang=fr.

CNUCED (2018), *Regional Integration and Non-Tariff Measures in the Economic Community of West African States (ECOWAS)*, Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Cesenvolvimento, Genebra, https://unctad.org/system/files/official-document/ditctab2018d1_en.pdf.

CUA/OCDE (2021), *Dynamiques du développement en Afrique 2021: Transformation digitale et qualité de l'emploi*, Comissão da União Africana, Addis Ababa/Edições OCDE, Paris, https://doi.org/10.1787/cd08eac8-fr.

CUA/OCDE (2019), *Dynamiques du développement en Afrique 2019: Réussir la transformation productive*, Comissão da União Africana, Addis Ababa/Edições OCDE, Paris, https://doi.org/10.1787/291046f7-fr.

Diagne, A., S. K. G. Midingoyi e F. M. Kinkingninhoun-Medagbe (2013) «Impact of NERICA Adoption on Rice Yield: Evidence from West Africa», em Otsuka, K. e D. Larson (eds), *An African Green Revolution*, Springer, Dordrecht, https://doi.org/10.1007/978-94-007-5760-8_7.

Diama, A. (2020), *Farmer cooperatives across West and Central Africa help expand access to improved seeds, boosting yields*, International Crops Research Institute for the Semi-Arid Tropics – ICRISAT, West and Central Africa, Bamako, www.icrisat.org/farmer-cooperatives-across-west-and-central-africa-help-expand-access-to-improved-seeds-boosting-yields/.

Dibba, L. et al. (2012), «The impact of NERICA adoption on productivity and poverty of the small-scale rice farmers in the Gambia», *Food Security*, Vol. 4, N.º 2, pp. 253-265, Springer, Dordrecht, https://doi.org/10.1007/s12571-012-0180-5.

Duflo, E. e A. Banerjee (2020), «Coronavirus is a crisis for the developing world, but here's why it needn't be a catastrophe», *The Guardian*, Londres, 6 de maio, https://www.theguardian.com/commentisfree/2020/may/06/vulnerable-countries-poverty-deadly-coronavirus-crisis.

L'Économiste (2019), «Production d'ananas: l'Afrique reste derrière mais l'avenir est prometteur», *L'Économiste*, Cotonou, 17 de julho, https://leconomistebenin.com/2019/07/17/production-dananaslafrique-reste-derriere-mais-lavenir-est-prometteur/.

Fally, T. e R. Hillberry (2018), «A Coasian Model of International Production Chains», *Journal of International Economics*, N.º 114, pp. 299-315, Elsevier, Amesterdão, https://doi.org/10.1016/j.jinteco.2018.07.001.

FAO (2020), *AQUASTAT Database*, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, Roma, http://www.fao.org/aquastat/statistics/query/index.html?lang=en.

FAO (2015), *Status of the World's Soil Resources (SWSR)*, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, Roma, http://www.fao.org/documents/card/fr/c/c6814873-efc3-41db-b7d3-2081a10ede50/.

FAO et al. (2021), *The State of Food Security and Nutrition in the World 2021. Transforming food systems for food security, improved nutrition and affordable healthy diets for all*, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, Roma, com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola, o Fundo das Nações Unidas para a Infância, o Programa Alimentar Mundial e a Organização Mundial de Saúde, https://doi.org/10.4060/cb4474en.

FAOSTAT (2020), *Données de l'alimentation et de l'agriculture*, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, Roma, http://www.fao.org/faostat/fr/.

FAOSTAT (2019), *Pays par produits*, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, Roma, https://www.fao.org/faostat/fr/#rankings/countries_by_commodity.

FEM (2019), *The Global Competitiveness Report*, Fórum Económico Mundial, Genebra, https://fr.weforum.org/reports/global-competitiveness-report-2019.

fDi Markets (2021), *fDi Markets Database: the in-depth crossborder investment monitor from the Financial Times*, Londres, https://www.fdimarkets.com/ (consultado em outubro de 2021).

FMI (2021), *World Economic Outlook Database*, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC, www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2021/October (consultado em 18 de novembro de 2021).

Ghins, L. e K. Zougbédé (2019), «L'économie alimentaire peut créer plus d'emplois pour la jeunesse ouest-africaine», *OECD Development matters* (blogue), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico/Clube do Sahel e da África Ocidental, Paris, 23 de agosto, https://oecd-development-matters.org/2019/08/23/the-food-economy-can-create-more-jobs-for-west-african-youth/.

Governo do Burkina Faso (2020), *Message à la Nation de Son Excellence Monsieur Roch Marc Christian Kaboré, Président du Faso, sur la pandémie du COVID-19*, 2 de abril, https://www.presidencedufaso.bf/message-a-la-nation-de-son-excellence-monsieur-roch-marc-christian-kabore-president-du-faso-president-du-conseil-des-ministres-sur-la-pandemie-du-COVID-19/.

Governo da Côte d'Ivoire (2020), *Pandémie du Coronavirus: présentation du plan de soutien économique, social et humanitaire*, Abidjan, março de 2020, https://www.gouv.ci/doc/1585943114Pandemie-du-coronavirus-COVID-19-Presentation-du-plan-de-soutien-economique-social-et-humanitaire.pdf.

Goyal, A. (2014), «Expanding Africa's digital frontier: Farmers show the way», *World Bank blogs*, Banco Mundial, Washington, DC, https://blogs.worldbank.org/africacan/expanding-africa-s-digital-frontier-farmers-show-way.

GSMA (2021), *Le point sur le secteur: les services de mobile money dans le monde 2021*, GSM Association, Londres, https://www.gsma.com/sotir/.

GSMA (2017), *Les opportunités de la numérisation des chaînes de valeur agricoles, les leçons de la Côte d'Ivoire*, GSM Association/Projeto UKaid, Ministério Britânico para o Desenvolvimento Internacional (DFID), Londres, outubro, www.gsma.com/mobilefordevelopment/wp-content/uploads/2017/10/Les-opportunit%C3%A9s-de-la-num%C3%A9risation-des-cha%C3%AEnes-de-valeur-agricoles-Les-le%C3%A7ons-de-la-C%C3%B4te-d%E2%80%99Ivoire.pdf.

GSMA (2016), *Market Size and Opportunity in Digitising Payments in Agricultural Value Chains*, GSM Association Intelligence, Londres, novembro, https://data.gsmaintelligence.com/api-web/v2/research-file-download?id=18809386&file=market-size-and-opportunity-in-digitising-payments-in-agricultural-value-chains-1482140000731.pdf.

Higginbottom, T. P. et al. (2021), «Performance of large-scale irrigation projects in sub-Saharan Africa», *Nature Sustainability*, Vol. 4, N.º 6, pp. 501-508, Nature Portfolio, Springer, Amesterdão/Macmillan, Londres, https://doi.org/10.1038/s41893-020-00670-7.

Hollinger, F. e J. M. Staatz (2015), *Croissance agricole en Afrique de l'Ouest : facteurs déterminants de marché et de politique*, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), Roma, http://www.fao.org/publications/card/fr/c/d113017b-0710-4302-9f0a-dd26f875f5cb/.

Iwuchukwu, J. C., C. E. Nwobodo e C. E. Udoye (2017), «Problems and Prospects of Pineapple Production in Enugu State, Nigeria», *Journal of Agricultural Extension*, Vol. 21, N.º 1, fevereiro, http://dx.doi.org/10.4314/jae.v21i1.14.

Koffi, S. et al. (2020), *COVID-19 Pandemic: Impact of Restriction Measures in West Africa*, Economic Community of West African States (ECOWAS) Commission, the World Food Programme (WFP), United Nations Economic Commission for Africa (UNECA) and Centre d'excellence regional contre la faim et la malnutrition (Cerfam), https://www.researchgate.net/profile/Babau-Sogue/publication/349111526_Covid-19_Pandemic_Impact_of_restriction_measures_In_West_Africa_Acknowledgement/links/602135f1a6fdcc37a80ee231/Covid-19-Pandemic-Impact-of-restriction-measures-In-West-Africa-Acknowledgement.pdf.

Kolavalli, S. (2019), «Developing Agricultural Value Chains», em *Ghana's Economic and Agricultural Transformation: Past Performance and Future Prospects*, Diao, X. et al. (ed.), Capítulo 8, pp. 210-240, International Food Policy Research Institute (IFPRI), Nova Iorque, e Oxford University Press, Oxford, https://doi.org/10.2499/9780198845348_08.

Kpenavoun Chogou, S., E. Gandonou e N. Fiogbe (2017), «Mesure de l'efficacité technique des petits producteurs d'ananas au Bénin», *Cahiers Agricultures*, Vol. 26, N.º 2, EDP Sciences, Les Ulis, março, http://dx.doi.org/10.1051/cagri/2017008.

Le Cam, M. (2019), «Au Mali, des formations pour montrer aux jeunes qu'ils peuvent réussir dans l'agriculture», *Le Monde*, Paris, 27 de novembro, www.lemonde.fr/afrique/article/2019/11/27/au-mali-des-formations-pour-montrer-aux-jeunes-qu-ils-peuvent-reussir-dans-l-agriculture_6020764_3212.html.

Mercier, S. (2018), «The Cost of Transporting Cereals in West Africa», *IFPRI Discussion Paper*, N.º 1759, International Food Policy Research Institute, Washington, DC, http://ebrary.ifpri.org/cdm/ref/collection/p15738coll2/id/132820.

MoFEP (2020), *Ghana COVID-19 Alleviation and Revitalization of Enterprises Support*, Ministério das Finanças do Gana (MoFEP), Acra, https://www.mofep.gov.gh/sites/default/files/news/care-program.pdf.

OCDE (2018), «Gender inequality in West African social institutions», *West African Papers*, N.º 13, Edições OCDE, Paris, https://doi.org/10.1787/fe5ea0ca-en.

OCDE/CSAO (2021), «Transformations des systèmes alimentaires au Sahel et en Afrique de l'Ouest: implications pour les populations et les politiques», *Maps & Facts*, N.º 4, Clube do Sahel e da África Ocidental/Edições OCDE, Paris, abril, https://www.oecd.org/fr/csao/cartes/Food-systems-Sahel-West-Africa-2021_FR.pdf.

OCDE/CSAO (2020a), «Crise alimentaire et nutritionnelle 2020, analyses & réponses», *Maps & Facts*, N.º 3, Clube do Sahel e da África Ocidental/Edições OCDE, Paris, novembro, https://www.oecd.org/fr/csao/cartes/Food-nutrition-crisis-2020-Sahel-West-Africa_FR.pdf.

OCDE/CSAO (2020b), «Histoire, politiques & environnement et formes urbaines africaines», in *Dynamiques de l'urbanisation 2020 – Africapolis, une nouvelle géographie urbaine*, Clube do Sahel e da África Ocidental/Edições OCDE, Paris, https://doi.org/10.1787/5184fbf5-fr.

OCDE/CSAO (2019), «Femmes et réseaux marchands en Afrique de l'Ouest», *Cahiers de l'Afrique de l'Ouest*, Clube do Sahel e da África Ocidental, Edições OCDE, Paris, 4 de abril, https://doi.org/10.1787/2466d2f7-fr.

OIT (2020), *Caractéristiques de la population active*, Estatísticas da Organização Internacional do Trabalho (ILOStat), Genebra, em *Annexe statistique des Dynamiques de développement de l'Afrique* (2021), Comissão da União Africana, Addis-Abebba e Edições OCDE, Paris, https://github.com/AfDDAnnex/AfDDDDAf2021/raw/main/DDAf_2021_tableau_annexe_Tab09.xlsx.

OMD (2014), *Manuel sur le transit : pour l'établissement de systèmes efficaces de transit pour les PDSL*, Organisation mondiale des douanes, Bruxelas, http://www.wcoomd.org/-/media/wco/public/fr/pdf/topics/key-issues/ecp/2015/transit-handbook-for-upload-fr.pdf?db=web.

Rieckmann, K. (2020), *Moving smallholder farmers out of poverty at myAgro*, myAgro, 29 de junho, https://www.youtube.com/watch?v=EvgAX6uocd8.

Rieländer, J. e B. Traoré (2015), «Explaining Diversification in Exports Across Higher Manufacturing Content: What is the role of commodities?», *Documento de trabalho do Centro de Desenvolvimento da OCDE*, N.º 327, Edições OCDE, Paris, 1 de setembro, https://doi.org/10.1787/5jrs8sq91p9x-en.

Takeshima, H. et al. (2013), «Dynamics of Transformation Insights from an Exploratory Review of Rice Farming in the Kpong Irrigation Project», *IFPRI Discussion Paper*, N.º 01272, International Food Policy Research Institute, Washington, DC, junho, http://ebrary.ifpri.org/utils/getfile/collection/p15738coll2/id/127744/filename/127955.pdf.

Teravaninthorn, S. e G. Raballand (2009), *Transport prices and costs in Africa : a review of the main international corridors*, Directions in Development Infrastructure, Banco Mundial, Washington, DC, https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/6610.

UNESCO (2020), *Base de dados*, Instituto de estatística da Unesco, Paris, http://data.uis.unesco.org/?lang=fr, consultado em 21 de outubro de 2021.

Anexo estatístico

Os dados compilados para esta edição do relatório *Dinâmicas do desenvolvimento em África* estão disponíveis em tabelas e podem ser consultados gratuitamente no sítio Web do Centro de Desenvolvimento da OCDE (https://oe.cd/AFDD-2022). Incluem novos indicadores sociais e económicos que proporcionam uma outra perspetiva para a análise do relatório.

Todos os indicadores selecionados no anexo abrangem dados nacionais de quase todos os países africanos, bem como da maioria dos países do mundo. Esta abordagem permite comparações tanto entre países africanos como com grupos de países semelhantes fora de África. Estes dados ajudarão a contextualizar as análises desenvolvidas no relatório e darão ao leitor a oportunidade de examinar os dados utilizados de forma mais detalhada.

Os dados provêm de várias fontes, incluindo dados nacionais anuais harmonizados por instituições internacionais de renome, e alguns indicadores são desenvolvidos pelos autores do relatório. Os números serão atualizados assim que novos dados estiverem disponíveis para permitir ao leitor acompanhar a evolução mais recente dos indicadores-chave. Por conseguinte, as diferenças observadas entre os valores apresentados no anexo estatístico e os valores do relatório podem refletir alterações que tenham sido efetuadas nas tabelas de dados após a publicação do relatório.

Aceda em linha ao anexo estatístico sobre as Dinâmicas do desenvolvimento em Árica em https://oe.cd/AFDD-2022.

Tabelas de dados disponíveis para descarregar gratuitamente em linha

Tabela	*Título*	*Descarregar aqui*
Tabela 1	Indicadores de crescimento, emprego e desigualdade	https://doi.org/10.1787/888934298985
Tabela 2	Taxa de crescimento anual do PIB real, 1990-2026	https://doi.org/10.1787/888934299004
Tabela 3	Taxa anual de crescimento da população, 1990-2026	https://doi.org/10.1787/888934299023
Tabela 4	Taxa de crescimento anual do PIB real *per capita*, 1990-2026	https://doi.org/10.1787/888934299042
Tabela 5	Estimativas demográficas	https://doi.org/10.1787/888934299061
Tabela 6	Indicadores do ensino básico	https://doi.org/10.1787/888934299080
Tabela 7	Projeções sobre perfis educativos	https://doi.org/10.1787/888934299099
Tabela 8	Projeções sobre os perfis educativos dos jovens	https://doi.org/10.1787/888934299118
Tabela 9	Características da população ativa	https://doi.org/10.1787/888934299137
Tabela 10	Repartição setorial da economia	https://doi.org/10.1787/888934299156
Tabela 11	Indicadores de desigualdade e de pobreza	https://doi.org/10.1787/888934299175
Tabela 12	Indicadores de género	https://doi.org/10.1787/888934299194
Tabela 13	Infraestruturas de comunicação	https://doi.org/10.1787/888934299213
Tabela 14	Digitalização	https://doi.org/10.1787/888934299232
Tabela 15	Principais indicadores de saúde	https://doi.org/10.1787/888934299251
Tabela 16	Bem-estar subjetivo	https://doi.org/10.1787/888934299270
Tabela 17	Decomposição do crescimento por despesas	https://doi.org/10.1787/888934299289
Tabela 18	Finanças Públicas	https://doi.org/10.1787/888934299308
Tabela 19	Intensidade do comércio na indústria transformadora	https://doi.org/10.1787/888934299327
Tabela 20	Diversificação das exportações	https://doi.org/10.1787/888934299346
Tabela 21	Comércio internacional e regional	https://doi.org/10.1787/888934299365
Tabela 22	Contribuições financeiras externas	https://doi.org/10.1787/888934299384
Tabela 23	Sustentabilidade ambiental	https://doi.org/10.1787/888934299403
Tabela 24	Participação a montante nas CVG por setor	https://doi.org/10.1787/888934299422
Tabela 25	Participação a jusante nas CVG por setor	https://doi.org/10.1787/888934299441
Tabela 26	Origem geográfica e destino do valor acrescentado	https://doi.org/10.1787/888934299460
Tabela 27	Custos do comércio internacional	https://doi.org/10.1787/888934299479
Tabela 28	Governação empresarial	https://doi.org/10.1787/888934299498
Descarregue aqui uma tabela com os grupos de países: https://doi.org/10.1787/888934299517 (ver abaixo).		
Descarregue aqui o dicionário de dados para as variáveis destas tabelas: https://doi.org/10.1787/888934299536.		
Descarregue aqui todas as tabelas anexas num único ficheiro Excel: https://doi.org/10.1787/888934299555.		

Também estão disponíveis em linha dados mais abrangentes, incluindo séries cronológicas para todas as variáveis a partir dos anos 2000

Os números apresentados nestes quadros estatísticos, com exceção das tabelas 2 a 4, representam os anos mais recentes sobre os quais existem dados disponíveis. O conjunto completo de dados sobre indicadores desde 2000 até ao presente está disponível e pode ser descarregado na forma de ficheiro Excel a partir do sítio Web: https://bit.ly/3g4I2tL. Os mesmos dados num ficheiro csv comprimido podem ser descarregados a partir do endereço: https://bit.ly/3KLsQQd. Os mesmos indicadores estão disponíveis em linha no portal estatístico da OCDE em https://stats.oecd.org/ e clicando em "Desenvolvimento", seguido de "Dinâmicas do desenvolvimento em África" no menu.

O anexo estatístico em linha inclui uma análise interativa dos dados

Para além de permitir aos utilizadores descarregar todos os dados acima listados, o anexo estatístico em linha na página Web do relatório *Dinâmicas do desenvolvimento em África 2022* (https://oe.cd/AFDD-2022) inclui a ferramenta de análise interativa *Compare Your Country* ("Compare os dados do seu país"). Os utilizadores podem utilizar a ferramenta para visualizar séries cronológicas completas de determinadas variáveis-chave de forma interativa, selecionando os países a comparar, o tipo de gráfico e outros parâmetros.

Os dados do anexo estatístico estão também disponíveis para os principais grupos de países

O anexo estatístico apresenta estatísticas relativas a quase todos os países do mundo, bem como indicadores agregados por grupos de países para permitir uma análise comparativa. A tabela (https://doi.org/10.1787/888934299517) que apresenta a classificação dos países para cada grupo está disponível no anexo estatístico. Os grupos de países apresentados na análise são os seguintes:

- **As cinco regiões da União Africana** (África Austral, África Central, África Oriental, Norte de África e África Ocidental, tal como definidas pelo Tratado de Abuja)
- **África e grupos de países de referência** (África, países asiáticos excluindo países de rendimento alto, América Latina e Caraíbas, e o mundo)
- **Países ricos em recursos**

O termo "rico em recursos" refere-se a países que derivam uma proporção significativa do seu PIB da extração de recursos naturais do solo. Estas dotações de recursos naturais podem ter profundas implicações no desenvolvimento económico, político e social. Neste relatório, os países são identificados como ricos em recursos se, durante a década anterior, a contribuição estimada da extração de hidrocarbonetos, carvão e minerais para a produção económica tiver excedido 10 % do PIB durante um período de, pelo menos, cinco anos.

- **Nível de rendimento**

O Banco Mundial utiliza a sua metodologia Atlas para classificar os países do mundo em quatro categorias[1] de acordo com o rendimento nacional bruto (RNB) *per capita*: países de baixo rendimento, países de rendimento médio-baixo, países de rendimento médio-alto e países de rendimento elevado.

- **Acesso geográfico**

O relatório divide os países de acordo com a sua localização geográfica: países sem litoral, países que possuem costa e nações insulares. O acesso ao comércio global pode ser complicado pelo facto de um país ter ou não uma linha costeira, uma vez

que os padrões de desenvolvimento das nações insulares diferem dos de outras nações costeiras. Para além destas três categorias, o relatório fornece dados sobre "países em desenvolvimento sem litoral" (LLDC) e "pequenos Estados insulares em desenvolvimento" (SIDS) compilados pelo Gabinete do Alto Representante das Nações Unidas para os Países Menos Avançados, Países em Desenvolvimento sem Litoral e Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (UN-OHRLLS)[2].

• Países menos avançados[3]

O UN-OHRLLS classifica alguns países como "países menos avançados (PMA)". Oficialmente estabelecida em 1971 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, esta categoria inclui países com um baixo nível de desenvolvimento socioeconómico. São tidos em conta três critérios: rendimento, capital humano (por exemplo, o estado de saúde e educação da população) e vulnerabilidade económica.

• Estados frágeis[4]

A OCDE examina a fragilidade como um conceito multidimensional de risco que poderia representar um desafio crítico para a capacidade dos países para atingirem os seus objetivos de desenvolvimento, particularmente os estabelecidos na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, das Nações Unidas. Com base nos resultados desta investigação, os países são classificados como "frágeis" ou "extremamente frágeis".

• Comunidades económicas regionais e outras organizações intergovernamentais

As parcerias de países formadas para efeitos de integração ou cooperação regional que são económica ou politicamente significativas e particularmente relevantes para a análise do desempenho económico de África estão aqui incluídas. Neste contexto, estão contempladas as oito Comunidades Económicas Regionais (CER) reconhecidas pela União Africana, bem como outras organizações regionais e internacionais tais como a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), a União Europeia (UE) e a OCDE, que servem de referência. Foram incluídos números agregados para os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), em resposta a um pedido dos membros deste grupo de países.

Notas

1. Para mais informações: https://datahelpdesk.worldbank.org/knowledgebase/articles/378832-what-is-the-world-bank-atlas-method.
2. Para mais informações: www.un.org/ohrlls/fr.
3. Para mais informações: www.un.org/ohrlls/content/least-developed-countries.
4. Para mais informações: www.oecd.org/dac/conflict-fragility-resilience/listofstateoffragility-reports.htm.

Dinâmicas do desenvolvimento em África 2022

CADEIAS DE VALOR REGIONAIS PARA UMA RECUPERAÇÃO SUSTENTÁVEL

Dinâmicas do desenvolvimento em África usa as lições da África Central, África Oriental, Norte de África, África Austral e África Ocidental para desenvolver recomendações em matéria de políticas públicas e partilhar boas práticas. Com base nas estatísticas mais recentes, esta análise das dinâmicas de desenvolvimento visa ajudar os líderes africanos a cumprirem as metas da Agenda 2063 da União Africana a todos os níveis: continental, regional, nacional e local.

A edição de 2022 explora como o desenvolvimento de cadeias de valor regionais pode ajudar os países africanos a recuperarem dos choques socioeconómicos da pandemia de COVID-19 e acelerar a transformação produtiva. Destina-se a áreas políticas em que os atores privados e públicos podem apoiar cadeias de valor regionais ao operacionalizar a Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA). As empresas africanas podem aproveitar as inovações digitais para reduzir os custos de produção, e os governos podem projetar políticas para o desenvolvimento de competências, contratos públicos e investimentos estrangeiros para fortalecer as ligações industriais. Dois capítulos continentais examinam iniciativas africanas relacionadas e tendências globais. Cinco capítulos adaptam as recomendações políticas a cadeias de valor específicas em cada região.

Dinâmicas do desenvolvimento em África procura alimentar um debate político entre governos, cidadãos, empresários e investigadores. Propõe um novo modelo de colaboração entre países e entre regiões, centrado na aprendizagem mútua e na preservação dos bens comuns. Este relatório resulta de uma parceria entre a Comissão da União Africana e o Centro de Desenvolvimento da OCDE.

Consulte esta publicação on-line em *www.au.int/en/afdd2022* e *https://doi.org/10.1787/e43b7c06-pt*
Esta obra encontra-se publicada no site da União Africana e na OECD iLibrary.
Visite ***www.au.int*** e ***www.oecd-ilibrary.org*** para mais informações.

Cofinanciado pela União Europeia

CAMÕES INSTITUTO DA COOPERAÇÃO E DA LÍNGUA PORTUGAL
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

PRINT ISBN 978-92-64-93414-6
PDF ISBN 978-92-64-77707-1